

A CIDADE E SUAS DIMENSÕES DE PESQUISA

ABORDAGENS EMERGENTES

ANDRÉA DA ROSA SAMPAIO
CAMILA CARVALHO
VINICIUS M. NETTO
ORGANIZADORES



**A CIDADE E
SUAS DIMENSÕES
DE PESQUISA**

ABORDAGENS EMERGENTES

A CIDADE E SUAS DIMENSÕES DE PESQUISA

ABORDAGENS EMERGENTES

ANDRÉA DA ROSA SAMPAIO

CAMILA CARVALHO

VINICIUS M. NETTO

ORGANIZADORES



1ª Edição, 2020

Coordenação Editorial
Denise Corrêa / Daverson Guimarães

Criação de capa, ajuste de miolo e diagramação
Fernanda Oliveira

Produção Gráfica
Denise Corrêa / Maristela Carneiro

Revisão ortográfica
MC&G

Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP)

C568

A cidade e suas dimensões de pesquisa: abordagens emergentes. Sampaio, Andréa da Rosa / Carvalho, Camila / Netto, Vinícius M. (Organizadores)

Rio de Janeiro: Rio Books, 2020.

Dados eletrônicos (e-pub)

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-87913-43-8

1. Planejamento urbano – Rio de Janeiro (RJ). 2 . Política Urbana.
3. Urbanização – Rio de Janeiro (RJ). 4. Desenvolvimento habitacional.
5. Arquitetura e sociedade. 6. Rio de Janeiro (RJ) – Condições sociais.
7. Política ambiental. I. Sampaio, Andréa da Rosa (Organizadora). II. Carvalho, Camila (Organizadora). III. Netto, Vinicius M. (Organizador). IV. Título.

CDD 711.4098153

Biblioteca Priscila Pena Machado CRB - 7/6971

Todos os direitos desta edição são reservados a:
Editora Grupo Rio Books.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônicos ou mecânicos, incluindo fotocópias e gravação) ou arquivada em qualquer sistema de banco de dados sem permissão escrita do titular do editor. Os artigos e as imagens reproduzidas nos textos são de inteira responsabilidade de seus autores.

Todos os esforços foram feitos no sentido de se encontrar a fonte dos direitos autorais de todo o material contido nesse livro.



Rio Books
Rua Valentin da Fonseca 21 / 504 – Sampaio
Tel. (21) 99312-7220 CEP 20950-220
Rio de Janeiro – RJ
contato@riobooks.com.br
www.riobooks.com.br

AGRADECIMENTOS

A coleção de textos reunidos neste volume apresenta o estado de conhecimentos produzidos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFF. O caminho percorrido até esta publicação iniciou-se com um evento: O Primeiro Seminário de Pesquisa do PPGAU, que contou com o engajamento dos discentes e docentes na sua organização, dando impulso a este livro.

Sublinhamos ainda o envolvimento dos autores que tomaram parte do Seminário. Boa parte daqueles autores estão presentes neste volume, com seus trabalhos revisados e ampliados. Os organizadores apreciam seu empenho nas interações que se seguiram, na evolução de artigos em evento científico em direção a capítulos desta nova coleção do PPGAU-UFF.

Agradecemos aos professores e pesquisadores do Programa que dedicaram seu tempo e conhecimento à tarefa de revisar e comentar os textos de nossos autores, trazendo sua contribuição a esses trabalhos. Fernanda Furtado, Jorge Baptista, Maria Laís Pereira da Silva, Thereza Carvalho, Vera Rezende e o pós-doutorando Guilherme Meirelles (CAPES PNPD) compuseram o time de revisores, juntamente aos organizadores deste livro.

Em tempos de redução de recursos em pesquisa e em sua divulgação, destacamos o fundamental suporte financeiro da CAPES ao PPGAU-UFF, que viabilizou a publicação deste livro.

Finalmente, trazemos nossa apreciação pelo generoso Prefácio oferecido por Andrea Borde, abrindo este volume.

**Andrea Sampaio
Camila Carvalho
Vinicius M. Netto**

SUMÁRIO

9 _____ **PREFÁCIO**

11 _____ **APRESENTAÇÃO**

INTRODUÇÃO – PESQUISA URBANA NO BRASIL: UM PANORAMA INICIAL

VINICIUS M. NETTO

MARIA FISZON

MARIA CLARA MOREIRA

18 _____ *IVO MORAES*

1. A DIMENSÃO NORMATIVA DA CIDADE

1.1 O INTERCÂMBIO DE IDEIAS ENTRE BRASIL E FRANÇA NO INÍCIO DO SÉCULO XX E O DESENVOLVIMENTO DO URBANISMO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

61 _____ *MILENA SAMPAIO DA COSTA*

1.2 CRISE DO CÓDIGO DE OBRAS? INDAGAÇÕES ACERCA DO PROJETO DE CIDADE, DA MASSA EDIFICADA E DA LEGISLAÇÃO EDILÍCIA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

80 _____ *VITOR ROPPA*

1.3 A CIDADE DE JUIZ DE FORA E AS NOVAS RELAÇÕES COM SUA REGIÃO DE INFLUÊNCIA

SABRINA FERRETI DO AMARAL

99 _____ *MARIA DE LOURDES PINTO MACHADO COSTA*

1.4 O PAPEL DOS MUNICÍPIOS NA GESTÃO DOS PROGRAMAS HABITACIONAIS: RECORTES COMPARATIVOS

PRISCILA SOARES DA SILVA

MARIA LAÍS PEREIRA DA SILVA _____ 115

1.5 CONFLITOS, RESISTÊNCIAS E (DES)LEGADOS NO RIO OLÍMPICO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA CARTOGRAFIA CRÍTICA

FERNANDA SÁNCHEZ

POLIANA MONTEIRO

ANA CAROLINA MACHADO

FRANCISCA ALEXANDRE _____ 136

1.6 URBANIZAÇÃO DE RIO DAS PEDRAS: POR QUE UMA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA?

GLAUCO BIENENSTEIN

DANIEL MENDES MESQUITA DE SOUSA

REGINA BIENENSTEIN _____ 157

2. A DIMENSÃO AMBIENTAL DA CIDADE

2.1 RIOS URBANOS: UM ESTUDO SOBRE PERCEPÇÃO AMBIENTAL NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRAQUÊ – CABUÇU

NATÁLIA FERNANDES RIBEIRO

ELOISA CARVALHO DE ARAUJO _____ 177

2.2 UMA DIALÉTICA E CONTROVERSA RELAÇÃO: A CIDADE DO RIO DE JANEIRO E SUAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAIS – REFLETINDO SOBRE O (ATLAS PARA O) FIM DO MUNDO

SÔNIA L. PEIXOTO

JOLNNYE R ABRAHÃO _____ 195

**2.3 AGRICULTURA URBANA – UM OLHAR
SOBRE AS “REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO”
E OS “ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO”**

208 _____ *CLAUDIA SOUZA DE MELLO*
ELOISA CARVALHO DE ARAUJO

3. A DIMENSÃO SOCIAL DA CIDADE

3.1 REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE LUGAR

227 _____ *RICARDA LUCILIA DOMINGUES TAVARES*

**3.2 CARTOGRAFIAS DO CAMINHAR: MODOS DE REPRESENTAR
A RELAÇÃO ENTRE CAMINHANTE E ESPAÇO URBANO**

246 _____ *FERNANDA PACHECO DIAS*

**3.3 PAISAGENS URBANAS COMUNS SOB
CONSTANTE PRESSÃO DE INTERESSES CORPORATIVOS**

259 _____ *ELOISA CARVALHO DE ARAUJO*
JEFFERSON TOMAZ DE ARAÚJO
KARINA MARTINS DE SOUZA

**3.4 FAVELAS DO RIO JANEIRO: (RE)CONSTRUÇÕES SIMBÓLICAS
E IMAGÉTICAS DE ESPAÇOS DE SEGREGAÇÃO**

276 _____ *GRASIELE MÁRCIA MAGRI GROSSI*

**3.5 O UNIVERSO DAS VIAGENS:
ENTRE O CONSUMO E A FRUIÇÃO DAS CIDADES**

293 _____ *ANA CAROLINA MENDONÇA OLIVEIRA*

4. A DIMENSÃO CULTURAL DA CIDADE

4.1 GESTÃO DE RISCOS PARA BENS CULTURAIS: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA SÍTIOS HISTÓRICOS BRASILEIROS

CARLA MARIA TEIXEIRA COELHO _____ **313**

4.2 REABILITAÇÃO URBANA DA ÁREA CENTRAL CARIOCA EM QUESTÃO: PERSPECTIVAS A PARTIR DE PROCESSOS DE REABILITAÇÃO ARQUITETÔNICA

ANDRÉA DA ROSA SAMPAIO
HENRIQUE BRUNNO ROCHA SILVA
DULCE ABIGAIL KEUCHKARIAN _____ **335**

4.3 PATRIMÔNIO CULTURAL NO CONTEXTO DO GRANDE PROJETO URBANO PORTO MARAVILHA NO RIO DE JANEIRO: DISCURSOS E PRÁTICAS

MARIA LÚCIA BORGES DE FARIA _____ **353**

4.4 MANIFESTAÇÕES SOCIAIS NA ÁREA CENTRAL CARIOCA: PATRIMÔNIO CULTURAL E APROPRIAÇÃO SIMBÓLICA DO ESPAÇO PÚBLICO

DIEGO MARQUES DOS SANTOS RAMOS
ANDRÉA DA ROSA SAMPAIO _____ **372**

SOBRE OS ORGANIZADORES E AUTORES _____ **390**

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, FIGURAS E QUADROS _____ **396**

PREFÁCIO

Este livro, dedicado às abordagens emergentes da cidade em suas dimensões de pesquisa, aporta relevantes contribuições para o campo dos estudos urbanos. Tal como as cidades, este livro é uma construção coletiva e inspiradora.

Os organizadores e os autores nos brindam com belos textos onde expõem as reflexões produzidas nessas primeiras décadas do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal Fluminense.

Privilegiar abordagens emergentes e a construção coletiva constitui, ao meu ver, uma identidade do programa de pós-graduação nascido nas inquietações do alvorecer do século XXI. Momento em que as cidades se consolidavam como o lugar privilegiado das trocas sociais, econômicas e culturais na contemporaneidade. Na cidade, as formas criadas transformam-se em formas criadoras¹ pela interação com seus habitantes e o meio físico que lhes serve de suporte, de acordo com os princípios da racionalidade científica, mas também pelos sonhos e desejos que nela habitam.

A cidade pode ser conceituada, sinteticamente, como uma criação histórica particular que, ao longo da história da humanidade, foi sendo radicalmente transformada. A cidade contemporânea não é mais a cidade antiga, ou a cidade medieval, nem mesmo a cidade burguesa, a cidade industrial nem mesmo a cidade moderna.² A cidade contemporânea não é nenhuma delas e, ao mesmo tempo, é todas elas. Ela é a expressão dos múltiplos elementos e dimensões que a compõem. Como compreender, então, a cidade, suas temporalidades, suas especialidades e suas potencialidades?

Esta tem sido a questão central dos estudos urbanos. Sendo a cidade uma obra aberta, as teorias e métodos concebidos para investigá-la são, por definição, insuficientes para compreendê-la. É preciso, portanto, investigar suas múltiplas dimensões (econômica, política, simbólica, ...) e articular teorias e métodos de

1 SANTOS, Milton. A cidade e o urbano como espaço-tempo. In: FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio (org). *Cidade & História*. Salvador: UFBA/ ANPUR, 1992.

2 BORDE, Andréa de L.P. E o vento não levou: construindo o imaginário urbano carioca. Rio de Janeiro: PPGAV/EBA, UFRJ, 1998. Dissertação de Mestrado.

acordo pressupostos específicos ao objeto de estudo. Neste sentido, as pesquisas aqui apresentadas enveredaram inovadoramente e com maestria pelos caminhos pavimentados pela tradição dos estudos urbanos.

As palavras-chaves que pontuam cada um dos dezoito capítulos se constituem em um instigante aperitivo do que o leitor encontrará nesta coletânea. A indicação das palavras-chave tem sido, nos estudos recentes, uma etapa com maior liberdade propositiva. São mais de sessenta palavras-chave. Embora muitas delas revelem aproximações mais estreitas, mas apenas duas – espaço público e Rio de Janeiro – se repetem. Elas reiteram a potencialidade e abrangência dos caminhos emergentes e multiescalares trilhados nas pesquisas desta coletânea.

Concluo assim este breve prefácio recomendando veemente a leitura do livro.

Vida longa e próspera ao PPGAU/ UFF.

Boa leitura a todos!

Andréa de Lacerda Pessoa Borde

APRESENTAÇÃO

A CIDADE EM SUAS DIMENSÕES DE PESQUISA: ABORDAGENS EMERGENTES

Este livro busca expressar algo que entendemos ser fundamental em pesquisa e ciência como esforços sistemáticos de conhecimento: reunir novas vozes e novas abordagens. Junto aos textos de pesquisadores mais experimentados, líderes em seus campos em estudos urbanos no Brasil, os trabalhos reunidos neste volume visam abrir possibilidades de leitura tanto a problemas bem conhecidos quanto a temas emergentes. Essa coletânea tem como foco a cidade, e tem a autoria de docentes e discentes, bem como mestres e doutores egressos do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (UFF). Além de oferecer um panorama da produção e do perfil das pesquisas realizadas no PPGAU-UFF, esta obra conjunta tem como intenção contribuir para o estado da arte acerca da cidade e suas muitas dimensões, atualizando debates e repercutindo a atuação de autores no âmbito de redes de pesquisa nacionais e internacionais.

Os capítulos nascem como desdobramentos da interlocução de nossos pesquisadores promovida pelo Primeiro Seminário de Pesquisa do PPGAU-UFF, realizado no final de 2018 para estimular a produção dos docentes e sobretudo de discentes do Programa. Alinhados com o caráter interdisciplinar da área de concentração em Produção e Gestão do Espaço, os textos refletem a complexidade das questões urbanas, que demanda enfoques e abordagens variadas para ser capturada.

A organização do livro assume esta multiplicidade de abordagens sobre a cidade como premissa, e sugere nexos entre elas. Os textos foram selecionados por meio de avaliação cega por pareceristas professores e pesquisadores vinculados ao PPGAU. A concepção da coletânea considera a cidade como um objeto de pesquisa a ser problematizado em diferentes aspectos, como camadas de um mosaico de , no conjunto de ênfases e recortes empreendidos em abordagens teóricas e empíricas. A coleção está estruturada em quatro seções correspondentes às dimensões Normativa, Ambiental, Social e Cultural da cidade. Naturalmente, essas dimensões não encerram

o enquadramento dos capítulos, uma vez que eles sugerem possibilidades de conexões e interfaces que atravessam e integram as dimensões em princípio elencadas.

O livro inicia pelo capítulo *Pesquisa Urbana no Brasil: Um Panorama Inicial*, de Vinicius M. Netto, Maria Fizon, Maria Clara Moreira e Ivo Moraes. Propondo um mapeamento dos principais campos de investigação urbana no país, o trabalho foca em quatro dos principais veículos de publicação: os periódicos RBEUR e URBE e os eventos ENANPUR e ENANPARQ. Traz então uma análise detalhada da distribuição da produção de pesquisa nestes veículos, identificando tendências, instituições e o peso das regiões de origem dos autores. Em seguida, reflete sobre a influência do contexto em agendas de pesquisa, as características dessa produção científica e suas aparentes limitações. O panorama se encerra com a discussão de caminhos para uma teorização endogenamente brasileira, capaz de responder a nossos problemas empíricos e ampliar nossos escopos de investigação.

A primeira seção da coletânea – *Dimensão Normativa* – é dedicada ao conjunto de textos que têm como temática central a gestão urbana, reunindo abordagens sobre políticas urbanas, nas quais permeiam perspectivas históricas e debates sobre o contexto contemporâneo globalizado, com ênfase para processos de regulação e desregulação, bem como para os conflitos que emergem de projetos e planos urbanísticos.

O primeiro capítulo desta seção, *O Intercâmbio de Ideias entre Brasil e França no Início do Século XX e o Desenvolvimento do Urbanismo no Estado do Rio de Janeiro*, de autoria de Milena Sampaio da Costa, discute como o urbanismo europeu, especialmente através da influência francesa, contribuiu com o desenvolvimento de práticas urbanísticas, expressas por projetos e planos, no estado do Rio de Janeiro. O texto também discute o exercício profissional do urbanismo no Brasil, a partir dos trabalhos de Alfred Agache e Attilio C. Lima.

O segundo capítulo, *Crise do Código de Obras? Indagações Acerca do Projeto de Cidade, da Massa Edificada e da Legislação Edilícia na Cidade do Rio de Janeiro*, de autoria de Vitor Roppa, questiona os limites do Código de Obras no que diz respeito ao projeto da cidade. A partir do estudo de caso de um edifício proposto no bairro do Flamengo – Rio de Janeiro, o autor discute que a construção de um edifício com base nos limites do seu próprio lote, como preconizado pelo Código de Obras, pode não ser o modo mais adequado de (re)construção da paisagem de uma cidade, que em 2016 recebeu da Unesco o título de Patrimônio Mundial por sua paisagem cultural.

O terceiro capítulo desta seção, intitulado *A Cidade de Juiz de Fora e as Novas Relações com sua Região de Influência*, de Sabrina Ferretti do Amaral, analisa a cidade de

Juiz de Fora, a partir de sua microrregião de influência, com destaque para as cidades de Matias Barbosa, Santos Dumont, Piau e Três Rios. A autora apresenta uma nova configuração regional entre estas cidades, a partir do processo de urbanização e dos agentes envolvidos nesse processo.

O texto seguinte, *O Papel dos Municípios na Gestão dos Programas Habitacionais: Recortes Comparativos*, de Priscila Soares da Silva e Maria Laís Pereira da Silva, discute os impactos do Programa Minha Casa Minha Vida na redução do déficit habitacional no Brasil. As autoras apontam que houve redução do déficit habitacional em 81% das capitais brasileiras. No entanto, as maiores capitais do país (Rio de Janeiro e São Paulo), que concentraram mais investimentos do programa, tiveram menor redução do déficit quando comparadas às outras capitais.

O capítulo *Conflitos, Resistências e (Des)legados no Rio Olímpico: Uma Reflexão a partir da Cartografia Crítica*, de autoria de Fernanda Sánchez, Poliana Monteiro, Ana Carolina Machado e Francisca Alexandre, trata dos “(des)legados” das Olimpíadas de 2016. Por meio do confronto de documentos oficiais e matérias de jornais, as autoras apresentam uma Cartografia Crítica do (Des)Legado Olímpico, mostrando que o Rio de Janeiro pós-Olimpíada é uma cidade mais desigual.

O capítulo que encerra esta seção, *Urbanização de Rio das Pedras: Por que uma Operação Urbana Consorciada?*, de autoria de Glauco Bienenstein, Daniel Mendes Mesquita de Sousa e Regina Bienenstein, argumenta que o instrumento da Operação Urbana Consorciada foi concebido como o único meio de promover a urbanização do assentamento popular Rio das Pedras pela administração municipal. Os autores discutem que esta abordagem pode não gerar as melhorias nas condições de vida dos habitantes, uma vez que, através deste instrumento, são muito comuns processos de expulsão da população residente, por meio da valorização imobiliária.

Na sequência da perspectiva inicial sobre a normatividade da gestão urbana, a segunda seção traça um necessário debate sobre a *Dimensão Ambiental* da cidade, por meio de textos que trazem abordagens sobre a infraestrutura urbana a partir de uma perspectiva ambiental, em estudos sobre os impactos da urbanização sobre o meio ambiente e a sustentabilidade das cidades a partir dos seus espaços livres públicos, tanto a partir da gestão das unidades de conservação como das práticas socioespaciais coletivas em hortas urbanas.

O primeiro capítulo da seção, *Rios Urbanos: Um Estudo Sobre Percepção Ambiental na Bacia Hidrográfica do Rio Piraquê-Cabuçu*, de autoria de Natália Fernandes Ribeiro e Eloisa Carvalho de Araujo, mostra a mudança na percepção de um rio urbano ao

longo dos anos. A partir de um estudo de caso do Rio Piraquê-Cabuçu, por meio de entrevista com os moradores, as autoras identificaram mudanças de caráter topofílico: Antes visto como um espaço de lazer, onde era possível desfrutar de atividades de pesca e banho – hoje, o rio se destaca como poluído e em péssimo estado, além de grande parte dos moradores não o considerar um espaço de lazer. Este estudo enfatiza o caráter controverso das obras de canalização que, ao alterar a aparência natural do rio, podem dificultar o desenvolvimento de relações de afeto e pertencimento dos moradores em relação ao rio.

O capítulo intitulado *Uma Dialética e Controversa Relação: a cidade do Rio de Janeiro e suas unidades de conservação municipais – refletindo sobre o (Atlas para o) fim do mundo*, de Sônia L. Peixoto e Jolnnye R. Abrahão, discute as implicações da citação do Rio de Janeiro pelo chamado “Atlas do Fim do Mundo” como uma das biorregiões mais criticamente ameaçadas do planeta.

O trabalho que encerra esta seção, *Agricultura urbana – um olhar sobre as ‘representações do espaço’ e os ‘espaços de representação’*, de Claudia Souza de Mello e Eloisa Carvalho de Araujo, discute a agricultura urbana como forma de auxiliar a função social da cidade. A partir da apresentação de experiências de agricultura nas cidades, as autoras discutem o potencial desta prática na formação de afetividades e significados no espaço urbano.

A terceira seção agrupa os textos que enfatizam a *Dimensão Social* como viés de abordagem, sobretudo em estudos que tratam da apropriação social dos espaços públicos e representações simbólicas destes espaços, suas imagens e narrativas.

O primeiro capítulo desta seção, *Reflexões Sobre o Conceito de Lugar*, de Ricarda Lucilia Domingues Tavares, debate os diferentes significados de lugar, a partir de abordagens filosófica e geográfica. Este texto fornece bases conceituais para entendimento do lugar enquanto categoria de análise e fornece base teórica para a compreensão dos estudos empíricos que compõem esta seção.

O trabalho seguinte, *Cartografias do Caminhar: Modos de Representar a Relação Entre Caminhante e Espaço Urbano*, de autoria de Fernanda Pacheco Dias, trata da cartografia como instrumento de resistência e controle, através da comparação entre os mapas tradicionais e os mapas colaborativos ou participativos. A partir das cartografias do caminhar, a autora discorre sobre a importância do indivíduo (enquanto usuário da cidade) na produção de cartografias que dão voz aos sujeitos inviabilizados.

O terceiro capítulo desta seção, *Paisagens Urbanas Comuns sob Constante Pressão de Interesses Corporativos*, dos autores Eloisa Carvalho de Araújo, Jefferson Tomaz

de Araújo e Karina Martins de Souza apresenta o estudo de caso da praça que virou shopping em São Gonçalo – RJ. Este texto reflete sobre a política neoliberal de produção do espaço urbano, na qual os espaços de consumo se sobrepõem aos espaços de fruição, uma vez que para usufruir se torna necessário consumir.

O quarto texto da seção, *Favelas do Rio de Janeiro: (Re)construções Simbólicas e Imagéticas de Espaços de Segregação*, de autoria de Grasielle Márcia Magri Grossi, analisa as representações imagéticas e simbólicas das favelas que historicamente são associadas à violência. A autora pontua que, em decorrência da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos em 2016, houve uma necessidade de controle dessa imagem, por meio de projetos de urbanização (Morar Carioca) e de policiamento (Unidades de Polícia Pacificadora). O trabalho conclui que apesar de algumas favelas terem se transformado em espaços de turismo e consumo, o saldo final foi a permanência de estigmas, segregação social e violência.

O capítulo que encerra esta seção é intitulado *O Universo das Viagens: Entre o Consumo e a Fruição das Cidades*, de Ana Carolina Mendonça Oliveira. O artigo trata o turismo a partir de duas abordagens: o consumo e a fruição. A autora debate sobre os limites da atividade turística que envolvem a comercialização da imagem da cidade, a partir de discussões como “turismofobia”. Apresenta ainda os novos mapeamentos culturais como uma alternativa para aproximar os turistas do cotidiano da cidade e das suas dimensões afetivas.

Encerrando a coletânea, a quarta seção enfoca a *Dimensão Cultural* da cidade, reunindo textos que discutem o patrimônio cultural a partir de casos empíricos, problematizados no contexto de seus respectivos planos e projetos, dos processos de salvaguarda e intervenção nos bens culturais, bem como os reflexos da apropriação social dos lugares reconhecidos como patrimônio cultural.

O primeiro capítulo desta seção, *Gestão de Riscos para Bens Culturais: Uma Proposta Metodológica para Sítios Históricos Brasileiros*, de autoria de Carla Maria Teixeira Coelho, trata da gestão de riscos para valoração de bens culturais. A autora propõe uma metodologia de valoração e uma matriz de perda potencial de valor para uso no diagnóstico de sítios históricos.

No segundo capítulo desta seção, *Reabilitação Urbana da Área Central Carioca em Questão: Perspectivas A Partir de Processos de Reabilitação Arquitetônica*, Andréa da Rosa Sampaio, Henrique Brunno Rocha Silva e Dulce Abigail Keuchkarian analisam projetos de reabilitação edilícia no âmbito de programas do poder público voltados para habitação de interesse social, problematizando os entraves, bem como o potencial

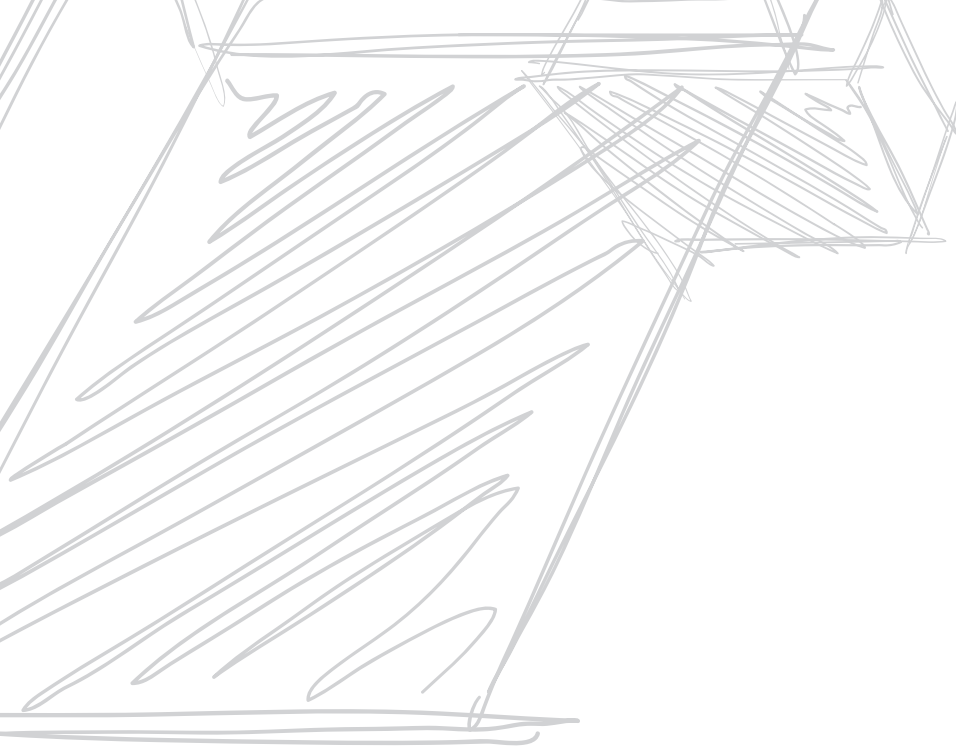
da reabilitação arquitetônica em atender à uma parcela da demanda habitacional, contribuindo para a reabilitação urbana da área.

Na sequência, no terceiro capítulo, *Patrimônio Cultural no Contexto do Grande Projeto Urbano Porto Maravilha no Rio de Janeiro: Discursos e Práticas*, Maria Lúcia Borges de Faria, discute a preservação do patrimônio cultural urbano do Rio de Janeiro no contexto do projeto Porto Maravilha. A autora pontua que o projeto não incentivou a habitação de interesse social, entretanto, estimulou a ocupação nos antigos imóveis dos bairros históricos para atividades de usos mais rentáveis.

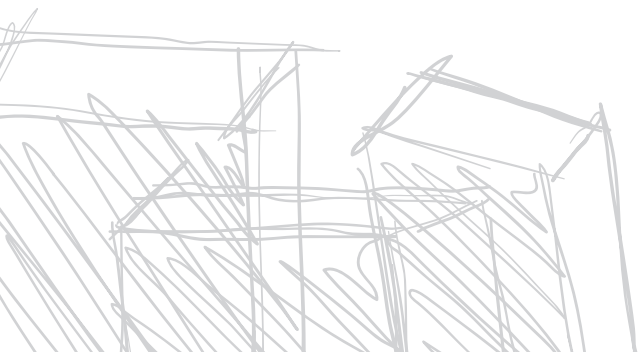
Encerrando a seção e a coletânea, o capítulo *Manifestações Sociais na Área Central Carioca: Patrimônio Cultural e Apropriação Simbólica do Espaço Público* de Diego Marques dos Santos Ramos e Andréa da Rosa Sampaio discute a complexa relação entre o patrimônio cultural edificado da área central carioca e as manifestações sociais, tomando como caso as “Marchas de Junho de 2013”, ou “Revolta do Vinagre”.

Ao percorrer o conjunto de dezoito capítulos organizados nas quatro seções acima descritas, o leitor perceberá interfaces de dimensões e abordagens que, juntas produzem um mosaico de temas e saberes da cidade. A tônica das desigualdades socioespaciais aparece como um fio atravessando o conjunto de artigos, ligando às discussões sobre problemas de gestão nas quatro dimensões de pesquisa – normativa, ambiental, social e cultural – exploradas nestas abordagens emergentes.

Andréa da Rosa Sampaio
Camila Carvalho
Vinicius M. Netto



INTRODUÇÃO



PESQUISA URBANA NO BRASIL: UM PANORAMA INICIAL

VINICIUS M. NETTO
MARIA FISZON
MARIA CLARA MOREIRA
IVO MORAES

INTRODUÇÃO

Um corpo de saberes que não reconhece a constituição de seus campos e abordagens pode ter dificuldades em conhecer seus limites e avançar em relação a eles; pode ter dificuldades frente a um mundo empírico em constante movimento e apresentando novos desafios ao entendimento; pode ter dificuldades em objetivar as motivações dos esforços de pesquisa – bem como em reconhecer possibilidades, interesses e objetivos em jogo em territórios tanto epistemológicos quanto políticos e institucionais. Questões sobre a possibilidade de uma agenda *nacional* de pesquisa e suas implicações, ou se há de fato um ‘caráter’ que diferenciaria a pesquisa feita no Brasil daquela desenvolvida em outras regiões do mundo não podem ser problematizadas sem um trabalho recorrente de autorreconhecimento.

Essa leitura inicial sugere uma série de perguntas. Há uma ‘pesquisa urbana brasileira’, com contornos diferenciados dos de outras regiões do norte e sul globais? Há certamente partes, temas, campos – mas esses fragmentos formam que mosaico? Se não há uma ‘pesquisa urbana nacional’, o que estaria interferindo em uma gênese capaz de expressar problemas empíricos e uma *sensibilidade teórica* particular? Finalmente, que contribuição a pesquisa e a teoria brasileira pode fazer ao cenário internacional?

Veremos que certamente temos nossa empiria – desafios que têm guiado abordagens no país. Os problemas enfrentados na realidade urbana no Brasil são diversos e conhecidos. Ao mesmo tempo, há um esforço sistemático no país para a produção de conhecimento sobre essa realidade, envolvendo pesquisadores, programas de pós-graduação e publicações com diferentes ênfases e que compõem um cenário próprio. Mas há uma relativa escassez de debates e trabalhos que façam o reconhecimento desse tecido de abordagens de modo a ver como ele é constituído, quais são as relações entre temas e visões disponíveis, suas características, suas lacunas. Exceções são encontradas em trabalhos como Feldman (2001) e Fernandes e

Gomes (2004), com foco em campos historiográficos, e Ultramari *et al.* (2013) e Firmino e Hojda (2015), com foco em gestão urbana. Propomos neste artigo um mapeamento inicial da produção em estudos urbanos no país a partir de um reconhecimento desse cenário. Desejamos oferecer aqui um panorama que ampare a *auto-observação* e a *autocrítica* como formas de entender a área e suas ênfases, realizações e limites, além de estimular a leitura transversal de seus campos e o debate sobre sua composição.

Este panorama será composto por quatro momentos, correspondendo a recursos ora qualitativos, ora quantitativos, e objetivos distintos. Na seção (1) proporemos uma taxonomia de campos temáticos em desenvolvimento hoje no Brasil, derivada de uma leitura interpretativa a partir de uma gama ampla de veículos e publicações, incluindo as referências a serem citadas. Este exame incluirá temas teóricos, empíricos e normativos. Na seção (2) analisaremos a distribuição da produção nesses campos. Para tanto, usaremos uma abordagem quantitativa ao volume de publicações em quatro dos principais veículos no país, levando em conta regiões e instituições de origem dos trabalhos. Na seção (3), retornaremos à leitura interpretativa do panorama geral de produção, de modo a identificar o grau de *influência do contexto* e suas urgências empíricas na produção nacional em pesquisa, bem como suas características e limitações, incluindo a influência de tradições epistemológicas e dificuldades metodológicas sobre escopos e resultados. Finalmente, a seção (4) aponta caminhos para a intensificação da pesquisa e teorização em nosso contexto, capazes de expressar sensibilidades empíricas e modos de explicação expressos em qualidades como o *hibridismo*, *sincretismo* e a *gambiarra*.

1. O ESTADO DOS ESTUDOS URBANOS: UMA VISÃO INICIAL DOS SEUS CAMPOS

A área dos estudos urbanos é jovem: enquanto corpo de saber científico, envolvendo de um modo sistemático proposições confrontadas empiricamente, ela remonta aos esforços dos sociólogos da Escola de Chicago nos anos 1920 e 1930, e a pioneiros nos anos 1950, como Kevin Lynch. A publicação de *The Image of the City* em 1960 é um marco no estabelecimento da área, amparado em pesquisa empírica em três cidades americanas. Desde seus pilares nos anos 1960 (como em Jacobs e Alexander) e 1970 (nas geografias de Harvey e Tuan), os estudos urbanos vêm se ramificando, incluindo a recente ideia de uma ‘nova ciência das cidades’, como clama Michael Batty (2013). Entendemos que, nesse percurso, vem se estabelecendo como uma área cada vez mais independente da área da arquitetura. No Brasil, usualmente

chamamos esse corpo de ‘urbanismo’ – um termo difuso, que endereça ao mesmo tempo uma subdisciplina, uma prática e um fenômeno.

Mesmo diverso, fragmentado, sobretudo em suas matrizes e métodos, os estudos urbanos parecem se reconhecer enquanto corpo de saber. Ele é constituído *interdisciplinarmente* – o que não o difere substancialmente de outras áreas ou disciplinas, como a sociologia, que importou modelos da biologia e economia na sua constituição. A fragmentação possivelmente maior em estudos urbanos não os desqualifica enquanto corpo de saber. Exemplos desse desenvolvimento heterogêneo incluem discussões recentes sobre um ‘urbanismo global’, capturado na forma de teorias gerais e integradoras (Scott e Storper, 2015), e propostas de um ‘urbanismo comparativo’ em torno de diferentes culturas de teorização urbana, incluindo abordagens pós-coloniais (Robinson, 2016).

E em nosso contexto, qual é o status da pesquisa urbana? Quais são os temas e abordagens explorados no ambiente da pesquisa no Brasil hoje? Dada a crescente produção e o leque amplo de campos que constituem a área, qualquer esforço de reconhecer esse panorama enfrenta a dificuldade de mapear trabalhos publicados em longos períodos de tempo. Nossa primeira intenção neste artigo é oferecer esse panorama, a partir de um levantamento de abordagens disponíveis em publicações em eventos especializados e periódicos brasileiros.

Naturalmente, qualquer análise dessa natureza enfrenta a impossibilidade de cobrir todas as áreas em estudos urbanos e de examiná-las com a devida profundidade. Não teríamos condição logística de fazer um panorama total, nem de exaurir o estado da arte em cada campo. Nossos objetivos são identificar *tendências* e oferecer *elementos iniciais* para uma base de autoconhecimento. Mesmo analisando publicações diversas, a amostra resultante de trabalhos e seus autores não busca representar a totalidade dos trabalhos e autorias, nem sugerir qualidade ou preferência.

Estamos ainda cientes de que os trabalhos de autores tendem a se desdobrar em diferentes interesses de pesquisa, e sua acomodação nos campos examinados abaixo não deve ser interpretada como encerrada em si: muitas abordagens têm fortes sobreposições e desdobramentos. As bordas entre campos são porosas, se existentes, e *não desejamos estabilizá-los demais* ou ignorar suas conexões: se a cidade e a vida urbana são tramas complexas e contínuas, assim se mostra sua captura na forma de conhecimentos. Outros autores preferirão outros arranjos e divisões de campos. A genealogia dessas ramificações deve ser tema para debates na área.

Vejamos algumas definições iniciais, para efeito de estabelecer uma linguagem em comum com os leitores. Em que pesem ambiguidades no uso desses termos no ambiente acadêmico, entendemos neste trabalho os estudos urbanos como uma *área* de conhecimento transdisciplinar, mesmo que relacionada fortemente a uma disciplina, ‘arquitetura e urbanismo’. Por sua vez, entendemos a configuração de *campo* como uma concentração de temas de pesquisa afins em termos substantivos ou empíricos, ainda que haja diferenças entre abordagens quanto a sua epistemologia e métodos. *Eixos* temáticos são configurações mais amplas, capazes de abranger conjuntos de campos mais interconectados, comumente usados para identificar estruturas em meio à heterogeneidade de produção na área, como no caso de veículos de comunicação científica.

Buscando afinidade aos eixos encontrados em periódicos e eventos no país, organizamos os temas dos trabalhos de pesquisa publicados dentro dos seguintes campos e eixos temáticos (Tabela 1).

TABELA 1: CAMPOS E EIXOS TEMÁTICOS.

Campos de pesquisa analisados		Eixos Temáticos	
1	Pobreza urbana; assentamentos informais e déficit habitacional; direito à cidade	Habitação, Segregação e Direito à Cidade	1
2	Habitação social: programas, implicações urbanas		
3	Segregação social e urbana		
4	Morfologia urbana e dinâmicas sociais	Espaço Urbano, Espaço Público e Dinâmicas Sociais	2
5	Urbanidade e relações entre sociedade e espaço		
6	Esfera pública, espaço público e sistemas de espaços livres		
7	Patologias e desempenho: mobilidade, dispersão e infraestrutura		
8	Violência e segurança pública; tecnologias da vigilância	Cidade e Cultura	3
9	Percepção e relações ambiente-comportamento		
10	Lugar, território, identidades		
11	Alteridades e corporeidades; imaginário e cyber cultura		
12	Cartografias e territórios; redes e sociabilidades; conflitos urbanos		

Campos de pesquisa analisados		Eixos Temáticos	
13	Produção e reestruturação urbana; dinâmicas do mercado; política fundiária	Produção e Gestão do Espaço Urbano	4
14	Gestão, estratégias e agentes de planejamento; políticas públicas		
15	Megaprojetos e megaeventos; marketing urbano; espetacularização		
16	Historiografias da cidade e do planejamento; patrimônio e memória urbana	História e Patrimônio Urbanos	5
17	Paisagem e ambiente	Ambiente e Sustentabilidade	6
18	Sustentabilidade		
19	Ensino e epistemologia	Ensino e Epistemologia	7
20	Novas tecnologias e meios de exploração de processos urbanos e planejamento		

FORNTE: AUTORES

Esse arranjo de campos busca um balanço entre desagregação suficiente para reconhecermos diferenças e proximidades entre problemas e abordagens de pesquisa, mantendo distinção analítica e menor sobreposição, e evitar a extensão em muitos campos que dificultassem seu entendimento. Vejamos esse arranjo mais de perto.

1.1 POBREZA URBANA; ASSENTAMENTOS INFORMAIS E DÉFICIT HABITACIONAL; DIREITO À CIDADE

Considerando o contexto de um dos países mais desiguais do mundo, não surpreende a forte atenção ao problema da pobreza urbana em pesquisa. Cidades brasileiras reproduzem essa estrutura social e muitos aspectos dessa relação vêm sendo abordados. Parte dos trabalhos foca no cenário empírico da falta de moradia para as populações de menor renda, envolvendo locais periféricos ou de risco, assim como na autoconstrução e mercado informal (Abramo, 2008; 2009). O campo se desdobra em investigações historiográficas sobre a produção da habitação (Silva, 2005; Leitão, 2009) e explorações do conceito de direito à cidade, originado em Lefebvre, incluindo movimentos sociais e dinâmicas imobiliárias da exclusão (Fix, 2001), regularização fundiária (Bienenstein *et al.*, 2011), os ‘territórios da moradia’, a situação dos sem teto e as soluções das ocupações (Bursztyn, 2000; Ferraz *et al.* 2012; Maricato, 2015), entre outras urgências empíricas, como os conflitos socioambientais.

1.2 HABITAÇÃO SOCIAL: PROGRAMAS, IMPLICAÇÕES URBANAS

O século XX conviveu com diferentes ações de produção de moradia voltada para população de menor renda. Desde as remoções forçadas na primeira metade do século e os projetos do Banco Nacional de Habitação (BNH) nos anos 1970, o déficit habitacional seguiu crescendo no país, alcançando mais de 8 milhões de unidades no começo dos anos 2000.¹ Muitos estudos consistem em análises históricas e críticas, abordando características e impactos dos programas tanto de época quanto contemporâneos (Vaz, 2002; Correia *et al.*, 2006; Bonduki, 2014). Lamentavelmente, este trabalho de pesquisa não parece exercer influência no desenho de programas, com ações severamente criticadas sendo repetidas historicamente (Cardoso, 2013), agora na forma de um plano nacional para a habitação de interesse social e suas replicações metropolitanas e locais, e dos projetos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Na tradição historiográfica dos estudos de programas de habitação, as ênfases atuais refletem tanto a urgência empírica do problema quanto o gigantismo e a natureza da solução que o PMCMV se dispõe a ser. São muitos os aspectos investigados: o desenho do programa e seus agentes de produção (Cardoso, 2013; Amore *et al.*, 2015); a relação entre faixas de renda e segregação espacial dos empreendimentos, espelhando a lógica de um gradiente espacial de renda, que ainda parece demandar demonstração empírica rigorosa; os problemas de mobilidade decorrentes dessa localização e seus impactos nos laços e redes sociais dos moradores; a localização de novos complexos habitacionais em relação à moradia anterior (Faulhaber e Azevedo, 2015); a carência de infraestruturas e diversidade das atividades dos entornos, bem como impactos dos conjuntos; a análise tipológica de conjuntos habitacionais; a crítica da reprodução de modelos construtivos que desconsideram características e demandas locais (Andrade, 2015) e da qualidade construtiva dos conjuntos, entre outros.

1.3 SEGREGAÇÃO SOCIAL E URBANA

Os estudos sobre segregação em estudos urbanos buscam entender como as diferenças de renda, a discriminação, a marginalização e o distanciamento entre grupos afetam suas relações e moldam a cidade. Decorrente de uma tradição que remonta à Escola de Chicago, a segregação social costuma ser vista como uma consequência natural da divisão social do espaço. Esse entendimento naturalizado da segregação

¹ Segundo índices da Fundação João Pinheiro de 2015: <http://www.fjp.mg.gov.br/>

como segregação territorial reconhece o espaço como uma explicação para a distância social – um foco na segregação estática dos lugares onde a distância social é assumida em vez de explicada. O foco tradicional na segregação residencial inclui a formação do espaço segregado na cidade brasileira, no trabalho clássico de Villaça (1998).

A multidimensionalidade do fenômeno da segregação vem sendo crescentemente reconhecida, numa visão de segregação para além do território (Netto e Krafta, 1999; Wissink *et al.*, 2016; Lisboa e Feitosa, 2016). Um aspecto explorado recentemente é a relação entre segregação e redes sociais: a formação de grupos segregados a partir de graus de homofilia (ou homogeneidade) e graus de localismo ou dependência de proximidade da moradia para estabelecer laços sociais, sobretudo no caso dos mais pobres (Marques, 2015). Outra abordagem foca na constituição do encontro a partir da mobilidade e trajetórias de atores de classes distintas na cidade (Netto *et al.*, 2015). Outros trabalhos têm focado na microssegregação dos condomínios fechados e assentamentos informais, no auto isolamento de grupos sociais (Caldeira, 2000; Monteiro, 2008) e no papel da configuração espacial (Schroeder e Saboya, 2015). Em número menor, há trabalhos recentes sobre a segregação regional e movimentos pendulares, e o mapeamento da segregação racial.

1.4 MORFOLOGIA URBANA E DINÂMICAS SOCIAIS

Uma tradição de pesquisa que se desdobra também no Brasil é o estudo da forma urbana e suas implicações sociais, derivado de áreas como as escolas tipológicas alemã (Conzen), italiana (Muratori e Canniggia) e francesa (Panerai), a escola de Cambridge (Martin e March), a teoria urbana de Jane Jacobs, a topologia de “A cidade não é uma árvore” e a linguagem de padrões de Alexander, a sintaxe espacial de Hillier e a interação espacial de Batty, entre outras. No país, os estudos da morfologia têm se dedicado a entender a configuração particular da cidade brasileira (Holanda, 2002; Medeiros, 2013; Amorim *et al.*, 2014), desenvolver formas de análise (Figueiredo e Ortiz-Chao, 2015) e dinâmicas como movimento do corpo e deriva (Aguiar, 2010). Outras abordagens enfocam a fragmentação e padronização de morfologias construídas e suas implicações, dos “efeitos da arquitetura” e a perda de vitalidade urbana (Saboya *et al.*, 2015) até pesquisas recentes sobre condições da caminhabilidade e viagens a pé (Larrañaga *et al.*, 2009). O campo trabalha com temas como a vitalidade urbana, a apropriação dos espaços públicos, desempenho e sustentabilidade, e desenho urbano.

1.5 URBANIDADE E RELAÇÕES ENTRE SOCIEDADE E ESPAÇO

Debates sobre as implicações da forma urbana no país se desdobraram em estudos da “urbanidade”, um dos conceitos mais usados e menos definidos na disciplina, em circulação desde os anos 1900 significando a ‘condição de vida na cidade’. Lewis Mumford fundiu essa condição à noção de senso comum do modo cortês de ‘viver juntos’ em seu ensaio de 1953, “East End urbanity”, dando à urbanidade um valor positivo de realização de uma vida urbana coletiva civilizada e de autorrealização pessoal, visto por ele como a finalidade das cidades (Forty, 2000).

No Brasil, o tema aparece mais intensamente nos anos 2000, o que sugere um ganho recente de popularidade. Sua relação com a constituição do espaço como condição da vida urbana e da presença de pedestres foi introduzida sobretudo por Holanda (2002) e explorada por Aguiar (2010, 2012). Outras experimentações, como suas dimensões experienciais múltiplas (Castello, 2010; Scocuglia 2012; Trigueiro, 2012), as ‘urbanidades amalgamadas’ no espaço (Krafta, 2012), as instâncias cotidianas capturadas via teoria Ator-Rede (Rheingantz, 2012), suas condições éticas e dimensões fenomenológica, comunicativa e ontológica (Netto, 2014) vem sendo adicionadas – bem como seu oposto, a ‘desurbanidade’ crescente em cidades brasileiras (Figueiredo, 2012).

Esforços teóricos mais amplos exploram as relações entre sociedade e espaço a partir de epistemologias bastante distintas, como a geografia marxista de Harvey (1996) e Soja, as teorias da reprodução social a partir de sistemas de encontros via Durkheim (Hillier e Hanson) e interação em Anthony Giddens ou explorações de suas dimensões materiais em teorias na economia urbana, interação espacial (Batty), ou na *time-geography* de Hägerstrand. No Brasil, temos tido poucas aproximações amplas além da etnografia urbana de Vogel, Mello e Mollica (1985), a geografia humana de Milton Santos, a cartografia da ação social de Ana Clara Torres Ribeiro (2013c), explorações da sociabilidade urbana (Frúgoli Jr., 2007), leituras da “crise nas matrizes espaciais” (Duarte, 2002), as “tramas da prática e seus espaços” (Netto, 2014) e as relações entre arquitetura e sociedade em Holanda (2013).

1.6 ESFERA PÚBLICA, ESPAÇO PÚBLICO E SISTEMAS DE ESPAÇOS LIVRES

Estudos da relação entre cidade e vida social ainda se desdobram a partir dos conceitos políticos de “espaço público” e “esfera pública” de Hanna Arendt e Jürgen Habermas, respectivamente. Espaços da diversidade, da indiferença e o problema da sua privatização e gentrificação (Serpa, 2007); etnografias e historiografias dos usos da

rua; controle e conflitos em torno do espaço público, bem como sua dimensão social e política em Abrahão (2008), Carvalho Santos (2012), Queiroga (2014) e Capanema Álvares (2014), as condições de uma política do cotidiano e a crise do espaço público são alguns dos temas em um campo hoje profícuo. Investigações da dimensão urbana da esfera pública encontram relações com outro campo em afirmação no país, centrado no “sistema de espaços livres” como condição morfológica, em Tângari *et al.* (2012) e Macedo *et al.* (2012). Explorações com diferentes ênfases espaciais e territoriais podem ser encontradas em Tardin (2008) entre outros. Para efeito dos principais eventos do país, veremos que o tema aparece com mais força no ENANPARQ que no ENANPUR.

1.7 DINÂMICAS E DESEMPENHO URBANO: MOBILIDADE, DISPERSÃO E INFRAESTRUTURA

Certas abordagens de pesquisa endereçam urgências associadas à estrutura das cidades brasileiras: redes urbanas formadas por ações individualizadas sem coordenação, mediadas pelo mercado, levando a frágeis e fragmentadas estruturas de acessibilidade (Medeiros, 2013); municípios com infraestrutura precária ou mesmo ausente, gerando encargos para o Estado, a população e o meio ambiente, incluindo custos da ineficiência na relação entre área coberta e densidade populacional; o problema da dispersão, baixas densidades e prejuízos à eficiência dos transportes públicos e a implantação de sistemas de transporte também são tematizadas (Ojima, 2007; Ojima e Marandola Jr., 2016); e as redes de mobilidade e transporte ativo (Duarte, 2016; Andrade, 2012). Outras abordagens focam na saturação de estruturas e infraestruturas e suas consequências para redes de interação social e econômica, e para a acessibilidade a centros e equipamentos comunitários; pendularidade e migração; bem como na ideia de cidades partidas geográfica e economicamente, resultando em um número de estudos que ainda não parecem repercutir no planejamento, reordenação e melhoria dos sistemas urbanos no país.

1.8 VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA; TECNOLOGIAS DA VIGILÂNCIA

No Brasil são encontradas 21 das 50 cidades mais violentas do mundo.² Considerando que o problema tem raízes estruturais na produção da pobreza, é inevitável que pesquisadores se debrucem sobre ele e busquem explicitar as condições de reprodução da

2 Segundo ranking de 2015 para cidades com mais de 300.000 pessoas, realizado pela ONG mexicana Conselho Cidadão para a Segurança Pública e a Justiça Penal.

violência e insegurança que atinge áreas urbanas.³ O campo engloba as condições espaciais de eventos violentos, com aspectos que vão da segregação e o status da apropriação do espaço público à sociologia do crime. Dentre os temas explorados destacamos as condições das ocorrências em Monteiro e Cavalcante (2012), Vivan e Saboya (2012) e Reis e Dittmar (2012); a geração da “arquitetura da violência” hoje onipresente (Ferraz *et al.*, 2015) e da “cidade de muros” (Caldeira, 2000); e os novos mecanismos e tecnologias da vigilância e controle urbano que vão ganhando o espaço público e se infiltrando em territórios e formas de vida (Firmino e Duarte, 2015; Alves, 2016).

1.9 PERCEÇÃO E RELAÇÕES AMBIENTE-COMPORTAMENTO

Teorias da percepção da forma urbana e relações ambiente-comportamento, desenvolvidas a partir da influência seminal de Lynch, fizeram-se sentir no país sobretudo desde os anos 1980, com o trabalho de Maria Elaine Kohlsdorf e, adiante, de autores também orientados para dimensões comportamentais (Del Rio e Oliveira, 1996; Reis e Lay, 2006). Abordagens são frequentemente desenvolvidas via entrevistas a usuários e instrumentos mais recentes da chamada ‘avaliação pós ocupação’. Uma avenida de interesse é a problematização dos ruídos e circularidades envolvidos na coleta da leitura de usuários, as dificuldades de passagem de experiências espaciais não-discursivas para o discursivo, as impressões movidas sobretudo pela construção de imaginários urbanos via marketing imobiliário e estilos de vida, que podem influenciar ‘preferências’ declaradas conscientemente, e a diferença entre a interpretação pessoal dos ‘efeitos do urbano’ sobre comportamentos espaciais e sociais. O campo hoje se beneficia de conceitos como o *wayfinding*, explorado por exemplo em Costa e Elali (2014) e Belotti e Portella (2016), e teorias da cognição em desenvolvimento na geografia cognitiva e ciência da cognição.

1.10 LUGAR, TERRITÓRIO, IDENTIDADES

O conceito multidimensional de ‘lugar’ inclui explorações desde a geografia à filosofia e os estudos urbanos, focadas sobretudo no sentido, expressão e corporeidade do lugar (como em Holzer, 2012; Marandola Jr., 2013). Desdobramentos na forma de conceitos de ‘lugaridade’ vêm ocorrendo na fenomenologia (Holzer, 2014) e geografia

3 Vale destacar que a violência no Brasil não está restrita às zonas urbanas, ainda que esta análise trate apenas desse âmbito.

urbanas (Souza, 2013). As relações entre lugar e identidade também são encontradas nas interfaces da psicologia, urbanismo e arquitetura (Del Rio *et al.*, 2002; Rheingantz e Pedro, 2012) e em definições de *placemaking* e *placemarketing* (Castello, 2010). Outros temas incluem processos de subjetivação e formação de identidades em relação ao território; experiências subjetivas do urbano, do lugar e da paisagem; paisagens sonoras; significados e sentidos do lugar e do território; paisagem cultural e unidades estéticas.

1.11 ALTERIDADES E CORPOREIDADES; IMAGINÁRIO E CIBERCULTURA

Uma série de aspectos da vida urbana vem sendo abordados em leituras interpretativas desenhadas para evocar o lugar do sujeito e formas de inclusão do múltiplo e do incerto da experiência urbana, influenciadas sobretudo pela filosofia pós-moderna de Derrida, Deleuze e Guatarri, entre outros (Fuão, 2016). Essas explorações abrangem políticas culturais (Vaz, 2012), a produção e circulação de discursos, imagens, textos e subtextos (Pereira *et al.*, 2014), seus ecos e expressões no cinema (Name, 2013), e a cidade como interface de signos e a comunicação de massa, uma mediação de trocas culturais e imaginárias (Ferrara, 2016).

Outras vertentes fazem a crítica da racionalização da interação, do desenvolvimento urbano e da modernização; abordam a produção de saberes locais e populares; os usos da cultura como resistência e capital simbólico, as ações individuais e coletivas no espaço vivenciado, bem como as tendências da vida urbana contemporânea (Ribeiro, 2013); e a relação entre alteridade e dominação; micropolítica, campos sociais e territorialidades. Por sua vez, temas recentes como a *cibercultura* e interfaces de espaços urbanos e redes digitais têm recebido pouca atenção na área, sendo tematizados mais frequentemente em áreas de tecnologias da comunicação e informação, como em Lemos (2007) e Bruno *et al.* (2010).

1.12 CARTOGRAFIAS, REDES E SOCIABILIDADES; CONFLITOS URBANOS

Em estreita relação com o campo anterior, leituras recentes têm se desdobrado em cartografias como formas de representação e afirmação de grupos e redes de ações no cotidiano, a partir da influência das explorações da vida cotidiana de Henri Lefebvre e Michel de Certeau, entre outros. Desenvolvimentos no país incluem a 'cartografia da ação social' e das resistências de segmentos marginalizados; estudos da presença do corpo no espaço urbano, e das experiências não-discursivas na cidade e suas corpografias (Jacques e Britto, 2015); as identificações e ligações territoriais com o sujeito, as desapropriações materiais e simbólicas, e os movimentos sociais (Fernandes, 2005).

Desdobramentos incluem os impactos das novas tecnologias sobre redes de sociabilidade (Egler, 2010), as disputas cartográficas e territoriais nos sentidos simbólicos e materiais, e a representação de grupos e sujeitos, ações e modos de vida diversos, não-oficiais ou hegemônicos (Acselrad, 2012). As conexões entre esses contextos e tendências globais da economia e política, as arenas políticas ocultas e condições urbanas em regiões periféricas do capitalismo também são encontradas, entre outros temas. Muitos desses trabalhos envolvem uma dimensão que extrapola contornos ortodoxos da pesquisa, em busca da visibilidade política de grupos nos contextos em que as pesquisas são atuadas – na forma de narrativas de conflitos, reivindicações e ocupações simbólicas em torno da legitimidade de campos e práticas sociais (Telles e Cabanes, 2006; Araujo e Haesbaert, 2007).

1.13 PRODUÇÃO E REESTRUTURAÇÃO URBANA; DINÂMICAS DO MERCADO; POLÍTICA FUNDIÁRIA

Um campo de pesquisa inteiramente distinto se constitui a partir da aproximação entre estudos urbanos e economia, tanto por vias neoclássicas quanto marxistas. A partir de matrizes gerais como as decisões locacionais e distribuição das atividades econômicas, os circuitos monetários urbanos de destruição criativa e as relações multiescalares entre fluxos do capital e sua fixação em paisagens urbanas, o campo no país se orienta a uma amplitude de processos da produção do espaço urbano.

Entre esses, a autoprodução informal e a associação entre mercado imobiliário e outros capitais (Corrêa, 2011), o mercado do solo urbano, a formação dos preços e estratégias competitivas (Jorgensen, 2008; Abramo, 2008) sob impactos da globalização e suas implicações na transformação urbana, a reestruturação produtiva, a industrialização, movimentos migratórios regionais, o desenvolvimento entre escalas global e local (Souza, 2003; Santos, 2003; Brandão, 2007), bem como a reconfiguração espacial da cidade brasileira.

Outros problemas de pesquisa incluem a relação entre produção do espaço e legislação, instrumentos de política fundiária e gestão social da valorização da terra (Santorio, 2004; Furtado, 2014); indicadores de mercado de trabalho e renda; a diferenciação social e sua distribuição no território, incluindo processos de gentrificação e segregação mediados por valores do solo e outras dinâmicas econômicas; a forma edificada, as práticas de incorporação e especulação imobiliárias (Araújo e Vargas, 2014), as estratégias mercantis e territórios simbólicos (Leão Júnior e Brito, 2009); a

atuação do Estado na produção do espaço, na implementação de políticas e modelos de financiamento habitacional, e a redução da sua presença no setor da habitação; e finalmente, as tendências de mercantilização da habitação: as conexões crescentes entre incorporação imobiliária e capital financeiro, e o uso da habitação como investimento dentro de um mercado financeiro globalizado (Rolnik, 2013; 2015).

1.14 GESTÃO, ESTRATÉGIAS E AGENTES DE PLANEJAMENTO; POLÍTICAS PÚBLICAS

A dimensão normativa da produção urbana se desdobra em um campo bastante expressivo em volume de publicações, como veremos adiante. São trabalhos focados em problemas como as influências do Estado e do mercado no processo de urbanização e na organização espacial de grupos e atividades sociais, como Arantes *et al.* (2000), Souza (2004) e Abramo (2008); a incapacidade dos mecanismos de mercado para fornecer habitação adequada e acessível, e seus impactos sobre o direito à moradia (Rolnik, 2013; 2015); os novos instrumentos de legislação como o Estatuto da Cidade e a outorga onerosa, incluindo impactos sobre a valorização fundiária, como em Cardoso (2003), Ribeiro e Cardoso (2003), Furtado (2005) e Cymbalista *et al.* (2005, 2007); ou as relações entre competitividade, guerra fiscal e políticas regionais. O campo ainda inclui críticas ao planejamento estratégico, marketing urbano, parcerias público-privadas e operações urbanas (Sánchez, 2010; Vainer, 2011). Trabalhos ainda amarram essas questões à crise societária e a mecanismos de apropriação e produção da riqueza, ligados a distintas arenas políticas, como desafios para a participação social em processos de planejamento, como em Ribeiro (2013) e Arantes *et al.* (2000), entre outros.

1.15 MEGAPROJETOS E MEGAEVENTOS; MARKETING URBANO; ESPETACULARIZAÇÃO

Com sua atenção a formas novas de produção urbana, um campo emergiu recentemente e, por motivos óbvios, cresceu nos anos 2010 no Brasil. A realização de megaeventos em todo o país, e em especial na cidade do Rio de Janeiro,⁴ trouxe a investigação dos diversos impactos que eles trazem consigo. A produção no campo inclui análises críticas da espetacularização, marketing urbano e comodificação da cidade (Sánchez, 2010); dos regimes de planejamento de exceção (Vainer, 2011);

4 A cidade do Rio de Janeiro entre 2007 e 2016 foi sede de eventos como os jogos Pan Americanos (2007), Rio +20 (2012), Jornada Mundial da Juventude (2013), Copa do Mundo de Futebol (2014) e Jogos Olímpicos e Paralímpicos (2016).

os impactos locais de lógicas hegemônicas e homogeneizantes, e transformações urbanas (Sánchez *et al.*, 2014; Novais, 2014). O fato de as implicações dos megaprojetos tenderem a se fazer sentir no tempo segue como pauta de investigação.

1.16 HISTORIOGRAFIAS DA CIDADE E DO PLANEJAMENTO; PATRIMÔNIO E MEMÓRIA URBANA

Os estudos da história e patrimônio urbanos apresentam uma produção expressiva sobretudo em eventos de pesquisa urbana no Brasil, como veremos. Fazendo uso de análises de obras e fontes documentais, a abordagem historiográfica se ramifica em diferentes temas, como as relações entre conservação e tombamento (Sampaio e Bahia, 2015), a dimensão simbólica da monumentalização (Pessôa, 2016), a herança cultural e sua importância para a produção de um urbanismo sustentável, ou a história da habitação e da construção, entre outros. A presença do campo em estudos da cidade e da arquitetura se faz sentir especialmente pela natureza da pesquisa historiográfica, utilizada como uma forma de abordar outros temas em distintas áreas.

1.17 PAISAGEM E AMBIENTE

Os temas da paisagem e ambiente têm sido objeto de abordagens bastante diversas em suas relações com fenômenos urbanos e socioespaciais, cobrindo um leque amplo – do ponto de vista experiencial e fenomenológico (Holzer, 2012) às relações sistêmicas entre morfologia e sistemas biofísicos, e biofísico, em Tângari *et al.* (2012) e Montezuma *et al.* (2014); a biodiversidade, sistemas hidrológicos e rios urbanos (Bartalini, 2009; Costa, 2006; Goski, 2010); a vulnerabilidade de ecossistemas e populações, e saúde pública; a gestão ambiental e da paisagem; as relações entre paisagem e cultura, infraestrutura e climatologia urbana (Amorim *et al.*, 2013; Macedo, 2009); às desigualdades e justiça socioambiental (Acselelad *et al.*, 2009; Fiszson, 2015), o paisagismo comestível e a justiça alimentar (Name, 2016). Vemos ainda aproximações entre temas como o paisagismo, os sistemas de espaços livres e lógicas de apropriação e produção do espaço.

1.18 SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade como temática multidisciplinar envolvendo riscos ambientais ganhou popularidade no imaginário contemporâneo, mas não tem essa mesma presença na área. Problemas de pesquisa abrangem os impactos de padrões de

ocupação urbana sobre ecossistemas (Duarte e Serra, 2003; Freitas, 2008) incluindo impactos da expansão, dispersão e compacidade urbana, transporte, poluição e mudanças climáticas (Ribeiro *et al.*, 2000) e desenvolvimento sustentável (Leite e Awad, 2012); desdobramentos políticos e a crítica dos discursos (Acselrad, 2009; Fizon e Rodrigues, 2015); urbanismo ecológico, fluxos de energia, ciclos de nutrientes, microclimas e distúrbios naturais; infraestrutura verde (Herzog, 2013) e relações com a estrutura urbana, apropriação do espaço e águas urbanas (Cormier e Pellegrino, 2008); renaturalização, reabilitação e requalificação ambiental (Romero e Silva, 2012; Araújo, 2015); poluição do ar e saúde pública (Junger e Leon, 2007); monitoramento ambiental (Martins *et al.*, 2014); planejamento e desenho ambientais (Franco, 2001; Santos, 2004; Gouvêa, 2008) e gestão de recursos hídricos. Dada à exaustão do uso do termo ‘sustentabilidade’ incluindo suas distorções mercadológicas, explorações recentes do tema vêm sendo feitas sob o conceito de ‘resiliência’ e ‘desempenho ambiental’.

1.19 ENSINO E EPISTEMOLOGIA

O debate sobre o urbanismo como conhecimento e ensino mescla a pesquisa urbana com conceitos oriundos da epistemologia, pedagogia e psicologia. Há escassez de debates no país sobre a natureza dos conhecimentos e formas de entender o fenômeno urbano como tema multidisciplinar – iniciando por pesquisas sobre a pesquisa urbana e os saberes disponíveis. Há um pequeno número de trabalhos descritivos que apresentam experiências didáticas que, contudo, parecem causar impacto limitado no modelo tradicional de ensino para além de eventuais discussões em revisões curriculares. Outro nicho pouco explorado e ainda controverso é o uso da tecnologia no ensino e na representação do planejamento e projeto urbanos. Novos recursos como os sistemas de informação geográfica têm sentido forte resistência em sua entrada nas graduações, e mesmo como recursos de pesquisa à nível de pós-graduação.

1.20 NOVAS TECNOLOGIAS E MEIOS DE EXPLORAÇÃO DE PROCESSOS URBANOS E PLANEJAMENTO

Apesar dos nichos desconectados e mesmo suspeitosos de novas técnicas, possivelmente em função de pressupostos de formação disciplinar, sua utilidade pode ser percebida na produção de pesquisa. Uma dessas frentes envolve o uso de recursos computacionais para modelar fenômenos e processos urbanos, de modo a compensar dificuldades de observação de transformações urbanas em amplas

escalas no tempo e no espaço e envolvendo grande número de agentes e dinâmicas complexas, frequentemente mesclando aleatoriedade e regularidade. Entretanto, estudos de simulação *in silico* como em Polidori e Krafta (2005), Peres e Polidori (2011) e Turkienicz e Paio (2011), e estudos em parametrismo (Canuto e Amorim, 2010) ainda são pouco explorados no país, assim como abordagens de cidades como territórios digitais, o espaço aumentado e redes tecnológicas (Duarte *et al.*, 2014).

Muitos outros trabalhos e autores não puderam ser incluídos neste mapeamento, por limitações de espaço e de varredura. Ainda, nossa proposta de divisão se baseia em uma leitura de diferenças e afinidades temáticas, teóricas e empíricas entre trabalhos produzidos e mapeados em estudos urbanos. Nossa expectativa é a de representar temas de pesquisa, mesmo que em contornos gerais. Mesmo assim, é inevitável que qualquer taxonomia esteja sujeita a interpretações e capacidades de reconhecimento da área como um todo. Portanto, não afirmamos essa divisão como absoluta, mas como uma proposta para amparar o debate que entendemos necessário na disciplina. A partir dessa e outras taxonomias, poderemos fazer investigações mais precisas sobre a distribuição da produção de pesquisa no país. Vejamos o quanto essa classificação de campos vai ser efetiva para identificar consistências e heterogeneidades temáticas na produção em pesquisa urbana no Brasil.

2. A DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO EM ESTUDOS URBANOS NO PAÍS

Muitos desses campos e abordagens espelham os desafios concretos que enfrentamos em nossas cidades. Os processos de urbanização e as constantes transformações socioespaciais demandam permanente investigação. Assim como o fenômeno urbano, campos e abordagens estão constantemente sujeitos à mudança. Alguns deles emergem e ganham evidência, enquanto outros perdem atenção. Certas questões de pesquisa surgem em contextos específicos, enquanto outras ganham o status de problemas quase universais, como a pobreza urbana e a mobilidade. Contudo, determinados problemas podem ser sentidos de modo particularmente forte em determinados contextos, e este é certamente o caso brasileiro.

Uma análise ampla da produção de pesquisa urbana no Brasil é uma tarefa que pode facilmente falhar se não for bem delimitada. Devido ao grande número de artigos publicados na área no país, não tivemos condições logísticas de cobrir um número amplo de veículos de publicação. É preciso, portanto, estabelecer que periódicos e eventos podem oferecer elementos necessários e suficientes para essa leitura, e o período temporal e amplitude regional a serem observados.

Escolhemos analisar dois dos principais periódicos e dois dos principais eventos da disciplina: a *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* (RBEUR) é uma publicação semestral da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), contínua desde 1999. A *Revista Brasileira de Gestão Urbana* (URBE) é uma publicação mais recente, tendo início em 2009 com edições semestrais, com mudança para edições quadrimestrais a partir de 2014. Os dois periódicos são focados exclusivamente em estudos urbanos, sendo referências para os pesquisadores na área, e têm QUALIS A2 nas áreas de Planejamento Urbano e Regional da CAPES, e de Arquitetura, Urbanismo e Design.

Entre os eventos, analisamos os artigos publicados nos Encontros Nacionais da ANPUR (ENANPUR), tradicional em estudos urbanos, e nos Encontros Nacionais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (ENANPARQ). O primeiro é multidisciplinar, abrangendo arquitetura e urbanismo, geografia, sociologia e economia, entre outras áreas. O segundo tem foco mais especializado em arquitetura juntamente ao urbanismo. A ANPUR existe desde 1983, inclui 57 programas de pós-graduação de todo o país e realiza seus encontros desde 1986 bianualmente, em diferentes cidades. Já a ANPARQ abrange os cursos de pós-graduação em arquitetura e urbanismo que vinham surgindo sobretudo na década de 1990. Formou-se em 2004, tendo 29 programas de pós-graduação filiados, e realizando seus encontros bianuais desde 2010. Definimos como categorias de análise os campos temáticos mapeados acima, tendo como recorte os anos de 1999 a 2016 (RBEUR: 1999-2015; URBE: 2009-2015; ENANPUR: 2001-2015; ENANPARQ: 2010-2016).

Nosso objetivo não é o de comparar esses veículos entre si, mas analisar como os campos se expressam neles. Há semelhanças de ênfase temática entre RBEUR, URBE e ENANPUR, iniciando pelos termos ‘planejamento’ e ‘gestão’ em seus títulos. Mas há semelhanças que vão além desse foco em comum: esses veículos se mostram abertos o suficiente para abrigarem publicações em temas diversos. Em que pese um possível *bias* para Gestão, veremos que este campo não predomina em nenhum dos veículos. Já o ENANPARQ se diferencia ao incluir publicações também em arquitetura. Entretanto, seus eixos temáticos mostram certa sobreposição aos eixos do ENANPUR. De qualquer modo, as *diferenças entre esses veículos* são de interesse para um panorama: elas aumentam a amplitude e a representatividade estatística do levantamento.

Metodologicamente, uma definição inicial dos campos amparou o levantamento dos artigos. A classificação nasceu de uma leitura interpretativa a partir do nosso contato especializado com a área, não de uma distribuição estatística – como poderia ter sido o caso, via recursos computacionais. Os artigos passaram a ser classificados de acordo com essa definição. Durante o processo de classificação dos artigos, fizemos checagens recursivas da taxonomia em si, e alguns campos foram reformulados de acordo com os achados e informações trazidos pelos quatro veículos examinados em detalhe.

Os itens analisados foram: *autoria; instituição de origem do/a primeiro/a autor/a; veículo; ano da publicação*. Para fins de estudo da *distribuição dos interesses e da produção de pesquisa no país*, foram explorados três conjuntos de informações: (1) o número de artigos publicados nos quatro veículos, de acordo com eixo e campo temáticos no período analisado; (2) o número de artigos publicados de acordo com a região das instituições de origem dos autores; (3) o número de artigos publicados de acordo com as instituições. A partir da definição das categorias, acessamos títulos, resumos e palavras chaves dos artigos. No caso de dúvidas, acessamos o texto e referências; no caso de persistência de dúvidas, discutimos o artigo entre os coautores. Nosso levantamento não incluiu grupos de pesquisa registrados nas agências de fomento: nosso objetivo não era avaliar o que grupos de pesquisa objetivam fazer, mas a produção efetiva de pesquisa. Foram levantados e categorizados 3.897 artigos: 255 na RBEUR, 141 na URBE, 2488 no ENANPUR, e 1013 no ENANPARQ.⁵ Há uma tendência de crescimento no número de artigos nos dois eventos, recentemente ultrapassando os 300 artigos no ENANPARQ e os 400 artigos no ENANPUR (Tabela 2).

5 Os resumos do ENANPUR e ENANPARQ não estão disponíveis em padrão específico. A divisão por temas pode apresentar variações entre eventos. Por exemplo, os dados do II ENANPARQ (2012) e XV ENANPUR (2013) não identificam as instituições dos autores, impossibilitando a definição e do estado e região das publicações, o que limitou a análise aos eixos e campos. O IV ENANPARQ (2016) teve a estrutura em eixos temáticos que vinha se afirmando nos eventos anteriores alterada, o que dificultou a análise nos mesmos moldes. O ENANPUR e ENANPARQ têm portes distintos, e o segundo inclui trabalhos focados também em arquitetura, que foram categorizados por aproximação temática nos campos propostos.

TABELA 2: OS EVENTOS ENANPUR E ENANPARQ (2001-2016) CONSIDERADOS NO ESTUDO.

Número de Artigos Analisados nos Eventos ENANPUR e ENANPARQ												
Ano	2001	2003	2005	2007	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Encontro	IX ENANPUR	X ENANPUR	XI ENANPUR	XII ENANPUR	XIII ENANPUR	I ENANPARQ	XIV ENANPUR	II ENANPARQ	XV ENANPUR	III ENANPARQ	XVI ENANPUR	IV ENANPARQ
Local	RJ	BH	SA	BE	FO	RJ	RJ	NA	RE	SP	BH	PoA
Artigos	155	212	178	247	311	246	427	172	484	269	474	326

FORNTE: AUTORES

Vejamos agora a distribuição dessa produção nos campos temáticos.

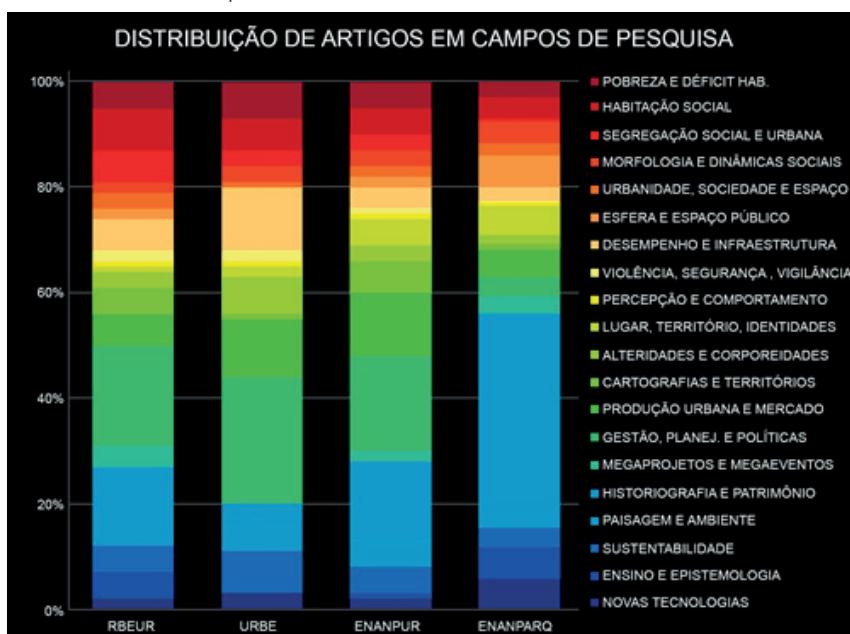
2.1 A EVOLUÇÃO DOS CAMPOS

Os somatórios das publicações distribuídas nos vinte campos mapeados nos periódicos e eventos analisados, mesmo não sendo estatisticamente representativo da produção em pesquisa urbana como um todo no país, mostra seus pesos relativos. Vemos certa similaridade geral nas distribuições entre RBEUR, URBE e ENANPUR, ao passo em que o campo ‘Historiografia e patrimônio’ exerce maior presença no ENANPARQ.

Analisando com mais precisão o panorama capturado pelo gráfico 1:

- Pobreza urbana, déficit habitacional e direito à cidade varia de 3% (ENANPARQ), 5% (RBEUR e ENANPUR) a 7% (URBE), enquanto Habitação social varia de 4% (ENANPARQ), 6% (URBE e ENANPUR) a 8% (RBEUR).
- Um campo clássico nos estudos urbanos, a Segregação tem presença variada nos veículos, com mais espaço na RBEUR (6%), 3% na URBE e ENANPUR, e presença frágil no ENANPARQ (1%).
- Alguns campos geram menos publicações, talvez por operarem com temas específicos ou serem mais fortemente teóricos, como Morfologia e dinâmicas sociais (de 2% na RBEUR à 4% no ENANPARQ) e Urbanidade e sociedade-espaço (de 1% na URBE à 3% na RBEUR).
- Entre os campos recentes, Esfera e espaços públicos e sistemas de espaços livres já conta com presença, variando de 2% na RBEUR e ENANPUR à 6% no ENANPARQ, e sem presença significativa na URBE.

GRÁFICO 1: DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS NOS CAMPOS PARA OS QUATRO VEÍCULOS EXAMINADOS DESDE 1999.



FORNTE: AUTORES

- Surpreendentemente, Desempenho e infraestrutura tem presença variando de razoável (3 e 4% no ENANPARQ e ENANPUR) a expressiva nos periódicos, RBEUR (6%) e URBE (12%).
- Violência, segurança e tecnologias da vigilância tem 1% no ENANPUR e 2% na RBEUR e URBE, entretanto sem presença significativa no ENANPARQ (menos de 1%).
- Um campo com presença na área desde os anos 1960 encontra, desde 1999, produção pequena no país: Percepção e comportamento tem menos de 1% no ENANPARQ e 2% nos demais veículos.
- Lugar, território e identidades varia entre 1% (RBEUR), 2% (URBE), 5% (ENANPUR) e 6% (ENANPARQ).
- Alteridades e corporeidades, imaginário e cibercultura varia de 1% no ENANPARQ, 3% na RBEUR e ENANPUR a 7% na URBE.
- Já Cartografias e sociabilidade varia de 1% na URBE e ENANPARQ a 5% e 6% na RBEUR e ENANPUR, respectivamente.
- O campo clássico da Produção do espaço e mercado imobiliário conta com 5 e 6% no ENANPARQ e RBEUR, e 11 e 12% na URBE e ENANPUR.
- Gestão e políticas tem forte expressão: 19% na RBEUR, 24% na URBE, 17% no ENANPUR, mas apenas 4% no ENANPARQ. Três dos quatro veículos

examinados têm ênfase em gestão e planejamento, portanto tendem a ter um bias nesse sentido.

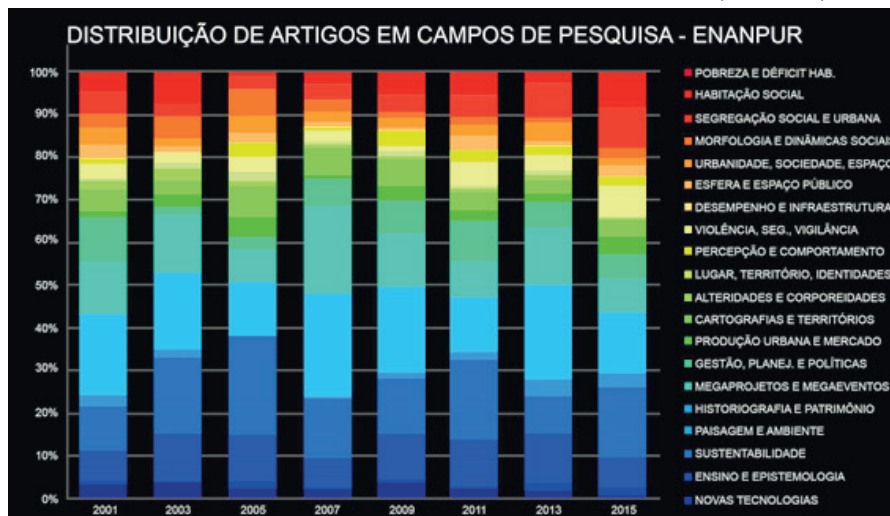
- Megaprojetos e marketing tem 4% da produção na RBEUR, 3% no ENANPARQ, 2% no ENANPUR, e sem presença significativa em URBE.
- O campo da Historiografia e patrimônio ganha projeção no ENANPUR (15%) e RBEUR (12%), e sobretudo ao adicionar estudos em arquitetura no ENANPARQ (37%) – mas conta com participação menor em URBE (3%).
- Sustentabilidade tem peso similar à temas clássicos no país: de 4% (ENANPARQ) a 8% (URBE) da produção no país, com espaço sobretudo na URBE, e mais do que o campo tradicional Paisagem e ambiente, que varia de 3% (RBEUR), 4% (ENANPARQ), 5% (ENANPUR) a 6% (URBE).
- Já Ensino e epistemologia tem presença de 5% (RBEUR), 6% (ENANPARQ), 1% (ENANPUR) e sem presença significativa na URBE.
- Finalmente, Novas tecnologias varia de 2% na RBEUR e ENANPUR, 3% na URBE a 6% no ENANPARQ.

Em geral, há *consistência* na proporção relativa dos campos nos diferentes veículos – com a exceção de Historiografia e patrimônio no ENANPARQ. Essa consistência é surpreendente, dado que essas proporções poderiam ser inteiramente distintas. O fato de que elas não o são indica a abertura dos veículos a temas diversos, e a existência de regularidades na distribuição dos diferentes campos. Ainda, o fato de que a divisão de campos proposta encontrou essas regularidades tanto no todo quanto nos campos isoladamente para os quatro veículos examinados, com variações refletindo ênfases dos veículos, sugere que a classificação foi capaz de capturar *padrões* na produção em pesquisa no país.

Esse padrão é ligeiramente *variável no tempo*. A análise de um único veículo com grande volume de publicações oferece uma ideia mais precisa da evolução da produção nos campos temáticos. Escolhemos o ENANPUR para este fim, com 2488 artigos no período analisado (Gráfico 2). Os campos experimentam certa variação. Gestão tem em geral produção expressiva. Desempenho urbano e infraestrutura apresenta tendência de crescimento desde 2009, assim como Pobreza urbana, ainda que de modo mais irregular. Megaprojetos e marketing apresentou um pico, possivelmente relacionado à realização da Copa do Mundo. Sustentabilidade mostra sinais de redução desde 2013. Os campos Pobreza urbana, déficit e direito à cidade, e Desempenho e infraestrutura têm ganhado presença, enquanto Segregação perdeu força desde 2009. Megaprojetos e marketing urbano mostrou crescimento de 2007

a 2013, e uma pequena inflexão em 2015, assim como Sustentabilidade. O campo de Novas tecnologias vem experimentando queda a partir de 2009, enquanto outros mostram variações, mas sem apresentar tendências claras.

GRÁFICO 2: DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS NOS CAMPOS NOS ENANPUR (2001-2015).

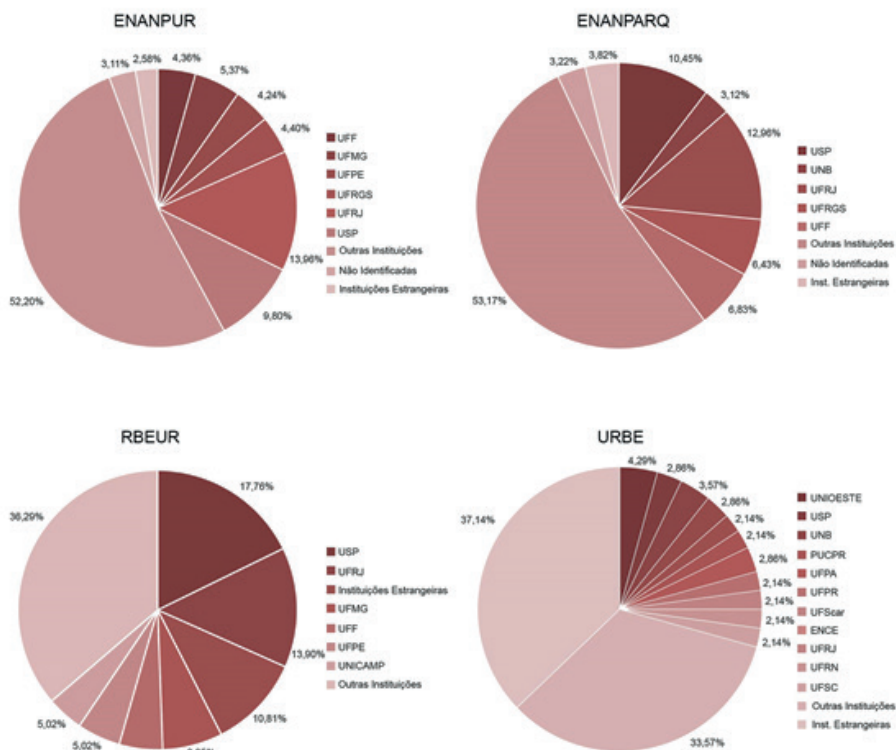


FUNTE: AUTORES

2.2 O PESO DAS INSTITUIÇÕES

A distribuição institucional da produção se mostra desigual, considerando os quatro veículos analisados (Gráfico 3): quase um terço das publicações foi gerada por apenas quatro instituições (UFRJ, USP, UFF e UFRGS). URBE apresenta uma distribuição mais similar entre instituições, com maior presença daquelas localizadas mais ao sul do país, evidenciando a influência do contexto regional. Outro ponto interessante é a participação de trabalhos internacionais: 37% dos trabalhos publicados na URBE, 13,90% em RBEUR, 2,58% no ENANPUR e 3,82% no ENANPARQ. O número de artigos publicados por pesquisadores de instituições estrangeiras é de 183 artigos, 4,71% do total. A partir da distribuição das instituições em percentuais das publicações em cada veículo, geramos um *ranking* (Tabela 3).

GRÁFICO 3: DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS POR INSTITUIÇÃO.



FORNTE: AUTORES

TABELA 3: RANKING DAS INSTITUIÇÕES NOS QUATRO VEÍCULOS EXAMINADOS.

Posição	Instituição	Número de artigos	Percentual
1	UFRJ	496	12,76%
2	USP	398	10,24%
3	UFF	191	4,91%
4	UFRGS	184	4,73%
5	UFMG	172	4,43%
6	UFPE	144	3,70%
7	Unicamp	123	3,16%
8	UFBA	107	2,75%
9	UnB	105	2,70%
10	UFPA	90	2,32%
11	UFRN	75	1,93%

Posição	Instituição	Número de artigos	Percentual
12	UFSC	67	1.72%
13	UPM	60	1.54%
14	PUCCAMP	49	1.26%
15	UFC	48	1.23%
16	UFPB	46	1.18%
17	UERJ	38	0.98%
18	UFPR	37	0.95%
19	UFABC	36	0.93%
20	UFSCar	34	0.87%
21	PUC - MG	32	0.82%
22	Mackenzie	30	0.77%
23	PUC - PR	30	0.77%
24	PUC - RJ	28	0.72%
25	UNESP	28	0.72%
26	UFAL	25	0.64%
27	USP - SC	25	0.64%
28	UFU	24	0.62%
29	UFES	23	0.59%
30	UFJF	22	0.57%
31	UFV	22	0.57%
32	UNIVAP	21	0.54%
33	UEM	19	0.48%
34	UFPEl	19	0.48%
35	FURB	18	0.46%

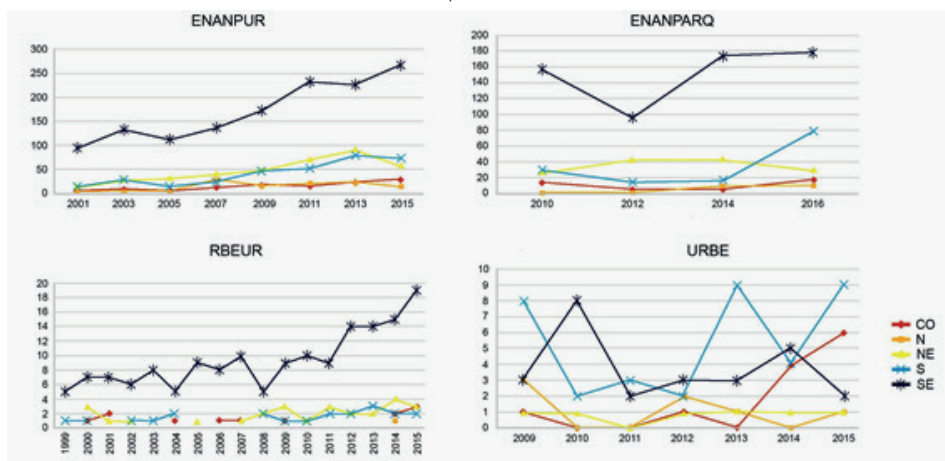
FORNTE: AUTORES

2.3 O PESO DAS REGIÕES

A projeção das diferentes regiões do país nos quatro veículos é um ponto que requer atenção, especialmente quando tratamos de publicações que frequentemente problematizam desigualdades regionais. Um item a analisar é o *grau de influência dos lugares sedes dos periódicos e eventos* sobre a atração e o volume de publicações. Os dois eventos, ENANPUR e ENANPARQ, têm comitês editoriais itinerantes. RBEUR tem editores e secretaria com mandatos de dois anos e localização também variável. URBE, por sua vez, tem a editoria sediada principalmente na PUC-PR. Os trabalhos publicados na RBEUR e nos eventos ENANPARQ e ENANPUR parecem em princípio refletir diferenças na distribuição populacional no país, mostrando predominância da região Sudeste (Gráfico 4), mas de forma possivelmente mais do que proporcional: a região

Sudeste aumentou progressivamente sua presença em RBEUR desde 2011, semelhante ao ENANPUR em 2014. No ENANPUR, a predominância também vem aumentando, mas em menor grau. Vemos também a influência do local onde os eventos ocorrem: por exemplo, há um aumento significativo da participação da região Norte em 2007, ano em que o ENANPUR foi realizado em Belém, e da região Sul em 2016 no ENANPARQ, ano em que o evento foi realizado em Porto Alegre. Outro indício da força do local é distribuição em URBE, com presença mais forte de trabalhos oriundos das regiões Sul e Centro-Oeste, mas sem clara predominância regional ou institucional.

GRÁFICO 4: DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS POR REGIÃO.



FORTE: AUTORES

Nosso mapeamento não representa a distribuição da produção nos campos de pesquisa urbana no país em termos absolutos – mas sim a distribuição nos quatro veículos, como indícios do panorama real. Além de tecer certa topografia da pesquisa urbana brasileira, esses achados despertam mais perguntas:

- Quais são as razões para essa distribuição de temas e produção de pesquisa?
- Qual é o peso dos desafios empíricos que enfrentamos na orientação de abordagens e do cenário da pesquisa no país?
- Quais são nossas fragilidades?
- Quais são as condições para a gênese de uma agenda de pesquisa brasileira?
- Quais são as condições para gerarmos matrizes de teorização mais ambiciosas?
- Quais são nossas possibilidades de contribuição à produção internacional?
- Naturalmente, não é possível responder a essas questões de modo isolado e em um único texto. Mas vejamos como podemos estimular essa discussão.

3. O PESO DO CONTEXTO: UMA LEITURA DA PESQUISA URBANA NO BRASIL

O quanto o contexto molda esse cenário de pesquisa? Retornaremos agora à uma leitura interpretativa da produção em pesquisa urbana no país, para além dos quatro veículos analisados quantitativamente na seção anterior. Vemos que temas atraem a atenção de grupos com inclinações empíricas e sensibilidades teóricas específicas. Não há uma agenda de pesquisa coesa, o que é natural em uma área de atuações pluralizadas, mas uma série de abordagens estabelecidas a partir de problemas que determinam campos de maior ou menor amplitude. Um exemplo é a presença mais forte de abordagens críticas em regiões e cidades que apresentam conflitos socioeconômicos mais visíveis espacialmente. Campos se diversificam a partir de fenômenos percebidos e investigados; alguns deles atraem mais atenção, visível no número de publicações, encontrando maior difusão também no ensino. Mas não se pode considerar essas as únicas variáveis influentes na configuração da pesquisa em urbanismo no Brasil. Reconhecendo que esses aspectos não são restritos à pesquisa em urbanismo, vejamos abaixo algumas questões que entendemos como centrais e merecedoras de mais debate em nosso contexto.

Os estudos urbanos parecem ainda marcados por certa ‘ansiedade normativa’ e colhidos em divisões:

- Entre a *necessidade do entendimento* dos problemas urbanos e a *urgência da ação* através da crítica e do planejamento;
- Entre abordagens *críticas e analíticas*, e entre abordagens *qualitativas e quantitativas*, com rejeições mútuas e difícil diálogo, iniciando por visões distintas de território e configuração espacial, e de como abordar o ‘social’;
- Entre teorias *urbanas* e teorias *socioespaciais*, lembrando a distinção de Harvey (1973), temos ênfases ora numa relativa autonomia da cidade enquanto unidade de análise, ora no seu status como pano de fundo para processos socioespaciais mais amplos.

Caminhos profícuos de pesquisa poderão se beneficiar com a busca da superação dessas dicotomias. Ao olharmos as condições da produção de explicações teóricas, notamos que nossa pesquisa, centrada nas urgências do contexto, se mostra associada a uma forte *tendência ao pensamento indutivo*, que constrói explicações a partir do observado. Não se trata de preferir o método indutivo ou o dedutivo, mas de examinar implicações quando há forte predominância de um deles em uma área de investigação. O trabalho dedutivo, que parte de proposições teóricas para abordar problemas que se situam com frequência para além da observação direta, demanda abstração e descrição de processos e estruturas que extrapolam o caso ou contexto específico.

Essa dificuldade com o método dedutivo pode impor limitações em explicações de fenômenos ainda *sem conteúdo empírico* – isto é, que vão além do que pode ser observado diretamente (Dewey, 1997 [1910]).

Isso implica em menor possibilidade de reconhecer aspectos que vão além da percepção dos fatos como se apresentam; mais dificuldades para endereçar relações que transcendem dados isolados ou contextos específicos – e menor poder de *proposição* sobre processos amplos que estruturam ou desestruturam a realidade em questão. O foco indutivo tende a gerar uma produção baseada em casos específicos, portanto potencialmente mais fragmentada, onde pesquisas encontram pouca condição de estender abordagens anteriores. Isso sugere uma possibilidade: a predominância do indutivismo na pesquisa urbana no Brasil coincide com certa escassez de proposições teóricas. A verificação dessa possibilidade, no entanto, demandará um exame empírico específico.

Mas de modo contraditório, percebemos nosso *relativo desinteresse na busca por evidências sistemáticas como formas de sustentação de teorias e argumentos*. Em outras palavras, ainda há relativa escassez do uso de evidências para sustentar argumentos. Lembrando a crítica de Durkheim (1995 [1893]), o estudo de poucos casos selecionados não é suficiente para confirmar hipóteses ou afirmar conclusões gerais. Seleções de caso frequentemente não seguem métodos aptos para encontrar representatividade frente a variações do problema – mas seguem escolhas contingenciais, às vezes arbitrárias ou, nos casos extremos, convenientes e auto confirmadoras. Isso implica que nem todas as pesquisas caem estritamente dentro de abordagens científicas, que requerem confirmações empíricas amplas e sistemáticas.

Não afirmamos com isso a *verificação* como critério definitivo para o que é ou não conhecimento válido, lembrando a provocação de Peter Winch (1990 [1958]) de que “para empiristas, todas as afirmações sobre a realidade devem ser empíricas ou elas são infundadas”. Fenômenos urbanos e sociais incluem aspectos e relações que estão além da observação, e que podem impossibilitar o confronto empírico e a verificação. Ao mesmo tempo, como Latour (2005), reconhecemos a possibilidade de que, quando atores e entidades atuam e processos se desdobram, mesmo elusivos em si, deixam traços que podem ser encontrados e traduzidos em linguagens. A possibilidade de abordagens interpretativas não significa suspender a ênfase na necessidade de estudos empíricos sistemáticos.

Muitos dos trabalhos ainda se mostram *baseados em pressupostos e premissas cuja veracidade é assumida* e nem sempre examinada como oportunidade de investigação

empírica. Frequentemente, explicações são baseadas em paradigmas que antecipam as respostas, em uma espécie de confirmação *ex ante*: as respostas são obtidas a partir das definições estabelecidas *a priori* pelo paradigma. Essa forma de pesquisa é mais sujeita a proposições e métodos não abertos ao próprio erro, e pode levar a conclusões não problematizadas ou não confrontadas com outras possibilidades de entendimento – levando a riscos mais altos de *circularidade epistemológica*: a autoconfirmação dos pressupostos da teoria que sustenta o estudo. Diferentemente disso, o esforço de investigação se beneficia de uma abertura ao fenômeno e às surpresas que podem estar contidas nele, e de métodos que possam mostrar que uma teoria ou hipótese pode, ao final, mostrar-se errada.

Parte expressiva da nossa produção *carece do diálogo e confronto amplo, não seletivo com o estado da arte* (dentro e fora do país) sobre o problema em questão. Carece, portanto, de definição clara de onde o trabalho se situa, e o que pode contribuir como conhecimento. Esse item aparece atrelado com dificuldades na passagem clara entre a definição do problema de pesquisa, a conceituação e confronto com o estado da arte, a definição rigorosa do método a partir dos aspectos do fenômeno a serem estudados (e não definidos *a priori* e impostos sobre o fenômeno), e a empiria.

Observamos certa *limitação de ambição teórica*, com poucos trabalhos de natureza propositiva conceitualmente. Esta limitação aparece associada ao risco de reproduzirmos em nossos ambientes a mera aplicação de teorias – similar a uma cultura que Kuhn (1962) chamava ‘ciência normal’, na qual pesquisadores operam sem questionamentos estruturais dentro de paradigmas desenvolvidos em outros contextos – no nosso caso, o norte global. Percebemos ainda certo *conservadorismo* teórico de pesquisadores que se afiliam a determinadas abordagens e reproduzem essas ideias e referências ao longo de sua trajetória de produção.

Parece haver ainda uma curiosa *dificuldade de citação e referência* de trabalhos entre autores distintos abordando os mesmos temas no país – talvez por receios de perda de originalidade ou concessão de autoridade. A média de citações nas humanidades e ciências sociais é menor que nas ciências naturais, em termos globais (Bastow *et al.*, 2014). Esse caso parece especialmente forte no nosso contexto. Essas ausências geram dificuldades potencialmente graves para nossa pesquisa: a fragmentação e perda de oportunidades de acúmulo de saberes e de incorporação dos ganhos trazidos por outros trabalhos, de modo a permitir mais avanços. O uso rigoroso de referências e citações é central em um ambiente de incentivo, com senso de justiça distributiva.

As referências teóricas utilizadas se mostram frequentemente mais antigas do que a média das citadas em publicações internacionais. Vemos ênfases mais centradas nos clássicos do que no estado da arte. Isso pode ser explicado em parte por uma forte *barreira linguística*: o fato de que muitos pesquisadores (sobretudo em formação) sentem dificuldades e resistência a textos em outras línguas, sobretudo aquela que termina sendo a mais usada na ciência, o inglês. Infelizmente, poucos textos internacionais ganharão status suficiente para ter tradução em português, e isso pode levar décadas. Sem a fluência em outras línguas, tendemos a enfrentar fortes limitações no diálogo com o estado da arte, o que reforça a endogenia e leva a dificuldades de inovação, sobretudo considerando um contexto de internacionalização da pesquisa e a possibilidade de contribuições brasileiras efetivas nesse cenário.

Como parte do seu desenvolvimento, a fase seguinte desta análise da produção de pesquisa em estudos urbanos no país vai examinar precisamente essas questões, entre outras. Naturalmente, itens dessa ordem não são problemas exclusivos do nosso contexto de pesquisa – dificuldades análogas em graus variados podem ser observadas em outros países. Entretanto, nossa intenção é tecer uma autocrítica como parte desse contexto, com a intenção de disparar processos positivos de autorreflexão coletiva. Algumas perguntas se colocam nesse sentido: como preparar pesquisadores com mais autonomia, mais capazes de se mover entre abordagens e teorias disponíveis, portanto mais aptos a gerar novas sínteses, ou identificar novos problemas e lidar com epistemologias mais atuais? Quais são as formas de pesquisa capazes de impactar a área, movendo a agenda em nossos campos?

4. POTENCIAIS PARA ABORDAGENS BRASILEIRAS: HIBRIDISMO, SINCRETISMO E GAMBIARRA

Vemos que não há uma agenda integrada, formal, autoconsciente de pesquisa urbana no país – mas sim um *caráter* da pesquisa brasileira. Esse caráter se mostra movido por pressões empíricas e urgências reais mais do que por debates focados, por exemplo, na recepção de novas teorias. O volume e foco dos trabalhos sugere que as pressões empíricas têm ditado as abordagens. Ainda mostram uma lógica predominantemente *indutiva*, e menos ênfase na pesquisa teórica voltada a temas mais amplos, capazes de transcender e amarrar contextos, levando tensões e contradições em conta. Entendemos que nossas agendas (necessariamente plurais e abertas) ainda se beneficiariam de maior atenção ao estado da arte dentro e fora do país, e do aprofundamento do debate sobretudo de inovações teóricas e metodológicas.

Podemos agora retornar a perguntas colocadas acima: como estimular abordagens capazes de refletir nossa atenção empírica e potenciais interpretativos? O que nossa pesquisa pode oferecer em um cenário de crescente internacionalização? Há tradições regionais em ciência e filosofia moderna e contemporânea, como a alemã, a francesa, britânica ou americana, com traços nítidos e distintos. Essas tradições transcendem disciplinas, mas se fazem sentir nelas. Entendemos que *há formas contextuais de pesquisar e teorizar*. Não podemos demonstrar isso neste trabalho; oferecemos fundamentalmente uma interpretação.

Entretanto, negar o peso do contexto significa tornar *absolutas* as condições para se fazer pesquisa e teoria – como se teóricos pensassem o mundo a partir de suas mentes individuais, livres dos conceitos e modos de compreensão que uma linguagem, uma comunidade linguística e uma forma de vida carregam (Wittgenstein, 1953). Nossas interpretações e teorizações são dependentes da linguagem, de termos e conceitos que circulam, e de uma realidade empírica que os informam e demandam. Apropriadamente, há debates em andamento sobre ‘urbanismo comparativo’ (Robinson, 2016), ‘urbanismo global’ (Scott e Storper, 2015; Robinson e Roy, 2016) e, mais amplamente, as ‘epistemologias do sul’ de Boaventura de Souza Santos (2010; 2012), clamando exatamente por mais proposições vindas de outras regiões que não a Europa e EUA – para além do colonialismo intelectual.

Concluímos este panorama discutindo a possibilidade de estímulo à pesquisa e teorização brasileiras como contribuições às epistemologias do Sul e ao urbanismo comparativo. Não se trata de buscar a manifestação de pesquisadores de exceção ou gênios capazes de propor sínteses revolucionárias – mas de estimular o esforço ao desenvolvimento de sínteses próprias e contribuições robustas como algo ao alcance de nossos pesquisadores em geral. A intensificação desses estímulos teria de passar por nossas sensibilidades empíricas e pelas características que nosso contexto urbano coloca – das relações sociais crivadas de complexidades às suas espacialidades e experiências.

Entendemos que nossa produção se beneficiaria em ir além da empiria dos casos isolados, em direção a um modo próprio de teorizar, enriquecido por uma condição cultural diversa, expressa em possibilidades de interpretação e criação teórica menos ortodoxas. Essa condição cultural pode corresponder a grande parte deste potencial.

Formas de inovação em pesquisa podem incluir práticas de *ruptura e contraposição a abordagens existentes, mas estudos apontam com mais frequência a proposição de novas conexões* entre elementos conhecidos (Beveridge, 1957; Csikszentmihalyi, 2013).

Essa postura sintética parece se relacionar particularmente bem com nosso contexto. Possibilidades de expressão das nossas atenções empíricas e modos de compreensão podem se materializar em certas práticas – práticas capazes de ampliar nossa capacidade propositiva a partir de características e idiosincrasias. Explicitamos abaixo alguns caminhos, parcialmente sobrepostos e e já praticados, para expressar esses potenciais:

Hibridismo: significa formas de gerar algo a partir da interação de fontes heterogêneas – como misturar coisas diferentes para se chegar a uma outra coisa. Na produção de novas abordagens, isso significa aproximar conceitos, matrizes epistemológicas ou métodos distintos, na busca de novas sínteses. Fora do Brasil, um exemplo emblemático de hibridismo é a teoria de Habermas (1984), que sintetiza o foco crítico de uma teoria de emancipação, em Marx, à teoria da racionalização da sociedade em Weber, expandida via teoria de sistemas em Parsons e Luhmann e conectada à visão subjetiva dos atores via fenomenologia, entre outros recursos como a teoria do desenvolvimento cognitivo de Piaget. Em estudos urbanos no Brasil, exemplos podem ser encontrados em aproximações entre a fenomenologia e o marxismo, e nas leituras alimentadas pela observação etnográfica em conexão com a análise de redes sociais.

Sincretismo: a ideia de ‘sincretismo’ é comumente usada para entender as incorporações de aspectos de uma crença em outra. Mas esse processo não ocorre apenas na mutação de religiões: ele envolve a arte, a música popular e erudita, a transformação de práticas e estilos de vida – e o conhecimento. A habilidade cognitiva para incorporarmos conceitos de uma teoria em outra às vezes radicalmente distinta pode pautar a criação de novas abordagens. Pesquisas têm confirmado empiricamente *a diversidade cultural e étnica como fator de criatividade e inovação* em atividades baseadas em informação e cooperação (Nathan e Lee, 2013). Em que pese nossos próprios conflitos e segregações, nossa pesquisa pode se beneficiar e refletir as habilidades geradas em um ambiente de contato e permeabilidade entre saberes e culturas. Essa permeabilidade entre lógicas, ideias, métodos e saberes de naturezas aparentemente incompatíveis, aparece como uma possibilidade natural para conexões capazes de levar à inovação.

Gambiarra: uma das habilidades tidas como típicas em nosso contexto possui conotações negativas, com *status* de mito em nossa cultura – a *gambiarra*. Não se trata de fazer a apologia da gambiarra como solução permanente para problemas concretos. Gostaríamos de salientar antes os aspectos *criativos* da gambiarra: produzir

soluções (objetos, ações, tecnologias) de forma ágil, acoplando coisas ou partes de outros elementos à mão e que não deveriam funcionar juntas – mas funcionam: “uma relação ao mesmo tempo ordinária e inventiva com os objetos técnicos, muito comum na cultura brasileira” (Bruno, 2017). Nossa posição aqui se aproxima a de um etnógrafo: abstrair a rejeição moral da gambiarra como solução técnica para examinar as práticas, ideias e soluções que a viabilizam. E há muita criatividade e improbabilidade na gambiarra como busca de ideias e novas sínteses – um exercício da flexibilidade, do experimentalismo e do pendor à anarquia criativa da nossa cultura, nos termos de Mangabeira Unger (2008). Criatividade e improbabilidade das soluções são componentes da inovação. Uma interpretação positiva da gambiarra sob o ponto de vista da produção teórica sugere a criação de conexões improváveis entre conceitos ou métodos aparentemente incompatíveis, superando dicotomias, contradições ou antinomias para gerar resultados e sínteses igualmente improváveis – e potencialmente inovadores. Exemplos incluem aproximações entre visões sistêmicas de cidades e as percepções subjetivas de atores, via conceitos como ‘significado’ e ‘informação’. Sob o ponto de vista logístico, em um contexto com recursos materiais limitados, a lógica da gambiarra se torna uma capacidade de pesquisadores em buscar respostas de forma inusitada, ampliando o leque de possibilidades, como criar redes aptas a compartilhar e solucionar partes de um problema de pesquisa.

Em que pese o rigor necessário no tratamento de conceitos oriundos de diferentes epistemologias, esses nos parecem caminhos para uma teorização com traços próprios em estudos urbanos – *derivativa, sintética, idiossincrática, criativa*. Mas para tanto, precisamos *teorizar mais*: lidar com os amplos processos urbanos entre fragmentos e casos, as tramas entre ações e eventos espaciais, sociais e políticos que dão forma à vida urbana em diferentes escalas e condições. Um dos objetivos desse artigo é clamar por mais ambição na proposição de novas sínteses em pesquisa e teoria.

As análises elaboradas acima são introdutórias, conscientemente provocativas, e evocam uma forma de *pesquisa sobre pesquisa* que entendemos necessária para o desenvolvimento dos estudos urbanos no Brasil. O que elas sugerem é a urgência de investigações sistemáticas sobre práticas que venham a estimular um desenvolvimento mais robusto da nossa produção em pesquisa. Nossos campos se beneficiariam caso se constituíssem como um sistema de discursos atento a si. Em um trabalho de investigação epistemológica como este, ser superficial é um risco. Entendemos que, mesmo nessa superficialidade inicial inevitável, entradas para dentro do tecido que

constitui esse corpo heterogêneo de saber permitem reconhecer nexos e amplitudes – elementos para reconhecimentos coletivos e permanentemente abertos.

Este artigo foi originalmente publicado em *Arquitextos* 238.06 e 239.07
<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.238/7669> [parte 1]
<https://www.vitruvius.com.br/revistas/browse/arquitextos> [parte 2]

AGRADECIMENTOS

À Abílio Guerra, pela autorização para reprodução deste texto, originalmente publicado em *Arquitextos/Vitruvius*. À Sophia Psarra e pós-graduandos da UCL em visita ao país, pelo estímulo à confecção desta pesquisa e artigo. Aos colegas Andrea Sampaio e José Pessoa, Fernanda Sanchez, Jorge Batista e Werther Holzer e aos doutorandos e mestrandos das disciplinas *Interfaces Disciplinares – Estudos Avançados (IDEA)* e *Seminários de Dissertação* no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFF, pelo debate e aplicação da taxonomia de campos aqui proposta para situar suas pesquisas; a Paulo Rheingantz, Romulo Krafta, e em especial a Frederico de Holanda, por suas leituras críticas a versões anteriores deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, S.L. **Espaço público: do urbano ao político**. São Paulo: Annablume, 2008.
- ABRAMO, P. **A Cidade caleidoscópica: coordenação espacial e convenção urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- ABRAMO, P. (org.) **Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras**. Porto Alegre: ANTAC, 2009.
- ACSELRAD, H. **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. 2. ed., Ed. Lamparina, 2009.
- ACSELRAD, H.; MELLO, C.C.; BEZERRA, G. **O que é justiça ambiental?** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.
- ACSELRAD, H. (org.) **Cartografia Social e Dinâmicas Territoriais: Marcos para o Debate**. Rio de Janeiro: IPPUR, 2012.
- AGUIAR, D. **Alma Espacial – Corpo e o Movimento na Arquitetura**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2010.
- AGUIAR, D. Urbanidade e a qualidade da cidade. *In*: AGUIAR, D.; NETTO, V.M. (org.) **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2012.
- ALVES, M. **Public space: contradictions of a contemporary simulacrum**. *In*: Anais do XXXIV Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos, New York, 2016.

- AMORE, C.S.; SHIMBO, L.Z., RUFINO, M.B.C. (org.) **Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- AMORIM, L.; BARROS FILHO, M.; CRUZ, D. **Urban texture and space configuration: an essay on integrating socio-spatial analytical techniques.** *Cities*, v. 39, p. 58-67, 2014.
- AMORIM, M.C.C.T.; SANT'ANNA NETO, J.L.; MONTEIRO, A. (org.) **Climatologia urbana e regional: questões teóricas estudos de caso.** São Paulo. Outras Expressões, p. 75-92, 2013.
- ANDRADE, L. (org.) **Para além da unidade habitacional: pela moradia e pela cidade no contexto da construção da [minha] casa e da [minha] vida.** UFRJ – PROURB – CiHabE. Rio de Janeiro, 2015.
- ANDRADE, V. **Bike Infrastructures Report.** Architecture and Design Series, v. 37, p. 1-300, 2012.
- ARANTES, O. B.; MARICATO, E.; VAINER, C. **O Pensamento Único das Cidades: desmanchando consensus.** Petrópolis: Vozes, 2000.
- ARAUJO, C.P.; VARGAS, H.C. **A arquitetura e o mercado imobiliário.** São Paulo: Manole, 2014.
- ARAUJO, E.C. Requalificação Ambiental Urbana na Cidade Contemporânea: reflexões para um debate. *In:* BENINI, S.; ROSIN, J. (org.) **Estudos Urbanos: uma abordagem interdisciplinar.** Tupã/SP: ANAP, 2015.
- ARAUJO, F. G. B. de; HAESBAERT, R. (orgs). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos.** Rio de Janeiro: Acess, 2007.
- BARTALINI, V. Os córregos ocultos e a rede de espaços públicos urbanos. **Arquitextos** v. 106, n. 1, 2009.
- BASTOW, S.; DUNLEAVY, P.; TINKLER, J. **The Impact of the Social Sciences.** London: Sage, 2014.
- BATTY, M. **The New Science of Cities.** Cambridge, MA: The MIT Press, 2013.
- BELLOTTI, M.; PORTELLA, A. A. A importância do *wayfinding* na formação da imagem do lugar: o caso campus universitários descentralizados. *In:* **Anais do IV ENANPARQ.** Porto Alegre: UFRGS, 2016.
- BEVERIDGE, W.I.B. **The Art of Scientific Investigation.** New Jersey: The Blackburn Press, 1957.
- BIENENSTEIN, R.; PASCHOALINO, R. B.; AMARAL, D.; CRUZ, M.C.M.; SANTOS, F.R.O. **Regularização Fundiária Sustentável: Alguns Desafios.** Planejamento e Políticas Públicas, v. 37, p. 153-184, 2011.
- BONDUKI, N. **Os pioneiros da habitação social.** Cem anos de política pública no Brasil. Volume 1. São Paulo: Editora Unesp. Edições Sesc, 2014.
- BRANDÃO, C.A. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global.** Campinas: Unicamp, 2007.
- BRUNO, F. Objetos técnicos sem pudor: gambiarra e tecnicidade. **Revista Eco Pós**, v. 20, n. 1, 2017.
- BRUNO, F.; KANASHIRO, M.; FIRMINO, R. (org.) **Vigilância e Visibilidade: espaço, tecnologia e identificação.** Porto Alegre: Sulina, 2010.
- BURSZTYN, M. (org.). **No meio da rua: Nômades, excluídos e viradores.** Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- CALDEIRA, T.P. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo.** São Paulo: Editora 34 / Edusp, 2000.

- CAPANEMA ÁLVARES, L. Espaços livres públicos: uma análise multidimensional de apropriações e conflitos. *In*: COSTA, M.L.; SILVA, M.L.P. (org.) **Produção e Gestão do Espaço**. Niterói: Casa 8/Faperj, 2014.
- CANUTO, R.; AMORIM, L. Urbanismo paramétrico: emergência, limites e perspectivas de nova corrente de desenho urbano fundamentada em sistemas de desenho paramétrico. *V!rus*, v.3, p. s/n, 2010.
- CARDOSO, A.L. Irregularidade urbanística: questionando algumas hipóteses. *Cadernos MetrÓpole*, São Paulo, n. 10, p. 9-25, jul/dez 2003.
- CARDOSO, A.L. (org.) **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus Efeitos Territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- CARVALHO SANTOS, T. C. Espaço público, morfologia e fragmentação – rupturas e mutações no ordenamento do território. *Cadernos de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, v. 10, p. 143-163, 2012.
- CASTELLO, L. **Rethinking the Meaning of Place: Conceiving Place in Architecture-Urbanism**. London: Routledge, 2010.
- CORMIER, N.S.; PELLEGRINO, P.R.M. “Infra-Estrutura Verde: uma Estratégia Paisagística para a Água Urbana”. *Paisagem e Ambiente* n. 25, p. 127-142, São Paulo, jun. 2008.
- CORRÊA, R.L. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CORREIA, T.B.; GHOUBAR, Khaled; MAUTNER, Yvonne. **Brasil, suas fábricas e vilas operárias**. Pós n.20, São Paulo, Dezembro 2006.
- COSTA, L.M.A. **Rios e Paisagens Urbanas em Cidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley. Ed. PROURB, 2006.
- COSTA, R.X.; ELALI, G. Lendo trajetos em museu-paisagem: Um estudo de wayfinding no Instituto Inhotim. *In*: **III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo**, 2014.
- CSIKSZENTMIHALYI, M. **Creativity: The Psychology of Discovery and Invention**. New York: Harper Collins, 2013 [1997].
- CYMBALISTA, R.; PIZA, M.L.; SANTORO, P. Estatuto das cidades: uma leitura sob a perspectiva da recuperação da valorização fundiária. *In*: SANTORO, P. (org.). **Gestão social da valorização da terra**. Caderno Pólis, 9. São Paulo: Instituto Pólis, 2005.
- CYMBALISTA, R. *et. al.* **A Outorga Onerosa do Direito de Construir após o Estatuto da Cidade: um panorama de implementação nos municípios brasileiros**. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9, n.2, p. 73-93, nov. 2007.
- DEL RIO, V; OLIVEIRA, L **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.
- DEL RIO, V.; DUARTE, C.R.; RHEINGANTZ, P. A. **Projeto do Lugar: Colaboração entre Psicologia, Arquitetura e Urbanismo**. Rio de Janeiro: Contra Capa/Proarq, 2002.
- DEWEY, J. **How We Think**. Boston: Dover, 1997 [1910].
- DUARTE, D.H.L.; SERRA, G.G. **Padrões de ocupação do solo e microclimas urbanos na região de clima tropical continental brasileira: correlações e proposta de um indicador**. *Ambiente construído*, v.3, n.2, p. 7-20, 2003.

- DUARTE, F. *Crise das matrizes espaciais: arquitetura, cidades, geopolítica, tecnocultura*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- DUARTE, F.; FIGUEIREDO, F.; LEITE, L.; REZENDE, D. A. Conceptual Framework for Assessing Digital Cities and the Brazilian Index of Digital Cities. *The Journal of Urban Technology*, v.21, p. 37-48, 2014.
- DUARTE, F. Disassembling Bike-Sharing Systems: Surveillance, Advertising, and the Social Inequalities of a Global Technological Assemblage. *The Journal of Urban Technology*, v. 23, p. 1-13, 2016.
- DURKHEIM, É. *A Divisão Social do Trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1995 [1893].
- EGLER, T.T.C. Redes tecnossociais e democratização das políticas públicas. *Sociologias*, p. 208-236, 2010.
- FAULHABER, L.; AZEVEDO, L. *Remoções no Rio de Janeiro Olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2015.
- FELDMAN, S. Avanços e limites na historiografia da legislação urbanística no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 4, 2001.
- FERNANDES, A.C.; GOMES, M.A. História da cidade e do urbanismo no Brasil: reflexões sobre a produção recente. *Ciência e Cultura*, v. 56, n. 2, 2004.
- FERNANDES, B.M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais – contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista Nera*, n. 6, jan/jun, 2005.
- FERRARA, L. D. (org.) *Cidade entre Mediações e Interações*. São Paulo: Paulus, 2016.
- FERRAZ, S. M. T.; BENAYON, J. S.; ACIOLY, L. L.; ROSADAS L. G.; CORREA, P. R. *Arquitetura da Violência: A Arquitetura Antimendigo como Eureka da Regeneração Urbana*. *Movimento Revista de Educação*, v. 1, p. 111-142, 2015.
- FERRAZ, Sonia. M. T.; MACHADO, B. A.; UCHOA, S. Eu não tenho onde morar é por isso que eu moro na (areia) rua. Ou como os sem teto viraram moradores. *In: IV Seminário Internacional Direitos Humanos, Violência e Pobreza*, Rio de Janeiro, 2012.
- FIGUEIREDO, L. Desurbanismo: um manual rápido de destruição de cidades. *In: AGUIAR, D.; NETTO, V.M. (org.) Urbanidades*. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2012.
- FIGUEIREDO, L.; ORTIZ-CHAO, C. Análise Configuracional do Ambiente Construído: Lotes, Edifícios e Uso do Solo. *In: Anais do XVI ENANPUR*, 2015.
- FIRMINO, R.; DUARTE, F. Private video monitoring of public spaces: The construction of new invisible territories. *Urban Studies*, v.53, p. 741-754, 2015.
- FIRMINO, R.; HOJDA, A. A comunicação científica em gestão urbana: Revista Urbe, uma autoanálise. *In: Anais do XVI ENANPUR*. Belo Horizonte, 2015.
- FIZON, M.; RODRIGUES, L. Discursos sustentáveis para políticas públicas insustentáveis. *Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades*, v. 3, p. 96-108, 2015.
- FIZON, M. A percepção das desigualdades ambientais através das certificações para arquitetura: uma análise dos selos LEED, AQUA-HQE e Casa Azul. *In: Habitar* 2015.
- FIX, M. *Parceiros da Exclusão: duas histórias da construção de uma nova cidade em São Paulo*. São Paulo: Boitempo, 2001.

- FORTY, A. **Words and Buildings: A Vocabulary of Modern Architecture**. New York: Thames & Hudson, 2000.
- FRANCO, M. **Planejamento Ambiental para a cidade sustentável**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2001.
- FREITAS, R. **Entre Mitos e Limites: as possibilidades de adensamento construtivo face à qualidade de vida no ambiente urbano**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2008.
- FRÚGOLI JUNIOR, H. **Sociabilidade Urbana**. São Paulo: Zahar, 2007.
- FUÃO, F. F. **Coleção Querências de Derrida: Moradas da Arquitetura e Filosofia**. Porto Alegre: UFRGS, 2016.
- FURTADO, F. **Recuperação de mais-valias fundiárias urbanas: reunindo os conceitos envolvidos**. In: SANTORO, P. (org). **Gestão social da valorização da terra**. São Paulo: Instituto Pólis. Caderno Pólis, 9, 2005.
- FURTADO, F. **Uma revisão das bases conceituais para um sistema de instrumentos de política fundiária urbana**. In: COSTA, M.L.; PEREIRA DA SILVA, M.L. (org). **Produção e Gestão do Espaço**. Rio de Janeiro: Ed. casa 8, 2014.
- GOSKI, M.C.B. **Rios e cidades: ruptura e reconciliação**. São Paulo: SENAC, 2010.
- GOUVÊA, L.A. **Cidadevida: curso de desenho ambiental urbano**. São Paulo: Novel, 2008.
- HABERMAS, J. **Theory of Communicative Action**, v. 1. Cambridge: Polity Press, 1984.
- HARVEY, D. **Social justice and the city**. Athens: University of Georgia Press, 1973.
- HARVEY, D. **Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio**. **Espaço & Debates**, n. 39, 1996.
- HERZOG, C.P. **Cidade para Todos: (re) aprendendo a conviver com a natureza**. Editora: Mauad X. Inverde, 2013.
- HOLANDA, F. **O Espaço de Exceção**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- HOLANDA, F. **Os 10 Mandamentos da Arquitetura**. Brasília: FBRH Editores, 2013.
- HOLZER, W. **Mundo e lugar: ensaio de geografia fenomenológica**. In: **Qual o espaço do lugar?** MARANDOLA Jr. E., W. HOLZER, L. Oliveira (org), São Paulo: Perspectiva, 2012.
- HOLZER, W. **Sobre territórios e lugaridades**. **Cidades**, v.10, n.17, 2014.
- JACQUES, P.B.; BRITTO, F.D. **Sujeitos corporificados e corpografias urbanas: em busca de um urbanismo incorporado**. In: C.A. Silva; A. CAMPOS. (org) **Metrópoles e Invisibilidades. Da política às lutas de sentidos da apropriação urbana**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
- JORGENSEN, P. **O Mercado Imobiliário e a Formação dos Preços do Solo**. Rio de Janeiro: 2008.
- JUNGER, W.L.; LEON, A.P. **Poluição do ar e baixo peso ao nascer no Município do Rio de Janeiro, Brasil, 2002**. **Cadernos Saúde Pública**, v. 23, n. Sup 4, p. S588-S598, 2007.
- KRAFTA, R. **Impressões digitais de urbanidade**. In: AGUIAR, D.; NETTO, V.M. (org) **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2012.
- KUHN, T. S. **The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago: University of Chicago Press, 1962.
- LARRAÑAGA, A.M.; RIBEIRO, J.L.; CYBIS,

H.B. Fatores que afetam as decisões individuais de realizar viagens a pé: estudo qualitativo. *Revista Transportes*, v. 17, n. 2, 2009.

LATOUR, B. *Reassembling the social: and introduction to actor-network theory*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LEÃO JÚNIOR, F.P.; BRITO, C.S. Territórios simbólicos da cidade: as estratégias do capital imobiliário na consolidação de novas formas de morar. *In: Anais do XII ENANPUR*, Florianópolis, 2009.

LEITÃO, G. *Dos barracos de madeira aos prédios de quitinetes: Uma análise do processo de produção da moradia na favela da Rocinha, ao longo de cinquenta anos*. Niterói: EDUFF, 2009.

LEITE, C.; AWAD, J.C. *Cidades Sustentáveis. Cidades Inteligentes. Desenvolvimento Sustentável num planeta urbano*. Porto Alegre: Bookman, 2012.

LEMO, A.; *Cidade Digital*. Salvador: EDUFBA, 2007.

LISBOA, F.; FEITOSA, F. Para além da perspectiva residencial: a construção de índices de segregação dos espaços de atividades. *Revista Brasileira de Cartografia*, n.68/4, 2016.

MACEDO, S. (org.). *Paisagem e Ambiente: Ensaio*, n. 26. São Paulo: FAUUSP, p. 197-210, 2009.

MACEDO, S.; QUEIROGA, E.F.; GALENDER, F.; CAMPOS, A.C.; CUSTODIO, V.; DEGREAS, H.N.; GONÇALVES, F.M. *Os sistemas de espaços livres na constituição da forma urbana contemporânea no Brasil: produção e apropriação*. *Paisagem e Ambiente*, v. 30, p. 137-172, 2012.

MANGABEIRA UNGER, R. *O Que a*

Esquerda Deve Propor. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARANDOLA JR., E. Fenomenologia e pós-fenomenologia: alternâncias e projeções do fazer geográfico humanista na geografia contemporânea. *Geograficidade*, v.3, n.2, 2013.

MARICATO, E. *Para entender a crise urbana – São Paulo: Expressão Popular*, 2015

MARQUES, E. Urban poverty, segregation and social networks in São Paulo and Salvador. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 39, n. 6, p. 1066-1083, 2015.

MARTINS, E.M. *et al.* Utilização de Sistema de Informação Geográfica como ferramenta para gestão do monitoramento da qualidade do ar na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Eng. sanit. ambient*, v.19, n. spe, p. 43-50, 2014.

MEDEIROS, V. *Urbis Brasiliae: O Labirinto das Cidades Brasileiras*. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 2013.

MENDONÇA, F.; MONTEIRO, C.A. *Clima urbano*. São Paulo: Contexto, 2003.

MONTEIRO, C. M. G.. Enclaves, Condominiums, and Favelas: Where Are the Ghettos in Brazil?. *City and Community*, v.7, p. 378-383, 2008.

MONTEIRO, C. M. G.; Cavalcanti, R. A face noturna da cidade: dinâmica socioespacial, morfologia e seguranças das atividades noturnas no bairro de Boa Viagem. *In: Anais do II ENANPARQ*, Natal, 2012.

MONTEZUMA, R.; TANGARI, V. R.; ISIDORO, I.; MAGALHAES, A. Landscape units as territorial analysis procedure. *In: Oliveira V.; Pinho P.; Batista L.; Patatas T.; Monteiro C. (org.). Our common future in Urban Morphology*. 1. ed. Porto: FEUP, v.1, p. 1716-1726, 2014.

- NAME, L. **Geografia Pop: O Cinema e o Outro**. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2013.
- NAME, L. **Paisagens para a América Latina e o Caribe famintos: paisagismo comestível com base nos direitos humanos e voltado à justiça alimentar**. *In: Anais do XIII Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo*, 2016.
- NATHAN, M.; LEE, N. Cultural Diversity, Innovation, and Entrepreneurship: Firm-level Evidence from London. *Economic Geography* v. 89, n. 4, p. 367-395, 2013.
- NETTO, V.M.; KRAFTA, R. “Segregação dinâmica urbana: modelagem e mensuração.” *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.1, p.133-152, 1999.
- NETTO, V.M. **Cidade & Sociedade: As Tramas da Prática e seus Espaços**. Editora Sulina: Porto Alegre, 2014.
- NETTO, V.M.; PINHEIRO, M.; PASCHOALINO, R. Segregated networks in the city. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 39, n. 6, 2015.
- NOVAIS, P. Urbanismo na Cidade Desigual. O Rio de Janeiro e os megaeventos. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e regionais, RBEUR/ANPUR*, v. 16, n. 1, 2014.
- OJIMA, R. Dimensões da urbanização dispersa e proposta metodológica para estudos comparativos. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 24, n.2, p. 277-300, 2007.
- OJIMA, R.; MARANDOLA Jr., E. (org.). **Dispersão Urbana e Mobilidade Populacional: implicações para o planejamento urbano e regional**. São Paulo: Blucher, 2016.
- PEREIRA, M.A.C.S.; TOPALOV, C.; LILLE, L. C.; BRESCIANI, S.; DARC, H. R. **A aventura das palavras da cidade através dos tempos, das línguas e das sociedades**. São Paulo: Romano Guerra, 2014.
- PERES, O.M.; POLIDORI, M.C. **Práticas contemporâneas de geocomputação aplicadas ao ambiente digital**. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 3, p. 259-271, 2011.
- PESSÔA, J.S. **Entre o singelo monumentalizado e o simbólico Reflexões sobre o patrimônio cultural brasileiro**. São Paulo: Arquitextos, v. 195, p.1, 2016.
- POLIDORI, M.C.; KRAFTA, R. **Modelando crescimento urbano com integração de fatores urbanos, ambientais e institucionais**. *Geofocus*, v. 5, p. 156-179, 2005.
- QUEIROGA, E.F. Da relevância pública dos espaços livres: um estudo sobre metrópoles e capitais brasileiras. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 58, p. 105-132, 2014.
- REIS, A.T.L.; LAY, M.C. Avaliação da qualidade de projetos – uma abordagem perceptiva e cognitiva. *Ambiente Construído (São Paulo)*, Porto Alegre, v.6, n. 3, p. 21-34, 2006.
- REIS, A. T.; DITTMAR, C. On the Relationship Between Crime in Residential Areas and Street Segment Attributes. *In: KABISCH, S. et al. (org.). Vulnerability, Risks, and Complexity: impacts of global change on human habitats – series: advances in people-environment studies*, v. 3. Göttingen: Hogrefe, 2012.
- RHEINGANTZ, P.A. Narrativas ou traduções de urbanidade. *In: AGUIAR, D.; NETTO, V.M. (org.) Urbanidades*. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2012.
- RHEINGANTZ, P.A.; PEDRO, R.(orgs.) **Qualidade do Lugar e Cultura Contemporânea: Controvérsias e Ressonâncias em Coletivos Urbanos**. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/Proarq, 2012.
- RIBEIRO, A.C.T. Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço. v. 3, 4, 5. Rio

de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RIBEIRO, L.C.Q.; CARDOSO, A.L. (org.). *Reforma Urbana e Gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade*. Rio de Janeiro: REVAN / FASE, 2003.

RIBEIRO, S.K.; COSTA, C.V.; DAVID, E.G.; REAL, M.V.; DÁGOSTO, M.A. *Transporte e Mudanças Climáticas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

ROBINSON, J. Comparative urbanism: New geographies and cultures of theorizing the urban. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 40, n. 1, p. 187–199, 2016.

ROBINSON, J.; ROY, A. Global urbanisms and the nature of urban theory. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 40, n. 1, p. 181–186, 2016.

ROLNIK, R. Late neoliberalism: the financialization of homeownership and housing rights. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 37, p. 1058–1066, 2013.

ROLNIK, R. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROMERO, M.A.; SILVA, C.F. (org.) *Olhares da Reabilitação Ambiental Sustentável*. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2012.

SABOYA, R. T.; NETTO, V.M.; VARGAS, J.C. *Fatores morfológicos da vitalidade urbana: Uma investigação sobre o tipo arquitetônico e seus efeitos*. *Arquitextos*, n. 180, v. 01, 2015.

SAMPAIO, A. R.; BAHIA, S.R. *Reais enfrentamentos da conservação na escala local: o processo de tombamento do centro histórico de Santa Maria Madalena-RJ. Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável*, v. 8, p. 1–15, 2015.

SÁNCHEZ, F. *A Reinvenção das Cidades*

para um Mercado Mundial. 2. ed. Chapecó: Argos, 2010.

SÁNCHEZ, F.; BIENENSTEIN, G.; OLIVEIRA, F.L.; NOVAIS, P. *A Copa do Mundo e as Cidades: políticas, projetos e resistências*. v. 1, Niterói: EDUFF, 2014.

SANTORO, P. (org.). *Gestão Social da valorização da terra*. São Paulo: Instituto Pólis, 2004.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, B.S. Public Sphere and Epistemologies of the South. *Africa Development*, v. XXXVII, n. 1, p. 43–67, 2012.

SANTOS, M. *Economia espacial*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS, R.F. *Planejamento Ambiental: Teoria e Prática*. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

SCHROEDER, T. ; SABOYA, R. Configurational characteristics of sociospatial segregation in Brazilian cities. *In: Proceedings of the 10th Space Syntax Symposium*, 2015, London, 2015.

SCOCUGLIA, J. B. C. (org.) *Cidade, cultura e urbanidade*. 1. João Pessoa: Editora UFPB, 2012.

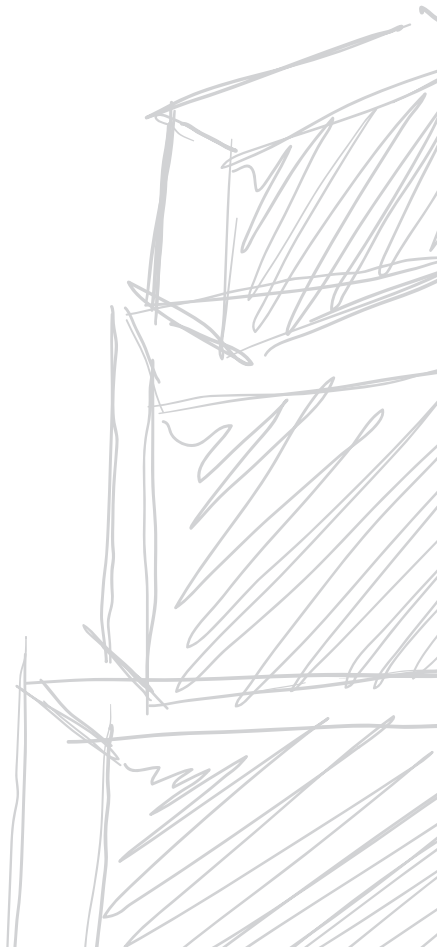
SCOTT, A.J.; STORPER, M. *The nature of cities: the scope and limits of urban theory*, v. 39, n. 1, p. 1–15, 2015.

SERPA, A.O. *Espaço Público na Cidade Contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, M.L.P. *Favelas Cariocas (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

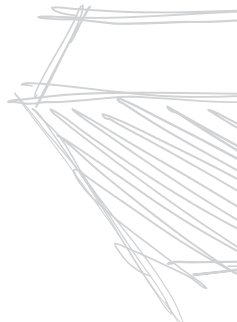
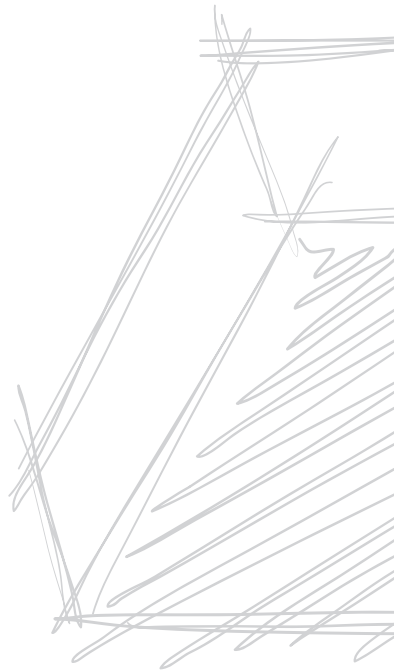
SOUZA, M.L. *ABC do desenvolvimento urbano*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

- SOUZA, M.L. **Planejamento e ativismos sociais**. São Paulo: Unesp, 2004.
- SOUZA, M.L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- TÂNGARI *et al.* **Morfologia urbana, suporte geobiofísico e o SEL do Rio de Janeiro/RJ**. *In: CAMPOS et al. Quadro do SEL nas cidades brasileiras*. São Paulo: FAUSUP, 2012.
- TARDIN, R. **Espaços Livres: Sistema e Projeto Territorial**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.
- TELLES, V.S.; CABANES, R. (org.) **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Humanitas, 2006.
- TRIGUEIRO, M. **Pacificação da cidade: a urbanidade legitimada**. *In: AGUIAR, D.; NETTO, V.M. (org.) Urbanidades*. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2012.
- TURKIENICZ, B.; PAIO, A.; **An Urban Grammar Study: A Geometric Method for Generating Planimetric Proportional and Symmetrical Systems**. *Nexus Network Journal (Testo stampato)*, v. 13, p. 151-169, 2011.
- ULTRAMARI, C.; FIRMINO, R.; SILVA, S.F.P. **La recurrencia de las ideas en el estudio de la planificación urbana en Brasil**. *Ciudad y Territorio: Estudios Territoriales*. v. XLV, n. 175, 2013.
- VAINER, C.B. **Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro**. *In: Anais do XIV Encontro Nacional na Anpur*, 2011.
- VAZ, L.F. **Modernidade e Moradia: Habitação coletiva no Rio de Janeiro séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.
- VAZ, L. F. **Cultura e transformações espaciais nos espaços opacos**. *Cadernos PPG-AU/FAUFBA*, v. 1, p. 55-70, 2012.
- VILLAÇA, F. **Espaço Intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- VIVAN, M.; SABOYA, R. T. **Arquitetura, espaço urbano e criminalidade: relações entre espaço construído e segurança com foco na visibilidade**. *In: Anais do II ENANPARQ*. Natal: UFRN, 2012.
- VOGEL, A.; MELLO, M.A.; MOLLICA, O. **Quando a rua vira casa**. São Paulo: Projeto Arquitetos Associados, 1985.
- WINCH, P. **The idea of a social science and its relation to philosophy**. London: Routledge, 1990 [1958].
- WISSINK, B.; SCHWANEN, T.; VAN KEMPEN, R. **Beyond residential segregation: Introduction**. *Cities*, v. 59, 2016.



1

A DIMENSÃO NORMATIVA DA CIDADE



O INTERCÂMBIO DE IDEIAS ENTRE BRASIL E FRANÇA NO INÍCIO DO SÉCULO XX E O DESENVOLVIMENTO DO URBANISMO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MILENA SAMPAIO DA COSTA

INTRODUÇÃO

Pretende-se investigar sobre o intercâmbio de ideias entre França e Brasil no início do século XX e refletir acerca dos conceitos emergentes de urbanismo nesse momento, assim como levantar as influências estrangeiras no contexto nacional e a materialização dessas influências em planos e projetos para a capital e cidades do interior do estado do Rio de Janeiro.¹

Com todas as transformações urbanas que ocorriam no Rio de Janeiro e no Brasil nesse momento, e com a divulgação das novas teorias urbanísticas no mundo, principalmente na França, alguns arquitetos brasileiros decidiram buscar uma formação complementar na Europa.

Um dos exemplos foi Attilio C. Lima, que aproveitando a oportunidade do Prêmio-Viagem,² matriculou-se num dos principais centros de ensino de Urbanismo do mundo na França. Atillio Corrêa Lima foi o primeiro brasileiro a concluir o Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris (IUUP), defendendo sua tese de doutorado *Avant-Projet d'Aménagement et d'Extension de la Ville de Niterói*, em 1930. Apesar da pouca divulgação, a tese estava imbuída dos princípios do urbanismo desenvolvidos pelos professores do Instituto. Quando retornou ao Brasil, assumiu, por nomeação de Getúlio Vargas, em 18 de janeiro de 1932, a cadeira de Urbanismo recém-criada no curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), onde permaneceu até o final de 1937; e desenvolveu estudos e planos para cidades como Goiânia (1933), Recife (1936), Barra Mansa (1940) e Volta Redonda (1941).

Outro exemplo foi Agache, o urbanista francês que residiu no Brasil em dois momentos: no final da década de 1920, quando foi convidado pelo então prefeito da

¹ Essa pesquisa faz parte de uma tese de doutoramento, defendida em 2017, no PPGAU-UFF.

² Anualmente, a Escola Nacional de Belas Artes – ENBA concedia o Prêmio-Viagem aos melhores alunos formandos do curso de Arquitetura. Muitos alunos realizavam cursos de pós-graduação na França.

cidade do Rio de Janeiro, Antônio Prado Júnior, a desenvolver o Projeto de Extensão, Remodelação e Embelezamento da cidade; e, no final da década de 1930, quando foi chamado a desenvolver planos para algumas cidades brasileiras, como Salvador (1941), Petrópolis (1941), Cabo Frio (1943), Curitiba (1943) e Vitória (1945), associado à empresa dos irmãos Coimbra Bueno.

As ideias transmitidas por esses profissionais estrangeiros que aqui atuaram e brasileiros que tiveram sua formação em Urbanismo na França, e que foram transmissores dos conceitos e conhecimentos ali emergentes, contribuíram, direta ou indiretamente, para o florescimento do Urbanismo como disciplina acadêmica no Brasil na década de 1930.

1. O URBANISMO NA FRANÇA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

A precariedade das habitações e as necessidades de reconstrução das cidades francesas foram as grandes causas fomentadoras de uma reflexão mais global sobre o desenvolvimento urbano. A adoção, em 1919, da primeira grande lei em matéria de urbanismo, chamada Lei Cornudet, permitiu essa reconstrução, obrigando as cidades a realizarem um Plano de Desenvolvimento, Embelezamento e Extensão. Essa ação se diferenciava das modalidades anteriores de intervenção, uma vez que orientava a gestão urbana para os acontecimentos futuros, enquanto o poder público até então limitava sua ação apenas à reorganização e ao reordenamento. A lei não se aplicava somente às cidades destruídas, ela se aplicava também às grandes cidades, àquelas cujo crescimento era significativo ou àquelas em que havia um interesse histórico ou uma vocação turística.

Segundo Picard e Baudouin (1989), a lei Cornudet foi a primeira lei de urbanismo designada a estipular as necessidades de um planejamento urbano global orientado ao crescimento da aglomeração urbana; foi o pontapé inicial que conduziu à criação da École des Hautes Études Urbaines (EHEU), que, desde sua origem, inseriu-se plenamente nos debates profissionais dessa ciência do planejamento urbano. Importante lembrar que a criação da EHEU ocorreu no contexto do Pós-Primeira Guerra Mundial.

O surgimento do vocábulo “urbanisme” em 1910 na língua francesa foi outro indicador desse fenômeno de nascimento da nova disciplina, assim como a criação da Société Française des Architectes Urbanistes (SFAU), em 1911, que veio a se tornar Société Française des Urbanistes (SFU), em 1921.

1.1 O NASCIMENTO DA ESCOLA DE ALTOS ESTUDOS URBANOS E A CRIAÇÃO DO INSTITUTO DE URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE PARIS (1919-1924)

Instituída pelo decreto de 5 de setembro de 1919, a EHEU objetivava formar os profissionais do urbanismo, conduzir à uma obra científica e à difusão de ideias, em um momento em que novas necessidades se faziam sentir.

As transformações profundas determinadas pela guerra e suas consequências, como a amplitude de sua devastação, a imensa necessidade de reorganização em todos os meios, a evolução social que ela estimulou, fizeram do estudo científico das questões urbanas uma das necessidades mais urgentes daquele momento na França.

Desde o início, pela pluralidade de formações e de saberes em jogo, a EHEU assumiu um duplo objetivo: participar da formação profissional em Urbanismo do pessoal técnico da administração municipal antes da realização dos planos de extensão e embelezamento – sendo este o objetivo da seção intitulada *École Nationale d'Administration Municipale* (ENAM), que ofereceria um ciclo de formação relativamente curto; e constituir sobre uma base de critérios objetivos a ciência do Urbanismo — sendo este o sentido da diplomação em Urbanismo. Essa seria, então, a interação pensada entre as duas carreiras de ensino. Depois da ENAM, os funcionários da administração municipal poderiam passar à diplomação em Urbanismo.

Os promotores da EHEU buscaram uma afiliação universitária pouco tempo depois de sua criação. Um decreto de 1920 permitiu às instituições de ensino instauradas pelos municípios e estados integrarem-se às universidades. Em 1924, a EHEU adotou um novo título, melhor adaptado à pluralidade de suas missões: *Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris* (IUUP). O ensino passou a desfrutar do reconhecimento universitário, não conservando mais ligações privilegiadas com a administração da Prefeitura e do Conselho Geral do Sena.

Em nome dessa abertura profissional, o Instituto passou a atingir um público que foi além da fronteira nacional. Respondendo à demanda externa, o IUUP recrutou uma grande população estudantil estrangeira.

O Instituto tinha como missão formar os “homens da arte” que elaborariam os planos (Busquet *et al.*, 2005). Muitas foram as teses defendidas nos anos 1920 e 1930 sobre as áreas do subúrbio parisiense, para as quais um grande plano de desenvolvimento estava em estudo. A planificação urbana foi uma escolha do urbanismo francês no entre guerras, e à tradição do grande traçado se somou a prática crescente do zoning.

O ensino do urbanismo, nesse momento, passou a extrair tudo ao mesmo tempo da história, da economia social, do direito e do higienismo, encarregando-se, em primeiro

lugar, de construir uma maneira de pensar contextualizada e integrada ao projeto de cidade. O organicismo anunciado por Marcel Poete³ foi a oportunidade de afirmar que não se poderia ter planejamento e embelezamento sem se considerar os próprios critérios e condições do desenvolvimento urbano (Picard; Baudoui, 1989).

No início, os alunos provinham quase de toda região parisiense, depois da França inteira, notadamente os alunos da ENAM. Depois, houve um significativo aumento na proporção de estrangeiros: totalmente ausentes no início, eles passaram a representar um terço dos alunos a partir de 1924 e, frequentemente, a maioria dos diplomados. Essa foi uma das maiores características do Instituto e um indicador incontestável da atratividade do urbanismo francês nessa época.

Matus (2009) realizou uma análise detalhada do perfil dos alunos e das teses defendidas no IUUP entre 1922 e 1937. O pesquisador destacou que 42% dos estudantes que defenderam teses nesse período nasceram no exterior. Ele notou que uma parte desses estudantes provinha de países não industrializados, e, no caso oposto, países industrializados, como Inglaterra e Alemanha, não eram representados, e Estados Unidos e Itália, por exemplo, eram sub-representados. Isso pode ser explicado pelo fato de muitos dos países citados já contarem, nesse momento, não só com um ensino em planejamento urbano, mas também com uma literatura sobre higienismo e urbanismo.

Do grupo de brasileiros que estudaram urbanismo no IUUP, somente Attilio C. Lima defendeu sua tese. Da mesma forma, dentre os outros brasileiros que frequentaram o Instituto cursando disciplinas, até o início dos anos 1950, ele foi o único a concluir sua formação.

Attilio C. Lima está no grupo da segunda geração de arquitetos-urbanistas planejadores que se formaram no Instituto e tiveram um papel especial depois da 2ª Guerra Mundial. Muitos estudantes estrangeiros dessa geração, após retorno aos seus países, introduziram ali os métodos aprendidos, como Carlos della Paolera na Argentina, o próprio Attilio C. Lima no Brasil e Joan Faria da Costa em Portugal.

2. O URBANISMO NO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XX

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) transformou profundamente a estrutura econômica brasileira, com o incremento da atividade industrial, que marcou a emergência da classe proletária e da burguesia industrial.

3 Marcel Poete (1866-1950) dedicou seu trabalho à história de Paris e ao urbanismo. Foi criador, em 1903, de uma disciplina sobre a história da cidade de Paris, grande sucesso na época, que levou para o *IUUP*.

A reforma urbana no país realizou-se nesse momento, constituindo o ápice de um longo processo que começou a partir da metade do século XIX. Buscava-se transformar a imagem das áreas urbanas, a fim de adaptá-las aos novos ideais modernos e higiênicos, decorrentes do avanço científico, de novas tecnologias e ideologias. Com o advento das teorias modernas, mudou-se a forma de estruturar, de pensar, de ver e de viver a cidade.

Neste contexto, a cidade europeia, especialmente francesa, sempre inspirou criações urbanas nas Américas, desde os primórdios da colonização, num processo que ganhou nova dimensão quando coincidiu com a emergência do Urbanismo como disciplina autônoma e o apogeu do Imperialismo.

Segundo Malta Campos (2002), a orientação urbanística no século XIX baseava-se na imitação parcial de modelos de remodelação urbana identificados com a cultura urbanística europeia, cuja imagem se vinculava ao maior exemplo de transformação urbana oitocentista — os trabalhos de Haussmann em Paris.

No Brasil, esse modelo amparava-se na remodelação de áreas urbanas centrais e na conseqüente renovação da ocupação imobiliária. As operações priorizavam a abertura de amplas avenidas e a eliminação das habitações populares e demais construções insalubres. Dentre as iniciativas nas capitais brasileiras, encontram-se a construção de Belo Horizonte e a remodelação da Capital Federal.

Pereira (1996) classifica esse momento, de 1890 a 1920, de segundo ciclo do urbanismo no Brasil, no qual se efetivaram os projetos de concepção ou expansão de cidades, com ênfase nos aspectos de saneamento, circulação e embelezamento. O terceiro ciclo, operado entre 1920 e 1945, foi o da passagem do discurso e das intervenções pontuais para a “institucionalização do planejamento urbano como estratégia de administração técnica da vida das cidades” (Pereira, 1996, p. 1184), no qual os debates urbanísticos internacionalizaram-se e as referências à França abriram espaço ao interesse pela América do Norte.⁴

Rezende (2011, p. 2) entende que a década de 1920, a última da República Velha, “marca o início da luta por iniciativas que integrem projetos isolados através de planos ou normas gerais”; enquanto que as décadas de 1930 e 1940 “constituem um período em que mudanças significativas se dão na sociedade brasileira nos campos político, jurídico, econômico e social, que se rebatem nas cidades brasileiras e nas suas formas de gestão”.

4 As relações diplomáticas e comerciais entre Brasil e Estados Unidos começaram a se estreitar desde a Exposição Universal de Chicago (1893).

Já Arango (2012) desenvolve uma vasta pesquisa através da arquitetura sobre os personagens representativos, ou epônimos, nos países da América Latina durante a época moderna, estabelecendo os quinze anos que delimitam sua geração. Na geração que determina como modernista (1915-1930) chama a atenção para a atuação cada vez mais importante dos vários grupos e organizações civis preocupados com o desenvolvimento das cidades, como as associações de amigos da cidade, as sociedades profissionais de engenheiros e arquitetos, com especial destaque para o Rotary Club, que se propagou rapidamente pela América Latina.⁵

2.1 O CONTEXTO NACIONAL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX, A INFLUÊNCIA FRANCESA E A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO URBANO

A partir das intervenções haussmannianas no século XIX, Paris foi considerada, segundo muitos autores, um modelo de modernidade, inicialmente por ser a primeira a passar por intensas reformas para se adaptar às novas condições econômicas e sociais, e posteriormente por ter construído um novo espaço urbano mais compatível com os novos tempos e com a nova sociedade burguesa. Mais do que um modelo, foi referência do tipo de conhecimento técnico que estava se desenvolvendo naquele momento e um laboratório de experiências.

No Brasil, integrantes da elite intelectual, engenheiros e arquitetos situavam-se na “órbita” da cultura francesa, que moldava suas visões de mundo e suas abordagens profissionais (Pinheiro, 2002). O ensino era, majoritariamente, baseado no modelo francês, assim como a bibliografia técnica disponível. As visitas a Paris também ajudavam a formar e a atualizar o repertório técnico desses profissionais. E se técnicos brasileiros recorriam a Paris em busca de formação e de referências, os técnicos franceses encontravam aqui possibilidades de atuação profissional e de experimentação de suas ideias, além de reconhecimento oficial, participando de experiências importantes na história do urbanismo brasileiro.

No Rio de Janeiro, a influência francesa se fez sentir desde o século XIX,⁶ num contexto em que os médicos sanitaristas tiveram um peso importante nas críticas à cidade suja e com traçado confuso. Na segunda metade desse século, foram

5 O primeiro Rotary Club na América Latina se organizou em La Habana em 1916, seguido de Montevideo dois anos depois.

6 Apesar da indiscutível influência parisiense na reforma urbana de Pereira Passos, no Rio de Janeiro, no início do século XX, o predomínio da cultura francesa sobre a cidade remonta a princípios do século XIX, com a chegada da Missão Francesa e de Grandjean de Montigny. No entanto, foi a partir das obras realizadas na administração de Pereira Passos (1902-1906) que se começou a debater uma nova forma de ver a cidade através do nascimento de uma nova disciplina, o Urbanismo.

as instituições intelectuais que contribuiram com discussões, ideias e propostas para a reforma do espaço urbano do Rio, principalmente a que se produziu no início do século XX.

Em 1902, Rodrigues Alves assumiu a Presidência da República (1902-1906) com o projeto de modernizar o Brasil e sua capital, transformando seu aspecto colonial e nomeou o engenheiro Francisco Pereira Passos para a prefeitura da capital (1902-1906).

Segundo Reis Filho (1994), Pereira Passos adotou um estilo ditatorial de administração, semelhante ao de Hausmann em Paris. “Para se obter a aparência desejada e as características de uma cidade moderna, racional e desenvolvida, que represente um país reformado, capitalista, são necessárias intervenções no tecido urbano e construções monumentais” (Pinheiro, 2002, p. 127). Buenos Aires e Montevideú já eram cidades modernas, sendo preciso, portanto, igualar-se a elas ou mesmo superá-las.

Sob o mote do saneamento, a intervenção carioca foi mais do que uma reivindicação retórica, foi o exemplo nacional da modernização urbana buscada pelos setores dominantes da burguesia nacional. No entanto, em São Paulo, a situação era diferente.

Segundo Malta Campos (2002), as críticas de Victor Freire⁷ ao modelo francês importado via Rio de Janeiro e sua atualização em face aos avanços do urbanismo moderno enalteciam a necessidade de superar tal paradigma e construir outro mais autônomo. Segundo o autor (op. cit., p. 139), Paris ainda era o maior expoente da cultura urbana, mesmo que para os novos profissionais estivesse se tornando a “heresia das heresias”, “exemplo de ineficiência e desatualização”.

Segundo Pereira (1996), os movimentos do Rio de Janeiro e de São Paulo devem ser estudados separadamente. Até o início do século XX, os condutores das discussões sobre as cidades haviam sido os engenheiros formados precisamente na Escola Politécnica do Rio, que tinham como referência, inclusive de ensino, a França. Diferente da Escola do Rio, a Escola Politécnica de São Paulo, criada em 1894, não tinha ligação com o modelo francês, nem a cidade tinha uma instituição tradicional de ensino artístico, como a Escola Nacional de Belas Artes no Rio, nos moldes da de Paris. Ao contrário, uma segunda Escola de Engenharia, o Mackenzie, criada também no final do século XIX, tinha uma inspiração norte-americana.

Então, se por um lado, a influência francesa foi referência essencial na formação da cultura técnica brasileira a partir do final do século XIX, por outro lado, incorporaram-

7 O engenheiro Victor da Silva Freire atuou na cidade de São Paulo na década de 1920 e empreendeu o diálogo com estudos e profissionais europeus ao menos em dois importantes artigos, “Melhoramentos de São Paulo” e “Cidade Salubre”, de 1911 e 1914, respectivamente.

se também outras referências. O resultado foi um complexo processo de aportes que ajudaram a configurar as intervenções nas cidades brasileiras e a moldar o perfil das instituições de ensino e, conseqüentemente, a estruturar o pensamento dos urbanistas no Brasil. Diferente dos projetos realizados até então, os projetos a partir da década de 1920 trouxeram uma mudança de postura que exigiu uma nova metodologia para intervir na cidade.

No Rio de Janeiro, as preocupações sanitárias deram lugar às preocupações estéticas. Na administração do prefeito Carlos Sampaio (1920–1922), foi promovida uma série de grandes obras objetivando preparar a cidade para as comemorações do Centenário da Independência do Brasil em 1922. O Morro do Castelo foi arrasado, e o material dali extraído foi utilizado nos novos aterros criados na cidade, principalmente na área que abrigaria os pavilhões da Exposição Internacional de 1922. Nesse momento, ganhou destaque a atuação dos arquitetos.

A ascensão à presidência do rotariano Washington Luis e a nomeação de Antonio Prado Junior à prefeitura da capital federal foram fatores determinantes para o acirramento dos debates em torno da questão urbana, e consenso de que o planejamento das cidades era questão política, econômica e social, problema e desafio no interior do estado. Nesse contexto, destaca-se a contratação de Alfred Agache para a elaboração do Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento do Rio em 1927; e a visita de Le Corbusier para realização de conferências, em 1929, como promotoras de um confronto ideológico entre Europa, particularmente França, e América do Norte, particularmente Estados Unidos, como possibilidades de modelos culturais e de formas de governo.

Importante também lembrar que, entre setembro de 1923 e novembro de 1924, a Sociedade Central de Arquitetos e o Instituto Brasileiro de Arquitetos, ambos criados em 1921, fundiram-se numa única associação: o Instituto Central de Arquitetos. Houve também a fundação do primeiro Rotary Club no Brasil, em 1922,⁸ no Rio e da revista Notícias Rotárias, em novembro de 1924, influente nas decisões sobre a cidade.

A criação das associações de classe dos arquitetos e a criação do Rotary Club do Brasil desempenharam um duplo papel, o de braço ideológico do pan-americanismo⁹

8 O clube do Rio recebeu sua carta de afiliação em 1923. O Brasil foi o trigésimo país a integrar a rede internacional do Rotary Club. O segundo clube a surgir no país foi o de São Paulo em 1924.

9 Movimento que defende a aliança política e a cooperação econômica e cultural entre todos os países das Américas do Norte, Central e do Sul.

e o de grupo formador de opinião na defesa do planejamento urbano. É relevante também observar a vinculação entre a retomada das discussões sobre o planejamento das cidades e os movimentos em prol da organização profissional.

A partir da década de 1930, as questões urbanas foram oficializadas e caracterizadas como problemas do Poder Público. Esse período foi de experimentações dos profissionais brasileiros, que absorvendo criticamente modelos estrangeiros, passaram a olhar o futuro das cidades com outros olhos.

Iniciativas no campo do Urbanismo eram vistas, além da França, em países como Alemanha, Inglaterra e EUA, sendo este último citado com frequência pelos autores devido às iniciativas do “city planning”. A circulação de ideias entre França e EUA resultou no artigo de Agache intitulado *City Planning in the United States*, publicado na *Revista City Planning*, em 1930.

Percebe-se, por parte dos arquitetos brasileiros, uma afeição às iniciativas empreendidas nos EUA, nas quais o zoneamento aparece como instrumento ordenador fortemente vinculado à gestão eficiente da cidade. Figura, nesse momento, o Plano Regional de Nova York como grande exemplo de planejamento.

2.2 O ENSINO DO URBANISMO

A palavra urbanismo em português deriva do termo *urbanisme*, utilizado na França pela primeira vez por volta de 1910. Ela diz respeito a um conjunto de conhecimentos relativos aos modos de constituição e possibilidades de desenvolvimento das cidades. Assim, o Urbanismo congrega conhecimentos de diferentes áreas do saber, como Arquitetura, Engenharia, Biologia, Geografia, História, Sociologia, Administração, entre outras, cuja interação e aplicação resultam na constituição de um novo campo de conhecimento e de atuação profissional.

O urbanismo no Brasil até o final da Primeira Guerra Mundial era praticado por engenheiros, embora estes não tivessem a formação adequada a este exercício. O ensino das questões relativas à cidade era ministrado de forma incipiente nas universidades, sendo normalmente oferecido na disciplina de Saneamento do curso de Engenharia Civil.¹⁰

A ascensão do urbanismo como campo profissional e acadêmico no Brasil foi marcada pela breve passagem de Lúcio Costa pela direção da ENBA (1930-1931),

¹⁰ Como é o caso da Universidade de São Paulo, fundada em 1893, e da Universidade Mackenzie, fundada em 1896.

pela criação das cadeiras de Urbanismo e Paisagismo, em 1932, ministrado por Attilio C. Lima; e pela instituição do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA e regulamentação das profissões de engenheiro e arquiteto, em 1933 (DECRETO FEDERAL n.º 23569).

Os primeiros cursos de formação independente em Urbanismo, com duração de dois anos, para arquitetos e engenheiros, começaram a ser criados dentro das Escolas e Faculdades de Arquitetura nas principais capitais do país, como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Recife, Salvador e Porto Alegre, somente no final da década de 1940.¹¹

No Rio de Janeiro, teve destaque, posteriormente, o Curso Especial de Metodologia do Urbanismo e Administração Municipal (CEMUAM), no Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), criado e oferecido pela engenheira argentina Adina Mera,¹² e, na década de 1950, um curso de formação em Urbanismo na UERJ, em que a engenheira Carmem Portinho¹³ era professora.

A pós-graduação em Urbanismo foi criada décadas depois e partiu do pressuposto de que para o arquiteto atuar nas questões urbanas, em razão de sua complexidade, era necessário algo mais do que o curso de arquitetura. Assim, os primeiros cursos de pós-graduação em planejamento urbano no Brasil cumpriram a dupla função de preparar quadros técnicos para a política urbana e qualificar os próprios docentes.¹⁴

11 Freitas e Azevedo (2012) citam três experiências pioneiras na formação dos profissionais urbanistas nos anos 1940: a criação do Curso de Urbanismo da Faculdade Nacional de Arquitetura, no Rio de Janeiro, em 1945; a implementação de curso semelhante no Instituto de Belas-Artes, em Porto Alegre, em 1947, mesmo ano em que a Escola de Engenharia implantou seu Curso de Extensão em Urbanismo; e a criação do Curso de Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais, em Belo Horizonte, em 1948.

12 Tratava-se de um curso de especialização com duração de oito meses; alguns módulos eram aulas teóricas lecionadas no Rio de Janeiro, depois os alunos passavam três meses no município e tinham que elaborar um plano de desenvolvimento com viabilidade econômica, social e política (FREIRE e OLIVEIRA, 2002).

13 Carmem Portinho foi a primeira mulher no Brasil a obter o título de urbanista, defendendo a tese *A Construção da Nova Capital do Brasil no Planalto Central na Universidade do Distrito Federal*, em 1939.

14 Em 1961, após a criação da Universidade de Brasília e da Faculdade de Arquitetura, constituiu-se o primeiro curso de Mestrado em Urbanismo no Brasil, fechado, contudo, em 1964, com a ditadura militar. Após Brasília, na década de 1970, foram criados os cursos de pós-graduação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), oriundo de uma separação das coordenações dos programas de pós-graduação em Engenharia (COPPE) e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), da Universidade de São Paulo (USP) e o Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional (MDU), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

3. O DESENVOLVIMENTO DO URBANISMO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A vinda de Agache ao Brasil, no final da década de 1920, a convite do então prefeito do Rio de Janeiro Prado Junior coincide com um momento de ampla discussão da necessidade de um plano geral de melhoramentos para a cidade.

Para Carollo (2002), Agache trouxe consigo um novo posicionamento do urbanismo francês que se valia de inovações, como levantamento por aerofotos e projeções matemáticas, a partir de informações sociais e cadastrais. A cidade era percebida como um organismo, como um todo vivo e não fragmentável. E a sociedade deveria se envolver permanentemente nas discussões urbanas, sendo sua conscientização o ponto essencial para o sucesso das intervenções na cidade.

Agache compartilhou sua visão do urbanismo com a sociedade carioca numa série de conferências apresentadas no Teatro Municipal.¹⁵ Em seguida, iniciou os trabalhos para desenvolvimento do plano. Solicitou os serviços de levantamento aerofotogramétrico do Distrito Federal, de modo a atualizar a planta cadastral do município. Dentre suas propostas, estava a constituição de uma comissão de acompanhamento do plano.

Apesar de não ter sido implantado, o Plano Agache foi um divisor de águas. A sensibilização ao tema urbanismo e os debates e críticas gerados abriram caminho para a profissionalização e o reconhecimento do urbanismo e do planejamento urbano não só como prática, mas como campo de conhecimento; além disso, inseriu o turismo como tema relevante no âmbito das políticas públicas.

No início da década de 1930, algumas transformações estavam em curso no campo do ensino da Arquitetura no Brasil, à exemplo dos debates promovidos nos congressos e encontros profissionais, como o I Congresso Pan-Americano realizado em Montevidéu em 1920, e os demais realizados em 1923, 1927, 1930 e 1940.¹⁶ Nesses congressos, as questões discutidas abrangiam o ensino, a participação dos arquitetos na elaboração dos planos urbanos e sua implementação. No Brasil, esta discussão culminou em 1933 com a reestruturação do currículo de arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes, que incluiu a disciplina de “urbanismo” no currículo, que Attilio C. Lima assumiu como primeiro professor.

15 As conferências tiveram como temas: 1) O que é o Urbanismo; 2) Como se elabora o Plano de uma Cidade; 3) Cidades-Jardins e Favelas; 4) A Fotografia aérea e a Planta das cidades; 5) Ensino e Propaganda do Urbanismo na França. No relatório que resultou das conferências, Agache apresentou uma síntese do significado de cada tema, um sumário do que observou no Rio de Janeiro e seus propósitos. (Azevedo e Costa, 2013).

16 Em Santiago do Chile, Buenos Aires, Rio de Janeiro e Montevidéu, respectivamente.

Vários órgãos públicos foram criados com funções de compilação de dados, regulação, coordenação, controle e supervisão, alguns incumbidos de levantar dados necessários ao conhecimento da realidade nacional, tendo o município como unidade de levantamento.

O contexto político era de centralização política e financeira e descentralização administrativa, constituindo a Era Vargas (1930-1945) como um importante momento no processo de institucionalização do urbanismo e do planejamento urbano no Brasil. A intenção para a capital e demais cidades fluminenses era de modernização e desenvolvimento das cidades do interior com potencial turístico ou industrial.

No processo de reforma da administração pública, que teve início no governo provisório de Getúlio Vargas, foram criadas duas instituições, os departamentos das municipalidades e as comissões dos planos. A primeira, instalada junto aos governos estaduais para dar assistência técnica às cidades do interior; a segunda, vinculada à administração municipal.

O desenvolvimento do turismo associado ao urbanismo, conforme já apontado no Plano Agache, também foi pauta de discussão nesse momento. Quando assumiu a interventoria fluminense, Amaral Peixoto criou o Departamento de Turismo e Propaganda, através do Decreto-Lei n.º 429, de 24 de maio de 1938. No mesmo ano, a Interventoria Estadual constituiu as Comissões de Iniciativas nos municípios através do Decreto 569, de 29 de setembro, que teriam como incumbência promover, estudar e sugerir medidas para a expansão da atividade turística. Em 1940, foi lançado o Plano de Urbanização das Cidades Fluminenses através do Decreto-Lei Estadual 125, de 03 de agosto.

Daibert (2016, p. 131-132) afirma que “o Estado não atuou apenas como apoiador ou incentivador do setor de turismo [...] atuou também como investidor e empreendedor da atividade”.

O movimento modernizador não se restringiu somente à capital do estado. Através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, do Departamento Geográfico, do Departamento de Engenharia e do Departamento de Municipalidades, houve iniciativas de organizar, por meio de mapas, levantamento de dados estatísticos locais, planos de urbanização e assistência técnica e jurídica, as cidades do interior fluminense, realçando o protagonismo do planejamento urbano nesse período.

Nesse momento, o Brasil passava por um processo de mudança no mundo rural e intensa urbanização, em que o turismo tomava importância e um novo perfil industrial se revelava (Azevedo, 2012).

Nesse sentido, o interventor federal no estado do Rio de Janeiro assinou o decreto no qual ficava a Secretaria de Viação e Obras Públicas “autorizada a entrar em entendimento com as Prefeituras de Maricá, Saquarema, Araruama, São Pedro D’Aldeia, Cabo Frio, Angra dos Reis e São João da Barra, por intermédio do Departamento das Municipalidades, para organizar os planos de urbanização de suas sedes e vilas” (Decreto-Lei n.º 125/1940, D.O. de 04 de agosto de 1940).

FIGURA 1: DECRETO-LEI N.º 125/1940, D.O.E.R.J., DE 04 DE AGOSTO DE 1940.



FONTE: NOVA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Chama-se a atenção para o artigo terceiro, que regulamentou apenas a permissão das obras e construções na zona urbanizada. Em 30 de janeiro de 1941, no Decreto-Lei n. 21, o prefeito de Cabo Frio definiu as zonas urbanas e suburbanas da cidade. Destaca-se que, nesse momento, a vila de Armação de Búzios era sede do terceiro distrito, e a vila de Arraial do Cabo sede do quarto distrito do município de Cabo Frio.

Em 1941, o Decreto-Lei n. 305 autorizou as prefeituras do estado, com a assistência do Departamento de Municipalidades, a contratar os estudos e projetos para execução de obras de redes de abastecimento de água e de esgoto, assim como ampliação e remodelação das instalações existentes.

Percebe-se, dessa forma, especial atenção do poder público no que diz respeito ao desenvolvimento urbano dos municípios do interior fluminense. Entende-se que a viabilização das obras de infraestrutura, através do Decreto-Lei n.º 305/1941, e a definição das zonas urbanas e suburbanas de Cabo Frio, através do Decreto-Lei n. 21/1941, tinham como objetivo preparar o território municipal para receber os planos de urbanização a que se referia o Decreto-Lei n.º 125/1940, demonstrando o empenho em se promover o turismo no estado do Rio de Janeiro através do ordenamento e embelezamento de algumas de suas regiões.

Conforme noticiado no *Correio da Manhã*, de 13 de agosto de 1942, os projetos foram apresentados numa exposição organizada no Museu Nacional de Belas Artes, com pranchas, fotografias e maquetes relativas às cidades de Niterói, Petrópolis, Campos, Cabo Frio, Araruama, Atafona, Barra do Pirai, Maricá, Nova Iguaçu e Magé, destacando o estado do Rio como “a unidade federativa que mais se interessa pelo urbanismo, como elemento auxiliar fundamental da administração pública”. A exposição foi considerada resultado da “demonstração do apreço em que o urbanismo já é tido no Brasil e da capacidade dos técnicos patrícios nessa especialidade” (*Correio da Manhã*, 1942).

FIGURA 2: PLANTA GERAL DO PLANO DE REMODELAÇÃO, EXTENSÃO E EMBELEZAMENTO DA CIDADE DE CABO FRIO.



FONTE: COIMBRA BUENO, 1942-1943. LDUB-NITERÓI.

Na prática, conforme percebeu Azevedo (2012), o território estadual foi dividido em duas áreas de planejamento sob a responsabilidade de dois escritórios distintos, o do arquiteto Atílio C. Lima e o dos irmãos Coimbra Bueno, cujos planos apresentavam propostas, no primeiro caso, centradas nas possibilidades de crescimento da região sul fluminense com a presença da Companhia Siderúrgica Nacional; e no segundo caso, que representavam os interesses na criação de áreas de expansão e de loteamentos novos,¹⁷ especialmente em áreas de interesse turístico.

Atílio C. Lima já tinha desenvolvido importantes projetos anteriormente, como sua tese-plano para Niterói e o Plano de Goiânia. Tinha também atuado como professor de Urbanismo no curso de Arquitetura da ENBA. Os irmãos Coimbra Bueno, engenheiros, contrataram a assessoria do urbanista francês Alfred Agache.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diferente da França, onde o ensino do Urbanismo pode ser contado através da criação da *École des Hautes Études Urbaines* e depois do *Institut d'Urbanisme*, no Brasil, as experiências nas cidades brasileiras, em especial na cidade do Rio de Janeiro, ditaram a prática do urbanismo no país, visto que o mesmo foi inserido como disciplina acadêmica na grade curricular do curso de Arquitetura somente na década de 1930.

Numa comparação pouco aprofundada entre os programas do curso de urbanismo do IUUP, de 1935, e da disciplina do curso de Arquitetura da ENBA – Urbanismo: *Architecture Paysagiste*, do mesmo ano, percebe-se uma diferença de desenvolvimento do tema urbanismo. Além do fato do primeiro ser um curso de formação de dois a três anos,¹⁸ e o segundo uma disciplina oferecida num semestre acadêmico do curso de Arquitetura; algumas variações de conteúdo são observadas.

17 Segundo Portaria n. 390, no D.O. de 06 de agosto de 1941, a fiscalização dos planos de urbanização das cidades de Araruama e São João da Barra, com sua estação balneária de Atafona, e da região compreendida entre a cidade de Barra Mansa e a Vila de Pinheiros, segundo contratos com as firmas Coimbra Bueno L.tda e Atílio Corrêa Lima, estava a cargo do engenheiro Aldari Henriques Toledo, em substituição ao técnico especializado Carlos de Albuquerque Correia Gondim.

18 No caso da *École Nationale d'Administration Municipale* o curso era de dois anos para a titulação Gradué e de três anos para Diplômé.

FIGURA 3: PROGRAMA DO CURSO DE URBANISMO DO IUUP, 1935.

RÉPUBLIQUE FRANÇAISE
UNIVERSITÉ DE PARIS

INSTITUT D'URBANISME

DE L'UNIVERSITÉ DE PARIS

(Ecole Nationale des Hautes Etudes Urbaines et d'Administration Municipale)

Directeur : A. BRUGGEMAN. — Directeur-Adjoint : W. OUALID

L'Institut d'Urbanisme, fondation du Conseil Général de la Seine, a été réuni à l'Université de Paris (Facultés de Droit et des Lettres) par Décret du 29 Décembre 1924.

L'Enseignement comprend les matières suivantes :

<p><i>Evolution des Villes</i> : Professeur, M. Marcel POËTE.</p> <p><i>Organisation sociale des Villes</i> : Professeur, M. Edouard FUSTER. — Chargé du Cours, M. Roger-PICARD.</p> <p><i>Organisation administrative des Villes</i> : Professeur, M. Gaston JEZE.</p> <p><i>Organisation économique des Villes</i> : Professeur, M. A. BRUGGEMAN.</p> <p><i>Art Urbain (Art et Technique de la Construction des Villes)</i> : Professeurs, MM. Louis BONNIER, Jacques GREBER et Henri PROST.</p> <p><i>Hygiène de l'Habitation</i> : Chargé de Conférences, M. GOMMES.</p>	<p><i>Organisation des grands services publics dans la banlieue parisienne</i> : Chargé de Conférences, M. Henri SELLIER.</p> <p><i>Questions législatives actuelles sur l'organisation des Capitales</i> : Chargé de Conférences, M. J. BARTHELEMY.</p> <p><i>L'Autonomie communale à l'étranger; le Maintien de l'ordre dans la cité</i> : Chargé de Conférences, M. Louis ROLLAND.</p> <p><i>Le Municipalisme</i> : Chargé de Conférences, M. W. OUALID.</p> <p><i>L'Art de l'Ingénieur Municipal</i> : Chargé de Conférences, M. François SENTENAC.</p> <p><i>L'Hygrométrie et l'Hygiène du bâtiment</i> : Chargé de Conférences, M. Achille KNAPEN.</p>
--	--

L'enseignement est de deux années. L'épreuve finale donne droit à l'octroi du diplôme de l'Institut, délivré au nom de l'Université.
L'enseignement de l'Institut est notamment susceptible de faciliter l'accès aux emplois administratifs ou techniques dépendant de la Préfecture de la Seine, des Services annexes ou des Administrations.

ECOLE NATIONALE D'ADMINISTRATION MUNICIPALE

L'Ecole Nationale d'Administration Municipale, spécialement destinée aux employés des services départementaux et communaux, a pour objet le perfectionnement des employés en fonction et la préparation de ceux qui se destinent aux emplois supérieurs des Mairies.

L'enseignement de l'Ecole Nationale d'Administration Municipale est de trois années. L'épreuve finale de la 2^e année d'études donne droit à l'octroi d'un certificat et au titre de *Géraud*.

L'enseignement de la 3^e année d'études (Section complémentaire) est réservé aux étudiants pourvus du certificat et-dessus. L'épreuve finale donne droit à un certificat spécial et au titre de *Diplômé* de l'Ecole Nationale d'Administration Municipale par l'Institut d'Urbanisme.

L'enseignement des trois années de cette Ecole peut être suivi par correspondance par les étudiants n'habitant pas le département de la Seine.

Les matières enseignées sont les suivantes :

Droit administratif et financier, Droit civil et Droit privé communal (Cours oraux et enseignement par correspondance).
Chargés de Cours : MM. Robert LAINVILLE, Jean LELANDAIS, Emile GRAILLE.

Les inscriptions sont reçues au Secrétariat de l'Institut, du 23 Octobre au 15 Novembre 1935 de 14 à 19 heures.

La rentrée des cours est fixée au 4 Novembre 1935

La fréquentation personnelle des cours est obligatoire. L'assiduité est contrôlée.

Pour tous renseignements, écrire au Secrétariat de l'Institut d'Urbanisme, 3, rue Michelet, Paris VI^e (ouvert de 14 à 19 heures)

Le Doyen de la Faculté des Lettres, H. DELACROIX.	Le Doyen de la Faculté de Droit, EGARD ALLIX.	Le Recteur de l'Université de Paris, Membre de l'Institut, Président du Conseil de l'Institut d'Urbanisme, S. CHARLÉTY.
---	---	--

A. S. — Paris, Imp. Administration Centrale, 3, rue de Valenciennes 87

FONTE: BUSQUET ET AL., 2005, P. 11.

FIGURA 4: PROGRAMA DA DISCIPLINA DE URBANISMO DO CURSO DE ARQUITETURA DA ENBA, 1935.

3186 Terça-feira 12DIARIO OFFICIALFevereiro de 1935

23° — Museus;

24° — Camaras municipais, Financeiros e comerciais;

25° — Estabelecimentos bancarios;

26° — Bolsas;

27° — Edificios de escriptorios;

28° — Mercados, edificios commerciaes.

Segundo as bases da Organizaçao Universitaria Brasileira, decretos numeros 19.850, 19.851, 19.852, de 11 de abril de 1931; Titulo VII — Capitulo II, o concurso sera julgado por titulos e provas.

As provas obedecerão á seguinte ordem:

- 1° — Prova escrita;
- 2° — Prova pratica ou de projecto;
- 3° — Prova didactica.

mercial — Antuerpia, Amsterdam, Londres, etc. — As cidades nobres: "Verdais", "Carlsruhe", "Mannheim".

6. — As cidades do seculo XIX — As cidades de colonizaçao na America do Norte — As cidades da colonizaçao Sul americana.

7. As consequencias da concentraçao urbana do seculo XIX. O Urbanismo como synthese de todos os phenomenos, funçoes e condiçoes de existencia das cidades. A necessidade da creaçao de uma sciencia que organize e controle as funçoes urbanas. O Urbanismo como sciencia e como arte.

8. As theorias diversas sobre os planos de cidades; centralizaçao e descentralizaçao. O problema psychologico; opiniào publica, proganda nas associaçoes, nas escolas, etc. Exemplos de Chicago, Cincinnati e Dallas. Organizaçoes de turismo.

9. O plano regulador — As tres phases de um plano regulador — Os dois planos que se apresentam: a remodelaçao de cidades existentes e sua extensào; e a creaçao de cidades novas — A organizaçao de um programma. Exemplos cuidadosamente escolhidos de planos reguladores com as difficuldades locais. As commissões do plano da cidade. Seu papel no progresso urbano.

10. Estudo geologico e meteorologico do local. Documentaçao topographica. Apreciaçao das caracteristicas da cidade sob o ponto de vista historico, social e economico. Orientaçao das vias publicas. O sol, insolaçao, Heliothermia. Insolaçao das fachadas no decorrer do anno.

11. Estudo das aglomeraçoes sob o ponto de vista demographico.

11 A. Os traçados de cidades — as theorias existentes.

b) Trafego e vias de comunicaçao — Espaços

12. A circulaçao; isochronismo, intensidade, frequencia — os differentes meios de transporte, estudo comparativo e de estabelecimento. Os metropolitanoes e sua importancia nas aglomeraçoes. A circulaçao e a largura das vias publicas.

13. As grandes vias de comunicaçao. Caminhos de ferro, navegaçao fluvial, maritima e aerea. Localizaçao das estaçoes de passagem, terminaes, de mercadorias, dos ancoradouros e dos aeropostos.

14. Espaços varios: estradas, ruas, praças, etc. Estudo do trafego nos cruzamentos. Pontos de conflito. Soluções Praças gyratorias.

15. Espaços construidos: bairros, quadras, loteamento, recomposiçao urbana, etc.;

16. Espaços livres — Os "Parks-systems" — Parques, jardins, etc.

c) Zonamento

17. Zoning — distribuçao das actividades por zonas — Zona industrial, zona residencial, etc. — Restriçoes — O problema da habitaçao.

As construções. Orientaçao em geral. Inclinaçao dos raios solares. A altura das construções. As zonas da altura.

d) Salubridade — Bellezas das cidades

18. Salubridade urbana — Ossatura subterranea urbana — Noções de hydraulica; abastecimento d'agua; rede de esgotos — Zonas e habitaçoes insalubres — Drenagem — Galvanizaçao das vias publicas — Limpeza publica — Ligaçoes com a cadeira de Hygiene da habitaçao e saneamento das cidades.

18 A. Estudo dos cemiterios. Localizaçao. Phases diversas da destruiçao dos cadaveres. Influencia preponderante da natureza do solo. Galerias funerarias ou columbarium — Crenaçao.

19. Regulamentaçao, restriçoes, direitos e obrigaçoes dos particulares para com a collectividade — Loteamento — Redistribuçao — Servidão de recuo e servidão esthetica — Ligaçoes com as cadeiras de Legislaçao, Noções de economia politica e pratica profissional e organizaçao do trabalho.

20. Organizaçao municipal. As tendencias modernas do municipalismo — Ligaçoes com as cadeiras anteriormente citadas.

21. Belleza das cidades. As bellezas naturais. As bellezas trazidas pelo homem: traçado racional do plano. A architectura. Os panoramas. Os monumentos. A architectura da luz. A luz como elemento decorativo na vida nocturna.

e) Cidades-jardins

22. Cidades-jardins, organizaçao e finalidade. Exemplos estrangeiros. Estudo critico. Cidades-jardins operarias. Cidades universitarias. Cidades satelites — Exemplos.

f) Programmas financeiros, organizaçao administrativa, legislaçao e propaganda

23. Programma financeiro, taxas de beneficio, area atingida pela melhoria, organizaçao administrativa, o problema legal (regulamentaçao e expropriaçao). Expropriaçao condicional e expropriaçao global. O problema politico e administrativo: a cidade como problema de governo.

Leis urbanisticas de administraçao.

SEGUNDA PARTE — ARCHITECTURA PAISAGISTA

24. A arte dos jardins — As duas grandes escolas: a franceza e a ingleza — Os jardins italianos — Os jardins orientaes.

25. Os elementos de que dispõe a tecnica de jardins. Problema florestal. Necessidade das "reservas de ar" nas cidades.

26. Especies vegetaes utilizaveis no nosso meio — Influencias da temperatura, insolaçao, composiçao do terreno, etc., sobre as diversas especies.

27. Arborizaçao das ruas.

28. Technica e composiçao dos:

- I — Grandes parques.
- II — Jardins publicos.
- III — Jardins particulares.
- IV — Problema do jardim minimo.

TERCEIRA PARTE — PROJECTOS

A parte pratica sera ministrada de accordo com os pontos acima dados e constará inicialmente de pequenos argumentos e loteamento, sendo fornecidos as plantas topographicas. Os exercicios subsequentes serào ampliados progressivamente em complexidade, e, na medida do tempo disponivel. Para a terminaçao do curso sera obrigatoria

FONTE: DIÁRIO OFFICIAL, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1935.

Pode-se dizer que, nesse momento, o ensino do urbanismo na França estava fortemente associado ao estudo das questões sociais e econômicas da cidade, enquanto no Brasil estava associado à organização espacial da cidade, através dos planos, e ao paisagismo.

Nesse cenário de criação da disciplina de urbanismo no curso de Arquitetura e de regulamentação das profissões de arquiteto e engenheiro no Brasil, foram protagonistas os urbanistas e seus escritórios especializados na elaboração de planos, como Attilio C. Lima, os irmãos Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno, a quem Agache se associou no segundo momento de sua permanência no Brasil.

Embora não tenha sido claramente identificada, a participação de Agache nos planos desenvolvidos para as cidades do interior do estado do Rio era evidente, conforme sua presença nas fotos e atos oficiais.

No entanto, a iniciativa do governo infelizmente não conseguiu promover o planejamento urbano efetivo e permanente do estado. Nas décadas seguintes, constata-se que o caráter abrangente desses planos foi sendo substituído por propostas setoriais – de habitação, saneamento, transporte, etc. Em linhas gerais, os projetos para as cidades turísticas tinham como principal sustentação o estabelecimento de uma rede de hotéis-cassino, como o Park Hotel de Araruama, cuja construção foi viabilizada pelo Decreto-lei n.º 257, de 10 de maio de 1941. No entanto, a proibição do jogo em 1945 tornou esse equipamento ocioso, levando ao esvaziamento e à falência de muitos desses hotéis.

Como considerações finais, pode-se afirmar que apesar das distintas influências estrangeiras no urbanismo brasileiro, no estado do Rio de Janeiro, a referência foi notadamente a França, através da atuação de profissionais franceses e de profissionais brasileiros que buscaram sua formação em urbanismo lá. Esse intercâmbio proporcionou a circulação de ideias entre os dois países, permitindo a incorporação de modelos urbanos amplamente difundidos na Europa, como foi, num primeiro momento, o caso dos projetos de abertura de grandes avenidas e os planos de melhoramento e embelezamento das cidades. A contratação desses profissionais pelos governantes brasileiros, a exemplo da contratação de Agache pelo prefeito do Rio, no final da década de 1920, e da nomeação de Attilio C. Lima para a recém-criada cadeira de urbanismo do curso de Arquitetura da ENBA, na década de 1930, confirmam o reconhecimento e o prestígio da cultura francesa nos meios burgueses e políticos cariocas. O retorno de Agache anos depois corrobora a continuidade desse reconhecimento e prestígio, mesmo num momento em que o urbanismo já estava em processo de consolidação no

país. Os projetos e debates nos quais se envolveu contribuíram indiscutivelmente para fortalecer o arcabouço técnico das prefeituras e para fomentar discussões a respeito do desenvolvimento urbano das cidades brasileiras.

REFERÊNCIAS

ARANGO, Silvia. Ciudad y Arquitectura. Seis generaciones que construyeron la America Latina moderna. Bogotá: Fondo de Cultura, 2012.

AZEVEDO, Marlice N. S. de. O espaço fluminense e a intervenção urbana no Estado Novo. *In*: REZENDE, Vera (org.). Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras. Niterói: EdUFF; Intertexto, 2012.

CAROLLO, Bráulio. Alfred Agache em Curitiba e sua visão de Urbanismo. 2002, 191 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura), Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

DAIBERT, André Barcelos Damasceno. Planejamento urbano e turismo no Estado Novo (1937-1945): reflexões a partir da cidade de Petrópolis. 2016, 253 p. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional), UFRJ/IPPUR, Rio de Janeiro, 2016.

FREITAS, José Francisco Bernardino; AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares de. Rumos para a formação profissional do arquiteto e do urbanista na década de 1960. *In*: Comissão Organizadora do 2º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO (ENANPARQ), Natal, 2012.

MALTA CAMPOS, Candido. Os rumos da cidade. Urbanismo e modernização em São Paulo. São Paulo: Senac (SP), 2002.

MATUS, Daniel. La thèse en urbanisme de 1922 à 1937: les étudiants et les sources bibliographiques. 2009, 113 p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo e Territórios), IUP, Paris, 2009.

PEREIRA, Margareth da Silva. O Pan-americanismo e seu impacto na institucionalização do urbanismo no Brasil (1920-1945). *In*: Comissão Organizadora do IV Seminário da História da Cidade e do Urbanismo, UFRJ/PROURB, Rio de Janeiro, 1996.

PINHEIRO, Eloísa Petti. Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador). Salvador: EdUFBA, 2002.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Algumas experiências urbanísticas no início da República: 1890-1920. Cadernos de pesquisa do LAP, São Paulo, n. 1, jul.-ago, 1994. (Série Urbanização e Urbanismo).

REZENDE, Vera. L. F. Motta. Wagner versus La Donna è mobile, o debate no Distrito Federal e o planejamento de cidades de 1920 a 1950. *In*: Comissão Organizadora do XIV ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (ANPUR). Quem planeja o território? atores, arenas e estratégias, 14, 2011, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ANPUR, 2011. v. 1.

CRISE DO CÓDIGO DE OBRAS? INDAGAÇÕES ACERCA DO PROJETO DE CIDADE, DA MASSA EDIFICADA E DA LEGISLAÇÃO EDILÍCIA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

VITOR ROPPA

INTRODUÇÃO

O Código de Obras e Edificações da cidade do Rio de Janeiro é um conjunto de leis e decretos que institui normas para a elaboração de projetos e para a construção, buscando garantir a preservação da qualidade da paisagem da cidade e das suas edificações. Esse código se utiliza do zoneamento de usos, dos parâmetros edilícios e de parcelamento do solo urbano e dos procedimentos de licenciamento e fiscalização para moldar o espaço construído formal da cidade.

Entendendo esses parâmetros como uma intenção de realizar algo no futuro, uma projeção – ou um projeto – para a cidade, parte-se do entendimento do Código de Obras como a forma textual de um projeto de cidade. Na cidade do Rio de Janeiro, sua leitura nos depara com uma ampla e intrincada matriz de parâmetros que, ao serem cruzados, permitem variadas morfologias e, conseqüentemente, espacialidades.

Atualmente, a cidade do Rio de Janeiro é dividida administrativamente em cinco áreas de planejamento (AP) — ou dezesseis se consideradas as subdivisões — e, dentro dessas, há vinte e seis regiões administrativas (RAs). Essa divisão não tem ligação direta com o zoneamento, tendo maior aplicação à forma de administrar demandas urbanas, mas há parâmetros edilícios vinculados às localidades onde se inserem, como por exemplo, a área mínima das unidades, variando de 30 m² a 60 m², conforme a RA e o Zoneamento (Decreto n. 322/1976, quadro X); número de edificações no lote (decreto n. 322/1976, artigos 122 a 124); ou até a categoria dos lotes (Decreto n. 322/1976, quadro II), dado que determina as dimensões do lote mínimo para cada RA, ao se cruzar com o zoneamento.

O Decreto n. 322, de 3 de março de 1976, que institui o Regulamento de Zoneamento (RZ), classifica a cidade em variadas zonas, como por exemplo as Zonas Residenciais (ZR) 1 a 6, cada uma com seus parâmetros inerentes. Configura também a figura dos Centros de Bairro (CB-1 a CB-3), se constituindo de logradouros, normalmente, mas

não exclusivamente, de maior visibilidade, permitindo um tipo de uso diferenciado do restante do zoneamento ao qual se insere. Assim, tem-se configurações de morfologia e usos diferentes para, por exemplo, CB-1 de ZR-3 e CB-2 de ZR-3.

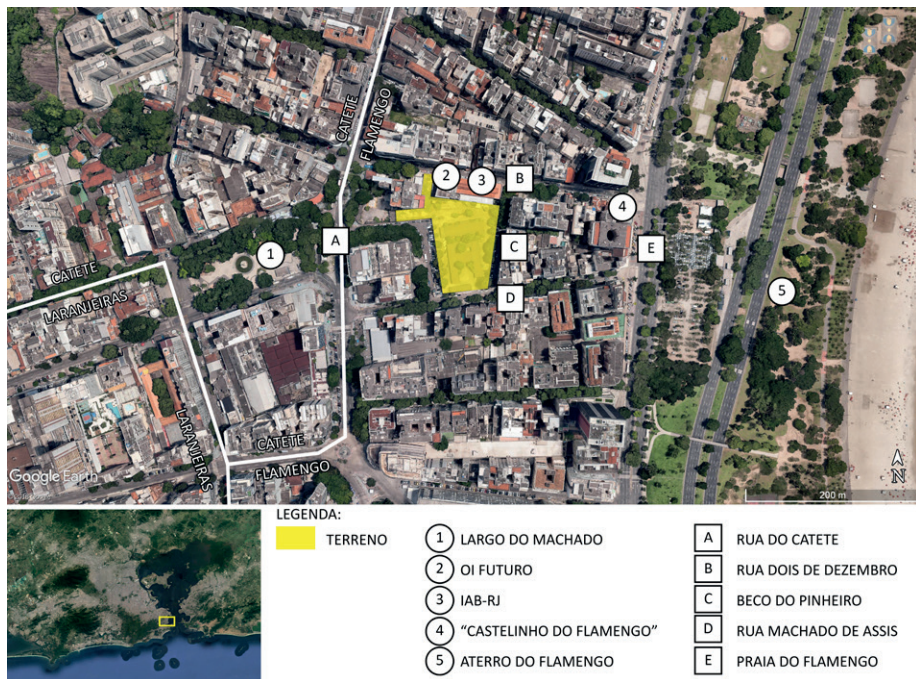
Ao se analisar o mapa de zoneamento e cruzando-o com a geografia urbana da cidade, percebe-se uma característica muito clara: bairros diferentes recebem tratamentos diferentes, através dos cruzamentos na matriz de parâmetros do RZ, permitindo ambiências variadas. Dessa forma, o presente artigo encara essa característica como positiva, tratando não só Ipanema diferente de Copacabana ou São Conrado — dadas as características naturais e de arruamento — como também não trata a Madureira da mesma forma que Vila Valqueire, Vargem Pequena ou Tijuca. Indo mais a fundo, não trata sequer dois CBs dentro do mesmo bairro da mesma forma. Cabe ressaltar a existência de decretos específicos para alguns bairros (como Botafogo, Tijuca, Grajaú e Vila Isabel) e dos PEUs, ou Planos de Estruturação Urbana, que são instrumentos normativos básicos de intervenção urbanística para um bairro ou conjunto de bairros, passando a valer sobre aspectos dos mencionados decretos vigentes, alterando consistentemente a ocupação prevista no RZ.

Dessa forma, ao se analisar as possibilidades para um terreno específico descortina-se todo o leque de possibilidades previstas no projeto de cidade aplicado à determinada localidade. Nesse sentido, o presente artigo visa auxiliar na compreensão da intrincada malha de decretos e leis urbanísticas da cidade do Rio de Janeiro e sua aplicação na construção da cidade formal.

1. O TERRENO E SEU CONTEXTO

A região compreendida pelos bairros do Catete, Glória e Flamengo pode ser considerada um autêntico mostuário da evolução urbanística da cidade, apresentando grande diferenciação entre os primeiros 200 anos de sua ocupação e suas configurações atuais (Cardeman; Cardeman, 2004, p. 131-137). Com sua ocupação passando por diretrizes de diferentes épocas, além de variadas dinâmicas e economias urbanas, apresentam exemplares construtivos atravessando períodos desde o Brasil-Colônia, passando pelo Império, República, Pereira Passos, as linhas de bondes, ciclos da cana-de-açúcar e do café, inauguração do Aterro do Flamengo e obras do metrô até os dias de hoje — quando as normativas urbanísticas continuam a sofrer alterações.

FIGURA 5: LOCALIZAÇÃO DO TERRENO.



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA SOBRE IMAGEM DO GOOGLE EARTH.

Há poucos terrenos na Zona Sul carioca com tanto potencial como o que um dia pertenceu à Companhia Ferro-Carril Jardim Botânico, empresa que operava transportes públicos na cidade, entre 1862 e 1960, com bondes ligando o Centro à Zona Sul. O terreno objeto do artigo é situado no bairro do Flamengo, no quarteirão compreendido entre as ruas Dois de Dezembro, Beco do Pinheiro, Machado de Assis e Arno Konder, tendo sido oficialmente propriedade do Governo do Estado do Rio de Janeiro até janeiro de 2017, quando foi leiloado por R\$ 77 milhões (Sé, 2018). É um lote plano, central e singular em sua conformação, com grande área e potencial construtivo, tendo sua formação afetada por uma sequência de Projetos Aprovados de Alinhamento (PAAs) e Projetos Aprovados de Loteamento (PALs). Poucos são os terrenos no Rio de Janeiro que permitem o estudo de sua gênese e transformações de forma tão marcada e registrada em documentos públicos e oficiais, passando por variados usos e propostas, como mostrado a seguir, a partir dos primeiros PALs e PAAs para a região.

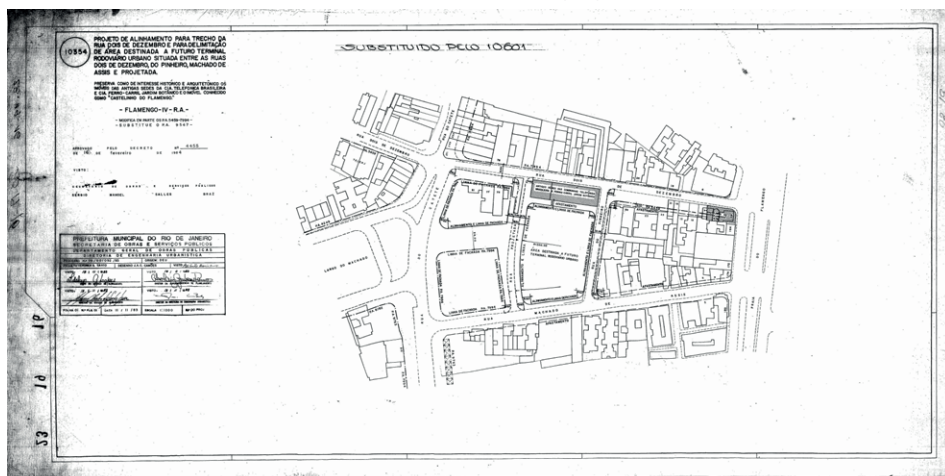
O PAL 12.773 / PAA 18.791, de 02 de setembro de 1947 (Planta de Zoneamento do Catete e Adjacências de acordo com Projeto de Urbanização aprovado n. 4.249,

Decreto n. 8547 de 22 de junho de 1946) prevê, na área em que delimita, que as residências existentes seriam substituídas por edifícios implantados contiguamente, respeitando um limite de profundidade, em geral de trinta metros a partir da testada dos lotes, para formação de área coletiva non-aedificandi no centro das quadras. O padrão criado para a região seguia os moldes de PALs para o Centro da Cidade e para Copacabana, inspirados no Plano Agache. Determina também esquemas de gabarito e altura dos pavimentos das edificações sendo, no quarteirão em questão, o trecho voltado à rua do Catete tendo o gabarito A, ou seja, doze pavimentos, e as demais faces com o gabarito D, de oito pavimentos.

Essas diretrizes ficaram vigentes até 1976, com a publicação do decreto n. 322 (RZ). Notam-se os alinhamentos propostos pelo plano para a rua Dois de Dezembro, que resultariam na demolição dos edifícios da antiga Companhia Ferro-Carril Jardim Botânico, atual IAB-RJ, e da antiga Companhia Telefônica Brasileira, atual Oi Futuro Flamengo. Curiosamente, os lotes onde se inserem esses edifícios aparentemente não interessaram aos promotores imobiliários da época, por todo o período em que o alargamento ficou vigente, provavelmente por sua conformação — largo e pouco profundo — pois grande porção do terreno seria consumida pelo recuo obrigatório, reduzindo a área destinada para a construção. O mesmo possivelmente se aplica à edificação denominada “Castelinho do Flamengo”, na esquina com a Praia do Flamengo onde hoje se localiza o Centro Cultural Municipal Oduvaldo Vianna Filho, cujo terreno seria completamente consumido pelo recuo obrigatório proposto.

Em 07 de novembro de 1975 foi publicado o PAA 9547, que prevê o alargamento da rua Dois de Dezembro para 24,00 m em alguns trechos e 21,00 m em outros e da Rua do Pinheiro para 18,50 m, mantendo a previsão de demolição dos prédios da antiga Companhia Ferro-Carril Jardim Botânico e da antiga Companhia Telefônica Brasileira. Contudo, nesse momento a previsão de ruas mais largas previa a adequação do entorno de um futuro terminal rodoviário, que não se concretizou. Nota-se também a previsão da abertura de uma via ligando as ruas Machado de Assis e Dois de Dezembro, criando uma alça viária para o terminal, evitando um possível grande fluxo de ônibus na Rua do Catete ou na Praia do Flamengo.

FIGURA 6: PAA 10.354 DE 16/02/1984.



FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO DA PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. ACERVO DE IMAGENS – PAA/PAL.

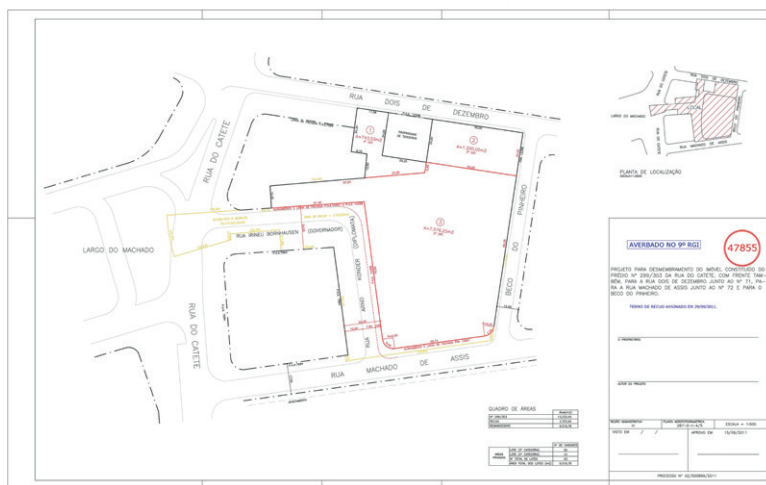
O PAA 10.354, publicado em 16 de fevereiro de 1984, assume as três construções hachuradas como preservadas, inviabilizando o alargamento desse trecho das ruas Dois de Dezembro e do Pinheiro. Percebe-se no quarteirão mais próximo à Praia do Flamengo, edifícios respeitando o alinhamento de 1975. O terreno permanece dividido pela rua projetada — parte da futura rua Arno Konder — para ligação entre as ruas Machado de Assis e Dois de Dezembro. A maior porção do terreno seria, ainda, destinada a um terminal rodoviário urbano e o trecho do terreno situado entre a rua projetada e a rua do Catete tem uso indefinido.

No PAA 10.601, de 02 de junho de 1988, que substituiu o PAA 10.354, já há uma anotação renomeando a via projetada como Arno Konder. Porém, o trecho do terreno situado entre as ruas Arno Konder e do Catete continua sem uso definido, mesmo que oficialmente integrasse o lote em questão, onde viria a ser construída a rua Irineu Bornhausen, ainda não prevista. Os recuos a elas correspondentes e o novo alinhamento da rua Machado de Assis seriam regulamentados apenas em 2011, com a aprovação do PAL 47.855. Cabe ressaltar que o tombamento provisório municipal da atual sede do IAB-RJ só se deu nesse ano, através do decreto n. 7461, de 07 de março de 1988. O tombamento provisório, na esfera estadual, pelo INEPAC só se deu no ano seguinte, através do processo n. E-18/300.034/88.

No PAA 12.288, de 30 de maio de 2011, percebe-se a eliminação da continuação projetada da rua Arno Konder, integrando ao terreno o trecho contíguo ao prédio do

agora Oi Futuro Flamengo, que seria transformado em via. Outras alterações também percebidas são a abertura da rua Irineu Bornhausen, com os recuos definidos em vinte e quatro metros; bem como o abandono do projeto de um futuro terminal rodoviário urbano, delineando assim o objetivo de manter o terreno com a maior área, não sendo mais reduzido e dividido pela rua Arno Konder.

FIGURA 7: PAL 47855 DE 15/09/2011.



FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO DA PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. ACERVO DE IMAGENS – PAA/PAL.

Em 15 de setembro de 2011, com a publicação do PAL 47.855, poucos meses após a publicação do PAA 12288, é realizado desmembramento do lote em três: o Lote 1, de 743,53 m², com frente para a rua Dois de Dezembro, onde até então havia um casario em ruína; o Lote 2, de 1.200 m², correspondendo à atual sede do IAB-RJ; e o Lote 3, de 7.576,25 m² e frente para as ruas Machado de Assis e Beco do Pinheiro. O provável interesse seria integrar o Lote 1 com o Oi Futuro e garantir a maior parcela, o Lote 3, para futura alienação, da qual a edificação do IAB-RJ, o Lote 2, não faria parte. Essa conformação abriu caminho para a lei estadual n. 6.938, de 18 de dezembro de 2014, que autoriza o poder executivo a alienar os bens imóveis que especifica, dentre os quais, os lotes 1 e 3 do PAL 47855. Segundo levantamento da revista *Veja Rio*, em 05 de janeiro de 2018, a expectativa na época era atingir o valor de R\$ 92 milhões, porém esse processo foi suspenso e novas tentativas de venda não prosperaram.

A alienação só se concretizou em janeiro de 2017, com o pagamento do lance mínimo, de R\$ 77 milhões pela SIG Engenharia, perfazendo R\$ 9.250/m². É importante ressaltar que

pouco mais de seis meses antes, em 17 de junho de 2016, o Governo do Estado decretou estado de calamidade pública devido à crise fiscal (Boeckel, 2016). Nesse cenário, o leilão demonstrou uma importante fonte de renda para o Estado, por mais que representasse uma fração mínima do déficit, então de mais de R\$ 19 bilhões (Agência Brasil, 2016).

Finalmente, no PAL 49.129, de 26 de setembro de 2017, há o remembramento dos lotes 1 e 3, criando um novo Lote 1, de 8.319,78m². Essa é a conformação atual do terreno, sobre o qual é desenvolvido um empreendimento, ou grupamento, residencial multifamiliar em realização conjunta da SIG Engenharia, adquirente do terreno, e do fundo de investimento imobiliário Opportunity.

Após tantos anos sem uso e tantas alterações em sua forma e parâmetros edílios, o terreno finalmente se encaminha para deixar de ser um vazio urbano, passando a cumprir a função social da propriedade, prevista no artigo 5.º da Constituição Federal, de 1988 (BRASIL, 1988). Contudo, não se pode garantir que os interesses dos moradores da região e dos promotores imobiliários não entrariam em conflito. Dessa forma, cabe levantar o que o Código de Obras permite executar nessa parcela do solo urbano.

2. OS PARÂMETROS E O DESENVOLVIMENTO DO EMPREENDIMENTO

O bairro do Flamengo integra a Área de Planejamento 2 (AP2.1), compondo a IV Região Administrativa (IV RA – Botafogo), junto com Botafogo, Catete, Cosme Velho, Glória, Humaitá, Laranjeiras e Urca. O quarteirão compreendido entre as ruas Dois de Dezembro, Beco do Pinheiro, Machado de Assis e Arno Konder, objeto do artigo, faz parte da Zona Residencial 3 (ZR3), de acordo com o RZ. Contudo, a legislação edilícia do Rio de Janeiro não é tão objetiva, havendo considerável quantidade de decretos à parte, estabelecidos à posteriori, que devem ser levados em conta — como é o caso do decreto n. 3.155/1981 que altera a redação do RZ, incluindo a região do terreno no Centro de Bairro 3 (CB3). Dessa forma, o terreno se enquadra na CB3 de ZR3 da IV RA.

Esse decreto, em seu artigo 5º, também determina em diversos locais da IV RA outro tipo de parâmetro, alterando o estabelecido no decreto n. 322/1976:

[...] observado, no que couber, o disposto nos arts. 80, 81 e 82 do Regulamento de Zoneamento, o número de pavimentos das edificações não poderá ser superior a:

I – para as edificações não afastadas das divisas, 12 (doze) pavimentos, não sendo computados neste número o pavimento de uso comum e 2 (dois) pavimentos-garagem;

II – para as edificações afastadas das divisas, 18 (dezoito) pavimentos, não sendo computados neste número o pavimento de uso comum, 4 (quatro) pavimentos-

garagem e, nos casos de edificações até 17 (dezesete) pavimentos, o pavimento de cobertura previsto no art.120 do Regulamento de Zoneamento. (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1981, grifo nosso)

Dessa maneira, a legislação vigente possibilita dois tipos de ocupação: afastado das divisas (AF) e não afastado das divisas (NAF), sendo a primeira claramente mais permissiva. Promotores imobiliários costumam aproveitar o estímulo a esse tipo de ocupação do solo urbano, pois tende a resultar em maior área privativa total, elevando seus ganhos.

Além desses parâmetros, um empreendimento a ser legalizado deve atender à Área Total Edificada (ATE) máxima, calculado multiplicando o Índice de Aproveitamento do Terreno (IAT) e área do terreno. Desde 2011, o IAT é encontrado no Anexo VII, da Lei Complementar n. 111/2011, que divide a cidade em macrozonas de ocupação, sendo a IV RA parte da Macrozona de Ocupação Controlada. Contraditoriamente ao nome da Macrozona, o do bairro do Flamengo apresenta IAT no valor de 4 em área de CB₃, um valor considerado alto. Entende-se a escolha desse índice como estímulo ao adensamento de áreas com amplo serviço de transporte, como metrô e ônibus. Assim, o ATE permitido é quatro vezes a área do terreno, ou seja, 33.279,12m².

Deve ser respeitada também a área livre mínima prevista para a região da IV RA, de 30 %, conforme artigo 91 do decreto n. 322/1976. Isso significa que até 70 % do lote pode ser ocupado por edificações — a descontar o edifício garagem do embasamento, conforme inciso 2, parágrafo 1º, artigo 91, do decreto 322/1976. Outro fator importante é a área útil mínima das unidades, que é de 50 m² para ZR₃ da IV RA, conforme o quadro X do decreto 322/1976.

Há também o referente ao artigo 132 do RZ, que determina a cessão gratuita ao município de um lote destinado a equipamento comunitário público, caso o lote em questão possua mais de 10.000 m². É interessante observar que até 2011, no PAL 47.855, o terreno se enquadrava nessa categoria, com 13.223,43 m², porém, com a aplicação dos recuos previstos (que somam 3.703,65 m²), o remanescente é de 9.519,78 m², ainda sendo desmembrado em três, deixando assim de se enquadrar neste artigo.

Com esses parâmetros definidos, os promotores imobiliários podem compreender o potencial construtivo permitido, em conjunto com os parâmetros de dimensionamento estabelecidos no decreto n. 10.426, de 6 de setembro de 1991. Para isso, desenvolveu-se para o terreno o chamado “estudo de massa”, por intermédio do escritório Pontual Arquitetura. Cabe ressaltar que na praxe de mercado, esses estudos são realizados “no risco”, ou seja, com a possibilidade do estudo não se mostrar viável e não resultar em um contrato de execução de projeto arquitetônico — não tendo escritório de arquitetura qualquer retorno financeiro caso o projeto não se concretize.

Dessa forma, chegou-se ao denominado “Ícono Parque Residencial”, um produto imobiliário compostos de térreo com garagem e lojas, dois pavimentos de garagem, PUC e dezesseis pavimentos tipo mais dependência de cobertura, com 416 unidades residenciais de dois e três quartos divididas em dois blocos e setenta lojas, perfazendo 486 unidades no total do empreendimento. O bloco denominado “Edifício Corcovado” é retangular, com doze unidades por andar e totaliza 192 unidades, enquanto o bloco denominado “Edifício Pão de Açúcar” é em “L”, com quatorze unidades por andar e totaliza 224 unidades. Há também 487 vagas de estacionamento de veículos e 84 vagas de bicicletário, bem como uma ampla área de lazer no PUC, localizado acima do edifício garagem do embasamento. Segundo material de vendas divulgado, tudo indica que o empreendimento será lançado em duas fases, sendo a primeira correspondente ao Edifício Pão de Açúcar (Ícono Parque Residências, 2018).

É interessante notar como o empreendimento não atinge o seu gabarito máximo, de dezessete pavimentos-tipo mais dependência de cobertura ou dezoito pavimentos. A explicação encontrada por esse artigo se encontra justamente no artigo 133 do RZ, que determina a cessão gratuita ao município de lote e de escola a ser construída, caso o grupamento ultrapasse quinhentas unidades. Ao se subir mais um pavimento nos dois blocos, se somariam 26 unidades às 486 projetadas, totalizando 512, enquadrando o grupamento no artigo. Usualmente, esse é um fator determinante para os promotores imobiliários, que podem, dentre algumas de suas possibilidades, limitar o empreendimento para não atingir esse valor, ou desmembrar o terreno em dois ou mais, ou até desistir da empreitada, sob o argumento da viabilidade do projeto.

O grupamento proposto se enquadra dentro dos parâmetros estabelecidos pela legislação vigente, desde gabarito, ATE e ocupação no lote até os fatores mais específicos, tendo assim todos os indícios de que seria aprovado pela Secretaria de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação. Contudo, devido à proximidade de bem tombado municipal e estadual, a atual sede do IAB-RJ, cabe a análise dos órgãos de patrimônio das duas esferas: o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH) e o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), respectivamente. Ambos têm poder para, inclusive, desautorizar a construção da nova edificação, caso ela possa “repercutir de alguma forma na segurança, na integridade estética, na ambiência ou na visibilidade do bem tombado, assim como sua inserção no conjunto panorâmico ou urbanístico circunjacente”, conforme parágrafo único do artigo 7º do Decreto-Lei estadual n. 2, de 11 de abril de 1969, com redação semelhante no artigo 9º, da Lei Municipal n. 166, de 27 de maio de 1980. Apesar de a pesquisa não ter tido acesso aos

pareceres dos institutos, lê-se que ambos não aparentam ter levantado restrições quanto à nova edificação, considerando que futuramente o empreendimento seria lançado sem visíveis alterações em sua geometria, quando comparado aos estudos iniciais. Assim, teria suas taxas e licenças expedidas sem maiores percalços e o lançamento ocorreria conforme tantos outros já realizados na cidade.

Entre os moradores, contudo, houve quem se assustasse com o anúncio de um empreendimento com essas proporções na região, sendo organizadas manifestações a respeito de sua construção. Uma sequência de matérias jornalísticas registra protestos de variadas entidades potencialmente afetadas pelo novo grupamento multifamiliar.

A primeira encontrada pela pesquisa, data de 27 de fevereiro de 2018, no jornal O Globo, onde se encontra a seguinte declaração: “Só queremos um prédio menor porque a Dois de Dezembro não suporta tanta gente”. No dia 01 de março de 2018, em nova matéria do jornal, há a preocupação com o comprometimento do painel artístico de Peter Gasper, na fachada do Oi Futuro, havendo a seguinte declaração de um morador: “Nosso receio é que o empreendimento obstrua a visão do público”. Em 10 de março de 2018 há uma manifestação de moradores marcada em página da rede social Facebook: “Não ao espigão do Flamengo”, com a seguinte chamada, publicada na véspera:

Moradores do Flamengo, Largo do Machado e região vão se reunir no sábado dia 10/03/18, às 9 horas, em frente a rua Dois de Dezembro, esquina com o Beco do Pinheiro (Largo do Machado) para barrar a construção monstruosa com vários prédios, de 21 andares cada, que foge totalmente do gabarito do bairro por possuir o dobro da tamanho da média dos prédios dos respectivos bairros.

A preocupação dos moradores é imensa e legítima, com várias preocupações, como impacto ambiental, grande área de sombra, impacto na rede de esgoto, qualidade do ar, ruído, poluição, caos no trânsito que toda a região sofrerá.

Os moradores estão esperançosos de que as licenças da Cet Rio e meio ambiente, que ainda não foram concedidas, impeçam a realização desta obra que acarretarão caos urbano na região. (Não ao espigão do Flamengo, 2018)

A primeira matéria de maior porte é datada de 17 de maio de 2018, ainda no jornal O Globo, onde se encontra uma solicitação de alteração do projeto pelo presidente do IAB-RJ, Pedro da Luz (Pessoa, 2018). Há também reclamações de vizinhos do terreno quanto à “falta de estrutura para algo desse tamanho” e a “falta de diálogo com os moradores”:

[...] Não somos contra o empreendimento, mas sim contra os números surreais dele. Imagina o gerenciamento, o fluxo de pessoas e os problemas com a

rede de esgoto e de água. O caos será total. Sobre as 70 lojas, se formos contar quantas existem na Rua do Catete até a altura da rua Silveira Martins, não chega a tanto.” (O Globo, 2018)

Segundo a mesma matéria, “a construtora rebate as queixas”, dizendo que o projeto “conta com todas as aprovações, nada tem de irregular e frisa que o empreendimento está ajudando a reerguer o mercado imobiliário na cidade”.

Já com as obras iniciadas, o Jornal do Brasil, em matéria de 04 de outubro de 2018, noticia rachaduras no prédio histórico do IAB-RJ e danos no painel de Peter Gasper, no Oi Futuro, bem como um parecer do Ministério Público recomendando paralização das obras e revisão do projeto, considerando afastamento de dez metros entre o empreendimento e o centro cultural, entre outras adequações (Cortes, 2018). Na mesma matéria, o presidente do IAB-RJ, Pedro da Luz, argumenta nunca ter sido “[...] contra a obra, mas um projeto dessa natureza deveria ter passado por um debate amplo com a sociedade, até para mostrar que mais moradia, em um corredor com fartura de transportes, pode significar mais qualidade de vida”. Informa também que: “Tanto a prefeitura quanto os empreendedores preferiram não manter a distância de cinco metros do Projeto de Arruamento (PA). O fato é que as rachaduras surgiram no mesmo dia em que começou o bate-estacas da obra. [...]”.

A mesma matéria traz a reclamação de um morador que, com a obra, perderá a vista para o Pão de Açúcar, assim como muitos vizinhos deixarão de contemplar a Baía de Guanabara. Porém, esse argumento não é considerado razoável pelo presente artigo, pois no momento da construção dos edifícios onde essas pessoas residem, alguém também perdeu a vista; além de esse argumento não ter base legal para quaisquer justificativas. Contudo, também informa que o PAA 10601 foi revogado e legalmente não há obrigatoriedade de afastamento da edificação histórica; assim como o painel de Peter Gasper teria sido instalado fora dos limites do terreno do Oi Futuro, que rebate informando que toda a instalação respeitou todos os parâmetros e foi aprovada pela prefeitura à época.

Há também a manifestação “Futuro em Risco!”, não datada, no sítio virtual do escritório Oficina de Arquitetos, autor do projeto vencedor do Concurso Público Nacional de Arquitetura realizado em parceria com o IAB-RJ em 1999 para escolha do projeto do Museu das Telecomunicações (hoje Oi Futuro Flamengo). A nota ressalta o caráter público do espaço e reforça que à época do concurso, o PAA 10.601 estava vigente e previa a execução da extensão da rua Arno Konder, e, não apenas a sua não execução, como a transformação do trecho em edificação, influem diretamente na inserção urbana tanto do edifício do Oi Futuro quanto do IAB-RJ na malha urbana. E conclui:

Em nossa opinião, a implementação de um empreendimento desta escala neste local, possibilitada pelo novo PAA e pelas leis sancionadas, contribui para acabar com a ambiência deste espaço. Não somente por ignorar as preexistências tão marcantes no entorno imediato (o IAB-RJ, antiga Sala das Máquinas da Companhia Ferro Carris Jardim Botânico (CFCJB) e o Castelinho do Flamengo que abriga o centro cultural Oduvaldo Vianna Filho, ambas edificações tombadas) mas ignorando completamente ainda, as premissas adotadas na concepção de um edifício fruto de um concurso público nacional. (Oficina de Arquitetos, s.d.)

Tomando por base a análise da gênese do terreno, a legislação edilícia e as críticas ao empreendimento, algumas questões emergem. O problema é o gabarito? Ou a densidade? Prédios baixos são “melhores”? Antigamente os edifícios eram “melhores”? Ou vale mais a qualidade do desenho e a relação com o entorno?

3. REVISÃO DA LEGISLAÇÃO?

A legislação vigente entra em muitos detalhes, sendo considerada até excessiva por alguns. Sob esse argumento, a Prefeitura do Rio de Janeiro iniciou um processo de simplificação, com o Projeto de Lei Complementar (PLC) 31/2013, visando a simplificação do Código de Obras e Edificações, com a redução dos atuais 572 artigos para apenas quarenta. Esse PLC não recebeu muita atenção durante o segundo mandato de Eduardo Paes (2013–2016), porém é bastante discutido (mesmo que com atores específicos) e ampliado na gestão Marcelo Crivella (2017–2020), com a inclusão do PLCs 55/2018, o Código de Licenciamento e Fiscalização, visando reduzir de 200 para 60 artigos; do PLC 56/2018, a Lei de Parcelamento do Solo Urbano, visando reduzir dos atuais 150 artigos para apenas 25; e do PLC 57/2018, a Lei de Uso e Ocupação do Solo, com a redução dos atuais 250 artigos para 55. O objetivo da revisão, segundo o Relatório Anual de 2017 da Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação é “simplificar a legislação urbanística, através da redução do número de exigências e itens analisados durante o processo de licenciamento e a modernização dos códigos em função da realidade atual da cidade” (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2017).

As principais alterações no Código de Obras, segundo o mesmo documento, são referentes a permissão da construção de unidades sem paredes divisórias internas, integrando os ambientes; a não-contabilização do pavimento de cobertura no cálculo do gabarito caso seja utilizado telhado verde; a dispensa da obrigação de elevador para prédios de até cinco pavimentos; a possibilidade de construção de empreendimento sem garagem quando no local houver oferta de transporte público; tornar facultativa a construção de apartamento de zelador; e a responsabilidade assumida pelos autores

dos projetos quanto ao atendimento da legislação urbanística, reduzindo o número de itens analisados pelos técnicos da prefeitura.

Seria a simplificação o caminho? A redução do número de artigos de uma legislação anterior, com alguma atualização, é o que se busca? Retomando o conceito levantado no início do artigo, o Código de Obras é a forma textual de um projeto de cidade. Qual é o projeto de cidade atual do Rio de Janeiro? É o mesmo de 1976, mas simplificado? A legislação vigente encaminha alguma diretriz para os atuais problemas urbanos enfrentados pela cidade? E a nova, simplificada? É esse o projeto de cidade que se quer? Qual será o novo projeto de cidade pretendido com a simplificação da legislação? E para quem?

Conforme já levantado no presente artigo, o Código de Obras vigente do Rio de Janeiro legisla sobre parâmetros como zoneamento, gabarito, afastamentos, IAT/ATE, taxa de ocupação, número de edificações no lote, usos adequados e tolerados por zona, alinhamentos e recuos. Determina também áreas non-aedificandi, dá parâmetros para vias internas, número de unidades, cessão gratuita de lote à prefeitura, área útil mínima, altura dos compartimentos, área de recreação mínima (inclusive um diâmetro de cinco metros a ser inscrito na área para ser considerada como tal). Assim como parâmetros para circulação de veículos, número de vagas de estacionamento por unidade, dimensões de vagas de estacionamento, largura de corredores, necessidade de alojamento de funcionários, de apartamento de zelador, dimensões de portas e janelas, obrigatoriedade do pavimento de cobertura ser dependência do penúltimo; chegando à obrigatoriedade de uma segunda vaga para unidade residencial que disponha de terceiro quarto, caso ele tenha mais de 7 m² de área útil.

Nessa extensa listagem, embora ainda não abarque todos os parâmetros, observa-se que são todos internos ao lote. Assim sendo, o mero cumprimento da legislação e atendimento desses parâmetros é o suficiente? Uma cidade resolvida do lote para dentro, é a cidade pretendida? A simplificação dos parâmetros é o caminho para a construção da cidade que se quer? Com a proposta de revisão da legislação, a leitura da cidade se mantém, havendo um continuísmo, datado de 1976, com a promulgação do RZ.

Em 13 de dezembro de 2016, a cidade do Rio de Janeiro recebeu o título de primeira paisagem cultural urbana declarada Patrimônio Mundial. Cedido pela Unesco, destaca os marcos naturais mundialmente famosos como Pão de Açúcar, Corcovado, Floresta da Tijuca e as praias. A massa edificada da cidade, em sua parcela mais nobre, parte indissociável dos marcos naturais na composição da urbe, é merecedora desse título?

FIGURA 8: A MASSA EDIFICADA DE IPANEMA, NA ALTURA DA PRAÇA NOSSA SENHORA DA PAZ.



FORTE: OSMAR PINTO JR., 2015.

Assim como no terreno do Flamengo, regiões da cidade foram agraciadas ou beneficiadas com legislações específicas. No caso, a permissão de determinada forma de ocupação somente foi questionada no momento do anúncio de uma nova construção, mesmo com o Decreto n. 3.155/1981 existindo há quase quarenta anos. Não deveria ser surpresa para ninguém — mas foi. Talvez a única condição de não ter acontecido antes foi o título de propriedade pertencer ao Governo do Estado, que não tinha a intenção de construir um edifício com tais proporções.

Sendo a massa edificada reflexo de uma legislação que dá parâmetros internos ao lote, não é surpresa a massa resultante não ser coesa ou harmoniosa — mesmo dentro de um mesmo zoneamento. E esse é o projeto de cidade refletido na legislação, alvo de parâmetros ora mais permissivos, ora mais restritivos. O que se tem é uma soma de fragmentos, resultado de legislações de épocas distintas — seja do RZ, seja de algum PEU, ou decreto ou lei complementar.

Na cidade formal, para efeito de legalização de um projeto é obrigatória a sua assinatura por um Profissional Responsável pelo Projeto de Arquitetura, ou PRPA. Embora não seja proibido que engenheiros civis exerçam essa atividade, a praxe das

empresas correspondentes à fração do mercado imobiliário com processo de produção mais sofisticado é a contratação de arquitetos para o desenvolvimento do projeto. Essa preferência se dá muitas vezes pelo reconhecimento de um trabalho de aproveitamento do espaço de forma particular e agregadora ao valor do produto imobiliário. Porém, não há espaço legal para a análise dos impactos de uma nova inserção na cidade, sendo o cumprimento dos parâmetros o suficiente para a legalização de um projeto ou edificação, logo, novas edificações não são obrigadas a serem contextualizadas, podendo gerar distorções como o encontrado no terreno objeto do artigo – e tudo está de acordo com a lei, assinado por um arquiteto ou arquiteta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da cidade do Rio de Janeiro, em sua parcela formal, como já mencionado no presente artigo, é fruto da forma textual de um projeto de cidade, através de sua legislação urbana. Entender a intrincada malha de parâmetros que definem como ela será construída, é compreender a cidade e seu projeto. Logo, estudar a produção imobiliária seriamente é entender a cidade. Compreendê-la para criticá-la — e transformar a produção da cidade.

O presente artigo não pretende apontar as soluções às questões levantadas no seu decorrer, mas evidenciar que a discussão que levará a um regulamento urbano adequado à realidade da cidade passa por elas. Os apontamentos se propõem a fomentar o debate, oferecendo insumos ao levantamento de questões para a definição de qual o projeto de cidade se pretende para o Rio de Janeiro, em uma discussão mais ampla, envolvendo toda a sociedade.

Se há críticas na forma como a cidade formal é distribuída, quanto a distorções, conflitos e contradições, essa forma é refletida nos regulamentos — seja nos parâmetros, seja na ausência de um planejamento mais amplo. Sendo promotores imobiliários, como incorporadoras, construtoras e imobiliárias, os produtores de fato dessa cidade e alguns dos maiores interessados em legislações permissivas, cabe a estudiosos da urbe a crítica pela qualidade do ambiente urbano. Contudo, ela não pode se manter apenas no ambiente acadêmico, sendo necessária à sua aplicação nos parâmetros edilícios formais, não se podendo esperar quase 40 anos, como no caso do terreno objeto do artigo.

A cidade é construída por promotores imobiliários, mas os projetos são de autoria de arquitetos. É necessário o debate sério quanto à produção imobiliária, sem os preconceitos inerentes à especulação imobiliária. Quanto menos se debater seriamente, em seus parâmetros e aplicação, mais se cria espaço para a reprodução

sem reflexão, em especial em um momento de possível revisão da legislação e, com isso, do projeto de cidade. Da forma como esses parâmetros se estabeleceram, fica evidente a ausência de um instrumento que integre as diversas ações e estabeleça regras gerais para o desenvolvimento da cidade — um plano (Rezende, 2002). Nesse sentido, as diferentes manifestações de interesse e as divergências sobre certos pontos evidenciam a carência de um amplo debate objetivando a reformulação do projeto de cidade.

A análise dos processos singulares que levaram à formação de um terreno específico no bairro do Flamengo, com alinhamentos, desmembramentos e remembramentos, traz à luz alguns projetos e parâmetros que já existiram para essa localidade e foram sendo deixados de lado ao longo do tempo. Quando se realiza a análise dos atuais parâmetros edilícios, algumas contradições ganham destaque, sob a forma de um projeto, alvo de críticas de moradores e entidades.

O Rio de Janeiro tem grande força imagética, sendo reconhecido em todo o mundo, com a parcela mais nobre da cidade indissociável da paisagem cultural declarada pela Unesco, se mesclando e se adaptando à topografia, quando não transformando-a. Assim, a responsabilidade sobre a produção da cidade formal, em sua qualidade estética, se faz muito importante. Como a cidade está considerando a preservação do título de Patrimônio da Humanidade? A legislação, atual ou simplificada, levam em conta a estética da massa edificada? O quanto ela contribui para a paisagem da cidade? A cidade resultante é tão bela de perto quanto é de longe, do alto dos cartões postais?

A revisão do código de obras não levou a cabo demandas da sociedade, limitando-se ao debate com setores selecionados, excluindo-se associações de moradores, universidades, entidades de classe e conselhos profissionais. Padrões edilícios e trâmites foram alterados e simplificados, mas não a leitura de uma cidade que se mostra cada vez mais complexa em suas contradições. A legislação reflete uma soma de fragmentos, resultado de legislações de épocas distintas (e agora simplificada), que não leva em conta novas demandas, como a concessão do título de patrimônio da humanidade, em sua harmonia visual ou qualidade estética.

De fato, uma nova norma edilícia é necessária na cidade do Rio de Janeiro, atualizando e incluindo demandas levantadas no Regulamento de Zoneamento de 1976. Porém, ela não deve se limitar apenas à simplificação de artigos e processos: ela deve levar em conta os desafios da cidade contemporânea em sua totalidade, não cabendo apenas referendar tendências já expressas no espaço construído (Rezende, 2002).

Não será um novo regulamento que, em abarcando esses pontos, resultará na solução das crises urbanas, mas se realizado de forma a integrar e organizar demandas em um planejamento assertivo, poderá atenuar seus impactos e direcionar para a construção de uma cidade mais humana e justa.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Orçamento de 2017 do Rio de Janeiro tem Déficit de R\$ 19 Bilhões. *Exame*, 19 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/orcamento-de-2017-do-rio-de-janeiro-tem-deficit-de-r-19-bilhoes/>. Acesso em: 19 out. 2018.

BOEKEL, Cristina *et al.* Governo do Rio de Janeiro Determina Estado de Calamidade Pública Devido à Crise. *G1*, Rio de Janeiro, 17 de junho de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/governo-do-rj-decreta-estado-de-calamidade-publica-devido- crise.html>. Acesso em: 30 jun. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Promulgada em 5 de outubro de 1988, art. 5°. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

CARDEMAN, David; CARDEMAN, Rogerio Goldfeld. *O Rio de Janeiro nas alturas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

CORTES, Celina . Mal Começou, e Obra do Projeto Ícono, no Flamengo, Causa Danos ao I.A.B. e ao Centro Cultural Oi Futuro. *Jornal do Brasil*, 4 out. 2018. Disponível em: <https://www.jb.com.br/rio/2018/10/943815-mal-comecou-e-obra-do-projeto-cono-no-flamengo-causa-danos-ao-iab-e-ao-centro-cultural-oi-futuro.html>. Acesso em: 30 jun. 2018.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto-Lei n. 2 de 11 de abril de 1969 – Define os Bens Integrantes do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Estado da Guanabara e institui medidas para a sua proteção. Disponível em: http://www.inepac.rj.gov.br/application/assets/img/site/LegislacaoEstadual_11out05.pdf. Acesso em: 31 out. 2018.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Lei n. 6.938, de 18 de dezembro de 2014. Autoriza o poder executivo a alienar os bens imóveis que especifica. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/c8aa0900025fee-f6032564ec006odffff/fofd2fffc1c53foof-83257db6005af602?OpenDocument>. Acesso em: 21 out. 2018.

ÍCONO PARQUE RESIDÊNCIAS. Material de divulgação. Disponível em: <https://www.lancamentosrj.com/wp-content/uploads/2018/08/1%CC%81cono-Parque-Apresentac%CC%A7a%CC%83o.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

Não ao espigão do Flamengo. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/206727686577959/posts/206730733244321/>. Acesso em: 30 jun. 2018.

OFICINA DE ARQUITETOS. Futuro em Risco! Disponível em: <http://oficina.arq.br/1276-2/>. Acesso em: 30 jun. 2018.

PESSOA, Talita. Construção de Duas Torres de Dezenove Pavimentos no Flamengo Causa Polêmica. O Globo, 17 maio 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/construcao-de-duas-torres-de-19-pavimentos-no-flamengo-causa-polemica-22692327> Acesso em: 30 jun. 2018.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Decreto n. 322 de 3 de março de 1976 – Aprova o Regulamento de Zoneamento do Município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Administração, 1976.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Lei nº 166 de 27 de maio de 1980 – Dispõe sobre o processo de tombamento e dá outras providências. D.O. RIO, Rio de Janeiro, 29 de maio de 1980.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Decreto n. 3155, de 21 de julho de 1981. Altera o Regulamento de Zoneamento aprovado pelo Decreto n. 322 de 03 de março de 1976, e dá outras providências. D.O. RIO, Rio de Janeiro, 22 de julho de 1981.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Decreto n. 7461, de 7 de março de 1988 – Determina o tombamento do bem cultural que menciona. D.O. RIO, Rio de Janeiro, 09/03/1988.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Decreto n. 10.426 de 6 de setembro de 1991 – Simplifica formalidades no processo de licenciamento de edificações e dá outras providências. D.O. RIO, Rio de Janeiro, RJ, 9 de setembro de 1991.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Lei Complementar n. 111 de 1 de fevereiro de 2011 – Dispõe sobre a Política Urbana e Ambiental do Município, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências. D.O. RIO, Rio de Janeiro, RJ, 02/02/2011.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Relatório anual 2017. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação, 2017. Disponível em http://www.rio.rj.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=0218d3d6-26fb-4d6b-92f2-28a794844c95&groupId=6650245

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Planta de Zoneamento do Catete e Adjacências – PAL 12.773 PAA 18971, de acordo com o projeto de urbanização aprovado n. 4.249, Decreto n. 8.547, de 22 de junho de 1946. Disponível em <http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/imagenspaa/PAL%20DATAVIX/81/o/258.jpg> Acesso em 15 de jun. 2018.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Projeto de desmembramento de uma faixa de terreno do prédio nº 321 da rua do Catete para ser lembrado aos terrenos dos prédios n. 72 a 80 da rua Machado de Assis – PAL 27.293, aprovado em 31 de janeiro de 1968. Disponível em: <http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/imagenspaa/PAL%20DATAVIX/46/o/453.jpg>. Acesso em 15 de jun. 2018.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Projeto de alinhamento para quadra entre as ruas Dois de Dezembro, Machado de Assis, Projetada e Beco do Pinheiro – PAA 9.547, aprovado pelo Decreto n. 189 de 07 de novembro de 1975. Disponível em: <http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/imagenspaa/4/o/365.JPG> Acesso em 15 de jun. 2018.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Projeto de alinhamento para trecho da rua Dois de Dezembro e para delimitação de área destinada a futuro terminal rodoviário urbano situada entre as ruas Dois de Dezembro, do Pinheiro, Machado de Assis e Projetada – preserva como de interesse histórico e arquitetônico os imóveis das antigas sedes da Cia. Telefônica Brasileira e Cia. Ferro-carril Jardim Botânico e o imóvel conhecido como “Castelinho do Flamengo” – PAA 10.354, aprovado pelo decreto n.º 4.455 de 16 de fevereiro de 1984. Disponível em: <http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/imagenspaa/4/o/151.JPG>. Acesso em 15 de jun. 2018.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Projeto de alinhamento para trecho da rua Dois de Dezembro e para delimitação de área destinada a futuro terminal rodoviário urbano situada entre as ruas Dois de Dezembro, do Pinheiro, Machado de Assis e Projetada – preserva como de interesse histórico e arquitetônico os imóveis das antigas sedes da Cia. Telefônica Brasileira e Cia. Ferro-carril Jardim Botânico e o imóvel conhecido como “Castelinho do Flamengo” – PAA 10.601, aprovado pelo decreto n.º 7.692, de 02 de junho de 1988. Disponível em: <http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/GEP/1/60/PAA/01001.jpg>. Acesso em 15 de junho de 2018.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Projeto de Alinhamento para a definição das quadras compreendidas entre as ruas Dois de Dezembro, do Pinheiro, Machado de Assis e Arno Konder (diplomata) – PAA 12.288, aprovado pela resolução 984 de 30 de maio de 2011.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Projeto para desmembramento do imóvel constituído do prédio n. 299/303, da rua do Catete, com frente também para a rua Dois de Dezembro junto ao n. 71, para a rua Machado de Assis, junto ao n. 72 e para o Beco do Pinheiro – PAL 47.855, aprovado em 15 de setembro de 2011.

REZENDE, V. L. F. M. Planos e regulação urbanística: a dimensão normativa das intervenções na cidade do Rio de Janeiro. *In*: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (Org). Cidade, história e desafios. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 1, pp. 9-295, 2002

SÉ, Rafael Sento. Governo do Rio Vende Terreno no Flamengo por R\$ 77 Milhões. *Veja Rio*, 5 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://vejario.abril.com.br/cidades/governo-do-rio-vende-terreno-no-flamengo-por-r77-milhoes/>. Acesso em: 30 de jun. 2018.

A CIDADE DE JUIZ DE FORA E AS NOVAS RELAÇÕES COM SUA REGIÃO DE INFLUÊNCIA

**SABRINA FERRETTI DO AMARAL
MARIA DE LOURDES PINTO MACHADO COSTA**

INTRODUÇÃO

A cidade e o urbano são formados pela representação do processo de urbanização em um dado ponto do território e a combinação dos diferentes momentos históricos que se concretizaram nessa produção humana (Sposito, 1992). Da mesma forma, o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado, deixando suas marcas impressas nas formas espaciais do presente (Corrêa, 1989).

Embora, para Sposito (op. cit.), a cidade seja a própria expressão espaço-temporal do processo de urbanização, sua compreensão sobre a produção do espaço urbano, na atualidade, aponta para um quadro de redefinição socioespacial, distanciando a ideia da cidade só se configurar como uma unidade espacial. Ela destaca as relações econômicas crescentes, que ocorrem entre os níveis nacional e internacional, com fortes rebatimentos sobre a dinâmica da produção do espaço urbano (Sposito, 2013).

Neste sentido, o urbano, que nem sempre significa cidade, refere-se ao modo de vida, ao horizonte de transformações territoriais, espaciais, sociais, políticas e econômicas, materializado no espaço da cidade (Lefebvre, 2001), e cada vez mais estendendo-se ao ambiental. Enquanto o termo urbanização refere-se ao processo de:

constituição de formas espaciais específicas das sociedades humanas, caracterizadas pela concentração significativa das atividades e das populações num espaço restrito, bem como à existência e a difusão de um sistema cultural específico, a cultura urbana (Castells, 2009, p. 46).

O século XX marcou a passagem de um tipo de urbanização predominante (concentrada) para outro (de urbanização dispersa) em que, para Reis (2006), apresenta-se como característica, não apenas a multiplicação do número de configurações urbanas e de seus respectivos aumentos populacionais mas, sobretudo, a difusão mais intensa de uma modernização capitalista de valores, símbolos e comportamentos, isto é, com a generalização de um modo de vida urbano, conforme também afirmava Lefebvre (2001). Neste quadro, o progresso tecnológico, sobretudo

no campo da comunicação e do transporte, rompe com a continuidade que construía a imagem do espaço urbano, gerando dispersão e fragmentação da cidade, do urbano em geral, e do território que lhe é correspondente.

Ainda para Lefebvre (*op. cit.*), o período atual, de virtual constituição de uma sociedade completamente urbana, não significa o fim da cidade compacta (forma) e da urbanização concentrada (processo). Ao contrário, sua permanência diz respeito a uma característica dialética da relação sociedade-espaço, que engendra novos fenômenos e formas, enquanto seus antigos equivalentes não deixam de existir.

Desta forma, os processos de territorialização vinculam-se diretamente aos atores que detêm o controle da mobilidade, dos fluxos (as relações entre espaço e poder). Haesbaert (2004) afirma que hoje não há território sem uma estruturação em rede que conecta diferentes pontos. Com isso, “o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (Haesbaert, *op. cit.*, p. 79).

Neste século, a urbanização se tornou parte de uma completa mudança de estado, que se refere às transformações ocasionadas pela economia informacional e global, pelos novos estágios do comércio mundial (sobretudo com a globalização), pelas novas tecnologias e pelos modos de organização do processo produtivo flexibilizado. Adiante, outras áreas urbanas passam a ser influenciadas (através da mobilidade e conectividade em diversas redes) pelo modo de vida metropolitano. O que propiciou o surgimento de “regiões planetárias” com populações totalmente urbanas (Reis, 2006).

O atual período de desenvolvimento (pós-fordista) é marcado pela revolução tecnológica e informacional, e por abordagens políticas e econômicas neoliberais e globais. Castells (1999) afirma que durante o século XXI a economia global avançará por todos os territórios e culturas, baseando-se nas tecnologias de comunicação e informação. É a configuração do território da globalização ou do que Santos (1993) chama de meio técnico-científico-informacional. Assim:

as dinâmicas e os tempos resultam em cidades que transformam, além do urbano, o rural e a região, especialmente em relação à sua funcionalidade, ao seu conteúdo simbólico e territorial, em uma relação de complementaridade, conexão e desconexão, controlando o território no qual se inserem (Calixto *et al.*, 2017, p. 13).

Em outras palavras, a antiga ideia de primazia de relações entre a cidade e sua região (ideia de polo e área de influência), encontra limites e renova antigas questões:

Dentre esses arranjos emerge a diluição da separação entre a cidade, de um lado, e a região, de outro. [...] isso não significa dizer que esse tipo de análise perdeu sentido, apenas que, na contemporaneidade, emergem novos arranjos e dinâmicas territoriais que não permitem manter a distinção entre a cidade e sua região, em termos consagrados na literatura, porque a cidade se tornou região. (Lencioni, 2006, p. 69).

Partindo da máxima de que o espaço é a expressão da sociedade, e não seu reflexo (Castells, 1999), pode-se afirmar que as transformações espaciais do período pós-fordista são as mais complexas, comparativamente a períodos de desenvolvimento anteriores. Santos (1996, p. 269) entende que:

[...] na batalha para permanecer atrativos, os lugares se utilizam de recursos materiais (como as estruturas e equipamentos) e imateriais (como os serviços). E cada lugar busca realçar suas virtudes por meio dos seus símbolos herdados ou recentemente elaborados, de modo a utilizar a imagem do lugar como imã.

As atuais redes globais conectam grandes regiões metropolitanas com suas áreas de influência, mas também se estendem para arranjos territoriais não metropolitanos e regionais. Desta forma, as relações entre as escalas local, regional, nacional e global não mais se estabelecem hierarquicamente como apreendidas anteriormente. Para Lencioni (2006), a densidade dos fluxos de comunicação faz com que alguns lugares se tornem próximos a lugares distantes, ao mesmo tempo, lugares vizinhos podem ter poucas relações entre si. Ainda para a autora, o processo de metropolização do espaço corresponde a um momento mais avançado do processo de urbanização, onde o território apresenta características metropolitanas não importando o tamanho da cidade:

A relação entre tamanho e função da cidade não explica mais o fenômeno urbano [...]. Quanto mais inserida nos processos econômicos contemporâneos uma cidade estiver, mais diferente de outras ela será, mesmo que se trate de núcleos urbanos de mesmo tamanho. Tal constatação não se refere apenas às metrópoles, mas também às cidades médias e pequenas, nas quais é possível observar relações de complementaridade e especialização produtiva, conforme as vantagens de cada localização. A fluidez do território tende a produzir uma maior integração da rede urbana e, como resultado, a diferenciação e interdependência entre os nós dessa rede. [...] Quanto maior a inserção de certa região em redes econômicas internacionais, menos ela se relacionará fisicamente com os espaços próximos, tornando-se mais distante do ponto de vista informacional (Calixto *et al.*, 2017, p. 14).

A compreensão dessas mudanças vem trilhando vários caminhos interpretativos. Para Lencioni (2017) vivemos um período de transição metropolitana que expressa uma metamorfose social e espacial e se apresenta como um produto contemporâneo

da metropolização do espaço. É uma transição metropolitana que se coloca à frente da transição urbana do período anterior (de crescente urbanização da população), embora ainda haja continuidade desse processo.

Para Santos e Silveira (2006) as cidades médias são pontos de interseção e superposição entre as verticalidades global/local. Constituem-se, portanto, cada vez mais, uma ponte entre o global e o local, em vista das crescentes necessidades de intermediação e da demanda também crescente de relações. Esta aglomeração da urbanização em outro nível indica uma tendência à desmetropolização, em paralelo à permanência do processo de metropolização.

Intrínseco ao processo de globalização, embora não esteja restrito a este, o processo de metropolização do espaço fora das metrópoles (instituídas pela administração pública) imprime transformações com características metropolitanas nas estruturas preexistentes e, adiante, tem uma dimensão cultural mercantil que, segundo Ascher (1998) atinge todas as esferas da vida, difundindo para as cidades de médio porte e pequenas hábitos culturais e valores que antes eram exclusivos das metrópoles.

Ainda Lencioni (2017) chama atenção para a nova dimensão da realidade, onde entrecruzam-se globalização, reestruturação e metropolização, desenvolvendo-se em diversas escalas territoriais (inclusive transformando profundamente os espaços rurais, próximos a espaços metropolizados, independente de fazerem parte deste) e contribuindo para a conformação da metrópole difusa, dispersa ou cidade-região.

Para Sposito (2013), pouco se entende ao se tratar as questões do espaço dentro apenas de uma escala de análise, seja ela de que dimensão for. Segue afirmando que os espaços não devem mais só ser vistos apenas a partir de suas localizações, já que estas se ampliaram, ocorrendo em múltiplas escalas.

Sendo assim, para se compreender os papéis assumidos pelas cidades no contexto da dinâmica econômica atual da globalização, com seus tentáculos, faz-se extremamente relevante o entendimento das relações entre os espaços urbano e regional. Portanto, as reflexões contidas neste trabalho perpassam as atuais relações que se estabelecem em Juiz de Fora e em seus espaços urbanos e regionais. O exemplo deste município e sua região de influência fornece um retrato bastante fiel dessa nova realidade do processo de urbanização por que passa o Brasil.

1. JUIZ DE FORA E SUA REGIÃO DE INFLUÊNCIA

A cidade de Juiz de Fora (MG), não foge a este processo apresentado anteriormente. O município pertence à Mesorregião da Zona da Mata de Minas Gerais (IBGE), uma dentre as 12 que compõem o estado e que, por sua vez, é formada por 7 microrregiões que recebem sua denominação a partir do seu centro principal, assim denominadas Juiz de Fora, Viçosa, Ubá, Cataguases, Muriaé, Manhuaçu e Ponte Nova.

A Zona da Mata é composta por 142 municípios, distribuídos pela microrregião de Viçosa, que contempla 20 municípios, a de Cataguases com 14, a de Ubá com 17, Muriaé 20, Manhuaçu 20, Ponte Nova 18 e Juiz de Fora 33 municípios.

FIGURA 9: LOCALIZAÇÃO DE JUIZ DE FORA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, COM DESTAQUE PARA A SUA MICRORREGIÃO, DENTRO DA MESORREGIÃO DA ZONA DA MATA MINEIRA.



FONTE: DELGADO, 2012.

A Microrregião de Juiz de Fora é a que mais absorve população na Zona da Mata de Minas Gerais, cerca de 1/3 da população total da Mesorregião. Dos seus 33 municípios, 24 apresentam população inferior a 5.000 pessoas, apenas 2 entre 5.000 e 10.000 e 6 têm população entre 10.000 e 50.000 pessoas, além de Juiz de Fora, com população estimada, em 2019, de 568.873 habitantes (IBGE, 2019).

Segundo o quadro nacional de delimitação das Regiões de Influência das Cidades Brasileiras (REGIC), elaborado a partir de pesquisa realizada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA) e Universidade de Campinas (UNICAMP) em 2007, Juiz de Fora é considerada a quarta maior cidade do estado de Minas Gerais, superada apenas por Belo Horizonte, Uberlândia e Contagem. Tem como área de influência toda a Zona da Mata, uma pequena parte do Sul de Minas, e também do Centro Fluminense, totalizando uma região de influência que abrange 106 municípios.

Como maior polo receptor de investimentos e que atrai o maior contingente populacional oriundo da Zona da Mata Mineira e proximidades, o município ocupa a 5ª posição dentre os maiores municípios segundo participação percentual no PIB de Minas Gerais, tendo no valor adicionado (VA) setorial referente à prestação de serviços a participação de 2,91 % no PIB do estado. Assim, Juiz de Fora destaca-se por possuir uma atividade comercial bastante relevante, uma expressiva rede de serviços e um atrativo polo educacional.

Analisando-se os municípios mineiros mais populosos e não pertencentes à Região Metropolitana de Belo Horizonte, segundo dados do IBGE (2010) (Uberlândia, Juiz de Fora, Montes Claros, Uberaba, Governador Valadares e Ipatinga), e tomando por base o número de empresas cadastradas, número de trabalhadores e riqueza gerada pelo município, Juiz de Fora é considerada a segunda cidade mais importante do estado de Minas Gerais.

A centralidade exercida por Juiz de Fora está intimamente atrelada à localização da cidade dentro da rede urbana nacional. Neste sentido, o conjunto de relações de Juiz de Fora com sua região demonstra a ligação da cidade, na maior parte das vezes, com as localidades menores, extrapolando sua área para além da divisa estadual. O que demonstra que a interação econômica em sua região desconsidera os limites administrativos do município.

É importante destacar que a partir da década de 1990 intensifica-se na cidade, por parte do poder público municipal, um esforço para alavancar o desenvolvimento econômico de Juiz de Fora. Assim, através do anúncio do potencial das qualidades locais e das características sociais e culturais da cidade (marketing urbano), e com o intuito de trazer projetos industriais com desenvolvimento auto-sustentável, inicia-se, em Juiz de Fora, a instalação da primeira fábrica da montadora alemã Mercedes-Benz no Brasil.

Somado a isso, em 1997 entra em vigor o Plano Estratégico de Juiz de Fora (Plano JF) e, em 2000, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Juiz de Fora (PDDU/

JF).¹ Estes têm como um dos seus principais objetivos “consolidar Juiz de Fora como cidade polo da Zona da Mata, melhorando as vias de acesso à cidade, a competitividade de seu comércio e a qualidade dos serviços que oferece, especialmente nas áreas de educação e saúde” (PDDU/JF).²

Desta forma, a cidade vem passando por projetos de reordenamento e requalificação viária, propostos pelo PDDU/JF (2000) e Plano JF (1997), que anunciam a sua capacidade de estabelecer relações com os municípios de sua micro e mesorregião e de integrar redes na era da globalização.

Oliveira (2006) afirma que os principais projetos do PD 1996 foram incorporados ao Plano JF (1997). E que os projetos em execução ou já implementados apresentam características estruturadoras, estando associados à melhoria e modernização da infraestrutura da cidade, especialmente aquelas necessárias às modernas condições de competitividade. Do que se depreende que os interesses de grupos e agentes econômicos (em particular o mercado fundiário, imobiliário e da construção civil) tornam-se os grandes responsáveis pela produção de uma Juiz de Fora cuja estruturação é constituída pela paradoxal combinação entre regiões com grandes vazios urbanos e o adensamento demográfico de parcelas do território urbano (Amaral, 2012).

Assim, Juiz de Fora assiste ao surgimento de novos sub-centros e à importação de um novo modelo de gestão municipal, que tornou o espaço urbano da cidade palco de grandes projetos urbanos, realizados em parcerias público-privadas. Ainda vale ressaltar: o surgimento de inúmeros condomínios fechados, dentre eles o Alphaville; a não aplicação da legislação urbanística (desatualizada desde 1986)³ e que vem permitindo – através do uso de leis complementares – a ocupação irregular do território da cidade, segundo os interesses da especulação imobiliária local; a implantação do Aeroporto Regional Presidente Itamar Franco, a cerca de 40km de Juiz de Fora, considerado o primeiro aeroporto do estado de Minas Gerais a ser administrado em parceria público-privada; e ainda, incentivando o

1 Cabe neste momento uma explicação sobre os anos em que entraram em vigor o Plano JF e o PDDU/JF. Em 1996 inicia-se a elaboração do Plano Diretor de Juiz de Fora (PD 1996), contudo em 1997, com a nova administração da Prefeitura e o entusiasmo de alguns técnicos com a experiência do Planejamento Estratégico de moldes Catalães, o planejamento urbano e o PD 1996 passaram para um segundo plano. Parte do documento desenvolvido no PD 1996 foi utilizado no Plano JF, aprovado em 1997, antes mesmo da finalização do Plano Diretor. Somente após um período de “estudo para as melhorias do seu conteúdo”, o PD 1996 foi aprovado, materializado no PDDU/JF em 2000. Este, encontra-se, desde 2013, em processo de revisão.

2 Conferir Referências.

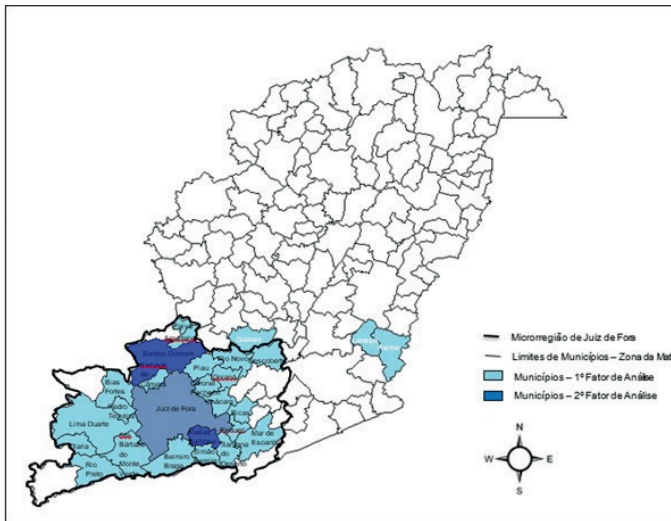
3 Antes da aprovação do PDDU/JF (2000), o crescimento e desenvolvimento de Juiz de Fora era orientado pela Legislação Urbanística Básica, que foi elaborada em 1986. Esta legislação permanece em vigor até 2019.

turismo de negócios no município, a inauguração do Centro Regional de Convenções e Exposições da Zona da Mata – Expominas Juiz de Fora.

2. ANÁLISE DA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE JUIZ DE FORA

Examinando-se a Região de influência de Juiz de Fora a partir da sobreposição dos indicadores de trabalho, educação, saúde, lazer e consórcios, apontados nos dados do REGIC (2007), e considerando, em um segundo momento, como critérios para a análise, principalmente, os indicadores de produção, dinâmica urbana e interdependência com a cidade polo,⁴ chegou-se a um recorte espacial formado por um subconjunto de cidades (dentre as 106 definidas pelo REGIC, 2007) que configura a “cidade-região” de Juiz de Fora.

FIGURA 10: GRUPO DE MUNICÍPIOS DO RECORTE ESPACIAL.



FONTE: GEOPROCESSADOR. DISPONÍVEL EM:
[HTTP://GEOPROCESSADOR.BLOGSPOT.COM.BR/P/MAPAS.HTML](http://geoprocessador.blogspot.com.br/p/mapas.html). ACESSO EM: 2017.

A delimitação do recorte espacial não apresenta como objetivo buscar no subconjunto categorias consideradas homólogas uma vez que, corroborando com Santos (1993, p. 53), atualmente não é mais possível “*tratar a rede urbana como*

4 A interdependência das cidades da Microrregião de Juiz de Fora com a cidade polo se dá, sobretudo, porque grande parte destas cidades possuem uma economia baseada no setor agropecuário e não apresentam uma infraestrutura básica suficiente para suprir suas necessidades de serviços (sobretudo saúde e educação).

uma entidade onde as cidades se relacionam segundo uma hierarquia de tamanho e funções” e, portanto, no sistema urbano “os níveis tidos como paralelos são cada vez mais diferenciados entre si”.

Neste sentido, dentro do recorte espacial delimitado acima, são consideradas para a análise, apenas as cidades que sofrem influência direta e exclusiva de Juiz de Fora e, ainda, as cidades que apresentam importante potencial para o crescimento econômico, no setor industrial, e conseqüentemente, uma menor dependência com Juiz de Fora.

Abaixo segue a análise do recorte espacial para se chegar às cidades que merecem destaque: Matias Barbosa, Santos Dumont, Piau e Três Rios.

Rodrigues (2013) diz que, segundo os dados da evolução demográfica dos municípios da microrregião de Juiz de Fora desde 1950, fica perceptível em alguns municípios a diminuição da população nas últimas décadas, seja por diminuição da natalidade ou devido a movimentos migratórios de sua população, especialmente a jovem, que se desloca para Juiz de Fora em busca, principalmente, de educação e emprego. Estas cidades, em sua maioria, portam-se como cidades dormitório, tendo em Juiz de Fora o seu centro de serviços e trabalho. O destaque fica para as cidades que (até 2010) apresentaram crescimento populacional positivo, possuem população acima de 10.000 habitantes e um certo potencial para o desenvolvimento, como é o caso de Matias Barbosa e Santos Dumont.

Adiante, a partir dos dados extraídos do IBGE, referentes ao último censo agropecuário (2006) e dos cálculos e análises macroeconômicas⁵, baseadas nos dados do IBGE e do DATASUS, em 2012, é possível afirmar que todos os municípios do recorte espacial têm na economia agropecuária uma significativa participação no PIB municipal, embora sejam todos micro e pequenos produtores rurais, segundo a classificação do SEBRAE, 2012. Já no que se refere às atividades econômicas no setor de serviços, todas as cidades apresentam participação significativa, embora sejam os serviços ofertados por Juiz de Fora, sobretudo nas áreas de saúde e educação, que atendem as demandas não suportadas pelos serviços destes municípios.

A educação em Juiz de Fora apresenta, desde o ano 2000, uma visível expansão na oferta dos cursos de graduação e pós-graduação. Segundo Oliveira (2006, p. 90), no período de 2000 a 2002 registrou-se importante ampliação da oferta de vagas para graduação e pós-graduação na cidade, a partir do aumento de 36 para 45

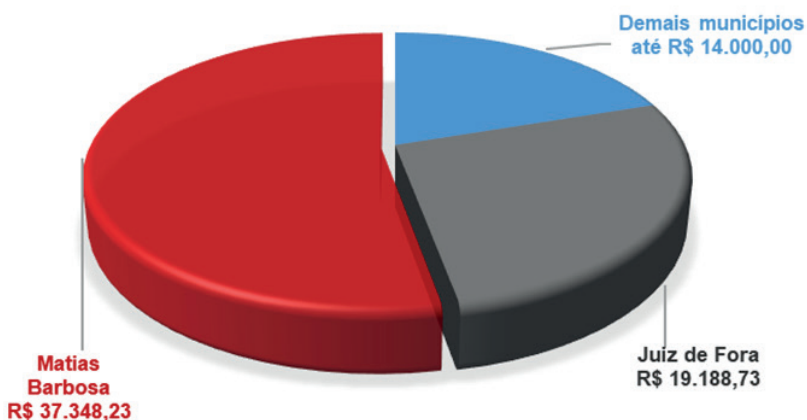
5 Disponível em: www.deepask.com. Acesso em: jul. 2016.

cursos de graduação, de 37 para 91 cursos de especialização e de 8 para 11 cursos de mestrado. Este aumento esteve associado a empreendimentos particulares que se instalaram ou expandiram suas atividades na cidade. Atualmente, Juiz de Fora conta com 21 estabelecimentos de ensino superior particulares, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e o Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IFSudesteMG).

E no caso dos serviços de saúde, com a instituição da Agência de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra – ACISPES, em 1996, a partir de um consórcio entre municípios — que tem como foco a promoção da saúde, com a realização de consultas e exames de média complexidade — houve um aumento substancial no fluxo pendular diário em Juiz de Fora.

Cabe destacar que, das cidades do recorte espacial analisado, Matias Barbosa é a que apresenta o maior PIB Per Capita do subgrupo. Isto porque a cidade possui um condomínio industrial privado, o Park Sul, que contribui significativamente para a arrecadação tributária municipal, embora, por ser um município pequeno e com pouca oferta de mão de obra qualificada, a cidade apresente condições para a implantação apenas de pequenas empresas.

GRÁFICO 5: PIB PER CAPITA POR MUNICÍPIO DO RECORTE ESPACIAL DA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE JUIZ DE FORA EM 2012, COM DESTAQUE PARA MATIAS BARBOSA.

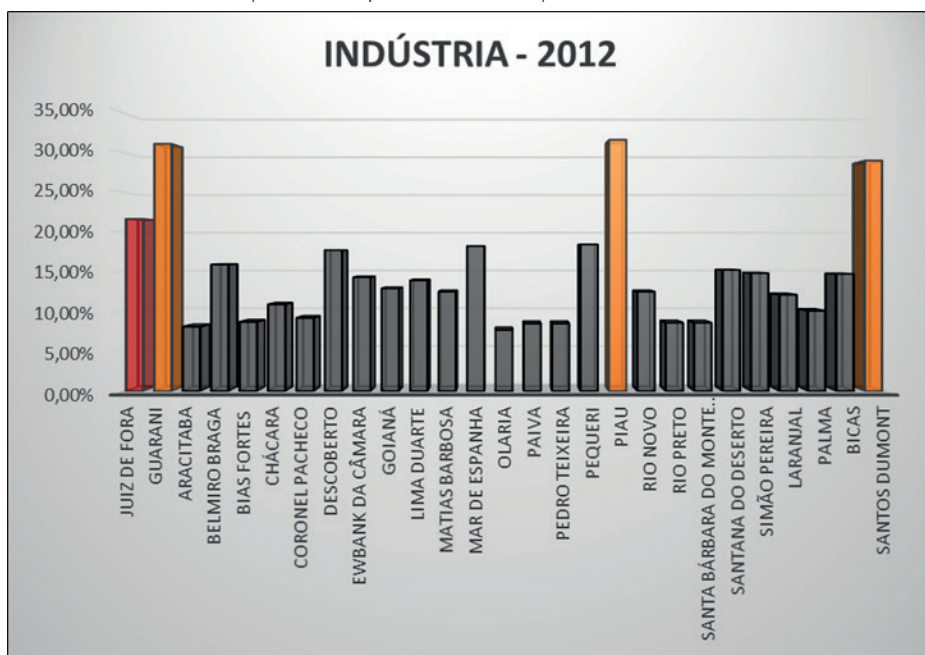


FONTE: DEEPASK, 2016.⁶

6 Disponível em: www.deepask.com. Acesso em: jul. 2016

Outro destaque fica para a cidade de Santos Dumont, por ser a mais populosa do subgrupo. É classificada pelo REGIC (2007) como Centro de Zona B⁷ e, no sistema de redes em que está inserido, tem influência sobre o município de Oliveira Fortes, com população inferior a cinco mil habitantes, mas sofre influência direta e exclusiva de Juiz de Fora. E segundo Delgado (2012), por estar localizada entre Juiz de Fora e Santos Dumont, a população de Ewbank da Câmara recorre aos serviços e comércio de ambas as cidades. Portanto, possui o setor de serviços com desenvolvimento e especialização capaz de suprir as necessidades de outros municípios de pequeno porte limítrofes ao seu território.

GRÁFICO 6: PARTICIPAÇÃO NO PIB NO SETOR INDUSTRIAL EM 2012, POR MUNICÍPIO DO RECORTE ESPACIAL, COM DESTAQUE PARA GUARANI, PIAU E SANTOS DUMONT.



FORNTE: DEEPASK, 2016.⁸

7 Segundo o Regic (2007) os municípios são classificados em cinco grandes níveis e, cada um destes, subdividido em dois ou três subníveis. São eles: Metrôpoles (Grande Metrôpole Nacional, Metrôpole Nacional e Metrôpole); Capital Regional (Capital Regional A, Capital Regional B e Capital Regional C); Centro Sub-Regional (Centro Sub-Regional A e Centro Sub-Regional B); Centro de Zona (Centro de Zona A e Centro de Zona B); e Centro Local.

8 Disponível em: www.deepask.com. Acesso em: jul. 2016.

Também, a cidade de Piau, apesar de possuir população inferior a cinco mil habitantes, merece destaque, pois apresenta características peculiares no subgrupo. Embora possua taxas de crescimento populacional negativas, que se devem (assim como na grande maioria das demais cidades) à migração para a cidade polo, esse enfraquecimento populacional não trouxe grandes consequências para a economia local. Possui o maior PIB Per Capita e o maior percentual de Participação no PIB no setor industrial dentro do grupo de cidades, com população menor que cinco mil habitantes, analisadas. E isso se deve ao título de ser um dos principais municípios produtores de banana do estado Minas Gerais, com cerca de dez mil toneladas por ano.

Ainda, nota-se que, para além da sua microrregião, no âmbito estadual, Juiz de Fora busca reforçar sua posição de centro de serviços também para os municípios vizinhos no estado do Rio de Janeiro, onde se destaca Três Rios, localizada na Região de Governo Centro Sul Fluminense, e que mantém uma relação de influência-competição com Juiz de Fora, ditada pelas leis de incentivo fiscal adotadas nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Então, cabe apresentar alguns pontos relevantes sobre estas cidades:

- Matias Barbosa: Tem fácil acesso pela BR 040 e outros itinerários secundários, como a antiga Estrada União e Indústria que, além de fazer a ligação com Juiz de Fora, faz conexão com a BR 116, na altura de Leopoldina, através da BR 267. Pode-se afirmar que a questão da mobilidade e da circulação interfere de modo crucial na sua dinâmica urbano-regional. Lima *et al.* (2014) afirma, no Caderno do Plano Diretor Municipal / Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo de Matias Barbosa, que a economia do município tem como base o Fundo de Participação dos Municípios – FPM (70 %), repassado pelo Governo Federal, a pecuária, a agricultura e o comércio, com grandes possibilidades de investimentos no turismo, além da indústria, em vista do sucesso da implementação do Park Sul, que contribui significativamente para arrecadação tributária municipal, uma vez que oferece incentivo à atração de empresas, concedendo isenção total de IPTU e do ISSQN – Imposto sobre Serviços, por trinta anos e emprega moradores da própria cidade, mas, principalmente, de Juiz de Fora. Contudo, a facilidade de transporte para Juiz de Fora se apresenta como desvantagem para o investimento no setor comercial, pois “as pessoas não querem investir aqui para atender apenas treze mil moradores contra seiscentos mil de Juiz de Fora” (Prefeito de Matias Barbosa em Delgado, 2012).
- Santos Dumont: Possui um Distrito Industrial que se encontra inoperante. Contudo, recentemente, em 12 de agosto de 2016, a Divisão de Turismo e o Conselho Municipal de Turismo da cidade promoveram uma audiência pública para a apresentação de

um projeto arquitetônico para a área do Distrito Industrial, com o intuito de atrair empresários locais e de fora que tenham interesse em investir no município. A economia do município está assentada nas indústrias de laticínios, com a tradicional produção de Queijo do Reino, e na produção de carbureto de cálcio. E como pontos turísticos, além de integrar o Circuito Turístico Caminho Novo, conta com o Museu de Cabangu, a dezesseis quilômetros do centro, casa natal de Alberto Santos Dumont (conhecido como o “Pai da Aviação”). No que se refere à educação, destaca-se a presença do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, Campus Santos Dumont, que oferta os cursos de Engenharia Ferroviária e Metroviária, Licenciatura em Matemática, Técnico em Manutenção de Sistemas Metroviários, Técnico em Transporte de Cargas, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Mecânica e Técnico em Guia de Turismo.

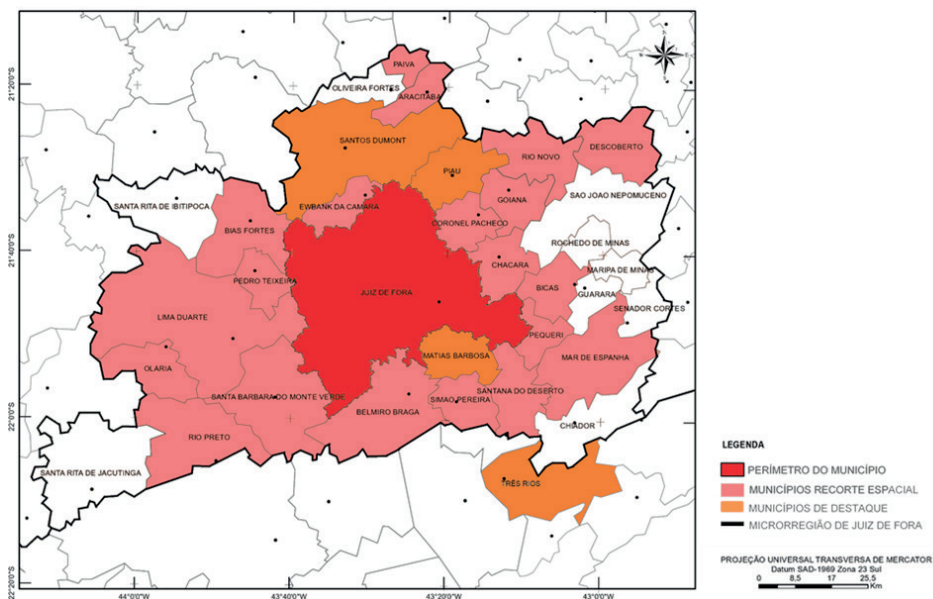
- Piau: seu crescimento demográfico vem se apresentando negativo desde a década de 1970, quando sua população era de 3.931 habitantes. O município é classificado pelo REGIC (2007) como Centro local e sofre influência direta e exclusiva de Juiz de Fora. Além do agronegócio, a produção da banana movimenta a economia da cidade em diversos setores: artesanato de bonecas feitas com as fibras da banana, telhados de folhas secas de bananeiras e na culinária com o angu feito de banana verde. E desde 1984, no mês de julho, acontece na cidade a Festa da Banana, evento que atrai visitantes de toda a região da Zona da Mata de Minas Gerais. Tais características demonstram que a relação entre Piau e Juiz de Fora se dá apenas pela dependência da primeira em relação à segunda nos setores saúde e educação, enquanto a maioria dos municípios com população de até cinco mil habitantes depende do município núcleo também no setor trabalho.
- Três Rios: nos últimos anos o município vem sofrendo um processo acelerado de dinamização econômica em função do renascimento do setor industrial local, graças à recuperação de atividades na área de metal-mecânica, particularmente centrada no setor ferroviário, com articulações entre o poder público e a iniciativa privada.

A esses importantes fatores somaram-se: a realização de programas de capacitação de fornecedores, incentivando a integração de micro e pequenas empresas; a criação do projeto Metal-Mecânico e do CERDITRI (Comitê Estratégico de Reposicionamento e Desenvolvimento Industrial de Três Rios); a criação do Programa Rio-Ferrovário, através do Decreto nº 36.279, de 24 de setembro de 2004, através do qual instituiu-se tratamento tributário privilegiado para o setor ferroviário, com diferimento de ICMS nas importações, aquisições e saídas internas, entre outros benefícios. [...] A maior consequência econômica deste processo tem sido o considerável aumento de novos empreendimentos no município, empreendimentos estes que não se limitam ao setor metal-mecânico, mas abrangem os mais variados ramos. A pulverização do setor secundário tende a favorecer a manutenção do viés positivo da economia. [...] Destacam-se multinacionais já instaladas como a Nestlé e a Latapack-Ball (fabricante de embalagens de alumínio) e, recentemente, a confirmação da

futura instalação da Neobus (fabricante de ônibus com sede no Rio Grande do Sul) (Almeida, 2012, p. 49).

Mesmo assim, existe um fluxo de pessoas em direção à Juiz de Fora, em busca por cursos superiores, a exemplo da informação cedida em entrevista com a secretária executiva do COMPUR de JF, Cecília Maria Rabelo Geraldo, que leciona no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Doctum: “recebemos alunos de toda a região da Zona da Mata e também do estado do Rio, de Três Rios, que vão e voltam todos os dias”.

FIGURA 11: GRUPO DE MUNICÍPIOS DO RECORTE ESPACIAL: DESTAQUE PARA MATIAS BARBOSA, SANTOS DUMONT, PIAU E TRÊS RIOS.



FONTE: BASE CARTOGRÁFICA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.PLANODIRETORPARTICIPATIVO.PJF.MG.GOV.BR/DOCUMENTOS/PARTICIPATIVO/MAPAS/TERRITORIALIZACAO/MICRORREGIAO_DE_JUIZ_DE_FORA_NA_ZONA_DA_MATA_MINEIRA.PD](http://www.planodiretorparticipativo.pjf.mg.gov.br/documentos/participativo/mapas/territorializacao/microrregiao_de_juiz_de_fora_na_zona_da_mata_mineira.pdf). ACESSO EM: 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo das análises realizadas no recorte espacial aqui proposto da região de influência de Juiz de Fora, torna-se evidente que na cidade polo os processos de intermediação se dão, em grande parte, através das leis e planos elaborados, que rebateram, ao longo de sua história, as transformações no município, levando consequentemente, à valorização da terra e à expansão das fronteiras urbanas, caracterizando a formação de uma “cidade-região”.

É importante ressaltar que este quadro tem provocado movimentos de descentralização e centralização nas escalas intra e interurbanas de Juiz de Fora, promovendo as mencionadas modificações e até rupturas em sua dinâmica urbano-regional.

Dentro do subgrupo analisado no recorte espacial, até o momento, percebe-se a relação direta de Juiz de Fora com dois grupos distintos: o primeiro, formado por municípios que têm na atividade agropecuária expressiva participação no PIB Per Capita municipal e apresentam forte dependência da cidade polo para suprir as suas necessidades, sobretudo, nos setores de saúde e educação, a exemplo de Piau; e o segundo, formado por municípios que, timidamente, buscam seu crescimento econômico no setor industrial e uma menor dependência de Juiz de Fora no setor de serviços, como Matias Barbosa e Santos Dumont. Nota-se ainda que Juiz de Fora procura a atração de investimentos capaz de reforçar sua posição de centro de serviços também para os municípios vizinhos no estado do Rio de Janeiro, exercendo uma relação de dependência/competição com Três Rios.

Na contramão dos processos atualmente em curso, a cidade polo concentra em seu território não só serviços e comércios, mas também o “poder” de decisão das políticas públicas da sua região de influência, sem ter um efetivo planejamento regional. A implantação do Aeroporto Regional da Zona da Mata, na cidade vizinha de Goianá e a disputa de território com as cidades vizinhas de Matias Barbosa (MG) e Três Rios (RJ) pela implantação de indústrias, são alguns dos exemplos que demonstram a necessidade de Juiz de Fora buscar formas de cooperação intermunicipal com sua rede de influências, desta forma, indo ao encontro da sua tendência de “cidade-região”.

Assim, a relação estabelecida entre Juiz de Fora e os municípios de pequeno porte da sua microrregião de influência se dá através de interatividades que se caracterizam pela extrema dependência do quórum regional e pela expressiva perda de recursos econômicos e de população nos últimos anos, embora exista um pequeno grupo de cidades que vem, timidamente, buscando “conquistar” seu espaço na rede urbano-regional.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, S. F. O processo de reestruturação do espaço em cidades médias: caso referência, o centro de Juiz de Fora. 2012. 256 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão do Espaço Urbano) – PPGAU, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- ALMEIDA, C. R. de. O Papel do Plano Diretor na Organização Espacial das Cidades: o caso do município de Três Rios. 2012. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído) – PROAC/UFJF, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

- ASCHER, F. **Metapolis: acerca do futuro da cidade**. Oeiras: Celta, 1998.
- CALIXTO, M. J. M. S., OLIVEIRA, H. C. M. **Cidade média e região: notas introdutórias**. *In: CALIXTO, M. J. M. S.; OLIVEIRA, H. C. M.; SOARES, B. R. Cidades médias e região*, São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2017, p. 11-55.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- DELGADO, D. P. N. **A centralidade de cidades médias como elemento (des) estruturador do seu entorno: estudo de caso de Juiz de Fora (MG)**. 162 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão do Espaço Urbano) – PPGAU/UFF, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LENCIONI, S. **Da cidade e sua região à cidade-região**. *In: SILVA, J. B. (org.) Panorama da geografia brasileira*. São Paulo: Annablume, 2006. v. 1.
- LENCIONI, S. **Metrópole, metropolização e regionalização**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- OLIVEIRA, M. M. **Plano Estratégico e Diretor de Juiz de Fora: modelos contraditórios ou complementares?** Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- JUIZ DE FORA. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Funalfa, 2004.
- REIS, N. G. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006.
- RODRIGUES, A. S. R. **A produção do espaço urbano de Juiz de Fora – MG: dinâmicas imobiliárias e novas centralidades**. 292 f. Tese (Doutorado em Geografia) – PPGEO, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EdUSP, 1996.
- SPOSITO, M. E. B. **Cidade: espaço e tempo (ensaio de reflexão)**. *Revista de Geografia*, São Paulo, 1992. pp. 89-97.
- SANTOS, M. **A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades sociais**. *In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. A. (orgs.) A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2013.

O PAPEL DOS MUNICÍPIOS NA GESTÃO DOS PROGRAMAS HABITACIONAIS: RECORTES COMPARATIVOS

*PRISCILA SOARES DA SILVA
MARIA LAÍS PEREIRA DA SILVA*

INTRODUÇÃO

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi criado em 2009 (Medida Provisória 459, convertida na Lei Federal n. 11.977), como parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, um conjunto de ações do Governo Federal para o enfrentamento da crise econômica que assolava o mundo naquele período, o que causou forte impacto negativo nas bolsas de valores e nos níveis da atividade econômica global. O PMCMV teve duas fases, a primeira se estendeu da sua criação até 2011, e a segunda se estendeu desse período até 2014. Segundo dados do Ministério das Cidades (2014), o PMCMV I contratou a construção de cerca de um milhão de moradias, atingindo a meta inicialmente estipulada e criando as condições institucionais para a continuidade do programa no âmbito dos estados e municípios.

Segundo informações do Ministério das Cidades, o programa alavancou investimentos para construção de unidades habitacionais direcionadas em maior parte para famílias de baixa renda. O programa propôs viabilizar o acesso à moradia para os mais pobres através de altos subsídios, ao mesmo tempo em que injetou grande volume de recursos para o mercado da construção civil, porém a operacionalização desses investimentos acabou por gerar grandes impactos nos municípios.

Um dos aspectos mais criticados na implementação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) diz respeito ao seu impacto territorial. As formas de apropriação e inserção no tecido urbano da cidade têm intensificado a ocupação periférica em larga escala dos empreendimentos habitacionais, principalmente os destinados à Faixa 01, de menor renda. A reprodução desse modelo está diretamente relacionada à forma de gestão do programa, que estabelece a iniciativa privada como agente promotor dos empreendimentos, resultando na priorização da construção em terras baratas e sem infraestrutura.

A hegemonia das empresas privadas na operacionalização do PMCMV Faixa 01 privilegia o modelo dominante de mercado que busca a maximização dos lucros

pelo levantamento de terrenos mais baratos, localizados na periferia da cidade, concentradores de problemas de infraestrutura e acessibilidade. Esse modelo evidencia um conflito entre as exigências das normas municipais e as regras federais do programa, esta última prevalecendo nas decisões finais de implementação. Por essa razão, a maioria dos municípios não consegue realizar o controle do uso e ocupação do solo, o que gera a implantação de empreendimentos habitacionais em áreas sem investimento estrutural. Embora a implantação de infraestrutura básica estivesse prevista nos contratos dos empreendimentos do programa, como a extensão de redes de abastecimento de água e a instalação de sistema de tratamento de esgoto, as áreas negociadas para construção dos empreendimentos apresentavam, em sua maioria, carências de investimentos estruturais em escala metropolitana, tais como: obras de macrodrenagem, sistemas de transporte de massa e abastecimento permanente de água, que são de responsabilidade dos governos estaduais.

Dessa forma, constata-se que a organização do PMCMV foi imposta de cima para baixo, sendo implantada em municípios com enorme demanda por habitação de interesse social. Alia-se a esse quadro o despreparo dos municípios na fiscalização e estabelecimento de uma política regulatória, provocando um processo de periferização da moradia de baixa renda e a precarização das relações socioespaciais de seus beneficiários. Mas é no território de inserção dos empreendimentos do PMCMV que se deram os impactos mais perversos desse sistema de gestão. Os conjuntos são implantados em regiões carentes de investimentos, com equipamentos e serviços insuficientes para atender à população local. A chegada de novos moradores a esses bairros acaba por gerar conflitos e disputas pelo uso das poucas áreas de lazer e da infraestrutura local.

Segundo Cardoso (2013), as dimensões mal equacionadas pelo programa podem ser sintetizadas em oito pontos:

- (i) a falta de articulação do programa com a política urbana; (ii) a ausência de instrumentos para enfrentar a questão fundiária; (iii) os problemas de localização dos novos empreendimentos; (iv) excessivo privilégio concedido ao setor privado; (v) a grande escala dos empreendimentos (vi) a baixa qualidade arquitetônica e construtiva dos empreendimentos; (vii) a descontinuidade do programa em relação ao SNHIS e a perda do controle social sobre a sua implementação. A esses pontos, já destacados por várias análises, acrescentamos ainda (viii) as desigualdades na distribuição dos recursos como fruto do modelo institucional adotado. (Cardoso, 2013, p. 44).

O modelo adotado para a política de promoção de habitação de interesse social estabelece a moradia como ativo financeiro alavancador de investimentos

em momentos de crise. Essa lógica de gestão é caracterizada por repasse direto de recursos ao capital, o que confere agilidade à produção e retorno econômico. No entanto, o modelo restringe a participação dos governos locais (estados e municípios) e evidencia uma relação de dependência direta ao governo central.

No presente artigo, pretendemos estudar os arranjos institucionais que permitiram ao PMCMV replicar um padrão de gestão em quase todo território nacional, independentemente das relações institucionais locais. Na verdade, o Programa Minha Casa Minha Vida priorizou uma gestão privada do processo de promoção pública de habitação de interesse social, que independe de uma organização institucional local e da elaboração de políticas locais.

O trabalho está organizado em três seções principais. Na seção 1, é apresentado o modelo de gestão vigente nos municípios e a análise do arranjo institucional, ambos estabelecidos pelo pacto federativo. Na sequência, a seção 2 apresenta uma breve descrição do Programa Minha Casa Minha Vida, suas escalas de investimento e modalidades de atendimento. Por fim, a seção 3 apresenta um primeiro recorte comparativo entre as 27 capitais brasileiras, referente à estrutura administrativa, instrumentos urbanísticos e de gestão da política habitacional local, registrado à época do lançamento do PMCMV.

Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla de Doutorado que pretende realizar um questionamento propositivo das políticas habitacionais no Brasil, com ênfase no recorte da promoção pública de Habitação de Interesse Social do Programa Minha Casa Minha Vida. A pesquisa parte da análise do cenário atual urbano, político e econômico, considerando a produção de moradias, os mecanismos de controle urbanístico e fundiário, e o processo de inserção urbana dos empreendimentos, apontando os atores principais, identificando papéis e responsabilidades.

1. O MODELO FEDERATIVO BRASILEIRO – CONSIDERAÇÕES NO RECORTE HABITACIONAL

A constituição de 1988 estabeleceu o Brasil como uma República Federativa formada pela união indissolúvel dos estados, municípios e Distrito Federal. O texto constitucional vigente define a natureza de ente federativo aos municípios e estabelece competências governamentais e legislativas autônomas.

As competências dos municípios, estabelecidas no Pacto Federativo, contemplam a execução das políticas de prestação de serviços básicos: saúde, educação, infraestrutura urbana, habitação, saneamento e coleta de lixo, e a

previsão de maior redistribuição de recursos, maior controle institucional e social e ampliação de direitos fundamentais.

Segundo Cavalcanti (2012), o desenho federativo da nova Constituição Brasileira, com o propósito de equilibrar autonomia, descentralização e a grande diversidade da nação, introduziu um complexo sistema de repartição de competências entre os entes federados, tendo como principais características:

- a) a inclusão das políticas sociais como sendo competência comum e concorrente dos três entes federados; b) a exclusividade da União em definir as Diretrizes que devem nortear políticas públicas; c) concentração do maior número de competências exclusivas na mão da União; d) indicação de regime de cooperação entre os entes da federação sem dispositivos constitucionais ou canais institucionais de intermediação de interesses e de negociação de conflitos; e) concentração da maior parte dos impostos na União. (Cavalcanti, 2012, p. 5).

Tais princípios, no entanto, definiram um modelo de gestão pública centralizador, uma vez que concentra competências exclusivas na União, impondo aos entes federativos limitada capacidade de legislar sobre políticas próprias, em contrapartida conferindo maior responsabilidade na implementação de políticas federais.

A concentração de poderes no governo central se legitima na desconfiança sobre os governos locais para implementar e respeitar políticas de maior alcance social. Nessas circunstâncias, Arretche (2010) analisa que “mesmo as elites progressistas favoráveis à descentralização da execução de políticas públicas tendem a preferir que o governo central regule o modo como estas políticas serão implementadas”. Ainda segundo a autora, essa estratégia impediria que governadores e prefeitos convertessem os recursos recebidos em políticas conservadoras, corruptas ou clientelistas.

Nesse sentido, as políticas reguladas pelo governo central operariam na redução das desigualdades territoriais, uma vez que se estabelecem no princípio da compensação de investimentos entre os entes federativos. No entanto, como aponta Arretche (2010), “enquanto o papel regulatório do governo central opera no sentido da uniformidade, a autonomia dos governos locais opera no sentido das divergências políticas e institucionais. Esta interação implica desigualdade entre as jurisdições”.

Para Souza (2005), tal problemática ocorre por duas razões principais: “as diferentes capacidades dos governos subnacionais de implementarem políticas públicas, dadas as enormes desigualdades financeiras, técnicas e de gestão existentes; e a ausência de mecanismos constitucionais ou institucionais que estimulem a cooperação, tornando o sistema altamente competitivo”. Conforme destaca Rezende (2010), “há uma falta de sintonia entre a descentralização tributária, a ampliação das transferências de recursos

e o novo regime de garantias financeiras para atender aos direitos sociais inseridos na Constituição Federal de 1988”.

O efeito dessa falta de sintonia impactou os investimentos em políticas sociais nos municípios. Enquanto os investimentos destinados aos grandes projetos foram garantidos através de forte controle regulatório do governo central, as políticas de investimento locais sofreram grande impacto gerado pela recessão econômica nos anos pós-constituente. Como consequência, tem-se uma situação contraditória em que, apesar de a Constituição destinar mais recursos aos municípios, estes acabavam sendo insuficientes frente ao aumento das demandas por serviços e equipamentos públicos.

Nesse cenário de recessão, a União estabeleceu mecanismos de compensação das perdas de receita, criando contribuições e/ou majorando as existentes, cujo efeito foi um descompasso entre o incremento de renda para o governo federal e a receita tributária distribuída aos municípios. Consequentemente, os governos locais acumularam enormes dívidas com a União, o que limitou os investimentos à manutenção dos serviços mais básicos e de infraestrutura existente, em detrimento de novos projetos de desenvolvimento local e ampliação de serviços.

A partir desse momento, tem-se um quadro de escassez de investimentos que se traduz principalmente nas políticas territoriais locais, fortemente dependentes de repasses da União, a exemplo das políticas de promoção de habitação de interesse social.

Após a Constituição de 1988, a política habitacional sofreu os maiores impactos gerados pela falta de investimento. Anteriormente, entre os anos de 1964 a 1986, através do Banco Nacional de Habitação (BNH), o registro da produção em escala nacional era de 4,5 milhões de moradias, com financiamentos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). No entanto, a partir de meados da década de 1980, a Caixa Econômica Federal (CEF) assume a operacionalização dos recursos do FGTS e dos programas habitacionais do Governo Federal, que sofrem significativa perda de investimentos. É importante salientar que a CEF, ao contrário do BNH, não é um órgão de fomento, sua função é a de concentrar os recursos e controlar os financiamentos habitacionais, funcionando com uma espécie de empresa, com normas institucionais estabelecidas para gerar lucros. Em decorrência desse modelo de controle, nota-se o estabelecimento de uma política individual de financiamento em detrimento de uma política de estado.

Diante dessas mudanças, houve uma queda expressiva nos financiamentos para habitação popular, como aponta Taschner (1997), “que em 1980 foi de 284 mil, caindo

para 44 mil em 1986 e para 15 mil em 1991” (Taschner, 1997 apud Denaldi, 2003). A partir desse período, observamos uma lacuna no que se refere a grandes investimentos, e na estruturação da política habitacional do país, que vai permanecer praticamente inexpressiva até os anos 2000. A retomada de investimentos ocorre com a criação do Ministério das Cidades no primeiro mandato do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006).

Com a eleição de Lula em 2002, o Ministério das Cidades é criado, juntamente com quatro secretarias nacionais (Habitação, Saneamento, Mobilidade Urbana e Programas Urbanos), e é elaborado o conjunto de diretrizes da Política Habitacional, materializado na elaboração do Plano Nacional de Habitação (PNH).¹

Em 2005, após longa batalha no congresso, foi aprovado o Fundo Nacional de Habitação, instalado em julho de 2006. Instituído de forma limitada, o fundo teria à disposição um aporte de R\$ 1 bilhão por ano para subsidiar os programas habitacionais, meta nunca alcançada anteriormente. A mesma lei instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, e passou a exigir dos estados e municípios a criação de fundo, conselho e plano de habitação para pleitearem recursos federais. O aparato institucional e regulador estabelecido vislumbraria a execução de políticas de promoção habitacional com caráter horizontal de gestão, com base nas definições de planos locais de habitação por estados e municípios. Em tese, o sistema deveria respeitar a autonomia dos entes federativos, no entanto, o que se construiu na prática foi uma agenda de ações centralizadoras na esfera federal, com arranjos próprios estabelecidos em parceria com o capital privado. O resultado dessa parceria se materializou na criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e em sua vertente de investimento na promoção de habitação de interesse social, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

As análises realizadas do PMCMV apontam para a hegemonia do capital privado nas suas operações, em particular nos empreendimentos da Faixa 01, direcionados para as menores faixas de renda. Os investimentos para essa faixa alcançaram subsídios de até 96 % do custo dos imóveis, o que representou um grande impacto social depois de anos de ausência de projetos para o setor.

¹ O Plano Nacional de Habitação foi elaborado pela Secretaria Nacional da Habitação do Ministério das Cidades, entre os anos de 2003 e 2004, com a consultoria do Instituto Via Pública. Sua aprovação ocorre em dezembro de 2004 pelo Conselho das Cidades (ConCidades).

2. BREVE DESCRIÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi criado em 2009 (Medida Provisória 459, convertida na Lei Federal n.º 11.977), como parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, um conjunto de ações do Governo Federal para o enfrentamento da crise econômica que assolava o mundo naquele período, o que causou forte impacto negativo nas bolsas de valores e nos níveis da atividade econômica global. O programa foi formulado a partir de entendimentos com o setor privado, como forma de gerar emprego e movimentar a economia do país, em curto prazo, considerando a capacidade da construção civil de alavancar uma extensa cadeia produtiva, e de empregar mão de obra pouco qualificada e em larga escala. Posteriormente, foi articulado apoio de outros setores da sociedade, incluindo profissionais, movimentos sociais de moradia, entre outros grupos.

O PMCMV teve duas fases, a primeira se estendeu da sua criação até 2011, a segunda se estendeu desse período até 2014. Segundo dados do Ministério das Cidades (2014), o PMCMV I contratou a construção de cerca de um milhão de moradias, atingindo a meta inicialmente estipulada e criando as condições institucionais para a continuação do programa no âmbito dos estados e municípios.

Na segunda etapa do programa, até 2014, de acordo com o 11.º Balanço completo do PAC 2 (2011-2014), divulgado pelo Ministério da Fazenda, o PMCMV contratou 2,7 milhões de unidades habitacionais. Segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas (2014), na sua primeira fase, o PMCMV mobilizou R\$ 34 bilhões, sendo R\$ 16 bilhões em subsídios, o que correspondeu a 47 % do total investido no programa; na fase dois, o programa anunciou recursos de R\$ 125,7 bilhões, sendo R\$ 72,6 bilhões em subsídios, ou seja, 57 % do total investido. De 2009 a 2012, segundo a FGV, o PMCMV viabilizou a abertura de 1,2 milhão de novos postos de trabalho e promoveu uma redução de 8,04 % do déficit habitacional. A grande dimensão do PMCMV é reconhecida por todos os setores da sociedade. A terceira fase do programa, prometida para 2015, teve seu lançamento sucessivamente adiado em função da crise econômica e política que afligiu o país, após as eleições presidenciais de 2014 vencidas pelo grupo que já controlava o Governo Federal.

O PMCMV operou com diferentes modalidades. A Faixa 01 atendeu famílias com renda mensal de até R\$ 1.600 (corte de renda estabelecido na segunda fase do programa) e recebeu subsídios de até 96 % do valor total do imóvel. A Faixa 01 respondeu por 40 % do total de unidades da fase 01 do programa e teve a meta ampliada para 60% na segunda fase. Na fase seguinte, a Faixa 01 contou com as

modalidades e metas: Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, que atende o setor privado, representando 43 % da produção total; Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, que atende as entidades de moradia e lançou metas de atingir 3 % do total; Política Nacional de Habitação Rural, que responde por cerca de 3 % do total; Oferta Pública, para municípios de pequeno porte, correspondente a 11 % do total. Segundo informações do Ministério das Cidades (2014), o programa contabilizou 3.627.000 unidades contratadas, sendo 1.824.000 entregues, ou seja, 50,3 % do total da produção.

A Faixa 02, para famílias urbanas com renda mensal entre R\$ 1600 e R\$ 3100, estabeleceu previsão de alcançar 30 % da produção, restando 10 % da produção para a Faixa 03, que visava atender às famílias com renda entre R\$ 3100 e R\$ 5000 mensais.

É importante notar que o PMCMV contempla o financiamento direto para entidades sociais organizadas por meio de cooperativas habitacionais, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos. Esta modalidade recebeu o nome de “Minha Casa Minha Vida Entidades” e estabeleceu a previsão de alcançar 3 % da produção total do programa. A modalidade foi também dirigida a famílias de renda mensal bruta de até R\$ 1.600,00, neste caso a entidade precisaria estar previamente habilitada pelo Ministério das Cidades. A proposta, por sua vez, deveria ser selecionada após a análise e aprovação dos projetos pela CAIXA.

De fato, o PMCMV concentrou os investimentos na produção habitacional para as menores faixas de renda, o que representou mais da metade do total da produção de unidades na segunda fase do programa. A criação do PMCMV Entidades foi um fato relevante, pois privilegiou as organizações sociais com o repasse direto de recursos e o estímulo à construção por autogestão, no entanto a produção desta modalidade se revelou inexpressiva quando comparada ao MCMV Empresas. Esta relação desigual poderia ser explicada pelo padrão de gestão imposto aos movimentos sociais, que precisaram se adaptar às mesmas regras do MCMV Empresas.

Como tem sido abordada por diversos autores (Cardoso, 2013, Nakano, 2009; Rolnik 2014; Andrade, 2015; Cruzrufino, 2015), a produção do PMCMV apresenta-se basicamente controlada pelas grandes empresas do setor da construção civil.

As consequências dessa lógica de produção de habitação de interesse social, via mercado, foram apontadas por Cardoso (2013):

- 1) a produção de moradias com menor qualidade habitacional e com tipologias pobres
- 2) o enriquecimento das grandes empreiteiras da construção civil e das incorporadoras do setor imobiliário às custas do financiamento público;
- 3) a ausência de mecanismos de controle sobre a valorização imobiliária, na medida

em que aumenta a demanda por terras dá-se o encarecimento do preço do solo urbano. (CARDOSO *et al.*, 2013).

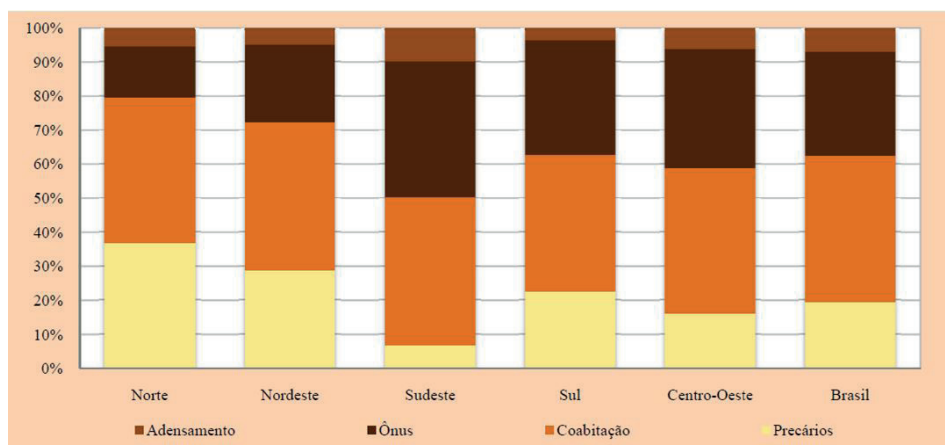
Apesar dessas consequências, é preciso reconhecer que a maioria dos municípios registrava um déficit habitacional histórico e aguardava uma política de promoção em nível nacional desde o final do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1986. O hiato de grandes investimentos impactou largamente a produção habitacional nos estados e municípios. Segundo dados da Fundação João Pinheiro (2010), as regiões Nordeste e Sudeste concentravam cerca de 70 % do déficit habitacional total, registrando um número de 4.785.945 unidades habitacionais.

Nesse cenário, é possível entender o grande apelo político que o PMCMV exerceu sob os municípios, que prontamente assumiram uma corrida para acessá-lo. No entanto, essa disputa pelo investimento deveria depender de uma estrutura de gestão e de condições institucionais mínimas para a execução do grande volume de empreendimentos previstos. Na seção a seguir, descreveremos o perfil dos municípios brasileiros registrado em 2009, ano do lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida. Esse recorte contempla as 27 capitais brasileiras com base na análise dos indicadores de legislação urbanística, órgão responsável pela gestão da política habitacional local, Planos Diretores, conselhos, fundos e déficit registrado. Importante destacar que o nosso estudo reconhece as desigualdades regionais existentes entre as unidades federativas, contudo as capitais mais populosas do país se apresentam como referência de panorama para analisar outras cidades brasileiras.

3. PERFIL DOS MUNICÍPIOS: RECORTES COMPARATIVOS

Em 2010, o Brasil registrava um *déficit* habitacional total da ordem de 6.940.691 mil moradias, segundo dados da Fundação João Pinheiro (FJP). Mais de 70 % desse déficit era composto por coabitação familiar (43,1 %) e pelo ônus excessivo com aluguel (30,6 %). Estes dois componentes representavam 5,1 milhões de unidades habitacionais. Ainda segundo dados da FJP (2010), os estados da região Norte, além do Maranhão e do Piauí, tinham forte presença de domicílios precários. Nos demais estados da região Nordeste e das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, o ônus excessivo com aluguel era mais expressivo, ou predominante em alguns casos.

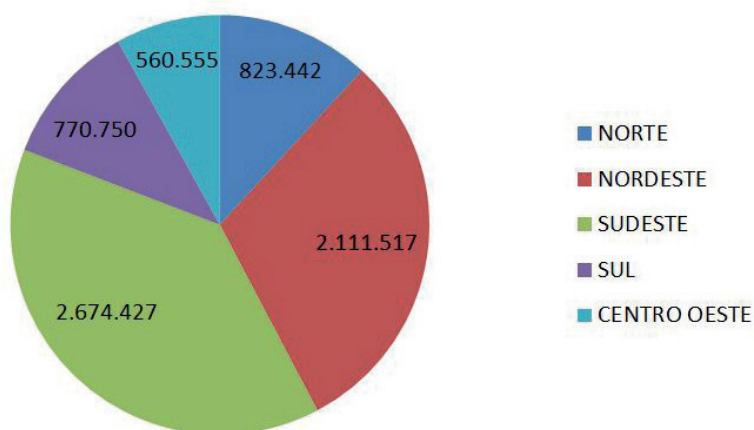
GRÁFICO 7: COMPOSIÇÃO HABITACIONAL POR COMPONENTES E REGIÕES GEOGRÁFICAS – BRASIL – 2010.



FORNTE: IBGE EM FJP, 2010.

O *déficit* habitacional registrado à época correspondia a 12,1% dos domicílios do país. Em termos absolutos, o *déficit* era menor nas áreas metropolitanas do que nas não metropolitanas. A região Sudeste concentrava 38 % do *déficit* habitacional do país, o que correspondia a 2,674 milhões de unidades. Outros 30 % do *déficit* habitacional vinham da região Nordeste, e a região Centro-Oeste apresentava o menor *déficit* habitacional do Brasil, com cerca de 560 mil unidades

GRÁFICO 8: NÚMEROS DO DÉFICIT HABITACIONAL POR REGIÃO.



FORNTE: FJP, 2013.

Esse diagnóstico orientou os investimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, uma vez que definiu regiões prioritárias para a política habitacional. As regras centralizadas foram condição para acelerar a produção habitacional em todo o país, pois prescindiram de estrutura institucional local, em razão de os municípios apresentarem um quadro precário de organização para o monitoramento das políticas habitacionais. Segundos dados dos Censos realizados pelo IBGE referentes a 2009 e publicados em 2010, identifica-se que das 27 capitais brasileiras, 16 possuíam Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), considerado o principal instrumento de organização dos investimentos habitacionais locais. Entre as capitais da região Norte, 71 % (cinco cidades) não possuíam PLHIS, e 86 % (seis cidades) não constituíram secretarias exclusivas para a gestão da política habitacional local. Já nas capitais da região Sudeste, que registravam o maior déficit habitacional do país, o diagnóstico era semelhante.

As maiores capitais do país: Rio de Janeiro e São Paulo, que juntas registravam um déficit habitacional da ordem de mais de dois milhões de unidades habitacionais, também não haviam elaborado seus Planos Locais de Habitação em 2009, apesar de possuírem secretarias exclusivas para gestão da política habitacional local. A ausência de planejamento para HIS se reproduzia na maior parte dos estados brasileiros, com destaque para região Centro-Oeste, em que a totalidade das capitais não possuía PLHIS, incluindo a capital do Distrito Federal. Importante destacar que a ausência de planejamento nas capitais do país aponta para uma ausência ainda maior nos demais municípios das regiões brasileiras. Considerando esse cenário e os investimentos do PMCMV registrados nos balanços oficiais do governo federal em 2015 (1º Balanço PAC, 2015), que registraram investimentos em 5.338 cidades, ou seja, 96 % do total dos municípios brasileiros, constata-se uma desvinculação entre a política habitacional central e o planejamento habitacional local.

O PMCMV priorizou a produção de unidades novas em detrimento de programas mais complexos e com potencial de estruturar políticas habitacionais locais com maior participação dos beneficiários finais. Em sentido diametralmente oposto criou estruturas independentes de negociação com os setores da construção civil estabelecendo estratégias políticas populistas de atendimento a população de baixa renda, evidenciado pelo subsídio integral pra a faixa de menor renda, que segundo Bonduki (2014) reproduziu a lógica de programas habitacionais anteriores privilegiando aqueles que obtinham o financiamento enquanto a maioria era negligenciada.

Apesar da inexistência de planos locais de habitação, a maioria das capitais apresentava, em 2009, conselhos e fundos municipais de habitação com alguma previsão de recurso orçamentário, o que pode caracterizar um planejamento a partir de outros programas sociais que exigiam tal estrutura mínima de controle,² como, por exemplo, a elaboração dos planos diretores municipais com orientação do Estatuto das Cidades (2001).

QUADRO 1: DIAGNÓSTICO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO E HABITACIONAL DAS CAPITALS EM 2009.

Localização			Plano diretor	Secretaria de habitação	PLHIS	Conselho de habitação	FMHIS com Recurso
Região	UFF	CAPITAIS	2009	2009	2009	2009	2009
Norte	RO	Porto Velho	Sim	Secretaria em conjunto com outra política	Não	Sim	Sim
Norte	AC	Rio Branco	Sim	Secretaria em conjunto com outra política	Não	Sim	Sim
Norte	AM	Manaus	Sim	Setor subordinado a outra secretaria	Não	Sim	Sim
Norte	RR	Boa Vista	Sim	Secretaria em conjunto com outra política	Não	Sim	Sim
Norte	PA	Belém	Sim	Secretaria exclusiva	Não	Sim	Sim
Norte	AP	Macapá	Sim	Secretaria em conjunto com outra política	Sim	Não	Sim
Norte	TO	Palmas	Sim	Secretaria em conjunto com outra política	Sim	Sim	Sim

2 O governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) instituiu novas diretrizes para reestruturação dos serviços sociais universais: saúde, educação, assistência social e programas de combate à pobreza, que, entre outras ações, institucionalizou os conselhos nacionais previstos em lei e vinculou conselhos locais para monitoramento das ações previstas, cujo objetivo era estimular a participação social dos beneficiários dos programas.

Localização			Plano diretor	Secretaria de habitação	PLHIS	Conselho de habitação	FMHIS com Recurso
Região	UFF	CAPITAIS	2009	2009	2009	2009	2009
Nordeste	MA	São Luís	Sim	Secretaria em conjunto com outra política	Não	Não	Sim
Nordeste	PI	Teresina	Sim	Secretaria em conjunto com outra política	Não	Não	Sim
Nordeste	CE	Fortaleza	Sim	Órgão da administração indireta	Sim	Sim	Sim, porém sem recurso
Nordeste	RN	Natal	Sim	Órgão da administração indireta	Não	Sim	Sim, porém sem recurso
Nordeste	PB	João Pessoa	Sim	Secretaria exclusiva	Sim	Sim	Sim, porém sem recurso
Nordeste	PE	Recife	Sim	Secretaria exclusiva	Sim	Não	Sim, porém sem recurso
Nordeste	AL	Maceió	Sim	Secretaria em conjunto com outra política	Não	Sim	Sim
Nordeste	SE	Aracajú	Sim	Secretaria em conjunto com outra política	Não	Sim	Sim
Nordeste	BA	Salvador	Sim	Setor subordinado a outra secretaria	Sim	Sim	Sim
Sudeste	MG	Belo Horizonte	Sim	Secretaria em conjunto com outra política	Não	Sim	Sim, porém sem recurso
Sudeste	ES	Vitória	Sim	Setor subordinado a outra secretaria	Sim	Sim	Sim

Localização			Plano diretor	Secretaria de habitação	PLHIS	Conselho de habitação	FMHIS com Recurso
Região	UFF	CAPITAIS	2009	2009	2009	2009	2009
Sudeste	RJ	Rio de Janeiro	Sim	Secretaria exclusiva	Não	Não	Sim
Sudeste	SP	São Paulo	Sim	Secretaria exclusiva	Não	Sim	Sim, porém sem recurso
Sul	PR	Curitiba	Sim	Secretaria exclusiva	Sim	Não	Sim
Sul	SC	Florianópolis	Sim	Órgão da Administração indireta	Não	Sim	Sim, porém sem recurso
Sul	RS	Porto alegre	Sim	Secretaria em conjunto com outra política	Sim	Sim	Sim
Centro oeste	MS	Campo grande	Sim	Órgão da Administração indireta	Não	Sim	Sim
CENTRO OESTE	MT	Cuiabá	Sim	Setor subordinado A outra secretaria	Não	Sim	Sim
CENTRO OESTE	GO	Goiânia	Sim	Secretaria exclusiva	Não	Sim	Sim
CENTRO OESTE	DF	Brasília	Sim	Ignorado	Ignorado	Ignorado	Ignorado

FORNTE: SILVA, P.; SILVA, M., COM BASE NO PERFIL DOS MUNICÍPIOS, IBGE, 2010.

Passados quase dez anos do lançamento do PMCMV, o diagnóstico nos municípios em relação à política local de habitação de interesse social parece ter evoluído pouco. Apesar de em 2017 todas as capitais brasileiras possuam PLHIS, dos 5.570 municípios brasileiros, apenas 39,7 % possuem um Plano Municipal de Habitação, e cerca de 70 % possuem algum tipo de estrutura responsável pelas políticas de moradia (IBGE, 2018).

Vimos que a ausência de planejamento local não foi impedimento para a produção em larga escala do PMCMV. De acordo com as avaliações do LabCidade, coordenado pela professora Raquel Rolnik, na Universidade de São Paulo (2014), constatou-se uma

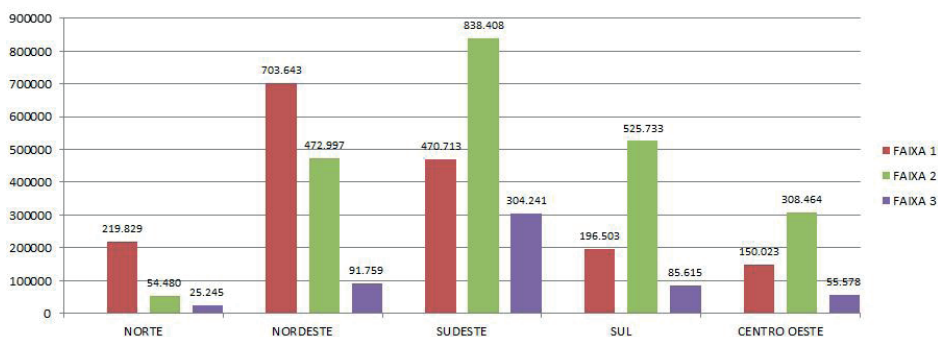
tendência geral de adoção do programa como forma preponderante de provisão de moradia popular, em detrimento de políticas locais de investimentos:

Embora formalmente o PMCMV não constitua um impeditivo para que os municípios formulem e implementem políticas locais que promovam um leque mais diversificado de formas de provisão habitacional e de acesso à moradia, podendo, em tese, valer-se dos recursos federais para potencializar ou complementar as iniciativas locais, o advento do programa acabou por induzir a adesão dos municípios a uma lógica pragmática, levando à desarticulação de ações que implicassem maiores dificuldades de gestão e que proporcionassem resultados menos expressivos do ponto de vista quantitativo. (LabCidade, 2014, p. 26).

O PMCMV se estabeleceu como única política de investimento em habitação, diante das restrições orçamentárias e das limitações institucionais enfrentadas pelos governos locais. Nesse cenário, o programa aportou recursos em grande escala num curto espaço de tempo e apoiado em regras centralizadas. Essa lógica de investimento direto ampliou o alcance do programa em todas as regiões do país, nos estados e municípios, mesmo sem nenhuma infraestrutura de planejamento prévio.

A cobertura do PMCMV nos municípios contemplou a totalidade nos estados do Rio Grande do Norte, Sergipe, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, 77,33 % no Acre, 89 % em Minas Gerais, 99,3 % no Sul e 91 % no Sudeste, segundo balanço do PMCMV, divulgado em 2017 pelo Governo Federal.

GRÁFICO 9: QUANTIDADE DE UNIDADES CONTRATADAS POR FAIXA DO PMCMV E POR REGIÃO.

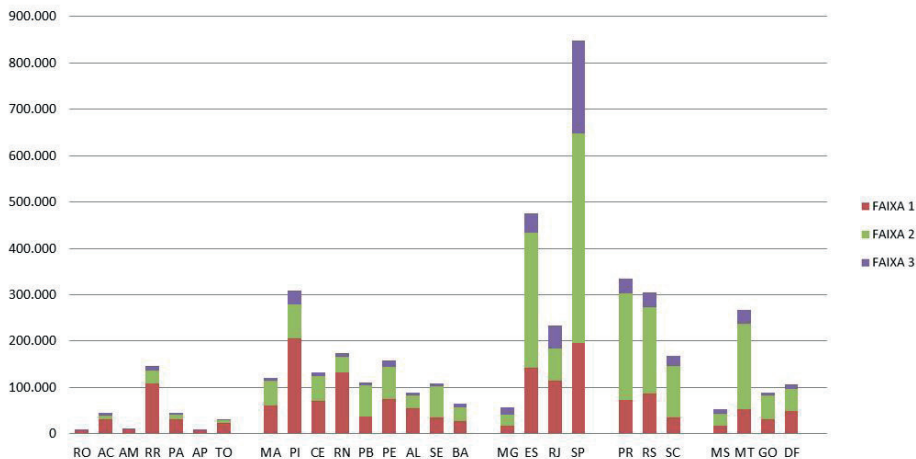


FONTE: SILVA, P.; SILVA, M., COM BASE EM RESULTADOS DO PMCMV, 2016.

Como podemos observar no gráfico acima, as regiões Nordeste e Sudeste, que registravam o maior déficit habitacional por região, foram as mais contempladas com contratações do PMCMV direcionadas à faixa de menor renda, a Faixa 1. A contratação de unidades habitacionais nas demais faixas do programa também se

concentrou nessas regiões e na região Sul para o Faixa 2, no entanto, a região Sudeste apresentou desempenho superior.

GRÁFICO 10: CONTRATAÇÕES DO PMCMV POR FAIXA DE RENDA E POR CAPITAIS.

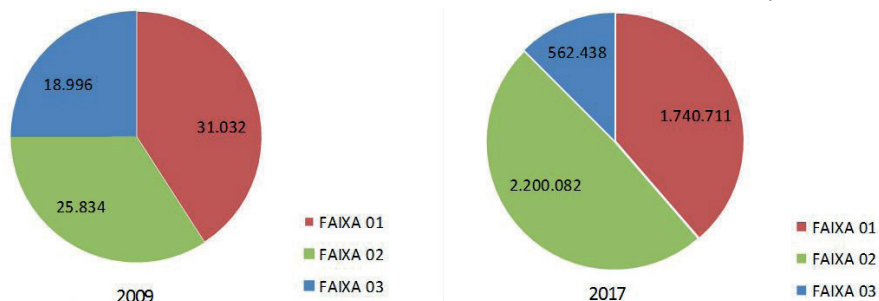


FORNTE: SILVA, P.; SILVA, M., COM BASE EM RESULTADOS DO PMCMV, 2016.

No gráfico anterior, observamos que as capitais da região sudeste foram as que registraram as maiores contratações do PMCMV, com destaque para a cidade de São Paulo. No entanto, a capital priorizou as operações do Faixa 2, de maior renda, em detrimento das demais faixas do programa, tendência acompanhada por várias outras capitais nas regiões Sul e Centro-Oeste.

O PMCMV se legitimou, sobretudo no déficit habitacional registrado à época de seu lançamento, e nas aspirações de superação da crise pelo investimento direto na geração de emprego e renda, na faixa mais pobre da população, através do mercado da construção civil. No entanto, é preciso identificar a fragilidade dessa sistemática, uma vez que os dados do *déficit* habitacional permaneceram altos. A prioridade de investimento quantitativo nas faixas de menor renda – Faixa 01 do programa – parece ter inibido outras ações previstas no pacote de investimentos do PAC, como urbanização de favelas e reassentamentos. Outro dado importante é a relação entre os investimentos nas três faixas do programa. Enquanto numericamente o investimento na Faixa 01 de menor renda foi priorizado nos primeiros anos do programa, o levantamento final registrado em 2017 indica a priorização financeira para as faixas 2 e 3, ou seja, para grupos não prioritários em relação ao *déficit* habitacional.

GRÁFICOS 11 E 12: QUANTIDADE DE UNIDADES CONTRATADAS POR FAIXA DO PMCMV (2009 E 2017).



FONTE: RESULTADOS DO PMCMV 2009; PERFIL DOS MUNICÍPIOS, IBGE, 2018.

Em 2017, o balanço do PMCMV confirma as diferenças de investimento nas três faixas de renda do programa. Como podemos observar no gráfico acima, identificam-se as faixas 02 e 03 com maior representatividade de investimentos, atingindo mais de 60 % do total de recursos, como resultado da tendência apontada em 2009. A tabela a seguir demonstra a comparação entre os *déficits* habitacionais registrados no lançamento do PMCMV e ao final da segunda chamada de investimentos.

QUADRO 2: DÉFICIT HABITACIONAL NAS CAPITAIS.

Localização			Déficit habitacional do Estado		
Região	UFF	Municípios [capitais]	2010	2015	Crescimento (%)
Norte	RO	Porto Velho	58.759	48.906	-17
Norte	AC	Rio Branco	34.054	26.567	-22
Norte	AM	Manaus	193.910	147.860	-24
Norte	PA	Boa Vista	25.237	21.877	-13
Norte	RR	Belém	410.799	306.553	-25
Norte	AP	Macapá	35.419	28.955	-18
Norte	TO	Palmas	65.264	46.658	-29
Nordeste	MA	São Luís	451.715	388.898	-14
Nordeste	PI	Teresina	388.898	93.907	-27
Nordeste	CE	Fortaleza	129.038	300.752	9
Nordeste	RN	Natal	111.538	113.308	2

Localização			Deficit habitacional do Estado		
Região	UFF	Municípios [capitais]	2010	2015	Crescimento (%)
Nordeste	PB	João Pessoa	120.741	117.495	-3
Nordeste	PE	Recife	302.377	286.890	-5
Nordeste	AL	Maceió	124.063	95.342	-23
Nordeste	SE	Aracajú	74.387	75.860	2
Nordeste	BA	Salvador	521.374	451.881	-13
Sudeste	MG	Belo Horizonte	557.371	552.046	-1
Sudeste	ES	Vitória	106.447	103.631	-3
Sudeste	RJ	Rio de Janeiro	515.067	468.292	-9
Sudeste	SP	São Paulo	1.495.542	1.306.367	-13
Sul	PR	Curitiba	287.466	276.709	-4
Sul	SC	Florianópolis	179.763	184.623	3
Sul	RS	Porto Alegre	303.521	236.304	-22
Cento-oeste	MS	Campo Grande	86.009	85.788	0
Cento-oeste	MT	Cuiabá	118.889	85.167	-28
Cento-oeste	GO	Goiânia	229.488	204.876	-11
Cento-oeste	D	Brasília	126.169	130.992	4

FONTE: SILVA P.; SILVA M., COM BASE EM FJP, 2013 E 2015.

Ainda que as metas de investimento do programa tenham diminuído o déficit habitacional em 81 % das capitais brasileiras, os índices mais expressivos não ultrapassaram 30 % de redução. As capitais que apresentaram maior efetividade na redução do déficit habitacional foram Palmas (TO) com 29 %, Teresina (PI) com 27 %, Maceió (AL) com 23 % e Porto Alegre (RS) com 22 %. As maiores capitais do país, São Paulo e Rio de Janeiro, que concentraram os maiores investimentos do programa, obtiveram resultados inexpressivos na redução do déficit habitacional, correspondendo a 13 % e 9 % de redução, respectivamente. Esse índice é ainda mais negativo no estado de São Paulo, que concentrou os investimentos do programa nas faixas 02 e 03 em detrimento da Faixa 01, responsável pela parcela significativa do déficit habitacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão central aqui identificada através da análise do Programa Minha Casa Minha Vida, à luz do pacto federativo brasileiro, evidencia uma gestão privada do processo de promoção pública de habitação de interesse social. Em outra frente de análise, identificamos como foi possível a aplicação de regras centrais diante da fragilidade institucional dos governos locais. A política promovida pelo PMCMV prescinde de uma organização institucional local, pois se estrutura a partir de regras centrais com definição de papéis e responsabilidades complementares por partes dos governos locais.

O programa aportou recursos em grande escala num curto espaço de tempo e se transformou na forma preponderante de provisão de moradia popular, em detrimento de políticas locais de investimentos. As regras do programa abrem caminho para uma gestão controlada pelos interesses do capital, que impôs o padrão do empreendimento, sua localização, o modelo de construção e alterações na legislação municipal, gerando consequências perversas sobre o território, para os moradores dos conjuntos e do entorno, e implicações para a gestão do município.

A dinâmica de investimento público privado revela um quadro de dependência programática e financeira dos municípios, cujo rebatimento mais perverso se dá no território de inserção dos empreendimentos do PMCMV.

Apesar de o programa orientar para uma gestão uniforme em todo o território nacional, é preciso reconhecer que essa sistemática não produziu os efeitos esperados sob a redução do déficit habitacional, mesmo para as regiões que obtiveram mais investimentos e que registravam os maiores índices de *déficit*.

Como discutido no presente artigo, o PMCMV concentrou investimentos para as faixas de menor renda, no entanto, a soma dos investimentos nas demais faixas aponta para um direcionamento para grupos não prioritários em relação ao déficit habitacional, principalmente nos estados das regiões Sul e Sudeste.

Por fim, é relevante destacar que houve uma desvinculação entre a produção de habitação e o planejamento da promoção habitacional local, tendo em vista a totalidade dos municípios atendidos pelo programa, que em sua maioria não apresentavam uma política de habitação estruturada. Sendo assim, os investimentos do PMCMV não foram capazes de alterar o cenário das políticas locais de investimento no setor, mantendo uma dependência não apenas financeira, mas institucional e estruturante dos municípios brasileiros em relação ao governo central.

REFERÊNCIAS

- AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; CRUZUFINO, Maria Beatriz (orgs.). *Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- ANDRADE, Luciana da Silva (org.). *Para além da Unidade Habitacional: pela moradia e pela cidade no contexto da construção da [minha] casa e da [minha] vida*. Rio de Janeiro: UFRJ PROURB CiHabE, 2015.
- ARRETCHE, Marta. *Federalismo e Igualdade Territorial: uma contradição em termos?* **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 3, pp. 587-620, 2010.
- BONDUKI, N; KOURY, Ana Paula. *Os pioneiros da Habitação Social: cem anos de política pública no Brasil*. São Paulo: EdUNESP; SESC São Paulo, 2014.
- BRASIL. **Resultados do Programa Minha Casa, Minha Vida (2009)**. Disponível em: <http://www.minhacasaminhavid.gov.br/>. Acesso em: 21 out. 2018.
- BRASIL. **Resultados do Programa Minha Casa, Minha Vida (2016)**. Disponível em: <http://www.minhacasaminhavid.gov.br/>. Acesso em: 21 out. 2018.
- CARDOSO, A. L (org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- CAVALCANTI, Cacilda Rodrigues. **Modelo Federativo Brasileiro e suas implicações no campo das políticas educacionais**. *In*: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO (org.). CONGRESSO IBEROAMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 3, 2012, Zaragoza.
- DENALDI, Rosana. **Política de urbanização de favelas: evolução e impasses**. 2003. 242 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 2003.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional municipal no Brasil em 2010**. Belo Horizonte, 2013.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional municipal no Brasil**. Resultados preliminares 2015. Belo Horizonte, 2015.
- GOVERNO FEDERAL, Ministério do Planejamento. **11.º Balanço Completo do PAC2/2011 – 2014**, 2014.
- GOVERNO FEDERAL, Ministério do Planejamento. **1.º Balanço do PAC2 – 2015**, 2015.
- GOVERNO FEDERAL, Ministério do Planejamento. **5.º Balanço do PAC2 – 2015 – 2018**, 2018.
- PERFIL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: 2009 / IBGE, **Coordenação de População e Indicadores Sociais**. – Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- PERFIL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: 2017 / IBGE, **Coordenação de População e Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.
- REZENDE, Fernando. *Federalismo fiscal: em busca de um novo modelo*. *In*: OLIVEIRA, Romualdo P.; SANTANA, Wagner. **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010.

ROLNIK, R. (org.) **Ferramentas para avaliação da inserção urbana dos empreendimentos do Minha Casa Minha Vida**. Labcidade (FAUUSP); Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento, 2014.

ROLNIK, R.; NAKANO, A. K. Direito à moradia ou salvação do setor? **Folha de São Paulo, São Paulo**, p. A3-A3, 14 mar. 2009.

SOUZA, Celina. **Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988**. Revista de Sociologia Política. Curitiba, n. 24, p. 105-121, jun. 2005.

CONFLITOS, RESISTÊNCIAS E (DES)LEGADOS NO RIO OLÍMPICO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA CARTOGRAFIA CRÍTICA

FERNANDA SÁNCHEZ
POLIANA MONTEIRO
ANA CAROLINA MACHADO
FRANCISCA ALEXANDRE

INTRODUÇÃO

Os Jogos Rio 2016 serviram de pretexto para a realização de um grande projeto neoliberal de cidade, por meio do chamado Urbanismo de Oportunidades, aqui convertido em modelo de desenvolvimento urbano (Sánchez *et al.*, 2016). Oportunidades para os negócios, às custas dos direitos da população, constantemente violados nesse processo. Contexto em que a construção da ideia de Legado Olímpico foi estratégica e necessária para a legitimação dos Jogos Rio 2016 frente à sociedade e à opinião pública. O Urbanismo de Oportunidades no Rio de Janeiro seguiu as diretrizes preconizadas pelo planejamento estratégico, cuja flexibilidade e fluidez conceitual (Vainer, 2002) permitiu aos donos do poder operar uma profunda transformação urbana, que funcionou como um eficiente instrumento ideológico e como uma ferramenta de execução. Assim, a cidade expandiu a sua malha urbana, abrindo frentes de crescimento de forma orientada a oeste. Além disso, os instrumentos de planejamento consolidados e legitimados nesse período continuam a implicar o planejamento e políticas públicas no momento pós-olímpico.

O desafio de identificar quais são os gatilhos que reposicionam certos assuntos como de interesse público e midiático tem sido um dos nossos focos de interesse de pesquisa durante o Ciclo Olímpico. Nesse sentido, acompanhamos sistematicamente os editoriais e artigos do jornal *O Globo*, que consideramos o grande promotor da ideia de legado, e ainda buscamos as visões dissonantes nas mídias alternativas e/ou mais críticas como *Rio on Watch*, *El País*, *The Guardian*, *BBC*, *Folha de São Paulo* e *Veja*. Os anos prioritários na pesquisa foram escolhidos por apresentarem os fatos mais decisivos para a compreensão do processo: 2009 – ano da candidatura; 2013 – ano das manifestações; 2014 – ano da Copa FIFA; 2016 – ano olímpico, e 2017 – ano pós-olímpico/ano das investigações. O levantamento, sistematização e catalogação de notícias acumulou

cerca de 840 notícias que revelam, ao final, um “ciclo olímpico” bem menos consensual e ufanista do que aquele sugerido pelo discurso oficial. Assim, sistematizamos uma visão panorâmica da construção da narrativa sobre megaeventos no Brasil, mapeando os discursos e agentes mais recorrentes, para finalmente, consolidar essas informações por meio da cartografia crítica.

Enquanto o discurso oficial e midiático foi taxativo sobre o consenso do legado olímpico, em discordância, a materialidade evidente dos processos espaciais nos fizeram produzir uma nova categoria, o (des)legado Olímpico. Para desenvolver a reflexão pretendida, o artigo estrutura-se em três sessões, além dessa introdução. Na primeira sessão apresentaremos os poderosos agentes que lideraram o Urbanismo de Oportunidades concretizado no Rio Olímpico e os impactos dessas intervenções para a cidade. Em seguida, será analisada a estratégia discursiva que permitiu transformar custos em ganhos, evidenciando a atuação do Grupo Globo para a legitimação desse projeto de cidade. Na terceira sessão apresentamos a *Cartografia Crítica do (Des)Legado Olímpico*, uma ferramenta concebida para sua apropriação e reconstrução coletiva e permanente, além de constituir um suporte possível para a visibilização e confrontação das práticas de planejamento urbano hegemônicas empreendidas no Rio Olímpico.

Os megaeventos, certamente não inauguraram processos de segregação socioespacial e periferização da pobreza, mas acentuaram e aceleraram estes processos, assim como colaboraram para legitimar e consolidar as exceções à legislação, abrindo precedente urbanístico, político e jurídico para a reprodução das práticas de planejamento e intervenção urbana aplicadas no Rio de Janeiro (Sánchez; Bienenstein; Oliveira, 2016). Os Jogos passaram, mas os impactos permanecem.

1. UM “URBANISMO DE OPORTUNIDADES” PARA UMA CIDADE DESIGUAL

O projeto que trouxe as Olimpíadas ao Rio de Janeiro foi viabilizado por um pacto entre grandes proprietários de terra, empresários do setor imobiliário, grandes empreiteiras nacionais e poder público, além da decisiva atuação da mídia hegemônica. A falta de participação popular e a ausência dos mecanismos democráticos de gestão da cidade, previstos em lei, foram marcas do período. Há mais de vinte anos vigora, na cidade do Rio de Janeiro, uma convergência de modelos e projetos de cidade que representam essencialmente a mesma articulação de forças econômicas e sociais. A era dos projetos pautados no chamado Urbanismo de Oportunidades, que se ocupa da produção do ambiente construído como meio de valorização focada na especulação imobiliária, foi viabilizada com a construção de um consenso sobre a cidade pacificada, competitiva e repleta de líderes carismáticos capazes de garantir o apoio “sem brechas,

em torno ao projeto” (Vainer, 2002, p. 91). A produção do consenso encontra na mídia hegemônica seu principal instrumento, que notadamente implicada, apresenta uma distorcida percepção da realidade com o intuito de “obter a concordância do povo a respeito de assuntos sobre os quais ele não estava de acordo, por meio das novas técnicas de propaganda política” (Chomsky, 2013, p. 15).

As promessas contidas no Dossiê de Candidatura (Brasil, 2009, v. 1), que em conjunto comporiam o chamado Legado Olímpico, foram reiteradas quando a cidade foi nomeada sede olímpica. Muitas delas, entretanto, foram abandonadas ao longo do processo, enquanto outras não tiveram o seu escopo integral realizado, e por fim, algumas geraram e/ou ainda geram impactos negativos para a cidade e sua população. A ideia de legado assumiu no Brasil, durante o período olímpico, uma conotação essencialmente positiva e vinculada ao desenvolvimento a longo prazo da cidade e do país. A existência de um legado é inegável, este entretanto, é predominantemente controverso, fato que a estratégia discursiva do Legado Olímpico tentou omitir. Nesse contexto, desenvolvemos a ideia de (des)legados olímpicos. A sua concepção conceitual busca questionar a afirmativa do legado positivo, produzido progressivamente pela intensa propaganda política e legitimado por parte da mídia brasileira. A partir dessa contra narrativa, as promessas abandonadas, as obras inconclusas e as intervenções cujo o impacto consideramos negativos serão definidos aqui como (des)legados olímpicos.

A releitura do Dossiê de Candidatura (Brasil, *op. cit.*) no Rio Pós-Olímpico faz parecer se tratar de uma outra cidade, ou outro país, os impactos foram sentidos por milhares de famílias que tiveram suas vidas afetadas pelos Jogos Rio 2016. Diante da discrepância entre promessa e realidade, a Autoridade Pública Olímpica (APO)¹ alegou que o Dossiê de Candidatura (Brasil, *op. cit.*) se configura como um projeto conceitual e que apenas o que foi definido pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) como indispensável se efetivou (Soares, 2016). O critério para estabelecer prioridades parece incógnito, mas os impactos da política urbana legitimada pelos megaeventos permanecem.

O Dossiê de Candidatura (Brasil, *op. cit.*) apresenta as diretrizes do Plano de Legado dos Jogos Rio 2016, que definem propostas posteriormente detalhadas no Caderno de Políticas Públicas (Brasil, 2014).² As quatro prioridades do Plano de Legado presente no

1 A APO foi convenientemente substituída em agosto de 2017, pela Autoridade de Governança do Legado Olímpico (AGLO), autarquia federal responsável por elaborar o plano de utilização das instalações esportivas usadas nos Jogos do Rio.

2 O Caderno de Políticas Públicas, divulgado em 2014, apresenta de forma detalhada o Plano de Políticas Públicas, relacionado às intervenções urbanas relacionadas aos Jogos Rio 2016, e a Matriz de

Dossiê de Candidatura (Brasil, 2009, v. 1) que estão relacionadas ao planejamento de longo prazo da cidade são, (I) transformação da cidade; (II) inserção social; (III) participação da juventude e educação; (IV) esportes. O planejamento da (I) Transformação da Cidade, concebido com o intuito de reforçar o perfil de cidade global do Rio de Janeiro, prometia constituir uma base de desenvolvimento sustentável a longo prazo pautada nos programas de melhoria da qualidade do ar, transportes públicos, segurança, preservação da floresta da Tijuca e implantação de projetos de renovação urbana.³ A segunda prioridade do Plano de Legado, que consistia em promover (II) Inserção Social, garantia que por meio da provisão de habitação, treinamento e empregos, os Jogos Rio 2016 iriam beneficiar a população carioca. Na provisão da habitação foram concebidas como legado quatro Vilas Olímpicas, que posteriormente seriam destinadas à moradia. Nos (IV) Esportes, o Plano de Legado exalta a transformação social através da promoção do esporte e afirma a transformação da cidade por meio das instalações esportivas, apresentadas como um legado sustentável para o Rio de Janeiro.⁴ Os temas, cujos os projetos concebidos, deveriam oferecer um legado duradouro para a cidade do Rio de Janeiro, são (a) Meio Ambiente/Saneamento, (b) Transporte/Mobilidade, (c) Habitação/Acomodações e (d) Esporte e serão discutidos a seguir.

O desenvolvimento sustentável é um tema recorrente no Dossiê de Candidatura (Brasil, 2009, v. 1) e apresentado como mote da concepção dos Jogos Rio 2016 como “Jogos Verdes para um Planeta Azul” (Brasil, *op. cit.*, p. 92). A preservação da Floresta da Tijuca, incluindo o plantio de 24 milhões de árvores até 2016, foi apresentada como um dos principais legados ambientais e estava vinculada ao plano de mitigação das emissões de gases de efeito estufa relacionadas aos preparativos dos Jogos.⁵ Entretanto, apenas cerca de oito milhões de mudas foram semeadas⁶, destas apenas

Responsabilidades, relacionado principalmente às instalações esportivas consideradas indispensáveis para a realização dos jogos.

- 3 Os projetos de renovação urbana apresentados como Legados Olímpicos se localizam na Região Portuária, projeto posteriormente denominado Porto Maravilha; Deodoro, centrado no Parque Radical; Maracanã, com residências e lazer; e Barra da Tijuca com renovação da infraestrutura e instalações de esporte e lazer.
- 4 A estrutura física legada pelos Jogos Rio 2016 consiste em 14 instalações fora do Rio e 29 instalações dentro da cidade, sendo a implantação do Centro Olímpico de Treinamento (COT), apresentada como principal Legado Olímpico Esportivo.
- 5 Projeto questionável em si mesmo.
- 6 Em ato simbólico, durante a cerimônia de abertura dos Jogos Rio 2016, os atletas semearam mudas que seriam plantadas no Parque do Carbono, um legado ambiental, localizado no Parque Nacional da Pedra Branca.

cem foram efetivamente plantadas. Por outro lado, diversas intervenções urbanas foram responsáveis pelo desmatamento de cerca de 270 mil metros quadrados de vegetação urbana (Konchinski, 2015).

Além dos projetos urbanos apresentados no Plano de Legado (Brasil, 2009, v. 1), o documento apresenta uma série de programas que definiram os objetivos de curto e longo prazo para a recuperação dos rios e córregos da cidade e particularmente da Baía de Guanabara, do sistema lagunar da Barra da Tijuca e da Lagoa Rodrigo de Freitas. A despoluição seria realizada com a efetivação da coleta e tratamento de 80% de todos os esgotos até 2016. A meta foi publicamente abandonada pelo governo estadual um ano antes dos Jogos Rio 2016, quando, André Corrêa, então secretário de Meio Ambiente afirmou que “hoje ninguém assume de onde surgiu essa meta de 80%. O fato é que quem disse que a baía estará limpa em menos de vinte e cinco anos vai estar mentindo” (Bortoloti, 2016). No momento pós-olímpico já não existem mais metas.

O conceito Rio 2016 para a área do transporte⁷ se concentrou na implantação de um Anel de Transporte de Alta Capacidade que geraria uma rede de conexões, especialmente entre as quatro zonas das instalações olímpicas: Zona Barra, Zona Copacabana, Zona Maracanã e Zona Deodoro. O sistema, segundo consta no dossiê é composto por três sistema de *Bus Rapid Transit* (BRT), incluindo uma ligação Barra – Zona Sul, além dos BRTs Transcarioca,⁸ Transoeste⁹ e Transolímpica, a segunda via pedagiada da cidade, conecta a Barra da Tijuca à Avenida Brasil e foi projetada para receber setenta mil passageiros/dia, e não atingiu nem metade dessa estimativa.

Os projetos dos traçados dos BRTs jamais foram discutidos publicamente ou divulgados integralmente às comunidades atingidas e certamente poderiam ter sido alterados de forma a minimizar os impactos das remoções. Em meio às profundas transformações promovidas pelas obras de mobilidade vinculadas aos Jogos Rio 2016, os BRTs contribuíram para a legitimação da chamada Racionalização das Linhas de Ônibus, em outubro de 2015. A extinção de cinquenta linhas, modificação/encurtamento de outras vinte e seis impactou profundamente o cotidiano de milhares de usuários do transporte

7 As propostas relacionadas ao sistema de transporte incluem ainda a reforma completa do Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim e a construção do Arco Rodoviário Metropolitano, financiado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

8 Percorre vinte e sete bairros, interligando a Barra da Tijuca ao Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim.

9 Cruza toda a região da Barra da Tijuca vindo de Santa Cruz, se conectando à estação de Metrô Jardim Oceânico.

público, principalmente os moradores da zona norte e zona oeste. A opção pelos BRTs, que em muitos trechos foi acompanhado de novas pistas para carros, fortaleceu a opção rodoviarista e excludente que vem sendo aprofundada nas últimas décadas.

Além disso, diversas obras que não constavam no Dossiê de Candidatura (Brasil, 2009, v. 1) foram realizadas posteriormente sob o selo olímpico. Nesse contexto, é curioso notar, por exemplo, que o Elevado da Perimetral,¹⁰ totalmente demolido, figura no Dossiê de Candidatura (Brasil, *op. cit.*) como “infraestrutura de transporte existente” sem nenhuma construção permanente necessária. O mesmo ocorre com diversas outras obras e intervenções. Na relação de projetos que foram acelerados e/ou viabilizados pelas Olimpíadas na primeira versão do Plano de Políticas Públicas (Brasil, 2014) figuram projetos já previstos no Dossiê de Candidatura e outros não mencionados, como a duplicação do Elevado do Joá. A linha de BRT que ligaria a Barra à Zona Sul foi substituída pela Linha 4 do Metrô Rio, que após muitos atrasos e polêmicas foi inaugurada, custando muito mais do que estimado inicialmente e sob investigação por superfaturamento e sobrepreço. O custo final da obra não foi divulgado oficialmente. A primeira versão do orçamento do Plano de Políticas Públicas¹¹ previa um custo de aproximadamente R\$ 8,8 bilhões. O custo total estimado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para o projeto atingiu R\$ 11,4 bilhões (a preços de dezembro de 2011).¹²

A melhoria do sistema de transporte, um dos, apenas aparentes, Legados Olímpicos mais promovidos pela gestão de Eduardo Paes, ex-prefeito da cidade do Rio de Janeiro (2009-2017), portanto, também não se efetivou. Das seis principais intervenções de mobilidade urbana vinculadas aos Jogos Rio 2016, cinco estão vinculadas à região da Barra da Tijuca, evidenciando o contínuo processo de reinvestimento em infraestrutura de localidades já bem estruturadas. Nesse contexto, o Urbanismo de Oportunidades se materializou por meio da expansão da mancha urbana para áreas de interesse do mercado, especialmente, dos grandes proprietários de terra da Barra da Tijuca, em detrimento das áreas ocupadas que mais carecem de investimentos.

10 O Elevado da Perimetral foi uma via suplementar sobre a Avenida Rodrigues Alves, que ligava os principais entroncamentos rodoviários da cidade do Rio de Janeiro. A estrutura inaugurada na década de 1960 foi durante muitos anos uma das principais vias da cidade. A Perimetral foi demolida entre 2013 e 2014 na gestão de Eduardo Paes seguindo o projeto de renovação urbana do Porto Maravilha.

11 Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4379008/4130519/RIO2016_estudos_PORT.pdf

12 De acordo com o Acórdão 1977/2017, do TCU. Disponível em: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A1977%2520ANOACORDAO%253A2017/DTRELEVANCIA%20desc,%20NUMACORDAOINT%20desc/o/%20?uuid=c9399630-9790-11e9-8a15-237747efa6fd

Fato que se evidencia com interrupção do funcionamento do BRT Transoeste no seu trecho mais periférico, seguindo a tendência do urbanismo de oportunidades e reforçando a especulação imobiliária.

O conceito para Acomodação do Plano de Legados (Brasil, 2009, v. 1) propunha o equilíbrio entre as necessidades particulares dos “clientes” dos Jogos e as necessidades de longo prazo da cidade. As acomodações já existentes deveriam ser complementadas com novas construções, “desde que os benefícios de legado sejam significativos e garantidos” (BRASIL, 2009, v. 3, p. 48). As Vilas de Legado foram concebidas com o intuito de satisfazer esse equilíbrio. Assim, em combinação com a Vila Olímpica e Paraolímpica, esses empreendimentos ofereceriam oportunidades de habitação para a população, tanto social quanto de mercado, depois dos jogos.

As Vilas de Legado apresentadas no Dossiê de Candidatura são: Vila de Mídia da Barra, Vila do Porto,¹³ Vila do Maracanã,¹⁴ Vila de Deodoro. O Dossiê de Candidatura (BRASIL, 2009, v. 3) afirma que estudos detalhados, comerciais e de viabilidade de longo prazo foram desenvolvidos para cada projeto, garantindo a sua viabilidade e adequação aos planos de desenvolvimento da cidade a longo prazo, além de garantir que os recursos para o financiamento de todos os empreendimentos já estavam totalmente assegurados. Apesar das promessas e da real demanda por habitação nessas áreas da cidade, nem a Vila do Porto, nem a Vila do Maracanã foram construídas.

A Vila Olímpica e Paraolímpica, cujo nome comercial é Ilha Pura, foi construída pelo Consórcio Ilha Pura, constituído pela Odebrecht e pela Carvalho Hosken, com financiamento da Caixa Econômica Federal (CEF). O Dossiê de Candidatura (Brasil, 2009, v. 1, p. 196) afirma que “após a realização dos Jogos, a Vila Olímpica e Paraolímpica se transformará em um empreendimento residencial, [...] fornecendo habitação em numa região de grande demanda”, mas apenas 10% das unidades habitacionais foram vendidas, contrariando a afirmação acerca da alta demanda de moradia nessa região da cidade. A pressão imobiliária pela verticalização e flexibilização das leis de uso e ocupação do solo, assim como o resultado material das propostas de acomodações/habitação dos Jogos Rio 2016, demonstram a total autonomia das grandes empreiteiras e incorporadoras. Elas definiram políticas públicas e prioridades no planejamento urbano, inclusive na provisão de habitação popular, promovendo um profundo (des)legado para o Rio de Janeiro.

13 Destinada à equipe de produção das cerimônias e utilizada posteriormente como “legado de acomodações realmente necessário para os trabalhadores de baixa renda”.

14 Destinada à mídia e oficiais técnicos e convertido em habitação para “trabalhadores de renda média”.

O Centro Olímpico de Treinamento (COT) foi apresentado como o principal projeto de Legado Esportivo da Candidatura Rio 2016 (Brasil, 2009, v. 1), pois atenderia a demanda de espaço de treinamento de alto rendimento de todas as modalidades olímpicas. Arelado ao modelo de gestão em Parceria Público-Privada (PPP), está paralisado devido à falta de interesse do mercado privado na licitação que define a gestão do COT. Assim, a Prefeitura cancelou a licitação e passou a gestão para o Ministério do Esporte. As instalações permanentes estão em visível deterioração e praticamente sem uso desde o fim das competições. As instalações provisórias, que seriam convertidas em outros equipamentos não foram efetivas.

O Parque Radical de Deodoro¹⁵ é apresentado no Dossiê de Candidatura como a segunda maior área de lazer da cidade em seu modo legado. O equipamento foi aberto ao público em dezembro de 2015 e foi muito elogiado pelos moradores da região, notadamente carente de áreas de lazer. Sem uma empresa gestora desde o fim de 2016, o parque foi fechado. Apesar de inicialmente ter alegado a falta de verbas, a prefeitura reabriu a instalação em setembro de 2017, mas funcionando somente aos domingos. Nesse contexto, o então Diretor de Comunicação da Rio-2016, Mario Andrada e Silva, em entrevista (Andrada, 2017), afirmou que o legado esportivo sempre foi considerado secundário e que o maior problema na realidade é visual/estético, pois gera a impressão de maior abandono. Sem encaminhamentos efetivos e justificado pela crise econômica, a ausência do legado esportivo se torna evidente.

Assim, neste artigo buscamos desvelar as relações e ações que consideramos terem sido fundamentais para o processo de produção do (des)legado. Nesse sentido, podemos destacar três grandes 'vencedores' do Ciclo Olímpico, tanto em termos simbólicos, quanto materiais: (I) os grandes proprietários de terras da Barra da Tijuca, com destaque para Carlos Carvalho, magnata imobiliário carioca que ampliou sua fortuna significativamente nesse processo (Watts, 2015); (II) o Grupo Globo, mais especificamente a FRM, que alavancou projetos e definiu de diversas formas a política urbana e cultural do Rio de Janeiro nos anos de preparação para os Jogos Rio 2016; (III) e finalmente, as grandes empreiteiras brasileiras, com destaque para Odebrecht que, após sua implicação na Operação Lava Jato,¹⁶ se encontra em processo de recuperação financeira desde 2018, e a Carvalho Hosken, de

15 Composto pelo Parque Olímpico de Mountain Bike, Centro Olímpico de Canoagem Slalon, Centro Olímpico de BMX e as demais instalações esportivas destinadas ao COT.

16 Um conjunto de investigações em andamento pela Polícia Federal do Brasil, que cumpriu mais de mil mandados de busca e apreensão, de prisão temporária, de prisão preventiva e de condução coercitiva, visando apurar um esquema de lavagem de dinheiro que movimentou bilhões de reais em propina.

propriedade de Carlos Carvalho. Assim, a complexidade do processo que legitimou o projeto de cidade conduzido pelo Urbanismo de Oportunidades se relaciona com a ampla gama de agentes imbuídos de interesses específicos, desde o lucro financeiro e especulativo até o ganho simbólico de prestígio e influência.

2. A ESTRATÉGIA DISCURSIVA DE UM PACTO PODEROSO

O clima de otimismo e exaltação do Rio e do Brasil, apresentados como cenários incríveis e inigualáveis, bem como a solidez da economia brasileira e o apoio total e unificado dos três níveis de governo, definem o Dossiê de Candidatura (BRASIL, 2009, v. 1). A construção da ideia de Legado Olímpico foi estratégica e necessária para a legitimação dos Jogos Rio 2016. Por meio do discurso de que “os Jogos Olímpicos devem servir à cidade” e seriam viabilizados por investimentos privados, Eduardo Paes converteu o Urbanismo de Oportunidades em modelo de desenvolvimento urbano.

A Candidatura Rio 2016 é ressaltada como um projeto coeso e integrado que beneficiaria a cidade de forma duradoura a partir do “Legado Olímpico”. A consolidação da estratégia discursiva do legado permitiu transformar custos em ganhos, afinal diante da “produção do bem comum para as atuais e futuras gerações” qualquer gasto se torna justificável (Oliveira, 2017, p. 175). A mídia hegemônica, em especial o Grupo Globo, foi fundamental na consolidação dessa estratégia.

O Grupo Globo,¹⁷ de propriedade da família Marinho, de acordo com o ranking da Agência Zenithoptimedia,¹⁸ é o maior conglomerado de mídia e comunicação do Brasil e América Latina. Além disso, é mantenedor da Fundação Roberto Marinho (FRM), uma entidade brasileira privada sem fins lucrativos, que desenvolve atividades nas áreas da educação, patrimônio e meio ambiente. O relatório *Quem são os donos da educação e da cultura no Rio de Janeiro?* (Pinto; Nasra; Santos, 2016) evidencia a relação que se estabelece entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e a Fundação Roberto Marinho (FRM). A pesquisa realizada a partir de informações públicas sugere que essa relação visa garantir o monopólio da FRM nos contratos públicos que contemplam desde programas educacionais para o ensino público, até a concepção e realização de equipamentos culturais como o Museu de Arte do Rio e Museu do Amanhã, ambos

17 Composto pela TV Globo, a maior do país e a segunda maior do mundo; Infoglobo; Editora Globo; Sistema Globo de Rádio; Som Livre; Globosat; Globo.com e ZAP.

18 Ver: http://www.zenithmedia.com/wp-content/uploads/2013/07/Top-30-Global-Media-Owners-2013-28_5.pdf

equipamento que compõe a cartela de projetos olímpicos. A partir de contratos públicos sem licitação, a prerrogativa de realização e/ou fiscalização de obras relevantes para a cidade foi atribuída à FRM (Pinto; Nasra; Santos, 2016).

O jornal *O Globo*, parte integrante do Grupo Globo, é o grande meio de comunicação da cidade do Rio de Janeiro, cuja informação fornecida, em parte, é extremamente relevante para a conformação da opinião pública. Mas as motivações desse veículo nem sempre estão explícitas, deixando muito tênue a diferença entre propaganda e notícia. Essas evidências permitem questionar a isenção e neutralidade do jornal em sua cobertura sobre as Olimpíadas e afirmar que este abraçou o projeto olímpico e construiu ativamente não só a estratégia narrativa do Legado, mas o projeto Olímpico em si mesmo. Nesse sentido, apresentaremos a seguir a sistematização da narrativa realizada a partir do levantamento de notícias realizada.

O discurso sobre a materialidade do “legado” no Rio de Janeiro vai cambiando ao longo do tempo. O jornal *O Globo* afirmava em 2011 que “O legado já é tangível e real”, destacando a urbanização de todas as favelas da cidade até 2020 por meio do Programa Morar Carioca (Marques, 2011), posteriormente abandonado sem nenhuma nota na imprensa ou informação oficial. Em 2012, Eduardo Paes declarava de forma burlesca que a “Olimpíada é ‘desculpa fantástica’ para mudar o Rio” (CARNEIRO, 2012), e dois anos depois que “nossas deficiências viraram o maior ativo da candidatura do Rio”.¹⁹ Em entrevista concedida em 2015 (Ribas, 2015), o ex-prefeito afirmava genericamente que “Rio-2016 terá legado melhor que o de Barcelona”, destacando a ilusória predominância de investimentos privados. Já em 2016, diante da realidade incontestada, Paes modifica seu discurso e alega que os Jogos Olímpicos “são uma oportunidade perdida para o Brasil” (Bottari, 2016) responsabilizando os outros entes federativos pelo insucesso. Ainda em 2016, em título tragicômico, a revista *Isto É* afirmou que “a Olimpíada nos deixa como legado a esperança” (Segalla, Lobato, 2016).

As notícias levantadas até outubro de 2009, quando o Rio de Janeiro foi efetivamente escolhido como sede dos Jogos Olímpicos, orbitavam em torno dos possíveis gastos relacionados às Olimpíadas e a possibilidade de mudança e melhorias na cidade que os Jogos proporcionariam, em um tom de otimismo e confiança característico do período. Em editoriais mais críticos já haviam ressalvas em relação ao Dossiê de Candidatura (Brasil, 2009, v. 1) que mantinha as escolhas, consideradas

19 Ver: <https://creci-rj.gov.br/cidade-treina-para-olimpiadas/>. Acesso em: 24 set. 2020.

equivocos, dos Jogos Pan-americanos 2007. A escolha do Brasil como sede das Olimpíadas é celebrada em notícia de capa em *O Globo* que afirmava: “2016, o ano que já começou: agora só faltam sete [anos] para fazer uma estação de metrô por ano, duplicar as vagas da rede hoteleira, despoluir a Baía e as Lagoas da Barra e construir e reformar trinta e três instalações esportivas” (O Globo, 2009). O clima de otimismo é delineado nos meses seguintes com editoriais com títulos marcantes. As promessas que irão, nos próximos anos, consolidar a construção da ideia de legado olímpico começam a ser apresentadas de forma mais sistemática. A estratégia discursiva do Legado Olímpico começa a se consolidar em 2010, quando Eduardo Paes inaugurou com grande cobertura midiática, o Legadômetro²⁰. Quando já não era possível ou interessante evidenciar ou quantificar os legados ou a ausência deles, o Legadômetro foi simplesmente retirado, mais uma vez, sem sequer uma nota na imprensa.

As críticas em relação à preparação da cidade para as Olimpíadas, reverberadas pelos principais jornais nacionais e internacionais, definem uma nova estratégia midiática da Prefeitura do Rio de Janeiro. A propaganda política desenvolvida pela Prefeitura a partir de 2015 se pautou no *slogan*: “Os três mandamentos da Prefeitura” (Rio de Janeiro, 2015). A peça publicitária destacou o legado para a cidade, a economia de dinheiro público e a entrega das obras, prazo e sem “elefantes brancos” como prioridades da organização dos Jogos Rio 2016. Ao mesmo tempo a prefeitura começou a divulgação dos gastos dos Jogos na Matriz de Responsabilidades e no Plano de Políticas Públicas (Brasil, 2014), que de forma propositadamente vaga e imprecisa, sugeria que a maior parte dos investimentos para a realização dos Jogos Rio 2016 seria proveniente de investimento privado.

No conturbado ano de 2016, além dos Jogos Olímpicos, a crise política e econômica, o impedimento presidencial e as eleições municipais tiveram destaque nos meios de comunicação. A grande mídia já na esteira das denúncias das investigações da Lava-Jato começou a dar destaque às notícias envolvendo empreiteiras e possíveis favorecimentos ilícitos, assim como às críticas ao modelo dos Jogos Olímpicos e ao descumprimento das promessas olímpicas. O modelo de cidade segregador, privilégios para os mais ricos, remoções em massa e militarização do espaço público são abordados, mas de forma geral, principalmente no jornal *O Globo* ainda é bem

20 Com a função de avaliar os impactos de cada obra olímpica sob o aspecto econômico, urbanístico, social e ambiental, o instrumento de “transparência e acompanhamento”, uma espécie de totem, mobiliário urbano instalado em alguns pontos estratégicos da cidade, deveria orientar as intervenções vinculadas aos Jogos Rio 2016. Disponível em: <<http://prefeitura.rio/web/guest/exibeconteudo?id=1197582>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

evidente a defesa do “Legado Olímpico”. Nesse momento, o legado ambiental é considerado a “grande dívida das Olimpíadas” (Soares, 2016), com destaque para a não despoluição da Baía de Guanabara. Alguns editoriais mais críticos questionam o Legado como um todo, afirmando que poucos projetos realizados vão de fato significar melhorias para a cidade.

Com a aproximação dos Jogos Rio 2016, a mídia hegemônica no esforço de forjar o tão esperado e necessário espírito olímpico investe na divulgação de uma visão mais positiva do processo, divulgando artigos em que destaca a confiança do COI de que os Jogos Olímpicos vão unir o país após o impeachment, tema com enorme destaque no momento. Passado o evento, retornamos à crítica às obras de legado olímpico que não saíram do papel ou não ficaram prontas, com destaque à reportagem do *The Guardian* que mostra o “legado do abandono” (Mendes, 2016.) das favelas, e como políticas de auxílio à comunidade foram descontinuadas após as olimpíadas. Assim, 2017, na grande mídia, foi o ano das dívidas, das dúvidas e das investigações. Digna de nota é a guinada de comunicação: se em 2012 as Olimpíadas justificavam tudo (Dias, 2012), em 2017 a crise isenta qualquer coisa (Cosentino; Monteiro, 2017).

3. A CARTOGRAFIA CRÍTICA COMO FERRAMENTA DE LUTA

O critério para estabelecer as prioridades olímpicas pode parecer incógnito de antemão, mas os impactos do Urbanismo de Oportunidades, aquele legitimado pelos megaeventos, permanecem e os (des)legados são evidentes. A ação de territorializar os processos de produção do espaço mediante uma cartografia crítica busca colocar as práticas hegemônicas de planejamento urbano em xeque. A cartografia foi utilizada, historicamente para a demarcação e apropriação de territórios pelo poder dominante, pautado pelos interesses da reprodução do capital (Acselrad, 2010). Desse modo, as distorções e omissões são escolhas políticas e ideológicas que invisibilizam o que não interessa ou é contestatório.²¹

A construção de cartografias alternativas, de outro modo, pode contribuir para a efetivação de direitos e construção do poder popular²². A informação socializada elabora saberes que, concentrados em um mapa, permitem a elaboração de estratégias

21 Ver:<http://www.global.org.br/blog/a-invisibilizacao-da-pobreza-e-dos-pobres-no-rio-olimpico/>
Acesso em: 13 mar. 2017.

22 A experiência do Mapa dos Jogos da Exclusão, que reuniu todos os impactos da preparação dos Jogos Olímpicos sobre a cidade, precisa ser destacada aqui como inspiradora e potente.

de resistência. Nessa perspectiva, apresentamos em seguida a *Cartografia Crítica do (Des)Legado Olímpico*, uma ferramenta concebida para a apropriação e a reconstrução coletiva, além de constituir um suporte para a visibilização e confrontação das práticas de planejamento urbano hegemônicas (Risler; Ares, 2013).

As informações apresentadas nos cartogramas a seguir foram organizadas a partir da leitura crítica do Dossiê de Candidatura (BRASIL, 2009, v. 1; 2009, v. 2 e 2009, v. c) e sua confrontação com o Caderno de Políticas Públicas²³ (Brasil, 2014) e com os relatórios divulgados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) e Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCM-RJ). A alteração deliberada das nomenclaturas dos equipamentos olímpicos e as notícias propositalmente desconstruídas veiculadas sistematicamente, tornaram a tarefa desafiadora.

O critério para definição das intervenções analisadas foi sua apresentação no Dossiê de Candidatura (Brasil, 2009) e/ou no Caderno de Políticas Públicas (Brasil, 2014). Para cada uma das intervenções olímpicas levantamos, com o intuito de obter um panorama geral do processo de preparação do Rio de Janeiro para as Olimpíadas Rio 2016, as seguintes informações: (I) descrição da intervenção; (II) destinação no “modo legado” quando foi o caso; (III) localização georreferenciada; (IV) gestão prevista e efetivada; (V) gastos previstos e finais; (VI) fonte dos recursos do financiamento (municipal, estadual, federal ou privado); (VII) empresa responsável pela execução; (VIII) as remoções forçadas e (IX) as manifestações públicas contrárias a cada uma das intervenções olímpicas. A sistematização dessas informações subsidiou a produção da *Cartografia Crítica do (Des)Legado Olímpico*.

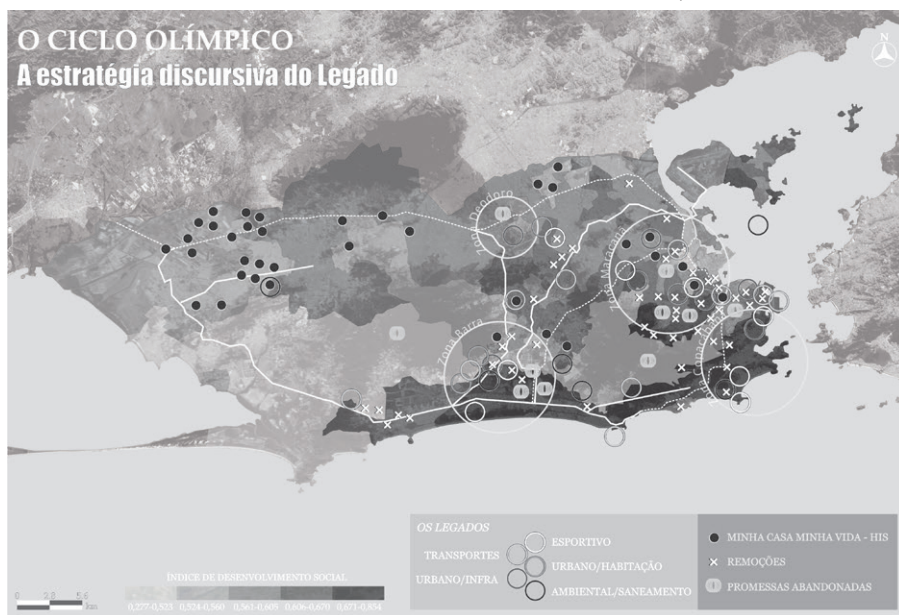
O cartograma *A Estratégia Discursiva do Legado* (Figura 12) busca em primeiro lugar evidenciar como a definição das Zonas Olímpicas priorizou regiões infraestruturadas e com maior Índice de Desenvolvimento Social (IDS),²⁴ removeu diversas comunidades,²⁵ e reassentou seus moradores em conjuntos habitacionais construídos no extremo oeste da cidade (Cosentino; Monteiro, 2017). Os “legados olímpicos” correspondem às intervenções presentes na Matriz de Responsabilidades e no Plano de Políticas Públicas dos Jogos Rio 2016.

23 Documento que detalha as obras e intervenções da Matriz de Responsabilidades e do Plano de Políticas Públicas.

24 O IDS foi inspirado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), incluindo outras dimensões que caracterizam o aspecto urbano. Cf.: Cavallieri; Lopes, 2008

25 As remoções atingiram pelo menos 20.299 famílias. Cf.: Faulhaber; Azevedo, 2015.

FIGURA 12: CARTOGRAMA QUE TERRITORIALIZA OS PROJETOS OLÍMPICOS, AS REMOÇÕES E OS EMPREENDIMENTOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.



FORNTE: ELABORADA PELA AUTORA POLIANA MONTEIRO.

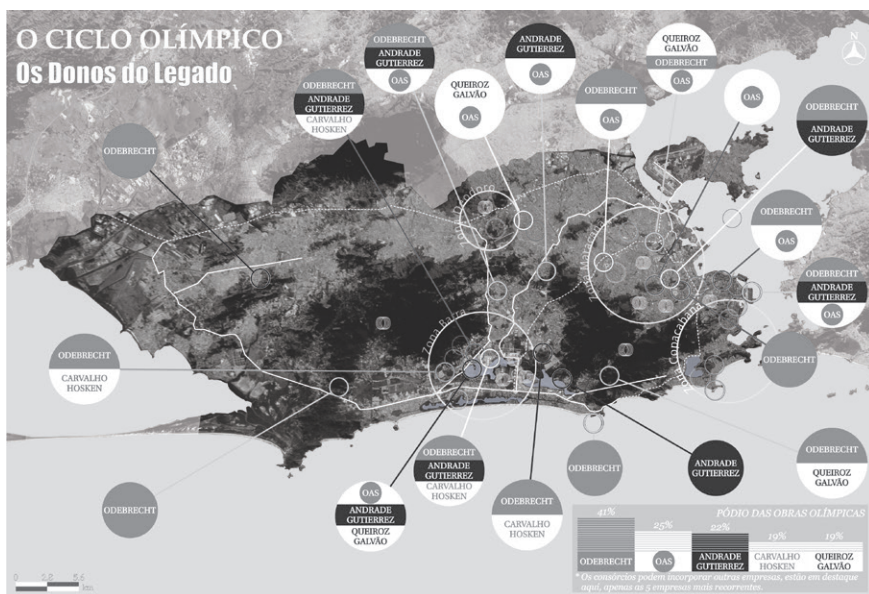
Em segundo plano, mas não menos importante, o cartograma pretende incitar a reflexão acerca da mídia como um poderoso agente da estratégia discursiva do legado, de forma a alcançar os cidadãos cariocas, inclusive por meio de constantes editoriais patrocinados por agentes do ambiente construído.

A falta de participação popular e a ausência dos mecanismos democráticos de gestão da cidade foram marcas do período olímpico. Com um consenso forjado, o Rio Olímpico deveria ser apresentado como uma cidade competitiva e unificada em torno do projeto. Assim, concebido sob a premissa do consenso, o Dossiê de Candidatura (Brasil, 2009, v. 1, p. 60) afirmava que “o projeto de sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 no Rio de Janeiro não enfrenta qualquer oposição pública organizada”. O cartograma *Resistência na Cidade Olímpica* (Figura 13) territorializa a ação dos diversos movimentos e articulações,²⁶ que lutaram contra as remoções, as privatizações, os danos ambientais, a militarização e as intervenções urbanas autoritárias e excludentes. O levantamento das informações sobre os dezenove movimentos de resistência mais relevantes no período

²⁶ É preciso apontar a atuação do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas na articulação e concepção de diversos das ações aqui representadas.

destacar as principais empresas que participaram das obras olímpicas. A partir desse exercício de especialização foi formado o pódio dos Jogos Rio 2016. A Odebrecht desponta em primeiro lugar, seguida pela OAS, Andrade Gutierrez, Carvalho Hosken e Queiroz Galvão, em práticas que sugerem formação de cartel (Belisário, 2016).

FIGURA 14: CARTOGRAMA QUE IDENTIFICA AS PRINCIPAIS EMPREITEIRAS RESPONSÁVEIS PELOS PROJETOS OLÍMPICOS.



FORNE: ELABORADA PELA AUTORA POLIANA MONTEIRO.

Além da estratégia discursiva do legado olímpico a retórica sobre os investimentos privados foi fundamental para legitimar o processo. O cartograma *Os Investimentos Privados?* (Figura 15) destaca as diversas manobras utilizadas para contabilizar empréstimos de bancos públicos e pagamentos com terra pública como capital privado. As intervenções integram o Plano de Políticas Públicas e a Matriz de Responsabilidades (Brasil, 2014) e foram divulgadas de forma vaga e imprecisa.

FIGURA 15: CARTOGRAMA QUE IDENTIFICA A REAL FONTE DE RECURSOS DOS PROJETOS OLÍMPICOS QUE O PODER PÚBLICO AFIRMOU SEREM INVESTIMENTOS PRIVADOS.



FONTE: ELABORADA PELA AUTORA POLIANA MONTEIRO.

A adoção das Parcerias Público-Privadas (PPPs) e concessões, legitimada pelo discurso falacioso de que, graças às Olimpíadas, a cidade obteria grandes ganhos com poucos gastos, foi uma das marcas do Rio Olímpico. As PPPs envolveram repasses de terra pública a empresas, bancos públicos financiando negócios especulativos, isenções fiscais a grandes empresas e flexibilização de leis urbanísticas que possibilitaram lucros privados que, por sua vez, caracterizam danos ao erário público. Vale comentar que a degradação do meio ambiente também marca a parceria, como o desmatamento de cinquenta e oito mil metros quadrados da Área de Preservação de Marapendi para a construção do Golfe Olímpico (Magalhães, 2012). A retórica acerca dos investimentos privados foi utilizada de forma recorrente por Eduardo Paes que, em diversas ocasiões, afirmou que “quase 60% do custo das Olimpíada serão de recursos privados” (Barreira, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob a alegação de que não há recursos para tudo, obras fundamentais foram deixadas de lado. A despoluição da Baía de Guanabara, que beneficiaria não só a cidade do Rio de Janeiro mas todos os municípios banhados por suas águas na região metropolitana,

foi abandonada. A urbanização de favelas também ficou só na promessa. A construção da primeira fase da linha 3 do metrô, de São Gonçalo a Niterói, que atenderia os trabalhadores da maior cidade da região metropolitana depois da capital, São Gonçalo, também foi abandonada. Os impactos para a população de baixa renda foram além da falta de investimentos. Os conjuntos habitacionais financiados pelo programa federal Minha Casa Minha Vida, que deveriam suprir o déficit habitacional da cidade, serviram quase que majoritariamente para reassentar a população removida do período.

Além disso, mesmo com o fim dos megaeventos, as ameaças de remoção permanecem. O Plano Estratégico do prefeito Marcelo Crivella (2017-2020) coloca sob ameaça de remoção mais de quatorze mil famílias, utilizando o argumento do risco geotécnico (Cosentino; Monteiro, 2017). Assim, os processos de mercantilização da cidade seguem em curso, não mais acionando os símbolos da modernização promovida pelos grandes eventos esportivos, mas agora como necessários para a superação da crise econômica. O Rio Pós-Olímpico é no final desse processo uma cidade mais desigual. Deste modo, o planejamento estratégico que para forjar um consenso banuiu a política e a participação, entrega uma cidade pauperizada e violenta, incapaz de competir no mercado global de cidades. Nesse período pós-Jogos, sem dúvida, não resta apenas o sentimento de crise (Vainer, 2002), mas uma crise — econômica, política, social e de representatividade — efetiva.

Como apontam alguns autores, a produção do consenso é a nova revolução na “arte da democracia”. Em um cenário social e econômico catastrófico é preciso desviar a atenção da população, que preferencialmente deve estar assustada, apática, passiva e permanentemente marginalizada (Chomsky, 1997). No Rio de Janeiro, a crise política, econômica e social que se instaurou em 2016 passa pelo decreto que instituiu o Estado de Calamidade e, posteriormente, por uma situação de violência supostamente generalizada, que culminou na Intervenção Militar. Nesta conjuntura, a população assustada segue distraída com as necessidades primárias de subsistência, a população marginalizada segue absorta na tentativa de sobreviver: “a lógica é cristalina. A propaganda política está para uma democracia assim como o porrete está para um Estado totalitário” (Chomsky, 2013, p. 21). Assim, a curto prazo, o objetivo foi alcançado, e desde 2016, no Rio de Janeiro, caminhamos por ruas nas quais homens com fardas camufladas (próprias para a selva) portam ostensivamente metralhadoras. Mas há também resistência e a batalha permanente se evidencia cotidianamente nos meios de comunicação, com agentes que emergem das ruas e bairros mais diretamente afetados pelo sonho olímpico.

REFERÊNCIAS

- ANDRADA, Mário. Mario Andrada: legado esportivo da Rio-2016 é secundário [depoimento]. **UOL**, Rio de Janeiro, 24 fev. 2017. Vídeos. Disponível em: <https://olimpiadas.uol.com.br/videos/?id=mario-andrada-legado-esportivo-da-rio2016-e-secundario-04020D9C396ED0896326> Acesso em: 12 nov. 2017.
- ACSELRAD, Henri. **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. 2. ed. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2012.
- BARREIRA, Gabriel. Quase 60 % do custo das Olimpíadas serão de recursos privados, diz Paes: prefeito diz que, pelo “legado”, gostaria das Olimpíadas de dois em dois anos. **G1**, Rio de Janeiro, 16 abr. 2014. Rio. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/04/rio-apresenta-plano-para-populacao-cobrar-o-que-falta-para-olimpiadas.html> Acesso em: 30 ago. 2017.
- BELISÁRIO, Adriano. Documento da Lava Jato sugere cartel na Olimpíada. **Agência Pública**, Rio de Janeiro, 29 abr. 2016. Disponível em: <https://apublica.org/2016/04/documento-da-lava-jato-sugere-cartel-na-olimpiada/> Acesso em: 24 set. 2020.
- BORTOLOTTI, Marcelo. Por que a Baía de Guanabara continua poluída nos Jogos Olímpicos? **Época**, Rio de Janeiro, 14 ago. 2016. Olimpíadas. Disponível em: <http://epoca.globo.com/esporte/olimpiadas/noticia/2016/08/por-que-baia-de-guanabara-continua-poluida-nos-jogos-olimpicos.html> Acesso em: 06 jul. 2017.
- BOTTARI, Elenilce. Paes: Olimpíada é “uma oportunidade perdida”. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 jul. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/paes-olimpiada-uma-oportunidade-perdida-19686733> Acesso em: 01 jul. 2017.
- BRASIL. **Dossiê de Candidatura**. Rio 2016, Cidade Candidata. Brasília, 2009. 3. v.
- BRASIL. **Caderno de Políticas Públicas**: Rio 2016 – Olimpíadas e Legado, Brasília, 2014.
- CARNEIRO, Júlia Dias. Olimpíada é ‘desculpa fantástica’ para mudar o Rio, diz prefeito. **BBC Brasil**, Rio de Janeiro, 9 mar. 2012. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/03/120308_eduardo_paes_entrevista_jc. Acesso em: 24 set. 2020.
- CAVALLIERI, Fernando; LOPES, Gustavo. **Índice de desenvolvimento social – IDS**: comparando as realidades micro-urbanas da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Coleção Estudos Cariocas, 2008.
- CHOMSKY, Noam. **Mídia**: propaganda política e manipulação. Tradução: Fernando Santos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- COMITÊ POPULAR RIO. **Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro**: Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, maio de 2013. Disponível em: https://comitepopulario.files.wordpress.com/2013/05/dossie_comitepopularcomparj_2013.pdf Acesso em: 24 set. 2020.

COSENTINO, Renato. Olimpíadas da Barra da Tijuca 2016: a construção de uma nova centralidade no Rio de Janeiro. *In*: Vainer, Carlos; BROUDEHOUS, Anne Marie; SÁNCHEZ, Fernanda; OLIVEIRA, Fabricio (Orgs.). **Os Megaeventos e a Cidade: Perspectivas Críticas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

COSENTINO, Renato; MONTEIRO, Poliana. **Rio 2016**: projeto, orçamento e (des)legados olímpicos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2017.

DIAS, Roberto. Imagina depois da Copa. **Folha de São Paulo**. Opinião. São Paulo, 20 out. 2012. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br/fsp/opinia0/72972-imagina-depois-da-copa.shtml> Acesso em: 15 set. 2015.

FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. **SMH 2016**: remoções no Rio de Janeiro Olímpico. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

KONCHINSKI, Vinicius. RJ prometeu 34 milhões de árvores para Rio-2016. Deve plantar 8 milhões. **UOL**, Rio de Janeiro, 25 maio 2015. Olimpíadas. Disponível em: <https://olimpiadas.uol.com.br/noticias/2015/05/22/rj-prometeu-plantar-34-mi-de-arvores-para-rio-2016-deve-plantar-8-mi.htm> Acesso em: 02 jul. 2017.

MAGALHÃES, Luiz Ernesto. Câmara vota projeto que exclui área do Parque de Marapendi: mudança permitirá construção de campo de golfe para os Jogos de 2016 na Barra. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 dez. 2012. Disponível: <https://oglobo.globo.com/rio/camara-vota-projeto-que-exclui-area-do-parque-de-marapendi-7107158>. Acesso em: 23 ago. 2018.

MARQUES, Maria Sílvia Bastos. Maria Sílvia Bastos Marques: depoimento. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 jan. 2011. Rio. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/o-legado-jatangivel-real-3355615> Acesso em: 02 jul. 2017.

MENDES, Daiene. A visão das favelas: “Para nós, o legado é de abandono, indiferença e corrupção”. **The Guardian**, Rio de Janeiro, 27dez. 2016. <https://www.theguardian.com/global-development/2016/dec/27/jogos-olimpicos-do-rio-a-visao-das-favelas-para-nos-o-legado-e-do-abandono-indiferenca-e-corrupcao> Acesso em: 02 jul. 2017.

OLIVEIRA, Nelma. Sports mega-events and the rhetoric of “legacy”: how an accounting operation became discourse. *In*: VAINER, Carlos *et al.*. **Mega-events and the city: critical perspectives**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 167-193.

O GLOBO. 2016, o Ano Já Começou. **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 out. 2009. Disponível em: http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/bitstream/123456789/220/1/2009_10_03_O_Globo_%202016_o_ano_que_jacome%3%a7ou.pdf. Acesso em: 30 ago. 2017.

PINTO, João Roberto Lopes; NASRA, Lucas; SANTOS, S. **Quem são os donos da educação e da cultura no Rio de Janeiro?** Os contratos entre a Fundação Roberto Marinho e a Prefeitura. Rio de Janeiro: ECOPOL-UNIRIO; PEIC-UFRJ, 2016.

RIBAS, Tiago. Rio-2016 terá legado melhor que o de Barcelona, diz Eduardo Paes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 mar. 2015. Esporte. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/esporte/2015/03/1603329-prefeito-eduardo-paes-diz-que-olimpiada-ajudara-o-rio-de-janeiro.shtml>. Acesso em: 01 jul. 2017.

RIO DE JANEIRO (cidade). Prefeitura apresenta Plano de Legado dos Parques Olímpico e Radical. **Rio – Prefeitura**, Rio de Janeiro, 29 jul. 2015. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=5492328>. Acesso em: 21 mar. 2017.

RISLER, Julia; ARES, Pablo. **Manual de mapeo colectivo**: recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013

SÁNCHEZ, Fernanda; BIENENSTEIN, Glauco; OLIVEIRA, Fabricio. Olimpíadas 2016: um balanço de véspera. **Revista ADVIR**, ASDUERJ, n. 35, Rio de Janeiro, 2016.

SEGALLA, Amauri; LOBATO, Eliane. A olimpíada nos deixa como legado a esperança. **Isto é**, Rio de Janeiro, 19 ago. 2016. Comportamento. Disponível em: <https://istoe.com.br/o-brasil-sonhou-alto-e-atingiu-grandes-metas/> Acesso em: 01 jul. 2017.

SOARES, Lucas. Legado ambiental, a grande dívida da Olimpíada do Rio. **CBN**, Rio de Janeiro, 2 jul. 2016. Rio 2016. Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/grandescoberturas/rio-2016/2016/07/02/LEGADO-AMBIENTAL-A-GRANDE-DIVIDA-DA-OLIMPIADA-DO-RIO.htm>. Acesso: 23 out. 2016.

VAINER, Carlos. Pátria, Empresa e Mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. *In*: VAINER, Carlos; ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 3. ed., Petrópolis: Vozes, 2002. p. 75-103.

VAINER, Carlos. *et al.* (orgs.). **Os Megaeventos e a Cidade**: perspectivas críticas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

WATTS, Jonathan. O empresário carioca na esperança de um bilionário legado olímpico. **The Guardian**, Rio de Janeiro, 12 ago. 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/sport/2015/aug/12/o-empresario-carioca-na-esperanca-de-um-legado-olimpico-proprio-de-bilhoes> Acesso em: 24 set. 2020.

URBANIZAÇÃO DE RIO DAS PEDRAS: POR QUE UMA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA?

GLAUCO BIENENSTEIN

DANIEL MENDES MESQUITA DE SOUSA

REGINA BIENENSTEIN

1. OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS: NOTAS INTRODUTÓRIAS

As Operações Urbanas Consorciadas têm sua origem e começaram a ser utilizadas na década de 1970, concomitantemente nos EUA e na Europa, a partir da reestruturação produtiva que impulsionou o aumento do desemprego, a menor arrecadação do Estado e o alto custo do Estado-Providência e a crise-fiscal que se estabeleceu a partir de então (Ferreira; Maricato, 2002, p. 3).

Em outras palavras, este instrumento está alinhado ao avanço do ideário neoliberal, que promoveu o desmonte do Estado, trazendo constrangimentos financeiros às cidades, reforçando a flexibilização das legislações urbanas e passando a compreender a gestão da cidade nos moldes empresariais. Nesse sentido, as Operações Urbanas vêm contribuindo para que as cidades, cada vez mais, tenham “como horizonte o mercado, [e para] tomarem decisões a partir das informações e expectativas geradas no e pelo mercado” (Vainer, 2000, p. 86).

Tem sido comum, na maioria das experiências das Operações Urbanas internacionais, a aplicação de algumas ações alinhadas a estas iniciativas. Entre elas podemos citar: a desregulamentação do uso e ocupação do solo, que induz um processo de gentrificação; as parcerias público-privadas, como forma de captação recursos, e a perda do controle da gestão do território, apontando para um processo de privatização ou “venda da cidade”.

As cidades brasileiras carregam grande passivo histórico, uma grande desigualdade social, uma das maiores da América Latina e do mundo, características derivadas de um Estado patrimonialista onde impera a universalização do clientelismo (cf. Santos, 1978). As cidades foram produzidas por uma força de trabalho barata, segregada e excluída da cidade legal. Assim como vivemos a industrialização dos baixos salários, podemos dizer que vivemos a urbanização dos baixos salários. A melhoria desses bairros é fonte inesgotável do velho clientelismo político: troca-se por votos a pavimentação de uma rua, a iluminação pública, uma unidade de saúde, uma linha de ônibus, etc. (Maricato, 2015, p. 33).

É justamente no curso do desenvolvimento desse cenário que essas propostas de parcerias público-privadas foram incorporadas à legislação e ao planejamento da cidade. Esse processo não ocorreu sem suas contradições no curso das notáveis transformações por que passou o território brasileiro.

A partir da Constituição de 1988, como resultado de lutas sociais identificadas com a reabertura política e ampliação da participação social, foi aprovado em 2001, o Estatuto da Cidade, que tornou obrigatória a gestão urbana democrática e normatizou diversos instrumentos de política urbana. Abriu-se assim, a possibilidade de práticas que incorporam propostas de criação de canais institucionais de participação direta na gestão urbana. Referendo, plebiscito, iniciativa popular e conselhos populares compõem esse conjunto de instrumentos (Bienenstein, 2001, p. 67-70).

Nesse sentido, o Estatuto aparece assinalando o surgimento de novas disputas no campo das cidades, expressas em várias frentes, uma delas no campo da recuperação de mais-valias urbanas, materializada nas propostas de Operações Urbanas Consorciadas (OUC) e na Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC).

A Operação Urbana é instituída por uma lei municipal específica, baseada no Plano Diretor, onde deverá ser delimitada a área para a aplicação de um:

conjunto de intervenções coordenadas pelo Poder Público, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental (Brasil, 2001, art. 32, p. 30).

Soma-se a isto, o artigo 33, do Estatuto da Cidade, que regulamenta as Operações Urbanas, impondo as seguintes exigências para sua aprovação:

1 – Definição da área a ser atingida; 2 – Programa básico de ocupação da área; 3 – Programa de atendimento econômico e social para a população, diretamente afetada pela operação; 4 – Finalidades da operação; 5 – Estudo prévio de impacto de vizinhança; 6 – Contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função da utilização dos benefícios previstos; 7 – Forma de controle da operação, obrigatoriamente compartilhado com representação da sociedade civil (Brasil, 2001, art. 33 p. 30).

Outra possibilidade para a Operação Urbana é a emissão pelo município de uma quantidade determinada de Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC), que serão alienados em leilão ou utilizados diretamente no pagamento das obras necessárias à própria operação (Brasil, 2001, art. 34, p. 31).

Os CEPACs são títulos mobiliários, regulados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que podem ser negociados no mercado. Correspondem à contrapartida dos

proprietários, usuários permanentes ou investidores adquirentes do potencial adicional de construção. O título desvincula a posse do terreno do potencial construtivo, ou seja, do direito adicional de construir já que qualquer um pode comprar o título, independentemente de ter ou não um lote, gerando um novo tipo de especulação imobiliária financeirizada.

O instrumento da OUC surge como alternativa para gestões municipais submetidas a estrangulamentos financeiros, transformando-se numa espécie de “fórmula mágica” (Fix, 2001), numa “janela de oportunidades” que não pode ser desperdiçada. São Paulo, há mais de duas décadas, vem convivendo com a implantação dessas operações, e o Rio de Janeiro estrutura a OUC do Porto Maravilha, entre outras propostas.

Na próxima parte realizam-se alguns apontamentos a cerca de duas experiências já realizadas, a saber: Porto Maravilha no Rio de Janeiro e Água Branca em São Paulo, pois já é possível extrair diversos resultados e tendências. Na terceira e última parte, o presente trabalho pretende, também num nível preliminar, refletir sobre a adoção do instrumento “Operação Urbana” na comunidade de Rio das Pedras, no Rio de Janeiro, bem como vem se dando a organização da população no que diz respeito ao enfrentamento dos possíveis constrangimentos decorrentes de tal iniciativa.

2. OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS: ESTUDO DE CASOS

2.1 NOTAS SOBRE A OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA PORTO MARAVILHA

A OUC do Porto Maravilha tem uma área que abrange, aproximadamente, cinco milhões de metros quadrados, correspondentes aos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, além de trechos de São Cristóvão, Centro e Cidade Nova. De acordo com a Lei n.º 101/2009, o término da OUCP/RJ ocorrerá quando as intervenções previstas no Programa Básico da Ocupação estiverem concluídas, no prazo máximo de trinta anos.

O artigo 2º da Lei n. 101/2009, define os seguintes princípios e diretrizes da Operação do Porto Maravilha:

- (i) priorização do transporte coletivo sobre o individual; (ii) valorização da paisagem urbana, do ambiente urbano e do patrimônio cultural material e imaterial; (iii) atendimento econômico e social da população diretamente afetada pela Operação; (iv) promoção do adequado aproveitamento dos vazios urbanos ou terrenos subutilizados ou ociosos; (v) integração da área com a Área Central e estímulo ao uso residencial; (vi) transparência do processo decisório e controle com representação da sociedade civil e (vii) apoio da regularização fundiária urbana nos imóveis de interesse social.

Destaca-se que esta lei não estabeleceu os mecanismos para concretizar todos os seus princípios e diretrizes. Por exemplo, os critérios de sustentabilidade ambiental

das novas edificações, previstos no artigo 28, exigem regulamentação posterior (Diniz, 2014, p. 79). No que diz respeito a promoção da habitação de interesse social e à regularização fundiária em uma região de bairros populares e ocupações, com demandas históricas por melhorias habitacionais e urbanas, os princípios e diretrizes não encontram equivalência prática e observância legal no Programa Básico da OUC, uma vez que o mesmo apenas define um conjunto de intervenções físicas de obras e projetos viários e de infraestrutura urbana, sem qualquer previsão de componente ou programa claramente definido e orientado para a produção de habitação de interesse social, através do aproveitamento dos vazios urbanos existentes na área de intervenção, notadamente dos imóveis e terrenos públicos. Da mesma forma, não são previstas ações de recuperação e regularização de imóveis ocupados por população de baixa renda na região (Cardoso l., 2013, p. 72, *apud* Diniz, 2014, p. 79).

Contudo, dentre outras medidas e, em acordo com o Estatuto da Cidade, foi definido que a contrapartida dos proprietários e investidores seriam os CEPACs. O artigo 37, da Lei n. 101/2009, autorizou a emissão de 6.436.022 CEPACs. O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes afirma que:

a Operação Urbana Consorciada, possibilita aos municípios captarem recursos privados para a recuperação de áreas degradadas. Todo novo empreendimento imobiliário na região portuária que necessite ultrapassar um padrão mínimo de gabarito terá a obrigação de recolher recursos proporcionais ao investimento desejado por meio da compra de títulos emitidos pelo Município (Paes, 2011, p. 6, *apud* Diniz, 2014, p. 84).

A ideia de lançar este projeto, como afirma Diniz (2014, p. 90), reforçado pelo *slogan* “O Sonho Tornado Realidade”, indica relações de continuidade. Mas, ao mesmo tempo, evidencia uma ruptura discursiva. Trata-se da tentativa de diferenciação, em oposição aos fracassos de planos de renovação anteriores. Nos discursos sobre o Porto Maravilha há uma tensão entre o passado e o presente, que se transforma em *marketing* político.

A conjuntura econômica do país e do Rio de Janeiro permitiu a existência dos recursos necessários à realização das intervenções. Além disso, como determinante da viabilização do Porto Maravilha pode-se destacar a hegemonia do bloco de poder que sustenta o prefeito Eduardo Paes.

Em 23 de novembro de 2009, mesmo sem nenhuma contrapartida social, a OUC é aprovada pela Câmara Municipal. No leilão dos certificados da Operação Urbana Porto Maravilha, os CEPACs são todos comprados pelo Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha (FIIPM) da Caixa Econômica Federal, por R\$ 3,5 bilhões.

Foram vendidos 6,4 milhões de CEPACs, cada um deles por R\$ 545,00. Cabe destacar que os CEPACs foram lastreados por terrenos públicos, principalmente do governo federal, que estão na área da Operação.

Essas terras foram “vendidas” para a prefeitura do Rio de Janeiro, a partir de avaliações feitas pela própria Caixa Econômica que, agora, busca vender os CEPACs no Mercado Imobiliário para construtoras interessadas em construir na região. Ou seja, como ressaltou Rolnik (2011), “estamos diante de uma operação imobiliária executada por empresas privadas, mas financiada, de forma engenhosa, com recursos públicos em terrenos públicos”.

Cavalcanti (2011, p. 8) destaca uma reflexão importante sob a questão habitacional nos imóveis da união, pois o argumento da Secretaria Municipal de Habitação é de que as comunidades e ocupações existentes nessas áreas “descaracterizariam” e até mesmo “desvalorizariam” o entorno, manifestando-se claramente a favor de despejos e remoções nestes imóveis, sendo que alguns desses imóveis já eram verdadeiros territórios dos movimentos sociais constituídos há décadas.

Em 2010, a partir de processo licitatório, com a concessão administrativa para o Consórcio Porto Novo formado pelas empresas OAS, Odebrecht e Carioca Engenharia, é criada a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP) para administrar a região da parceria público-privada.

Entretanto, conforme apontado pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro (2014, p. 21), os resultados do processo de remoções no Centro do Rio de Janeiro já podem ser sentidos: até 2014, 4.772 famílias foram removidas no Centro da cidade do Rio de Janeiro, totalizando cerca de 16.700 pessoas nas 29 comunidades mapeadas por este Comitê. Destas, 3.507 famílias, 12.275 pessoas de 24 comunidades, foram removidas por obras e projetos ligados diretamente aos megaeventos esportivos e outras 4.916 famílias de 16 comunidades estão sob a ameaça de remoção. Parte dessas remoções aconteceu na região do Porto Maravilha e seu entorno: Morro da Providência, Ocupação Machado de Assis (Gamboa), ocupações na Rua do Livramento, Ocupação Flor do Asfalto, Ocupação Quilombo das Guerreiras (Av. Francisco Bicalho), Ocupação Zumbi dos Palmares (Av. Venezuela), Ocupação Carlos Marighella (Rua Riachuelo, 48) e Ocupação Casarão Azul (Rua Rodrigues Alves, 143), totalizando 1.827 famílias removidas.

Portanto, segundo, Bienenstein R. *et al.*, (2014, p. 7), a OUC do Porto Maravilha vem se constituindo como um passo importante na direção de uma cidade que não mais representaria a possibilidade de uma gestão urbana calcada no ideário do “desenvolvimento e igualdade”, mas sim, que atenderia aos novos tempos do capitalismo financeiro e globalizado, ou seja, “desenvolvimento e competitividade.”

O projeto Porto Maravilha tem levado o processo urbano em direção ao que Agamben (2004) nomeou de *Estado de Exceção*. Em resumo, este caso de renovação urbana, aqui discutido, pode ser definido como um estado em que: (a) há a criação de estruturas judiciais para lidar com as limitações que têm surgido a partir da resistência popular contra tais iniciativas, especialmente em um cenário de enormes desigualdades sociais como o Brasil e (b) procuram-se maneiras de implementar este tipo de grande projeto urbano o mais rápido possível, a fim de lidar com a situação de emergência que exige o modelo contemporâneo de produção de riqueza.

A revitalização urbana não parece estar pensada a partir da demanda participativa da população, mas se subordinando ao interesse do mercado e aos seus projetos de cidade. Como as prefeituras precisam de recursos financeiros, buscarão *multiplicar ao máximo as operações urbanas, de forma a institucionalizar a especulação imobiliária* (Fix, 2001, p. 5, grifo nosso), estabelecendo-a como elemento motivador da renovação urbana, como acontece hoje na cidade de São Paulo e começa a acontecer na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Observa-se, nesse tipo de operação, que o Estado vem intervindo e assumindo os riscos do setor privado. Isto evidencia que, apesar das declaradas restrições financeiras que têm justificado a adoção das OUCs e os raros investimentos nas áreas que realmente necessitam, os recursos públicos têm estado disponíveis para dar suporte para a realização dessas operações (Fix, 2001, p. 80), cenário que tenderá a ficar prejudicado com o acirramento da crise econômica.

Soma-se a isso o fato das áreas, objeto de Operações Urbanas, serem escolhidas pelo potencial econômico que podem oferecer e tudo que não lhe atribui valor ser descartado, já que é visto como fator de desvalorização dos CEPACs. Com este recorte da área, os recursos arrecadados com tais Certificados têm servido para investimentos públicos essencialmente nas áreas de interesses privados do mercado, obedecendo ao pré-requisito estabelecido no Estatuto da Cidade que, como já foi visto, exige a utilização dos recursos arrecadados na própria área da Operação.

2.2 NOTAS SOBRE A OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA ÁGUA BRANCA

Criada pela Lei n.º 11.774, de 18 de maio de 1995, a Operação Urbana Consorciada Água Branca abrange parte dos bairros da Água Branca, Perdizes e Barra Funda e prevê a revitalização de uma parte da área central de São Paulo. Foi revisada em 2013, com o intuito de adequá-la ao Estatuto da Cidade e ao Plano Diretor Estratégico. Esta revisão foi aprovada na Câmara dos Vereadores, dando origem à Lei n. 15.893/2013.

Com fácil acesso, essa região tem boa infraestrutura de transportes, sendo privilegiada pela proximidade das rodovias Castelo Branco, Anhanguera, Bandeirantes e do terminal metrô-rodo-ferroviário da Barra Funda. O objetivo estratégico desta Operação Urbana é promover o desenvolvimento da região. Os objetivos específicos desta Operação Urbana são os seguintes: (a) implantar um conjunto de melhoramentos viários, visando ligações de longo percurso e a reestruturação do viário local, hoje fragmentado; (b) melhorar os sistemas de macro e micro drenagem para diminuir os problemas de inundação, ocasionados pela deficiência das redes e galerias existentes; (c) implantar espaços públicos; e (d) implantar equipamentos de interesse da comunidade.

A proposta foi elaborada considerando a lógica do Plano Diretor e reservando áreas para habitação de interesse social, além de destinar 22 % dos recursos arrecadados pela venda de CEPACs para a construção de habitação de interesse social (Sousa, 2017).

O projeto prevê ainda a realização de obras de reurbanização em quinze favelas e estabelece um perímetro expandido, que permite aplicação de recursos em uma área maior que a da Operação, além de instituir um Conselho Gestor, composto de forma paritária. São nove representantes do poder público municipal e outros nove da sociedade civil, dentre os quais moradores da área da Operação Urbana e representantes de movimentos de moradia, de organizações não governamentais, de entidades profissionais e acadêmicas e do setor empresarial, com ampliação da participação da comunidade e com maior controle social na utilização dos recursos.

Na revisão da OUCAB foram incluídas também intervenções previstas no Plano de Metas da Prefeitura, como é o caso da Ponte Raimundo Pereira de Magalhães, situada fora do perímetro imediato da operação, mas a primeira obra a ser implantada. No entanto, famílias removidas em 2007 e 2008, que recebem apenas aluguel social, continuam aguardando desde então, as novas moradias que, conforme aponta Santoro, eram “tidas como prioritárias desde 1995, mas que sequer possui um projeto” (Santoro; Lima; Mendonça, 2015, p. 1).

Se por um lado a revisão trouxe inovações, como as diferentes intervenções já citadas (não apenas viárias), por outro, manteve para o mercado, as mesmas possíveis liberalidades das parcerias público-privadas criticadas pela literatura, no âmbito de processos denominadas de *empresariamento* (Harvey, 2014), em uma alteração do papel do Estado no planejamento e na gestão urbana, substituído pela fórmula das PPPs. Confirmando essa avaliação, a Operação prevê a possibilidade de serem constituídos fundos de investimento imobiliários, que podem paulatinamente permitir a transformação da terra em ativos financeiros, inclusive com a possibilidade de que estes venham a bancar as desapropriações, desde que solicitadas pela empresa pública.

Em março de 2015, foi marcado o primeiro leilão e na ocasião foram colocados à venda 50 mil CEPACs residenciais (CEPAC-R), com valor mínimo de R\$ 1.548,00, e 8 mil CEPACs não residenciais (CEPAC-nR), no valor mínimo de R\$ 1.769,00. O total de arrecadação, supondo-se que todos os títulos fossem vendidos a preço mínimo, seria de R\$ 91.552.000,00. Esses recursos deveriam financiar, a primeira leva de intervenções votadas como prioritárias pelo Grupo de Gestão da operação, entre elas, obras de reurbanização de favelas e produção de HIS, drenagem de córrego, um parque linear, algumas obras viárias, incluindo um corredor de ônibus sentido noroeste e uma ponte, além da realização de inventário de patrimônio público e de uma série de equipamentos sociais, com um custo total de aproximadamente R\$ 1,3 bilhão, que deveria ser arrecadado com a venda de um total de 750 mil CEPACs (650 mil CEPACs-R e 100 mil CEPACs-nR).

Entretanto, o que de fato ocorreu no leilão que a Bovespa realizou foi o registro de apenas 10 transações, com 6 mil títulos residenciais pelo preço original. Nenhum CEPAC não residencial foi vendido e o total arrecadado ficou em cerca de R\$ 9,3 milhões, apenas 9 % do previsto.

Santoro, Lima & Mendonça (2015), avaliaram um dos impasses gerado por esse processo: por um lado, a possibilidade de convocar o mercado para financiar a produção da cidade e as transformações urbanas necessárias é altamente atrativa para as administrações municipais; por outro lado, a dependência diretamente do mercado e, mais do que isso, de uma situação de mercado “aquecido” fazem com que a Operação corra o risco de ser paralisada, podendo resultar, então, em desgaste político para a administração e para todos os envolvidos na renovação.

A OUC Água Branca se diferencia das demais operações por não possuir a ênfase na realização de obras viárias, mas precisa ainda iniciar a reestruturação espacial esperada, em um plano de ação que privilegie renovação de padrões urbanísticos, por meio da oferta de espaços públicos, produção de HIS em áreas bem localizadas com melhorias ambientais, em um território com diversidade social.

Portanto, um dos maiores desafios das Operações Urbanas é começar a fazer essa reestruturação espacial em um contexto de mercado imobiliário em crise e incertezas políticas, que tende a dificultar a comercialização dos certificados e, conseqüentemente, a obtenção de recursos para a transformação esperada.

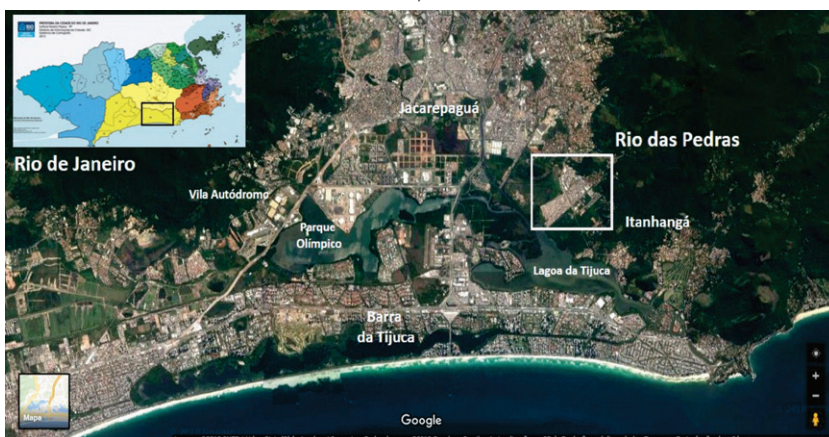
3. DO REFÚGIO À AMEAÇA DE REMOÇÃO: ALGUMAS NOTAS SOBRE RIO DAS PEDRAS

A comunidade de Rio das Pedras se localiza na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, entre os bairros de Jacarepaguá, Itanhangá e Barra da Tijuca, às margens da Lagoa da Tijuca (Figura 16). Segundo Costa e Britto (2014, *apud* Mendes, 2006, p. 154),

a comunidade teve sua origem em 1951, e já apresentava, em 1960, alguns abrigos nas margens do Rio das Pedras, próximo à estrada de Jacarepaguá. A região possuía problemas de acessibilidade e de barreiras físicas naturais que dificultavam a ocupação.

No entanto, com o desenvolvimento da Barra da Tijuca, através das obras do plano Lucio Costa, um grande contingente de mão de obra foi atraído para a proximidade das áreas de serviço da construção civil. Em 1966, surge a primeira ameaça de remoção, através de uma ordem judicial de desocupação do terreno, e o então governador, Negrão de Lima (1965-1971), decreta a área como de utilidade pública para desapropriação, com destinação de colônia agrícola e de integração da reserva biológica de Jacarepaguá (Burgos, 2002).

FIGURA 16: LOCALIZAÇÃO DE RIO DAS PEDRAS.



FONTE: GOOGLE MAPS, 2018. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.GOOGLE.COM.BR/MAPS/@-22.9778199,-43.3736524,11686M/DATA=!3M1!1E3!4M2!1I0M1!1E3?HL=PT-BR](https://www.google.com.br/maps/@-22.9778199,-43.3736524,11686M/DATA=!3M1!1E3!4M2!1I0M1!1E3?HL=PT-BR). ACESSO EM 15 FEV. 2018.

Cabe ressaltar que a política oficial de remoção praticada no Rio de Janeiro neste período, somada à abertura da Av. Engenheiro Souza Filho, na década de 1970, contribuiu significativamente para o crescimento da ocupação. A comunidade recebeu um grande número de moradores, principalmente de origem nordestina, oriundos de outras áreas ameaçadas que lá encontravam algum grau de segurança por se tratar de um terreno público.

Foi no primeiro mandato do governador Leonel Brizola (1983-1986) que o estado começou a investir na comunidade, inicialmente com a execução de aterro hidráulico em parte da área, para viabilizar o assentamento de famílias desabrigadas nas enchentes ocorridas em 1984, dentro do programa “Cada Família

um Lote”, da Companhia Estadual de Habitação do Estado do Rio de Janeiro (CEHAB). Em 1985, já havia cerca de 2.800 famílias morando na comunidade, quando foi aprovado o Projeto de Alinhamento e Urbanização (PLA) junto a Estrada de Jacarepaguá, que contribuiu para promoção da realização da trama da favela, com obras de urbanização e regularização da posse. Foi neste momento que o Estado reconheceu a posse de 130 famílias, que receberam seus títulos pela CEHAB (Burgos, 2002).

Contudo, somente em 1998, as Áreas Especiais de Interesses Social (AEIS) começam a ser identificadas. Inicialmente a partir da Lei n. 2.616, na região hoje conhecida como São Bartolomeu e, em 1999, com a Lei n. 2.818. A primeira lei compreende um conjunto habitacional, construído pela Secretaria Municipal de Habitação (SMH), destinado a moradores removidos das áreas de risco do sítio Pai João, da região Rio Novo e de Rio das Flores, situado próximo da região Pinheiros na Estrada Variante de Jacarepaguá, e a segunda, que engloba o Centro de Rio das Pedras, Vila Pinheiro, Vila Caranguejo, parte Areal I e Areal II.¹

Em resumo, a necessidade dos trabalhadores de um local de moradia mais próximo das áreas de serviço resulta na escolha de Rio das Pedras, que tem a ocupação ampliada pela chegada dos nordestinos no Rio de Janeiro, na década de 1960, estendendo-se até 1975, e também pela política de remoção levada a cabo pelo poder vigente à época.

Daí em diante o Estado passa a patrocinar a permanência da população na comunidade inclusive chegando, em alguns casos, à titulação. Trata-se, portanto, de um período de negociação entre Estado e a comunidade. Esse processo se amplia através de políticas públicas e de serviços de infraestrutura de saneamento básico, além da implantação de escolas, igrejas e demais equipamentos necessários para a vida em comunidade. Este processo se estende até que, em 1996, durante o período do prefeito Cesar Maia, são iniciados estudos para implementação do Programa Favela-Bairro, o que reabre a discussão sobre as remoções.

3.1 FAVELA-BAIRRO, REMOÇÕES E DESDOBRAMENTOS

O Programa Favela-Bairro em Rio das Pedras teve seu início em 1997 e foi bastante criticado pela Associação de Moradores, em especial por conta das remoções realizadas pela prefeitura e o não-cumprimento de sequer 5 % da proposta.

¹ Apresentação do Pouso Rio das Pedras diagnóstico urbanístico e ambiental, 2013. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5333332/4139326/26RiodasPedrasSMUCGPIS102014.pdf>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2018.

Durante o período em que ocorreram as intervenções decorrentes do Favela-Bairro, foi registrada, na comunidade, a remoção de cerca de oitocentas pessoas, cujas moradias estavam situadas nas margens do rio das Pedras, e que foram relocadas, em 2000, para o primeiro bloco do Conjunto Bandeirantes na comunidade Cesar Maia (Recreio).

Com o passar dos anos novas as iniciativas do governo do Estado foram realizadas, dentre elas, em 2015, a instalação, através das obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), de bombas elevatórias para o escoamento de esgoto para estação de tratamento (obras de urbanização das regiões de Areal II e Areinha), que beneficiaria 30 mil pessoas, através da pavimentação de 55 ruas, cerca de 10 quilômetros, além da drenagem pluvial, dragagem do canal de Rio das Pedras e esgotamento sanitário, totalizando um investimento da ordem de R\$ 64,7 milhões.

Entretanto, em visita de campo, em 06 de fevereiro de 2018, a avaliação das condições das obras realizadas permitiu verificar que as bombas estavam desativadas e que, na verdade, nunca chegaram a funcionar. Acrescente-se a isto o fato de todo o esgotamento sanitário das regiões descritas acima não estar sendo tratado. Por fim, cabe ressaltar que a região aqui estudada foi objeto de intervenções com grande investimento público, mas que a qualidade das intervenções é questionável. Mesmo assim, pode-se afirmar que Rio das Pedras continuava sendo entendida como uma comunidade que deveria permanecer no cenário da cidade.

Neste cenário, apesar de beneficiadas com investimentos recentes do governo do Estado, aparece uma proposta voltada para sua reconstrução total, apoiada em justificativas técnicas e no argumento de que as moradias estão situadas em solo de turfa que, com o passar do tempo, acabariam afundando. Reforçando a defesa da destruição de tudo o que havia sido construído ao longo de décadas, estava o argumento de que os moradores da favela seriam agentes importantes e causadores da poluição do rio das Pedras e da lagoa da Tijuca. Trata-se, portanto, de uma proposta que desconsidera as intervenções historicamente realizadas na comunidade, lembrando que nenhuma das intervenções anteriores pressupôs a derrubada integral das casas da comunidade.

3.2 O PROCESSO, LIMITES E AS POSSIBILIDADES DE UMA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA COMO INSTRUMENTO DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL DE RIO DAS PEDRAS

Em março de 2017, através do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) de Rio das Pedras, o Município do Rio de Janeiro, por meio da Subsecretaria de Projetos

Estratégicos apresentou um Edital Público, destinado às empresas privadas para realização de uma OUC para Rio das Pedras. As empresas interessadas tiveram um prazo até outubro de 2017 para apresentar suas propostas e seus estudos. Com base nestas propostas e estudos, o município iria elaborar um projeto de lei que deveria que ser apreciado pela Câmara dos Vereadores.

Para viabilizar a OUC o prefeito divulga seu Plano Estratégico.² apresentando suas principais medidas no que tange a Rio das Pedras. Neste documento, destaca-se a meta n. 74, voltada para a conclusão dos estudos para Requalificação Urbana até 2018, que definiria a parceria público-privada (PPP) e os estudos preliminares da operação.

É sintomático que o instrumento da OUC, bem como a PPP, sejam escolhidos, pois permitem a flexibilização das legislações de uso e ocupação do solo, porém, com um dado novo: pela primeira vez, vê-se que o discurso principal de uma OUC ancorado na reurbanização de uma comunidade e não com obras de mobilidade, como a ponte estaiada da OUC Água Espriada, em São Paulo, nem mesmo a renovação de frentes marítimas, como a OUC do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro.

Paralelamente, a outra iniciativa da prefeitura foi convidar individualmente os diversos setores interessados no projeto, tais como empresários, imprensa, associação de moradores e comerciantes, para fazer a apresentação do projeto, como se pode verificar pelas informações disponibilizadas no site da prefeitura. Por um lado, este se revela como o método utilizado para fracionar os debates e a defesa de interesses e assim alcançar com maior facilidade o objetivo de conquistar apoios, na medida em que permite que o executivo adeque a proposta de forma que ela se torne palatável à medida que estão sendo feitas concessões quando, na verdade, o essencial da proposta não é alterado. Por outro lado, o discurso do prefeito reforça a necessidade de conseguir financiadores para seus projetos.

Até agora, segundo o portal Infraestrutura Urbana.³ as empresas MRL/MRV Engenharia e Participações; Quatro de Janeiro Administração e Participações; Direcional Engenharia; Construtora Tenda; Cury Construtora e Incorporadora; Mega Realizações Imobiliárias; João Fortes Engenharia; Construtora Novolar; Cattleya Empreendimentos Imobiliários SPE; Ghimel Construções e Empreendimentos; e Cofranza Construtora já manifestaram interesse em participar do empreendimento.

2 Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/ebooks/plano-estrategico/html5forpc.html?page=0>. Acesso em: 20 fev. 2018.

3 Disponível em: <http://infraestruturaurbana.pini.com.br/tag/operacao-urbana-consorciada/>. Acesso em: 21 mar. 2018.

Cabe destacar que o recurso privado, principalmente em países periféricos, não aparece sem que exista a certeza da valorização. Isto faz com que a parte da “parceria” destinada ao Estado seja garantir que os territórios da cidade se valorizem, gerando o que Mariana Fix (2003) definiu como a “proliferação das Operações Urbanas”, bem como a financeirização da especulação imobiliária. Ou seja, quando a venda de CEPACs no mercado não corresponde ao esperado, se torna necessário reajustar as operações, seus objetivos e prioridades. Esses processos podem levar a mudanças na legislação de uso e solo da OUC, bem como desdobramentos em novas Operações Urbanas, como forma de compensar sua ineficácia.

Esta tem sido a rotina da cidade de São Paulo, muito bem narrado por Mariana Fix (2001; 2003; 2007) e parece se repetir no Rio de Janeiro, o que é confirmado pelas seguintes propostas divulgadas (em estágios diferentes) para OUCs no Rio de Janeiro: Porto Maravilha, Campo de Golfe, PEU das Vargens, Presidente Vargas... ou seja, a administração municipal parece apostar em diversas iniciativas simultaneamente, de forma a ampliar o “leque de produtos” disponíveis para investimentos, principalmente para os investidores internacionais ou o próprio governo federal (como no caso do Porto Maravilha), ávidos para que o ciclo de bonança se reabra e permita novamente o superlucro, como ocorreu com os megaeventos. Mas esses movimentos não ocorrem sem reações, conforme será visto a seguir.

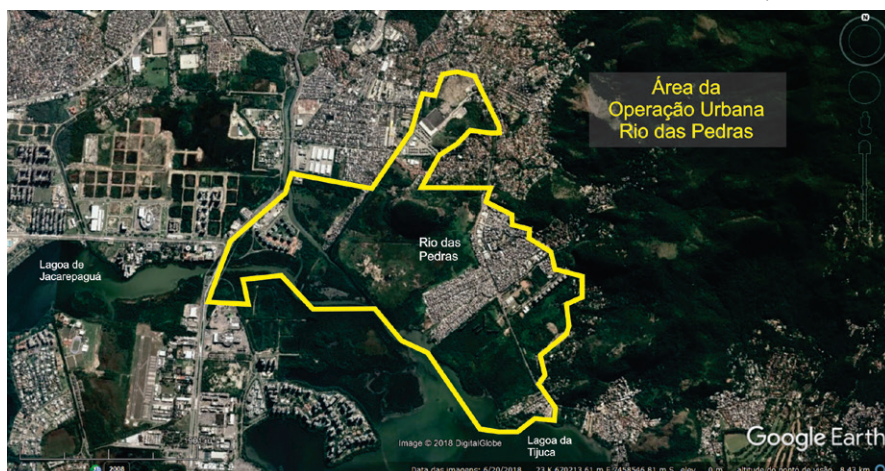
3.3 A RESISTÊNCIA, O PROJETO E UMA CONQUISTA

Para resistir a essas iniciativas a comunidade organizou uma Comissão de Moradores, voltada para acompanhar as discussões sobre o projeto e lutar contra a remoção. Em abril de 2017, através de grande mobilização da comissão, ocorreu uma grande manifestação no principal acesso a Rio das Pedras, com a adesão de cerca cinco mil pessoas, o que alcançou farta cobertura da mídia. Nesta manifestação, os moradores exigiam a apresentação do projeto e o compromisso de que não haveria remoção na comunidade. Posteriormente, diversas assembleias, com mais três mil pessoas presentes, reuniões com diversos vereadores, tentativas de contato com o prefeito, objetivando discutir o projeto, foram realizadas, resultando na abertura de espaço para negociações com a prefeitura.

Com o crescimento da resistência, entre reuniões e assembleias, o movimento foi atraindo cada vez mais adesões, dentro e fora da comunidade, tendo obtido o apoio técnico do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU), na área de arquitetura e urbanismo, do Núcleo de Defesa e Assessoria Jurídica Popular Luiza Mahin

(NAJUP), no acompanhamento jurídico junto com o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Rio de Janeiro (NUTH), do Conselho Popular do Rio de Janeiro (Coletivo de lideranças populares que atua na defesa da permanência das comunidades), bem como de uma rede apoio técnico ligado aos movimentos sociais. Porém, o esforço da prefeitura de passar tranquilidade em relação a proposta não foi suficiente e a comunidade se fortaleceu e continuou suas articulações para tentar impedir a viabilização da proposta. Por sua vez o prefeito Crivella, para acalmar os ânimos, publicou um vídeo no Facebook (<https://youtu.be/IQXaPoHsJ4E>) onde afirma, entre outras coisas, “que não haverá remoção na comunidade”, mostrando as perspectivas do projeto. No entanto, o efeito dessa publicação foi justamente o contrário e a mobilização foi ainda mais ampliada.

FIGURA 17: OUC RIO DAS PEDRAS. NO CONTORNO A POLIGONAL DA OPERAÇÃO.



FONTE: GOOGLE EARTH PRO, 2018.

Diante disso, a Comissão de Moradores foi chamada para a primeira apresentação oficial do projeto, o que ocorreu em setembro de 2017. Nesta reunião, a comunidade teve acesso à apresentação um pouco mais detalhada do projeto — que não foi disponibilizada ao público — inclusive o valor estimado para o projeto, um total de 5,4 bilhões de reais, para uma enorme área 7 milhões de metros quadrados do município, abrangendo toda a comunidade Rio das Pedras, com cerca de 852 mil metros quadrados (Figura 17), além de diversas áreas no entorno. Mesmo ainda incipiente, a apresentação, além de definir o perímetro OUC, aborda as seguintes questões: o novo zoneamento para o uso e ocupação do solo da região; as principais intervenções de mobilidade e a proposta de ocupação na área da

comunidade e, por fim, as etapas de implantação do projeto. No zoneamento ou *master plan* apresentado, parece estar evidente que a intenção do projeto não está necessariamente ligada à construção das novas edificações na área da comunidade, mas sim, à valorização de uma grande região no seu entorno. No que diz respeito à mobilidade, as obras demandarão outros recursos para sua realização, portanto o BRT não está vinculado à Operação. No entanto, parece que um dos principais interesses da proposta está na duplicação da Av. Engenheiro Sousa Filho, bem como sua ligação com a Av. Ayrton Senna.

Por fim, a proposta de ocupação da comunidade prevê a demolição de todas as habitações e todo o investimento público e privado já realizado na comunidade, como vimos na terceira parte. As famílias residentes serão distribuídas em centenas de blocos de doze pavimentos, articulados a um faseamento, em que os moradores de uma quadra demolida para dar lugar aos novos prédios e, portanto, sem residência, aguardariam em edifícios provisórios a construção de sua moradia. Em resumo, essa é a proposta que foi apresentada.

A mobilização teve seu auge na Audiência Pública, realizada em 6 de outubro de 2017, quando os moradores, diversos representantes da sociedade civil, prefeitura, parlamento, defensoria pública, Instituto de Terras do Governo do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), academia, entre outros puderam, pela primeira vez, debater abertamente a proposta do governo, com destaque para a presença dos moradores que lotaram as galerias, além de uma vigília na frente da Câmara Municipal.

Uma das principais críticas se dirigia à tipologia de edifícios com doze pavimentos, que inclusive exigiria elevadores, o que ampliaria, inclusive, os custos de manutenção e condomínio, além de promover uma ruptura espacial na comunidade, onde as relações de vizinhança — amizade, solidariedade e comunhão — tão comuns na favela tenderiam a se desfazer, incluindo aí as relações do comércio popular dentro da comunidade.

A conquista se materializou em dezembro de 2017, quando a prefeitura alterou o PMI, retirando a proposta de verticalização da comunidade e afirmando que a reurbanização da área deverá considerar “a manutenção das unidades habitacionais hoje existentes”, mas sem anunciar o fim da OUC. Assim, acompanhar estes trâmites e os novos estudos, inclusive no legislativo municipal, é tarefa da resistência daqui em diante.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A ESTRATÉGIA DO MAIS DO MESMO

Por fim, cabe destacar que a utilização de Operações Urbanas foi intensificada nos últimos anos. No primeiro caso-referência, o Porto Maravilha, claramente não

foi pensado a partir da demanda da população, mas se subordinando ao interesse do mercado imobiliário e, como a prefeitura não possuía recursos financeiros próprios, buscou multiplicar a aplicação do supracitado instrumento em outras regiões da cidade do Rio de Janeiro. Nesse movimento, fica claro que o Estado continua a assumir os riscos do setor privado. Isto evidencia que, apesar das restrições financeiras, os poucos investimentos ao invés de serem destinados nas áreas que realmente necessitam, acabam por dar suporte à realização dessas operações. O caso da OUC Água Branca/SP, parece trazer uma novidade por não possuir a ênfase na realização de obras viárias. Seu desafio é iniciar um processo de reestruturação em um contexto em que o mercado imobiliário vivencia incertezas, acarretando na tendência a dificultar a comercialização dos CPACs.

Contudo, no caso aprofundado neste trabalho, ou seja, de Rio das Pedras, como vimos, há a combinação de duplo processo, a destruição de territórios populares de um lado, e a ampliação da valorização fundiária de outro, representando claros obstáculos para a população de baixa renda permanecer e viver naquela localidade, assim como a ampliação de formas de informalidade, tanto da moradia quanto do trabalho. Isto contribui ainda mais para reforçar o fenômeno do poder paralelo na mencionada comunidade, seja na forma do tráfico de drogas e/ou da milícia, quando não na associação dos dois formatos. Outra consequência deste duplo processo parece estar na tendência de setores das classes médias e altas continuarem reforçando a busca de padrões de moradia cada vez mais distantes da atual vida cotidiana, em regiões cada vez mais valorizadas, em que a ocupação vem ocorrendo por meio de verdadeiras cidadelas, fortemente protegidas.

Todavia, parece que as intenções do Executivo Municipal em urbanizar Rio das Pedras, aparentemente com uma OUC, com prerrogativas diferentes das já implementadas, tende, na realidade, a ser um reforço no sentido de reurbanizar áreas populares a partir da valorização imobiliária. Esta parece ser a alternativa experimentada quando a administração pública não encontra meios para inibir o crescimento da favela, ou mesmo para removê-las, através da qual se busca, nas margens do Plano Diretor e materializada na adoção de uma Operação Urbana, flexibilizar o zoneamento do uso solo, possibilitando a verticalização, além de passar o controle sobre o território para iniciativa privada, numa espécie de paradoxo que resgata as origens da própria comunidade — num tempo onde as leis ainda não apregoavam a função social da propriedade, nem mesmo o direito à moradia — como um meio de impedir que os pobres urbanos convivam numa cidade de direitos.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BIENENSTEIN, Regina; BIENENSTEIN, Glauco; SOUSA, Daniel Mendes Mesquita de. A Cidade nos Negócios e os Negócios na Cidade: notas sobre as operações urbanas na região metropolitana do Rio de Janeiro. *In*: XVI ENCONTRO NACIONAL ANPUR. Belo Horizonte, 2015. **Anais do XVI ENANPUR**.
- BIENENSTEIN, Regina. **Redesenho Urbanístico e Participação Social em Processos de Regularização Fundiária**. 2001. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de São Paulo, São Paulo: Edusp, 2001.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei n.º 10.257/2001. Dispõe sobre diretrizes gerais da política urbana. Brasília (DF), 2001.
- BURGOS, M. B. (org.). **A Utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca**. 2. ed. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Loyola, 2002.
- CAVALCANTI, Francine. Imóveis da união para habitação de interesse social: como um planejador-geógrafo pode colaborar por um genuíno “direito a cidade”. *In*: XIV ENCONTRO NACIONAL ANPUR. Belo Horizonte, 2011. **Anais do XIV ENANPUR**.
- CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. O papel da Operação Urbana Consorciada do Porto do Rio de Janeiro na estruturação do espaço urbano: uma “máquina de crescimento urbano”? **O social em questão**, Rio de Janeiro, ano 16, n. 29, p. 69-100, jan. 2013.
- COSTA, Isabella de Andrade Adauto; BRITTO, Ana Lucia. Rio das Pessoas: revitalização, integração e habitação social na comunidade de Rio das Pedras no Rio de Janeiro. *In*: Seminário nacional sobre o tratamento de áreas de preservação permanente em meio urbano e restrições ambientais ao parcelamento do solo, 3, 2014, Belém. **Anais do APPURBANA**.
- DINIZ, Nelson. **Da emergência do imaginário da revitalização ao Porto Maravilha**. Rio de Janeiro: Letra Capital. 2014.
- HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- FERREIRA, João S. W.; MARICATO, Ermínia. Operação Urbana Consorciada: diversificação urbanística ou aprofundamento da desigualdade? *In*: OSORIO, Leticia Marques (Org.). **Estatuto da Cidade**. Porto Alegre/São Paulo: Sergio Antonio Fabris, 2002, p. 215-25.
- FIX, Mariana. Parceiros da exclusão. **Dois histórias da construção de uma “nova cidade” em São Paulo**: Faria Lima e Água Espreiada. São Paulo: Boitempo, 2001. v. 1, 256 p.
- FIX, Mariana. **A fórmula mágica da parceria: operações urbanas em São Paulo**. *In*: SCHICCHI, Maria Cristina; BENTAFFI, Dênio. Urbanismo: dossiê São Paulo – Rio de Janeiro Campinas/Rio de Janeiro: PUCCamp/PROURB, 2003. (Ócolum – Edição Especial).
- FIX, Mariana. **São Paulo, cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem**. São Paulo: Boitempo, 2007. 192 p.
- Lei n. 101/2009. Disponível em: http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/legislacao/LC101_-_23112009.pdf Acesso em: 20 fev. 2018.

Lei n. 11.774. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-11774-de-18-de-maio-de-1995>. Acesso em: 20 fev. 2018.

Lei n. 15.893. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/sp_urbanismo/operacoes_urbanas/agua_branca/index.php?p=163691. Acesso em: 20 fev. 2018.

Lei n. 2.616, Disponível em: <https://cm-rio-de-janeiro.jusbrasil.com.br/legislacao/269301/lei-2616-98>. Acesso em: 20 fev. 2018.

Lei n. 2.818, Disponível em: <https://cm-rio-de-janeiro.jusbrasil.com.br/legislacao/267477/lei-2818-99>. Acesso em: 20 fev. 2018.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a Crise Urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MENDES, I. C. R. **Programa Favela-Bairro: uma inovação estratégica? Estudo do Programa Favela-Bairro no contexto do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro**. 2006, 191 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade São Paulo (USP). São Paulo, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO (PMRJ). Apresentação do Pouso Rio das Pedras diagnóstico urbanístico e ambiental, 2013. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5333332/4139326/26RiodasPedrasSMUCGPIS102014.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO (PMRJ). **Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. Rio 2020: mais solidário e mais humano**. 2017. Livro eletrônico.

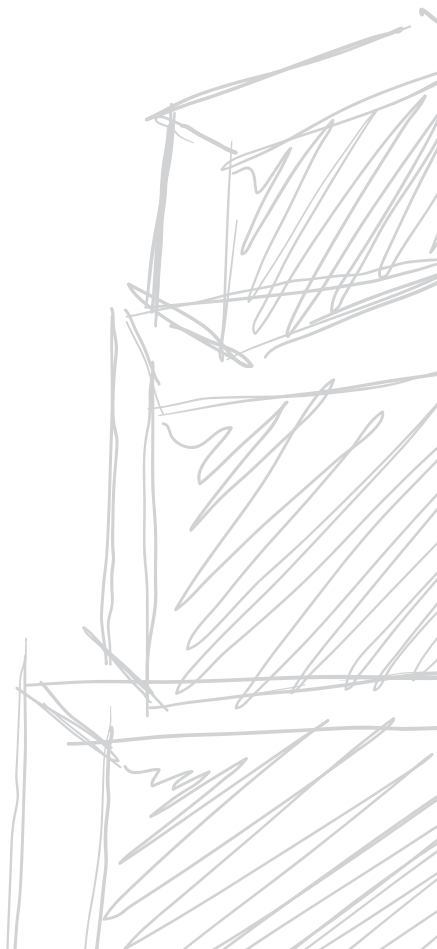
ROLNIK, Raquel. **Porto Maravilha: custos públicos e benefícios privados?** Blog da Raquel Rolnik, 13 jun. 2011. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2011/06/13/porto-maravilha-custos-publicos-e-beneficios-privados>. Acesso em: 30 set. 2014.

SANTORO, Paula Freire; LIMA, Pedro; MENDONÇA, Pedro. **Formas de garantia do direito à moradia em um contexto de produção da habitação pelo mercado através de instrumentos de transformação urbana – os casos da OUC Água Branca e da PPP Habitacional em São Paulo**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: PUBLIC-PRIVATE PARTNERSHIPS AND THE REAL ESTATE/FINANCIAL COMPLEX. São Paulo: FAUUSP, 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec 1978.

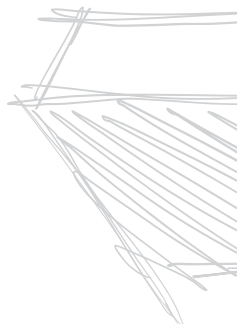
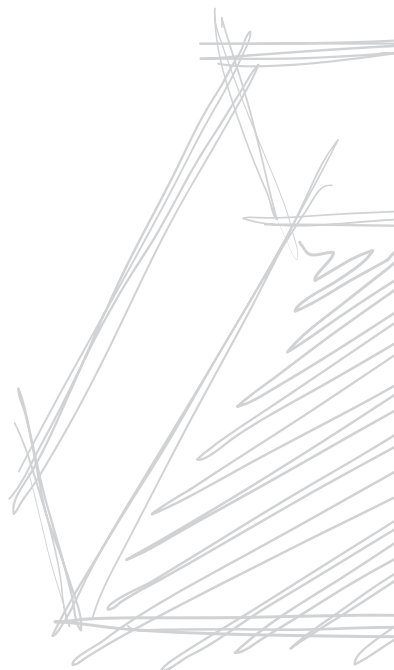
SOUSA, Daniel Mendes Mesquita. **Limites e Possibilidade das Operações Urbanas: notas sobre o caso da área central de Niterói – RJ**. Niterói: UFF, 2017.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. In: VAINER, Carlos B.; ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia. (orgs.). **O Pensamento Único das Cidades: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 75-104.



2

A DIMENSÃO AMBIENTAL DA CIDADE



RIOS URBANOS: UM ESTUDO SOBRE PERCEPÇÃO AMBIENTAL NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRAQUÊ – CABUÇU

**NATÁLIA FERNANDES RIBEIRO
ELOISA CARVALHO DE ARAUJO**

INTRODUÇÃO

No processo de urbanização de áreas antes consideradas rurais, os rios e corpos d'água existentes em um ambiente natural passaram por um processo de transformação física para compor as infraestruturas necessárias de uma área urbana. São edifícios, ruas, estradas, acessos, galerias subterrâneas de água, esgoto e drenagem, dentre outros elementos artificiais construídos para atender o funcionamento do espaço urbano. Nessas circunstâncias é comum os rios se transformarem em estruturas rígidas à céu aberto, canalizadas ou enterradas em galerias subterrâneas. A infraestrutura urbana, quando planejada, diferencia as galerias de esgoto e de drenagem, destinando as tubulações de esgoto às estações de tratamento e a rede de drenagem destina as águas pluviais aos corpos hídricos. Contudo, esta não é a realidade na maioria das cidades brasileiras que ainda possuem o sistema unificado de esgoto e águas pluviais.

O atual déficit no saneamento básico do Brasil, principalmente no que se refere à oferta do tratamento do esgoto, resulta diariamente no aumento da destinação de dejetos domésticos e industriais nos corpos hídricos e sua consequente contaminação. De acordo com o estudo do Trata Brasil,¹ mais de cem milhões de brasileiros não têm acesso à coleta de esgoto e somente 44,92 % dos esgotos do Brasil são tratados. Os dados referentes à Região Sudeste, região onde se encontram as cidades mais populosas do país, mostram que apenas 48,8 % do esgoto é tratado, sem considerar os impactos dos resíduos sólidos e das águas pluviais contaminadas pelos seus percursos até os rios.

Os aspectos físicos da maioria dos rios urbanos canalizados a céu aberto remetem a forma de uma valeta, que tem a função de escoar as águas mais rapidamente até o seu

¹ Principais estatísticas sobre saneamento relativos à coleta e ao tratamento do esgoto no Brasil, divulgados no site do Trata Brasil, com base nos dados de 2016 do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. Acesso em: <http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/principais-estatisticas/no-brasil/esgoto>. Acesso em: janeiro de 2017.

destino final. Este formato e aspecto descaracteriza o rio que antes era um elemento natural, na sua dinâmica ou mesmo na sua maleabilidade como coloca Costa (p.11, 2006), se transformando em um elemento artificial, retificado e orientado pelas estruturas físicas que não permitirão o rio fazer seus caminhos sinuosos naturais.

O problema de pesquisa nasce do questionamento sobre o impacto da transformação da paisagem de rios em áreas urbanas e o seu consequente processo de degradação, diante da ótica da percepção ambiental. A partir das reflexões sobre o processo de transformação da paisagem do rio urbano, dentro do contexto explicitado anteriormente nesta introdução, que se faz a problemática através de uma abordagem científica e empírica. Onde as expressões, as interpretações e as percepções de uma determinada população podem revelar os sentidos de valorização e preservação deste objeto de pesquisa que é o rio urbano. O interesse e a motivação para prosseguir neste estudo decorre da necessidade de entender as relações existentes entre a população e o rio urbano, afirm de compreender também as denominações criadas pela população como: “valão”, canal sujo e canal de esgoto. O problema de pesquisa se apoia nos seguintes questionamentos: quais são as percepções e os pontos de vistas desses moradores? quais são as suas atitudes perante os rios? o que valorizam ou deixam de valorizar a respeito dos rios?

Nesse sentido, a pesquisa teve como base os resultados e dados coletados na pesquisa de mestrado de Ribeiro (2017). Decorrente da análise sobre as respostas dos questionários respondidos e dos contatos feitos com os moradores da área limitada pela bacia hidrográfica do rio Piraquê-Cabuçu, é que se apoiou a investigação aqui apresentada.

Nas últimas duas décadas tem crescido o número de trabalhos no país que tratam a temática “rios urbanos” com a devida importância para levantar questões relacionadas aos problemas ligados à saúde, saneamento, habitação e meio ambiente, principalmente. Alguns destes estudos trazem a abordagem da percepção e da apropriação da população local como fonte para análise através dos seus hábitos, atitudes e valores. Segundo Bartalini (2014, p. 34), o estado de degradação dos rios urbanos faz com que as pessoas ignorem a existência do rio, preferindo vê-lo encoberto, soterrado, resultando na invisibilidade dos corpos d’água no meio urbano e por consequência, o apagamento da memória urbana.

Entendemos, hipoteticamente, que os moradores e as pessoas que vivenciam os espaços de beira rio nas cidades estão sendo induzidos a olhar o rio como um problema, justificando a necessidade de canalização para resolver a questão do cheiro,

da insalubridade e da paisagem, que o torna desagradável. Essas ações acabam por “esconder” o problema que é evidenciado em épocas de chuva, quando as galerias não suportam a vazão de água resultando em enchentes (Costa, 2006). Cunha (2012) em estudo sobre o processo de canalização de rios, explica que estes tipos de intervenções não atendem mais à função de controlar o escoamento das águas urbanas, pois não estão evitando o acontecimento de enchentes. A autora explica ainda que a solução deve ser explorada através do estudo da bacia e no ordenamento do uso e ocupação das áreas passíveis de inundação, mas atenta principalmente para a necessária despoluição dos rios através da recuperação da qualidade hídrica.

Um cenário oposto ao que temos como comum na realidade citada anteriormente é o rio Isar, na Alemanha, afluente do rio Danúbio, que foi renaturalizado e despoluído no início dos anos dois mil. A renaturalização de um de seus trechos permitiu a transformação de suas margens para o mais próximo do que ele já foi um dia (antes da urbanização), com área livre e natural para o lazer e a contemplação da população. No sítio virtual turístico de Munique² foi publicado recentemente um conteúdo apresentando depoimentos de moradores locais intitulado “reflexões sobre o rio Isar”, com respostas positivas em relação às ações políticas, pela oferta de espaços de lazer e de contato com a natureza em meio à área urbana.³ Ao relatarmos que o projeto teve sucesso, pela quantidade de pessoas que passaram a frequentar e vivenciar o rio e suas margens, percebemos que na maioria dos depoimentos o fato das pessoas poderem estar mais próximas à natureza se torna um privilégio, revelando o quanto as cidades de hoje se materializam de forma artificial e sem vida. Um dos depoimentos finaliza com uma frase que demonstra seu orgulho pela cidade onde vive e seu rio: “Que outra cidade grande tem um rio tão bonito para nadar?”. Rios como este eram poluídos ou canalizados e não ofereciam espaços agradáveis de se “estar” antes da renaturalização ou de outro processo modificador que requalifique o rio e suas margens.

O Rio Cheonggyecheon em Seul na Coreia do Sul, por exemplo, era canalizado e por cima dele passava uma via expressa, retratando uma paisagem totalmente diferente do que pode ser visto hoje, onde contempla um enorme Parque urbano, como mostra a figura 19.

2 Disponível em: www.munich.travel. Acesso em: novembro de 2018

3 Cf.: SIMPLY MUNICH. “Reflexões sobre o Rio Isar” onde os moradores de Munique descrevem o que o Rio Isar após renaturalização significa para eles. Disponível em: <https://www.munich.travel/en/topics/sports-leisure/an-alpine-river-in-the-heart-of-the-city>. Acesso em: novembro de 2018

FIGURAS 18 E 19: EXEMPLOS DE RIO URBANO RENATURALIZADO E RESTAURADO: RIO ISAR E RIO CHEONGGYECHEON.



FONTE: JORGE GÜIRO, S.D.;⁴ LUCY WANG, S.D.⁵.

Podemos ver que existe a possibilidade dos rios em áreas urbanas serem limpos, com belas paisagens e espaços de uso público e lazer. Por mais artificial que o projeto do Rio Cheonggyecheon possa parecer com estruturas moldadas, construídas e artificializadas, como em um projeto de retificação e canalização de um rio, existem dois pontos importantes a ser questionado quanto ao aspecto do rio restaurado. O primeiro relaciona-se às suas águas, as quais se tornaram límpidas e o aspecto físico da cor e a nitidez da água é totalmente diferente quando é possível ver seixos e o fundo do rio. O segundo aspecto é o “chamado” para o uso do espaço, compondo caminhos em pedras sobre as águas, locais para sentar, relaxar e uma vegetação delicadamente desenhada para compor a nova paisagem. Quais são as sensações dos moradores e visitantes ao vivenciar este novo espaço, agora com a possibilidade de apreciá-lo, utilizá-lo e socializá-lo?

Para Mello (2008), a população só tende a valorizar o rio urbano e suas margens quando estes espaços proporcionam um ambiente possível de desempenhar a “urbanidade”, conceito este que significa a apropriação das pessoas através de atividades que incluem o lazer e o convívio social, principalmente.

Em um dos depoimentos publicados no site de viagens de Munique, citado anteriormente a respeito da renaturalização do Rio Isar, uma pessoa demonstrou preocupação com o lixo que os visitantes estavam deixando no espaço e é neste

4 Disponível em: <https://www.jorgeguiro.com/blog-guiro/veranoenelrioisar>. Acesso em: novembro de 2018.

5 Disponível em: <https://inhabitat.com/how-the-cheonggyecheon-river-urban-design-restored-the-green-heart-of-seoul/>. Acesso em: novembro de 2018;

sentido de apropriação que as pessoas passam a admirar, a defender e a valorizar o rio e seus espaços marginais.

Ao buscar abordagens que tem como tema a percepção, partimos da necessidade de compreender o relacionamento existente entre homem e o meio ambiente. Tuan (2012) traz o conceito “topofilia” que o autor define como o elo afetivo entre o ser humano e o seu ambiente físico. Para o autor, a percepção se expressa através dos sentidos que respondem ao meio externo, como uma reação sobre uma ação. Essas reações estão associadas a um ou mais sentidos do corpo humano. Este fenômeno se faz no momento presente que está sendo vivido e que pode ser registrado na memória ou não, a depender de diversos fatores como a cultura e o biológico do ser humano. Podemos dizer que se trata de uma troca que se faz naquele determinado momento, em que algo se apresenta e este algo é percebido e interpretado pelo ser humano. Afinal o meio ambiente é, no seu conjunto de complexidades, dinâmico e se modifica a todo momento, conforme a influência de cada elemento físico existente e é percebido por cada ser humano de uma forma diferente.

Tuan (2012) ainda explica a sua visão de percepção e a representação das atitudes e os hábitos humanos. Para o autor as atitudes são moldadas através da cultura e a cultura pode ser modificada pela mudança de hábitos. Com base na trajetória da geografia humanista descrita em Marandola Jr. e Cavalcanti (2017, p. 29), citando Oliveira “a paisagem se transformou em valorização, atitude, experiência, memória e percepção”. E nesse sentido por que não resgatar a importância do rio urbano como elemento da paisagem urbana?

A apreensão de lugares, no todo ou em partes, tem na percepção e na cognição ambiental implicações que se apoiam em um caráter transdisciplinar. Para Del Rio e Oliveira (1999) tal abordagem se traduz, na maioria das vezes, em lidar com o ambiente, considerando sua dinâmica e complexidade, mas também as relações de afetividade, expressas diretamente ou de forma simbólica. O que reforça a ideia de que conciliar as experiências vivenciadas pelas pessoas implica, segundo Tuan (2012), em valorizar a bagagem cultural e antecedentes socioeconômicos de cada observador, assim como suas atitudes ao longo do tempo. A conscientização e percepção ambiental tão valorizadas pelos referidos autores, frente aos problemas ambientais da sociedade moderna, apoia-se sobretudo, na conciliação entre conhecimento técnico e conhecimento empírico, na tentativa de aproximação do homem com a natureza.

O objetivo deste artigo é apresentar e dialogar com as percepções dos pesquisadores envolvidos e da população que participou da pesquisa de forma que foi identificado as barreiras e os conflitos existentes, como também os hábitos e os sentimentos que existem na relação da população com o rio.

Além de contribuir como uma reflexão, dada a importância dos rios urbanos frente aos problemas atuais de saneamento básico, educação e habitação, no sentido de apresentar e revelar os problemas na perspectiva dos moradores da área do estudo de caso.

O artigo foi dividido em introdução, em que trouxemos o problema de pesquisa e as manifestações acadêmicas sobre o tema, dialogando com o estado da arte e a sua necessária importância e relevância no momento atual. Em seguida apresentamos os objetivos desta pesquisa e o estudo de caso, que compreende uma área de grande fragilidade ambiental e social do município do Rio de Janeiro. No item 2 apresentamos a metodologia adotada para este estudo especificamente. O item 3 apresenta os resultados e discussões onde elaboramos um mapa da visita de campo com muitas informações pertinentes e que contribuem para um entendimento de todo o processo de campo. Na parte dos resultados ainda apresentamos os dados das pesquisas feitas através dos questionários com os moradores da região. Por último, no item 4, concluímos que no intuito de compreender a realidade urbana dos rios da bacia do estudo de caso, através da ótica do comportamento humano e da sua percepção, esta pesquisa revelou resultados que contribuem na difusão do conhecimento e surtem como um “alerta”, onde passamos a perceber e nos importar mais com o rio urbano no nosso dia a dia, dando foco e atenção a situação em que se encontram, como uma forma de manifestar esta causa de extrema importância e complexidade.

OBJETIVOS

O objetivo principal deste artigo é apresentar as percepções dos pesquisadores envolvidos e da população acerca dos rios e cursos d’água da bacia hidrográfica do estudo de caso, identificando as barreiras e os conflitos existentes, além dos hábitos e dos sentimentos que existem na relação da população com o rio.

Como objetivos específicos o estudo busca contribuir como uma reflexão que associe a importância dos rios urbanos às demandas da área de saneamento básico, educação e habitação, revelar os problemas existentes relatados pelos moradores na bacia hidrográfica; questionar e instigar a possibilidade de ação conjunta de toda a sociedade sobre os problemas revelados e resgatar a memória dos cursos d’água principais através dos depoimentos dos moradores como uma forma de sensibilização.

ESTUDO DE CASO

O estudo de caso desta pesquisa é delimitado pela bacia hidrográfica do Rio Piraquê-Cabuçu, uma sub-bacia da macrorregião da Bacia de Sepetiba (Figura 20), localizada na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro entre áreas protegidas na forma de Unidades de Conservação, em uma área urbana caracterizada por periferia. Os bairros que estão inseridos no limite da bacia hidrográfica são: Campo Grande, Senador Vasconcelos, Senador Camará, Guaratiba e Pedra de Guaratiba.

FIGURA 20: MAPA LOCALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO PIRAQUÊ-CABUÇU NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.



FONTE: PDMAP, 2012.

À noroeste da área da bacia hidrográfica do Rio Piraquê-Cabuçu, está localizado o Parque Estadual Pedra Branca, uma unidade de proteção integral, criada pela Lei Estadual n.º 2.377, de 28 de junho de 1974. A Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba também é uma área de preservação dentro da bacia, localizada ao sul, sentido jusante, criada pelo Decreto Estadual n. 7.549, de 20 de novembro de 1974, visando preservar manguezais e sítios arqueológicos. Ao lado da Reserva existe uma área delimitada que representa a APA (Área de Proteção Ambiental) da Orla da Baía de Sepetiba, criada pela Lei n.º 1.208 de 28 de março de 1988, integra os bairros Guaratiba e todo o bairro da Pedra de Guaratiba. A área é proibida para exploração dos recursos naturais, desmatamento e caça de animais.

São aproximadamente 255 mil pessoas residentes na área da bacia e aproximadamente 80 mil domicílios ocupados, segundo o levantamento feito por Ribeiro (2017) no site de mapas interativos do IBGE, que tinha por base as estatísticas do censo de 2010.

As nascentes do rio Piraquê-Cabuçu têm origem na serra do Lameirão, na sub-bacia do Rio da Prata do Cabuçu, dentro do Parque Estadual da Pedra Branca e ao Norte, pelo bairro Senador Camará, na sub-bacia do Rio Cabuçu. Os dois seguimentos principais das nascentes se unem e formam o Rio Piraquê-Cabuçu que segue como o curso principal até a foz na Baía de Sepetiba. A área de drenagem da bacia corresponde a 108 km² e 23 km de talvegue, conforme os dados do Plano Diretor de Manejo de Águas Pluviais – PDMAP (Rio de Janeiro, 2012). Além de apresentar um estudo geral das bacias do município do Rio de Janeiro, o PDMAP também propõe projetos de intervenções em parque lineares e áreas de retenção de água na bacia do Rio Piraquê-Cabuçu, em trechos com históricos de inundação.

Sobre o setor de saneamento, de acordo com os dados fornecidos pela empresa Rio Águas em Ribeiro (2017), na área que compreende a bacia hidrográfica em estudo existem cinco ETEs (Estações de Tratamento de Esgoto) e somente duas estão funcionando, a ETE Areal e a ETE Pedra de Guaratiba, que abrange apenas pequenos sub-bairros. A maior parte da rede coletora da bacia destina o esgoto aos cursos d'água. A empresa de águas e esgoto que tinha como nome Foz Águas 5, hoje está como Zona Oeste Mais Saneamento, tem a responsabilidade de prestar estes serviços para a Prefeitura do Rio de Janeiro.

1. MATERIAIS E MÉTODOS

Primeiramente, a metodologia consistiu na revisão bibliográfica sobre a temática rios urbanos e percepção ambiental. Foram feitos levantamentos bibliográficos sobre os contextos histórico, socioambiental e político da região do estudo de caso. A bacia hidrográfica foi mapeada através do programa *Google Earth*, com o uso de *shapefiles* disponíveis para serem baixados no sítio virtual Armazém de dados, da Prefeitura do Rio de Janeiro em 2015. O *shape* da bacia hidrográfica serviu de apoio para a localização das áreas de acesso antes das visitas de campo. Para a pesquisa qualitativa foi criado um perfil e um grupo na plataforma *Facebook*, ambos com o nome “Rios urbanos da bacia hidrográfica do Rio Piraquê-Cabuçu”, os quais serviram como ferramenta de aproximação entre as pesquisadoras e os participantes. Este método atendeu a expectativa de forma abrangente, dado que seria inviável fazer as entrevistas pessoalmente por toda a área de estudo. Os questionários foram criados na plataforma *Google Docs*, divulgados através do perfil criado no *Facebook* e publicados em grupos e páginas do *Facebook* dos bairros Campo Grande, Guaratiba, Pedra de Guaratiba, Senador Camará e Senador Vasconcelos. Estes grupos e páginas do *Facebook* estão

relacionados a interesses diversos como: entretenimento, comércio, informativo dos bairros e ativismo ambiental. Esta forma de divulgação foi escolhida com a intenção de atingir pessoas de diferentes perfis sociais e de diferentes locais dentro da área de estudo. Por este motivo, nos atentamos em elaborar uma questão que definisse os locais de moradia dos participantes, excluindo da pesquisa aqueles que não residiam dentro dos limites da bacia hidrográfica. A geração dos resultados foi feita a partir de aquisição por meio de cópia dos dados dos questionários pelo *Google Docs* e a compilação dos dados e dos percentuais obtidos foram gerados através do programa *Excel*.

As visitas de campo foram realizadas em diversos pontos da bacia hidrográfica, com o objetivo de registrar o máximo de imagens das paisagens existentes e que compreendesse desde a foz do rio até as áreas da cabeceira no alto do Parque Estadual da Pedra Branca. Fizemos a escolha pelos acessos mais fáceis e de maior visibilidade dos rios e dos cursos d'água da bacia em locais de passagens de pedestres e fluxo de carros ou próximos à moradias. O objetivo foi retratar a visibilidade dos rios e sua paisagem, assim como perceber estes espaços afim de comparar as interpretações das pesquisadoras com as respostas dos questionários respondidos pelos participantes. Após as visitas de campo realizadas em três diferentes dias e que compreendeu uma área ampla da bacia, mapeamos os locais visitados, marcando os pontos no *Google Earth*. Através do *programa Google Earth* foi gerado um mapa com o *shape* da bacia hidrográfica do Rio Piraquê Cabuçu, os *shapes* das Unidades de Conservação dentro da bacia, como forma de avaliar sua vulnerabilidade ambiental e os pontos visitados em campo. Este mapa foi editado no programa *Adobe Illustrator*, anexadas as imagens de alguns pontos visitados e a legenda do mapa. Este mapa será apresentado e interpretado nos resultados e discussões deste artigo.

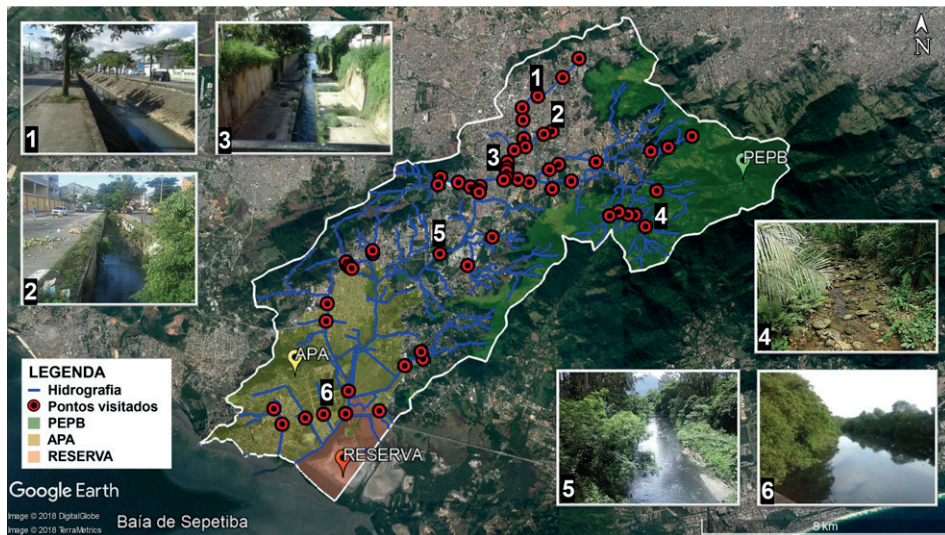
2. RESULTADOS E DISCUSSÕES

2.1 PESQUISA DE CAMPO

Para seguir uma lógica de descrição, as análises em observações e percepções de campo vão partir do sentido oposto ao rio, da foz às cabeceiras das nascentes. Os rios da bacia ora se apresentavam retificados, canalizados e soterrados, ora ainda como córregos permeáveis e com vegetações nas margens, porém na maior parte da área urbanizada estes cursos d'água apresentavam algum nível de degradação. Na região da foz, dentro da Área de Proteção Ambiental da orla da Baía de Sepetiba, observamos alguns trechos de cursos d'água em fase de canalização, nos bairros Guaratiba e Pedra de Guaratiba, por exemplo. As placas das obras indicavam ser um projeto de drenagem

e pavimentação da Prefeitura do Rio de Janeiro. O mapa da figura 21 identifica os pontos visitados e marca as áreas das unidades de conservação existentes dentro dos limites da bacia.

FIGURA 21: MAPA DA PESQUISA DE CAMPO.



FONTE: GOOGLE EARTH, NATÁLIA RIBEIRO, 2018.

A área da foz do Rio Piraquê que desagua na baía de Sepetiba ainda apresenta aspectos ambientais do manguezal característico da região, com pouca presença de animais como crustáceos, peixes e aves pertencentes a este ecossistema que sobrevive em uma água extremamente contaminada por todo o trajeto que o rio passa e poluída pela presença de resíduos sólidos. As casas estão se expandindo de forma irregular nas margens, camufladas na paisagem do rio onde percebemos alguns barcos presos em acessos de madeira. Percebemos também a presença de pessoas pescando na ponte da entrada do bairro Pedra de Guaratiba. Nesta parte do rio o cheiro da água é muito ruim, pois a água estava numa tonalidade cinza escuro e um pouco esverdeado.

Ao Norte e Noroeste da bacia está a maior concentração de área urbana, no bairro Campo Grande. Nesta parte da bacia os trechos dos rios estão na maioria impermeáveis, porém perceptíveis em suas calhas em forma de valeta ou “valões”, como a população costuma dizer. Na beira dos “valões” observamos lixo em grandes quantidades. São lixos acumulados por sacos e descartes de todos os tipos, de latas de refrigerante a um carro, uma geladeira ou um sofá. Existe um abandono e uma sensação

de que estes trechos são desprezados como cursos d'água, por outro lado também avistamos em alguns sub-bairros a presença de intervenções com intuito de utilizar o espaço da margem do rio, com mesas e cadeiras, área de plantação com cercas, que indicavam a apropriação dos moradores próximos daquele local. As margens dos rios mostraram extrema vulnerabilidade pelo impacto urbano, principalmente em partes onde as casas estavam bem próximas aos corpos d'água. O esgoto sendo lançado diretamente no rio pelos fundos das casas voltados para ele, o que demonstra uma intenção de afastamento. Ao longo de quase todos os rios e córregos existiam áreas assoreadas com acúmulo de sedimentos, lixo e vegetação.

A parte alta da bacia hidrográfica é o Parque Estadual da Pedra Branca e por conta disso ainda preserva áreas de floresta e biodiversidade. Porém, vimos muitas áreas desmatadas e casas construídas na zona de amortecimento e até mesmo dentro dos limites do parque. Algumas casas já existiam antes da criação do parque, mas percebemos uma intenção de possível expansão. Sobre o desmatamento, conversamos com técnicos da prefeitura do Rio de Janeiro no início do ano 2017, que nos informaram sobre a restauração de algumas áreas dentro deste limite do Parque, por um projeto de reflorestamento.

Nas nascentes e pequenas quedas d'água as quais tivemos acesso, percebemos a água limpa, tanto que é possível ver tubulações e captação de água para uso das casas do local. Um lugar onde ainda pode ser visto várias espécies de animais, dentre eles aves, mamíferos, répteis e peixes, avistamos Pitus grandes e filhotes, conhecidos como os camarões de água doce. Observamos lixo e resíduos deixados por visitantes ou por moradores, também velas e oferendas que demonstravam uma possível atividade religiosa nestes locais. Na visita à vertente Nordeste da cabeceira da bacia hidrográfica, alguns moradores se mostraram curiosos com a nossa presença e nos contaram que o Parque está preservado por causa da presença deles no local durante anos e manifestaram a necessidade de um apoio maior das instituições públicas para educar outros moradores e visitantes a respeito do lixo e esgoto que despejam em qualquer lugar.

Atitudes e pensamentos como destes moradores nos mostram outro cenário para a bacia do Rio Piraquê-Cabuçu, que ao conhecer e perceber a sua totalidade, nos deparamos com o rio vivo em ambiente natural na cabeceira, acompanhamos a sua poluição e processo de degradação e intervenção humana ao longo do percurso pela área urbana, chegando completamente poluído e contaminado na sua foz, a Baía de Sepetiba e os manguezais. O que é mais importante perceber é que esta área da foz

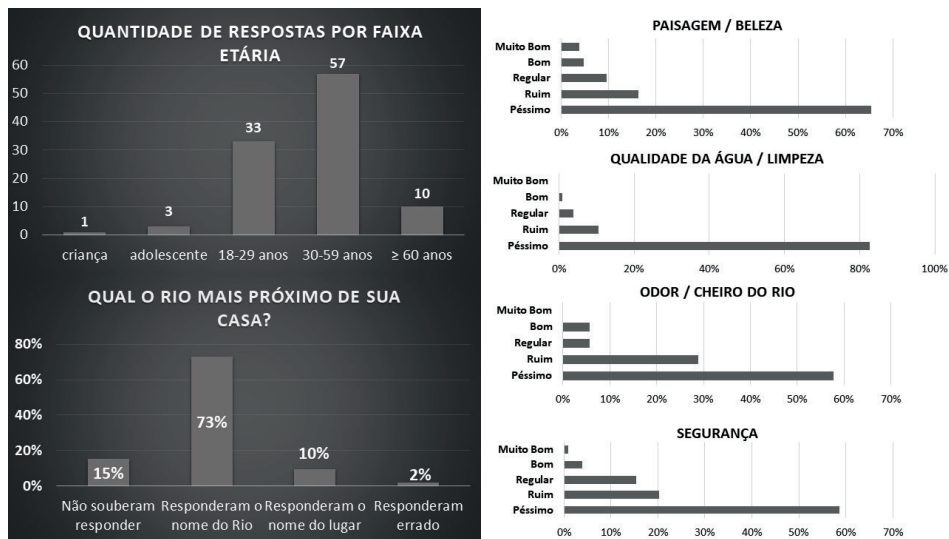
contém duas áreas protegidas caracterizadas por um ecossistema específico sendo ambientalmente frágeis. A água límpida das cachoeiras não poderia estar chegando aos manguezais e na baía de Sepetiba com um baixo nível de contaminação? Os cenários são impactantes quando você observa a paisagem dando o foco aos rios, pois percebemos que o rio, mais que um simples curso d'água, ele representa um conjunto de seres vivos que sobrevivem ao impacto das ações humanas.

2.2 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

Foram 104 questionários respondidos atendendo o critério de ser um morador da área limite da bacia hidrográfica do Rio Piraquê-Cabuçu. Cerca de 70 % dos participantes se declararam do gênero feminino e 30 % do gênero masculino. Das faixas etárias participantes, de acordo com o gráfico da figura 22, as pessoas entre 30 e 59 anos foram de maior representatividade. Também participaram da pesquisa dez pessoas idosas. As respostas dos questionários estão apresentadas em forma de gráficos e percentagem e em seguida revelamos algumas respostas de moradores mais antigos onde eles descrevem um pouco da memória de trinta, quarenta e cinquenta anos dos rios do estudo de caso.

A primeira pergunta feita sobre os rios urbanos buscou descobrir se os moradores conheciam qual era o rio mais próximo de sua casa. Os participantes tiveram que responder o nome do rio, onde o rio estava localizado e caso não soubesse, responder que não sabia. Perguntas sobre os aspectos físicos e sensoriais foram também colocados no questionário com o intuito de classificar a paisagem do rio, em relação a sua beleza; a qualidade da água e sua limpeza; o odor e o cheiro do rio; e a segurança dos espaços de beira rio. A figura 22 apresenta os gráficos com os dados das respostas relativas às perguntas supracitadas.

FIGURA 22: GRÁFICOS DOS RESULTADOS.



FORNTE: NATÁLIA RIBEIRO, 2018.

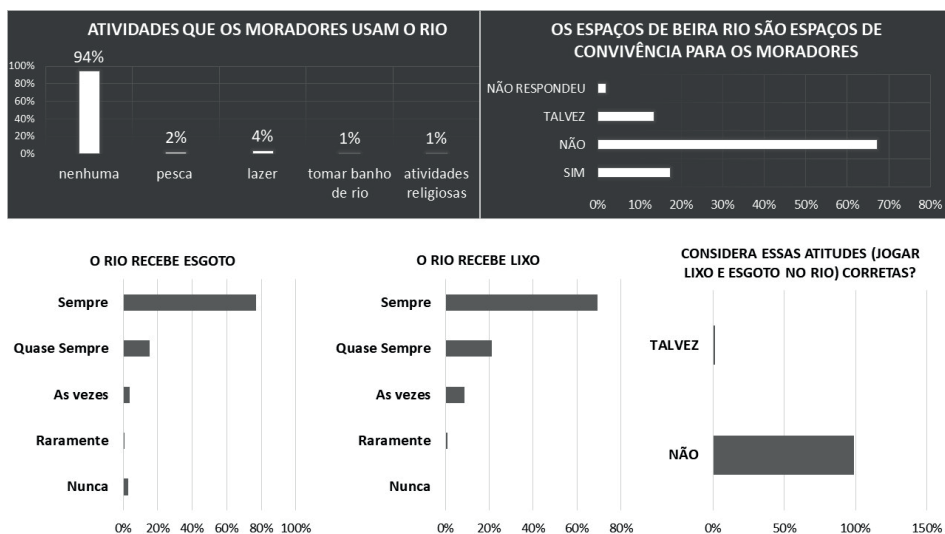
Desta forma identificamos que 73 % dos participantes mostraram conhecimento sobre os rios, respondendo um ou mais nomes de rios que fazem parte da bacia hidrográfica do Rio Piraquê-Cabuçu. Os outros 17 % dos participantes não souberam responder ou não responderam corretamente. Dentre estes, uma pessoa respondeu “Rio Guandu”, rio este que não faz parte da Bacia Hidrográfica do estudo de caso. Uma outra pessoa respondeu que conhecia um valão e não um rio. É importante destacar que a palavra “valão” apareceu em 3 respostas, onde os participantes questionavam se o rio que estávamos nos referindo na pesquisa era mesmo um rio ou um valão.

O aspectos físicos e sensoriais que os participantes classificaram como péssimo; ruim; regular e muito bom, foram da paisagem do rio, em relação a sua beleza; da qualidade da água e sua limpeza; do odor e o cheiro do rio e da segurança dos espaços de beira rio. Em todos os aspectos avaliados, a resposta “péssimo” teve o maior número de marcações. O aspecto “qualidade da água” foi o que teve a maior classificação como “péssimo”, acima de 80 % das respostas.

O uso do espaço do rio e de beira pela população é importante, considerando que a apropriação pela população caracteriza aproximação e afetividade, o que Tuan (2012) descreve como “topofilia” e também caracteriza sentido de “urbanidade” colocado por Mello (2008). No questionário perguntamos quais atividades o participante usa o rio e concluímos que apenas 4 % usam para lazer, 2 % para pesca e 1 % para tomar banho

e atividade religiosa, conforme mostra um dos gráficos da figura 23. A figura abaixo apresenta os gráficos com as respostas obtidas sobre quais as atividades que os moradores praticam e usam o rio, sobre a opinião dos moradores se os espaços de beira rio são espaços de convivência, sobre a frequência que eles notam se o rio recebe esgoto e lixo e se os moradores consideram corretas essas atitudes de jogar lixo e esgoto no rio.

FIGURA 23: GRÁFICOS DOS RESULTADOS.



FONTE: NATÁLIA RIBEIRO, 2018.

Nos resultados obtidos para compreender a percepção do uso e apropriação dos rios do estudo de caso, 68 % dos participantes responderam que os espaços de beira rio não são espaços de convivência para eles. Do restante, 19 % responderam que sim e 13 % responderam talvez. Estes resultados apontaram para uma ausência do sentimento topofílico dos moradores pelo rio e seus espaços de beira rio.

Sobre o saneamento nos rios da bacia, perguntamos com que frequência o rio recebe esgoto e lixo. Cerca de 80 % das respostas indicavam que o rio recebe lixo e esgoto sempre. Os resultados mostraram que a população tem conhecimento sobre o grau de poluição dos rios através do lançamento de esgoto e do lixo existente, corroborando a afirmação dos participantes, onde 99 % responderam que estes tipos de atitudes não são considerados corretos.

A memória dos moradores foi bem retratada nas respostas sobre as perguntas “Como era o rio antigamente? Quais as mudanças que percebeu nele?”, ao percebermos que as pessoas que moram a mais de trinta, quarenta, cinquenta anos na região tiveram

a disposição de descrever lembranças de forma nostálgicas e manifestar insatisfações sobre o cenário atual. Sobre o Rio Cabuçu e o Rio da Prata do Cabuçu, localizados na área mais urbanizada do bairro Campo Grande, tivemos as seguintes declarações: “Limpo e dava para nadar. Agora muito mato e lixo” (Moradora há 47 anos); “Fluía água e a população era mais consciente. Hoje flui esgoto e a população ignora a importância do rio e da água. Observamos que em Campo Grande não temos tratamento de esgoto em pleno século XXI” (Moradora há 53 anos); “Tomava banho com meus irmãos nele, hoje não passa de puro esgoto” (Morador há 62 anos); “Era ótimo, dava para pescar, tomar banho, tinha plantas em volta, planta Santa Luzia, sabe qual é? Pegávamos para enfeitar a casa” (Moradora há 60 anos); “Era limpo, tinha peixe, pescavam camarão. A poluição acabou com o rio, a população e o progresso. Hoje tem um lagarto que mora na pedra do rio e toma conta e lá” (Moradora há 56 anos).

Os moradores da área da foz da bacia também se manifestaram em grande número nas respostas sobre como o rio era antigamente e quais as mudanças que perceberam nele. Os moradores que são em sua maioria do bairro Pedra de Guaratiba escreveram: “Sempre foi mangue, sendo menos sujo, menos fedorento, como hoje, não haviam um número grande de habitantes, como hoje, era apenas pescadores que ali viviam da pesca” (Moradora há 35 anos); “Antigamente: qualidade da água razoável, fauna e flora de manguezal abundantes. Hoje: poluição e assoreamento” (Morador há 37 anos); “Antigamente eu pescava tomava banho hoje só poluição” (Morador há 33 anos); “A vegetação mudou e não vejo caranguejos, antes abundantes. Mal cheiro de esgoto (antes era cheiro de mangue) e a água ficou negra. Em alguns pontos a água parece pastosa” (Moradora há 27 anos); “O rio era lindo. Meus pais tomavam banho e pescavam. Hoje o odor está horrível e o aspecto de água poluída. Os peixes sumiram” (Moradora há 30 anos), “Pegávamos camarão no balde, pescávamos parati no canal 2 Piraquê, tenho foto, agora é só esgoto” (Moradora há 25 anos); “Eu moro neste bairro desde os quatro anos, hoje tenho vinte e nove, desde criança o rio já era poluído mas a molecada nadava nele, era o lazer do verão, hoje com o super crescimento do local sem nenhum planejamento a situação só piorou. Além do mais as indústrias próximas baía de Sepetiba tem aumentado eu acredito que elas contribuem para a poluição” (Moradora há 25 anos).

Curiosamente uma das respostas declarou que o rio canalizado apresentou melhora: “Quando o conheci, já era poluído, mas depois passou por uma obra de canalização que melhorou o seu aspecto. Também é feito constantemente o trabalho de capina no mato em volta e na calçada há muitas árvores plantadas” (Morador há 27 anos). Algumas respostas expressam a existência do “valão” como evidência: “Era um lindo rio! Agora é simplesmente um valão podre” (Morador há 19 anos).

Os resultados mostraram, através da análise em campo e pelas expressões e respostas dos moradores locais, a existência de conflitos que são principalmente relacionados à falta de saneamento básico e do tratamento do esgoto em grande parte da bacia hidrográfica. Em geral também foi notado aspectos como o crescimento de ocupação irregular em margens de rios e proximidades, tendo a canalização como fator modificador da percepção do rio, percebido como “valão”. Os rios da bacia antigamente eram limpos, podendo nadar e pescar neles. Com a interpretação do tempo, quando buscamos a memória de “antigamente”, percebeu-se que o Rio Piraquê era diferente na memória de vinte e trinta anos atrás. Porém, o Rio Cabuçu só é revelado como rio limpo em lembranças de moradores com mais de cinquenta anos de residência, pelos processos de canalização e maior proporção de esgoto que recebe nestes trechos. Os moradores revelaram nostalgia e insatisfação, responsabilizando a população e os setores públicos pelo estado em que os rios se encontram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os moradores demonstraram, em suas percepções sobre Rio Piraquê-Cabuçu, que ele é considerado de aspecto feio e negativo em sua paisagem e parece estar poluído em seu aspecto ambiental. A questão sanitária foi a mais percebida e evidenciada, com a maior percentagem do aspecto “péssimo” em todos os critérios questionados, principalmente em relação a qualidade da água.

Por uma abordagem topofilica podemos dizer que houve uma pequena variação na maneira como as pessoas perceberam e avaliaram o rio, sua essência e sua aparência. Por outro lado, a opinião dos entrevistados face a questão ambiental ressaltou no processo de percepção e nas comparações do tempo, as relações de afeto, memórias, imagem, indignação e reações diversas.

Os aspectos naturais do rio ao serem substituídos por obras de construção civil nem sempre são garantidoras de equacionar o bem-estar da população ou um ambiente harmônico. A percepção e conscientização da população com relação às mudanças realizadas na bacia, ressaltaram a necessidade de diminuir os impactos causados por ações antrópicas, sob pena da paisagem urbana se deteriorar cada vez mais. Principalmente quando falamos da poluição no rio, que coloca em risco todos os tipos de vidas e a sobrevivência dos ecossistemas.

Os processadores dessa consciência social, frente ao quadro ambiental no qual o rio se apresenta, nos parece apoiados na percepção ambiental. Segundo Del Rio, e Oliveira (1999) a percepção ambiental é influenciada pelos aspectos culturais,

econômicos, afetivos, ecológicos, históricos e geográficos. Segundo os autores essa percepção perpassa também a valorização dos sentidos, ao que é visível e invisível, ao que bonito e ao que é feio, ao natural e ao construído.

Conclui-se que os rios são negligenciados, ainda que por outra perspectiva também carreguem a memória dos moradores mais antigos na lembrança de um rio descrito como um elemento da natureza. Um cenário onde as pessoas usufruíram e estabeleceram conexões afetivas no passado, em uma realidade em que o rio era limpo e era possível nadar e pescar peixes e camarões.

As revelações feitas pelos moradores na insatisfação de verem os rios no estado em que se encontram, apontam para reconhecer as próprias atitudes e hábitos da população que se expressam na falta de cuidado e respeito com o rio e os espaços de beira rio. Como Tuan (2012, p. 15,) coloca “Sem a auto compreensão não podemos esperar por soluções duradouras para os problemas ambientais que, fundamentalmente, são problemas humanos”, portanto, são através dos próprios hábitos que as pessoas são responsáveis por suas ações e podem transformar suas atitudes.

Não é só responsabilidade de cada indivíduo de cuidar e zelar pelo meio ambiente em que vive, como também é do coletivo, da sociedade. Existe um comprometimento maior das administrações públicas em resolver ou trazer soluções para os problemas apresentados, porém cabe a cada cidadão fazer o seu papel de cobrar dos setores públicos.

Por fim, o estudo revelou através da percepção dos pesquisadores e dos moradores, enquanto sensibilização na construção de novos sentidos, um “chamado” para toda a sociedade em geral, ressaltando a importância de cada cidadão como agente modificador desse cenário, sendo motivador de novas ideias, projetos e ações nesta temática. A bacia hidrográfica apresenta como um diferencial neste estudo de caso, por pertencer somente ao território do município do Rio de Janeiro e diferentemente de outras bacias hidrográficas que estão sujeitas a administrações e acordo entre diferentes governos e esferas governamentais. São estas colocações que devem ser evidenciadas, nas possibilidades e na contribuição para o despertar do olhar da população na mudança do cenário ambiental dos rios urbanos.

REFERÊNCIAS

BARTALINI, V. Córregos em São Paulo: a ocultação do avesso. **Revista Geograficidade**: Niterói, v. 4, n. 1, 2014. p. 30-37.

COSTA, L. M. S. A. **Rios Urbanos e o desenho da Paisagem**. In: ____ (Org.). Rios e paisagens urbanas em cidades brasileiras. Rio de Janeiro: Viana&Mosley: PROURB, 2006, p. 09-15.

- CUNHA, S. B. **Rios desnaturalizados**. *In*: BARBOSA, Jorge Luiz; LIMONAD, Ester (orgs.). Ordenamento territorial e ambiental. Niterói: Ed. UFF, p. 171-192, 2012
- DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L (orgs.). **Percepção Ambiental – a experiência brasileira**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.
- MELLO, S. S. **Na beira do rio tem uma cidade: urbanidade e valorização dos corpos d'água**. 2008. 348 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- OLIVEIRA, L. de. **Percepção do Meio Ambiente e Geografia – estudos humanistas do espaço, da paisagem e do lugar**. MARANDOLA Jr., E.; CAVALCANTE, T (orgs.). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.
- RIBEIRO, N. F. **Rios urbanos e as relações do/no espaço livre (estudo de caso bacia do rio Piraquê-Cabuçu, zona oeste do Rio de Janeiro)**. Niterói: UFF, 2017. 162 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.
- RIO DE JANEIRO (cidade). **Plano Diretor de Manejo de Águas Pluviais (PDMAP), da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Rio águas, 2012.
- TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: EdUEL, 2012.

UMA DIALÉTICA E CONTROVERSA RELAÇÃO: A CIDADE DO RIO DE JANEIRO E SUAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAIS – REFLETINDO SOBRE O (ATLAS PARA O) FIM DO MUNDO

**SÔNIA L. PEIXOTO
JOLNNYE R. ABRAHÃO**

INTRODUÇÃO

A temática da conservação da biodiversidade por meio das áreas protegidas, no Brasil, denominadas unidades de conservação da natureza (UCs)¹ constitui, na contemporaneidade, uma questão estratégica e central em políticas públicas, tendo em vista os compromissos globais estabelecidos pela Convenção da Diversidade Biológica (CDB) e demais acordos dos quais o Brasil é signatário. Neste contexto se inscrevem não apenas as UCs localizadas em regiões remotas, mas também aquelas situadas em áreas rurais e que são atingidas pela urbanização extensiva (Monte-Mór, 2004), e as UCs totalmente inseridas em cidades, nas quais a gestão de seus territórios envolve tensões com relação às principais questões políticas, sociais, científicas, culturais e econômicas das cidades, características do conflito de interesses associados a essas áreas, compondo distintos campos discursivos e arenas de debate de diferentes interesses, individuais e coletivos (Peixoto, 2014).

Sancho e Deus (2015) mencionam que a criação de espaços naturais protegidos, sobretudo no final do século XIX, no âmbito da consolidação do capitalismo em abrangência global, resultou em uma relação historicamente caracterizada pela tentativa de dominação da natureza pela sociedade, e mais especificamente a sociedade ocidental, ancorada na perspectiva hegemônica do pensamento racional e científico, responsável

1 O termo unidades de conservação é utilizado no Brasil para designar áreas legalmente protegidas, em consonância com a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (BRASIL, 2000). Em termos jurídicos, “unidades de conservação” e “áreas protegidas”, termo utilizado mundialmente para designar as unidades de conservação, são considerados conceitos distintos, posto que as unidades de conservação se referem aos espaços físicos delimitados cuja titularidade pertence ao Estado (excetuando as Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN). Já a expressão “área protegida”, além de incluir as diferentes categorias de unidades de conservação (Reserva Biológica, Parque Nacional, Reserva Extrativista etc.), e é também adotada para as chamadas “reservas legais” e “áreas de preservação permanente”.

por sustentar o advento e a supervalorização da técnica e que acabou solidificando um sentido de natureza cada vez mais instrumental e funcional. Para os autores, o estabelecimento das áreas protegidas esteve associado à consolidação do capitalismo em âmbito mundial, sob o modelo urbano industrial da civilização ocidental, à concepção de natureza-mercadoria, o que contribuiu para o aumento da degradação ambiental, associado ao contexto de deterioração das condições urbanas em várias cidades.

Tais fatos, ainda segundo Sancho e Deus (2015), levaram à construção de uma agenda global na metade do século XX, incluindo a politização da temática do meio ambiente, visando à redução da degradação ambiental e a conservação dos estoques de biodiversidade do planeta, inclusive em ambientes urbanos, em função dos serviços ambientais prestados pelos espaços naturais protegidos à população tais como contenção das encostas, conservação dos mananciais hídricos e qualidade da água, redução da poluição do ar e microclimas mais agradáveis em regiões com temperaturas mais elevadas. Estas considerações se tornam potencializadas quando se estima que, para 2030, aproximadamente, dois terços da população mundial viverá em cidades.²

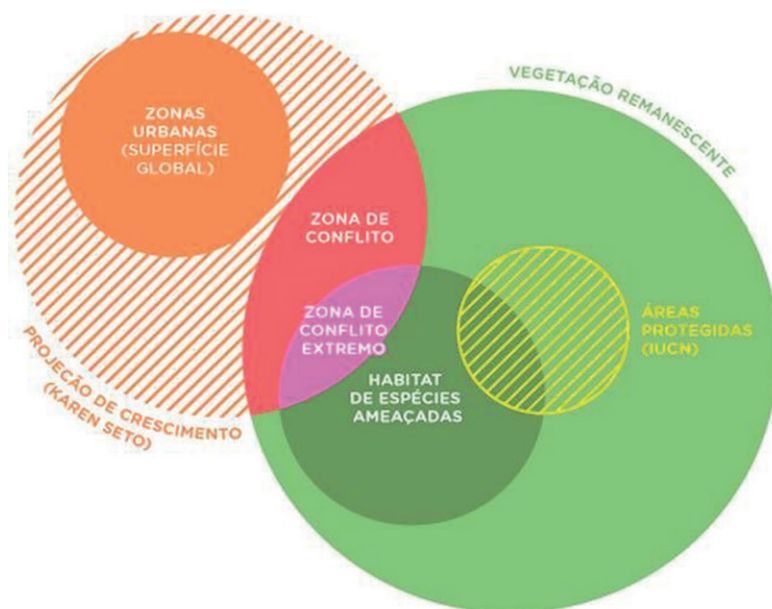
Apesar dos compromissos globais, programas e projetos visando à conservação da biodiversidade, pactuados em âmbito global a partir da ECO-92, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, a situação verificada em relação às ameaças à diversidade biológica em várias regiões do planeta é crítica, inclusive quando se associa metrópoles e biodiversidade. Tais ameaças foram apresentadas na nona edição do Fórum Urbano Mundial, realizada em Kuala Lumpur, Malásia, ocorrida em fevereiro de 2018, que demonstrou como a expansão de 422 cidades com mais de trezentos mil habitantes localizadas em *hotspots* de biodiversidade no mundo (Mittermeier *et al.*, 2004) pode criar áreas de conflito (Figura 24) e destruir o *habitat* de espécies já ameaçadas de extinção em 90 % dos casos, e em menos de duas décadas. Isto significa dizer que uma rede complexa de vida, que cria ecossistemas saudáveis e resilientes, pode ser afetada e culminar na piora das condições ambientais das cidades. A afirmação integra o estudo “Atlas para o Fim do Mundo” que se dedica a mapear interferência da urbanização sobre a biodiversidade.

A Figura 24 demonstra que as regiões ricas em biodiversidade estão situadas em áreas protegidas e que os limites geográficos entre essas áreas e as zonas urbanizadas

2 Cf.: Organização das Nações Unidas (ONU), World Cities Report, 2016.

são palco de conflito. O “Atlas para o Fim do Mundo” também aponta que das 867 ecorregiões³ do planeta, definidas pela organização não-governamental *World Wide Fund for Nature* (WWF), e que compõe os 35 *hotspots* de biodiversidade, apenas 170 têm 17 % ou mais de áreas protegidas, ou seja, encontram-se em conformidade com a Meta de Aichi⁴ n. 11, que recomenda que pelo menos 17% de áreas terrestres e de águas continentais e 10 % de áreas marinhas e costeiras do planeta devam ser conservados até 2020. O estudo aponta que das 422 cidades localizadas nas 35 áreas mais ricas em biodiversidade existem conflitos com os biomas locais em 383 cidades.

FIGURA 24: ZONAS DE CONFLITO ENTRE A URBANIZAÇÃO DAS CIDADES E A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.



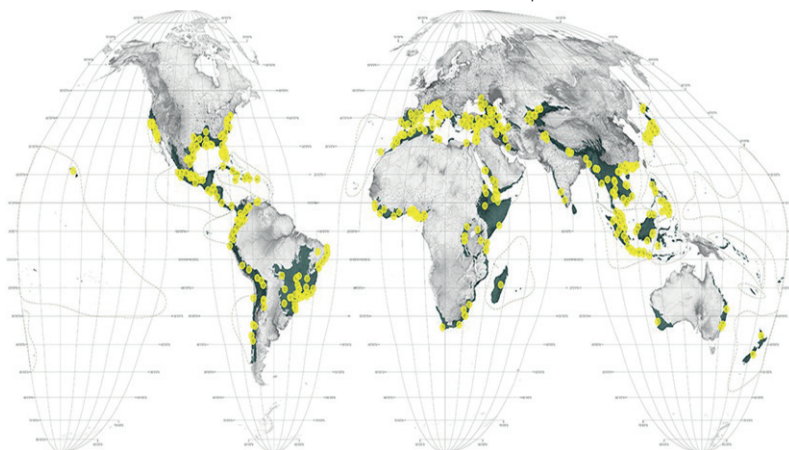
FONTE: NEXO, 2018.⁵

- 3 As ecorregiões são definidas como áreas relativamente grandes de terra ou água contendo um conjunto característico de comunidades naturais que compartilham a grande maioria de suas espécies, dinâmicas ecológicas e condições ambientais (DINERSTEIN *et al.*, 1995).
- 4 Durante a Décima Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-10), realizada na cidade de Nagoya, Província de Aichi, Japão, foi aprovado o Plano Estratégico de Biodiversidade para o período de 2011 a 2020. No processo de elaboração deste plano, o Secretariado da CDB propôs que fosse estabelecido um conjunto de metas, objetivos de médio prazo, que foram materializados em vinte proposições, as metas de Aichi. Disponível em: <https://www.oeko.org.br/dicionario-ambiental/28727-o-que-sao-as-metas-de-aichi/> Acesso em: 19.01.2020.
- 5 Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2018/02/19/O-projeto-que-mapeia-ochoque-entreexpans%C3%A3o-urbana-e-biodiversidade> Acesso em: 19.01.2020.

O mais alarmante, segundo o estudo, é que muitas dessas cidades não parecem ter estratégias de planejamento urbano para evitar essa calamidade, sendo que trinta e três cidades são consideradas “pontos críticos” porque devem enfrentar maior crescimento populacional e expansão geográfica nos próximos anos (Figura 25). Por tais razões são cidades denominadas *Hotspot Cities*, consideradas pelo estudo como prioritárias na adoção de medidas de preservação ambiental, tendo uma grande responsabilidade e um papel a desempenhar tanto como cidades guardiãs, como beneficiárias da biodiversidade mais valiosa do planeta. No Brasil, além das cidades de São Paulo e Brasília, respectivamente localizadas nos biomas Mata Atlântica e Cerrado, a cidade do Rio de Janeiro apresenta diversos conflitos entre urbanização e a proteção dos recursos naturais. Dentre estes, pode-se citar a urbanização das Faixas Marginais de Proteção de rios e lagoas, a destruição de manguezais, de restingas e a supressão de vegetação de Mata Atlântica protegida por lei para a implantação de empreendimentos imobiliários, o que demonstra não haver diálogo e interlocução entre as políticas ambientais e urbanísticas.

Ressalta-se que o adensamento decorrente da urbanização desenfreada sem planejamento demanda por mais utilização dos serviços de infraestrutura, levando a utilização de mais recursos naturais e, conseqüente aumento no tratamento de esgotos, na emissão de gases poluentes e na geração de resíduos sólidos urbanos.

FIGURA 25: CIDADES E CONFLITOS COM A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.



FONTE: ATLAS FOR THE END OF WORLD.⁶

6 Disponível em: http://atlas-for-the-end-of-the-world.com/hotspot_cities_main.html. Acesso em: 19.01.2020.

Para a organização não-governamental *The International Union for Conservation of Nature* – IUCN (2014)⁷ as áreas protegidas urbanas se distinguem dos demais espaços protegidos situados em regiões mais remotas em razão do elevado número de visitantes e usuários cotidianos, por se relacionarem com vários atores da arena urbana, governamentais, mídia, formadores de opinião, associações acadêmicas e culturais, por conta da expansão urbana, das ocorrências criminais e vandalismo, por se encontrarem mais sujeitas aos efeitos de borda, incluindo incêndios, e em função da poluição do ar e introdução de espécies exóticas invasoras.

No entanto, áreas protegidas situadas nos centros urbanos, em quase sua totalidade, são administradas pelos governos locais, distritais ou municipais, de acordo com o país. No Brasil, segundo Peixoto (2014), os sistemas de UCs municipais estão expostos ao acesso mais próximo dos grupos locais de interesse, políticos e econômicos, raramente se utilizam de ferramentas de monitoramento e avaliação de políticas públicas para a conservação da natureza, apresentam poucas parcerias efetivadas para a cooperação técnica em âmbitos regional, nacional e internacional, não investem na capacitação técnica continuada dos servidores, inclusive em fóruns nacionais e internacionais e, principalmente, são sistemas que apresentam baixa participação da sociedade nos processos de criação, planejamento e gestão desses espaços.

A cidade do Rio de Janeiro está inserida no bioma Mata Atlântica, conforme expresso na Lei da Mata Atlântica (Brasil, 2006), e seu decreto de regulamentação (Brasil, 2008), um dos biomas mais ameaçados pela urbanização. De acordo com a Fundação SOS Mata Atlântica (2017), no período de 2015-2016 foram destruídos 291 km² de florestas inserida no bioma, configurando o maior desmatamento em dez anos. Além disso, a cidade do Rio de Janeiro é a metrópole brasileira com maior número de UCs municipais, 54 no total. Apesar do elevado número dessas áreas, os problemas derivados da tensão urbanização e conservação da biodiversidade são inúmeros, razão pela qual a cidade do Rio de Janeiro está inserida pelo “Atlas do Fim do Mundo” como uma das 28 cidades do bioma da Mata Atlântica que está em conflito com sua biodiversidade.

7 Criada em 1948, a IUCN evoluiu para a maior e mais diversificada rede ambiental do mundo. Ele aproveita a experiência, os recursos e o alcance de suas mil e trezentas organizações membros e a contribuição de cerca de dez mil especialistas. A IUCN é a autoridade global sobre o status do mundo natural e as medidas necessárias para protegê-lo. Disponível em: <https://www.iucn.org/home>. Acesso em: 12.12.2019.

2. CIDADES E A CRIAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS: UM BREVE HISTÓRICO

O Brasil, desde a década de 1930, incorporou a questão ambiental como de responsabilidade governamental, tendo a Constituição de 1934 estabelecido que o Governo Federal, Estados e Municípios deveriam concorrer para a proteção da natureza. Irving *et. al.* (2006) apontam que, de todos os instrumentos legais criados à época, o Código Florestal de 1934 se tornou um dos mais importantes. Isto porque definiu, de forma concreta, um projeto brasileiro para a proteção da natureza, considerando a criação de áreas protegidas segundo objetivos e finalidades, na lógica da classificação das áreas protegidas em categorias de manejo da IUCN, tendo como resultado a criação de distintas categorias. O Código Florestal posterior, de 1965, sofreu várias emendas e medidas provisórias, avançando na concepção de que a proteção da natureza deve ser realizada em caráter solidário entre Estado e sociedade. Mas apesar disso, até a década de 1990, em alguns biomas brasileiros foram criadas áreas protegidas de várias categorias de manejo de modo desarticulado.

Nas cidades, já existiam parques urbanos com a finalidade de proporcionar à população descanso, recreação e lazer. Porém, somente a partir da década de 1960 foram criados os parques com objetivos análogos aos dos Parques Nacionais, conforme as finalidades expressas pela IUCN, ou seja, controlados pelo poder público, com a finalidade de preservação da biodiversidade e abertos à visitação. Na década de 1970, o Brasil era governado sob a égide militar. Irving *et al.* (2006) mencionam que à época várias áreas protegidas foram criadas, mas na perspectiva de controle do território nacional, sendo resultante de uma estratégia do Estado para integrar, interligar e desenvolver as regiões do país. Também foram criados os órgãos responsáveis pelas áreas protegidas federais, como o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF) e as Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, com o objetivo de executar a política ambiental centralizada. Com a abertura democrática, na década de 1980, políticas públicas para o meio ambiente se tornaram mais participativas.

Segundo a SOS Mata Atlântica (2017), somente a partir da década de 1990, no Brasil, foi possível perceber um grande salto no processo de criação de unidades de conservação municipais, em razão de estímulo financeiro para as Prefeituras com a constituição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços com critérios ambientais, o ICMS Ecológico, nos estados do Paraná e Minas Gerais. A conservação da biodiversidade por meio das áreas protegidas passou a ser um critério de repasse dos recursos financeiros desse tributo aos municípios. A partir da constituição do

ICMS Ecológico, já nos primeiros quatro anos de implementação, o número de áreas protegidas no Paraná mais que duplicou em relação aos anos anteriores.

Além do estímulo do ICMS Ecológico, em 2000, e após dez anos de intensa discussão, o governo federal publicou a Lei n. 9.985/2000, Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (BRASIL, 2000) e, em 2002, publicou o seu Decreto de regulamentação n. 4.340/2002 (BRASIL, 2002). Neste momento, as prefeituras brasileiras tentaram adequar suas áreas protegidas pela nomenclatura estabelecida na Lei do SNUC. Neste contexto, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro também tentou adequar suas áreas protegidas à referida nomenclatura, mas sem nenhum critério ou análise, conforme foi verificado a partir de análises documentais, apenas trocando os nomes como, por exemplo, de Parque Ecológico “A” para Parque Natural Municipal “A”, sem a devida clareza de que aquela área se constituía, de fato, como uma unidade de conservação da natureza em consonância com as definições e diretrizes da Lei do SNUC, ou era um parque urbano sobre o qual não haveria a necessidade de incidir a legislação federal.

3. PANORAMA DA GESTÃO AMBIENTAL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAIS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

A cidade do Rio de Janeiro apresenta um mosaico de paisagens de relevante expressão ambiental materializado em uma área litorânea, formado por duas baías, três maciços que se conectam por meio de uma rede hídrica, um complexo lagunar e aquíferos que integram diversos ecossistemas. Uma grande parte da cobertura florestal da Mata Atlântica da cidade é encontrada no Parque Nacional da Tijuca, como também nos Parques Estaduais da Pedra Branca e do Mendanha (estaduais), e nas unidades de conservação municipais, como os Parques Naturais Municipais (PNM) de Marapendi, Grumari/ Prainha, PNM Mendanha, PNM Dois Irmãos, PNM Paisagem Carioca, Monumento Natural do Pão de Açúcar e do Morro da Urca, e outros.

Para Peixoto (2014), apesar da importância das unidades de conservação vários desses espaços foram criados pelos poderes legislativo e executivo sem contar com estudos técnicos adequados que compreendessem melhor a localização, dimensões e desenho geográfico, diversidade biológica, e as condições de prover educação, pesquisa, turismo, lazer e recreação, bem como sem consulta pública, portanto, sem critérios para uma gestão efetiva e participativa, mesmo depois da promulgação da Lei do SNUC (Brasil, 2000). Isto que dizer que em sua imensa maioria, as unidades de conservação municipais foram criadas sem diagnósticos técnicos e sem a fundamental participação da sociedade, conforme previsto na Lei do SNUC.

O Relatório Técnico n.º 007/2016/CAL/MD da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (CMRJ) sobre as UCs do município do Rio de Janeiro, elaborado pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, apontou o número de 20 UCs de proteção integral, sendo duas estaduais, Parques Estaduais da Chacrinha e do Grajaú, e 33 UCs de uso sustentável, em um total de 53 UCs, não contando com a Reserva Biológica do Pau da Fome e Camorim que não possui limites definidos na sua Lei Municipal de criação. Das 5 Áreas de Planejamento (AP) do município, duas apresentam o maior número de UCs de proteção integral, que não permite o uso direto dos recursos naturais: AP2 (zona sul da cidade, e Tijuca, Vila Isabel) com 39 %, e AP 4 (Barra da Tijuca, Jacarepaguá) com 44%, e relação semelhante ocorre com as de uso sustentável, que permite o uso direto dos recursos naturais. Nestes termos, nota-se que a maior parte das UCs municipais está localizada nas regiões de maior poder econômico do município.

O Relatório n.º 007/2016/CAL/MD da Câmara Municipal do Rio de Janeiro também demonstrou o processo de conversão de áreas naturais em áreas urbanas ou degradadas, e suas taxas anuais de antropização, problematizando a questão da perda da qualidade ambiental do município e apontando como estratégia eficaz a criação de mais áreas protegidas para proteção dos remanescentes locais da Mata Atlântica, incluindo manguezais e vegetação de restinga.

Além do exposto, algumas das UCs municipais foram criadas em sobreposição a outras já existentes, portanto, de forma não criteriosa, como pode ser visto na Figura 26 que mostra a situação em um recorte da zona sul carioca. Em 2016 a situação da pressão da urbanização sobre os recursos naturais se agravou com os impactos provocados pelas obras para as Olimpíadas, em especial com a redução de 52 hectares do PNM de Marapendi, redução aprovada no final de dezembro de 2013 pela Câmara dos Vereadores do Município do Rio de Janeiro. A redução dos limites do PNM Marapendi ocorreu em função da instalação de um campo de golfe olímpico na APA de Marapendi, hoje um campo de golfe inoperante, e da construção do empreendimento mobiliário Reserva Uno pela iniciativa privada.

FIGURA 26: SOBREPOSIÇÃO DE UCS MUNICIPAIS EM UM RECORTE DA ZONA SUL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.



FONTE: RIO DE JANEIRO (CIDADE), 2014.

Soma-se a este cenário a constatação de que as UCs municipais não fazem parte do organograma da Secretaria Municipal de Conservação e Meio Ambiente da Prefeitura do Rio de Janeiro, o que lhes retira a possibilidade de serem unidades administrativas e contar com maior independência e agilidade frente às demandas inerentes à gestão, inclusive orçamentárias, seguindo dependentes de arranjos financeiros sem planejamento.

4. A CIDADE DO RIO DE JANEIRO NO CONTEXTO DO ATLAS PARA O FIM DO MUNDO

Os impactos humanos dominam o planeta em praticamente toda a sua extensão, eliminando muitas espécies de grandes áreas do ambiente terrestre e dos oceanos, e conduzindo a taxa atual de extinção de espécies a mil vezes a sua taxa natural (Pimm *et al.*, 2018). A principal solução para conter a perda de biodiversidade é o estabelecimento de áreas protegidas. No ambiente terrestre essas áreas cresceram de alguns milhões de quilômetros quadrados na década de 1960 para mais de vinte milhões de quilômetros quadrados hoje em dia, correspondendo entre 13 e 15 % da superfície terrestre, dependendo se podem ser consideradas áreas cobertas de gelo como a Antártida e como se define “Protegida” (Pimm *et al.*, *op. cit.*).

De acordo com as Metas de Aichi da Convenção sobre a Biodiversidade Biológica, os alvos incluem a proteção de pelo menos 17 % das áreas, como ecologicamente representativas e bem conectadas em um sistema de áreas protegidas para reduzir para metade a taxa de perda de habitat.

Apesar do elevado número dessas áreas, os problemas derivados da tensão urbanização e conservação da biodiversidade são inúmeros, razão pela qual a cidade do Rio de Janeiro está inserida pelo “Atlas para o Fim do Mundo” como uma das vinte e oito cidades no *Hotspot* Mata Atlântica com conflitos entre o crescimento urbano e biodiversidade. Essas vinte e oito cidades apresentam hoje uma população de 68.483.000 habitantes, com uma previsão de crescimento em 2030 de 78.050.000 habitantes. Essa ecorregião abrange 68 espécies ameaçadas, sendo as principais ameaças a biodiversidade as pastagens, o desmatamento, a expansão urbana e industrialização, a infraestrutura, a mineração, as barragens e o desenvolvimento do turismo. Além disso, apesar das cinquenta e quatro UC municipais da cidade do Rio de Janeiro, que representam cerca de 29 % do território municipal, a gestão deficitária dessas áreas associada a baixa interlocução entre as políticas de proteção da natureza e urbanística afetam e fragilizam a proteção da biodiversidade carioca.

Alguns cientistas, entretanto, relatam que é necessário proteger metade da superfície da Terra para preservar a maioria de suas espécies. “A abordagem HalfEarth” (Wilson, 2016) fornece uma visão inspiradora que sugere a proteção da metade da Terra como forma de proteger 85 % de suas espécies e ser um “limite seguro” para impactos humanos. A preocupação em concentrar-se na área total protegida é, no entanto, enganosa. De acordo com Pimm *et al.* (2018), é a qualidade, não a quantidade de áreas protegidas que importa. Segundo os autores, a predileção dos governos nacionais é proteger áreas que são “selvagens”, isto é, tipicamente remotas, frias ou áridas, que geralmente possuem relativamente poucas espécies. A análise dos autores demonstra que proteger até metade das grandes áreas selvagens do mundo não protegerá muito mais espécies do que atualmente. Para proteger o maior número possível de espécies em risco, especialmente aquelas com pequenas áreas, os governos devem expandir seu foco de conservação e priorizar a proteção de habitats-chave fora das florestas, parques e reservas existentes. É teoricamente possível proteger grandes frações de espécies em regiões relativamente pequenas (Pimm *et al.*, 2018).

Nesse contexto, as cidades do *hotspot* têm uma responsabilidade e um papel especial como guardiães e beneficiárias da biodiversidade mais valiosa do mundo. O reconhecimento que existe um conflito entre o seu crescimento e a biodiversidade é

o primeiro passo para evitar isso. Além disso, apresentam um desafio de planejamento urbano e planejamento de conservação, em que é necessário redirecionar o seu crescimento de forma a proteger sua biodiversidade.

Ressalta-se no estudo do “Atlas para o Fim do Mundo” que, embora o mapeamento da biodiversidade (de acordo com a Lista Vermelha da IUCN) seja baseado em espécies ameaçadas, “biodiversidade” não significa apenas animais e plantas individuais; significa a complexa teia da vida que cria um ecossistema saudável e resiliente, sem o qual nenhuma cidade pode sobreviver. Além disso, de nada vale o mero cumprimento estatístico das Metas de Aichi sem que haja o planejamento ou suporte necessário para as áreas protegidas cumprirem seu papel na conservação da biodiversidade, principalmente no que diz respeito à criação de grandes áreas protegidas em áreas isoladas, despovoadas e pouco ameaçadas, o que pode diminuir a pressão pela preservação de áreas menores e muito mais ameaçadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O “Atlas para o Fim do Mundo” demonstrou, de forma contundente, a relação entre a urbanização e as ecorregiões mais criticamente ameaçadas do planeta, auferindo o quantitativo das áreas protegidas nos trinta e cinco pontos de *hotspots* de biodiversidade em âmbito global e comparando esta situação com o estabelecimento das Metas de Aichi para 2020. O Atlas também apontou que o crescimento urbano de algumas cidades está colocando em risco ecossistemas e espécies ameaçadas de extinção. Nestes termos, o estudo indicou duas cidades brasileiras, São Paulo e Brasília, como *hotspots cities*, mas também indicou várias outras cidades, entre elas a cidade do Rio de Janeiro, como de sendo de risco e prioritárias na adoção de medidas de preservação ambiental, tendo uma grande responsabilidade e um papel a desempenhar tanto como guardiães da biodiversidade mais valiosa do planeta.

Nesses termos, o presente trabalho pretendeu dar maior visibilidade aos riscos decorrentes da falta de articulação e diálogo entre as intervenções urbanísticas e a conservação da diversidade biológica na cidade do Rio de Janeiro, entendida pelo “Atlas para o Fim do Mundo” como prioritária na adoção urgente de medidas para minimizar a degradação ambiental e preservar seu patrimônio natural. Na cidade do Rio de Janeiro não só os problemas de urbanização provocados pela falta de planejamento integrado entre as políticas para a conservação da natureza e urbanísticas, mas também a baixa articulação interinstitucional e interssetorial entre as unidades de conservação e seu

entorno são fatores que incidem na eficiência da gestão desses espaços. Aspectos como a falta de interesse institucional para construção de um efetivo sistema de UCs, bem como a falta de uma estrutura organizacional mais sólida podem ameaçar os recursos naturais do município, tornando-o um possível candidato a ser inserido como uma área crítica na próxima edição do “Atlas para o Fim do Mundo”.

Além do exposto, destaca-se que a criação, o planejamento e a gestão das unidades de conservação, inclusive municipais, devem estar em consonância com as recomendações estabelecidas na Lei do SNUC (Brasil, 2000), e seu decreto de regulamentação, entendendo-se que tais processos não são horizontais e monolíticos, mas interagem entre si em um contexto dinâmico. Logo, administração de UCs urbanas, palco de ressonância dos problemas, entraves e oportunidades da cidade na qual estão localizadas, se torna um desafio ainda maior para aqueles que atuam nos processos de urbanização, mas com a preocupação de conservar a natureza. No caso da cidade do Rio de Janeiro, o desafio é ainda maior diante da gravidade dos problemas apresentados e que demandam urgência no seu enfrentamento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto que Regulamenta a Lei n. 11.428 de 22 de dezembro de 2006 – Lei da Mata Atlântica. Decreto n.º 6.660, de 21 de novembro de 2008.

BRASIL. Lei n. 11.428 de 22 de dezembro de 2006 que dispõe sobre utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC**. Lei n. 9.985 de 18 de julho de 2000.

BRASIL. **Decreto que Regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC**. Decreto n. 4.340 de 22 de agosto de 2002.

FUNDAÇÃO SOS Mata Atlântica. **Atlas dos remanescentes florestais da mata atlântica no período 2015-2016**. São Paulo: SOS Mata Atlântica, 2017.

IRVING, M. A *et al.* Construção de governança democrática: interpretando a gestão de parques nacionais no Brasil. *In*: IRVING, Marta de Azevedo (org.). **Áreas Protegidas e Inclusão Social: construindo Novos Significados**. Rio de Janeiro: Aquarius, 2006. p. 40-75.

MITTERMEIER, R. A. *et al.* **Hotspots revisited**. CEMEX. , 2004, 389 p.

MONTE-MÓR, R. L. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. *In*: DINIZ, & CROCCO (orgs.). **Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2006.

PEIXOTO, S. L. **Áreas Protegidas urbanas: a necessidade de fortalecimento institucional dos governos locais para a efetiva conservação da biodiversidade**. *In*: Nurit Bensusan; Ana Paula Prates (org.). A Diversidade cabe na

unidade? Áreas Protegidas no Brasil. Brasília: IIEB, 2014, p. 540-577.

PIMM, S. L.; JENKINS, C. N.; BINBIN, V. **How to protect half of Earth to ensure it protects sufficient biodiversity.** Science Advances, v. 4, n. 8, 2018.

SANCHO, A; DEUS, A.S. Áreas protegidas e ambientes urbanos: novos significados e transformações associados ao fenômeno da urbanização extensiva. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 27, n. 2, p. 223-238, 2015.

WILSON, E. O. **Half-Earth: our planet's fight for life.** Nova York: WW Norton & Company, 2016.

AGRICULTURA URBANA – UM OLHAR SOBRE AS “REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO” E OS “ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO”

**CLAUDIA SOUZA DE MELLO
ELOISA CARVALHO DE ARAUJO**

INTRODUÇÃO

A agricultura urbana como prática social de apropriação do espaço urbano, público, é um fenômeno global na paisagem da cidade contemporânea. Grande parte das pesquisas sobre o assunto enfatiza tópicos relacionados à questão ambiental, à sustentabilidade, à segurança alimentar e à geração de renda, entre outros. O artigo objetiva olhar as práticas sociais de agricultura urbana e refletir acerca de seus espaços, não só físicos e geográficos, mas também simbólicos, políticos e culturais. As reflexões aqui apresentadas são motivadas por algumas questões como, por exemplo, se as práticas da agricultura urbana possuem uma dimensão política ou, ainda, se essas práticas podem auxiliar no resgate da função social dos espaços públicos. Ademais, questionamos se os espaços da agricultura urbana seriam “inventados” (Lefebvre, 1972) para abrigar as aspirações e necessidades de nossa vida urbana.

O estudo, inicialmente, parte de uma revisão bibliográfica, privilegiando o diálogo entre autores que explicitam ou contextualizam o debate acerca da complexidade da vida urbana e do papel dos espaços públicos na contemporaneidade. Tais reflexões visam dar suporte à abordagem exploratória do estudo. A seguir investigamos experiências relacionadas à temática da agricultura urbana, relativizando o tema à luz das teorias de Lefebvre, pelo viés da “representação do espaço” ou, ainda, enquanto “espaço de representação”:

Lefebvre o compreende [o espaço] como um processo de produção que acontece em termos de três dimensões dialeticamente interconectadas. Ele define essas dimensões de duas maneiras: de um lado, ele utiliza os três conceitos “prática espacial”, “representação do espaço” e “espaços de representação”, que estão fundados em sua própria teoria da linguagem tridimensional (Schmid, 2012, p. 103).

As experiências de agricultura urbana abordadas no artigo foram divulgadas através da mídia digital, de entrevistas do filme *Apart Horta* (2015), que apresenta experiências reais de hortas urbanas por meio de mini documentários e aborda a possibilidade

de transformação social através de tais experiências e de práticas apresentadas no I Seminário Internacional de Agricultura Urbana: paisagens de inclusão (2017). O artigo propõe-se a realizar leituras de práticas de agricultura urbana através da identificação dos agentes envolvidos, dos lugares (públicos ou privados), dos símbolos e das externalidades ou efeitos relacionados à atividade. Acreditamos que a prática da agricultura urbana é caracterizada por agenciamentos de apropriação do espaço urbano através de movimentos comunitários, criando novas paisagens culturais identitárias, simbólicas e que desafiam a dimensão política do (espaço) urbano e das cidades.

Inicialmente o trabalho parte de algumas premissas, primeiro, não se pode tratar da cidade ou da experiência urbana de forma unidimensional; a riqueza e a complexidade da vida urbana pressupõem múltiplas dimensões (Harvey, 2015). Ademais, ao olhar as práticas sociais coletivas de apropriação do espaço público, estamos mirando à cidade, seus espaços, públicos e coletivos, muitas vezes coletivos, mas não públicos e vice-versa. Estamos também, e, especialmente, tratando das pessoas, das práticas sociais que se refletem nos espaços, de seus espaços de vida — não só físicos e geográficos, mas políticos, sociais, culturais e simbólicos — onde se configuram e se materializam nossas ações, desejos, necessidades e motivações (Cosgrove, 2008; Lefebvre, 2001).

Sabemos que a cidade contemporânea está em constante transformação, ela é complexa, dinâmica, possui diversas possibilidades, não se revelando somente por uma face, mas por uma infinidade de formas, histórias e símbolos. Sabemos, ainda, que os espaços públicos são fundamentais na identidade das cidades e na formação do sujeito contemporâneo. Sennet (2006) reflete sobre as alterações dos valores culturais urbanos no terceiro capitalismo, e aponta a flexibilidade e a indiferença como características emblemáticas nas relações sociais urbanas. O autor defende que os relacionamentos entre indivíduos são marcadas pelo curto prazo e pela superficialidade. Como reflexo dessa dinâmica, os espaços públicos significativos existentes, gradualmente, diminuem e tornam-se, cada vez mais, controlados e marcados por significados e valores privados.

Há uma extensa produção teórica que reflete sobre a apropriação dos espaços públicos pelos mecanismos articulados em torno do consumismo urbano e sobre a mercantilização das cidades, da arquitetura, da cultura e da arte. A função social dos espaços públicos, como espaços de encontro e cidadania, dissolve-se a uma dimensão privada do consumo, não mais abrangente a todos, mas específico a alguns. Segundo Acselrad (2013, p. 237), “[...] a cidade é o lugar preferencial da realização do consumismo

de bens”. Configura-se, assim, que as relações de produção se refletem nos espaços urbanos e que o capitalismo tardio transforma, não só, os espaços públicos, em mercadorias, como também as cidades e a cultura, para citar alguns.

Destaca-se que os espaços do consumo não fomentam interação, diversidade ou pluralidade de funções, pessoas e atividades, mas segregam e dividem. De acordo com Bauman (2007, p. 97), “De um lugar relativamente seguro [...] a cidade passou a ser relacionada, principalmente nos últimos cem anos, mais ou menos, mais ao perigo do que à segurança”. Ainda, segundo Fabiano Junior (2007, p. 13), “[...] o espaço aberto, apto para tal função [pública], margeia-se e incorpora somente características de circulação de pessoas e de mercadorias, perdendo, inclusive, seu papel de troca e circulação de informações.” Os espaços livres públicos são criadores de identidade, demarcadores de formas — lugares históricos, em oposição aos “não-lugares”, que se definem como não identitários, não relacionais, espaços de ninguém, não geradores de ação e permeados de pessoas em trânsito (Augé, 1994). Através dos “não-lugares” se descortina um mundo provisório e efêmero — comprometido com o transitório.

Diante desse cenário de emergência de uma nova relação identitária entre os sujeitos e os conjuntos espaciais que lhe dão ancoragem (Abreu, 1998), o estudo pretende lançar um olhar sobre os novos lugares onde se produzam intercâmbios, novos saberes e estares, visando contribuir para o resgate da condição pública dos espaços. As reflexões do artigo estariam inseridas na ideia de valorização do ser humano e dos seus espaços. Cosgrove (2008) discorre sobre a importância das expressões do ambiente e das motivações humanas nos estudos das espacialidades das atividades humanas e defende que “[...] theverygoalsweseek: the making of a betterhumanwoldr [...]” (2008, p. 178).

1. A AGRICULTURA URBANA – “REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO”

Os espaços da prática da agricultura urbana, como ambientes multifuncionais,² têm surgido em muitos países como ecossistemas agrícolas, proporcionando, além dos espaços verdes, os produtos alimentares. Cresce, no entanto, o número de pessoas que cultivam produtos orgânicos em hortas comunitárias, atraídos pela questão da alimentação saudável, do bem-estar e dos benefícios ao meio ambiente.

1 “[...] os objetivos que almejamos: a criação de um mundo humano melhor [...]” – Tradução nossa.

2 Possuem múltiplasfunções, entre elas inclusão social, revitalização de áreas degradadas e produção de alimentos.

A agricultura urbana também pode ser fonte de rendimentos. Em diversos países, inclusive no Brasil, há iniciativas de hortas urbanas organizadas pela população em áreas públicas e privadas ou, ainda, fomentadas pelo poder público. Cresce, também, o número de pessoas que cultivam seus alimentos em casa ou apartamento e compartilham mudas, sementes e a colheita.

Recentemente os Jardins de Alimentos da ONU (UN Food Gardens),³ em parceria com a ONU-Habitat, organizaram uma mostra de pequenas iniciativas de agricultura urbana nas Américas. Segundo as informações divulgadas, a ação visava à troca de experiências, o incentivo à ação política e a conscientização sobre a importância dos jardins alimentares comunitários. Ademais, afirmava a chamada, que tais espaços possibilitam o envolvimento direto das pessoas com o processo de cultivo e consumo dos alimentos, promovem conexões entre pessoas e o planeta, asseguram produtos frescos e apresentam-se com forma de unir e capacitar comunidades. A organização apontava, ainda, o contexto social de desigualdade, pobreza, marginalização e falta de acesso a serviços básicos da população das Américas, onde mais de oitenta por cento vive em cidades.

Os critérios de avaliação utilizados foram sustentabilidade e inovação; engajamento da comunidade e capacitação; segurança alimentar; participação dos jovens e resiliência. Entre os selecionados encontram-se quatro experiências brasileiras: Horta das Corujas, São Paulo; Horta Comunitária de Calçada Cristo Rei, Curitiba; Plantando e Aprendendo — Casa do Bom Menino, Piracicaba, São Paulo; e, a Horta Comunitária Girassol, Brasília. Ademais, uma experiência na América Central: Huerto Urbano La Arboleda, São José, Costa Rica; e, cinco experiências nos EUA: 462 Halsey Community Farm, Brooklyn, Nova Iorque; Kelly Street Garden Bronx, Nova Iorque; Kingsbridge Heights Community Center, The Bronx, Nova Iorque; Urban Harvest STL, St. Louis, Missouri; e, Fleet Farming, Orlando, Florida. Ainda, duas experiências no Canadá: City Farmer's 'Demonstration Garden', Vancouver; e, Food Garden and Outdoor Learning at UBC Botanical Garden, Vancouver; e uma experiência no México: Huerto Tlatelolco, Mexico City. Algumas dessas experiências de agricultura urbana foram utilizadas na análise da “representação do espaço” (ver quadro 3).

Gostaríamos de apontar algumas questões ao abordar tal mostra sobre agricultura urbana e as iniciativas elencadas, primeiramente o aspecto global do fenômeno da

3 Mostra de pequenas iniciativas de agricultura urbana nas Américas realizada pelo UN Food Gardens em parceria com a ONU-Habitat. Disponível em: <http://www.unfoodgardens.org/alimente-sua-cidade/>. Acesso em: 20 out. 2018.

agricultura urbana e, ainda, o caráter múltiplo e diverso do espaço das práticas da atividade. Nesse sentido, desenvolveremos uma breve análise da “representação do espaço” da agricultura urbana em relação a três fatores: a propriedade da terra, os atores envolvidos e demais atividades geradas pela atividade (ver quadro 1). Além dos exemplos acima referentes à mostra em questão, citaremos outras experiências divulgadas através da mídia digital. Vale destacar que o conceito de “representação do espaço” para Lefebvre refere-se ao espaço dominante em uma sociedade, representado por um sistema de signos verbais elaborados intelectualmente, tratando-se do espaço dos cientistas e urbanistas, para citar alguns (Lefebvre, 1991).

[...] representações do espaço dão uma imagem e desta forma também definem o espaço [...] emergem ao nível do discurso, da fala como tal e, consequentemente, encerram formas verbalizadas tais como: descrições, definições e especialmente teorias (científicas) do espaço. Ademais, Lefebvre considera mapas e plantas, informação em fotos e signos dentre as representações do espaço. As disciplinas especializadas envolvidas com a produção dessas representações são a arquitetura e o planejamento e também as ciências sociais (e aqui, a geografia é de especial importância) (Schmid, 2012, 99).

Nos exemplos destacados, percebemos, sobre a questão da terra, que ora é pública, ora privada. Quando privada pode ter uso privado – acesso restrito aos usuários do espaço, ou uso coletivo, caracterizando-se, assim, como espaço público. Cita-se como exemplo (da primeira situação) a horta da Casa do Bom Menino, que acontece num espaço privado, de ensino — abrigo para crianças e adolescentes — cujos participantes são usuários do espaço. Já a Halsey Community Farm, também acontece em um terreno privado, porém tal espaço encontrava-se abandonado, sendo, assim, apropriado pela comunidade, que criou a horta e cuida do espaço, logo possui uso coletivo.

Ainda, referindo-se a jardins alimentares em terrenos privados, cita-se o próprio exemplo dos Jardins de Alimentos da ONU, administrado pelo Clube de Jardinagem (*UNSRC Gardening Club*),⁴ tratando-se de paisagismo comestível nas instalações da sede da ONU, mantido por um grupo de voluntários: funcionários e trabalhadores. Nesse caso, o terreno é privado e o acesso é restrito aos trabalhadores do local. Há, ademais, exemplos diferenciados referindo-se a terrenos privados, como é o caso de um bairro de Genebra, Suíça, na avenida Crozet,⁵ onde cada família planta

4 Clube de Jardinagem UNSRC — aberto a funcionários das Nações Unidas, delegações da ONU e organizações comunitárias da área da cidade de Nova York. Disponível em: <http://www.unfoodgardens.org/about-2/>. Acesso em: 20 out. 2018.

5 Cf.: Arquitetura Sustentável. Disponível em: <http://www.arquiteturasustentavel.org/moradores->

determinados alimentos no jardim de sua casa e posteriormente, esses são trocados por outros plantados em jardins das casas vizinhas. Ademais, no Rio de Janeiro, citam-se exemplos de hortas em condomínios⁶ e dos espaços produtivos familiares, como é o caso dos quintais quilombolas,⁷ onde há trocas de alimentos, além das trocas sociais, interação e convívio entre vizinhos e moradores, sendo este um dos efeitos ou benefícios gerados pela atividade, ou seja, relações sociais e participação.

Quanto aos exemplos de agricultura urbana em espaços públicos, cita-se a Horta das Corujas, localizada em um parque público em São Paulo e a Horta Comunitária de Calçada Cristo Rei, que acontece em calçadas públicas em Curitiba. Esse último exemplo trata-se de uma iniciativa da população e que obteve, posteriormente, o apoio do poder público, inclusive com alteração na legislação. Em ambos os casos o espaço é mantido pela comunidade local. Cita-se, ainda, o exemplo do Parque e Instituto Sitiê-Vidigal,⁸ Rio de Janeiro, tratando-se de uma experiência de agricultura urbana em terreno público utilizado originalmente como depósito de lixo da comunidade do Vidigal. A partir de uma ação comunitária, e com apoio posterior de entidades como a Fundação Getúlio Vargas e o Instituto Moreira Sales, o espaço que se encontrava degradado foi transformado em parque e jardim alimentar. Hoje, além de gerar renda e inclusão social, apresenta-se como área de lazer. Há, ademais, o exemplo do projeto MUDA,⁹ que surgiu a partir de iniciativas dos estudantes da UFRJ em ocupar uma área verde, aberta da universidade para o plantio e possibilitou e abertura de outras frentes como a aproximação com a comunidade do entorno.

de-bairro-na-suica-plantam-seu-proprio-alimento-e-compartilham-com-os-vizinhos/ Acesso em: 3 nov. 2017.

6 Cf.: Hortas comunitárias no condomínio Vivendas, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/hortas-comunitarias-entusiasmam-moradores-da-barra-20147628> Acesso em: 20 out. 2018.

7 Cf.: Montezuma, 2017. Modalidade de prática de agricultura urbana,

8 Cf.: A Arte Salva. Disponível em: <http://artosalva.com/portfolio/parque-instituto-sitie/>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

9 Projeto MUDA – o grupo que desenvolve a Agroecologia e a Permacultura através de atividades de Extensão, Ensino e Pesquisa, pela UFRJ. Disponível em: <https://www.facebook.com/mudaufRJ/> Acesso em: 24 jun. 2018. Cf.: Firmo, 2017.

QUADRO 3: ALGUMAS PRÁTICAS DE AGRICULTURA URBANA SELECIONADAS PARA A MOSTRA DA UN FOOD GARDENS-ONU.

Horta	Propriedade do terreno	Agentes /participantes	Outras atividades/benefícios
Horta das Corujas, São Paulo/ SP	Público (Parque)	Comunidade local.	Relações sociais; educação ambiental; segurança alimentar; lazer.
Horta Comunitária de Calçada Cristo Rei, Curitiba/ PR	Público (Calçadas)	Comunidade local; organizações da sociedade civil; apoio do governo local.	Relações sociais; educação ambiental; segurança alimentar; lazer.
Plantando e Aprendendo Casa do Bom Menino, Piracicaba/ P	Privado (Abrigo de crianças e adolescentes)	Estudantes (crianças e adolescentes); funcionários; Fundo Municipal dos direitos da criança e do adolescente.	Educação ambiental; segurança alimentar; geração de renda; lazer; relações sociais.
Huerto Urbano La Arboleda, São José, Costa Rica	Público (Parque de la Arboleda)	Comunidade local; Departamento de Gestão de Resíduos do Município de Montes de Oca (governo local).	Relações sociais; educação ambiental; Lazer e outros (como práticas de ioga e taichi).
462 Halsey Community Farm, Brooklyn, Nova Iorque	Inicialmente privado – hoje espaço coletivo/ público	Comunidade local; organizações da sociedade civil; Brooklyn Botanic Garden.	Educação ambiental; geração de renda; lazer; relações sociais; compostagem.
City Farmer's Demonstration Garden. Vancouver	Público – Jardim de Demonstração	Trabalhadores; voluntários/ comunidade; City Farmer Society; Governo local.	Educação ambiental compostagem; Segurança alimentar.
Huerto Tlatelolco, Mexico City	Público – parque Tlatelolco	Comunidade local; Governo local; organizações da sociedade civil: empresas, escolas, universidades; Cultiva Cidade.	Educação ambiental; Segurança alimentar; lazer; Relações sociais; Compostagem; cursos de culinária.

FORTE: MELLO E ARAÚJO, 2018.

Sublinhamos a experiência da horta comunitária do bairro Ecologia,¹⁰ em Seropédica, Rio de Janeiro, próximo ao campus da UFRRJ; onde, a partir da iniciativa de um morador

¹⁰ Cf. Abbud, 2017.

e professor do Instituto de Agronomia (UFRRJ) para a criação de uma horta, suscitou a mobilização de alguns vizinhos do entorno. Inicialmente, a Universidade apoiou na preparação de um terreno na entrada do bairro, onde lixo e resíduos eram depositados; posteriormente, a Associação dos Moradores do Bairro Ecologia (AMBE) deu suporte ao movimento. Hoje, os mutirões acontecem a cada vinte dias, quando há, inclusive, confraternização entre os moradores. São plantadas espécies medicinais e hortaliças, entre outras. A horta causou um impacto social significativo na região, pois despertou o interesse dos moradores em ocupar outros vazios urbanos, em cuidar de vias e em criar um grupo de paisagismo do bairro, entre outras ideias. Os participantes, inclusive as crianças, passam por processos de conscientização ambiental. Ressalta-se que os participantes são pessoas de todas as idades e classes sociais. Cita-se, ainda, a experiência de hortas suspensas, onde não há o vínculo com a terra, são práticas de agricultura urbana em garrafas PET; e, ainda, com *designs* mais elaborados, de hortas suspensas, como é o caso da experiência da Dinamarca.¹¹

Quanto aos atores envolvidos, na maior parte dos exemplos elencados a comunidade é o principal agente envolvido na atividade. Mesmo nos casos de hortas em terrenos privados, (como é o caso dos condomínios, das instituições de ensino, ou mesmo dos quintais ou jardins de residências); o cidadão, em geral representado por um coletivo, é o agente que inicia e mantém a prática. Constata-se, ainda, que, em algumas situações, a partir da ação inicial da comunidade surge o apoio, ora do governo local, (como é o caso Horta Comunitária de Calçada Cristo Rei, através da alteração da legislação); ora de instituições ou empresas vinculadas ao governo local, (como é o caso da Departamento de Gestão de Resíduos do Município que apoia a *Huerto Urbano La Arboleda*); ou, ainda, de escolas, universidades, empresas, associações e organizações da sociedade civil, (como é o caso da organização Cultiva Ciudad que apoia a Huerto Tlatelolco), entre outros. Percebe-se, ademais, que quando o apoio do governo local é mais significativo, inclusive transformando-se em política pública, as práticas coletivas de agricultura urbana se multiplicam e podem gerar, além da segurança alimentar, benefícios econômicos e capacitação para o plantio. Tem-se o exemplo do *City Farmer's Demonstration Garden* que ensina, há quarenta anos, os cidadãos a cultivarem alimentos, realizarem compostagem e cuidarem de sua paisagem doméstica.

11 ARCH DAILY. Disponível em: https://www.archdaily.com/879301/open-source-plan-for-a-modular-urban-gardening-structure-offers-a-flexible-design-for-locally-grown-food?utm_medium=email&utm_source=ArchDaily%20List Acesso em: 24 jun. 2018.

Os exemplos são infinitos, pois as experiências de agricultura urbana têm se multiplicado rapidamente por todo planeta. Contudo, com esses exemplos e análises queremos evidenciar o caráter plural, aberto, dos espaços da agricultura urbana, que possibilita múltiplas combinações e possibilidades, não só em relação ao espaço físico e ao agenciamento entre atores, mas também em relação às formas de cultivar e compartilhar o plantio. São estruturas dinâmicas, moldáveis, adaptáveis, flexíveis que se adequam a situações diversas e diferenciadas. E, ao mesmo tempo, são espaços físicos concretos e materializados. Massey (2008) apresenta o espaço como produto de inter-relações, gerando uma esfera de possibilidades, diferenças e heterogeneidades. A geógrafa defende que “Conceituar o espaço como aberto, múltiplo e relacional, não acabado e sempre em devir, é um pré-requisito para que a história seja aberta e, assim, um pré-requisito, também, para a possibilidade da política.” (p. 95)

Na visão de Arendt (2007), a pluralidade é condição da ação humana (pelo fato de sermos todos humanos, porém diferentes uns dos outros). E a política é ação em conjunto, em comum acordo e reflexo da condição plural do homem. Ação é atividade que se exerce entre os homens sem a mediação das coisas e ação política é sinônimo de liberdade. Poderíamos supor que os espaços coletivos da prática da agricultura urbana seriam “espaços de liberdade”¹² — lugares na cidade (re)apropriados através de experiências coletivas criativas, participativas e vivenciados nas suas múltiplas, diferenciadas, abertas e simultâneas formas?

Através dos exemplos relacionados no presente estudo, podemos perceber que a prática da agricultura urbana possibilita à troca, o convívio, a interação, a ação em conjunto, configurando-se, assim, como potencial espaço político e capaz de transformar nossa experiência urbana. Serpa (2017, p. 9) compreende espaço público como “espaço da ação política ou, ao menos, da possibilidade da ação política na contemporaneidade”. As atividades coletivas do plantio, cultivo e colheita geram (como externalidade) novas formas de inserção do cidadão na cidade, criando relações afetivas com os espaços públicos, trocas criativas, bem estar e pertencimento. De acordo com Aristóteles, o homem é um animal político por natureza. O desenvolvimento de suas virtudes e de seu potencial máximo é atingido quando ele convive em comunidade, na cidade — espaço da diversidade.

12 A ideia de “espaços de liberdade” é empregada por Careri (2013). O autor aborda o Internacional Situacionista, movimento de cunho político e artístico ocorrido na década de 1960. Os situacionistas projetavam ações estéticas e revolucionárias para agirem contra o controle social, buscando no cotidiano os desejos latentes em substituição aos impostos. Um meio lúdico de reapropriação do território. Dessa forma, o uso do tempo e do espaço, construiria os “espaços de liberdade”.

Groening (2004, p. 91) entende a cultura de jardim e o desenvolvimento do espaço aberto como parte de uma abordagem para a democracia, ou seja, de uma sociedade democraticamente construída “[...] ‘próximo à natureza’ é uma categoria bastante imprópria se se quer situar a cultura de jardim e o espaço aberto dentro de uma estrutura de atividades sociais e políticas”. O autor defende a necessidade de uma prática social e da articulação de interesses dos diversos organismos políticos das comunidades para se planejar e desfrutar da cultura de jardim e para o desenvolvimento de espaço aberto. Exemplifica com “[...] o movimento Kleingarten na Alemanha [onde] há mais de cem anos, a jardinagem em associação é uma faceta política social poderosa da cultura urbana de jardins (Groening, 2004, p. 92). Cita, ainda, o exemplo dos EUA:

[...] nos EUA [...] há mais de duas décadas aqueles ativos em jardinagem comunitária relatam sucessos quase inacreditáveis em meio às cidades, na construção de um senso de comunidade urbana nas áreas que se acreditavam perdidas social e politicamente... (Groening, 2004, p. 92).

2. A AGRICULTURA URBANA – “ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO”

Lefebvre (1999) nos leva a perceber que há motivações humanas criadoras expressas na necessidade dos símbolos, do imaginário, do desejo e que estas precisam ser investigadas em seus espaços de trocas, e, ainda, que o direito à cidade é uma necessidade urgente. Logo, o contato com a natureza, o desejo de uma alimentação saudável e a preocupação com o planeta seriam motivações humanas criadoras? As experiências coletivas de agricultura urbana seriam espaços de troca dessas motivações? O conceito de “espaços de representação” para Lefebvre está relacionado ao espaço dos que a imaginação tenta modificar e se apropriar, seria o espaço vivido através de imagens e símbolos (Lefebvre, 1991):

[...] Trata-se da dimensão simbólica do espaço. De acordo com isso, espaços de representação não se referem aos espaços propriamente, mas a algo mais: um poder divino, o logos, o Estado, o princípio masculino e feminino e outros. Esta dimensão da produção do espaço refere-se ao processo de significação que se conecta a um símbolo (material). Os símbolos do espaço poderiam ser tomados da natureza como as árvores ou formações topográficas proeminentes, ou eles poderiam ser artefatos, prédios e monumentos; eles poderiam também se desenvolver a partir da combinação de ambos, como, por exemplo, as “paisagens”. (Schmid, 2012, p. 99)

Estamos tratando, assim, ao usar o conceito de “espaço de representação”, da dimensão simbólica do espaço e, sendo a paisagem um desses símbolos. Corrêa (1993)

apresenta o espaço urbano como um conjunto de símbolos, pois é o lugar onde as pessoas vivem o cotidiano e onde as suas aspirações, necessidades e desejos são projetados no espaço. O espaço, portanto, representa não só as atividades que nele desenvolvemos, mas também carrega os significados durante nossa interação com ele. Nesse sentido, destaca-se a importância de estudar o espaço vivido como forma de compreender os valores, motivações e atitudes que as pessoas comuns elaboram a respeito do espaço e do ambiente em que vivem. Lefebvre (1999) aborda a vida cotidiana como palco da atividade criadora e defende que ao desvelar as virtudes do cotidiano reconquista-se o direito à apropriação – característica marcante da atividade criadora.

Um dos benefícios dos jardins alimentares comunitários urbanos apontado pelo cartaz da ONU trata-se do envolvimento direto das pessoas com o processo de cultivo dos alimentos, além da conexão das pessoas com o planeta e do senso de comunidade. Em outras palavras, a agricultura urbana pode possibilitar a ligação entre pessoas, das pessoas com a terra e com o ciclo dos da vida e, conseqüentemente, com o universo. Essa leitura também é abordada pelo filme “Apart Horta”, principalmente, em uma das entrevistas da parte documental, que expõe a experiência de conectar-se com o todo através da relação com a terra e com o cultivo da semente: germinar, crescer, dar frutos, colher, morrer e renascer — o ciclo da vida.

São muitos os espaços dentro do espaço de uma horta urbana comunitária. Analisando as narrativas dos praticantes da Horta das Corujas,¹³ localizada na Praça Dolores Ibarruri, Vila Madalena, zona oeste de São Paulo, listada no quadro acima, uma das referências ou símbolos da horta é o rural, o campo. Trata-se de “um movimento invertido de cidadãos que decidem adotar, nem que seja por algumas horas da semana, hábitos e práticas associadas ao meio rural ...”. O contato com a terra, com o ciclo do plantio sugere uma conexão das pessoas com a natureza, podendo esta ser interpretada no sentido mais amplo: “Com o ciclo da horta, de cada planta, as pessoas aprendem [...] cada vez que recomeçam o processo”.

Revela-se também como espaço que agrega novas relações com o alimento e de novos alimentos: “em plena Vila Madalena, plantas raras e não-convencionais também são cultivadas na horta, como taioba, ora-pro-nobis, almeirão roxo, bortalha, serralha, sabugueiro e caruru” — espaço de aprendizados e de novos sabores. E, ainda, de formação de consciências ambientais e outras relações com o lixo, por exemplo.

13 Cf.: Caliar, 2015. Velleda, 2017.

As composteiras transformam o lixo orgânico em adubo, que é utilizado para o plantio — “A horta é uma coisa viva” — retorna-se ao ciclo e a horta vai encantando e humanizando o espaço público da praça.

“A gente vê no dia a dia que um dos sentidos da agricultura urbana é o empoderamento das pessoas, que percebem que podem atuar no espaço público, gerar alimentos, estar em contato com a terra e compartilhar”. Desta forma, a horta remete, também, ao outro e a si mesmo — espaço de troca, de encontro e autonomia. A horta, abrigada pela praça, vai desvelando sua função pública e construindo conscientizações sobre o espaço público. “A experiência nas hortas comunitárias tira as pessoas do isolamento social e político e ajuda na mobilização” — espaço político.

Outro ponto narrado trata-se da liberdade da colheita: “A gente planta para cidade, não precisa ter trabalhado na horta. É espaço público, qualquer um pode colher o que quiser”. Tratam-se de símbolos de compartilhamento, de relações diferenciadas, de outra organização de sociedade e de espaço, onde o valor comercial não aparece em primeiro plano “na Horta das Corujas vai quem quer, planta-se o que quer, dedica-se quem quer”. Traduz-se em uma estrutura aberta, espontânea, sem rigidez e em movimento, em contradição aos espaços funcionais, disciplinados e desencantados do trabalho.

As hortas urbanas podem significar “brechas” para o rural, para a natureza, para o encontro, para a troca de saberes e para o trabalho prazeroso — espaço de produção de alimentos sem veneno e sem valor comercial, onde podemos nos [re]conhecer e ao outro.

FIGURA 27: HORTAS URBANAS NAS CIDADES DE AARHUS E VIBORG, DINAMARCA, 2019.



FORNE: ELOISA ARAUJO.

Schumacher (1973) e Norberg-Schulz (1988) falam da perda de identidade do homem moderno, que já não faz parte de um todo maior. O teórico e economista, Schumacher, critica a fragmentação do pensamento econômico contemporâneo; a obsessão por um crescimento sem progresso qualitativo; a desconsideração do mundo natural e da interdependência entre o meio ambiente e o homem. O autor critica as abstrações da lógica econômica que aborda tópicos como taxa de crescimento, renda nacional, acúmulo de capital e não tocam nas realidades concretas como a pobreza, a frustração, a alienação, o estresse, o crime, e a morte espiritual, entre outras. Schumacher (1973) questiona, então: “Are there not indeed enough ‘signs of the times’ to indicate that a new start is needed?” (Schumacher, 1973, p. 53).¹⁴

Norberg-Schulz (1988) aborda essa mesma temática ao discorrer sobre uma crise ambiental. Frisa que tal crise não pode ser reduzida ao seu aspecto pragmático, mas que abrange uma perda de sentido e de compreensão do todo. Fala de uma sociedade especializada e de uma crise ainda não completamente absorvida, abarcando uma perda de esperança da sociedade, um pessimismo e uma ironia que substitui o entusiasmo. O arquiteto retrata um ser que vive em um mundo onde importa mais a quantidade, a medida e a classificação que a qualidade. Dentro dessa leitura, a vida é experienciada como sem sentido e o homem já não pertence a um todo com significados.

O autor fala, ainda, que estamos no mundo para cuidar de coisas concretas — casas, árvores, pessoas, animais — e não somente das quantidades abstratas. Fala de um homem que perde seus “lugares” e suas “coisas” — perde seu “mundo”, sua identidade e seu senso de comunidade e de participação. Aborda, ademais, a perda da dimensão poética do habitar (Hiddegard in Norberg-Schulz, 1988) e da compreensão do mundo através da imaginação: “What we need [...] is a rediscovery of the world as a totality of interacting, concrete qualities. [...] to develop again the sense of respect and care [...] Without places, human life could not take place.” (Norberg-Schulz, 1988, p. 16).¹⁵

Lefebvre (1972), em entrevista, também fala da desapareção da percepção do habitar, da perda da ideia do espaço habitável, que é obra de atividades humanas como o riso, o amor, o jogo, o trabalho — o espaço vivido, animado. O filósofo defende que a ausência dessa percepção do habitar faz parte dos sintomas que paralisam o

14 Não há "sinais dos tempos" suficientes para indicar que é necessário um novo começo? — Tradução nossa.

15 “O que precisamos é [...] da redescoberta do mundo como uma totalidade/um todo de qualidades concretas e interativas/interrelacionadas [...] voltar a desenvolver um senso de respeito e cuidado [...] Sem os lugares, a vida humana não poderia acontecer.” — Tradução nossa.

conhecimento e a imaginação. Argumenta que a desapareção dessa dimensão do habitar foi motivada pela especialização dos espaços, pois o funcionalismo constrói os espaços especializados, enquanto a vida é construída com a polifuncionalidade, com a espontaneidade. O autor defende que tais espaços especializados, fragmentados, isolados, estimulam segregações. Assim, o geógrafo e pensador defende que é preciso mudar a linguagem, pois a linguagem de um espaço apropriado (apropriação criativa, afetiva) não é a linguagem de um espaço comercializado.

Lefebvre (*op. cit.*) acredita que a vida urbana deve ser inventada, e os espaços devem ser inventados, assim como a praça foi inventada no século XIII, seguindo as aspirações e necessidades da sociedade da época e a cidade grega inventou a ágora — espaço político; o templo — espaço religioso; e o estádio — espaço do corpo. Assim, nossa vida urbana deve inventar seus espaços. As apropriações dos espaços públicos ou coletivos pela agricultura urbana poderiam ser interpretadas como formas de habitar diversificadas?¹⁶ Logo, seriam tais espaços “inventados” para abrigar as aspirações, necessidades de nossa vida urbana? Ressalta-se a função transformadora da prática da agricultura urbana, na medida em que transforma as pessoas e suas experiências urbanas, conforme vislumbrado nos diversos estudos apresentados no Seminário Internacional – Agricultura Urbana: Paisagens de inclusão, PROURB, MPAP, em outubro de 2017.

Inicialmente, ao focar o fenômeno da agricultura urbana, levantamos o questionamento acerca das novas paisagens culturais presentes nos cotidianos urbanos. O campo da geografia cultural, hoje, investiga a dimensão cultural do espaço e engloba o estudo da paisagem, essa apreendida não apenas como forma material, mas como forma simbólica, impregnada de valores (Cosgrove, 2008) — paisagens como símbolos do espaço. Traça uma reflexão sobre o espaço dos homens, analisando experiências individuais e coletivas, memória, ambiente físico (no imaginário social) e visões de mundo, construindo identificações que são compartilhadas num território comum.

Para Cosgrove (2008), a geografia cultural pensa a paisagem como um texto cultural com possibilidade de múltiplas leituras, diferentes, simultâneas e igualmente válidas. E trata a paisagem como uma expressão humana tecida por camadas de significados. O autor aponta que há outras motivações humanas (no estudo da

16 Lefebvre defende como “[...] características elementares da vida urbana, constatadas pela ecologia mais sumária: a diversidade das maneiras de viver, dos tipos urbanos [...] modelos culturais e valores vinculados as modalidades ou modulações da vida cotidiana” (1999, p. 78-79).

geografia) além das estritamente práticas e utilitárias, e cita as paixões — poderosa motivadora das ações humanas. Defende que investigar as formas como as paixões encontram expressões nos mundos que criamos e transformamos, seria um caminho a ser percorrido e pesquisado. “[...]A geografia está em toda parte, reproduzida diariamente por cada um de nós. A recuperação do significado em nossas paisagens comuns nos diz muito sobre nós mesmos” (Cosgrove, 1998, p. 121). O que as paisagens da prática da agricultura urbana nos revelam? Um desejo de pertencer a um todo com significados? Um desejo de cuidar de coisas concretas, como da terra, das plantas, das sementes? Tendo em vista a importância de se investigar as novas paisagens culturais presentes nos cotidianos urbanos, estudos como este ganham relevância e não pretendem esgotar o tema, e sim descortinar um sem número de possibilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou explorar os espaços e paisagens das práticas coletivas da agricultura urbana através de uma abordagem exploratória, realizando análises de experiências divulgadas através da mídia digital, entre outras. Utilizamos os conceitos de “representação do espaço” e de “espaço de representação” da teoria da produção do espaço de Lefebvre nas leituras das práticas.

A compreensão da visão multidimensional, presente nas práticas de agricultura urbana, aqui apresentadas, corporificada por uma abordagem cultural ampara-se no conceito de representação retomado pela teoria lefebvriana, culminando assim na ideia da impossibilidade da vida sem representação (Lefebvre, 2006), o que ilumina a experiência do vivido. O caráter investigativo que orienta o artigo, de certo modo, procura valorizar os processos de produção do espaço e suas contradições, ao abordar as práticas sócio-espaciais contemporâneas, apoiadas na temática da agricultura urbana. Por um lado, nos deparamos com representações que se diferem pelo modo como são elaboradas, por outro, verificam-se representações com sentidos diversos, que estimulam produção de saberes práticas colaborativas.

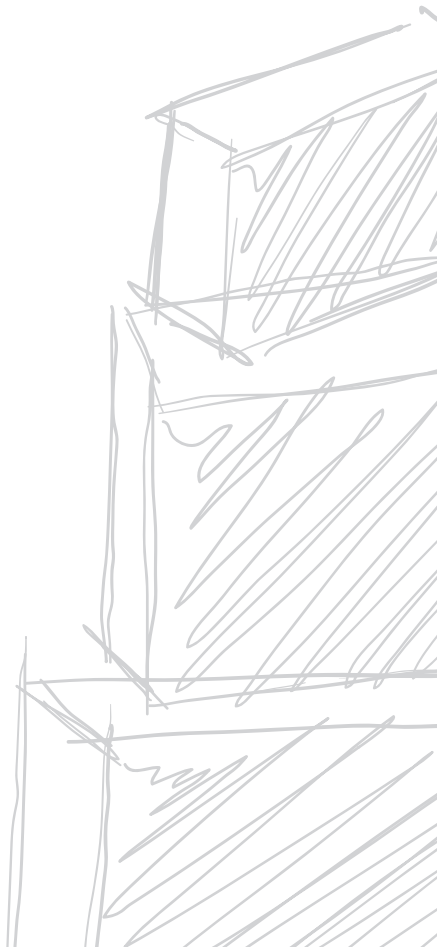
A análise aqui apresentada, orientada pelo viés da “representação do espaço” e do “espaço de representação” (Lefebvre, 1991) foi alicerçada nas práticas sócio-espaciais. De modo que as reflexões descritas no artigo, inseridas nos campos de pesquisa de movimentos coletivos; ativismos e práticas propositivas; e/ou ocupações urbanas, possibilitam transitar por contribuições teóricas complementares. As experiências e práticas sociais apresentadas conformam paisagens que se tornam cada vez

mais presentes nas cidades contemporâneas, evidenciando um cotidiano urbano diverso, repleto de vivências, afetividades e significados. Para além da abordagem aqui apresentada, o tema da agricultura urbana, nos possibilita refletir, a partir da perspectiva dos espaços produtivos na cidade contemporânea, a capacidade de conexão dos mesmos com as pessoas e com a natureza.

REFERÊNCIAS

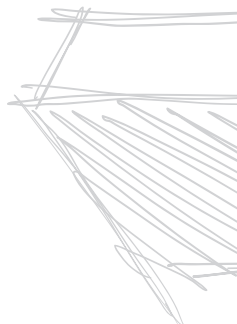
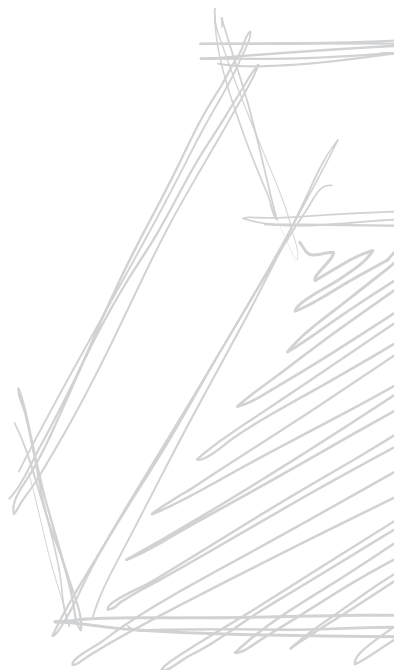
- ABREU, Maurício. “Sobre a memória das cidades”. **Revista da Faculdade de Letras**, Porto, n. 15, p. 77-97, 1998.
- ABBUD, Antonio. **Praticando agroecologia** -bairro Ecologia, Seropédica. *In*: I° SEMINÁRIO INTERNACIONAL — AGRICULTURA URBANA: paisagens de inclusão. PROURB/UFRJ. Rio de Janeiro: 2017.
- APART Horta. Direção: Cecilia Engels. Plano Astral Filmes, São Paulo. Ficção e documentário, 2015.
- ARENDRT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- AUGÉ, Marc. **Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. São Paulo: Papirus, 1994.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- CALIARI, Tânia. Agricultura urbana Plantando pela cidadania. **Goethe Institute**, 2015. Disponível em: <https://www.goethe.de/ins/br/pt/kul/fok/sta/20792474.html>. Acesso em: 17 out. 2019.
- CARERI, Francesco. **Walkscapes— o caminhar como prática estética**. São Paulo: G. Gili, 2013.
- CORRÊA, Roberto L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1993.
- COSGROVE, Denis. Geography is everywhere: culture and symbolism in human landscapes. *In*: OAKES, Timothy; PRICE, Patricia (org.). **The Cultural Geography Reader**. Nova York: Routledge Taylor & Francis Group, 2008. pp. 176-185.
- COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeni. **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- FABIANO JUNIOR, Antonio. Museu: um olhar sobre o espaço público, o espaço arte, o espaço arquitetura. **Revista CPC**, São Paulo, n.4, p. 7-22, 2007.
- FIRMO, Heloisa. **O projeto MUDA** — transformação da paisagem na UFRJ. *In*: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL — AGRICULTURA URBANA: paisagens de inclusão. PROURB/UFRJ. Rio de Janeiro: 2017.
- GROENING, Gert. Garden Culture e Desenvolvimento de Open Spaces como parte de uma sociedade democraticamente constituída. *In*: MENDONÇA, Francisco (org.). **Impactos Socioambientais Urbanos**. Curitiba: UFPR, 2004.
- HARVEY, David. **Paris: capital da modernidade**. São Paulo: Boitempo, 2015.

- LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. **La presencia y la ausencia**: contribución a la teoría de las representaciones. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- LEFEBVRE, Henri. **Henri Lefebvre**: depoimento. Entrevista concedida à revista urbanos Urbanose, n. 15, 1972. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z4klH4Hz3yg> Acesso em: 20 out. 2018.
- MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MONTEZUMA, Rita. **Quintais quilombolas e soberania alimentar**: espaços produtivos familiares no contexto da expansão urbana do Rio de Janeiro. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL – AGRICULTURA URBANA: paisagens de inclusão. PROURB/ UFRJ. Rio de Janeiro: 2017.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. **Architecture: meaning and place**. New York: Rizzoli, 1988.
- SCHMID, Christian. Teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **Revista GEOUSP — Espaço e tempo**, São Paulo: USP, n. 32, p. 89-109, 2012.
- SCHUMACHER, E.F. **Small is beautiful: economics as if people mattered**. London: Blond&Briggs, 1973.
- SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2017.
- VELLEDA, Luciano. Hortas urbanas produzem vinte por cento dos alimentos consumidos no mundo: prática tão antiga quanto a existência das cidades, a agricultura urbana tem atraído cada vez mais adeptos. **Brasil de Fato**, 13 mar. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/03/13/hortas-urbanas-produzem-20-dos-alimentos-consumidos-no-mundo/> Acesso em: 17 out. 2019.



3

A DIMENSÃO SOCIAL DA CIDADE



REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE LUGAR

3.1

RICARDA LUCILIA DOMINGUES TAVARES

INTRODUÇÃO

A obra de Milton Santos é profusa em provocações inspiradoras. Em uma dessas provocações, o geógrafo brasileiro observa a perda de influência da filosofia na formulação das ciências sociais, que em sua interdisciplinaridade acaba por buscar mais inspiração na ciência econômica, uma disciplina cada vez mais voltada para a administração das coisas a serviço de um sistema ideológico. Tal empobrecimento das ciências sociais, e a conseqüente dificuldade para interpretar “o que vai pelo mundo”, permite que sejam implantadas concepções de inspiração predominantemente econômica sobre o valor a ser atribuído a cada coisa, a cada indivíduo, a cada relação, a cada lugar, legitimando modalidades e regras de produção e de consumo. Segundo o autor, “essa nova lei do valor — que é uma lei ideológica do valor — é uma filha dileta da competitividade e acaba sendo responsável também pelo abandono da noção e do fato da solidariedade” (Santos, 1999a, p. 14).

Em outra provocação, na mesma linha de raciocínio, Santos (2000a, *passim*) diz que, com a crítica ideológica, o intelectual pode ajudar a resolver o enigma da significação, para que uma nova política possa ser proposta. E que a teoria, para ser válida, tem que ser datada e situada, principalmente se o que se espera é que tenha eficácia política. Segundo o autor, com frequência se imagina representar o presente, mas isso não acontece, pois se trabalha com categorias ultrapassadas. A teoria é crítica porque não é fixa, não é imóvel, não é eterna e sua tarefa essencial é formular questões à realidade, por meio dos conceitos.

Conclui-se, portanto, que os conceitos são construções históricas, que vão ganhando acepções variadas ao longo do tempo e em função das circunstâncias que envolvem sua apropriação, por isso sua validade também se torna historicamente variável. Há algum tempo o conceito de lugar tem sido utilizado para fundamentar diferentes reflexões e hipóteses de pesquisas desenvolvidas pela autora deste artigo,¹

¹ Na dissertação de mestrado **Lugar & Patrimônio**: significados para a memória (Tavares, 2002), desenvolvida no POSGEO-UFF, a autora elegeu o lugar, segundo a abordagem geográfica, como conceito chave para ser contraposto ao de patrimônio, relacionado a bens arquitetônicos.

que tem como objetivo principal apresentar uma síntese teórica de abordagens filosóficas e geográficas sobre o lugar.

A discussão em torno do conceito de lugar está presente desde as tentativas de explicação mítica sobre o nascimento dos deuses (teogonia)² e do cosmos (cosmogonia),³ passando por reflexões acerca do ser (ontologia) e do conhecimento (epistemologia), até sua apropriação mais recente como fundamento de propostas para um futuro de fato solidário, em oposição às perversidades que caracterizam a realidade global atual. Ou seja, uma trajetória que poderia configurar o lugar, simultaneamente, como origem e destino da humanidade.

É surpreendente observar que a complexidade conceitual do lugar acaba por instalar aparentes paradoxos disciplinares, quando se constata que correntes de cunho fenomenológico mais recentemente têm carregado a “acusação” de serem responsáveis por uma abordagem regressiva do conceito, enquanto autores de origem marxista o elevam a elemento chave para se pensar possibilidades de resolver, humanisticamente, as contradições da contemporaneidade.

Independentemente do reconhecimento e da legitimidade de valores materiais (de cunho predominantemente estético e artístico), na pesquisa chegou-se à conclusão de que a concepção de patrimônio não poderia prescindir de relações contextuais para além do objeto físico consagrado, envolvendo a história e a contemporaneidade, as características materiais e as relações imateriais. Ou seja, as relações humanas, que constantemente eram negligenciadas pelas políticas públicas de proteção e conservação. A ideia de “lugar como patrimônio” abria muitas possibilidades de investigação, porém, esse potencial parecia estar principalmente no conceito de lugar.

Na tese de doutorado *O valor do lugar e o lugar do valor na formação e afirmação das favelas cariocas* (Tavares, 2016), defendida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo — PPGAU-UFF, sob a orientação da Prof.a D.ra Fernanda Furtado de Oliveira e Silva, a autora propôs uma abordagem positiva da favela, legitimando-a como um lugar na/da cidade, o que significava negar representações comumente reproduzidas sobre esse fenômeno característico do processo histórico de expansão da urbanização na cidade do Rio de Janeiro. Partiu-se da constatação de que existe uma visão segregacionista e discriminatória sobre as favelas, que é dominante e tem influenciado ações e políticas públicas fundamentalmente pautadas em “idealizações” ou “ideologizações” de cidade. A contestação dessa visão dominante foi realizada com a proposição da concepção “favela-lugar”, construída por meio da revisão do conceito filosófico e geográfico de lugar e com sua associação a acepções de valor, categoria de análise utilizada para investigar as múltiplas correlações existentes e possíveis entre a favela e a cidade como um todo

- 2 Em sua Física, Aristóteles (1995, p. 115) citou um trecho do poema mitológico Teogonia, atribuído ao grego Hesíodo (século VIII a.C.): “o primeiro de tudo foi o Caos (Chaos), depois a Terra (Gea), de amplo seio...”. O caos seria um espaço vazio primordial, a formulação extrema de topos (lugar), um espaço “além dos corpos”, os quais tem que estar em um “onde”, ter um lugar.
- 3 Segundo Costa (2009, pp. 9-10), no Gênesis, o caos primordial seria um lugar disforme e vazio, mas a criação do universo não teria se iniciado do vazio para o lugar, mas do desenvolvimento de um lugar menos definido (caos) até um lugar mais definido (cosmos).

Independentemente da disciplina ou corrente específica de cada autor, a literatura consultada permitiu a abordagem do lugar a partir de três aspectos gerais: 1) Trata-se de um conceito fundamental na Filosofia e na Geografia, apesar — ou em função — das ambiguidades e conflitos que suscita; 2) Mesmo que contemporaneamente haja um ânimo renovado na sua apropriação, em termos conceituais ainda são válidas as bases estabelecidas desde a antiguidade grega, por Platão (século V-IV a.C.) e, especialmente, por Aristóteles (século IV a.C.); 3) O principal conflito está na divergência entre concepções subjetivas (abstratas) e objetivas (concretas) do conceito, resultando em percepções e acepções distintas quanto ao “sentido de lugar”.

Este artigo, portanto, privilegia a “essência epistemológica” do lugar, conceito tradicionalmente apropriado pela Filosofia e estabelecido como chave no processo de afirmação de uma disciplina científica moderna, a Geografia. Também discute a especificidade de sua apropriação pela geografia humanista, corrente de base existencialista e fenomenológica que promoveu a chamada “virada espacial” na disciplina geográfica, juntamente com a corrente crítica, sendo esta última a principal responsável pela relativização conceitual do lugar.

Com base nas proposições de autores como Doreen Massey e Milton Santos, a reconstrução teórica aqui introduzida vislumbra o potencial do lugar não somente como conceito chave, mas como alternativa para, associado a outros conceitos ou categorias analíticas, se pensar a produção do espaço urbano em suas contradições contemporâneas. A intenção é estender esse renovado debate conceitual sobre o lugar ao campo da arquitetura e urbanismo, considerando a urgente necessidade de as múltiplas escalas e diferentes processos de formação e desenvolvimento de cidades no Brasil serem interpretados por um pensamento brasileiro comprometido com suas complexas matrizes socioculturais ancestrais, suas especificidades históricas locais e regionais e com a não menos complexa realidade atual.

1. O LUGAR PRIMORDIAL DA FILOSOFIA CLÁSSICA

Uma abordagem mais aprofundada do lugar como conceito na Filosofia seria fundamental para recuperar sua história, como fez Casey (1997), ao narrar sua relevância no pensamento filosófico ocidental, mesmo quando dele ausente. Seria também fundamental se ao conceito fosse dado um protagonismo para levantar questões do ser e do viver relacionadas, por exemplo, à arquitetura e à cidade contemporânea, como fez Costa (2009). Mas por que atribuir relevância ao lugar na atualidade, considerando sua tradição ontológica e epistemológica, a ponto de habilitá-lo como conceito estruturador de uma reflexão?

Sobre sua origem etimológica, considerando a herança greco-latina, cabe aqui destacar três termos, os gregos *chora* e *topos* e o latino *locus*, que ajudam a explicar, respectivamente, nomenclaturas descritivas de características do meio geográfico (como corografia e topografia) e, nele, a posição/localização de objetos ou corpos. Essa origem talvez tenha inspirado a constatação de Abbagnano (2007, p. 632; original de 1971) de que há duas doutrinas filosóficas do lugar. A primeira viria de Aristóteles, para quem o lugar (*topos*) é definido como “o primeiro limite imóvel que encerra um corpo”, sugerindo não o corpo em si, mas o limite que lhe confere uma morfologia aparente. A segunda seria mais moderna, atribuída a Descartes (1596-1650), na qual o lugar é “certa relação de um corpo com os outros”, sugerindo posicionamento, deslocamento e distância.

Tais concepções, limitadas exclusivamente a aspectos físicos e geométricos, não parecem fazer jus à extensão que a reflexão filosófica sobre o lugar pode alcançar, em especial a grega. *Chora* e *topos*, utilizados respectivamente por Platão e Aristóteles,⁴ são concepções que contemporaneamente poderiam designar tanto espaço quanto lugar. Essa convergência, que beira à ambiguidade e torna espaço e lugar conceitos indissociáveis, remete a debates contemporâneos sobre o caráter também indissociável de espaço e tempo, abordado mais adiante.

Do ponto de vista estritamente filosófico,⁵ o termo *chora* aparece no *Timeu* de Platão, que se ocupa do processo de criação do mundo e dos seres que o habitam, em particular o Homem.⁶ Segundo Lopes (Platão, 2011, Introdução), apesar das várias

4 Echandía (Aristóteles, 1995, p. 113, nota 287) esclarece que o grego *topos* pode ser entendido como *locus*, em todos os sentidos do vocábulo latino, ou mesmo como *spatium*, que em latim teve principalmente o sentido de “pista de corrida”, “campo de batalha” e, derivadamente, de “distância” (corporal, local, temporal). Mas como na física moderna “espaço” vai ter um sentido geométrico abstrato, mais próximo ao que Aristóteles chama de “vazio” (*kenón*), *topos*, que não é o espaço em geral, mas o “onde” concreto relacional, então pode ser traduzido como lugar. O autor ainda traduz o termo *chora* como “espaço”, utilizado por Aristóteles em referência a Platão (1995, p. 114, nota 292)

5 Estudos recentes relacionados à cidade antiga, e fundamentados em descobertas arqueológicas, utilizam o termo *khóra* (*chora*) para designar o território anexado aos núcleos urbanos das várias *pólis* gregas; como a hinterlândia “rural” controlada por uma *pólis* ou, ao menos, sujeita à expectativa de controle por uma *pólis*. Citação atribuída ao arqueólogo inglês Anthony Snodgrass, apresenta o termo *pólis* para definir uma unidade política que consistiria de um assentamento e seu território, unidos um ao outro, e independente de outras unidades políticas (Labeca/MAE, 2009). Tal definição indica que, na cidade grega antiga, o centro urbano e as terras cultivadas (área rural) sob o seu domínio eram “concebidas” como partes integradas indissociáveis. Ou seja, a integridade da cidade como organização social e territorial politicamente independente e economicamente autossuficiente estava relacionada a essa articulação entre área urbana — *ásty* (*astu*) e área rural — *khóra* (*chora*).

6 Em *Critias*, Platão deu seguimento ao seu projeto filosófico, apresentando a constituição da dimensão social, ou seja, a integração da comunidade no mundo criado, tornando-os indissociáveis. Lopes (Platão, 2011, Introdução) considera *Timeu* e *Critias* como partes de uma única obra.

designações presentes no *Timeu*, de um modo geral, todas elas enquadram a descrição de *chora* como suporte de alguma coisa, parecendo conferir-lhe uma concepção espacial. Contudo, a variação entre termos como “lugar”, “local” e “aquilo em que” denuncia a impossibilidade de sua associação definitiva tanto a aceções espaciais como às distinções ontológicas que Platão (2011, p. 93-94) faz entre “aquilo que é sempre e não devém” e “aquilo que devém, sem nunca ser”. Assim, *chora* estaria mais associado ao plano da abstração, podendo ser matriz/modelo (objeto da razão, imutável) e também cópia/representação (objeto da opinião, sujeito à irracionalidade dos sentidos) da criação. Para Berque (2003), isso significa que, no mundo sensível, existe uma ligação ontológica inquebrável entre os lugares e as coisas.

Com uma constatação semelhante, Casey (1997, p. ix) diz que o lugar é tão indispensável como o ar que se respira, o terreno em que se está e o corpo que se tem. Os lugares estão em toda parte, neles se nasce e se vive; neles se estabelece a relação com o outro e se morre. Por isso, não é possível deixar de reconhecer seu aspecto primordial, assim como fez Aristóteles, em *Física*, no livro IV, (1995, p. 113), ao admitir que a existência, de qualquer coisa, está em um “onde” e que o movimento mais comum e principal é aquele ao qual se chama “deslocamento”, um movimento em relação ao lugar.

O caráter indissociável entre corpo e lugar, que constitui um e outro, pois “o vazio seria um lugar desprovido de corpo”, é o que parece dar maior distinção ao conceito em relação aos seus congêneres geográficos contemporâneos. Mas ao mesmo tempo em que o lugar é algo distinto dos corpos, todo corpo sensível está em um lugar (Aristóteles, 1995, p. 114).

[...] o poder do lugar seria algo maravilhoso, anterior a todas as coisas; porque é aquilo sem o qual nada pode existir, mas que pode existir sem as coisas, seria necessariamente a realidade primária; pois o lugar não se destrói quando perecem as coisas que há nele (Aristóteles, *op. cit.*, p. 115).

Conteúdo da física aristotélica, a existência geométrica e tridimensional do lugar não o define; e nem mesmo a constatação da impossibilidade de que seja sinônimo de corpo, pois dois corpos não ocupam o mesmo lugar. Para Aristóteles, o lugar também não é forma nem matéria, já que forma e matéria não são separáveis da coisa, enquanto o lugar pode ser. Parece então que o que está em um “onde” é sempre uma coisa, mas o que está fora dela é algo distinto. Portanto, uma coisa não pode estar em si mesma, nem o lugar em outro lugar. No entanto, como já foi dito, não haveria surgido nenhuma investigação sobre o lugar se não houvesse um movimento em relação a ele. O lugar é o limite do corpo continente que está em contato com o corpo contido. Entendendo “corpo contido” como aquele que pode ser movido por deslocamento. Da mesma maneira que o receptáculo é um lugar transportável, o lugar é um receptáculo não

transportável. Assim, o lugar de uma coisa é o primeiro limite imóvel do que a contém (Aristóteles, *op. cit.*, p. 127).

Para Casey (1997), a “narrativa contínua e perspicaz” que Aristóteles fez do lugar partiu de um debate ainda presente nos dias atuais. Assim como o filósofo grego, Martin Heidegger (1889–1976) defendeu que ser em um lugar significa “ser no mundo”, contemporaneamente reinaugurando o seu sentido ontológico e se tornando, assim, uma das referências fenomenológicas dos geógrafos humanistas.

2. O LUGAR COMO CONCEITO CHAVE NA GEOGRAFIA HUMANISTA

Nos primórdios da Geografia como ciência moderna, os fundamentos positivistas exigiam não somente uma definição precisa, mesmo que variada, de seu objeto de estudo,⁷ como o orientava para uma abordagem predominantemente empirista e naturalista. Dentre as correntes tradicionais desenvolvidas a partir de fins do século XIX, a escola alemã defendia o “determinismo geográfico”, enquanto a francesa enaltecia o papel da História e uma compreensão “possibilista” da relação homem-natureza.⁸

Quando o francês Paul Vidal de La Blache (1845–1918) definiu a Geografia como “ciência dos lugares, não dos homens”, estaria se referindo às localizações específicas, ou seja, às possibilidades de a ação humana resultar em diferenciações na paisagem, sendo a análise dessas diferenciações o objeto da ciência geográfica, não a ação humana em si (Moraes, 2007). Desse modo, sua concepção de lugar estaria mais próxima da atual noção de região, uma unidade espacial que apresenta localização e características específicas diferentes às de outras unidades espaciais. Em *Place and Placelessness* (1976), o canadense Edward Relph sinalizava para o desinteresse dos geógrafos em se apropriar conceitualmente do lugar, quando anotou cinquenta anos entre a definição de La Blache e outra do norte-americano Richard Hartshorne (1899–1992), elaborada em 1959, também uma referência não necessariamente conceitual. Em artigo bem mais recente, Relph (2012) afirmou que se há quarenta anos eram raros os livros dedicados ao conceito de lugar, o mesmo não pode ser dito na atualidade, quando proliferam interesses e interpretações.

7 Segundo Moraes (2007), há controvérsias quanto à matéria tratada pela disciplina geográfica, e que se manifestam, no âmbito da geografia tradicional, em múltiplas definições quanto ao seu objeto de estudo, que pode ser a superfície da Terra, a paisagem, a individualidade dos lugares (como unidade espacial, mais próxima da ideia de região), a diferenciação entre áreas; ou mesmo o espaço, sem o protagonismo e a complexidade que esta categoria assumiu posteriormente e, por fim, a relação entre o homem e o meio, a sociedade e a natureza.

8 Cf.: Moraes (2007) para entender genericamente as diferenças entre os pressupostos e os principais representantes das duas matrizes originárias da geografia moderna.

Segundo Holzer (2008), Relph pioneiramente atraiu a atenção para o lugar no momento em que eram delineados os fundamentos da Geografia Humanista, nova corrente oficialmente estabelecida a partir da publicação do artigo *Humanistic Geography* (1976), do sino-americano Yi-Fu Tuan,⁹ nos *Annals of the Association of American Geographers*, mas suas principais ideias estavam em pleno desenvolvimento desde a década de 1960.¹⁰ O nascimento da abordagem humanista na Geografia norte-americana se alinhava a contextos sociais e acadêmicos mais amplos, respectivamente, de questionamento de valores culturais, políticos e econômicos instituídos e de contestação do sistema teórico então predominante, ainda baseado na lógica positivista.

Além de Tuan (1976) e Relph (1976), autores como Anne Buttimer (1976) e Nicholas Entrikin (1976) se apropriaram dos fundamentos filosóficos da fenomenologia e do existencialismo para difundir uma concepção que enfatizava a relação humana com o meio geográfico a partir da experiência vivida, da intuição, do comportamento, dos sentimentos, da intersubjetividade, e a análise de como esses aspectos atuam na formação sociocultural.

Partia-se da ideia de que cada pessoa, única em sua percepção e compreensão do mundo, expressa e organiza o espaço circundante de acordo com valores e comportamentos constituídos por um processo individual próprio, ao mesmo tempo associado à sua relação com os processos de outros indivíduos. Assim, a fenomenologia daria um suporte filosófico capaz de reunir os geógrafos interessados nos aspectos subjetivos da espacialidade. O método fenomenológico seria utilizado para se fazer uma descrição rigorosa do mundo vivido por meio da experiência humana e, com isso, pela observação da intencionalidade, reconhecer as “essências” da estrutura perceptiva. O mérito da fenomenologia e do existencialismo, segundo Buttimer (1976), estaria na sua abrangência da totalidade do ser — percepção, pensamento,

9 Em suas primeiras abordagens, Yi-Fu Tuan se apropriou do termo “topofilia” para definir “todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material” (Tuan, 2012, p. 135-136); porém, com variações profundas de intensidade, sutileza e modo de expressão. No entanto, é importante destacar que o filósofo e poeta Gaston Bachelard, em “a poética do espaço” (1993, p. 19), foi o primeiro a cunhar “topofilia” para definir as imagens do “espaço feliz”, determinado pelo valor humano a ele atribuído.

10 No âmbito da abordagem fenomenológica na ciência geográfica, em contraposição ao predomínio do domínio da geografia analítica e quantitativa, Holzer (2008, p. 137-138) cita alguns antecedentes, como a “fenomenologia da paisagem” de Carl Sauer, nos anos 1920, a “geosofia histórica” de John K. Wright, nos anos 1940, a proposta de renovação da geografia cultural promovida por David Lowenthal, no início da década de 1960, e até mesmo incursões anteriores de Tuan, como já citado na nota anterior.

símbolos e ação — o que se constataria, na prática, pela impossibilidade de delimitar claramente as diferenças entre sujeito e objeto. Ou seja, era necessário aproximar os modos de conhecer das formas de estar no mundo: “os procedimentos científicos que separam ‘sujeito’ e ‘objeto’, pensamento e ação, pessoa e ambiente são inadequados para investigar o mundo da vida [*lifeworld*]” (Buttimer, 1976, p. 277).

Definidos os pressupostos filosóficos e científicos, coube ao conceito geográfico de lugar ser associado aos de “mundo vivido” ou “mundo da vida” (*lebenswelt*) e de “*ser no mundo*” (*sein-in-der-welt*), absorvidos da tradição fenomenológica de autores como Edmund Husserl (1859-1938), Maurice Merleau-Ponty (1908-1961) e Martin Heidegger (1889-1976), este último podendo ser apontado como aquele que recuperou o sentido ontológico do lugar, já constituído na filosofia clássica. Assim, na década de 1970, destituído do sentido exclusivo de localização que lhe fora atribuído pelo positivismo; e entendido principalmente como resultado da experiência humana com o mundo, o conceito de lugar assumiu o protagonismo na Geografia Humanista.

A abordagem fenomenológica do lugar, em sua dimensão experiencial, vem sendo revista pelos próprios fundadores da Geografia Humanista. Segundo Entrikin (2003), a experiência humana de lugar implicaria tanto a capacidade subjetiva de participar de um ambiente, como a capacidade objetiva de observá-lo como algo externo e separado de si; ou seja, uma sensação simultânea de estar dentro e fora de um lugar. Essa tensão criaria certa ambiguidade nos usos múltiplos do conceito, no discurso geográfico contemporâneo.

De acordo com Entrikin (2003), o uso atual do lugar tem reunido e ultrapassado antinomias tradicionais, como sujeito *versus* objeto, materialismo *versus* idealismo, particularismo *versus* universalismo, mas essa amplitude seria problemática para defini-lo como conceito teórico sólido. A alusão a sua importância na vida moderna ainda não estaria condizente com a ausência de mecanismos que realmente pudessem medir sua relevância. Por exemplo, como o lugar influenciaria a ação coletiva? A linguagem do lugar é muitas vezes vista como parte da linguagem de solidariedade social e de identidade cultural; mas como distinguir o papel do lugar como símbolo, ideia, discurso e representação, de suas funções como meio de vida material? Além disso, muitos geógrafos reconhecem que o lugar seria mais um processo (uma relação de experiência entre o sujeito e um *locus*) do que um objeto dado. Mas como se daria esse processo de interação na formação de um sujeito individual e/ou ator coletivo?

Para Entrikin (2003), outro desafio cognitivo seria o de ir além da associação imediata da relevância do lugar com os modos de vida tradicionais e particulares. O lugar geralmente tem sido pouco utilizado nos estudos da vida urbana contemporânea mais genérica, sendo mais associado aos modos de vida tradicionais. Em oposição à tradição, os autores têm descrito a modernidade e a pós-modernidade como uma era “sem lugares” ou, pelo menos, caracterizada pela proliferação de “não-lugares”. No entanto, muitos estudos recentes mostram o aumento crescente de movimentos sociais e de fenômenos de afirmação de identidades associadas ao lugar. A elevação de movimentos comunitários, regionalistas, nacionalistas e ambientalistas — alguns progressistas e outros até mesmo conservadores e reacionários — desmentem as teorias de declínio do lugar e fazem crescer o interesse por sua apropriação e articulação com a vida coletiva e individual.

Segundo Relph (2012, p. 20–21), o interesse renovado pelo conceito de lugar, a partir da década de 1990, estaria relacionado em parte ao movimento intelectual geral de se afastar de proposições universalistas do pensamento moderno e do projeto em direção ao pós-modernismo e à celebração da diferença, seja racial, sexual, política ou arquitetônica. Como fonte e expressão da diferença, o lugar passou a atrair a atenção de várias disciplinas acadêmicas, inclusive aquelas que haviam se dedicado à padronização e aos estilos internacionais, como a arquitetura e o planejamento urbano.¹¹ Relph também apresenta seu questionamento ao “sentido global de lugar” introduzido pela Geografia Crítica (por ele nomeada “radical”), que apresenta as concepções humanistas de lugar como “locais de nostalgia”, limitados ao passado e que, por isso, seriam excludentes e regressivos.¹² Como aspecto positivo desse ampliado interesse, o autor destaca que estudar e promover o lugar, de uma perspectiva humanista, radical ou arquitetônica, se configura, em si, uma prática de resistência.

3. DE CONCEITO À ALTERNATIVA CHAVE: A RELEVÂNCIA CRÍTICA DO LUGAR

Na abordagem da relevância crítica do lugar, parece essencial sua desambiguação em relação ao conceito de território e sua aproximação mais direta ao conceito de

11 Relph “evolui” em sua crítica à produção modernista, realizada em *Place and Placelessness* (1976), remetendo-a agora ao interesse das corporações multinacionais em transformar as identidades dos lugares em “valor de mercado”, para isso explorando seu potencial e incorporando-o a lógicas que não seriam verdadeiramente vinculadas ao lugar.

12 Relph menciona diretamente David Harvey e Doreen Massey como exemplos de autores críticos às concepções humanistas, que são abordados mais adiante.

espaço. Como visto, no âmbito da Filosofia, a imbricação entre os conceitos de espaço e lugar já aparecia na Física de Aristóteles, sendo *topos* tanto o limite que circunda o corpo (lugar do corpo) quanto o que está fora do “lugar do corpo”, ou seja, o termo *topos* pode ser entendido como espaço-lugar. Heidegger, por sua vez, afirmava que o espaço — um modo de “ser no mundo” — é criado a partir do lugar. Espaço em alemão (*Raum*) designa o regulado, aquilo que se faz caber dentro de um limite; essa regulação se daria por constituição de lugares e por meio das coisas e suas localizações. Haveria assim uma distinção entre espaços-lugares e ‘o’ espaço, este último sendo conceito, não vivência imediata (Sodré, 1988, p. 21).

Na Geografia, espaço, lugar e território são comumente apresentados como conceitos distintos. A distinção aparece principalmente quando se faz uma abordagem epistemológica, em que o espaço se enquadra como categoria superior de análise, a partir da qual se formariam outras concepções. Assim, enquanto o espaço assume uma dimensão mais abstrata (conceitual), lugar e território assumem uma dimensão mais concreta (empírica). Outra distinção restritiva ocorreria quando o espaço é considerado o substrato físico original e natural que, ao ser submetido à ação humana, seria transformado em “lugar” ou “território”. A utilização dos termos/conceitos varia de acordo com a abordagem de cada autor em sua disciplina específica.

Mesmo que haja abordagens bastante claras que permitam reconhecer distinções, o conceito de espaço pode frequentemente se fundir com o de lugar (e também com o de território) quando se trata da formação de identidades socioculturais, que se formam não somente entre pessoas de um mesmo grupo social, mas também estão fundamentalmente relacionadas aos atributos do espaço, tanto os pré-existentes — natureza, paisagem natural; quanto os produzidos artificialmente — ambiente construído, paisagem cultural. Diversos autores fazem essa abordagem, ora privilegiando a referência ao lugar (Tuan, 1983; Augé, 1994; Carlos, 1996), ao território (Raffestin, 1993; Souza, 2000) e a ambos (Santos, 1999b, 2000b). As referências ao lugar ou ao território, como derivados do espaço, os diferem tanto no que diz respeito aos aspectos físico e social quanto ao temporal, e dois autores podem representar bem tais abordagens, o geógrafo humanista Yi-Fu Tuan (1983) e o brasileiro Marcelo Lopes de Souza (2000), de abordagem mais crítica.

O conceito de território tem mais a ver com domínio, não apenas ou necessariamente simbólico, mas principalmente físico, que é definidor de um limite em escala (cartográfica) e subentende fortemente a ideia de controle e de poder, em

suma, de território nacional.¹³ Para Souza (2000), apenas a durabilidade poderia ser geradora de identidade socioespacial, identidade não somente com o espaço físico, concreto, mas com o território e, conseqüentemente, com o poder que o controla. Assim, os territórios estariam submetidos a mudanças nas relações de poder que se projetam no espaço, podendo formar-se ou dissolver-se rapidamente, mesmo que o substrato espacial permaneça o mesmo. Os territórios teriam certa instabilidade causada pelo fator tempo. De modo contrário, o lugar seria definido por estabilidade e durabilidade mínimas, sendo patente sua historicidade, a partir de sua capacidade em potencializar identidades.

O geógrafo cultural Paul Claval definiu território como o resultado de uma apropriação coletiva de signos, que impõe um domínio sobre determinadas relações e sobre determinado espaço. Essa apropriação de signos (símbolos), a cultura, estaria também impregnada de relações de poder. Daí para a apropriação de objetos, de paisagens, de lugares próprios. Ao serem reconhecidos e apropriados, os lugares são também batizados (nomeados). De acordo com Claval (1999, p. 202, original de 1995), “nomear os lugares é impregná-los de cultura e de poder,” e esses nomes transformam o universo físico em um universo socializado.

No artigo *From space to place and back again*, de 1993, David Harvey abordou o lugar relacionando-o diretamente ao espaço, bem como ao capital e à globalização neoliberal. Para Harvey, com o capitalismo global estabelecido a partir da década de 1970, lugares seriam ao mesmo tempo nós da rede de fluxos, criados para capturar e manter o capital, e potenciais focos de resistência. Os dois propósitos seriam refletidos nas formas materiais e nas representações dos lugares; ou seja, nas paisagens simbólicas neles incluídas, já que os lugares seriam construídos pelo embate entre seus moradores e o capital. Os lugares, assim, estariam em algum ponto entre o universal e o particular em uma rede global de diferenças histórico-geográficas. Por outro lado, o espaço seria abstrato e totalmente construído pelo capital.

Como fundamento teórico, Harvey (1993) propôs uma “reconciliação” entre Marx e Heidegger para definir lugar no contexto do capitalismo global. De Marx,

13 Milton Santos (1996, p. 189, original de 1978) afirmava que, essencialmente, três elementos são formadores de um “Estado-Nação”: o território, o povo e a soberania. A utilização do território pelo povo cria o espaço, assim como as relações entre o povo e seu espaço, além das relações entre os diversos territórios nacionais, são reguladas pela função da soberania. Para o autor, o território passa a se chamar espaço quando seus limites são reconhecidos como resultado da ação de um povo e sob as regras de um poder soberano. Portanto, espaço é território usado.

o autor extraiu o argumento de que a repressão, o equívoco (*misconception*) e a exploração seriam resultados de políticas puramente baseadas no lugar em um mundo capitalista espacialmente dinâmico. De Heidegger o autor extraiu a ênfase no *habitat* baseado no lugar como uma fuga do capitalismo moderno. Assim, a definição de lugar sugerida por Harvey considerou tanto a exploração capitalista global quanto a resistência baseada no lugar; ou seja, o lugar constituído pela luta/embate (*struggle*) entre o global e o local.

Doreen Massey, em *Space, place, and gender* (1994), formulou os conceitos de espaço e lugar em termos de relações sociais e sugeriu que espaço e tempo seriam indissociáveis. E mais, dentro da simultaneidade dinâmica que seria o espaço, os fenômenos poderiam ser colocados um em relação ao outro de tal modo que novos efeitos sociais poderiam ser provocados. Em outras palavras, a organização espacial da sociedade seria parte integrante da produção do social, e não apenas o seu resultado, e estaria totalmente implicada em ambas, história e política. Antecipando reflexões posteriores (Massey, 2000 e 2009), a autora já propunha “pensar em termos de relações” como estratégia geral para repensar os conceitos de espaço e lugar. O conceito de lugar seria fundamentalmente dependente da noção de articulação. Seria um movimento, em termos de sujeitos políticos e de lugar, capaz de reconhecer a diferença e ainda enfatizar simultaneamente as bases para potenciais solidariedades. Além disso, se os lugares tivessem sua definição amplificada, considerando a construção de sujeitos dentro deles, então a identidade do lugar se daria em uma dupla articulação.

Para Massey (1994), a conceituação de lugar deveria retomar a questão dos dualismos, pois, no que diz respeito tanto a espaço quanto a lugar, em certas formulações conceituais estariam incorporadas concatenações de dicotomias. No par espaço/lugar, o lugar seria o que representa o Ser, a ele sendo associada uma série de epítetos e conotações: local, específico, concreto, descritivo, cada qual carregando um feixe de significados a respeito de diferentes oposições. Na via contrária a essas características classicamente designadas ao lugar estariam termos como: geral, universal, teórico-abstrato-conceitual. Segundo a autora, tais oposições (conjuntos de dualismos) é que estavam em jogo quando alguns geógrafos marxistas criticaram fortemente o interesse renovado em localidades (*localities*), na década de 1980, se referindo em especial aos geógrafos humanistas.

Como encaminhamento conclusivo desta breve abordagem do lugar segundo a perspectiva crítica, aqui são privilegiados os já citados geógrafos Milton Santos e Doreen Massey. A escolha desses autores considerou não somente a coerência teórica de suas obras, independente da especificidade no tratamento do conceito, mas principalmente suas proposições inovadoras e inspiradoras.

Da extensa e proffuca obra de Milton Santos (1996, 1994, 1999b), destaca-se o desenvolvimento do pensamento que redundou, em seu último livro publicado em vida (2000b), na habilitação do lugar como base geográfica para o exercício de uma cidadania plena das pessoas. As propostas teórico-metodológicas de Milton Santos se apresentam mais fortemente no livro considerado síntese de seu pensamento, *A Natureza do Espaço: técnica e tempo; razão e emoção* (1999b). Como esforço interpretativo “de dentro”, para identificar as categorias que permitissem analisar corretamente a natureza do espaço (objeto de estudo da disciplina geográfica), o autor propõe o encontro de conceitos, que sejam retirados da realidade, fertilizados reciprocamente por sua associação obrigatória e tornados capazes de utilização sobre “a realidade em movimento”. Sugere também a inseparabilidade das categorias espaço-tempo e destaca a importância do lugar e do espaço no processo social:

O desafio está em separar da realidade total um campo particular, susceptível de mostrar-se autônomo e que, ao mesmo tempo, permaneça integrado nessa realidade total. [...] O mundo é um só. Ele é visto através de um dado prisma, por uma dada disciplina, mas, para o conjunto de disciplinas, os materiais constitutivos são os mesmos. [...] Uma disciplina é uma parcela autônoma, mas não independente, do saber geral. É assim que se transcendem as realidades truncadas, as verdades parciais, mesmo sem a ambição de filosofar ou de teorizar (Santos, 1999b, p. 17).

O autor também explora a “força do lugar”, ao mesmo tempo como conclusão e perspectiva, e aponta para uma “ruptura epistemológica”. Ou seja, a necessidade de um olhar mais atento para a efetividade de contra-racionalidades (ordem local) concorrendo com racionalidades hegemônicas (ordem universal), estas últimas frequentemente apresentadas como inexoráveis. O lugar seria o encontro das duas racionalidades e, por isso, se apresenta como unidade espacial capaz de inspirar novos e insuspeitos caminhos norteadores do pensamento e da ação (Santos, 1999b).

Diferente da abordagem humanista, para pensar o lugar, Milton Santos sugere, ao invés da pausa, o movimento: da natureza, do tempo, das sociedades e seus atores constituintes, e do espaço em sua materialidade natural e artificialmente construída. A proposição do lugar como dimensão espacial do cotidiano permite sua apropriação

no tempo presente, mas como resultado de um somatório de preexistências. A ideia de movimento lento, da ordem local, em contraposição às velocidades impostas pela ordem global, abre a discussão para os processos de exclusão social dos “fracos”.¹⁴

A análise das duas ordens está atrelada à proposição do espaço geográfico como um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. Segundo o autor (1999b), apesar de atualmente os sistemas de objetos e ações serem cada vez mais artificiais e progressivamente tendentes a fins estranhos ao lugar, sua significação absoluta (ou tendencial) ganha uma relativização, provisoriamente verdadeira, diferente daquela do momento anterior e impossível em outro lugar. É dessa maneira que se constitui uma espécie de tempo do lugar, esse tempo espacial que é o outro do espaço. O lugar comporta/suporta as ações externas porque é permeável às diferenças, que podem estimular movimentos e ações capazes de reforçar as solidariedades internas.

Milton Santos afirma que se há uma ordem global que tenta impor a todos os lugares uma única racionalidade, os lugares a respondem com sua própria racionalidade. Ou seja, “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (1999b, p. 273). A partir dessa constatação, o autor propõe fundar uma nova ética na organização do espaço geográfico, menos pautada nas necessidades das forças hegemônicas, em especial as financeiras, e mais comprometida com demandas populares.

Sua proposição ganhou ênfase em *Por uma outra Globalização* (2000b), ao unir espaço e lugares, que são o mundo, que reproduzem modos específicos, individuais, diversos; são singulares, mas também globais, manifestações da totalidade-mundo, da qual são formas particulares. Para o autor, o “mundo” não tem como regular os lugares, por isso, a expressão “cidadão do mundo” é uma possibilidade distante. Na verdade, o cidadão só o é (ou não é) como “cidadão de um país”. Porém, a perspectiva de uma cidadania integral, sobretudo quando o território de um país é extenso e a sociedade desigual, somente poderia ser alcançada nas escalas subnacionais, a começar pela escala local. Por isso a necessidade de revalorização dos lugares e uma adequação de seu estatuto político.

14 “A força dos fracos é seu tempo lento” foi uma expressão cunhada por Milton Santos (1994) já para se referir à variedade de tempos e movimentos; e a noções de distância e alcance, também diferenciados. A cidade, principalmente a cidade grande (Metrópole), seria o lugar onde os movimentos acontecem com mais intensidade, mas também com mais variedade. Promover o encontro das diferenças, das áreas “luminosas” justapostas, superpostas e contrapostas às áreas “opacas”, dos “homens comuns”, dos pobres (os “fracos”), pode permitir a reconsideração de expectativas e de propostas de ação.

Considerando que o lugar acolhe tanto a nova ordem produzida pela globalização, quanto produz uma contraordem [contra-hegemonia, ou mesmo contra-narrativa], Milton Santos (2000b, p. 113-114) argumenta que para o exercício de uma cidadania plena das pessoas, dentro da nação deveria ser instituída “uma federação de lugares, uma nova estruturação político-territorial, com a indispensável redistribuição de recursos, prerrogativas e obrigações”. Seguindo esta ideia, em um segundo momento se teria um mundo como federação de países. Uma construção de baixo para cima, cujo ponto central seria a existência de individualidades fortes e de garantias jurídicas correspondentes. O lugar seria a base geográfica dessa construção, “espaço de exercício da existência plena”:

Nisso, o papel do lugar é determinante. Ele não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro. A existência “naquele” espaço exerce um papel revelador sobre o mundo (Santos, 2000b, p. 114).

Doreen Massey (2009), por sua vez, propõe uma nova imaginação do espaço, com o objetivo de transpor as ideias que o tem designado como morto, estático, fixo e atemporal para outro conjunto de ideias, do espaço: 1) como o produto de inter-relações, constituído por meio de interações em diversas escalas; 2) como a esfera da possibilidade de existência da multiplicidade; e 3) como estando sempre em construção/transformação.

Ao desconstruir imaginações hegemônicas do espaço entendidas como pouco promissoras e tendencialmente conservadoras, Massey tenta escapar da inexorabilidade que caracteriza as grandes narrativas ligadas à modernidade, em especial as da dita globalização que, além de tratar o espaço e as pessoas de maneira totalitária, que “propõem cenários nos quais as direções gerais da história, inclusive o futuro, já são conhecidas” (2009, p. 32). Com tais proposições, a autora defende o reconhecimento da contemporaneidade de múltiplas trajetórias em substituição à ideia de uma única história universal, que impõe a todas as diferenças uma mesma linha do tempo, “trata-se de um mundo sendo feito, através de relações, e aí se encontra a política” (2009, p. 37).

Para Massey, é fundamental que a multiplicidade de “estórias-até-agora” e as características subjetivas do espaço sejam reconhecidas e que, com isso, possam orientar uma política sensível a elas. Uma proposta que indica a necessidade de tempo e espaço serem pensados conjuntamente, embora não signifique a atribuição de pesos

idênticos a ambos, mas sim sua implicação e imbricação, e que isso tem consequências sobre a política e o espacial. Pensar tempo (história) e espaço simultaneamente significa dizer que muitas combinações relacionais podem ser produzidas. O espaço é, portanto, aberto, múltiplo e relacional. No espaço, as especificidades resultariam muito mais do contato do que do isolamento. Neste sentido, conceitualmente se aproximam espaço e lugar, este último devendo ser também entendido como produto de inter-relações:

Conceituar o espaço como aberto, múltiplo e relacional, não acabado e sempre em devir, é um pré-requisito para que a história seja aberta e, assim, um pré-requisito, também, para a possibilidade da política (Massey, 2009, p. 95).

Considerar a convergência entre os conceitos de espaço e lugar, que sugere o encontro, é importante em diferentes contextos políticos, pois remete a pactos que devem acontecer não somente entre os humanos, mas também entre estes e o que no lugar não é humano, a natureza. As múltiplas trajetórias humanas se encontram com as trajetórias da natureza para, juntas, formarem espaço e lugar. Assim, com base na abordagem de Massey, aqui se admite a ideia de “espaço-lugar”, consonante com o pensamento de outros autores, como Milton Santos.

Em publicação anterior (2000), Massey já propunha repensar o sentido de lugar, adaptável a essa era de compressão tempo-espaço, sugerindo uma visão progressista — do lugar como sendo aberto e voltado para fora, sobreposta a uma visão reacionária — do lugar como sendo fechado e defensivo. Algumas questões foram suscitadas sobre a compressão de tempo-espaço em si. Quem a vivencia, e como? Todos nós nos beneficiamos dela ou com ela sofremos da mesma maneira? Sustenta-se que é o capitalismo e seu desenvolvimento que atualmente vem determinando nossa compreensão e experiência do espaço. Mas, segundo Massey, esta maneira de pensar é insuficiente.

A aceleração produzida pelo momento atual, de fato, talvez seja fortemente influenciada pelas forças econômicas, mas não é somente a economia que determina nossa experiência de espaço-lugar. Diversos outros aspectos interferem na nossa vivência do que somente o capital. Diferentes indivíduos e grupos sociais posicionam-se de maneiras distintas em relação aos fluxos e interconexões produzidos pela chamada compressão tempo-espaço.

Na busca de um significado para o lugar, Massey (2000) propõe a exumação de heranças, que são interpretadas como sendo, em parte, uma resposta ao desejo de fixidez e de segurança da identidade em meio ao movimento e à mudança. Segundo a interpretação da autora, um sentido de lugar e de enraizamento poderia fornecer não

apenas estabilidade, mas uma fonte segura para que a identidade se estabelecesse. Entretanto, o lugar e o espacialmente local são rejeitados por visões progressistas como quase necessariamente reacionários. É como se houvesse uma negação à dinâmica e à mudança da vida real. Assim, o lugar e a localidade seriam focos de uma espécie de “escapismo romantizado da atividade real do mundo”. Enquanto o tempo designaria movimento e progresso, o lugar denotaria imobilismo e reação, não sendo vítima da globalização, como pregam alguns discursos a ela contrários, e sim parte integrante do processo.

Portanto, imaginar uma interpretação alternativa do lugar é reconhecer o fato de que ele se constrói, sim, a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num *locus* também particular. Porém, trata-se de um lugar que ao se encontrar com ele mesmo gera possibilidades de conexões com outros. Ou seja, em vez de pensar os lugares como áreas cercadas de fronteiras, pode-se imaginá-los articulados em redes de relações e entendimentos sociais, sendo que grande parte delas podem ser construídas em uma escala muito maior do que costumávamos definir como o lugar em si, seja uma rua, uma região ou um continente. Isso, por sua vez, permite um sentido de lugar extrovertido, que inclui uma consciência mais ampla de suas ligações com o mundo e integra de maneira positiva o global e o local. É um sentido do lugar, um entendimento de seu caráter, que só pode ser construído por meio da ligação desse lugar com outros lugares. Um sentido progressista de lugar reconheceria isso, sem que ele estivesse ameaçado. Um sentido global de lugar, de uma consciência global do lugar, destacando seu potencial político.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ARISTÓTELES. **Física**. Traducción y notas: Guillermo R. de Echandía. Madrid: Gredos, 1995.
- AUGÉ, M. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.
- BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BERQUE, A. Lieu 1. In: LÉVY, Jacques & LUSSAULT, Michel (dir). **Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés**. Paris: Belin, 2003.
- BUTTNER, A. Grasping the dynamism of lifeworld. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 66, n. 2, p. 277-292, jun. 1976.
- CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASEY, E. S. **The Fate of Place: a philosophical history**. Berkeley: University of California Press, 1997.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Florianópolis: EdUFSC, 1999.

COSTA, C. M. B. **Apologia do lugar: um corpo no vazio [urbano]**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura), Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2009.

ENTRIKIN, J. N. Lieu 2. In LÉVY, Jacques & LUSSAULT, Michel (dir.). **Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés**. Paris: Belin, 2003.

ENTRIKIN, J. N. Contemporary Humanism in Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 66, n. 4, p. 615-632, dec. 1976.

HARVEY, D. From space to place and back again. In BIRD, J. *et al.* (Eds.) **Mapping the Futures: local cultures, global change**. London: Routledge, 1993, p. 3-29.

HOLZER, W. A Geografia Humanista: uma revisão. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro: UERJ, p. 137-147, 2008. Edição Comemorativa, 1993-2008.

LABECA/MAE. **A organização da khóra: a cidade grega diante da sua hinterlândia**. São Paulo: FAPESP, Projeto temático de pesquisa (2010-2014) do Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP — LABECA/MAE, 2009.

MASSEY, D. **Space, place, and gender**. Minneapolis, USA: University of Minnesota Press, 1994.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. *In*: ARANTES, Antonio Augusto (org). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000, p. 176-185.

MASSEY, D. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. 21. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

PLATÃO. **Timeu-Crítias**. Tradução do grego, introdução, notas e índices: Rodolfo Lopes. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2011.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RELPH, E. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. *In*: MANDAROLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia. **Qual o Espaço do Lugar?** Geografia, Epistemologia, Fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012, p. 17-32.

RELPH, E. **Place and Placelessness**. London: Pion, 1976.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo, globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **As formas da pobreza e da dívida social**. Momento Nacional Semana Social Brasileira, 3. 1998. Brasília, DF, 1999a.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo; razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999b.

SANTOS, M. **Território e Sociedade**. **Milton Santos: depoimento**. Entrevistadores: Odette Seabra, Mônica de Carvalho; José Corrêa Leite. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000a.

- SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000b.
- SODRÉ, M. **O terreiro e a cidade:** a forma social negro-brasileira. Petrópolis: Vozes, 1988.
- SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In:* CASTRO, I. E. *et al.* (orgs.). **Geografia:** conceitos e temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 77-116.
- TAVARES, R. L. D. **O valor do lugar e o lugar do valor na formação e afirmação das favelas cariocas.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), PPGAU – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.
- TAVARES, R. L. D. **Lugar & Patrimônio:** significados para a memória. Dissertação (Mestrado em Geografia), POSGEO – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.
- TUAN, Y. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.
- TUAN, Y. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

CARTOGRAFIAS DO CAMINHAR: MODOS DE REPRESENTAR A RELAÇÃO ENTRE CAMINHANTE E ESPAÇO URBANO

FERNANDA PACHECO DIAS

INTRODUÇÃO

Dentre os diversos possíveis atores da produção do espaço urbano, o caminhante ou simplesmente pedestre, exerce no seu deslocamento diário relações visíveis e invisíveis com o espaço praticado. Tais relações podem se apresentar como sutis vestígios urbanos, desvios temporários ou até mesmo uma camada de memória a mais na cidade. Mas será possível de alguma forma cartografar tais marcas no espaço urbano? Relações de afeto, desejos, acasos não previstos, solidariedades e seus opostos podem ser lidos nas linhas de um mapa?

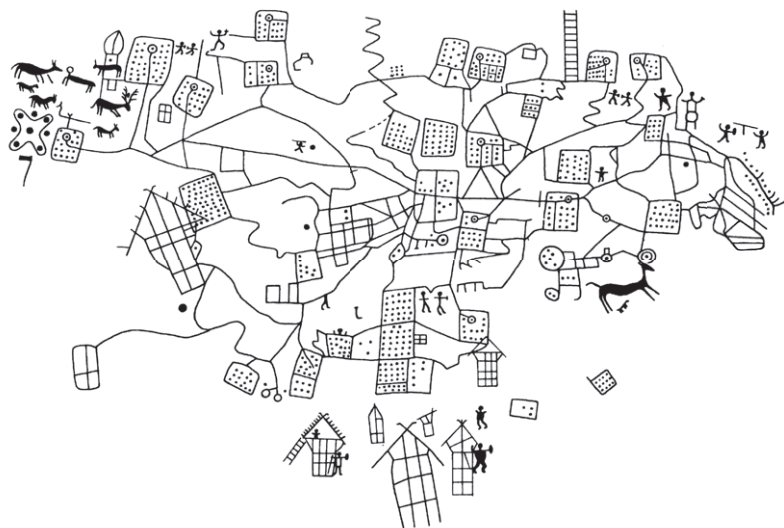
Inicialmente gostaríamos de situar o leitor acerca da diferenciação entre mapas e cartografia. Segundo a *Associação Cartográfica Internacional* (ICA), a cartografia pode ser definida como uma disciplina que envolve arte, ciência, e tecnologia para produzir mapas. Ou seja, a cartografia atua como uma ferramenta ou um suporte para a elaboração de um mapa. Este suporte pode ser uma projeção cartográfica tradicional ou não, como veremos a seguir. Assim como, os mapas podem se utilizar de tais bases ou não. O mapa pode ser entendido como resultado de representações gráficas de relações espaciais ancoradas em um discurso. De acordo com Ângela Katuta (2013, p. 9) com o passar do tempo o homem mudou suas concepções sobre si mesmo e o espaço ao seu redor, bem como suas representações espaciais, ou seja, os mapas vêm se modificando de acordo com as transformações sofridas pelo homem. Além disso, com o avanço das tecnologias nas últimas décadas, houve uma gradativa democratização dos processos cartográficos que se deu através de sistemas operacionais como o GIS ou até mesmo plataformas online. De modo que hoje é possível que qualquer pessoa possa utilizar essas bases cartográficas para produzir seus próprios mapas.

Neste artigo será feita uma comparação entre os mapas tradicionais e os mapas colaborativos ou participativos. Estes últimos é como vêm sendo chamados aqueles cujo objetivo intrínseco é democratizar as representações espaciais. Esta comparação será feita para que se possa vislumbrar os limites e soluções encontradas por cada tipo.

Com isto não se pretende de nenhuma maneira determinar qual dentre as duas é a mais “assertiva”, mas, busca-se problematizar métodos e técnicas de representações espaciais e seus desdobramentos para a pesquisa científica. Serão articulados no decorrer do texto os conceitos de “cartografias do cotidiano” e “cartografia como rizoma”, ambos defendidos por Camila Ferraz, como forma de contrapor a produção cartográfica sistemática. A seguir, o debate terá continuidade a partir da análise de cartografias selecionadas que têm em comum entre elas o propósito de registrar o caminhar urbano. As cartografias escolhidas datam de épocas e locais distintos, bem como foram produzidas em materialidades variadas.

1. ESTADO DA ARTE: MAPAS TRADICIONAIS E CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA

FIGURA 28: GRAVURA RUPESTRE, BEDOLINA, VAL CAMONICA, 10.000 A.C.



FONTE: DISPONÍVEL EM: [HTTPS://PBS.TWIMG.COM/MEDIA/DAQVKHMXXAAQJ5W.JPG](https://pbs.twimg.com/media/DAQVKHMXXAAQJ5W.JPG).

A história da cartografia considera a imagem apresentada como um dos primeiros mapas pré-históricos do Velho Mundo. Ela é na verdade a digitalização de uma gravura rupestre datada de cerca de 10.000 anos a.C. e encontrada numa rocha em Bedolina, situada no Vale Camonica que fica na região da Brescia, Itália. A origem da cartografia está ligada com a necessidade humana de memorizar percursos, tal como Ítalo Calvino (2010, p. 25) disse “é o memorando da sucessão das etapas, o traçado de um percurso”.

E ao desejo de registrar um lugar no espaço acopla-se o desejo de “compreender numa imagem a dimensão do tempo juntamente com a do espaço” (Calvino, 2010, p. 29). Tempo esse referido tanto ao passado, quanto ao futuro, assinalado no mapa como um sistema de obstáculos e marcos que sinalizam a narrativa de um percurso. Dito isto, Catherine Smith (1987) nos chama atenção para o fato de que 50 das 184 figuras gravadas na rocha de Bedolina foram acrescentadas em períodos posteriores. Ao todo foram quatro estágios de gravação, elementos figurativos como humanos e animais, além das casas e escadas, datam de um período posterior ao original. Esse fato reforça o desejo humano de registrar a transformação do lugar, assim como o mapa, em permanente construção.

Os ditos mapas tradicionais estão associados às representações cartográficas oriundas da cultura ocidental, onde a partir do século XIX definições mais rígidas estabeleceram que mapas precisam ser elaborados por sistemas de projeção geográfica, com escala e simbologia adequadas. A geometria e a matemática como ferramentas para a normatização da representação das relações humanas e espaciais. Complementarmente, Harley (1987, p. 55) escreveu que mapas são a “representação gráfica que facilita a compreensão de objetos, conceitos, processos e fatos do mundo humano”. Uma definição certamente mais ampla e flexível, que abarca não só os mapas produzidos antes da era das grandes navegações, como também os mapas tecnológicos e/ou colaborativos da contemporaneidade. É também um conceito que não restringe representações de culturas, religiões ou linguagens gráficas distintas, isto, portanto, nos permite estudar na mesma esfera artística e científica, mapas de diferentes origens e formatos.

Além disso, outros autores como Camila Ferraz (2017), vinculam a cartografia a uma metodologia transdisciplinar de apreensão do espaço que se constrói processualmente. Ferraz se apoia na tese de Deleuze e Guattari (1995) onde os autores defendem que a cartografia pode ser lida sob a ótica do rizoma, um processo aberto em constante transformação, formado pelo cruzamento de temporalidades e múltiplas entradas:

O mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói. [...] O mapa é aberto, conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como uma obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação. (Deleuze; Guattari. *Mil platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. 1995, p. 22)

Ao associar o conceito de rizoma (Deleuze; Guattari, 1995) com a contribuição de Suely Rolnik (2007), onde cartografia é um processo construído a partir do movimento do corpo do cartógrafo, Ferraz inclui então a ideia de “cartografia do cotidiano”. Sendo este último um processo metodológico de experiências cotidianas no espaço urbano passíveis de deixarem vestígios espontâneos. Aqueles que praticam o espaço, que usam do próprio corpo para desenhar histórias nas calçadas e praças, são os que desvendam atalhos e surpresas, revelam lugares de abandono e esquecimento, mas também ilhas de afeto e desejo no espaço público. São estas ações cotidianas que muitas vezes deixam de ser cartografadas por não estarem de acordo com normas e padrões esquemáticos, são comportamentos sociais que não se encaixam na cartografia tradicional. É preciso ler nas entrelinhas do mapa cartográfico ou voltar à cartografia como processo aberto para entender que “paisagens psicossociais também são “cartografáveis” (Rolnik, 1989).

Angela Katuta (2013) recorda que o predomínio das representações cartesianas como base para a inserção de camadas de informação na elaboração dos mapas atuais é inegável. As naturezas físico-territoriais ganham lugar de destaque em representações sistemáticas, onde não há espaço para humanidades e movimentos não-lineares na base cartográfica a ser utilizada. Apesar disso, Katuta salienta que foi a capacidade do ser humano de desenvolver múltiplas linguagens que nos permitiu a construção de modelos simbólicos do mundo. Portanto, é no mínimo contraditório optarmos por seguir um padrão geométrico, limitado e desvinculado à ideia de processo rizomático quando buscamos representar as relações sociais e afetivas no espaço urbano.

Todo mapa é uma redução da realidade, mesmo que se quisesse jamais seria viável representar a totalidade do mundo real, em vista disso, por ser apenas uma das muitas versões possíveis, que todo mapa não pode ser imparcial. Mapas, sejam quais forem suas formas de representação, serão imagens carregadas de valores (Harley, 1988). No processo de elaboração de mapas, é necessário a escolha por determinado tema, estilo, códigos, esta seleção é por si própria uma interpretação da realidade e aqueles que detêm o saber cartográfico cumprem o papel de estruturar um diálogo com aqueles que irão consumir estes mapas. Tal procedimento configura uma relação de poder, onde aquele que determina o que será ou não representado na cartografia pode articular discursos, manipular informações, tecer exageros ou fabricar vigilância, se assim desejar.

É por tais motivos que os mapas participativos ou colaborativos, como vêm sendo chamados, apresentam uma perspectiva mais democrática dentro dessa conjuntura

descrita. Quando o fazer cartográfico passa a ser acessível àqueles que vivenciam os espaços, é possível prever uma maior aproximação entre o indivíduo e o espaço a ser retratado. A cartografia colaborativa promete a participação contínua de usuários de toda a sociedade, o que na prática não pode ser completamente realizado, visto que esta não é uma realidade para toda a população. Muitos desses mapas são de acesso exclusivamente online, seja por meio de aplicativos, ferramentas computacionais etc. Meios estes que excluem aqueles cuja a realidade social não permite estar inseridos nestes processos. Apesar disso, entendo que como ideologia remete à noção de mapa como processo aberto e que esta característica mencionada poderia ser revista e atualizada de modo a procurar incluir cada vez mais todos os diferentes usuários da cidade.

Como então extrair informações e tecer análises sociais a partir de cartografias? É possível fazer leituras de sentidos ou afetos que não estão presentes nas linhas de um mapa? Aquilo que não está visível é também um discurso omitido? Se, a realidade tal como ela é não pode ser transferida para o mapa sem distorções ou reduções, como selecionar aquilo que será representado e mais ainda, como determinar a relevância de quais cartografias serão úteis para o pesquisador científico? Quando pretendemos entender a relação social e espacial de um indivíduo com o espaço público, é preciso voltar o olhar para uma escala local e partir de cartografias que privilegiam a escolha das diferenças. Visto que:

Sabemos que o território não é transferível para o mapa [...] O que realmente é transferido para o mapa é a diferença, seja ela uma diferença de cotas, de vegetação, de estrutura demográfica, de superfície, enfim de qualquer tipo. São as diferenças que são produzidas no mapa. (Bateson, 1972, p. 468, *apud* Canevacci, 2004)

Alguns mapas colaborativos demonstram essa preocupação em retratar relações invisíveis, como é o caso das plataformas *Onde fui roubado*, *Cidade dos Afetos* e o internacional *Protest and Politics*. A primeira permite que os usuários insiram dados sobre crimes sofridos ou presenciados, ademais, podem ser fornecidas informações detalhadas do evento para além da localização exata. Já a segunda envolve a percepção das mulheres na cidade, o mapa foi construído a partir dos afetos de cinco mulheres em São Paulo, com o intuito de retratar as singularidades destes atores. Já a última citada, reúne vozes e sons de protestos e ativismos políticos ao redor do mundo. Os sons são enviados por colaboradores e então remixados por artistas envolvidos no projeto, para em seguida serem disponibilizados em um mapa-múndi sonoro.

No entanto, é importante ressaltar que apesar do caráter humano e social de tais ferramentas, muitas ainda não constituem fonte proveitosa para a pesquisa científica, pois se tratam de dispositivos artísticos ou voltados para o uso cotidiano. O *Protest and Politics*, por exemplo, apesar de reunir mais de cem colaboradores incluindo brasileiros, ainda deixa de fora lugares como o próprio Brasil, Rússia, China e todo o continente africano, além de não informar detalhes específicos como a data dos protestos.

Ao longo da história da civilidade os mapas foram utilizados como instrumentos de poder e exclusão, se faz não só necessário, mas urgente, reverter este quadro. Mas como então transferir esse poder para outros? Qual a melhor maneira para de fato democratizar os meios de representação espacial? Henri Acselrad (2008, p. 10) esclarece que o mapeamento participativo pode ser visto tanto como um instrumento de apoio às dinâmicas da globalização que reforçam o poder de cartografar, quanto como esforços de resistência a estas dinâmicas. O autor aponta ainda que, por um lado, um dos efeitos da tecnologia digital na produção de cartografias colaborativas é a democratização dos mapas, mas, por outro lado, pode vir a contribuir para o desenvolvimento de novas formas de controle territorial. Quando pensamos em plataformas como as apresentadas anteriormente (*Protest and Politics*, *Onde fui roubado* e *Cidade dos Afetos*), cujo propósito é a representação daquilo que de fato interessa ao dia a dia dessas pessoas, momentaneamente nos esquecemos que estas mesmas informações podem ser lidas e reorganizadas a favor de uma sociedade do controle. Sem contar que como já foi exposto, nesses processos online de cartografar não contamos com a participação efetiva da população e sim com uma parcela de aproximadamente setenta por cento que tem acesso à internet (no contexto brasileiro). Resta-nos indagar, o quão de fato democráticas elas são e a que custo? Seja o mapa colaborativo ou não, devemos sempre estar atentos e nos questionarmos sobre quem efetivamente produziu o mapa, qual o interesse, quais as informações nele contidas e para que servirá este mapa.

2. OS CAMINHANTES SOBRE O MAPA

Os processos do caminhar podem aparecer em mapas urbanos como forma de trajetos ou posições de interesse, mas essas curvas em cheios ou vazios remetem à ausência daquilo que passou (Certeau, [1980] 1998), os movimentos dos percursos ou pontos de paradas são projeções de um tempo e espaço em contínua modificação. Nas cidades contemporâneas, de velocidades dilatadas, o espaço urbano se transforma

tão rapidamente que caminhar e atravessar seu tecido fragmentado tornou-se talvez a única maneira de reconstruir um fio conector desses espaços, “Caminhar tornou-se o instrumento estético e científico que permite reconstruir o mapa em devir das transformações em curso” (Careri, 2017). De modo que o ato de caminhar está para além de um dado representado no mapa, é paradoxalmente a ferramenta de cartografar e o corpo cartografado.

Podemos falar também do mapa de Çatal Hüyük localizado na Turquia e datado de cerca de 6.000 a.C., o desenho gravado na pedra revela uma vila formada por cerca de oitenta retângulos (que podem indicar a estrutura das casas) e ainda a presença do vulcão Hasan Däg em erupção. Em comparação com Val Camonica, o mapa de Çatal, fora o vulcão, não retrata características físicas-geográficas do lugar, nem mesmo traços da vida social como a presença de animais ou humanos. Além disso, nota-se também que os espaços vazios entre as casas, ou seja, os caminhos, não são representados como linhas contínuas que conectam lugares, como é o caso da Bedolina. Pelo contrário, a vida de Çatal mostra-se a partir de seu mapa, completamente voltada para dentro das edificações. O que não se pode ver no mapa, no entanto, é que na verdade toda a cidade funcionava nos tetos das casas, inclusive o único espaço público identificado como mercado. Em Çatal Hüyük, a comunicação do espaço público com o privado se dava através de escadas móveis que levavam até a cobertura das casas, permitindo a passagem para o interior. Logo, o caminhar, aparentemente indicado pelos percursos, pode esconder-se nas linhas não traçadas num mapa ou mostrar-se como a principal informação do desenho.

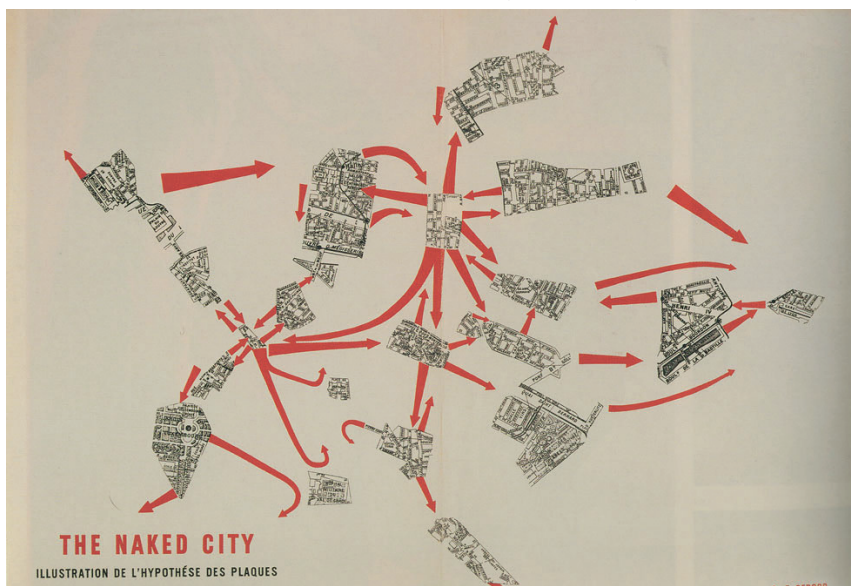
Ainda sobre o caminhar, temos como exemplo prático as deambulações surrealistas nos anos 1920, onde na ocasião havia a ideia de transformar as percepções do espaço em mapas influenciadores. Tais mapas tinham como propósito refletir as diferentes sensações que a cidade provoca no pedestre. Mais tarde esta prática será retomada pelo movimento letrista e posteriormente pelos situacionistas. Sobre tais mapas influenciadores, Francesco Careri aponta que:

Breton acreditava na possibilidade de se desenharem mapas em que os lugares que gostamos de frequentar tenham a cor branca, aqueles que queremos evitar, a cor preta, e o resto, cinza, represente as zonas em que se alternam sensações de atração e repulsão (Careri, 2013, p. 82).

Os situacionistas, movimento posterior ao surrealismo, por sua vez tinha como premissa a construção de situações, alcançadas através da deriva e da técnica da psicogeografia. Esta última consistia no “estudo dos efeitos exatos do meio geográfico,

conscientemente planejado ou não, que agem diretamente sobre o comportamento afetivo dos indivíduos” (Internacional Situacionista, n.º 1, 1958 apud Jacques, 2003, p. 65), e se tratava do estudo do ambiente urbano e suas relações com os indivíduos enquanto corpos em movimento pelo espaço. A psicogeografia também se ocupava de mapear o comportamento afetivo e as ações do sujeito enquanto vivencia o ambiente urbano. A esta cartografia situacionista deu-se o nome de mapas psicogeográficos. O mapeamento situacionista propõe um contraponto aos mapas tradicionais, afinal trata-se de uma apropriação do espaço urbano pelo pedestre e o mapeamento dessa atividade sob a ótica do usuário. A seguir apresentaremos uma análise dos mapas situacionistas em comparação com uma outra cartografia mais atual, onde a proposta do mapeamento é registrar não só os trajetos mas também as ações dos ambulantes tradicionais de Belo Horizonte.

FIGURA 29: THE NAKED CITY. PARIS, GUY DEBORD, 1957.



FONTE: RYAN J. RAFFA.¹

O primeiro mapa situacionista, *La Guide psychogéographique de Paris*, se tratava de um folheto turístico da cidade de Paris, mas ao contrário de informar aos turistas aquilo do que a cidade é feita, o mapa do grupo era composto por pedaços fragmentados da

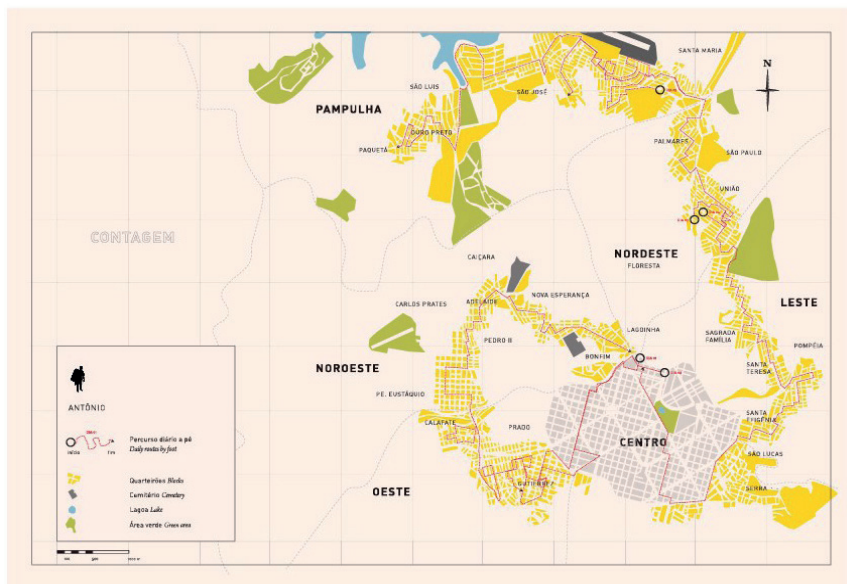
¹ Disponível em: <http://www.ryanraffa.com/parsons/blog/urban-drifts/>. Acesso em: 14/10/2020.

cidade histórica, ondeando em um grande espaço em branco e interligados por setas de diferentes espessuras e tamanhos. Semelhante imagem percebemos no mapa *The Naked City*, isto porque os mesmos motivos levaram o grupo a interpretar a cidade como um arquipélago, onde os bairros são ilhas flutuantes nos espaços vazios, para se chegar de um lado a outro da cidade deve-se atravessar momentos de ausências e outros de memórias afetivas. O que o mapa situacionista não mostra é o que nos instiga a imaginação, nos vazios dos “entre-lugares” ações também acontecem e entender porque partes inteiras são esquecidas ou propositalmente suprimidas faz parte da leitura da cidade. As setas vermelhas por sua vez não descrevem caminhos idênticos aos percorridos na cidade, mas apontam direções num processo dialógico que convida o próprio leitor do mapa a desvendar os caminhos, penetrar no território como quem caça lugares. Para o urbanista italiano Francesco Careri, “essas amnésias urbanas não estão apenas à espera de ser preenchidas de coisas, mas são espaços vivos a ser preenchidos de significados”. Portanto, como resultado cartógrafo e leitor participam da construção dos espaços, o próprio caminhar transforma a paisagem carregando-a de novos significados.

Quase quarenta anos depois, o grupo romano *Stalker* do qual Careri fez parte, realizou uma caminhada de quatro dias pelos territórios abandonados de Roma inspirados na deriva situacionista. No mapa original produzido pelo grupo em outubro de 1995 o que vemos é mais uma vez ilhas de territórios urbanos banhados por um azul de tons ora desbotados, ora uniformes, ora mais fortes... O “vazio” dos lugares esquecidos neste momento nos passa uma ideia de conter inúmeras camadas, marcas deixadas na memória dos artistas e profissionais envolvidos nesta cartografia. Isto recorda o que Massimo Canevacci (2004) escreveu sobre sua experiência na cidade de São Paulo “As memórias biográficas elaboram mapas urbanos invisíveis” ao nos lembrar que uma metrópole nos comunica uma pluralidade de fenômenos e sensações.

No mapa *Stalker* há uma linha tênue envolvendo somente uma parte das ilhas urbanas, ela descreve um percurso anelar tortuoso, que ora atravessa a superfície do conhecido, ora deixa-o de lado para transitar justamente no fluído mar de vazios. Esta linha certamente representa os caminhos feitos a pé pelo grupo e dela pode-se entrever os objetivos da deriva, os desejos de explorar territórios fora da rota natural.

FIGURA 30: ATLAS AMBULANTE DO ANTÔNIO, 2011.



FONTE: RENATA MARQUEZ; WELLINGTON CANÇADO, 2011.

A próxima cartografia a ser analisada faz parte da publicação *Atlas Ambulante*, sendo este atlas uma compilação de mapas, fotografias, vídeos e desenhos. O trabalho transforma em cartografia as andanças de seis vendedores ambulantes da cidade de Belo Horizonte, aqui iremos estudar o mapa-itinerário do Sr. Antônio, primeiro personagem dessa odisséia.

Primeiramente, do ponto de vista da cartografia como processo aberto, podemos dizer que esta é uma obra que reforça tal método, uma vez que se presta a ser um “atlas voluntariamente inconcluso, atlas-plataforma de memórias, estrutura aberta pronta para ser acrescida de novos protagonistas”. Além disso, combina uma diversidade de técnicas e ações participativas na composição do seu produto, como por exemplo, a inserção de fotografias produzidas pelos próprios ambulantes ao longo dos percursos realizados. Outro aspecto relevante deste trabalho é o objeto cartografado, ou sendo mais específico, as experiências dos ambulantes como ferramenta e produto da cartografia simultaneamente.

Tendo em vista que este objeto cartografado é além de tudo, efeito da necessidade cada vez mais explícita de registrarmos uma esfera social invisibilizada nos nossos mapas oficiais, sobre isso Ana Clara Ribeiro afirma que:

A carência deste olhar transforma-nos, com frequência, em surpresos e ávidos consumidores de representações preservadoras do confortável e, por vezes, doloroso afastamento da sociabilidade imediata. [...]

O olhar predominante da modernidade aquele que classifica, desenha e conta, mas, que, sobretudo, omite a escuta ou a compreensão de narrativas renega assim, a não ser por belíssimas exceções, a experiência daqueles que praticam o espaço; daqueles que, por imbricamentos culturais extraordinários, compõem e engendram o tecido social. (Ribeiro, 2002).

Quanto ao mapa do Sr. Antônio, podemos dizer que o elemento gráfico predominante é sem dúvida os quarteirões que compõem os bairros, em seguida aparecem as áreas verdes. Mas, uma característica interessante a se analisar é que não são todas as quadras dos bairros que estão representadas no mapa, apenas aquelas imediatamente próximas ao percurso que o Sr. Antônio fez aparecem como fundo para o trajeto. Dito isto, podemos então traçar um paralelo entre este e os mapas situacionistas mencionados anteriormente, já que ambos delegam lugares esquecidos à um vazio na representação gráfica da cartografia. Apesar de ter sido acrescentado ao mapa linhas tracejadas em cinza demarcando os limites geográficos de cada região administrativa, são as manchas coloridas que sinalizam as bordas reais do mapa, refletindo os limites percorridos pelos pés do ambulante. Belo Horizonte espelhada sob o ponto de vista do Sr. Antônio são duas estreitas e compridas ilhas de lembranças conectadas pela região central. Em uma última análise podemos dizer que o mapa isolado do ambulante não consegue transmitir as sensações que o levaram a caminhar por uma rua e não outra, ou ainda os encontros com a paisagem e com os outros. Nesse caso, é de fato necessário fazer uso de outros instrumentos para completar o atlas e isto também faz parte do método cartográfico pretendido.

CONCLUSÕES FINAIS

Dado o exposto, é inegável o poder da cartografia de agenciar os conhecimentos sobre determinados grupos sociais dentro de um recorte espaço-temporal. As relações compreendidas entre caminhante e espaço urbano subsistem nas entrelinhas de cada traço, cada ponto ou tonalidade dos mais variados mapas já produzidos. Dos mapas das civilizações pré-históricas, mapas tradicionais, mapas psicogeográficos, colaborativos ou participativos, todos, de alguma forma são capazes de descrever relações ou a falta delas. Pois, inclusive na ausência de atributos é possível presumir hipóteses causais. A cartografia não é nenhum instrumento mágico habilidoso em colocar no papel ou meio digital as sensações humanas em relação aos lugares, nem tampouco é um dado

estatístico com fim em si mesmo (Costa, 2007), a cartografia é o meio usado para desenhar a história do mundo. A linguagem cartográfica passa por cima de idiomas para alcançar temporalidades e culturas distintas, de modo, que é responsabilidade do cartógrafo permitir-se ir de encontro às múltiplas vozes que precisam ser ecoadas. Os mapas podem valer-se de novas tecnologias ou de táticas situacionistas, surrealistas ou mesmo participativas através de desenhos à mão, para tanto incluir como também excluir. Vimos também que inclusive o mapeamento de áreas antes não cartografadas, com a ajuda da própria população local, pode ser usado tanto como resistência quanto como controle. No Atlas Ambulante uma das preocupações dos autores foi justamente não facilitar para as autoridades reguladoras a mapear e vigiar a atividade dos vendedores ambulantes. Quanto à cartografia do caminhar, serviu-nos de base para compreendermos que o indivíduo enquanto usuário da cidade, torna-se a peça chave para abastecer dados sobre o tema. Cartografias como estas feitas por e para o caminhante, combinadas com dados quantitativos podem ser tanto úteis para a pesquisa científica quanto podem ajudar a dar voz aos inúmeros personagens urbanos e incluir ações antes marginalizadas. No entanto, como mediadores dessa cartografia devemos estar atentos aos propósitos e consequências que tais inclusões podem gerar na vida dessas pessoas.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.
- CALVINO, Italo. **Coleção de areia**. O viajante no mapa. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 p. 25-32.
- CANEVACCI, Massimo. **A cidade Polifônica**: ensaio sobre a antropologia da comunicação. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2004.
- CARERI, Francesco. **Walkscapes: o caminhar como prática estética**. São Paulo: Editora G. Gilli. 2013.
- CARERI, Francesco. **Caminhar e Parar**. São Paulo: G. Gilli. 2017.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes. 1998. 351p.
- COSTA, Francisco de Assis da. Atlas Histórico de Cidades: a cidade como objetivo de investigação. **Cadernos PPG-AU/UFBA**, Salvador, v. 6, edição especial. 2007. ISSN: 1679-6861.
- DELEUZE; GUATTARI. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: 34, 1995. v. 1.

FERRAZ, Camila. Mapas oficiais e cartografias do cotidiano: tensionamento das experiências no espaço. **Cadernos de Pós-graduação em arquitetura e urbanismo**, São Paulo, v. 17, n. 2, 2017. ISSN 1809-4120.

HARLEY, J. B. Maps, Knowledge and Power. *In: The New Nature of Maps: essays in the History of Cartography*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001, p. 51-81

HARLEY, J. B. **A nova história da cartografia**. O correio da Unesco. São Paulo: FGV, 1991, p. 4-9.

KATUTA, Ângela Massumi. A(s) natureza(s) da cartografia. **Geograficidade**, Niterói, v. 3 número especial – A aventura cartográfica, 2013.

RIBEIRO, Ana Clara Torres *et al.* Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, ano 15, n. 2, p. 10, 2001. ISSN: 0103-1988.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental – transformações contemporâneas do desejo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SMITH, C. D. Cartography in the prehistoric period in the old world: Europe, the Middle East, and North Africa. *In: HARLEY, John Brian; WOODWARD, David. The history of Cartography: Cartography in Prehistoric, Ancient, and Medieval Europa and the Mediterranean*. Chicago: The University of Chicago, 1987, v. 1.

Plataformas online citadas:

<http://www.ondefuirobado.com.br/>

<http://mulheresecidade.com.br/>

<http://citiesandmemory.com/protest/>

PAISAGENS URBANAS COMUNS SOB CONSTANTE PRESSÃO DE INTERESSES CORPORATIVOS

*ELOISA CARVALHO DE ARAUJO
JEFFERSON TOMAZ DE ARAÚJO
KARINA MARTINS DE SOUZA*

INTRODUÇÃO

As cidades contemporâneas estão se tornando cada vez mais diversas e multiculturais. Como medidas estruturais na arquitetura e na paisagem podem alterar o uso de uma área para que ela seja mais inclusiva? Como podemos projetar paisagens urbanas que acolham as diferenças? A tendência observada em espaços urbanos que enfrentam desafios sociais vem por inspirar novos modelos para as políticas públicas de gestão urbana.

Com o propósito de despertar uma discussão sobre a análise sensível do espaço, sua apropriação, dinamismos, conflitos e atores, assim como as inquietações do cotidiano, o presente artigo desenvolve-se a partir de uma abordagem apoiada em estudos de caso em formato de um ensaio teórico. Estes estudos de caso possuem ênfase em uma metodologia que valoriza o debate conceitual sobre paisagens urbanas comuns, a partir de uma revisão bibliográfica que se aproxima do tema proposto combinada a estudos empíricos.

Em suma, o artigo tem como objetivo abordar diferentes formas de (re)produção dessas paisagens urbanas comuns — habitualmente com significado sociocultural e econômico — pressionadas pelos interesses corporativos presentes na sociedade capitalista contemporânea. Do mesmo modo, o estudo visa compreender as possíveis limitações e potencialidades das mesmas em função dos novos simbolismos propostos pela agenda urbana neoliberal.

Na construção deste trabalho, tomando como base a geografia cultural, a paisagem se apresenta como produtora de significados. Segundo Denis Cosgrove (1984, p. 13), a paisagem nada mais é do que “um modo de ver o mundo”. Nesse sentido, o que é valorizado é a experiência do ver, do olhar, do observar, do sentir. A paisagem é uma construção subjetiva e objetiva, plural e singular.

Portanto, o design de paisagens urbanas não deve se apoiar em fazer algo para grupos distintos sob a ótica da segregação de espaços. Pelo contrário, o foco deve estar

nas fronteiras e em sua capacidade de aproximar as diferenças, sem causar conflitos prejudiciais, podendo cada grupo desfrutar da presença um do outro em coexistência.

1. ORIENTAÇÃO TEÓRICA INICIAL

A revisão bibliográfica inicial baseou-se em um diálogo teórico orientado para a compreensão do espaço público como elemento estruturante da paisagem. Nesse sentido, Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1988) chama a atenção à importância da experiência da população na vida real no âmbito dos jogos de poder instituídos nas cidades. O autor elucida o poder que envolve vincular os projetos à materialidade, de modo que esse feito propicie de forma convincente a democratização do conhecimento sobre os espaços públicos urbanos.

Por outro lado, no âmbito da articulação entre os agentes produtores do espaço, Milton Santos (1996) oferece uma reflexão sobre novas perspectivas relacionadas à ação espacial e social. Trata-se de uma teoria da ação, onde o espaço vivido é resultante da ação. Já à luz das ideias de Harvey (2011), destaca-se o poder que o capital exerce ao superar limites, frente a sua fluidez e flexibilidade na cidade neoliberal. Ao valorizar visões de mundo, o autor ressalta algumas contradições do capital, tais como sua forma desigual de circular e de se alimentar de mercadorias, símbolos e representações no espaço urbano.

Margareth Pereira (2012) alerta para o caráter fugidio da forma do espaço público, onde aspectos sociais, pessoais e coletivos se entrelaçam em uma trama marcada pela experiência da multidimensionalidade, ressaltando a incompletude da discussão entre espaço público e esfera pública. E no intuito de desmistificar a ideia de um projeto vivo ligado ao nosso tempo, Jan Gehl (2006) ressalta que a principal característica dos espaços urbanos deveria ser a de um lugar agradável em todos os aspectos: onde todos os fatores — espaciais, físicos, sociais —, atuando de forma conjunta, podem resultar em uma sensação de bem-estar físico e psicológico. Já numa visão de gestão do espaço urbano, para Jordi Borja (2006), as operações de transformação urbana do espaço público em seu formato híbrido, que compartilham investimentos públicos e privados, são as que melhor favorecem o desenvolvimento e a gestão destes espaços.

Na trilha da trajetória das teorias acima descritas para uma sociedade complexa, as pesquisas de mestrado que balizam a discussão aqui compartilhada se apoiam em casos que buscam valorizar paisagens urbanas comuns mergulhadas em uma constante pressão de interesses corporativos, além de reafirmarem a tese da mutabilidade das paisagens nas cidades contemporâneas.

Diante da temática introduzida, o artigo reacende a discussão sobre o conceito de comum, mas privilegia sua associação às paisagens urbanas. Segundo pesquisa realizada sobre o termo “commons ou comum” por Silveira e Savazoni (2018), o conteúdo e a trajetória histórica do conceito sustentam-se em autores de diferentes correntes de pensamento e também em debates e ativismos relacionados. Ainda segundo os mesmos, o debate em questão expressa preocupação com temas como democracia, direito à cidade, cidade colaborativa, entre outros:

No Brasil, a utilização do conceito de comum tem sido objeto de atenção, sobretudo de ativistas e pesquisadores do campo da cibercultura, do meio ambiente e dos estudos sobre o direito à cidade e das comunidades tradicionais, sem que se possam registrar muitos autores produzindo conhecimento específico sobre o tema (Silveira e Savazoni, *op.cit.*, p. 02).

Ainda no caminho da discussão do conceito, os autores apresentam diferentes abordagens relacionando-o, principalmente, a ambientes de luta em um contexto de um novo capitalismo. Ora valorizando não só a popularidade dos bens comuns, intrínsecos às práticas sociais; ora valorizando a necessidade dos mesmos de se libertarem dos rótulos do mercado, passíveis de não regulação. Em suma, o conceito expressa sua característica comunitária e política. É com base neste olhar que este artigo se desenvolve, observando e refletindo sobre práticas políticas pelas lentes de paisagens urbanas comuns sob constante pressão de interesses corporativos. Isto é, paisagens consideradas como produtoras de significados sociais, culturais, políticos e econômicos para a sociedade.

As reflexões foram conduzidas de duas maneiras principais, a primeira pelo viés do enfraquecimento de simbolismos locais — considerando a subtração impositiva de espaços públicos —, que traz à tona diversos questionamentos a respeito do modo com o qual a sociedade urbana capitalista é condicionada a desfrutar da sociabilidade na esfera pública contemporânea. Já a segunda, pelo viés de como a cidade contemporânea trata seus espaços urbanos residuais — espaços dos possíveis de uso sociocultural — e suas apropriações, considerando a fronteira tênue entre necessidades e novas destinações de uso. Vale ressaltar que o termo “espaços dos possíveis”, segundo Pierre Bourdieu (1997), reflete espaços onde emergem vozes, dissonantes ou não, e onde se desenrolam conflitos específicos. No presente artigo tal associação reafirma a condição desses espaços serem marcados, ora pela precariedade, ora pelo potencial de uso e apropriação.

Nesse sentido, o artigo foi estruturado em quatro seções. Na primeira seção a narrativa buscou contribuir para a reflexão sobre as paisagens urbanas comuns, suas

diferenças, assim como pressões observadas pelos interesses corporativos. A segunda seção procurou abordar a análise da subtração impositiva de espaços públicos, a partir do caso da Praça Carlos Gianelli na cidade de São Gonçalo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, explicitando com base em reflexões teóricas possíveis estratégias e conflitos observados, assim como representações simbólicas e novas sociabilidades potenciais. Já a terceira seção buscou apoiar-se em uma análise crítica que privilegiou o debate da cidade contemporânea e seus espaços residuais. Ainda neste tópico, os espaços residuais foram apresentados como espaços dos possíveis, potenciais às apropriações espontâneas, mostrando-se como formas de resistência frente à agenda urbana neoliberal, mas também permeáveis a interesses corporativos e frutos de inquietações do cotidiano. Por fim, nas considerações finais destacam-se a oportunidade e o desafio de tratar do tema das paisagens urbanas comuns sob constante pressão de interesses corporativos, na perspectiva de novos olhares somarem-se às reflexões aqui apresentadas.

2. A SUBTRAÇÃO IMPOSITIVA DE ESPAÇOS PÚBLICOS: O CASO DA PRAÇA CARLOS GIANELLI

A produção do espaço urbano, as camadas de estratificação social e a composição da paisagem são reflexos de períodos distintos pelos quais as cidades atravessaram ao longo do seu processo evolutivo. A forma urbana possui expressões estética e funcional, sendo determinadas pelas ideologias em voga no período de (re)organização da sociedade.

O papel dos agentes sociais na construção do espaço urbano é regido por constantes disputas que imprimem suas ideologias nas estruturas espaciais e simbólicas da cidade. Dessa maneira, a estrutura urbana reflete o resultado do confronto, as materialidades e signos diversos impregnados ao espaço (Corrêa, 1993; Santos, 1988).

Na cidade contemporânea neoliberal, as práticas do Estado, em consonância a diversos interesses privados, estimulam os fluxos flexíveis de reprodução do capital nos negócios urbanos, o qual se alimenta de mercadorias, símbolos e representações espaciais favoráveis à acumulação capitalista no espaço (Harvey, 2011). Essas dinâmicas acentuam os confrontos entre os sujeitos, condicionam novas formas de desenvolvimento da sociedade, acentuam as disparidades socioespaciais e engendram novos significados aos espaços urbanos da cidade capitalista.

Nesse contexto, se insere o bairro Alcântara em São Gonçalo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Alcântara detém um forte caráter comercial e de

prestação de serviços como componente vital à economia do município. Esse rearranjo econômico da cidade se deu, especialmente a partir da década de 1980, como um dos desdobramentos do processo de desaceleração da indústria gonçalense (Araujo & Melo, 2014). A centralidade exercida por Alcântara é, aliada ao Centro da cidade, o coração econômico de São Gonçalo, adquirindo dessa maneira, grande atratividade às atividades comerciais e à dinâmica imobiliária. Diante desse cenário de visibilidade político-econômica, uma praça pública no centro urbano de Alcântara sofreu um processo de desafetação e concessão do direito real de uso à iniciativa privada em 2008 (Campagnani, 2011), tornando-se um *shopping center* no início da década de 2010.

A praça Carlos Gianelli se configurava como um importante ponto nodal e centralidade imagética de um centro urbano fortemente valorizado pelo seu expressivo caráter comercial. A praça se configurou por muitas décadas como o *locus* de uma multiplicidade de eventos, relações e dinâmicas. Um diverso arranjo de relações sociais, manifestações políticas, expressões culturais e atividades econômicas compunham o valor simbólico daquela paisagem consolidada historicamente, em paralelo à história urbana de São Gonçalo. Uma profusão de fluxos efervescentes descrevia aquela paisagem, do mesmo modo que o simbolismo da imagem da praça aliada à igreja católica adjacente já havia sido consolidado no campo imagético da população no processo cognitivo da legibilidade do espaço (Lynch, 1960).

FIGURA 31: PRAÇA CARLOS GIANELLI EM ALCÂNTARA, DÉCADA DE 1970.



FONTE: ACERVO MEMOR – INSTITUTO GONÇALENSE DE MEMÓRIA, PESQUISAS E PROMOÇÕES CULTURAIS.

Na conjuntura contemporânea, o oportunismo do Estado permitiu que aquele espaço público de grande visibilidade sofresse um intenso processo de sucateamento com o abandono de investimentos públicos e ausência de manutenção. Conseqüentemente, a praça tornou-se associada a uma imagem de deterioração, insegurança pública e obsolescência espacial. Desse modo, criou-se um estigma de necessidade de renovação espacial em função das dinâmicas capitalistas contemporâneas e dos sujeitos interessados, permitindo assim, uma arbitrária reurbanização e resignificação daquele espaço (Tavares, 2013).

Apesar de um processo judicial conturbado,¹ a completa subtração do espaço público foi coroada com a inauguração do *Shopping Pátio Alcântara* em novembro de 2013. Contudo, mesmo antes disso, as estratégias de divulgação do empreendimento se calcavam na sua proximidade com o novo polo do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ) no município de Itaboraí – adjacente ao município de São Gonçalo e também integrante da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – e, especialmente, nas amenidades urbanas oferecidas pelo centro consolidado de Alcântara.

1 A Lei Municipal n. 183 de 17 de dezembro de 2008 transformou a praça Carlos Gianelli em um bem dominical passível de desafetação e assim, após o processo de desafetação, a área foi posteriormente inscrita como um loteamento no Registro de Imóveis do município. De acordo com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, apesar do fomento à construção de um terminal rodoviário qualificado no local, o viés de benefício social coletivo se apresentou de forma duvidosa na referida licitação, pois a mesma possibilitava a exploração financeira do local a partir da viabilidade construtiva de unidades comerciais nos pavimentos superiores do terminal. Cf.: AÇÃO do MP questiona privatização da praça Gianelli em São Gonçalo. JusBrasil. Rio de Janeiro, 2 maio 2011. Disponível em: <https://mp-rj.jusbrasil.com.br/noticias/2668294/acao-do-mp-questiona-privatizacao-da-pracagianelli-em-sao-goncalo>. Acesso em: 25 jun. 2018.
SÃO GONÇALO. Lei n. 183, de 17 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a desafetação de bem de uso comum do povo de domínio do município e posterior concessão de direito real de uso, com o fim de fomentar a construção do terminal rodoviário da Praça Carlos Gianelli, sem ônus para o município. Disponível em: www.saogoncalo.rj.gov.br/diario/2008_12_17.pdf. Acesso em: 16 out. 2018.

FIGURA 32: SHOPPING PÁTIO ALCÂNTARA CONCLUÍDO EM 2013: OBSTRUÇÕES FÍSICAS E VISUAIS NA PAISAGEM.



FONTE: VAGNER ROSA/TERRITÓRIO GONÇALENSE, 2013.

Nesse entendimento, as estratégias mercadológicas arraigadas num processo de valorização fundiária, fruto do COMPERJ, contribuíram à atratividade do mercado imobiliário no cenário gonçalense. Esse fato ratifica a intensificação das práticas neoliberais naquele núcleo de grande visibilidade e atratividade à reprodução do capital em função dos interesses de determinados agentes na reconfiguração espacial e simbólica de uma praça pública.

FIGURA 33: FRAGMENTAÇÕES SIMBÓLICAS E ESPACIAIS DO SHOPPING PÁTIO ALCÂNTARA E SEU ENTORNO.



FORNTE: GUIA DA SEMANA, S.D.²

2.1 SIMBOLISMOS E NOVAS SOCIABILIDADES

O espaço público pode ser visto por Bauman (2007) como o espaço da diferença, onde a experiência de conviver com o estranho deve se fazer presente. Desse modo, é no espaço público que a possibilidade de interação social entre grupos distintos deve se manifestar em face à diversidade social que compõe a paisagem das cidades. Para Queiroga e Bennefati (2007, p. 85), o espaço público é entendido não apenas como um suporte físico onde as ações da esfera pública são realizadas, mas também como o espaço da esfera pública. Na visão de Serpa (2007), o espaço público é “compreendido, sobretudo, como o espaço da ação política ou, ao menos, da possibilidade de ação política na contemporaneidade” (Serpa, *op. cit.*, p. 09).

A contribuição de Borja e Muxí (2001) sintetiza as visões supracitadas, na qual os autores defendem o espaço público como uma diretriz essencial ao ordenamento da paisagem e *locus* da cidadania. O espaço público fomenta a diversidade de usos e funções em suas bordas, permite manifestações sociopolíticas e culturais, possibilita encontros cotidianos e estimula vínculos aos espaços urbanos. O espaço público é, por excelência, o espaço da convergência e da divergência entre distintos grupos sociais (Borja; Muxí, *op. cit.*).

² Disponível em: <<https://www.guiadasemana.com.br/rio-de-janeiro/compras/estabelecimento/patio-alcantara>>. Acesso em: 16 out. 2018.

Nessa perspectiva, percebe-se o valor singular dos espaços públicos na composição da paisagem urbana da cidade. Borja (2006) comenta sobre a face pública oculta de determinados espaços efêmeros e a potencialidade de afirmação do seu caráter público. O autor embasa essa afirmação principalmente por meio de exemplos que clarificam a apropriação social desses espaços como fruto de atividades comerciais ali instaladas. Desse modo, pode-se salientar a relação simbiótica entre espaço público e atividade comercial nas cidades contemporâneas. Nesse cenário, portanto, é possível inferir que o consumo emerge como uma variável crucial ao uso e apropriação dos espaços públicos na cidade contemporânea.

No bojo da modernidade, o turbilhão de mudanças sociais no espaço e no tempo marca a reconfiguração da vida na sociedade capitalista. A efemeridade, o fugidio e a fragmentação emergem como um retrato característico da sociedade moderna e suas práticas na vida urbana (Bauman, 2001; Harvey, 2008). A ideologia da condição moderna se reflete principalmente na dificuldade de preservação do sentido de continuidade histórica e da memória das cidades. Esse fato se dá especialmente em função da obsolescência programada dos espaços inerente ao capitalismo neoliberal: a *destruição criativa*, fruto das dinâmicas mercadológicas contemporâneas (Harvey, *op. cit.*, p. 22).

Richard Sennett salienta que os novos padrões culturais da sociedade moderna trazem consigo a priorização da intimidade e da privacidade na vida urbana. Para o autor a propagação dessa individualização narcisista contribui significativamente ao retraimento da vida pública. Por sua vez, o individualismo do sujeito moderno é refletido nos projetos arquitetônicos e urbanísticos, os quais detêm características favoráveis ao consumo em detrimento da sociabilidade nos espaços públicos e coletivos (Sennett, 2001).

A expansão da sociedade de consumo permitiu uma profunda alteração nos sistemas de produção, nas relações comerciais e no próprio modelo econômico capitalista. Essa transição estrutural se reflete claramente nas relações sociais e, por conseguinte, na apropriação do espaço público. Os novos padrões de consumo da sociedade capitalista neoliberal instigam o individualismo, a homogeneização de grupos sociais nos espaços “públicos” voltados ao consumo e a prática de novas sociabilidades artificiais.

Na atmosfera da segunda metade do século XX, o consumismo exacerbado emerge como atividade de lazer sob a ótica do ideal de modernidade (Augustin, 2001). A efervescência de complexos condominiais privados, *shopping centers* e demais

espaços de lazer vinculados ao consumo instiga novas práticas de sociabilidade na sociedade contemporânea. Para Sorkin (1992), a funcionalidade e a magnitude desses espaços “*a la Disneyland*” contribuem significativamente à estratificação social no espaço urbano e ao enfraquecimento da vida pública na cidade.

Os elementos arquitetônicos símbolos do consumismo capitalista abarcam em si a criação de cenários favoráveis à constante reprodução do capital no espaço urbano. O *shopping center* como exímio espaço de consumo traz em seus conceitos a “cenarização” de espaços urbanos enclausurados e a artificialização da sociabilidade entre os sujeitos, os quais se tornam meros consumidores em seus espaços “públicos” de circulação (Corrêa, 2013).

A subtração de um espaço público de grande visibilidade espacial, centralidade sociológica e atratividade econômica sugere a ressignificação dos espaços da cidade contemporânea em função das práticas mercadológicas neoliberais. A legibilidade de um espaço intrínseca ao campo cognitivo da população e sua atratividade às pressões corporativas parecem se despontar como variáveis estratégicas à criação de novos simbolismos locais.

O ato de se edificar um *shopping center* sobre uma praça pública transcende a ideia de desativação de um uso “obsoleto”. As características e valores urbanísticos — tanto físicos quanto simbólicos — daquele sítio urbano elucidam a permanência simbólica de alguns dos valores da praça no espaço do *shopping*: características de marco local do centro de bairro, espaço de atividades sociais e ponto de encontros cotidianos entre indivíduos foram arbitrariamente subtraídas de um espaço público e transferidas a um espaço privado travestido de público. Em um contexto de fortes disputas entre os sujeitos sociais do espaço urbano, a praça foi subtraída fisicamente da população e substituída simbolicamente por um espaço onde o lazer é mercantilizado em forma de consumo.

A criação de ícones locais, cenários emblemáticos, paisagens artificiais, pseudo lugares e espaços “higienizados” revela o alinhamento de determinados agentes sociais em prol da (re)produção do espaço urbano aos moldes do sistema capitalista. Para Corrêa (2013), a “paisagem da simulação” do *shopping center* se trata de um simbolismo espacial fixo do capitalismo. Por sua vez, a força desse símbolo traz consigo a tentativa de reprodução de um ambiente genérico e a manipulação programada do espaço/ tempo em prol do lucro. Nas palavras do autor:

[...] capta-se o sentido ideológico das formas simbólicas existentes nos shopping centers. Esse sentido é escamotear o estímulo para se comprar mais, tornando o ato da compra livre de possíveis sentimentos de culpa, levando a

se considerar o shopping center não apenas o local de compras, mas também de entretenimento, lazer, convivência social, cultura e civilidade. A ideologia faz crer que se trata de um espaço público, limpo, seguro, livre dos perigos existentes fora de sua área privada e controlada (Corrêa, *op. cit.*, p. 96).

Os aspectos culturais e identitários de um espaço público suprimido emergem de forma ressignificada, com restrição de usos e práticas de exclusão de grupos sociais no espaço privado. O uso e apropriação do novo espaço de sociabilidade e lazer são garantidos àqueles sujeitos que detêm capital disponível à possibilidade do consumo. Dessa maneira, a referida prática suscita um dos favoritos ideais neoliberais na contemporaneidade: a exclusão social pelo poder de consumo.

3. A CIDADE CONTEMPORÂNEA E SEUS ESPAÇOS RESIDUAIS

Neste trabalho, o espaço residual, comumente considerado como sobra da urbanização e como algo a ser corrigido, é apontado como um espaço que perdeu a sua identidade e que se apresenta excluído da vivência da cidade (Ferrara, 2000). Apesar de poder ser um espaço privado, os espaços residuais, em sua maioria, são espaços públicos que perderam o seu caráter de coletividade. Encontram-se aparentemente esquecidos, não percebidos, não utilizados ou subutilizados por grande parte da sociedade.

A análise sensível desses espaços está diretamente conectada com a questão da percepção, também presente em conceitos afins. O termo espaço residual só começou a surgir nos discursos acadêmicos e profissionais nas últimas quatro décadas, frequentemente aludido por vários autores como sinônimo desses conceitos correlatos. Dentre os mais difundidos e que, na maioria dos casos, são utilizados como se representassem o mesmo significado de espaço residual, temos o conceito de vazio urbano (Borde, 2006), *terrain vague* (Solà-Morales, 2003) e espaço-lixo (Koolhaas, 2010).

O vazio urbano é relacionado, usualmente, a áreas desocupadas na estrutura da cidade. Essas áreas são “terrenos e edificações desafetados (não utilizados), subutilizados, desocupados (não ocupados) ou desestabilizados localizados em terrenos consolidados e infraestruturados que passaram, ou estão passando, por um processo de esvaziamento, o vazio esvaziado” (Borde, *op. cit.*, p.13). Entretanto, os espaços residuais vão além de terrenos e edificações, podem ser parte da malha viária, calçadas, barreiras físico-sociais, dentre outros.

Com relação ao termo *terrain vague*, podemos notar a inexistência de uma memória atual do espaço e sua substituição por uma memória do passado. O passado se sobrepõe ao presente. Os *terrain vagues*, de acordo com o idealizador do conceito, são:

[...] lugares aparentemente esquecidos, onde parece predominar a memória do passado sobre o presente. São lugares obsoletos nos que somente certos valores residuais parecem se manter apesar de sua completa desafeição da atividade da cidade. São, em definitiva, lugares externos, estranhos, que ficam fora dos circuitos, das estruturas produtivas...São suas bordas carentes de uma incorporação eficaz, são ilhas interiores esvaziadas de atividade, são olvidos e restos que permanecem fora da dinâmica urbana. Convertendo-se em áreas simplesmente des-habitadas, in-seguras, in-produtivas. Em definitiva, lugares estranhos ao sistema urbano, exteriores mentais no interior físico da cidade que aparecem como contraimagem da mesma, tanto no sentido de sua crítica como no sentido de sua possível alternativa (Solà-Morales, *op. cit.*, p. 188).

Já os espaços residuais pertencem ao momento atual. Foram produzidos por alguma dinâmica urbana do passado, mas mantêm seu caráter de resíduo devido a não conexão com a vivência urbana existente no momento. Vale ressaltar ainda que os espaços residuais não são espaços estranhos aos usuários da cidade. São espaços comuns, usuais, com os quais nos deparamos todos os dias, por mais que não lhes demos a devida atenção. São sobras permeadas pela cidade, pertencentes ao senso comum.

Por último, podemos notar que o espaço residual não se limita ao conceito de espaço-lixo, mas muito se alimenta desse conceito:

o resíduo que a Humanidade deixa sobre o planeta. O produto construído [...] da modernização [...] é [...] o espaço-lixo. [...] é o que resta depois da modernização seguir o seu curso, ou mais concretamente o que se coagula enquanto a modernização está em marcha, o seu resíduo (Koolhaas, 2010, p. 69).

Os resíduos sempre foram um problema e essa situação se intensifica na cidade contemporânea. Vale ressaltar a produção de espaços residuais no contexto contemporâneo, principalmente, relacionada às grandes renovações urbanísticas. Segundo Balbi (2017), eles são produtos de um processo de construção e de reconstrução urbana sem fim: “[...] os verbos que começam por <re> produzem espaço-lixo” (Koolhaas, *op. cit.*, p. 91) e produzem espaços residuais.

Esses espaços têm se tornado um desafio urbano ainda maior, devido ao intenso processo de migração do campo para a cidade e às rápidas mutações da atualidade. Como Ascher (2010) ressaltou, a cidade construída possui dificuldade em acompanhar o ritmo acelerado das mudanças da sociedade, do conhecimento e da tecnologia. Contudo, a persistente presença desses espaços sem função ou subutilizados, degradados, não cabe mais no contexto atual.

A cidade contemporânea e as forças que certificam a produção dessa cidade exigem uma resposta mais rápida. Os espaços residuais mostram-se como espaços

de força e potência, que necessitam de ressignificação. Nesse contexto, eles precisam cumprir uma função, seja ela social ou comercial. O uso comercial pode ser aplicado com o intuito de gerar capital para financiar outras intervenções urbanas.

Diante das possibilidades de apreensão da cidade contemporânea identificadas nesses resíduos, partiremos para uma análise sobre as intervenções à luz de interesses comerciais, que são ou podem vir a ser aplicadas nessa classificação de espaço.

3.1 ESPAÇOS DOS POSSÍVEIS: ENTRE NECESSIDADES E NOVAS DESTINAÇÕES DE USO

Os espaços residuais são espaços que se apresentam disponíveis a novos usos na cidade e que, conforme Ferrara (2000), são um desafio para a inventividade projetiva e podem ser um estímulo para o exercício da cidadania. Muitas apropriações espontâneas se mostram como formas de resistência desses espaços e nos levam a crer no potencial de uso dos mesmos.

Dessas intervenções espontâneas surge o urbanismo tático, considerado neste trabalho como ações “ligadas à apropriação de espaços públicos subutilizados ou terrenos baldios pelas próprias populações locais. Na maioria das vezes elas envolvem a construção de protótipos urbanos de baixo custo, com natureza efêmera ou permanente.” (Nogueira, 2017, p. 92).

As práticas do urbanismo tático carregam um potencial de criatividade, capaz de produzir espaços de uso e com significado. São maneiras de escapar do poder dominante, que visam um ajuste na estrutura física e social da cidade. O caráter do urbanismo tático como potencializador de políticas públicas, através de um comportamento cooperativo, relaciona-se à qualidade do espaço residual de ser um espaço do possível.

O potencial de uso destes resíduos apresenta-se também em diversos momentos através de apropriações informais de uso privado. Essas apropriações, muitas vezes, suprem a ausência de determinado comércio na região e, com o tempo, podem se consolidar na dinâmica urbana (Sampaio, 2013). Todavia, diferentemente do urbanismo tático, não são realizadas sob o pretexto de transformação urbana e com fins de bem coletivo.

Essa forma de apropriação informal de uso privado é fomentada pela falta de significado do espaço como bem comum e pela omissão do poder público em assumir o espaço como de sua responsabilidade. Assim como, pode ser impulsionada pelos planos e projetos urbanísticos que renegam a existência de determinados espaços. Conta, também, com a tolerância da população local e com a omissão dos órgãos fiscalizadores para se efetivar (Sampaio, *op. cit.*).

Devido, em especial, ao neoliberalismo aplicado à produção e à gestão das cidades, algumas intervenções não têm sido mais realizadas de maneira informal. Entretanto, o caráter social tem sido deixado, na maioria dos casos, em segundo plano. O poder público atualmente tende a se eximir da responsabilidade pelos resíduos urbanos e concede temporariamente o uso do espaço para determinadas atividades, dentre elas, as comerciais (Nogueira, 2017).

Sendo assim, os espaços residuais têm sido potencializados e transformados, principalmente, através do capital privado, seja ele de grandes investimentos de um único provedor, ou proveniente de diversos pequenos atores, que representam uma microrresistência cotidiana para uso daquele espaço de forma coletiva.

No que tange a esse respeito, o caráter de uso coletivo do espaço pode ser permeado por dois vieses: o viés do capital coletivo investido no local ou o viés de uso coletivo, mesmo que o capital seja proveniente de um único investidor. Frequentemente, o capital coletivo investido no local agregado à finalidade de uso coletivo do espaço representa formas de atração social mais eficazes, como, a título de exemplo, as feiras. A exemplificação demonstra que esse tipo de investimento, por diversas vezes, é impulsionado pela demanda da população.

FIGURA 34: FEIRA DE ANTIGUIDADES SOB O ANTIGO ELEVADO DA PERIMETRAL, PRAÇA XV-RJ.



FONTE: VEJA RIO, 2015. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://VEJARIO.ABRIL.COM.BR/CIDADES/FEIRA-DE-ANTIGUIDADES-DA-PRACA-XV-GANHA-NOVAS-REGRAS/](https://vejario.abril.com.br/cidades/feira-de-antiguidades-da-praca-xv-ganha-novas-regras/). ACESSO EM: 14 OUT. 2018.

Nessa conjuntura, apenas determinados locais são eleitos para uso comercial. Essa escolha não é aleatória. Certos espaços residuais mostram-se mais adequados que

outros (Sampaio, 2013). A diferença trata-se, essencialmente, entre espaços opacos e espaços luminosos, apropriando-nos dos termos de Milton Santos (1996).

Os espaços opacos, onde a pobreza e os excluídos do direito à cidade se instalam, são menos atrativos para maiores ou determinados investimentos corporativos. A diferença de valor agregado ao metro quadrado do solo, como espaço periférico ou central, impulsiona esse contraste. Contudo, inseridos nos espaços opacos de Milton Santos, podemos ainda encontrar espaços com maior ou menor atratividade comercial. Os de maior atratividade podem ser apropriados com fins comerciais de pequeno porte ou simples, adequados à necessidade local. Esses espaços representam a microrresistência cotidiana.

Já os espaços residuais em “áreas luminosas” convivem sob pressão do capital para uso corporativo. Não obstante, é notável a variação do nível de atratividade de um espaço residual para interesses corporativos de acordo com a relação entre este espaço e seu entorno imediato. A relação entre centralidade, valor do solo urbano e demanda é determinante para a seleção do espaço mais adequado.

De todo modo, o comércio funciona como ponto de atração de usuários, transformando o espaço residual em espaço de permanência, seja de curto ou longo prazo. Por mais que o uso comercial possua horário determinado, ou seja, temporário, a apropriação do espaço residual através de interesses comerciais tende a resgatá-lo para a dinâmica da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos esta última seção ressaltando, nas reflexões apresentadas, inquietações quanto ao tema das paisagens urbanas comuns na cidade contemporânea. As questões analisadas quando associadas à subtração impositiva de espaços públicos, a partir do caso da Praça Carlos Gianelli, ou mesmo aos espaços residuais na cidade contemporânea apresentam-se como discussão que se sustenta na definição de paisagens urbanas comuns.

Essas paisagens são submetidas a uma lógica de renovação em função da política neoliberal de produção do espaço. Por sua vez, as dinâmicas capitalistas contemporâneas se apoiam em atores e práticas que se revelam, muitas vezes, como tentativas arbitrárias de reurbanização e ressignificação desses espaços, produzindo novas paisagens, usos e significados. Por outro lado, paisagens submetidas às pressões corporativas parecem se despontar como elementos estratégicos à criação de novos simbolismos locais, os quais não podem ser desconsiderados no âmbito de um processo social e político de governança.

Ademais, a temática tratada neste trabalho traduz-se como repertório da cidade contemporânea, vivenciado por diferentes grupos, explicitado na dialética entre relações público-privadas, e contribuindo por aguçar diferenças relacionadas aos modos de consumo, estilos de vida e relações de poder.

Longe de ser esgotada, a temática aqui abordada reascende as discussões em cima das pressões a que as paisagens urbanas comuns são submetidas, propiciando um vasto campo de sugestões para estudos presentes e futuros.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, V. L.; MELO, H. P. O processo de esvaziamento industrial em São Gonçalo no século XX: auge e declínio da Manchester Fluminense. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 65-87, 2014.
- ASCHER, F. **Os Novos Princípios do Urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.
- AUGUSTIN, J. Villes et culture, un nouveau rapport au monde. *In*: _____. La consommation comme loisir. **Urbanisme**, Paris, n. 319, p.74, 2001.
- BALBI, T.M. **A vida, a morte e aquilo que sobra**: os espaços residuais como elementos de uma ecologia comunicacional dos lugares da cidade. 2017. 147 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BAUMAN, Z. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BORDE, A. **Vazios urbanos**: perspectivas contemporâneas. 2006. 226 f. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- BORJA, J. Espaço público, condição da cidade democrática: a criação de um lugar de intercâmbio. **Arquitextos**, São Paulo, a. 06, n. 072.03, maio 2006. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.072/353> Acesso em: 27 set. 2018.
- BORJA, J.; MUXÍ, Z. **El espacio público: ciudad y ciudadanía**. Barcelona: Electa, 2001.
- BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Tradução: Mateus Soares de Azevedo *et al*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997
- CAMPAGNANI, Mario. Uma praça cercada de polêmica em Alcântara. **Extra**, Rio de Janeiro, 19 maio 2011. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/uma-praca-cercada-de-polemica-em-alcantara-1843154.html>. Acesso em: 27 set. 2018.
- CORRÊA, R. L. Formas simbólicas espaciais: o shopping center. *In*: _____.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Geografia Cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. v. 2, cap. 5, pp. 91-100.
- COSGROVE, D. **Social Formation and Symbolic Landscape** Londres: CroomHelm, 1984.
- FERRARA, L. **Os significados urbanos**. São Paulo: EdUSP, 2000.

- GEHL, J. **La humanización del Espacio Urbano – La vida social entre los edificios**. Barcelona: Reverté, 2006.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2008.
- HARVEY, D. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- KOOLHAAS, R. **Rem Koolhaas: três textos sobre a cidade**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2010.
- LYNCH, K. **The image of the city**. Cambridge: MIT, 1960.
- NOGUEIRA, P. Urbanismo tático e intervenções urbanas: aderências e deslizamentos. **Arcos Design**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 89-101, 2017.
- PEREIRA, M. S. Dimensões da Experiência: Espaço Público, Alteridade e Lugar. *In*: RIBEIRO, A.C.T.; VAZ, L.F.; SILVA, M.L.P (Orgs.). **Leituras da Cidade**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. cap. 2, p. 39-42.
- QUEIROGA, E. F.; BENFATTI, D. M. **Sistemas de espaços livres urbanos: construindo um referencial teórico**. Paisagem e Ambiente, São Paulo n. 24, p. 81-87, 2007.
- SAMPAIO, S. **Grandezas do Ínfimo: espaços residuais em Salvador**. 2013. 122 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- SANTOS, C. N. F. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói: EdUFF/São Paulo: Projetos, 1988.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço – técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SENNETT, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.
- SILVEIRA, S.A.; SAVAIONI, R. O Conceito de Comum: apontamentos introdutórios. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 5-18, 2018.
- SOLÀ-MORALES, I. **Territorios**. Barcelona: Gustavo Gili, SL, 2003.
- SORKIN, M. See you in Disneyland. *In*: SORKIN, M. (Ed.). **Variations on a theme park: the new american city and the end of public space**. New York: Hill and Wang, 1992. cap. 8, p. 205-232.
- TAVARES, V. F. V. **Paisagens do despertencimento: o caso da praça Carlos Gianelli no centro urbano de Alcântara, São Gonçalo, RJ**. 2013. 236 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

FAVELAS DO RIO DE JANEIRO: (RE)CONSTRUÇÕES SIMBÓLICAS E IMAGÉTICAS DE ESPAÇOS DE SEGREGAÇÃO

GRASIELE MÁRCIA MAGRI GROSSI

INTRODUÇÃO: NOTAS HISTÓRICAS SOBRE O SURGIMENTO DAS FAVELAS

O presente artigo pretende compreender a formação das favelas cariocas em sua relação com as representações da violência, situando o conjunto de políticas públicas lançado no contexto do planejamento olímpico. Na primeira parte do texto busca-se reconstituir o histórico de formação e as políticas públicas aplicadas sobre as favelas. Na segunda parte, são abordados os eventos e as narrativas que contribuíram para a vinculação entre favela e violência. Por fim, na terceira parte do artigo são apresentados os programas recentes (Unidade de Polícia Pacificadora e Morar Carioca) aplicados sobre espaço favelado, como parte da preparação do Rio de Janeiro para os megaeventos esportivos, a fim de entender seu *modus operandi* e impactos gerados. Para a construção deste estudo recorreu-se a uma abordagem teórica e empírica do objeto, mediante a observação direta dos eventos, a revisão de bibliografia pertinente ao tema e a análise de publicações oficiais e jornalísticas.

Para situar o objeto vale pontuar que a cidade do Rio de Janeiro apresenta um quadro socioespacial bastante peculiar. Sua importância como centro colonial e, posteriormente, capital do Império e da República, até 1960, permite identificar um cenário marcado por contrastes profundos, caracterizado por um processo de concentração populacional devido às suas condições de centro administrativo e produtivo. Tem-se uma imagem de cidade na qual a beleza da paisagem, a riqueza histórica e cultural, e sua efervescência social, econômica e política, contrapõem-se às desigualdades sociais, à degradação de parte de sua infraestrutura física e ao aguçamento dos conflitos sociais. Numa análise geral, pode-se dizer que as vertentes de expansão da cidade são caracterizadas por processos segregacionistas de construção do espaço urbano: a zona norte é ocupada por bairros suburbanos dedicados à moradia de camadas populares e à instalação de áreas industriais; a zona sul, suprida por farta rede de transporte e infraestrutura, configura-se como local das elites; a região central, centro administrativo comercial e de serviços, é marcada por um estado de

degradação de sua estrutura física e ocupação por famílias de baixa renda; e a zona oeste, vetor mais recente de expansão, inclui bairros ocupados por classes médias e altas e bairros menos infraestruturados, ocupados por pessoas de menor renda. Acompanhando esse processo de evolução urbana, as favelas surgiram nos interstícios do espaço construído, como alternativa (precária) de moradia para a população pobre. A ausência de projetos abrangentes para enfrentar os problemas sociais somados a um processo excludente de expansão da mancha urbana, resultaram no quadro atual de desigualdades. A omissão do poder público junto à ação do mercado é responsável pelo aumento da pobreza, do trabalho informal e dos conflitos sociais na cidade (Silva, 2005; Ribeiro, 1996; Grossi, 2013).

Cabe analisar, de forma breve, o processo de evolução das favelas no espaço urbano carioca, a fim de perceber como as políticas públicas lidaram com esses territórios durante os anos e entender como esse tipo de assentamento logo se transformou em “solução” para o problema da falta de habitação na cidade.

No final do século XIX a crise habitacional se tornou grave no Rio de Janeiro, assim como em outras cidades brasileiras, a partir da abolição da escravatura e da consequente expansão do trabalho assalariado e aumento das imigrações. A cidade não estava preparada para absorver tal contingente populacional, assim as pessoas foram se amontoando em casebres e cortiços, cujas condições das instalações e de higiene eram, muitas vezes, impróprias (Silva, 2005; Benchimol, 1992). A perseguição a esse tipo de moradia popular, consideradas como local de sujeira, desordem e imoralidade, culminou na demolição em 1893 do famoso cortiço Cabeça de Porco, na região central, que levou seus moradores a construir barracos no morro da Providência. Entre 1893 e 1894, soldados que combateram a Revolta da Armada receberam licença para morar no Morro de Santo Antônio. Já em 1897 soldados regressos da Guerra de Canudos instalaram-se na Providência, que passou a ser conhecida como Morro da Favela, sendo a palavra “favela” uma alusão ao local onde as tropas se alojaram na Bahia, na região do Morro Favela, que continha uma planta com essa denominação. No episódio dos veteranos de Canudos, tem-se o mito de fundação das favelas, porém, como descrito, já era possível ver assentamentos em morros em períodos precedentes (Valladares, 2005).

No início do século XX as políticas de caráter modernizador e higienista de Pereira Passos, que visavam à instalação simbólica e espacial da República recém-proclamada — a fim de afastar os resquícios coloniais e as inúmeras doenças que assolavam grande parte da população — foram responsáveis por uma nova onda de demolição de cortiços na região central. Com isso, a reforma Pereira Passos deu impulso à ocupação

dos morros, alternativa de habitação que logo se proliferou entre os mais pobres. O ano de 1922 marca o processo de remoção de grande número de moradores que viviam nos morros da Providência, Santo Antônio e Gávea-Leblon. No final da década de 1920 o urbanista francês Alfred Agache propôs um projeto de urbanização para o Rio de Janeiro, no qual reconhecia que não havia lugar para as favelas na cidade, no que se refere à ordem social, segurança, higiene e estética (Agache, 1930). O plano de eliminar as favelas não foi levado a cabo, mas essa impressão permaneceu na década seguinte. O Código de Obras da cidade de 1937 considerava a favela como “aberração urbana” e propunha sua eliminação, proibindo a construção de novos barracos. Vedava, ainda, qualquer tipo de melhoramento nos morros já ocupados (Valladares, 2005; Mattos, 2007; Ribeiro, 2007).

Na década de 1940, durante o Estado Novo, surgiu a primeira política habitacional para as camadas pobres, os Parques Proletários, conjuntos habitacionais para onde eram levados moradores dos morros (os primeiros foram instalados na Gávea, Caju e Leblon). Havia uma promessa de que as pessoas poderiam retornar a seus locais de origem assim que as favelas ganhassem infraestrutura, porém, na prática, ninguém era autorizado a voltar. Essa política motivou o aparecimento das primeiras associações de moradores das favelas, que tinham por objetivo evitar a remoção para os parques proletários (Ribeiro, 2007). Nos anos seguintes, destacaram-se a participação de segmentos externos ao governo em atenção à favela, como a Igreja Católica, com a criação em 1946 da Fundação Leão XIII, que atuava em conjunto com os habitantes dos morros para levar serviços como água e luz para algumas favelas, e dez anos depois a fundação da Cruzada São Sebastião, pelo então Bispo Dom Hélder Câmara, que tinha como objetivo lutar não só por infraestrutura, mas exigir respeito aos direitos dos habitantes. Na década de 1950 multiplicaram-se as associações que lutavam contra as remoções de moradores. Nesse período, a população das favelas cresceu 7 %, enquanto que a do restante da cidade aumentou 2 % (Mattos, 2007).

Na década de 1960 as iniciativas de mandar moradores de favelas para condomínios habitacionais tiveram continuidade. Durante o governo de Carlos Lacerda (1960-1965), ocorreu um período de renovação urbana (construção de viadutos e avenidas) e de intensa remoção de favelas, transferindo pessoas para lugares ainda mais distantes da região central da cidade, como o famoso condomínio Cidade de Deus, em Jacarepaguá — que posteriormente se transformou numa favela. Nos anos seguintes foram eliminadas a favela da Catacumba, que deu lugar a um parque próximo à lagoa Rodrigo de Freitas, e a do Esqueleto, espaço hoje ocupado pela Universidade do Estado do Rio

de Janeiro (UERJ)), perto do Maracanã. Em 1968, a ditadura militar criou a Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio, onde a favela foi definida em documentos oficiais como um “espaço urbano deformado” (Ribeiro, 2007). Em 1969 a favela Praia do Pinto, antigo parque proletário da era Vargas, foi destruída por um incêndio de causas desconhecidas e cedeu lugar ao condomínio Selva de Pedra. Entre 1962 e 1974, oitenta favelas foram atingidas, 26.193 barracos destruídos e 139.218 habitantes removidos (Mattos, 2007). Em anos de ditadura militar, os líderes favelados foram torturados e assassinados. A repressão implementada pelo governo desencorajava as associações de moradores e em vez de exigir seus direitos, passaram a contentar-se com pequenas trocas de favores (Mattos, *op. cit.*).

Entre meados dos anos setenta e o início da década seguinte pouco foi feito para melhorar as condições de vida nos morros. Nesse período traficantes começaram a instalar-se nas favelas, transformando-as em principal sede do crime organizado no Rio de Janeiro. Com a mudança na organização transnacional do tráfico, devido à entrada da cocaína e de armas de fogo, além da corrupção policial, ampliou-se o quadro de violência na cidade e houve um aumento das incursões policiais de caráter repressivo nas favelas (Carvalho, 2013, Misse, 2008). Contribuiu para o processo a ausência de políticas habitacionais consistentes durante a redemocratização do país. A década de 1990 é marcada pelas violentas incursões policiais, onde as Forças Armadas ocupavam determinadas favelas para combater o “crime organizado”. Nesse período foram cometidas várias violações aos direitos humanos (casos de tortura, afogamento, choques elétricos, prisões clandestinas etc.) e operações ilegais (mandados de busca coletivos e o próprio uso da força militar) (Barreira e Botelho, 2013).

Somente em 1992, após um crescimento populacional expressivo, as favelas ganharam vez na política municipal com a elaboração de um Plano Diretor que defendia sua permanência, bem como sua urbanização e integração ao restante da cidade. Um ano depois foi criado o Programa Favela-Bairro que tinha o objetivo de oferecer saneamento e infraestrutura às favelas, transformando-as em bairros. Segundo divulgação da prefeitura à época mais de 550 mil pessoas foram impactadas pelo programa, levado a 143 favelas, com serviços como água encanada, coleta de lixo, redes de esgoto ou luz elétrica (Ribeiro, 2007).

Nos anos mais recentes políticas de segurança pública e programas de urbanização foram experimentadas em algumas favelas, como parte do momento de transformação da cidade para receber grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos Rio 2016. A partir de propostas abrangentes e de caráter inovador, com vistas à integração com a população local e reforço às ações sociais, o programa

de Unidades de Polícia Pacificadora e o programa de urbanização Morar Carioca se destacaram como possibilidade para melhoria de vida dos moradores e integração das favelas ao conjunto urbano. Veremos, no entanto, na seção 2 deste artigo, que apesar das esperanças contidas em tais propostas, ambas foram perdendo força e tiveram ações pouco efetivas.

A partir desse breve histórico, é possível notar uma tendência a ignorar a existência das favelas e expulsar seus moradores, ao invés de encarar a situação de frente. Somente a partir dos anos 1990 as favelas foram reconhecidas nas políticas públicas municipais, onde se verificou a necessidade de integra-las à “cidade formal” e de se preservar suas características locais, reconhecendo sua importância e riqueza. No entanto, ainda hoje, elas continuam a ser encaradas como locais da violência, da desordem e da incivilidade, portanto como um não lugar, a antítese da cidade.

1. A FAVELA COMO REDUTO DA VIOLÊNCIA

A visão da favela como local de violência, bem como o estigma imposto aos seus habitantes, é antiga, como sugere a publicação sobre o Morro da Favela:

É o lugar onde reside a maior parte dos valentes da nossa terra, e que, exatamente por isso – por ser o esconderijo da gente disposta a matar, por qualquer motivo, ou, até mesmo, sem motivo algum –, não tem o menor respeito ao Código Penal nem à Polícia, que também, honra lhe seja feita, não vai lá, senão nos grandes dias do endemoninhado vilarejo. (Correio da Manhã, 1909)

Desde o surgimento das favelas seus moradores foram vistos como grandes promotores da criminalidade na cidade do Rio de Janeiro. O morro de Santo Antônio chamava a atenção das autoridades municipais por localizar-se na área central da cidade e enquanto alguns barracos eram demolidos, outros apareciam em seu lugar. Já o morro da Favela, que se localizava na região portuária, era tido como violento e incivilizado devido a seu alto percentual de negros e ao modo como seus ocupantes viviam. Se a localização dessa colina trazia, por um lado, proteção contra ações municipais naquele momento, por outro, contribuía para que fosse estigmatizado como território das “classes perigosas” (Valladares, 2005; Mattos, 2007).

No início do século XX as favelas eram tidas como problema de saúde pública e segurança, que ganhavam notoriedade no contexto de modernização e europeização da capital republicana, já que representavam o oposto do ideal modernizador e higienista em voga. Assim, passaram a serem vistas como outras cidades, como corpos estranhos dentro da cidade formal (Mattos, 2007). Com a expansão da favela durante a Reforma Passos, que se configurou como alternativa de moradia encontrada pela

população despejada dos cortiços, jornalistas e escritores da época identificavam o local como reduto da pobreza. A partir da associação frequente entre pobreza e criminalidade, no fim da década de 1900 o morro da Favela passou a ser considerado como um dos lugares mais perigoso da capital, num discurso que levava à negação da condição de cidadãos aos moradores:

A Favella é o grande mercado da prostituição barata, é o ponto de rendez-vous da soldadesca, é a aldeia do mal, enfim, e por isso, por lhe parecer que essa gente não tem deveres nem direitos em face da lei, a polícia não cogita de vigilância sobre ella. Os habitués da Favella, por sua vez, decidem ali todas as suas pendencias, com um duello à faca ou com duzia e meia de tiros de revólver, resultando dahi, não raras vezes, ficar sem vida um dos litigantes no próprio campo de combate. [...] Enterrado o morto, acaba-se a historia e a aldeia cêe de novo no seu somno de sonhos máos, até despertar outra vez inundada de sangue. A Favella é isso (Correio da Manhã, 1909, p. 2).

Esse local estranho ao urbano, que vai se constituindo nos interstícios do espaço formalmente constituído, demarca as “fronteiras do possível e os portões da diferença na cidade” (Silva, 2017, p. 705), ou seja, a forma de sobrevivência da população pobre no Rio de Janeiro e ao mesmo tempo as disparidades que caracterizam sua paisagem urbana e sua realidade social complexa.

A representação rotineira das favelas enquanto reduto da criminalidade adquiriram contornos reais somente a partir dos anos 1970, quando traficantes se alojaram nos morros cariocas. A omissão do Estado, que atuou durante os anos seguintes através de ações repressivas e de um clientelismo de caráter eleitoreiro, somado ao aumento do poder dos traficantes (e milicianos), conduziu a um processo de agudização da violência nas favelas e na cidade do Rio de Janeiro (Souza, 2012; Carvalho, 2013). O “crime organizado” se armou e se territorializou nos morros, estabelecendo seu domínio por meio do medo e de uma espécie de pacto com o Estado,¹ através de arranjos políticos ou do pagamento de propinas a policiais. O cotidiano dos moradores foi (e ainda é), subjugado às vontades dos bandos locais, que cumpriam, muitas vezes, uma função assistencialista.

Com o aumento da criminalidade no Rio de Janeiro, a questão da violência assumiu um protagonismo no que diz respeito à questão urbana na cidade, impregnando diariamente as páginas jornalísticas. A mídia tem cumprido um importante papel na

¹ Negociavam a entrada de programas do governo (como o Favela-Bairro), a intermediação entre candidatos e a favela, e outras formas de interferências que não pudessem prejudicar o tráfico.

construção dessa imagem negativa das favelas. A exploração das cenas de violência, muito mais do que os fatos em si, são capazes de gerar um sentimento geral de insegurança, que cobra ações restritivas por parte do Estado. A ativação do medo nas elites e na classe média leva à conclusão de que é preciso defender-se do “outro”, ou seja, da população pobre e marginalizada, vista como violenta e desordeira (Ferraz, 2011).

O sentimento de insegurança na vida cotidiana da cidade está vinculado a certas práticas criminais e a “certos ‘tipos sociais’ de agentes demarcados (e acusados) socialmente pela pobreza, pela cor e pelo estilo de vida” (Misse, 2010, p. 18). Assim, a favela é representada como lugar de uma “sociabilidade violenta” (Machado da Silva, 2004) e seus moradores são pessoas a serem temidas, proliferando o mito do favelado criminoso, “favelado padrão = pobre padrão = altamente perigoso padrão” (Ferraz, 2011, p. 5), num discurso que desumaniza esses indivíduos e os destitui de suas individualidades. Por meio dessa redução, também é omitido o caráter tradicional da favela como moradia popular e apagada sua importância histórica, cultural e social (na música, literatura, cinema, entre outros).

Ademais, ao focalizar a violência, retira-se do centro do debate as principais questões de precariedade que condicionam a vida ali experimentada, ou seja, as condições sociais que sujeitam essa população a diversas formas de privação e que culminam em relações de desigualdades extremas (Souza, 2009). Por trás das violências mais visíveis, que se caracterizam pelo uso da força física, que recebem cobertura nos noticiários, estão outras formas de violência efetiva ou de natureza psicológica, sejam elas praticadas pelo Estado (violação de direitos essenciais, abuso de autoridade, política de remoção, etc.) e/ou pela própria dinâmica desigual de luta pelo espaço na cidade capitalista, que avança sobre tais lugares segundo seus interesses.

Outra questão relevante em relação à produção midiática se refere ao processo de militarização da vida urbana. No Rio de Janeiro as “batalhas” travadas nas favelas contra o “crime organizado” são difundidas no imaginário social desde a década de 1980, por meio da ampla utilização de metáforas bélicas, tais como: guerra, batalha, soldados do tráfico; ou: a polícia ocupou, invadiu, fez um cerco à favela etc. A divulgação de notícias naturaliza a utilização das Forças Armadas em áreas urbanas, como se essa fosse a única alternativa capaz de restituir a ordem na cidade, como se pôde verificar em eventos ocorridos já na década de 1990, com destaque para a Operação Rio.²

2 Na Operação Rio (OR), lançada em outubro de 1994, o Exército foi convocado com a missão de combater o “crime organizado”, a fim de asfixiar economicamente os pontos de vendas de drogas por

Gomes (2010) pontua que o emprego de metáforas bélicas indica uma situação de guerra entre os territórios: favela versus asfalto. Fica claro que estes espaços estão submetidos a forças hegemônicas diferentes. De um lado temos a sociedade legalmente constituída, cumpridora da lei e da moral; e do outro, um espaço controlado informalmente por grupos marginais, dominado pela desordem e pela criminalidade. Essa imagem reforça a oposição entre dois territórios mutuamente excludentes, embora façam parte daquilo que se denomina como cidade do Rio de Janeiro.

A dualidade não se expressa apenas nos meios de comunicação, mas como experiência no cotidiano dos moradores favelados versus moradores do asfalto, ou o próprio uso do termo “comunidade”, que apesar de parecer simpático, de passar uma ideia de pertencimento, opõe-se a uma sociedade urbana global. A divisão historicamente constituída entre favela e asfalto indica uma fronteira física e simbólica, que pretende delimitar formas diferentes de comportamentos espaciais e sociais. Como instrumento ideológico que contribui para a afirmação de tais fronteiras e aceitação das formas de privação vivenciadas no espaço favelado, opera aquilo que Bourdieu (1989) classifica como “violência simbólica”, que naturaliza a situação e demarca a posição (física e social) a ser ocupada por uma parte da população pobre na cidade, numa espécie de culpabilização do sujeito por sua própria pobreza e pela condição de vida experimentada. Posto isso, a exclusão social ganha um estatuto abstrato e também territorial. Sob amparo da mídia, afirma-se a visão de uma cidade cada vez mais partida.

2. A FAVELA EM TEMPOS DE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS: A LEI E A ORDEM, A UPP E A POLÍTICA DE URBANIZAÇÃO

A partir de uma realidade multifacetada do Rio de Janeiro, caracterizada por contrastes e disparidades sociais, as marcas da pobreza e da violência se fazem presentes na cidade. Recebe destaque na mídia, nos discursos políticos e na opinião pública uma visão de lugar caótico, perigoso e desordenado, que precisa de medidas urgentes para tornar a cidade segura e ordenada. Esse debate ganhou centralidade com a inserção das políticas neoliberais de desenvolvimento a partir da década de 1990 e a organização de megaeventos esportivos como meta das políticas públicas, que

meio do bloqueio de suas vias de acesso. As tropas ocuparam vários locais da cidade e deram início à “pacificação” das “zonas conflagradas”. Foram invadidas favelas consideradas estratégicas, situadas em bairros nobres. A OR foi marcada por uma atuação brutal e violenta, onde foram denunciadas constantes violações aos direitos humanos e operações ilegais (Barreira e Botelho, 2013; Grossi, 2013).

culminaram numa série de eventos sediados no Rio de Janeiro, iniciados pelos Jogos Pan-Americanos de 2007 e que tiveram sua apoteose na Copa do Mundo de 2014 e nos Jogos Olímpicos de 2016. Tomou forma um projeto de modernização da cidade impulsionado por tais eventos, que exigiu ajustes do espaço urbano às demandas de mobilidade, infraestrutura, equipamentos esportivos, segurança etc., a fim de atender aos interesses das entidades organizadoras (FIFA e COI), bem como as vontades dos agentes públicos e privado vinculados ao projeto, que aproveitaram desse momento de “urgência” para pôr em prática projetos de poder (Grossi, 2015).

É nesse sentido que ocorreu uma imersão do Rio de Janeiro nas políticas de “lei e ordem”, com o objetivo de construir um cenário positivo da Cidade Olímpica. A visão de lugar desordenado, inseguro, violento e repleto de irregularidades, vinculada à “velha” imagem da cidade, não combinava com o ideal de ordem, beleza e modernidade requerido pelo Rio Olímpico. Assim, a busca pela ordem se transformou num instrumento de controle socioespacial, permitindo a montagem de um ambiente propício aos interesses em curso. De um lado, colocou-se a sociedade atemorizada e o clamor por soluções. Do outro, as demandas requeridas pelos megaeventos e o desejo de vender ao mundo uma imagem bela e pacificada do Rio de Janeiro Olímpico. A construção da cidade olímpica passava, então, pela tentativa de reconfiguração imagética também da favela, ou pelo menos daquelas vinculadas aos entornos olímpicos, por meio da ativação de dois programas: as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), política de segurança proposta pelo governo estadual de Sérgio Cabral e iniciado em dezembro de 2008, e o Morar Carioca, programa de urbanização de favelas lançado em 2010 pelo então prefeito Eduardo Paes.

O programa de Unidades de Polícia Pacificadora trouxe o conceito de polícia de proximidade e tinha como objetivos combater os comandos do tráfico nas favelas afastando suas influências negativas e promovendo uma “reconquista” desses territórios, realizar uma aproximação entre policiais e moradores, e fortalecer as políticas sociais nas favelas. Foram implantados um total de 38 unidades na cidade: 22 na Zona Norte, 7 na Zona Sul, 5 no Centro,³ na Zona Oeste e 1 na Baixada Fluminense.³

Em primeiro lugar, é válido destacar o programa do ponto de vista simbólico. A retórica militarizada e a linguagem da violência estão presentes já no nome do programa. Machado da Silva (2010a, 2014) considera que só faz sentido falar em paz se a alternativa for o enfrentamento a uma guerra. O programa de “pacificação” das

3 Cf.: UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA (U.P.P.). Disponível em: http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp. Acesso em: 14 jun. 2015.

favelas representou uma reorientação das políticas de segurança e dos discursos oficiais, que na década de 1990 eram marcados pela hiperagressividade característica das operações militares, porém, não perdeu sua relação com a linguagem da violência. Sua intenção primordial seria levar a “paz” para depois estender serviços e direitos às favelas e aos seus moradores (Machado da Silva, 2010b).

Tendo em vista a redução dos números relativos à criminalidade na cidade (nos anos iniciais do programa), a imprensa acolheu a UPP com certa euforia, legitimando e incentivando suas ações.⁴ Cabe lembrar que a leitura da favela como lugar da desordem e da guerra urbana é uma representação simbólica produzida pela exacerbação das notícias divulgadas. Através dessa imagem veiculada, população, mídia e Estado se somam nos anseios pela ordem pública e aqueles que não se encaixam nessa “ordem” devem ser enquadrados, o que justifica a invasão das favelas por policiais e pelas Forças Armadas. Sobre o aspecto da militarização da vida urbana, Souza (2012) destaca a participação da mídia como sua principal incentivadora, através da manipulação da opinião pública. A presença das Forças Armadas, experimentada na década de 1990, foi reeditada no novo plano de segurança a partir de 2010, na ocupação da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão, tornando-se modelo de atuação conjunta com a polícia, também usado em outras unidades. O episódio no Alemão apresentou outro aspecto interessante, no que diz respeito a uma mudança no padrão de cobertura dos veículos de comunicação, onde se passou da exploração da criminalidade violenta para à exaltação da invasão do complexo de favelas,⁵ fato que revelou uma produção jornalística em simbiose com a ação do Estado. No entanto, a visão positiva em relação às UPP foi mudando à medida em que o programa foi demonstrando suas fragilidades, tendo em vista o retorno de traficantes para algumas favelas, os confrontos recorrentes entre traficantes e entre esses e policiais, o que recolocou a questão da violência no centro dos debates e dos noticiários.

Num balanço geral sobre o programa, cabe ponderar que no princípio as UPPs apresentaram um caráter positivo, tendo em vista a redução significativa dos confrontos entre grupos de traficantes e entre estes e a polícia, o que levou à diminuição do número de mortos e feridos nas favelas contempladas pelas unidades e nos bairros vizinhos, além de uma certa dispersão do clima de medo generalizado por

4 Cf.: O Globo. UPPs levam sensação de segurança ao asfalto. 04 jul. 2010; Id. O doce sabor da paz nas UPPs. 28 p., 24, set. 2010..

5 Cf.: Id. Turistas visitam Alemão e tiram fotos com tanques. 05 dez. 2010. A Guerra do Rio, p. 33.

parte da sociedade. Porém, passados os anos, o programa enfrentou muitos desafios e incertezas, e antes mesmo da ocorrência dos Jogos Olímpicos de 2016 já dava sinais de fracasso, tendo em vista a eficácia das ações implementadas, a viabilidade da proposta (que demandava grande contingente policial) e a forma de atuação policial sobre as favelas. As promessas no âmbito social (UPP Social), que poderiam configurar-se como forma de inclusão das favelas no restante do tecido urbano, bem como servir de instrumento para diminuir a pobreza e garantir direitos a seus moradores, teve poucos avanços, enquanto a face repressora do Estado se fez presente. Dentre os muitos questionamentos à UPP, destacam-se: a localização das unidades, com uma concentração em áreas nobres e entorno de equipamentos esportivos destinados aos megaeventos; a visão mercadológica aplicada nas favelas, que viram os moradores como consumidores de serviços e não como beneficiários de direitos; a favela como local do turismo, transformada em safari humano para a expiação da pobreza e de um modo de vida excêntrico; os processos de gentrificação, a partir da valorização imobiliária nas favelas “pacificadas” e seus entornos; a truculência das ações policiais, marcadas em muitos momentos pelo abuso de autoridade no trato com os moradores; a definição de um novo padrão de sociabilidade, que extinguiu costumes e atividades consideradas impróprias (como os bailes funk) e passou a controlar a vida cotidiana, por meio do estabelecimento de regras de conduta que invadem a privacidade dos moradores (regulação de horários de festas particulares, horários de funcionamento de bares etc.).

Atravessadas por uma grave crise econômica e política do Estado do Rio de Janeiro e deixadas de lado pelos parceiros privados que ajudaram a financiar o programa (como o empresário Eike Batista), a UPP foi perdendo sua força, os confrontos entre policiais e narcotraficantes se intensificaram, o número de mortes subiu em favelas “pacificadas” e outras áreas da cidade, marcando o colapso do modelo de segurança, culminando na intervenção federal implementada em fevereiro de 2018 pelo Governo Federal e no anúncio do fechamento de doze UPPs.⁶

Quanto à proposta para urbanização de favelas em tempos de transformações para as Olimpíadas, em 2010 o então prefeito, Eduardo Paes (gestões 2009-2012 e 2013-2016), lançou o programa Morar Carioca, incluindo-o entre os legados sociais dos Jogos. A ambiciosa proposta previa a urbanização de todas as favelas da cidade até o

6 O Globo. Intervenção anuncia o fim de 12 UPPs e mudanças em outras sete unidades. 26 out. 2018.

ano de 2020 e sua integração efetiva ao tecido urbano do Rio de Janeiro. Formalmente uma continuação do programa Favela-Bairro, o Morar Carioca despontava como o programa mais abrangentes de urbanização de favelas da cidade, cujas ações visavam promover, além da urbanização de ruas e áreas de lazer, melhorias vinculadas à saúde, educação e outros serviços públicos básicos. As ações incluíam: redes de água e esgoto, drenagem, iluminação pública, construção de habitações, pavimentação e contenção de encostas, além de paisagismo, equipamentos de saúde, educação, cultura e lazer. Também estava previsto o reconhecimento da posse das moradias.⁷

Com um orçamento de R\$ 8 bilhões, a proposta pretendia aliar conhecimento técnico e arquitetônico com participação local das favelas, reconhecendo as prioridades dos moradores, o que representou um momento de otimismo quanto às políticas urbanas e sociais. O Instituto de Arquitetos do Brasil promoveu concurso de projetos a fim de selecionar quarenta escritórios de arquitetura responsáveis por intervir nas favelas designadas. Foram contratados a primeira leva de escritórios em 2012, que trabalhavam em parceria com a ONG IBASE, responsável por coletar as demandas dos moradores (Steiker-Ginzberg, 2014).

Cabe associar a política de urbanização de favelas e a política de segurança já apresentada. Cavalcanti (2017) afirma uma relação entre as duas, ao colocar a institucionalização da política de urbanização nas últimas décadas como resposta ao domínio do tráfico de drogas, ou seja, a ideia de que a violência justifica melhorias na infraestrutura da favela, marcando a presença do Estado em tais lugares por meio de melhorias materiais e incursões policiais. A autora ainda afirma que os anos iniciais de sucesso da UPP junto a grandes obras de infraestrutura, urbanização e mobilidade pareciam sinalizar a chegada do Estado e os benefícios trazidos pela “pacificação”. Assim, a geografia de prioridades do Morar Carioca, apesar do programa mais abrangente, seguia a geografia das UPPs, no sentido de contemplar as áreas relacionadas aos Jogos Olímpicos.

Apesar das indicações positivas, o programa Morar Carioca foi perdendo espaço na agenda política. No cenário posterior à reeleição de Eduardo Paes, as demandas sociais saíram do foco de suas prioridades e o programa foi esquecido no plano de legados. Em 2013 a Secretaria Municipal de Habitação rompeu o contrato com a IBASE, desmantelando o canal de comunicação com a população e essa metodologia

7 Cf.: Rio de Janeiro (cidade). Morar Carioca: conheça o programa. 2015. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smhc/conheca-o-programa>. Acesso em: 26 out. 2018.

participativa (Steiker-Ginzberg, 2014). O projeto perdeu sua direção social e foi reduzido a versões fragmentadas. Assim, quanto à meta de urbanização de todas as favelas até 2020 e integração à cidade, as ações estão longe de cumprirem seus objetivos. Da promessa de integração o programa acabou por reacender a retórica das remoções na cidade, sendo consideradas como ações necessárias para implementação de projetos de urbanização em algumas áreas (Nunes, 2012).

Como apontado por Faulhaber e Azevedo (2015) o período de transformações olímpicas podem ser consideradas como aquele em que ocorreu a maior número absoluto de remoções na história da cidade do Rio de Janeiro, superando as ações de Pereira Passos ou Carlos Lacerda, sob justificativas de que as moradias estavam em área de risco ou no curso de obras olímpicas. São emblemáticos os casos da Vila Autódromo, localizada ao lado do Parque Olímpico, portanto área de interesse do mercado imobiliário, que foi majoritariamente removida, mas que marcou o processo de resistência frente às ações arbitrárias do urbanismo olímpico; e do Morro da Providência, localizado em área englobada pela Operação Urbanística Consorciada Porto Maravilha, vinculada ao legado olímpico, cuja proposta da prefeitura era reduzir o número de moradias da favela a quase metade (832 casas), processo que foi paralisado por uma Ação Civil Pública movida graças à resistência de alguns moradores e apoiadores. Mesmo assim, foram removidas cerca de duzentas famílias (Sánchez, *et al.*, 2016).

A partir da análise dos dois programas, destaca-se que as novas abordagens, com vistas à integração social e atendimento de serviços básicos nas favelas, representaram avanços importantes na compreensão sobre tais espaços. As duas políticas, ambiciosas na proposição de soluções para problemas recorrentes em tantas cidades brasileiras, poderiam ter gerado melhorias significativas para a população favelada e servido como meio de real integração desses espaços à cidade dita formal, contribuindo para uma reconstrução da imagem das favelas. Fica, no entanto, um sentimento de oportunidade perdida, pautado pela incapacidade e/ou desinteresse do Estado em gerar efeitos efetivos e duradouros. No que diz respeito à UPP, percebe-se que tal modelo de segurança atuou muito mais no sentido de conter e invisibilizar as marcas da pobreza na cidade olímpica, gerando poucos resultados na alteração do quadro de violência, tanto que se retornou à atuação militarizada anterior concretizada na intervenção federal. Quanto ao Morar Carioca, sua atuação esparsa se distanciou dos objetivos do programa e, mais grave ainda, a proposta de urbanização serviu como

pretexto para promover deslocamentos em massa, liberando frações urbanas para obras olímpicas em áreas de interesse do capital imobiliário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da construção de um cenário de contrastes e de evolução urbana desigual, as favelas se espalharam pelo Rio de Janeiro como alternativa de moradia popular. Desde seu surgimento, esses espaços e seus moradores foram vistos pela opinião pública com desprezo e como um incômodo à “plena fruição da cidade”, como antítese da cidade. O poder público revelou-se omissivo durante os anos, atuando muito mais no sentido de remover as favelas e mandar sua população para longe. A associação com a violência, que era aplicada desde o início, tornou-se verdadeira com a entrada dos traficantes de drogas nos morros. Assim, o processo de agudização da violência e o aumento da criminalidade na cidade veio a consolidar uma imagem negativa das favelas, que, potencializada pela difusão exacerbada de notícias, perdura ainda hoje no imaginário social. A configuração de territórios de segregação, habitados por indivíduos demarcados e estigmatizados por sua condição de pobreza, afirma uma visão de cidade dividida, tanto no plano físico quanto simbólico.

No contexto de preparação do Rio de Janeiro para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 o controle das favelas foi visto como peça chave para apresentar ao mundo uma cidade modernizada e ordenada, a fim de retomar a confiança e despertar o orgulho cívico de seus cidadãos, bem como atrair investidores e turistas. Assim, foram implementadas em determinadas favelas da cidade medidas de ajustes na ordem pública, por meio do programa de Unidade de Polícia Pacificadora, e na ordem urbanística, por meio do Projeto Morar Carioca, que partiam de propostas diferenciadas, com foco em ações sociais, redução do cotidiano de privações e violências e objetivando a integração das favelas no tecido urbano dito formal. Porém, vistas em seu conjunto, pode-se afirmar que tais políticas se revelaram muito mais como forma de controle socioespacial, na tentativa de domesticar a população favelada, controlar seu cotidiano, abrir novos mercados de consumo, regularizar a oferta de serviços (luz, internet, TV a cabo), dinamizar o mercado imobiliário (seja nos entornos das favelas pacificadas ou frações de terras abertas pelas remoções) e transformar algumas favelas em locais turísticos.

Essas iniciativas, que se mostraram efetivas na construção da cidade olímpica e que contaram com grande difusão midiática, revelaram uma ação datada e a retórica da

favela como local perigoso e desordenado retomou seu espaço na crônica urbana do Rio pós-olímpico. A favela ganhou novas acepções, como lugar de consumo ou de turismo, mas permaneceram os estigmas, a segregação social e a associação com a violência, como estratégia de “evitamento”, de desprezo ao outro, de impedir sua inscrição social e de ignorar seus moradores enquanto portadores de discursos e de direitos.

Nesse processo de reconfiguração imagética da cidade para os megaeventos, os ajustes na ordem urbanística e na segurança promovidos pareciam estar mais preocupados em representar uma realidade editada da cidade e esconder as marcas mais visíveis da pobreza e da violência do que gerar transformações duradouras que contemplassem seus habitantes em conjunto. O ciclo olímpico, amparado pelas promessas de prosperidade econômica, progresso e pacificação da cidade, foi rapidamente rompido. Da imagem da Cidade Olímpica pouco restou. Como legado para muitas favelas, restou a intervenção militarizada e o cotidiano marcado pela precariedade e opressão.

REFERÊNCIAS

- AGACHE, Alfred; PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. **A Cidade do Rio de Janeiro: extensão – remodelação – embelezamento**. Paris: Foyer Brésilien, 1930. Disponível em: <http://planourbano.rio.rj.gov.br>. Acesso em: 29 nov. 2018.
- BARREIRA, Marcos e BOTELHO, Maurilio Lima. **O exército nas ruas: da Operação Rio à ocupação do Complexo do Alemão**. Notas para uma reconstituição da exceção urbana. In: BRITO, F.; OLIVEIRA, P. R. de (Org.). *Até o último homem: visões cariocas da administração armada*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos, um Haussmann tropical: a Renovação urbana do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Divisão Editoração, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CARVALHO, Monique Batista. **A política de pacificação de favelas e as contradições para a produção de uma cidade segura**. *O Social em Questão*, ano 16, n. 29, p. 285-308, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/12artigo29.pdf>. Acesso em: 16 out. 2014.
- CAVALCANTI, Mariana. **Vida e morte do “agrupamento 26”**: breve etnografia do Morar Carioca na “Barra Olímpica” (2011-2013). *Revista de Antropologia*, v. 60, n. 3, p. 211-235, São Paulo, 2017. Disponível em: www.revistas.usp.br/ra/article/download/141744/137171/. Acesso em: 26 out. 2018.
- CORREIO DA MANHÃ. **Os dramas da Favela**. 5 jul., p. 2, 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/089842/>

pero89842_1909_02910.pdf. Acesso em: 15 out. 2020.

FAULHABER, Lucas & AZEVEDO, Lena. **SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico**. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FERRAZ, Sonia Maria Taddei. **Ordem/ desordem: violência e políticas de segurança na cidade ou: Desordem/ordem na cidade, políticas de segurança e violência**. In: Encontro Nacional da ANPUR, v. 14, n. 1, Rio de Janeiro, 2011. Anais... Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/issue/view/2>. Acesso em 15 out. 2020.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

GROSSI, Grasielle Márcia Magri. **Ordem Urbana e Ordem Pública no Rio de Janeiro Olímpico**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019, 271 p.

GROSSI, Grasielle Márcia Magri. **Civildades e incivildades no processo de construção socioespacial do Rio de Janeiro e a nova gramática territorial da ordem no espaço público e nas favelas**. In: SIMÕES, Rodrigo et al. (Org). Encontro Nacional da ANPUR, 16., Belo Horizonte, 2015. Anais.... Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/issue/view/5>. Acesso em: 15 out. 2020.

GROSSI, Grasielle Márcia Magri. **Dimensões do controle no Rio de Janeiro: instrumentos para a construção de um novo projeto de cidade**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013, 194 p.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. **Os Jovens e o policiamento nas favelas cariocas hoje**. S.l.: s.n., 2014. Disponível em: http://cadeiras.iscte.pt/SDir/APS2012_LuizMachado_TEXTO%20VII%20APS%2031-05-2012.pdf. Acesso em: 15 out. 2020.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. **As várias faces das UPPs**. Ciência Hoje, Rio de Janeiro, v. 46 n. 276, p. 34-39, nov. de 2010a.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. **Afinal, qual é a das UPPs?** Boletim do Observatório das Metrópoles, Rio de Janeiro, 18 mar. 2010b.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. **Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan.-jun. 2004.

MATTOS, Rômulo Costa. **“Aldeias do mal”**, 2007. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/aldeias-do-mal> Acesso em 07/06/2015.

MISSE, Michel. **Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”**. Revista Lua Nova, São Paulo, n. 79, p. 15-38, 2010.

MISSE, Michel. **Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Civitas, Porto Alegre, v. 8, n. 3, set.-dez., p. 371-385, 2008.

NUNES, Maria Julieta. **Remoções em Foco: políticas públicas para as favelas cariocas em tempo de megaeventos**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 6., São Paulo, 2012. Anais... Disponível em: <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/handle/123456789/861?mode=full>, acesso em 26 out. 2018.

RIBEIRO, Flávia. **Favelas cariocas: a cidade e os morros.** 2007. Disponível em: <http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/favelas-cariocas-cidade-morros-435499.shtml>. Acesso em: 07 jun. 2015.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Urbanidade e vida metropolitana.** Rio de Janeiro: Jobran, 1996.

RIO DE JANEIRO (cidade). **Morar Carioca:** conheça o programa. 2015. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smhc/conheca-o-programa>. Acesso em: 26 out. 2018.

SÁNCHEZ, Fernanda; MOREIRA, Clarissa; GROSSI, Grasielle; LINS, Mariana; SANTOS, Rosane; BENTO, Mattheus. Cronologia crítica da cidade em disputa: o caso do Morro da Providência no Porto do Rio de Janeiro. *In*: OLIVEIRA, Fabrício Leal de. *et al.* Planejamento e conflitos urbanos: experiências de luta. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016. p. 65-112.

SILVA, Maria Laís Pereira da. **Favelas Cariocas, 1930-1964.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

SILVA, Pedro Puro Sasse da. **Monstros da cidade pós-moderna.** *In*: SEMINÁRIO DOS ALUNOS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DO INSTITUTO DE LETRAS DA UFF, 8., 2017, Niterói. Anais... pp. 694-709. Disponível em: www.anaisdosappil.uff.br/index.php/VIIISAPPIL-Lit/.../541. Acesso em: 26 out. 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A geopolítica urbana da “guerra à criminalidade”:** a militarização da questão urbana e suas possíveis implicações. *In*: RIBEIRO, Ana Clara; EGLER, Tamara Tania Cohen; SÁNCHEZ, Fernanda (orgs.). Política governamental e ação social no espaço. Rio de Janeiro: Letra Capital/ ANPUR, 2012.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira:** quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

STEIKER-GINZBERG, Kate. **Morar Carioca:** o desmantelamento do sonhado programa de urbanização para as favelas. Rio On Watch. 25 ago. 2014. Disponível em: <http://rioonwatch.org.br/?p=12410>. Acesso em: 28 out. 2018.

VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela:** do mito de origem à Favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

O UNIVERSO DAS VIAGENS: ENTRE O CONSUMO E A FRUIÇÃO DAS CIDADES

ANA CAROLINA MENDONÇA OLIVEIRA

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi instigado por uma provocação do jornalista Arnaud Champenois, publicada em 23 de março de 2018, no jornal *O Globo*: “As viagens tornaram-se o bem de consumo mais desejado. Descobrir o mundo, reconectar-se com o eu interior, comer e beber bem e divertir-se tem sido as prioridades de uma parcela significativa dos consumidores” (Champenois, 2018, p. 2). A partir daí, a proposta é refletir sobre o universo das viagens a sob dois dos eixos da análise do jornalista: o consumo e a fruição.

Para tanto, é importante começar observando que refletir sobre a viagem significa, para grande parte da população, construir, um grande léxico de palavras que estão sobre o guarda-chuva da fruição. Assim, essa construção ocorre de forma independente das definições e conceituações comumente usadas pela academia e pelo mercado turístico.

A definição amplamente aceita pela Organização Mundial do Turismo (OMT) afirma que turismo é a “soma de relações e de serviços resultantes de um câmbio de residência temporário e voluntário motivado por razões alheias a negócios ou profissionais” (De La Torre 1992, p.19, *apud* Barreto 2003, p. 12). A OMT entende, ainda, o turista como um visitante temporário, que permanece no país mais de vinte e quatro horas e menos de três meses, por qualquer razão, exceção feita de trabalho (De La Torre *op. cit.*, p. 25).

De modo complementar, uma perspectiva conceitualmente mais ampla e efetiva do fenômeno é proposta por Coriolano (2006) ao afirmar que o turismo:

[...] enquanto prática social é também econômica, política, cultural e educativa, envolvendo relações sociais e de poder entre residentes e turistas, produtores e consumidores. O turismo é simultaneamente ócio e trabalho, produto do modo de viver contemporâneo, cujos serviços criam formas confortáveis e prazerosas de viver, restritas a poucos. [...] A riqueza do turismo está na diversidade de caminhos para sua produção e apreensão, nos conflitos e possibilidades de entendimento desse fenômeno. Ele é, a um só tempo, o lugar das estratégias

para o capital e das resistências do cotidiano para os habitantes (Coriolano, 2006, p. 368).

Assim, para a análise proposta nesse texto, a viagem será tratada a partir da perspectiva de um “deslocar-se” inerente a prática da atividade turística. Esse deslocamento não implica somente um deslocamento físico, ao contrário, ele se trata também de um deslocamento do olhar identificado por Urry (2001). De modo complementar, Vargas (2016) retoma a raiz etimológica da palavra “turismo”: a matriz do radical latino *tornus* que remete a ideia de giro, sair de um lugar e retornar para ele.

É importante destacar que a opção por essa abordagem conceitual é relevante, ainda, no sentido de espacializar a discussão sobre o tema. Para tanto, é fundamental observar que a “relação do sujeito com o espaço é uma experiência sensorial ampla e complexa na qual intervêm sentidos como o cheiro, o tato e a visão. Contudo, a observação, direta ou indireta continua central na espacialização e consequente criação de territórios pessoais” (Fernandes, 2012). O que significa dizer, ainda, que a percepção humana de um espaço pode ser mediada por instrumentos que alterem a escala do olhar.

De modo complementar, é possível observar que esse deslocamento implica um reposicionamento, o que Urry (2001) reconhece como um exercício do olhar. Esse exercício sensível do olhar é mais do que “reconectar-se ao eu interior” e consumir esse espaço visitado com vistas a fruição. Nesse sentido, é importante pontuar que o espaço da fruição de um viajante também é o espaço cotidiano de seus moradores e possui estreitos vínculos com a cultural local, entendida, aqui, como esse complexo de saberes e práticas que orientam as práticas de vida de diferentes grupos. Parte deles são reconhecidos e registrados como patrimônios materiais e/ou imateriais. No entanto, esse processo decisório sobre o que recebe ou não a chancela de patrimônio é, fundamentalmente, uma disputa sobre valor socialmente seletiva (Paes-Luchiari, 2006). Imbricados nessa disputa estão questionamentos sobre o que se valoriza, quando se valoriza, por que se valoriza e pra quem se valoriza.

Assim, buscar respostas para esses questionamentos significa retomar, ainda, a discussão sobre o consumo. Afinal, é possível que uma viagem, um exercício de “deslocar-se”, que considere as particularidades e diversidades culturais, trate a atividade turística como uma experiência de consumo?

Nesse sentido, a presente pesquisa espera contribuir para discussão e análise das tensões existentes particularmente entre o patrimônio cultural, o turismo e a cidade. O tema é extremamente atual, em particular nesse cenário de discussão da “turismofobia”, temática essa que acaba por abafar os problemas estruturais e complexos que envolvem a construção e a comercialização da imagem da cidade bem como o papel da cultura nessa dinâmica. Não há dúvidas de que o impacto do turismo de massa potencializa, dentre outras coisas, os processos de gentrificação, por exemplo. Um reflexo é a frase que se tornou, recentemente, um mote das manifestações contrárias à atividade turística em Barcelona: “o turismo mata bairros”.¹

Reside aí uma contribuição importante do presente trabalho, no esforço de avançar na reflexão sobre a atividade turística, suas possibilidades, limites e perspectivas. Neste sentido, é importante reforçar que o artigo parte da premissa de que o turismo vai muito além do simples deslocamento espacial (Urry, 2001). Logo, pensar sobre novas possibilidades de representação de um destino turístico pressupõe, também, novas formas de apropriação dos locais visitados.

Ainda assim, historicamente, a atividade turística cresce e se desenvolve juntamente com a sociedade capitalista. Dessa forma, “o turismo, como forma de lazer, surge como uma nova possibilidade de produção e reprodução do capital” (Daibert, 2014, p. 154). Com isso é possível perceber que “as destinações turísticas passam também a ser entendidas como espaços de consumo” (op. cit., p. 154).

De modo complementar, a temática da autenticidade e sua relação com o mapeamento cultural também são um ponto relevante, dada a urgência de representar, particularmente na cartografia, a diversidade cultural, uma vez que é “por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam ao sistema de poder. Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar identidade” (Silva, 2012, p. 80). Essa representação torna-se ainda mais relevante a partir da reflexão de Silva (op. cit.) sobre a dinâmica entre a identidade e a diferença, na qual o autor avalia que elas não são somente definidas como também impostas, além disso, não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas. Assim, Silva (op. cit.) considera que identidade e diferença estão, pois, em estreita conexão com a relação de poder, de modo complementar ele avalia que, a identidade e a diferença não são, nunca, inocentes.

¹ O tema tem sido pauta em diversas cidades. Cf.: Nadal, 2017.

1. ENTRE A CIDADE CONSUMIDA E A CIDADE REPRIMIDA

A sessão anterior apresenta questionamentos comumente atrelados às disputas de valor e patrimoniais que ocorrem no tabuleiro da cidade. Buscar respostas para esses questionamentos, no entanto, significa retomar a discussão sobre o consumo. Afinal, é possível que uma viagem, um exercício de “deslocar-se”, que considere as particularidades e diversidades culturais, trate a atividade turística como uma experiência de consumo?

Uma cidade é composta de infraestrutura urbana, habitações, estabelecimentos comerciais, espaços públicos, mas também de pessoas, memórias, aspirações, sonhos e decepções de várias gerações que percorreram suas ruas. Essa diversidade deixou marcas que estão na dança, no futebol, na fé, nas brincadeiras de rua, na alimentação e nas relações afetivas, por exemplo. Nesse sentido, esses traços inscrevem o homem no tempo e no espaço, pois, como Le Breton escreve, “o homem está afetivamente presente no mundo” (Le Breton, 2009, p. 9). Dessa forma, a vitalidade das cidades é, em parte, resultado da mistura de usos, do cotidiano, das afetividades e da memória acumulada daqueles que por ela passaram.

Tomando como exemplo a cidade do Rio de Janeiro, é possível observar que nela existem territórios em disputa, onde estão em jogo lugares de memória,² confrontos de narrativas, permanências, rupturas, estratégias de afirmação, vozes que são amplificadas e outras, silenciadas. Afinal, a história da cidade também está nessa disputa de significados e no conflito da “carioquice”,³ informal, que deve se submeter a um projeto civilizatório de enquadramento. Por outro lado, alimenta-se o simulacro do “jeito” singular do carioca como fator atrativo de turistas.

2 Lugares de memória para Nora (1993) são mais do que o mero registro de um local. É onde a dimensão simbólica está inscrita no próprio registro.

3 A carioquice está relacionada ao jeito de ser do carioca. Muito embora essa percepção seja carregada de estereótipos e reducionismos, ela é disputada e mantida pelos meios de comunicação, poder público, moradores e, inclusive, o trade turístico.

Durante a pesquisa desenvolvida no mestrado⁴ foi possível avaliar que a atividade turística constrói e também se apropria da imagem construída do carioca e da cidade do Rio de Janeiro sem, no entanto, refletir isso no planejamento e na diversificação da atividade turística. Nesse contexto, há uma tensão entre a construção de uma imagem única e bem-acabada sobre o Rio de Janeiro e a vitalidade do cotidiano da cidade (Oliveira, 2017). Essa disputa está presente, por exemplo, no registro e posterior sinalização das placas sobre o Patrimônio Cultural Carioca, que se traduzem em bares, gêneros musicais, obras literárias, torcidas de futebol e blocos carnavalescos, por exemplo.

É importante considerar, ainda, que a cultura não é um fator neutro. Ao contrário, ela é parte considerável na gestão de cidades. A partir daí, é importante notar como as políticas culturais vêm ocupando as agendas públicas, particularmente em sua relação com as transformações urbanas. É nesse âmbito que o papel do Estado no desenvolvimento da cultura é potencializado sob a égide do tripé cidade-empresa-cultura, responsável por impulsionar o discurso econômico, colocando a cultura em destaque na pauta urbana, como justificativa de valor, e, conseqüente, ferramenta de mobilização de recursos econômicos (Arantes, 2013). Dessa forma, a cultura é entendida como ferramenta chave para construção de uma imagem/marca de uma cidade. Assim, essa construção interessa, de forma muito particular, ao turismo de massa, ávido em comercializar e consumir a cidade (Paes-Luchiari, 2006). Entretanto, o aspecto predatório dessa relação vem sendo debatido inclusive, recentemente, sob o neologismo da “turismofobia”. A palavra, no entanto, não dá conta de toda a complexidade do assunto, que envolve a construção e comercialização da imagem da cidade e o papel da cultura nessa dinâmica

4 A dissertação produzida durante o mestrado teve como objetivo analisar e comparar os discursos produzidos pela cartografia turística e pelo samba em suas narrativas sobre a cidade do Rio de Janeiro desde o início do século XX. A metodologia adotada estabeleceu uma construção cronológica para evidenciar diferentes discursos sobre essa cidade, com base em sete exemplares de mapas turísticos produzidos entre os anos de 1914 e 2016. Paralelamente, foram analisados os sambas contemporâneos aos referidos documentos e, a partir daí, foi possível confrontar os discursos produzidos nas letras dos sambas e na cartografia, em relação as transformações urbanas pelas quais a cidade passou. A cartografia além de fonte, foi utilizada como ferramenta analítica, tendo como resultado oito mapas que espacializam e comparam a distribuição das referências dos mapas turísticos e do samba no tecido urbano. O trabalho problematizou, ainda, a falta de representação do cotidiano dos moradores nos mapas turísticos, além de evidenciar através da análise cronológica como as mudanças da cidade do Rio de Janeiro se relacionam diretamente com a história do samba e com o deslocamento dos locais de interesse turístico na cidade.

Uma vez estando na vitrine e com sua imagem lapidada ao consumo, inclusive turístico, o entendimento e a leitura de uma cidade plural ficam cada vez mais distantes. Essa homogeneização dificulta a percepção das diferentes nuances e disputas da cidade, tanto as políticas quanto as socioeconômicas. Dessa forma, o estabelecimento de uma ‘vocalização’ carioca traz consigo benefícios a atores dominantes que se valem da venda dessa imagem e, conseqüente, noção de coesão a um campo, conflituoso diverso da cultura (Wanis, 2014).

Como parte da construção dessa imagem alinhada com a suposta “vocalização” carioca está, por exemplo, o registro mencionado anteriormente de alguns bares e botequins do Rio como “Patrimônio Cultural Carioca”. Os estabelecimentos receberam o título por serem considerados, segundo o decreto, “locais de convivência democrática que traduzem o ‘espírito’ carioca de comemorar, de reunir, de festejar”. A partir daí, foram escolhidos bares que mantêm a tradição de servir o chope ou a cerveja “estupidamente gelada” acompanhada de famosos tira-gostos.

Com esse exemplo é importante observar, ainda, que, de modo complementar a essas representações, surge a relação de reciprocidade identificada por La Rocca (2015) entre a cidade e as pessoas. Ele pontua que “um não pode existir sem o outro e que, se a cidade molda os indivíduos com a especificidade de seus espaços, os indivíduos, com suas produções estilísticas e vivências dentro e, através do espaço, conotam as características de uma cidade” (La Rocca, 2015, p. 173).

Assim, a construção da identidade é tanto simbólica quanto social e a luta para afirmar uma ou outra identidade ou as diferenças entre elas têm causas e conseqüências materiais (Woodward, 2012). Portanto, o conceito de identidade é chave para examinar a forma como a identidade se insere no “círculo da cultura” bem como a forma como a identidade e a diferença se relacionam com o discurso sobre a representação (*op. cit.*, 2012, p. 16)

Dessa forma, a construção de uma marca para a cidade ignora a diversidade e, por fim, compromete a autenticidade da cidade, em geral, e seus bairros, em particular. É nesse contexto que a análise de Zukin (2011) ganha força, uma vez que ela pontua que a autenticidade é importante porque conecta nosso anseio individual a raízes em um tempo e lugar únicos. Ela faz referência a estética do local, mas também às conexões sociais que eles inspiram.

Contudo, é fundamental destacar as mudanças dessas representações ao longo do tempo em função de alterações no espaço urbano e na sociedade. Bonnemaison (2002) avalia que a flutuação dos territórios no espaço é um reflexo do “jogo das forças

sociais dominantes” (*op. cit.*, p. 129) e, indo além, ainda pondera que “o território tem necessidade de espaço para adquirir o peso e a extensão, sem os quais ele não poderia existir” (*op. cit.*, p.129).

É importante destacar, ainda, que as cidades contemporâneas são sinônimas de heterogeneidade social e cultural, pois apresentam uma enorme diversidade de estilos e comportamentos sociais. No entanto, isso não as torna menos segregadoras e desiguais política e socialmente, pelo contrário. Mas é exatamente por isso que dela “emergem narrativas diversas que ora põem em evidência a desorientação dos sujeitos e a perda do sentido de lugar, ora celebram o seu potencial democrático e emancipatório” (Fortuna; Silva, 2002, p. 423).

De modo complementar, Zukin (2011) pontua que a análise de Walter Benjamin sobre a relação entre a reprodutibilidade técnica e a aura das obras de arte são uma referência válida também para as outras formas de cultura, incluindo as cidades. Ela avalia, ainda, que a autenticidade pode se tornar uma ferramenta poderosa para combater os efeitos negativos da homogeneização mas que, para tanto, a autenticidade deve ser redefinida como um direito cultural (Zukin, 2011).

Dessa forma, a discussão que está posta passa pela cidade compreendida como um bem cultural. O conceito é tratado aqui na perspectiva apresentada por Meneses (2006), como uma cidade marcada por sentidos e valores, apropriada pela memória, consumida afetiva e identitariamente.

É bom ter presente que a cidade (qualquer que seja seu conteúdo histórico específico) deve ser entendida segundo três dimensões solidariamente imbricadas, cada uma dependendo profundamente das demais, em relação simbiótica: a cidade é artefato, é campo de forças e é imagem (Meneses, 1996, p.148-149. Grifo nosso)

É importante destacar aqui o turismo como uma atividade social, mas também econômica, política, educativa e cultural que envolve relações de poder complexas e que também está circunscrita nas três dimensões dessa cidade identificadas anteriormente por Meneses. A massificação da atividade turística e seus impactos reforçam, conseqüentemente, a importância de se definir parâmetros e conceitos que ajudem estudiosos, sociedade em geral, gestores públicos, profissionais do trade turístico e investidores a compreender as interfaces desse fenômeno.

Segundo Castro (1999), o turismo organizado no Brasil começou apenas no início do século XX, tendo como principal centro a cidade do Rio de Janeiro. Essa organização se dá no momento em que se descobre que “a imagem urbana é uma

mercadoria que pode gerar grandes lucros, notadamente com o turismo” (Abreu, 1998, p. 4). Desde então, a cidade teve sua imagem lapidada, acompanhando as mudanças tanto na sociedade quanto a partir das demandas dos turistas. Recentemente, há uma exacerbação desse processo através do empresariamento – um fenômeno observado por Harvey (2006), em larga escala, onde as cidades comercializam sua própria imagem. Nesse contexto, a paisagem urbana é assolada por mecanismos que a tudo transformam em comodatos (Meneses, 2006). Meneses pondera, ainda, que o turismo está no foco desse processo, mas não é o único objetivo das cidades em geral.

Também se vende a cidade para seus próprios habitantes (a principal motivação seria então política, mas ela pode dirigir-se a empresários de todo tipo, investidores, emigrantes de perfil conveniente, estratégias geopolíticas, etc.) (Meneses, 2006, p. 52).

Com isso, tanto os registros do patrimônio cultural quanto os mapas e os guias turísticos, podem ser importantes ferramentas para a leitura de discursos e intenções políticas. Assim, é importante entender a construção de uma imagem da cidade atrativa ao turista como parte de um discurso de poder da cidade. Nesse sentido, a pesquisa desenvolvida durante o mestrado corrobora que a cartografia turística produzida sobre a cidade do Rio de Janeiro ao longo do tempo invisibiliza grande parte do cotidiano e afetos dos moradores com a cidade.

Atualmente, esse discurso de poder está intimamente relacionado com o que Harvey (1996) identifica em diversas cidades quando afirma que a “ênfase no turismo, na produção e no consumo de espetáculos, na produção de eventos efêmeros numa dada localidade representam os remédios favoritos para economias urbanas moribundas” (Harvey, 1996, p. 59). De modo complementar, Paes-Luchiari (2006) aponta a necessidade de se defender, ainda, da “fetichização” da paisagem que pode ser acarretada por essa valorização. Em relação a esse processo, Mascarenhas (2014) identifica que ele opera no plano simbólico:

E este plano se tornou central para a acumulação capitalista, através do controle hegemônico das imagens e informações, cenário ideal para produzir lucrativas ilusões e camuflar as contradições. Mas a cidade mercadoria, espaço abstrato, império do valor de troca, espaço concebido e globalizado, moldada para consumidores, confronta os conteúdos sociais da cidade concreta. (Mascarenhas, *op. cit.*, p. 63).

Ele pondera ainda que esse processo “se aplica efetivamente a determinados ‘pedaços’ do tecido urbano, justamente porque ao grande capital somente interessa determinados espaços, e não o conjunto da cidade” (Mascarenhas, *op. cit.*, p. 63).

Entretanto, é importante pontuar a capacidade do fenômeno turístico de apropriar-se dos espaços, dando a eles novos e múltiplos significados, o que o torna um fenômeno do qual o sentido dependerá sempre do ambiente onde ocorre e dos objetivos de quem o promove (Gagliardi, 2012). Assim, é possível identificar no fenômeno turístico a capacidade de valorizar o diverso, o múltiplo, em lugar da história única (Gagliardi, *op. cit.*); “ele é, a um só tempo, o lugar das estratégias para o capital e das resistências do cotidiano para os habitantes” (Coriolano, 2006, p. 368).

Assim, enquanto por um lado o turismo reforça a dominação e as desigualdades, por outro lado pode promover a revisão de valores históricos e afetivos, inserindo novos sujeitos na história e considerando aspectos subjetivos e identidades marginalizadas. Dessa forma, é fundamental refletir em relação aos estereótipos que “as pessoas são muito mais do que simplesmente um rótulo, pois suas vidas se constituem de uma multiplicidade de histórias e não de uma história única” (Freitas; Azevedo, 2015, p. 72).

Frequentemente a atividade turística se ocupa do consumo de bens culturais, ao que reconhecemos como turismo cultural. Esse segmento da atividade turística dialoga diretamente com a existência e a preservação do patrimônio cultural⁵. É importante pontuar que o entendimento do patrimônio cultural depende da concepção de cada época sobre o quê, para quem e por que preservar.¹²

É importante notar, ainda, que o turismo cultural, dito de massa, está na origem de um aumento significativo nas visitas a monumentos históricos. De modo complementar, Castriota (2011) corrobora a avaliação de Choay de que a democratização do patrimônio acontece simultaneamente a sua transformação em mercadoria, sendo assim inserido na lógica da indústria cultural. Nesse sentido ele destaca que:

os bens culturais, além de propiciarem “saber e prazer”, passam agora a ser também “produtos culturais”, empacotados e distribuídos para serem consumidos. O seu “valor de uso” se metamorfosearia em “valor econômico”, graças à “engenharia cultural”, cuja tarefa, em última instância, seria a de ‘multiplicar indefinidamente o número de visitantes’ (Castriota, *op. cit.*, p. 59).

Castriota (*op. cit.*) pontua, ainda, sobre a necessidade de observar e contextualizar as mudanças no campo do patrimônio. Sobre o tema, é importante destacar o

5 Desde a década de 1960 essa relação se estreita no Brasil, a partir da assinatura com a Carta de Quito, que recomendava que “os projetos de valorização do patrimônio fizessem parte dos planos de desenvolvimento nacional e fossem realizados simultaneamente com o equipamento turístico das regiões envolvidas” (RODRIGUES, 2016).

entendimento recente de que o patrimônio é uma construção social e que “objetos, coleções, edificação e lugares são ‘reconhecidos’ como patrimônios através de decisões conscientes e/ou valores não explicitados por instituições e pessoas, e por razões que também são fortemente moldadas por contextos e processos sociais” (Castriota, *op. cit.*, p. 62) e que exatamente por essa razão se faz tão relevante o esforço de “esmiuçar os valores em jogo na conservação do patrimônio cultural” (*op. cit.*).

No Brasil, a visão do patrimônio como um lugar de memória social, porém, só ganha força na década de 1980. Essa perspectiva ressalta o conflito no campo simbólico da sociedade entre o que deve ser lembrado e o que pode ser esquecido (Rodrigues, 2016).

De modo complementar, é importante pontuar que o reconhecimento de um local como turístico também é parte de uma construção cultural (Castro, 1999). Essa construção, em sua maioria, recorre a histórias únicas sobre a cidade, retomando estereótipos que, segundo Freitas e Azevedo (2015), não são perigosos necessariamente por serem mentiras, mas principalmente por serem incompletos. Assim, a cidade e a atividade turística possuem uma relação de interação, “às vezes muda a cidade, muda o turismo; outras vezes, a partir de modificações no mundo do turismo, introduzem-se alterações urbanísticas na cidade” (Castro, *op. cit.*, p. 84).

Dessa forma, é possível avaliar que dentre os diferentes significados e usos da cidade, estão os concebidos para os visitantes. Esse grupo, ao se deslocar pela cidade, frequentemente, orienta-se através de guias e mapas turísticos. Estes são voltados para a construção de imagens turísticas e/ou informações a respeito de usufruir a cidade e trazem um número significativo de dados sobre a história da evolução urbana e social.

Entretanto, é importante pontuar que tanto os guias de viagem quanto a cartografia turística, são um panorama da narrativa turística oficial a despeito da relação dos moradores com sua cidade. Ainda assim, os mapas devem ser interpretados como fato social culturalmente produzido onde as representações são parte da trama de significados e sentidos. A observação da cartografia turística permite aferir, entre outras coisas, “como o circuito turístico opera na cidade, em cada momento, ao sabor das tecnologias de transporte, das tramas da circulação, dos valores simbólicos da fruição dos espaços — edificadas, naturais ou paisagísticas — e dos hábitos culturais” (Casco, 2008, p. 4).

Nesse contexto, é fundamental ponderar sobre o que não aparece nos guias de viagem e na cartografia turística de uma cidade. Esses registros, instrumentos políticos, não dão visibilidade à grande parte dos discursos dos moradores sobre a cidade,

seus afetos e desafetos. Assim, retomando o exemplo da cidade do Rio de Janeiro, é possível observar em materiais tanto de origem pública quanto nos produzidos por empresas privadas, o quanto a imagem turística da cidade foi se modificando ao longo do tempo, contando novas histórias sobre a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e se adaptando às suas modificações urbanas. Por isso, é importante destacar, ainda, que a lapidação dessa imagem é parte da construção de um discurso oficial que foi se modificando desde o início do século XX.

De modo complementar, Arantes (2013) destaca como ocorre a relação direta entre a configuração urbana e a produção do capital, em particular no que tange ao processo de revalorização urbana, no qual o patrimônio arquitetônico-cultural está “de mãos dadas” com o aumento da rentabilidade. Para ela, é nesse cenário da revitalização urbana que ocorre o “reencontro glamoroso entre a cultura e o capital” (*op. cit.*, p.15). Arantes (2013) avalia, ainda, que essa relação é perceptível desde os grandes investimentos em equipamentos culturais até a preservação e/ou restauração de algo que é alçado ao status de patrimônio e que estão associados à construção de uma imagem publicitária. Indo além, ela afirma que “a cultura não é o outro ou mesmo a contrapartida, o instrumento neutro de práticas mercadológicas, mas é parte do mundo dos negócios e o é como grande negócio” (Arantes, 2013, p. 48).

Na sequência, ela pontua iniciativas que traduzem essa construção de uma imagem publicitária, como os “quinhentos anos do Descobrimento” ou os “duzentos anos da Revolução Francesa”. De modo particular podemos refletir sobre a publicidade em torno da comemoração dos 450 anos da cidade do Rio de Janeiro, na qual houve um esforço em lapidar uma determinada imagem da cidade que estava, inclusive, em consonância com a que vem sendo construída desde a realização dos grandes eventos esportivos. Um indício interessante é o decreto n. 39797, de 1.º de março de 2015, que declara em seu artigo primeiro a “condição carioca” ou a “carioquice” como Patrimônio Cultural Carioca. O texto trata de forma idílica uma cidade que, em seu cotidiano, é repleta de mazelas, fissuras e disputas.

Essa mesma romantização da cidade está presente, por exemplo, na construção contemporânea da imagem da cidade do Rio de Janeiro ao turista. Ela é reforçada por órgãos públicos, mídia, guias de viagem e cartografia turística. Por exemplo, em campanha publicitária recente a Riotur, empresa de turismo da cidade do Rio de Janeiro, fez uma campanha com o seguinte mote “O melhor do Rio de Janeiro é o Carioca”. Assim, é importante reconhecer o registro e a identificação do Patrimônio Cultural Carioca como parte da lapidação dessa imagem, tanto da cidade do Rio de Janeiro quanto do carioca.

2. NOVAS PERSPECTIVAS

É importante destacar, aqui, a compreensão da cidade como um discurso, e elaborar um léxico de significações para ela é uma tarefa absurda nos termos de Barthes (1985). Por exemplo, a um bairro central — zonas exaustivamente estudadas do ponto de vista sociológico — podem-se atribuir diversas funções, em uma lista que deve ser constantemente completada, enriquecida, e, ainda assim, esta representará apenas um nível elementar das representações da cidade (Barthes, 1985). Isso porque “os significados são como seres míticos, de uma extrema imprecisão, e, num certo momento, tornam-se sempre os significantes de outra coisa: os significados passam, os significantes ficam” (Barthes, *op. cit.*, p.186).

Neste contexto, a construção de imagens faz parte da narrativa sobre a cidade. Barthes afirma que ela “é um discurso, e esse discurso é verdadeiramente uma linguagem: a cidade fala aos seus habitantes, nós falamos a nossa cidade, a cidade onde nos encontramos” (Barthes, *op. cit.* p. 184). Assim:

ao falar de imaginário urbano — que entendo como modalidade específica do fenômeno mais amplo das representações sociais — suponho imagens estruturadas e operadas a partir de grupos sociais e práticas espaciais específicas e não simples conjuntos de imagens, refugiadas nas mentes ou na consciência dos indivíduos (Meneses, 2006, p. 36).

Nesse cenário, o mapeamento cultural é um dos recursos com potencial para organizar as múltiplas narrativas da urbe extrapolando, assim, a narrativa turística oficial. Isso porque, ele é um recurso que permite o levantamento de informações extremamente diversas, que podem ser tratadas com um direcionamento específico para o entendimento de como a cultura e os elementos a ela agregados se expressam, por exemplo, em dados, estruturas de organização social, entre outros aspectos (Soares, 2010). As informações levantadas a partir da análise de aspectos culturais são uma “forma de compreender como a sociedade se organiza” (*op. cit.*, p. 6). Isso porque a cultura, em suas diversas manifestações e concepções, tem uma espacialidade própria. Essa espacialidade diz respeito tanto ao sentido físico restrito, como museus e teatros, quanto e, sobretudo, a uma espacialidade social e política (Fortuna; Silva, 2002). Soares (*op. cit.*), em uma referência ao livro *Mapsofmeaning*, de Peter Jackson,⁶ destaca ainda que a cultura é o mapa de significados através do qual o mundo é compreendido.⁷

6 JACKSON, P. *Maps of meaning: an introduction to cultural geography*. London: UnwinHyman, 1989.

7 Cabe pontuar, no entanto, que variações no uso de termos como mapa e mapeamento podem gerar distorções. Muitas vezes, o termo mapeamento cultural é utilizado como um sinônimo para estudar

Esse entendimento do mapeamento cultural como ferramenta se consolida e culmina na produção da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), elaborado pelo Iphan (2000). Ela foi desenvolvida com o intuito de “produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que, portanto, constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social” (IPHAN, *op. cit.*). Assim, o objetivo geral é “identificar, documentar e registrar sistematicamente os bens culturais expressivos da diversidade cultural brasileira” (IPHAN, *op. cit.*).

A ilustração a seguir é um exemplo contemporâneo dessa potencialidade, através do projeto “Passados Presentes”,⁸ que elaborou dentre outras coisas, uma proposta de roteiro para que o visitante conheça uma parte da cidade do Rio de Janeiro denominada Pequena África.

o universo simbólico de uma determinada cultura e sua relação espacial (SOARES, 2010). Entretanto, para Soares (2010), o termo mapeamento deve ser entendido como uma pesquisa que realmente resulte em um mapa.

- 8 O projeto Passados Presentes é uma iniciativa da Rede de Pesquisa Passados Presentes formada por grupos de pesquisa da Universidade Federal Fluminense, UFF, e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO. Disponível em: <http://passadospresentes.com.br/site/Site/index.php>. Acesso em: 19 out. 2018.

FIGURA 35: PEQUENA ÁFRICA, 2017.



FONTE: PEQUENA ÁFRICA, APLICATIVO PARA CELULAR ANDROID, PRINT SCREEN, S.D.

O local passou a identificar parte significativa da zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, onde a presença africana e o patrimônio cultural negro deixou uma inegável marca. Isso porque a região foi caracterizada pelas atividades de comércio de africanos escravizados que chegavam através do Cais do Valongo. Segundo dados do próprio projeto, o Cais do Valongo já foi o maior porto atracador de navios negreiros da América Latina e recebeu mais de um milhão de pessoas entre os anos de 1774 e 1831. Assim, o denominado Roteiro da Pequena África abarca dezenove pontos principais assinalados na ilustração anterior. Em três deles, com o leitor de código QR do aplicativo, pode-se ouvir a voz de lideranças comunitárias e historiadores falando sobre a importância histórica da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, em síntese, o artigo investigou tensões entre o consumo de um destino turístico e a fruição, entre a construção de uma imagem única e bem acabada sobre a cidade e a vitalidade do cotidiano na urbe. Buscou-se, ainda, destacar o potencial da utilização da cartografia como ferramenta para contribuir com o campo, particularmente, do patrimônio cultural, que revelem a compreensão do território como lugar socialmente apropriado e também como campo de disputas.

É importante destacar que o presente trabalho não pretende encerrar o assunto, ao contrário, o objetivo é encontrar correlações e traçar paralelos que contribuam para a reflexão sobre os desdobramentos de uma cidade circunscrita ao espaço de consumo do turista e, de modo particular, seu patrimônio cultural. Assim, não se trata também de uma tentativa de hierarquizar os distintos discursos, mas sim de corroborar que muitos dos agentes e territórios não estão representados na narrativa dominante dentro da imagem turística da cidade.

Nesse caso, o recorte da pesquisa é, para usar uma analogia de Certeau (1998), apenas uma parte dessa bricolagem de tantos lugares e cotidianos que formam as cidades. E, se estamos ligados a eles pela memória, entender como essas modificações e apropriações ocorreram ao longo do tempo é fundamental, inclusive, para refletir sobre a apropriação da cidade daqui para frente e sua relação com seu patrimônio cultural.

Portanto, é importante destacar, ainda, o crescente volume de novos mapeamentos culturais produzidos em parceria com a sociedade civil e, principalmente, a partir da perspectiva do território. Esses recursos têm o potencial de se aproximar justamente do cotidiano da cidade, da dimensão afetiva e plural dos espaços urbanos e, conseqüentemente, propiciar uma aproximação com as práticas dos turistas.

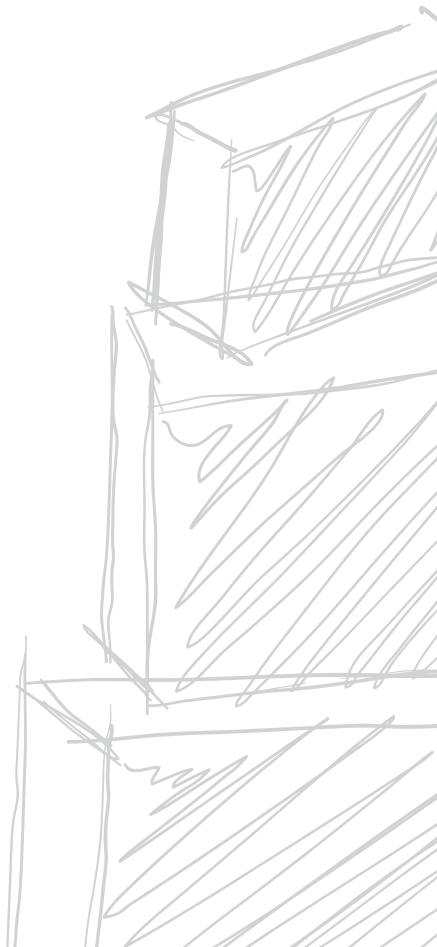
REFERÊNCIAS

- ARANTES, O. **Uma estratégia fatal:** a cultura nas novas gestões urbanas. *In:* Arantes, O. *et al.* A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo.** 13. ed. rev. e atual. Campinas, SP: Papirus, 2003.
- BARTHES, R. **A aventura semiológica.** Lisboa: 70, 1985
- CASTRIOTA, L. **Conservação e valores – pressupostos teóricos das políticas para o patrimônio.** *In:* GOMES, M. CORRÊA, E. (orgs.). Reconceituações contemporâneas do Patrimônio. Salvador: EdUFBA, 2011
- CASTRO, C. **Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro.** *In:* Velho, G. (org.). Antropologia urbana – cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHAMPENOIS, A. **Especialista em mercado hoteleiro de luxo você deve viver sua marca.** O Globo, Rio de Janeiro, 23 de março de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/conte-algo-que-nao-sei/arnaud-champenois-especialista-em-mercado-hoteleiro-de-luxo-voce-deve-viver-sua-marca-22519601>. Acesso em: 11 de maio de 2018.
- CORIOLANO, L. **Turismo:** prática social de apropriação e de dominação de territórios. São Paulo: Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, 2006.
- DAIBERT, A. B. **Origens do turismo organizado no Rio de Janeiro:** a revista brasileira de turismo na década de 1920. Revista Rosa dos Ventos, Caxias do Sul, v. 6, n. 2, p. 152-163, abr-jun, 2014.
- FERNANDES, J. **Artes Visuais, Representações e Marketing Territorial.** *In:* CARVALHO, Paulo; FERNANDES, João Luís. Patrimônio Cultural e Paisagístico: Políticas, Intervenções e Representações. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.
- FORTUNA, C.; SANTOS SILVA, A. **A cidade do lado da cultura:** espacialidades sociais e modalidades de intermediação cultural. *In:* SANTOS, Boaventura de Souza (org.). A Globalização e as Ciências Sociais, São Paulo: Cortez, 2002.
- FREITAS, R. F.; AZEVEDO, E. C. **Emoções nos corpos loucos em Caminho das Índias.** *In:* A construção Social da Emoções: corpo e produção de sentidos na comunicação (org.). SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira (org.). Porto Alegre: Sulina, 2015.
- GAGLIARDI, C. **As cidades do meu tempo:** turismo, história e patrimônio em Bananal. São Paulo: Annablume, 2012.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. São Paulo, Espaço e debates, n. 39, 1996, p. 48-64.

- LA ROCCA, F. **A construção social das emoções:** corpo e produção de sentidos na comunicação. (org.). Denise da Costa Oliveira Siqueira. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- LE BRETON, D. **As paixões ordinárias:** antropologia das emoções. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- MASCARENHAS, G. **Cidade mercadoria, cidade-vitrine, cidade turística:** a espetacularização do urbano nos megaeventos esportivos. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 14, p. s.52-s.65, nov. 2014. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Supl. 1.
- MENESES, U. **A cidade como bem cultural** – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. *In:* MORI, Víctor Hugo *et al.* (org.) Patrimônio: atualizando o debate. São Paulo: 9. SR. IPHAN, 2006.
- MENESES, U. **Morfologia das cidades brasileiras:** introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. *In:* Revista USP. São Paulo: EdUSP, n. 30, pp. 144-155, 1996.
- NADAL, Paco. **Nove lugares que odeiam os turistas.** El País, 4 jun. 2017. Turismo. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/01/elviajero/1496315476_605835.html?rel=ms Acesso em: 24 jun. 2017
- NORA, P. **Entre história e memória:** a problemática dos lugares. Revista Projeto História, São Paulo, v. 10, pp. 7-28, 1993.
- OLIVEIRA, A. **Um Rio que passou:** representações da Cidade do Rio de Janeiro na cartografia turística e no samba. 2017. 143 f. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.
- PAES-LUCHIARI, M. **Centro Histórico – Mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano.** Geographia, Niterói, ano 7, v. 7, n. 14, 2006.
- RODRIGUES, M. **Preservar e consumir:** o patrimônio histórico e o turismo. *In:* FUNARI, P.; PINSKY, J. (org.). Turismo e patrimônio cultural. 5. ed. São Paulo: Contexto 2016.
- SILVA, M. L. P.; ANDRADE, L. S.; CANEDO, J. **Múltiplas faces do porto do Rio ou onde reside a maravilha:** a riqueza socioespacial da moradia popular. *In:* VAZ, Lillian Fesler; REZENDE, Vera F.; MACHADO, Denise Pinheiro (orgs). Centros urbanos: transformações e permanências. Rio de Janeiro: Casa 8: PROURB, 2012.
- SILVA, T. **A produção social da identidade e da diferença.** *In:* SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2012.
- SOARES, F. S. Mapeamento cultural: uma proposta de leitura do espaço. 2010. 128 f. Dissertação. (Mestrado em Geografia), Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- URRY, J. **O olhar do turista:** lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: SESC, 2001.
- VARGAS, H. **Turismo:** reflexões disciplinares. *In:* VARGAS, H.; PAIVA, R. (orgs.). Turismo, arquitetura e cidade. Barueri: Manole, 2016.
- WANIS, A. **Cidade criativa:** política urbana e cultural na reconstrução simbólica do Rio olímpico. *In:* Anais da II Conferência Internacional Megaeventos e a Cidade, 2014, Rio de Janeiro.

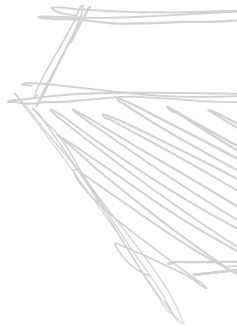
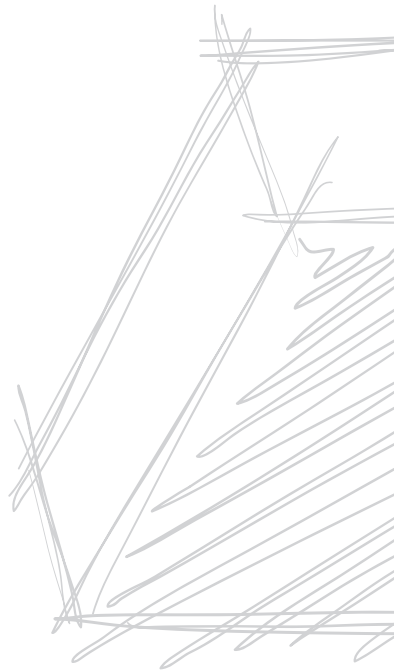
WOODWARD, K. **Identidade e diferença:** uma introdução teórica e conceitual. *In:* SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2012.

ZUKIN, S. **Naked City:** the death and life of authentic urban places. Nova York: Oxford University, 2011.



4

A DIMENSÃO CULTURAL DA CIDADE



GESTÃO DE RISCOS PARA BENS CULTURAIS: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA SÍTIOS HISTÓRICOS BRASILEIROS

CARLA MARIA TEIXEIRA COELHO

1. CONCEITO CONTEMPORÂNEO DE VALOR E A ABORDAGEM PREVENTIVA PARA SÍTIOS HISTÓRICOS

No campo do patrimônio cultural por muito tempo se acreditou que alguns artefatos produzidos no passado possuíam valores objetivos ou inerentes, a serem identificados por profissionais com conhecimentos específicos no campo da arte, da arquitetura ou da história. A discussão contemporânea sobre os bens culturais, entretanto, reconhece que estes são construções sociais e, portanto, resultado de processos específicos em determinado tempo e lugar, não cabendo mais a ideia de valores fixos (Mason, 2002; Castriota, 2015). Ainda que o protagonismo dos especialistas se mantenha como fundamental, as análises baseadas apenas nos saberes eruditos não são mais consideradas suficientes para apreensão da diversidade de valores dos bens culturais.

A conservação preventiva surgiu na segunda metade do século XX como estratégia focada no controle do ambiente para garantir a conservação dos acervos móveis. Esse escopo se ampliou consideravelmente, incorporando a gestão de riscos e passando a ser compreendida como uma abordagem que visa evitar a perda de valor dos bens culturais através da análise de seu contexto e atuação nas causas dos problemas. Devido à complexidade de edifícios e sítios históricos, a adaptação da conservação preventiva para essas tipologias de bens têm se dado de maneira mais lenta do que para os acervos móveis.

Ao longo do artigo serão apresentados os principais resultados da pesquisa. No item 2 apresento um panorama das principais ameaças para sítios históricos observadas na contemporaneidade. No item 3 analiso a metodologia de gestão de riscos e sua aplicabilidade para sítios históricos e apresento uma listagem geral de riscos a serem considerados no processo. Por fim, apresento uma proposta de metodologia de valoração e uma matriz de perda potencial de valor que buscam contribuir para o processo de análise de riscos e a definição de estratégias de prevenção primária para sítios históricos.

A defesa da abordagem preventiva em relação aos danos e perdas que podem impactar sobre os bens culturais está presente desde os primeiros documentos internacionais que discutem o tema da preservação. Na prática, entretanto, por muito tempo as intervenções em edifícios e sítios históricos voltaram-se principalmente para a recuperação de danos, e as reflexões sobre ações de restauração dominaram as discussões no campo.

A discussão específica sobre a preservação de sítios históricos se dá em âmbito internacional a partir da década de 1970 – sendo referencial a Declaração de Amsterdã (Council of Europe, 1975) – e traz para esse campo de atuação a reflexão sobre a importância da inclusão da população nos processos de decisão relacionados à conservação, e a necessidade de integração entre o planejamento urbano e a proteção do patrimônio cultural.

Em relação aos valores dos bens culturais, o Documento de Nara de 1994 estabeleceu diretrizes para auxiliar o processo de apreensão, definindo categorias de atributos a serem levados em consideração: forma e desenho; materiais e substância; uso e função; tradições e técnicas; localização e enquadramento; e espírito e sentimento (Icomos, 1994). Desde as últimas décadas do século XX a discussão sobre o valor dos bens culturais e sua relação com a definição de estratégias de preservação assumiu protagonismo nas discussões.

O presente trabalho se concentra em dois eixos de discussão que se encontram na ordem do dia no campo da preservação, mas são ainda pouco explorados no contexto brasileiro: a valoração e a conservação preventiva de sítios históricos. Resulta da pesquisa de doutorado que teve como objetivo contribuir para a adequação da metodologia de gestão de riscos para sítios históricos brasileiros. Para alcançar tal objetivo foi realizado um estudo exploratório que incluiu a análise de diversos exemplos nacionais e internacionais de valoração e gestão de riscos para sítios históricos,¹ além da consulta a especialistas.

1 A pesquisa incluiu a análise de trabalhos realizados para sítios históricos em diversos países: Sítio Histórico de Igarassu; Centro Histórico de Iguape; Sítio histórico de Olinda; e Pátio de São Pedro (Brasil); Joya de Cerén (El Salvador); Sítio histórico de Cuenca (Equador); Sítio histórico de Petra (Jordânia); Centro histórico de Áquila (Itália); Independence National Historic Park; e Ellis Island (Estados Unidos); Kensington Market; e Irish Memorial National Historic Site (Canadá); Stonehenge (Inglaterra); Port Arthur Historic Site (Austrália).

2. PRINCIPAIS AMEAÇAS IDENTIFICADAS PARA SÍTIOS HISTÓRICOS BRASILEIROS

A partir da análise de relatórios de patrimônio em risco, publicações científicas e reportagens, foram identificadas as principais ameaças que podem impactar os sítios históricos na contemporaneidade, organizadas nas seguintes categorias:² impactos dos agentes ambientais de deterioração; desenvolvimento urbano; turismo; ações criminosas; e estratégias de gestão e conservação inadequadas. Tal organização foi definida por motivos metodológicos visando auxiliar no processo de identificação de riscos, mas cabe ressaltar que em geral os diferentes tipos de ameaças apresentam inter-relação e atuam de forma combinada. Seu impacto pode variar de acordo com as características e vulnerabilidades de cada sítio e do contexto onde está inserido.

2.1 AGENTES AMBIENTAIS

Fatores ambientais, tais como ventos, chuvas, umidade relativa elevada e altas temperaturas, contribuem significativamente para a deterioração dos sítios históricos. Isso se dá de forma cumulativa ou em eventos extremos relacionados a enchentes, furacões, terremotos e incêndios. No Brasil a maior parte das ameaças naturais que podem resultar em desastres está relacionada a fatores climáticos. Nos períodos chuvosos os riscos maiores estão relacionados às inundações e movimentos de massa, enquanto durante o período mais seco aumentam os riscos de incêndios (CEMADEN, 2014).

Pesquisas recentes indicam que as mudanças climáticas podem potencializar os impactos dos fatores ambientais sobre os sítios históricos, podendo levar a alterações nos processos hidrológicos, químicos e biológicos do solo, resultando na deterioração de materiais arqueológicos. Os cenários indicam também aumento da incidência de tempestades e rajadas de vento, que podem levar a danos estruturais de bens arquitetônicos e urbanísticos. O aumento do nível do mar pode impactar sítios históricos localizados em zonas litorâneas (World Heritage Report, 2007; WHC, 2008).

A estabilidade do patrimônio cultural está relacionada às interações com o ambiente ao seu redor e mudanças nesse ambiente podem impactar a forma é utilizado

2 Os principais documentos consultados para essa etapa foram relatórios de patrimônio em risco produzidos pelo ICOMOS entre 2000 e 2018 e pelo World Monuments Fund entre 1996 e 2018; relatórios de monitoramento do estado de conservação produzidos pela UNESCO entre 1987 e 2016; publicações produzidas por instituições nacionais como IPHAN e CEMADEN; artigos publicados em anais de eventos científicos; e reportagens publicadas em jornais e revistas.

pela comunidade. Além das consequências físicas diretamente observadas sobre os bens culturais, as mudanças climáticas podem afetar ainda as estruturas sociais que se relacionam com esses bens, levando à alterações nas formas de interação ou até migração da população local, resultando em abandono dos bens e perda da memória local (World Heritage Report, 2007; Cassar, 2009).

2.2 DESENVOLVIMENTO URBANO E CRESCIMENTO DESORDENADO

As principais ameaças relacionadas ao desenvolvimento urbano são as mudanças no uso da terra motivada pela expansão urbana e pelo aumento da densidade das cidades e a obsolescência acelerada dos edifícios históricos induzida por novas construções. Inclui também o uso inadequado do solo em áreas próximas a sítios históricos, com a construção de novas edificações que trazem impacto significativo, como grandes centros comerciais e edifícios altos. O desenvolvimento acelerado das cidades leva ao consumo cada vez maior de terrenos, destruindo evidências arqueológicas e paisagens históricas em ciclos mais rápidos de demolição e execução de novas construções (Petzet, 2000).

Uma questão bastante característica da realidade latino-americana são as ocupações irregulares resultantes de processos de crescimento urbano desordenado. O crescimento desordenado e a carência de saneamento ambiental, transporte, mobilidade e habitação social, resultando em uma infraestrutura urbana precária são fatores que contribuem significativamente para o processo de degradação dos sítios históricos e a baixa qualidade de vida dos seus habitantes (BRASIL, 2009).

2.3 TURISMO

Desde as últimas décadas do século XX observa-se em todo o mundo um crescimento das viagens relacionadas ao turismo cultural. Embora esse tipo de atividade no Brasil ainda seja muito menor do que em países europeus, por exemplo, seu crescimento precisa ser levado em consideração como fator de risco para sítios históricos.

O acesso ao patrimônio cultural — no presente e no futuro — é um dos objetivos da preservação e o turismo tem grande importância nesse processo, representando também fonte de renda que pode contribuir para a qualidade de vida da população e para a própria conservação do patrimônio. Sua realização, entretanto, deve se dar de forma sustentável de forma a minimizar seus impactos negativos.

A transformação de sítios históricos em áreas turísticas muitas vezes vem acompanhada por processos de espetacularização ou estetização resultantes de estratégias de marketing que visam construir uma nova imagem para os sítios dentro da lógica do consumo cultural, vinculado ao processo de globalização e ao turismo de massa (Jacques, 2005; Jeudy, 2005). Esse tipo de abordagem muitas vezes resulta em processos de gentrificação, com expulsão dos moradores mais pobres das áreas que passam por intervenção e, conseqüentemente, das atividades e práticas sociais tradicionais.

O turismo não controlado em sítios históricos é responsável também pela aceleração dos processos de deterioração dos materiais dos quais são constituídos, devido principalmente ao desgaste resultante do intenso fluxo de pessoas e veículos. Essa pressão pode levar à necessidade de intervenções de restauração realizadas em intervalos de tempo cada vez menores, impactando sobre a autenticidade material dos bens.

2.4 AÇÕES CRIMINOSAS

Os riscos para os sítios históricos e seus usuários podem ser decorrentes de comportamento violento, seja individual ou coletivo. O vandalismo é motivado muitas vezes por fanatismo religioso, conflitos entre grupos e terrorismo. Ações relacionadas a protestos e manifestações sociais podem impactar sítios históricos escolhidos como “alvos” devido ao seu valor simbólico, relacionado ao poder do Estado ou de instituições específicas.

Outro tipo de ação criminosa relativamente comum no contexto brasileiro são os incêndios em edifícios históricos. Embora nem sempre seja possível identificar a causa do incêndio, em muitos casos a suspeita recai sobre ação intencional do proprietário do imóvel ou de terceiros. Quando ocorrem em edifícios localizados em sítios históricos a chance de alastramento é grande, tendo em vista as características e materiais construtivos das edificações antigas.

2.5 ESTRATÉGIAS DE GESTÃO E CONSERVAÇÃO INADEQUADAS

Muitos dos danos observados em sítios estão relacionados à necessidade de aprimoramento dos mecanismos de proteção e das ferramentas de gestão com foco na prevenção de danos. Isso inclui a falta (ou ineficiência) de instrumentos legais; a fragmentação do trabalho entre as várias disciplinas; e uma abordagem da preservação que nem sempre coloca como prioridades os cuidados continuados e a manutenção (Icomos, 2000).

O enfraquecimento das instituições ligadas à preservação do patrimônio cultural e a falta de recursos humanos e financeiros são também questões cruciais relacionadas à gestão dos sítios. Essa situação leva a níveis inadequados de capacitação dos profissionais que atuam na área; à escassez de equipamentos para dar suporte aos trabalhos; e a não execução de ações periódicas de monitoramento e conservação.

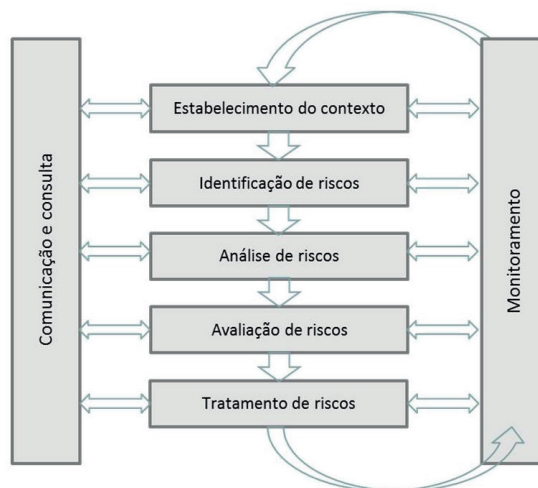
Outra questão fundamental é o baixo nível de envolvimento das comunidades em todas as etapas do processo — incluindo o reconhecimento dos valores dos bens, o diagnóstico e a proposição de soluções para os problemas. A capacitação das comunidades locais para atuarem nas ações contínuas de monitoramento dos sítios históricos é entendida como estratégia fundamental para a sustentabilidade da preservação. Hoje essas ações são feitas, em geral, pelas equipes técnicas dos órgãos de preservação do patrimônio. No caso do Brasil, as dimensões territoriais continentais e o número desproporcional de técnicos em relação aos bens protegidos tornam essa tarefa extremamente complexa.

3. GESTÃO DE RISCOS PARA SÍTIOS HISTÓRICOS

A adaptação da gestão de riscos para o patrimônio cultural se deu a partir da década de 1990, quando profissionais de instituições responsáveis pela guarda de acervos móveis passaram a elaborar ferramentas específicas para orientar as análises de riscos para bens culturais e aprimorar as estratégias de conservação preventiva em andamento. Dentre essas iniciativas a de maior repercussão foi a que deu origem ao Método ABC, elaborada pelo International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM) e Canadian Conservation Institute (CCI) com a colaboração da Agência Holandesa de Patrimônio Cultural.

A abordagem proposta pelo Método ABC coloca a questão do valor e perda de valor como pontos cruciais do processo. Seu objetivo é contribuir para a definição de prioridades e concepção de estratégias mais eficientes para a conservação preventiva do patrimônio cultural, permitindo uma visão integrada dos danos esperados e perdas relacionadas aos bens culturais, e das soluções de mitigação (Michalski; Pedersoli Jr, 2016). O Método ABC foi originalmente desenvolvido para coleções museológicas, mas por se tratar de uma abordagem flexível pode ser adaptada para outros tipos de bens, incluindo sítios históricos, sendo para isso necessária a proposição de ferramentas específicas. Sua estrutura principal se baseia na norma internacional ISO 31000 (ABNT, 2009), que define o processo de gestão em cinco etapas sequenciais e duas ações contínuas esquematizadas na figura 36.

FIGURA 36: ETAPAS DO PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS DE ACORDO COM A ISO31000.



FONTE: CARLA MARIA TEIXEIRA COELHO, A PARTIR DE NBR ISO 31000 (ABNT, 2009, P. VII).

O Estabelecimento do contexto inclui a definição dos parâmetros externos e internos a serem levados em consideração, e a definição do escopo e dos critérios de risco (ABNT, 2009). Essa etapa inclui o levantamento de dados sobre limites físicos e institucionais do sítio histórico analisado; aspectos socioculturais, características geográficas do sítio e do entorno; mapeamento dos atores envolvidos; políticas (de preservação, acesso etc.); aspectos legais (normas, legislação de proteção) e financeiros (existência de recursos para conservação).

Essa etapa inclui ainda o processo de valoração do sítio histórico. Considerando a inexistência no contexto brasileiro de uma metodologia específica para tal fim (e que mesmo no contexto internacional ainda são poucas as experiências desse tipo de análise relacionada à gestão de riscos) foi realizado um estudo exploratório que buscou identificar exemplos nacionais e internacionais que pudessem contribuir para a pesquisa. As análises realizadas subsidiaram a proposição de uma metodologia que será descrita no item 4.

A etapa de Identificação de Riscos engloba o processo de busca, reconhecimento e descrição de riscos. Envolve a identificação das fontes de risco, eventos, suas causas e as consequências potenciais. Esta etapa tem como finalidade gerar uma lista abrangente de riscos que possam impactar sobre o valor dos bens. A partir das análises realizadas proponho que a identificação de riscos seja orientada pelas categorias de ameaças analisadas no item 2, e de acordo com os dez agentes de deterioração

propostos pelo Método ABC e adaptados por Van Balen (2012). Visando contribuir para essa etapa elaborei uma lista síntese de possíveis riscos para sítios históricos brasileiros para ser usada como referência [Quadro 4]:

QUADRO 4: QUADRO SÍNTESE DE POSSÍVEIS RISCOS PARA SÍTIOS HISTÓRICOS BRASILEIROS.

Agente de deterioração	Título do risco
Forças físicas	Danos por vibrações causadas por veículos, eventos (shows, festas) ou obras de grande porte
	Danos resultantes de colisão de veículos
	Danos causados por queda de árvore
	Danos resultantes de instabilidade do terreno / movimentação de massa
	Danos resultantes de furacões / ciclones / rajadas de vento
	Danos resultantes de terremotos
	Desgaste das superfícies causado por fluxo intenso de pessoas e/ou veículos
Água	Deterioração resultante de infiltração/ação de águas pluviais
	Deterioração resultante de umidade ascendente
	Danos resultantes de enchentes /alagamentos /inundações
	Deterioração causada pelo aumento do nível do mar
Fogo	Danos resultantes de incêndio
Agentes biológicos	Danos resultantes da ação de insetos (cupins, brocas, formigas, pulgões, etc.)
	Danos causados por aves e morcegos
	Danos por crescimento de vegetação nos elementos construídos
	Danos resultantes do crescimento de mofo e líquens
Contaminantes	Degradação de superfícies resultante da deposição de poluentes atmosféricos
	Deterioração causada por chuva ácida
Radiação	Danos a elementos em madeira resultantes da radiação solar
	Danos à vegetação resultante da radiação solar

Agente de deterioração	Título do risco
Umidade relativa e temperatura inadequadas	Danos a elementos expostos decorrentes de stress térmico
	Movimentação de elementos estruturais decorrente da variação de temperatura
	Corrosão de elementos metálicos
	Deterioração de materiais construtivos resultante de mudanças nos ciclos de umidade
	Alterações ou abandono de edificações devido ao seu desempenho térmico insatisfatório
Dissociação	Baixo nível de participação da sociedade nos processos relacionados à preservação do sítio
	Desconhecimento da população sobre a importância do sítio
	Expulsão de práticas sociais tradicionais decorrentes de mudanças de uso
	Dificuldade ou impossibilidade de acesso a elementos do sítio
Ação humana	Vandalismo
	Furto de elementos do sítio
	Danos decorrentes de conflitos armados
	Intervenções contemporâneas inadequadas
	Ações de conservação inadequadas ou insuficientes
	Escassez de recursos humanos e financeiros
	Crescimento urbano desordenado
	Impactos resultantes de obras de infraestrutura
	Pressão por mudanças geradas pela indústria do turismo
Riscos para os usuários	Expulsão da população local (Gentrificação)
	Riscos decorrentes da utilização do sítio (problemas de acessibilidade e segurança)
	Riscos decorrentes da queda de partes das edificações

FONTE: COELHO, 2018, P. 261.

A etapa de *Análise de Riscos* envolve o desenvolvimento de cenários para os riscos identificados durante o processo. O cenário descreve o que se espera que aconteça em um determinado contexto, localização ou situação, do início (o perigo ou fonte) ao fim (a perda de valor), levando em consideração todos os fatores de mitigação ou de aumento do risco (Brokerhof; Meul *et al.*, 2007). Inclui ainda a quantificação da

magnitude de cada risco a partir da combinação da probabilidade de ocorrência (ou tempo, no caso de danos cumulativos) e o impacto sobre o valor dos bens.

A Avaliação de Riscos é a etapa de comparação dos riscos analisados em relação a uma escala comum de magnitude do risco.

A etapa de Tratamento dos Riscos inclui a análise das medidas possíveis visando a redução ou eliminação dos riscos, considerando uma série de questões como a viabilidade técnica e financeira, sustentabilidade e riscos colaterais. As soluções devem ser pensadas considerando os diferentes estágios de controle: evitar; bloquear; detectar; responder; e recuperar.

A etapa de Comunicação e Consulta é contínua e deve alimentar todo o processo através do levantamento de informações junto aos diferentes atores envolvidos e da difusão dos resultados alcançados em cada etapa. A partir da implantação da gestão de riscos é necessário estabelecer rotinas de Monitoramento e Revisão do contexto, dos riscos para os bens culturais e das medidas de tratamento propostas.

4. VALORAÇÃO DE SÍTIOS HISTÓRICOS

A partir da análise dos dados levantados ao longo da pesquisa foram definidas as seguintes etapas para o processo de valoração a ser integrado na etapa de Estabelecimento do contexto do processo de gestão de riscos:

4.1 LEVANTAMENTO DE DADOS

A valoração deve partir das análises existentes para o sítio realizadas para subsidiar seu tombamento, seu reconhecimento como patrimônio da humanidade ou seu plano de gestão. Esses documentos devem possuir um conjunto de levantamentos e análises que possibilitem a compreensão das diferentes características do sítio, contendo ao menos (de acordo com Iphan, 2005, p. 16-17):

- Características do tombamento;
- Características morfológicas e tipológicas;
- Aspectos construtivos;
- Identificação dos sítios arqueológicos identificados ou cadastrados na área;
- Identificação das manifestações culturais; do perfil das atividades culturais que ocorrem no sítio histórico; e identificação de atividades econômicas correlatas;
- Identificação e análise dos elementos naturais e construídos responsáveis pela produção dos efeitos visuais que caracterizam a identidade do sítio histórico;
- Análise do desenho urbano, relação entre tipologia e forma urbana e as tendências de desenvolvimento urbano;

- Análise do uso e ocupação do solo urbano;
- Análise do perfil socioeconômico.

4.2 TIPOLOGIAS DE VALOR A SEREM CONSIDERADAS

A identificação das tipologias de valor depende do bem que está sendo analisado e do contexto, e é fundamental para garantir a compreensão ampliada sobre os sítios históricos. Sua utilização contribui para o processo de análise, pois elas funcionam como uma estrutura que facilita o diálogo entre os diferentes atores que participam da valoração, que podem assumir papéis diferentes no processo de reconhecimento.

As tipologias de valor a serem adotadas precisam ser acordadas no início do trabalho pelos atores envolvidos no processo. Considerando a trajetória das práticas de preservação de sítios históricos no Brasil e suas características, proponho adotar como referência os valores artístico, histórico, social, científico e paisagístico, de acordo com as definições descritas no item 4.5.

4.3 IDENTIFICAÇÃO DOS ATORES

A definição dos atores a serem considerados no processo de valoração deve ser realizada a partir da identificação dos limites do sítio histórico e sua área de entorno, bem como dos diferentes usos das edificações e espaços públicos. Essa relação vai depender, portanto, das especificidades de cada sítio. De maneira geral devem ser levados em consideração os seguintes grupos de atores:

- Especialistas – indivíduos que possuem conhecimento específico sobre o campo da preservação de bens culturais e sobre o sítio histórico que será analisado. É fundamental que a definição dos especialistas que participarão no processo se baseie no princípio da interdisciplinaridade, podendo incluir:
- Técnicos dos órgãos de preservação de bens culturais;
- Equipe responsável pelo desenvolvimento do trabalho (plano de gestão do sítio ou plano de gestão de riscos) – escritórios técnicos de instituições, empresas contratadas;
- Consultores externos;
- Representantes de instituições públicas – profissionais vinculados a órgãos e instituições cuja atuação possa impactar na preservação do sítio, como prefeituras e órgãos ambientais;
- Comunidade – moradores do sítio e do entorno; comerciantes locais; representantes de grupos religiosos; representantes de instituições localizadas no sítio (escolas, hospitais, associações, etc.); grupos que mantêm vínculos tradicionais com o sítio através da realização de práticas sociais (manifestações

- artísticas, festas e eventos tradicionais);
- Visitantes – turistas nacionais e estrangeiros; grupos escolares.

4.4 IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS ATRIBUTOS E ELEMENTOS DO SÍTIO HISTÓRICO

Sítios históricos são bens culturais complexos que apresentam grande diversidade de características a serem preservadas. Para que as informações levantadas na etapa de Levantamento de dados e ao longo do processo de valoração sejam organizadas é importante utilizar ferramentas que possibilitem a sistematização dos dados de modo a destacar os principais atributos e elementos do sítio e sua relação com as tipologias de valor. Para tanto proponho a utilização da Matriz de Nara, adaptada de Van Balen (2008) considerando as tipologias de valor propostas no item 4.2, tal como no exemplo do Quadro 5 elaborado para o sítio histórico de Manguinhos,³ no Rio de Janeiro (campus sede da Fundação Oswaldo Cruz) [Fig. 35].

FIGURA 37: VISTA AÉREA DO SÍTIO HISTÓRICO DE MANGUINHOS.



FORNE: ACERVO FIOCRUZ. FOTÓGRAFO: PETER ILICIEV.

3 Para versão completa da Matriz de Nara elaborada para o sítio histórico de Manguinhos. Conferir em Coelho, 2018, p. 264-265.

QUADRO 5: MATRIZ PARA IDENTIFICAÇÃO DOS ATRIBUTOS DO SÍTIO HISTÓRICO DE MANGUINHOS.

Aspectos	Dimensões (Valores)			
	Artístico	Histórico	Social	Científico
Forma e desenho	<p>O sítio reúne exemplares de momentos significativos da arquitetura brasileira</p> <p>O traçado urbano reflete os principais momentos de ocupação do sítio</p>	<p>O conjunto edético é a materialização da concepção original de Oswaldo Cruz para o Instituto</p> <p>O conjunto moderno é testemunho da fase de expansão</p>		<p>Os vestígios arqueológicos apresentam potencial para geração de novos conhecimentos sobre o processo de ocupação do sítio</p> <p>A configuração do traçado urbano e implantação dos edifícios e jardins históricos é testemunho das formas de ocupação do sítio ao longo do tempo</p>
Materiais e substância	<p>A combinação de materiais utilizados garante beleza e expressividade ao conjunto</p>			<p>A vegetação se destaca em relação ao restante do campus e ao entorno</p>
Uso e função		<p>Os usos originais podem ser compreendidos devido aos elementos preservados.</p>	<p>Os espaços públicos são utilizados para contemplação, lazer, realização de eventos e manifestações.</p>	<p>Atividades educativas são realizadas tendo o conjunto histórico como referência</p>

FONTE: CARLA MARIA TEIXEIRA COELHO.

Além dos atributos principais é fundamental para o processo de gestão de riscos a identificação dos elementos do sítio. Considerando os *Princípios de La Valletta* como referência mais recente (Icomos, 2011) a relação de elementos a serem considerados deve incluir:

- Padrões urbanos: traçado dos arruamentos, lotes de terreno, espaços verdes, relações entre edifícios e espaços verdes e abertos;
- Forma e aparência interior e exterior dos edifícios: estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor, decoração;
- Relação entre o sítio e a sua envolvente;
- Funções adquiridas ao longo do tempo;
- Tradições culturais, técnicas tradicionais, o espírito do lugar;
- Relações entre o sítio, as suas partes constituintes, e o contexto;
- Tecido social
- Diversidade cultural;
- Recursos não-renováveis.

Os atributos, portanto, são as características principais do sítio; e os elementos são os objetos e processos vinculados a elas e passíveis de preservação. A organização de informações dessa forma, além de viabilizar a análise de riscos, facilita o monitoramento na medida em que possibilita que se constitua uma documentação com o histórico de problemas e ações realizadas por elemento — e viabilizando a elaboração de análises de riscos cada vez mais detalhadas no futuro.

4.5 ANÁLISE DO VALOR RELATIVO DOS ELEMENTOS DO SÍTIO

A partir do processo de valoração é possível estabelecer uma escala de valor para os diferentes componentes do sítio. Considerando as referências analisadas e os objetivos da gestão de riscos propomos a adoção de três níveis de valor para classificação dos elementos dos sítios históricos:

- Alto – contribuição expressiva para o valor do conjunto;
- Médio – contribuição mediana para o valor do conjunto;
- Baixo – contribuição pequena para o valor do conjunto.

Para auxiliar o processo de análise dos níveis de valor de cada elemento devem ser estabelecidos critérios de acordo com as características do sítio analisado e as tipologias de valor definidas como referências, como na proposta do Quadro 6:

QUADRO 6: CRITÉRIOS DE ANÁLISE PARA DEFINIÇÃO DE NÍVEIS DE VALOR DOS ELEMENTOS DO SÍTIO.

Tipologia de valor	CRITÉRIOS	Nível de valor		
		Baixo	Médio	Alto
Valor artístico	<ul style="list-style-type: none"> - o elemento é representativo em termos de desenho, concepção, execução, técnicas e criatividade; - o elemento destaca-se em relação à produção de determinado período ou estilo. 	Pouco	Médio	Muito
Valor histórico	<ul style="list-style-type: none"> - o elemento está relacionado com período ou processo significativo do desenvolvimento humano; - o elemento apresenta conexões com pessoas, grupos ou eventos importantes ocorridos no passado; - o elemento contribui para o processo de interpretação do passado 	Pouco	Médio	Muito
Valor social	<ul style="list-style-type: none"> - o elemento cumpre uma função (social, religiosa, simbólica, política) para um ou mais grupos de pessoas no presente; - o elemento é importante para a identidade de uma comunidade 	Pouco	Médio	Muito
Valor científico	<ul style="list-style-type: none"> - o elemento apresenta potencial como objeto de estudo ou pesquisa, podendo contribuir para a geração de novos conhecimentos 	Pouco	Médio	Muito
Valor paisagístico	<ul style="list-style-type: none"> - o elemento é testemunho das relações estabelecidas entre o homem e o meio geográfico; - o elemento contribui para a qualidade ambiental do conjunto 	Pouco	Médio	Muito

FORTE: COELHO, 2018, P. 233.

Os critérios servem de guias para análise qualitativa dos elementos do sítio e definição do valor relativo de cada um deles em relação ao conjunto, como no exemplo hipotético do Quadro 7 para atributos e elementos vinculados ao valor paisagístico do sítio histórico de Manguinhos:

QUADRO 7: MATRIZ DE ATRIBUTOS E ELEMENTOS DO SÍTIO HISTÓRICO DE MANGUINHOS RELACIONADOS AO VALOR PAISAGÍSTICO.

Aspectos	Valor paisagístico		
	Atributos	Elementos	Valor relativo (Alto, Médio ou Baixo)
Forma e desenho	A configuração do traçado urbano e implantação dos edifícios e jardins históricos é testemunho das formas de ocupação do sítio ao longo do tempo	- Conjunto eclético	A
		- Conjunto modernista	A
		- Edificações contemporâneas	B
		- Traçado do arruamento e implantação das edificações	A
		- Jardins históricos	A
Materiais e substância	A vegetação existente se destaca em termos de densidade em relação ao restante do campus e principalmente em relação à aridez dessa região da cidade	- Vegetação de pequeno, médio e grande porte localizada no sítio histórico	M
Localização e enquadramento	A massa verde que envolve as edificações históricas garante qualidade ambiental ao conjunto e ao campus como um todo	- Massa verde configurada pela poligonal de tombamento	A

FONTE: COELHO, 2018, P. 266.

Para realização da análise qualitativa do valor dos elementos do sítio (bem como para a identificação de seus atributos e elementos) são propostas as seguintes ferramentas a serem utilizadas de forma combinada, objetivando a participação dos diferentes grupos de atores identificados: Grupos focais; Técnica Delphi; Cartografia e entrevistas.

O grupo focal pode ser definido como um conjunto de pessoas selecionadas por especialistas para discutir determinado tema a partir de sua experiência pessoal. As discussões são orientadas por um moderador que deve buscar fazer os encaminhamentos necessários e facilitar a troca de ideias evitando emitir opiniões

particulares. Esse tipo de técnica é utilizado para identificar “ideias, opiniões, modos de ver, atitudes, valores” (Gatti, 2005, p. 67). Seu objetivo é conseguir sinergia entre os participantes para possibilitar maior diversidade e profundidade de respostas, produzindo mais informações e com maior riqueza de detalhes do que o somatório das respostas individuais (Dias, 2000).

A Técnica Delphi é utilizada para coleta de opinião de especialistas sobre determinado assunto. Baseia-se no anonimato dos participantes e na busca por consenso através de rodadas de aplicação de questionários com feedback. Em geral são realizadas várias rodadas (no mínimo duas) até que as respostas apresentadas pelo grupo representem um consenso (Oliveira, 2008; Munaretto, Corrêa e Cunha, 2013).

A cartografia e as entrevistas podem ser utilizadas para complementar o processo de identificação dos atributos e elementos do sítio. O método pressupõe a realização de entrevistas individuais onde as pessoas são orientadas a fazer a descrição física do trecho da cidade analisado e identificar os elementos que consideram mais característicos e marcantes. Além das informações verbais as pessoas são convidadas a elaborar mapas identificando graficamente os elementos que consideram definidores da área. A análise dos resultados do conjunto de entrevistas e mapas elaborados permite a compreensão das “imagens públicas” de determinada área — entendidas como imagens mentais comuns a um grande número de habitantes (Lynch, 1980).

Visando simplificar o processo de análise de risco proponho ainda uma matriz de possibilidade de perda de valor⁴ que facilita a identificação de questões críticas para a gestão do sítio a partir da combinação entre o valor relativo dos elementos do sítio e sua vulnerabilidade a cada agente de deterioração, como no exemplo do Quadro 8.

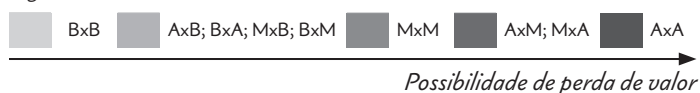
4 Para elaboração da matriz adotei como referência principal o método QuiskScan proposto pela Agência Holandesa de Patrimônio Cultural (Brokerhof; Ankersmit; Ligterink, 2017).

QUADRO 8: MATRIZ DE POSSIBILIDADE DE PERDA DE VALOR PARA O SÍTIO HISTÓRICO DE MANGUINHOS.

Elemento do sítio	Valor (alto, médio ou baixo)	Vulnerabilidade aos agentes de deterioração (alta, média ou baixa)									
		Forças físicas	Água	Fogo	Agentes biológicos	Contaminantes	Radiação	T e ur inadequadas	Dissociação	Ação humana	Risco para usuários
Conjunto eclético	A	M	A	A	M	A	M	M	M	M	M
Conjunto modernista	A	M	A	A	M	M	M	M	A	A	M
Edificações contemporâneas	B	B	M	A	B	B	B	M	B	A	M
Traçado do arruamento e implantação das edificações	A	B	B	B	B	B	B	B	B	A	M
Jardins históricos	A	M	M	B	A	M	M	M	M	A	M
Materiais construtivos dos edifícios ecléticos	A	A	M	M	B	A	M	M	B	M	M
Materiais construtivos dos edifícios modernos	A	A	A	M	M	A	M	M	A	A	M
Vistas da cidade para o conjunto	A	B	B	B	B	B	B	B	M	A	B
Vistas internas do conjunto	A	B	B	B	B	B	B	B	M	A	B
Configuração interna das edificações históricas	A	B	B	B	B	B	B	B	A	A	B
Usos das edificações ecléticas (cultural e institucional)	M	B	B	B	B	B	B	B	M	A	B

Usos originais das edificações modernas (pesquisa, ensino e serviços)	M	B	B	B	B	B	B	B	M	A	M
Práticas sociais e culturais realizadas nos espaços públicos	M	B	B	B	B	B	B	B	A	M	B
Mobiliário urbano	B	M	M	M	M	M	M	B	B	M	B
Ações permanentes de conservação e restauração realizadas in loco	M	B	B	B	B	B	B	B	M	A	M
Sítios arqueológicos identificados; áreas de potencial arqueológico	A	A	M	B	B	B	B	M	A	A	M
Práticas de educação patrimonial, cursos de extensão e pós-graduação	M	B	B	B	B	B	B	B	M	A	B
Vegetação localizada no sítio histórico	M	M	M	M	A	M	M	M	M	A	M
Configuração da massa verde definida pela poligonal de tombamento	A	M	B	B	B	B	B	B	A	A	B

Legenda:



FONTE: CARLA MARIA TEIXEIRA COELHO

Esse mapeamento permite uma visualização geral das vulnerabilidades do sítio. A partir dele é possível priorizar as análises de risco para os elementos mais vulneráveis à perda de valor, ou seja, em primeiro lugar aqueles com maior incidência de combinação A x A (valor alto x vulnerabilidade alta), e assim sucessivamente, dependendo dos recursos disponíveis para o desenvolvimento do trabalho. Dessa forma a análise de riscos – etapa mais complexa do processo de gestão de riscos – pode ser realizada de maneira simplificada, possibilitando resultados mais imediatos para dar suporte à definição das estratégias de ação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conservação preventiva incorpora a discussão contemporânea que propõe a definição de estratégias e prioridades de ação a partir da compreensão dos valores atribuídos aos bens culturais por diferentes atores. Essa abordagem estabelece uma relação direta com os princípios do desenvolvimento sustentável, na medida em que busca contribuir para a equidade intergeracional através da retenção da matéria e processos preexistentes e transmissão do bem cultural para as gerações futuras com a menor perda de valor possível; e utilizando uma quantidade reduzida de recursos quando comparada com intervenções tradicionais de restauração.

A adaptação da metodologia de gestão de riscos para sítios históricos traz para esse campo de atuação a possibilidade de tomada de decisão a partir de análises mais abrangentes dos problemas e levando em consideração cenários futuros. Em um país com a amplitude do Brasil a adoção de ferramentas que possibilitem a análise comparativa dos riscos e contribua para o estabelecimento de critérios de priorização é fundamental para garantir a aplicação de recursos de maneira equânime.

Embora a valoração deva ser entendida como relativa (em relação ao bem analisado, ao contexto, aos atores envolvidos, ao método utilizado) a proposta apresentada fornece subsídios para que ela possa ser realizada de maneira criteriosa e incorpore os diversos grupos de atores que possuem relação com o sítio histórico analisado.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR ISO 31000**: gestão de riscos – Princípios e diretrizes. ABNT: Rio de Janeiro, 2009.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **PAC Cidades Históricas**: patrimônio, desenvolvimento e cidadania. Brasília: MINC/IPHAN, 2009.

BROKERHOF, A. *et al.* Advancing research in risk management applications to cultural property. *In*: INTERNATIONAL CENTRE FOR THE STUDY OF THE PRESERVATION AND RESTORATION OF CULTURAL PROPERTY (ICCROM). Newsletter 33, jun. 2007. p. 10-11. Disponível em: https://www.iccrom.org/sites/default/files/2018-02/iccrom_news33-2007_en.pdf Acesso em: 19 out. 2020.

BROKERHOF, A.; ANKERSMIT, B.; LIGTERINK, F. **Risk management for collections**. Amersfoort: Cultural Heritage Agency of the Netherlands, 2017.

CASSAR, M. Sustainable Heritage: Challenges and Strategies for the Twenty-First Century. **APT Bulletin**: journal of preservation Technology, v. 40, n.1, 2009.

CASTRIOTA, L. A “via crítica” no patrimônio cultural: uma perspectiva comparativa. *In*: ZANCHETI, S. M.; AZEVEDO, G. M.; NEVES, C. M. (org.). **A conservação do patrimônio no Brasil**: teoria e prática. Olinda: CECL, 2015. p. 49-64.

Council of Europe. **Amsterdam declaration**. Strasbourg: Directorate of Press and Information, 1975.

CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS (CEMADEN). Principais tipos de ameaças naturais no Brasil. **CEMADEN**, 2014. Disponível em: <https://www.cemaden.gov.br/ameacas-naturais-no-brasil/>. Acesso em: 13 abr. 2018.

COELHO, C.M.T. **Gestão de riscos para sítios históricos**: uma discussão sobre valor. 2018. 328 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

DIAS, C. A. Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 10, n. 2, 2000.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências humanas e sociais**. Brasília: Líber Livro, 2005.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **The Nara Document on Authenticity**. 1994. Disponível em: <https://www.icomos.org/charters/nara-e.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2018.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **Heritage at Risk. ICOMOS world report 2000 on monuments and sites in danger**. Paris: Icomos, 2000. Disponível em http://www.international.icomos.org/risk/world_report/2000/trends_eng.htm. Acesso em 24 nov. 2014.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **Heritage at Risk. ICOMOS world report 2000 on monuments and sites in danger**. Paris, 2000. Disponível em: http://www.international.icomos.org/risk/world_report/2000/trends_eng.htm. Acesso em: 24 nov. 2014.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **Princípios de La Valletta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Áreas Urbanas Históricas**. La Valletta, 2011.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO NACIONAL (IPHAN). **Plano de preservação Sítio Histórico Urbano. Termo geral de referência**. Brasília, 2005.

JACQUES, P. B. Do especular ao espetacular. **Resenhas Online**, São Paulo, ano 04, n.º 042.01, jun. 2005. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/04.042/3156>. Acesso em: 18 ago. 2014.

JEUDY, H. **Espelho das cidades**. Tradução: Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MASON, R. Assessing values in conservation planning: methodological issues and choices. *In*: DE LA TORRE (ed.), M. **Assessing the values of cultural heritage**. Research report. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002. p. 5-30.

- MICHALSKI, S.; PEDERSOLI JR, J. L. **The ABC Method: a risk management approach to the preservation of cultural heritage.** Ottawa: Canadian Conservation Institute; ICCROM, 2016.
- MUNARETTO, L. F.; CORRÊA, H. L.; CUNHA, J. A. C. D. Um estudo sobre as características do método Delphi e de grupo focal como focal, como técnicas de obtenção de dados em pesquisas exploratórias. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 6, n. 1, p. 9-24, 2013.
- OLIVEIRA, J. S. P. D. **Introdução ao método Delphi.** Curitiba: Mundo material, 2008.
- PETZET, M. Introduction. *In*: **ICOMOS World Report 2000 on Monuments and Sites in Danger.** Icomos, 2000. Disponível em: http://www.international.icomos.org/risk/world_report/2000/intro_eng.htm . Acesso em: 24 nov. 2014.
- Climate Change and World Heritage. Reporting on Predicting and Managing the Impacts of Climate Change on World Heritage and Strategy to Assist States Parties to Implement Appropriate Management Responses. **World Heritage Report.** Paris: UNESCO, n. 22, 2007.
- VAN BALEN, K. The Nara Grid: an evaluation scheme based on the Nara document on authenticity. **APT Bulletin**, Springfield, v. 39, n. 2; 3, p. 39-45, 2008.
- VAN BALEN, K.. Preventive conservation in the international context of PRECOMOS network. *In*: _____. (org). ENCUESTRO PRECOMOS. SEMINARIO: TALLER DE TECNOLOGIAS Y RESTAURACION DE OBRAS EN TIERRA, 2. Cuenca: PRECOMOS, 2012. p. 33-53.
- WORLD HERITAGE CENTRE (WHC); UNITED NATIONS EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Policy Document on the Impacts of Climate Change on World Heritage Properties.** Paris: UNESCO, 2008.[...] enquanto prática social é também econômica,

4.2

REABILITAÇÃO URBANA DA ÁREA CENTRAL CARIOCA EM QUESTÃO: PERSPECTIVAS A PARTIR DE PROCESSOS DE REABILITAÇÃO ARQUITETÔNICA

*ANDRÉA DA ROSA SAMPAIO
HENRIQUE BRUNNO ROCHA SILVA
DULCE ABIGAIL KEUCHKARIAN*

INTRODUÇÃO

O processo de esvaziamento das áreas centrais ocorrido em diversas metrópoles brasileiras, acentuados a partir, sobretudo, da década de 1970, em paralelo a uma desordenada periferização, confronta a conservação e a ocupação de seu patrimônio urbano. No caso do Rio de Janeiro, a justaposição da centralidade exercida pela Área Central de Negócios e seu reconhecimento como Centro Histórico reflete-se no emaranhado normativo de legislações urbanísticas e patrimoniais incidentes na área, gerando um mosaico urbano que contrasta arranha-céus e nichos de espaços requalificados em moldes globalizados, com conjuntos urbanos em precário estado de conservação. Nesse contexto, emergem os desafios da conservação do patrimônio cultural frente às demandas socioculturais e econômicas da cidade contemporânea que se evidenciam na relação dialética de apropriação ou abandono de edificações, sítios urbanos antigos e tradições. O sucateamento do patrimônio urbano por um lado, e as operações de renovação urbana por outro, desafiam a implementação de políticas de reabilitação urbana e salvaguarda do patrimônio cultural articuladas às políticas habitacionais e demais políticas setoriais (Sampaio, 2016).

FIGURA 38: VAZIOS URBANOS EM ESTADO DE RUÍNAS NA ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO.



FONTE: FOTO: DE HENRIQUE ROCHA SILVA, 2018.

A presente reflexão é instigada pela constatação de uma lacuna em termos de abordagens que investiguem não somente intervenções de reabilitação na escala arquitetônica, mas que problematizem o objeto na escala urbana, articulando o patrimônio cultural à dinâmica urbana. Verificam-se abordagens que conferem um tratamento estanque ou mesmo crítico ao potencial da reabilitação de imóveis para moradias de interesse social nas áreas centrais, assim como para os cuidados para a conciliação com a conservação do patrimônio cultural. Além disso, os estudos sobre a habitação popular recorrentemente enfocam questões sobre a demanda habitacional, por meio de abordagens quantitativas sobre o déficit de moradias, faixas de renda de moradores, através de aspectos econômicos dos programas ou sobre os aspectos sociais da precariedade dos imóveis ocupados e das favelas, raramente tratando do potencial de mitigação desta demanda a partir da reabilitação de imóveis subutilizados nas áreas centrais.

Partindo da pertinência e atualidade dessa discussão, propõe-se discutir as perspectivas de reabilitação da área central do Rio de Janeiro, a partir de projetos e intervenções propostas por programas do poder público direcionados para esta finalidade, nomeadamente pelo Programa Novas Alternativas, da Secretaria Municipal de Habitação (1996) e pelo Plano de Reabilitação e Ocupação dos Imóveis do Estado do Rio de Janeiro na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro, da mesma secretaria (2011). Tais iniciativas, ainda que relevantes, são incipientes em termos de resultados quantitativos, tendo em vista o restrito número de obras concluídas pela iniciativa municipal, enquanto que o Plano Estadual nem chegou a sair do papel.

A discussão apoia-se empiricamente na análise de dois casos de estudo, selecionados um de cada Programa, entre imóveis protegidos como patrimônio cultural: um cortiço e um prédio de oito andares. A discussão dos casos será contextualizada e problematizada em relação às interfaces urbanísticas e arquitetônicas, tais como, sua localização, a proximidade de equipamentos urbanos, tipologia, área construída, legislação vigente, condições dos moradores, entre outros fatores que possam favorecer ou dificultar sua reabilitação, tal como desenvolvido em Rocha Silva (2018). As intervenções nas edificações serão, desse modo, analisadas como parte do processo urbano, evitando-se que o edifício seja considerado isoladamente.

Busca-se evidenciar o potencial da reabilitação arquitetônica para o uso como habitação social de imóveis de valor como patrimônio cultural, precarizados nas áreas urbanas centrais. Assume-se a necessidade de articulação de políticas de planejamento urbano, habitacionais e de salvaguarda do patrimônio cultural nos moldes do conceito

de conservação integrada, preconizado desde a década de 1970, a partir da noção pela Declaração de Amsterdam (1975), porém, de complexa operacionalização em tempos de financeirização¹ do espaço urbano e das políticas habitacionais.

As primeiras iniciativas em prol da reabilitação do patrimônio urbano em áreas centrais no Brasil ocorrem a partir do final da década de 1970, com a designação de áreas de preservação urbana nos núcleos antigos de São Paulo e no Rio de Janeiro. No final da década de 1990, houve reforço das ações com programas federais como o Monumenta,² culminando com a criação do Programa de Reabilitação das Áreas Urbanas Centrais do então recém criado Ministério das Cidades,³ em 2005. Ainda que a crescente consciência do valor estratégico do patrimônio cultural no desenvolvimento local e da relevância da reabilitação para a sustentabilidade urbana tenha alavancado discursos e iniciativas públicas, bem como intervenções particulares, no entanto, verificam-se inúmeros entraves, a começar pela falta de sua priorização enquanto política pública, o que resulta na descontinuidade de ações e projetos, como será discutido.

A presente reflexão inspira-se no argumento do arquiteto e urbanista Carlos Nelson Ferreira dos Santos,⁴ que ainda na década de 1980 defendia o relevante papel das camadas mais pobres em habitar e se apropriar de áreas centrais das cidades que resistiam às ruínas por se encontrarem ocupadas, “Há quase duzentos anos são os maiores guardiães do nosso patrimônio. Já é tempo de tentar retribuir-lhes o favor, dignificando os espaços em que vivem e trabalham, sem espoliá-los” (Santos, 1986, p. 63).

A reflexão discorre primeiramente pela problematização das ações de reabilitação da área central do Rio de Janeiro, a partir da discussão dos dois programas estudados, e seus respectivos casos. Na sequência, serão discutidos os entraves e as interfaces existentes entre as questões arquitetônicas e urbanísticas analisadas nos casos discutidos, fornecendo insumos para os questionamentos e considerações finais.

1. REABILITAÇÃO URBANA NO RIO DE JANEIRO: AÇÕES E DESCOMPASSOS

A área central da cidade do Rio de Janeiro entrou em processo de esvaziamento com a mudança da capital federal para Brasília, em 1960, o que veio a ser agravado

1 ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

2 O Programa contemplou investimentos em projetos de restauração em sítios históricos protegidos em nível federal, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Cf.: Bonduki, 2010.

3 Cf.: BRASIL, 2005.

4 Era Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense.

com a expansão urbana rumo à periferia na Zona Oeste (Abreu, 1988). A renovação foi a tônica do processo urbano com propostas de projetos urbanísticos de grande magnitude, ao longo do século XX, a começar com a Reforma Pereira Passos (1903-1906), o desmonte do morro do Castelo, na década de 1920, e sobretudo, a partir da década de 1940, com a abertura da Avenida Presidente Vargas, configurando impactos morfológicos e socioespaciais visíveis até os dias de hoje (Sampaio, 2016).⁵

A partir do final da década de 1970, verificam-se ações do poder público voltadas para frear o predatório modelo de urbanização pautado na verticalização e na segregação de usos. Merece destaque a proposta do Plano Urbanístico Básico do Rio (PUB-Rio),⁶ de 1977, que inovou em propor entre as diretrizes para o planejamento urbano da área central, a preservação de ambientes urbanos tradicionais, viabilizando instrumentos de preservação de relevantes conjuntos urbanísticos da área central, a partir de então. Nesse esteio, buscando reverter o esvaziamento e degradação da área central, apoiado na recuperação do patrimônio cultural, é criado, em 1979, o pioneiro Projeto Corredor Cultural,⁷ que estabelece o Plano de Preservação Paisagística e Ambiental, com as condições de uso e ocupação nas áreas consideradas de interesse histórico e arquitetônico localizadas no centro da cidade (Borde e Sampaio, 2012). Devido ao somatório dos esforços de ações municipais, estaduais e federais, o êxito do programa se concentrou no início dos anos noventa, a partir de intervenções tanto físicas quanto de controle urbano (Magalhães, 2008), porém, não avançou em medidas para reverter o esvaziamento de moradias nos andares superiores dos sobrados (Lima, 2008).

Constata-se que ao longo dos anos novos planos são criados e, ao invés de seguir e complementar os outros existentes para potencializar seus resultados, eles acabam concorrendo entre si, dividindo esforços e atuações (Rabha, 2006). A proposta de reocupação da área central ganhou maior visibilidade e passou a ser recorrente no discurso dos governantes a partir da década de 1990, inspirada nos

5 Cf.: ATLAS RIO. Atlas do Patrimônio Urbano da Área Central, para a visualização dos impactos morfológicos de projetos urbanísticos sobre o patrimônio edificado da Área Central da cidade. Disponível em: <https://atlasrio.maps.arcgis.com/home/index.html>.

6 O PUB-Rio teve como objetivo tornar a cidade apta a uma série de investimentos do setor público federal e fortalecer a posição da cidade como polo da região metropolitana e propõe uma estrutura urbana descentralizada. Cf.: Nascimento, 2018, sobre a relação deste plano com a proteção do patrimônio da área central.

7 Regido pelo Decreto n.º 4141 de 1983, Lei n.º 506 DE 17/01/1984, Lei n.º 939 de 29/12/1986, Lei n.º 1139 de 16 de dezembro de 1987 e Projeto de Alinhamento PAA 10.600.

resultados de Barcelona e de outras experiências internacionais para requalificar e revitalizar as áreas ociosas (Rabha, 2006).

O marco normativo para a reocupação da região foi a designação da Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) Centro pela Lei n.º 2.236/ 1994,⁸ conhecida como Lei do Centro, atualmente vigente, que alterou a legislação urbanística, revogando a proibição de novas edificações multifamiliares, que vigorava desde o Zoneamento de 1970, quando se tornam “uso tolerado” ou os sobrados tradicionais, vilas e edifícios multifamiliares localizados na periferia do núcleo central e proibido novas construções multifamiliares.

No início da década de 2000, sinalizando o potencial para ocupação da área central, a Caixa Econômica Federal (CEF) encomendou uma pesquisa, no âmbito do seu Programa de Revitalização de Sítios Históricos, com o objetivo de identificar aspectos do perfil de setores sociais interessados em residir no Centro do Rio. Realizada há quase duas décadas, considera-se que seus resultados continuam válidos, uma vez que houve raros empreendimentos habitacionais na área desde então, porém devam ser relativizados em relação aos recentes projetos urbanos. Segundo os dados levantados, a pesquisa constata que há um público mais específico para a ocupação da área central, principalmente por quem já tem família que mora nesta região ou trabalha nas proximidades (Silva *et al.*, 2003).

Observa-se que a região mantém a predominância dos usos comercial e administrativo, com baixos índices habitacionais, sendo particularmente subutilizada no período noturno. Diante desta conjuntura, é importante rever e discutir ações que promovam a reabilitação urbana da área, reconhecendo a importância da reabilitação arquitetônica voltada para habitação de interesse social, conforme os dois casos de reabilitação analisados a seguir, circunstanciados pelas conjunturas e propostas de seus planos e programas.

1.1 A REABILITAÇÃO COMO DIFERENCIAL: PROGRAMA NOVAS ALTERNATIVAS

Na esfera municipal, destaca-se o Programa Novas Alternativas (PNA), que atuou a partir de 1996 na realização de novos projetos habitacionais em áreas consolidadas a partir da reabilitação de imóveis subutilizados, deteriorados ou em ruínas (buscando a permanência de seus usuários tradicionais). Embora o programa não tenha sido

8 Embora a possua um caráter transitório como AEIU, essa Lei continua vigente, aguardando o estabelecimento de uma legislação local específica – um PEU.

oficialmente encerrado, foi desativado, sendo algumas de suas atividades alocadas na Gerência de Requalificação Habitacional, criada em 2018, no âmbito da atual Secretaria Municipal de Habitação e Cidadania. Ainda assim, merece destaque a longa continuidade do programa, de certa forma atípica na história das gestões municipais cariocas, conforme sublinhado por Monteiro (2015). A relevância do Programa Novas Alternativas é ressaltada por diversos estudos como Orozco (2007); Seixas (2009); Galiza (2015), Faria (2016) e Keuchkarian (2019), que estudaram a proposta do Programa e as intervenções realizadas.

A criação do PNA pautou-se na identificação de uma demanda por moradia de baixa renda na área central da cidade não atendida pelo mercado imobiliário e que historicamente foi absorvida por moradias informais em condições de risco e insalubridade (Rio de Janeiro, 2003). O PNA estabeleceu-se, portanto, com o diferencial de contribuir na absorção da demanda por moradia no centro da cidade do Rio de Janeiro, propondo diversas soluções em relação às tipologias, resultando em unidades de diferentes escalas, contemplando diferentes famílias.

Além da identificação e do desenvolvimento dos projetos de reabilitação dos imóveis, o Programa também estabelece parcerias com instituições financeiras, acompanha as obras, cadastra a população residente e dá apoio na moradia temporária decorrente das obras.⁹ O programa é financiado pela CEF com administração da Secretaria Municipal de Habitação com fundo de Arrendamento Residencial por um período de quinze anos. Os imóveis selecionados são adquiridos pelo município através de compra direta ou mediante desapropriação do imóvel.

Conforme a condição dos imóveis, os projetos do PNA propunham novas edificações ou a recuperação do imóvel preexistente, com a substituição dos elementos deteriorados e a renovação das instalações hidráulicas e elétricas, a melhoria das condições de habitabilidade — ventilação e iluminação, a ampliação dos cômodos, além da criação de banheiros e cozinhas. Embora o PNA tenha realizado um amplo levantamento dos imóveis com potencial de reabilitação para uso de habitação popular, além de diversos projetos e ações para desapropriação, até o ano de 2016, apenas treze obras foram executadas, totalizando 140 unidades habitacionais (Faria, 2016).

Portanto, apesar do caráter pioneiro e da grande relevância para a discussão da ocupação destes imóveis na área central, os resultados do PNA são pouco expressivos

9 Durante as obras os moradores podem ser realocados provisoriamente em outro local, mas há uma ajuda de custo para aluguel durante o período das obras, além de ser garantido o retorno ao imóvel.

em relação ao número de unidades habitacionais geradas. Suas ações acabam não repercutindo em termos de reabilitação urbana, tendo em vista a dispersão dos poucos imóveis recuperados e a falta de serviços de apoio à moradia (Sampaio, 2016).

1.2 CASO DE ESTUDO: CORTIÇO DA RUA SENADOR POMPEU Nº 34, CENTRO – ÁREA PORTUÁRIA

Localizado na área portuária, o projeto de intervenção do n.º 34, da rua Senador Pompeu, é emblemático por ser um dos primeiros cortiços da cidade, construído no século XIX, sendo um dos raros remanescentes dessa tipologia, e que por essa razão foi designado como Bem Tombado Municipal, em 1986. Este é o projeto-ícone do Programa Novas Alternativas (SAMPAIO, 2016b), mesmo sendo um bem tombado, o que o distingue do padrão selecionado pelo PNA, geralmente voltado para terrenos e imóveis em áreas preservadas, conforme já mencionado.

A partir do século XX a tipologia de cortiços foi considerada inadequada pelas condições de insalubridade e irregularidade legislativa (Abreu, 1988), mas alguns exemplares resistiram à onda de demolições, permanecendo até hoje devido a sua eficiência por atender às necessidades de seus moradores.¹⁰ Os usos coletivos permitem que os moradores compartilhem despesas de manutenção dos espaços comuns e tenham um custo de aluguel e/ou manutenção baixo, devido à dimensão reduzida das unidades. Em geral, a tipologia de cortiço apresenta entre dois e três pavimentos com vários cômodos que funcionam como quartos, sendo as instalações de sanitários, cozinhas e lavanderias comuns a todos os moradores em um pátio central.

As intervenções neste cortiço foram objeto de estudo nas dissertações de Orozco (2007), Seixas (2009), Cardozo (2009) e Keuchkarian (2019), sendo o enfoque dos três últimos a conservação do patrimônio cultural edificado. Antes da intervenção do PNA o imóvel apresentava um grau elevado de degradação, além de ter sofrido com diversos acréscimos e adaptações feitos pelos moradores que aumentaram suas unidades em direção ao pátio, além da instalação de peças sanitárias dentro dos cômodos ou ainda, da união de unidades (Seixas, 2009).

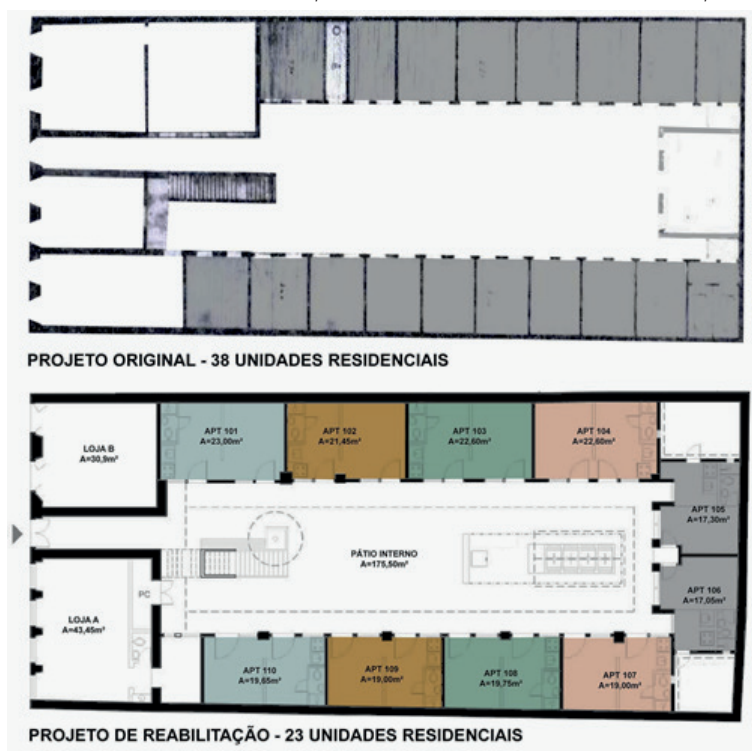
O cortiço chegou a ser interditado pela Defesa Civil por apresentar risco de desabamento (Silva *et al.*, 2003). Em 1996 foram realizadas as primeiras propostas de intervenção para o imóvel, que passou a ser de posse do município, em 1999, tendo suas obras finalizadas em 2003 (Cardozo, 2009). O imóvel foi recuperado com recursos

¹⁰ Cf.: OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2019. sobre as condições de moradia e a invisibilidade dos cortiços na área central

municipais e adquirido pela CEF,¹¹ com recursos do Programa de Arrendamento Residencial – PAR (Orozco, 2007).

O projeto de reabilitação¹² desenvolvido com o objetivo de interromper o avanço da deterioração e preservar suas características originais, consistiu na reconstituição das fachadas, telhados e instalações. Em função da nova demanda de usos privativos para criação de banheiros e cozinhas individuais foi necessário incorporar área de outras unidades, o que reduziu o número total de moradias (Seixas, 2009). Foram mantidas as duas lojas no pavimento térreo, enquanto que os 38 cômodos originais foram reduzidos para 23 unidades residenciais, com área de aproximadamente 20 m², compostas por um quarto, um banheiro e uma cozinha.

FIGURA 39: PLANTA DO CORTIÇO – ANTES E APÓS PROJETO DE REABILITAÇÃO.



FONTE: ADAPTADO DE CARDOZO, 2019

11 O investimento total do empreendimento foi de R\$627.000,00, sendo R\$267.089, custeado pela prefeitura, e o restante pela CEF. O custo de cada unidade habitacional foi de R\$27.260 e elas foram comercializadas por R\$18.000

12 Projeto desenvolvido pelo escritório RUA Arquitetos para a SMH.

Os moradores foram cadastrados e convidados a participar do Programa de Arrendamento Residencial, sendo que alguns deles retornaram às unidades renovadas após o término das obras (Seixas, 2009). O imóvel também recebeu novos moradores, oriundos de um cadastro realizado pela Prefeitura para interessados em habitar no Centro. Na pesquisa para a CEF (Silva *et al.*, 2003) há relatos de pessoas que desistiram de ocupar o imóvel alegando a região ser bastante violenta devido à proximidade com favelas. Além disso, os entrevistados alegaram que há falta de privacidade nas unidades, decorrente do pátio interno, além de falta de flexibilidade para adaptação das necessidades de suas famílias ao imóvel.

Apesar da repercussão positiva sob a perspectiva da restauração, Cardozo (2009) relata diversos problemas de patologias na edificação relacionados às obras de intervenção, uso do espaço ou falta de manutenção por parte dos moradores. Dentre os problemas decorrente das obras, o autor cita uso de materiais inadequados, falta de detalhamento de algumas áreas como do telhado e erros na execução de alguns elementos. Observam-se ainda alterações executadas pelos próprios moradores, como a instalação de máquinas de lavar, adaptações nas esquadrias e mudanças na compartimentação dos apartamentos.

Com base nesta análise pós-ocupação e em estudos posteriores (Keuchkarian, 2019) verifica-se, que apesar do PNA ter boas intenções, sua atuação precisaria ser aprimorada, seja com ações participativas do desenvolvimento do projeto junto aos moradores, seja nos cuidados com a especificação de materiais e no acompanhamento das obras, de forma a evitar que em poucos anos a edificação volte ao estado precário de conservação.

2. O POTENCIAL DOS IMÓVEIS PÚBLICOS SUBUTILIZADOS: O PLANO DE REABILITAÇÃO E OCUPAÇÃO DOS IMÓVEIS DO ESTADO NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Na esfera estadual foi desenvolvido o Plano de Reabilitação e Ocupação dos Imóveis do Estado do Rio de Janeiro na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro mediante uma parceria entre a Secretaria de Habitação do Estado do Rio de Janeiro e o Ministério das Cidades, a partir de uma licitação vencida pelo Laboratório de Habitação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para desenvolver projetos de reabilitação para ocupar os imóveis do Governo do Estado que se encontram vazios ou subutilizados, localizados na área central da cidade do Rio de Janeiro, nos bairros do Centro, Saúde, Gamboa, Santo Cristo, Cruz Vermelha, Estácio e Leopoldina (Rio de Janeiro, 2011).

Inicialmente, o plano analisou 186 imóveis pertencentes ao eEstado, que foram avaliados levando-se em conta a relação custo-benefício por imóvel, a possibilidade de alcance social, o impacto relativo nas condições de habitabilidade local, entre outros, criando uma matriz de viabilidade. Destes, foram selecionados, para o desenvolvimento de projetos, cinquenta que se enquadravam nas condições pré-estabelecidas quanto ao potencial de reabilitação e ocupação. Foi sugerido que os imóveis desqualificados para uso residencial passassem para funções administrativas e culturais, não sendo minimizada a importância destes imóveis no contexto da proposta de intervenção (Santos; Tenicela; Almeida, 2012).

De acordo com o arquiteto e professor Mauro Santos,¹³ coordenador do Plano, é importante examinar alguns fatos positivos e negativos no desenvolvimento dos projetos. A definição dos cinquenta edifícios para reabilitação foi feita a partir de uma matriz de viabilidade muito detalhada com o objetivo de criar um plano que de fato pudesse ser executado. Foram definidos dez edifícios de maior prioridade que seriam os primeiros a serem executados. Como grandes diferenciais deste plano, ele aponta que há uma riqueza nas soluções projetuais que abrangem diversas tipologias em edifícios em diferentes estados de conservação. Nos casos de ruínas foi necessário praticamente desconsiderar o existente e partir para a construção de novas edificações.

Para o desenvolvimento do Plano foi necessário considerar as condições estabelecidas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) para a faixa 1,¹⁴ cujos critérios dificultaram as adaptações, como por exemplo a exigência de pelo menos dois dormitórios por apartamento, o que restringe o perfil do público alvo. Outra dificuldade apontada pelo arquiteto foi a compatibilização dos projetos com as exigências por parte do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), nos casos de imóveis sob a tutela daquele órgão de patrimônio.

Além das dificuldades projetuais, Mauro Santos mencionou as dificuldades políticas tendo em vista a falta de continuidade das ações com a mudanças de gestores, o que prejudicou que o plano fosse levado à frente após sua publicação, e que foi agravado pela conjuntura de crise econômica no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

13 Professor da FAU/UFRJ, responsável pelo Laboratório de Habitação da FAU/UFRJ, entrevistado por Rocha Silva (2018).

14 Faixa destinada às famílias de renda mensal bruta de até R\$ 1.800,00 (dois salários mínimos) em que o imóvel pode ser custeado em até 90 % do valor do imóvel pelo Programa (dados de 2018).

2.1 CASO DE ESTUDO: OCUPAÇÃO DA RUA MARQUES REBELO Nº 55, LAPA

Entre as propostas do Plano, destaca-se o projeto para o edifício da rua Marques Rebelo n.º 55, que foi um dos dez imóveis de ação prioritária entre os cinquenta edifícios próprios ao patrimônio imobiliário do estado do Rio de Janeiro contemplados com projeto de reabilitação. Diferentemente do primeiro caso, cuja notoriedade suscitou uma série de estudos específicos, a investigação deste caso fundamenta-se em Rocha Silva (2018) e no próprio Plano Estadual (Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2011).

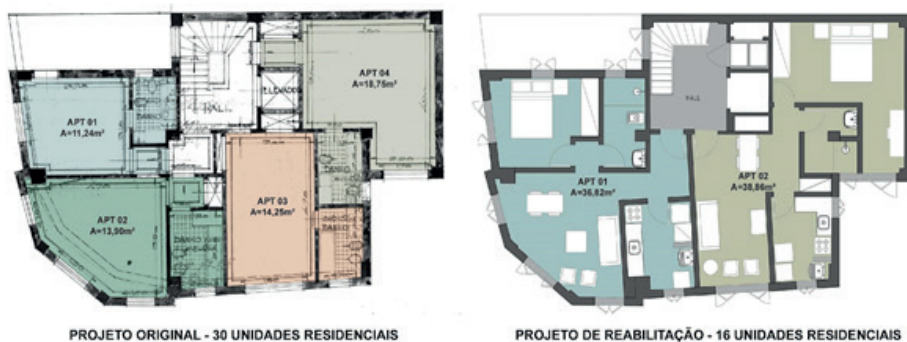
O edifício localiza-se na esquina da Rua Marques Rebelo com a Rua Moraes e Vale, no bairro da Lapa, nas proximidades do bairro da Glória e da região da Cinelândia. Construído em 1931, possui oito pavimentos e encontra-se em um estado de conservação bastante deteriorado. Em 1943 o imóvel foi desapropriado e incorporado ao patrimônio imobiliário do Distrito Federal e apenas no ano 2000 foi transferido para o estado do Rio de Janeiro, sendo, em 2004, transferido para o Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (RIOPREVIDÊNCIA), seu atual proprietário.

Conforme estudado em Rocha Silva (2018), o edifício está ocupado há cerca de trinta anos e atualmente residem vinte e oito famílias, que foram cadastradas pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITER)). As unidades são ocupadas predominantemente por famílias de um a quatro moradores, com apenas um caso de seis moradores, e, no geral, as famílias têm renda de até três salários mínimos.

O imóvel situa-se na área do Corredor Cultural, passível de proteção como subzona de preservação ambiental, para a qual devem ser conservadas todas as suas características arquitetônicas externas (volumetria, fachada e cobertura).

Originalmente o edifício apresentava uma unidade comercial e trinta residenciais, com as unidades variando entre 11 m² e 18 m², contendo apenas quarto e banheiro. Atualmente, o espaço original da loja foi ocupado e convertido em um espaço residencial e algumas unidades sofreram alterações decorrentes da união de duas unidades ou da incorporação de prumadas de instalações. Muitos casos também subdividiram os banheiros para as funções de banheiro e cozinha.

FIGURA 40: PLANTA DO EDIFÍCIO – ANTES E APÓS O PROJETO DE REABILITAÇÃO.



FONTE: ROCHA SILVA (2018), ADAPTADO DE COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO, 2009.

O projeto desenvolvido para a reabilitação do edifício retomou seu uso misto, entendendo que esta é a vocação mais adequada para a área. Para a proposta das unidades residenciais houve uma preocupação em criar espaços com dimensões mais confortáveis para os usuários, visto que a área original de cada apartamento era bastante reduzida. Assim, foram projetadas moradias de um quarto, sala, cozinha e banheiro com aproximadamente 40m^2 cada. Com isso houve uma redução de trinta para dezesseis unidades habitacionais.

Apesar do problema da redução de unidades, o plano considera que a viabilidade do empreendimento é alta em função do seu potencial para locação de unidades habitacionais superior a dez. Além disso, o estudo de viabilidade apontou que o valor do empreendimento é compatível com os índices de mercado.¹⁵

Outro problema, identificado pelo próprio Plano, é o de negociação para desocupação do imóvel e posterior ocupação, visto que o número de unidades habitacionais seria reduzido pela metade e, portanto, ao menos metade das famílias precisariam ser realocadas, o que gera uma dificuldade maior, uma vez que algumas delas estão lá há muitos anos. O que pode ser visto como um grande entrave para a execução do projeto é que, possivelmente, muitos dos moradores também não abririam mão dos apartamentos por conta da localização privilegiada do edifício, que conta com diversos atrativos e equipamentos urbanos próprios da centralidade.

O plano foi publicado em 2011 e em novembro do mesmo ano foi aberta licitação para a realização dos projetos executivos para este edifício, que seria o primeiro a ser reabilitado. Entretanto, até o momento, nenhuma obra prevista pelo

¹⁵ Em 2011 os custos estimados para as obras de reforma do imóvel foram de R\$ 949.448,79.

Plano Estadual foi executada.

3. REABILITAÇÃO EM PROCESSO: INTERFACES URBANÍSTICAS E ARQUITETÔNICAS

Levando em consideração a inserção dos edifícios estudados no tecido urbano, é necessário analisar questões para além de suas características arquitetônicas, de forma que as intervenções possam repercutir favoravelmente para a reabilitação urbana da área.

A primeira questão de extrema importância é a abrangência de cada intervenção. Apesar de uma edificação reabilitada ter o potencial de influenciar o seu entorno, através de efeitos de contaminação positiva (Portas, 2000), as estratégias de reabilitação serão mais efetivas se os incentivos forem voltados para uma mesma área, evitando pequenos projetos pulverizados no tecido urbano. O Plano de Reabilitação do Estado teria a oportunidade de uma reabilitação urbana mais efetiva caso concentrasse os imóveis prioritários na área conhecida como SAARA, visto que esse é o local em que o estado possui mais imóveis. Ainda que sejam poucas unidades habitacionais, uma atuação em conjunto tem mais força para atrair novos moradores, usuários e investimentos, além de justificar outros investimentos públicos como novos equipamentos e serviços de apoio à moradia.

A localização das edificações é um fator de grande importância para a reabilitação urbana, pois o imóvel precisa estar inserido em uma área que apresente os equipamentos urbanos necessários ao cotidiano dos seus moradores. Alguns vazios projetuais, principalmente decorrente de obras viárias, acabam realizando alterações da morfologia de uma região de tal forma que acarretam na sua desvalorização e tornam-se inviáveis à convivência da população, levando ao abandono desses espaços (Borde, 2006).

Dentre as principais dificuldades apontadas para a definição dos edifícios com potencial de reabilitação, pode-se apontar a existência de dívidas (de IPTU ou com as concessionárias de água ou energia), a complexa situação fundiária do imóvel e a inconsistência de informações cartoriais das edificações. Já para a execução das intervenções, uma das principais dificuldades é a execução concomitante com os moradores habitando o local (Rocha Silva, 2018).

Observando especificamente os edifícios analisados, percebe-se a dificuldade de adaptação dos imóveis às legislações vigentes, tanto edilícia quanto dos programas habitacionais, que muitas vezes não apresentam flexibilidade para estes casos diferenciados. Ainda assim, tanto no caso do cortiço da rua Senador Pompeu quanto

na ocupação da rua Marques Rebelo, verificou-se a necessidade de junção de unidades para comportar novas funções. O que por um lado resulta em espaços com áreas mais confortáveis e compatíveis com as demandas atuais, por outro lado significa a remoção de parte dos moradores daquele local, visto a diminuição da quantidade de unidades habitacionais. No caso da rua Senador Pompeu, a inclusão das instalações sanitárias privativas alterou seu caráter original de cortiço, mesmo se tratando de imóvel tombado por ser um dos últimos remanescentes dessa tipologia. A visão defendida neste trabalho é que, na medida do possível, e considerando a sua não-descaracterização, os edifícios precisam ser atualizados para as necessidades atuais, caso contrário, eles estarão condenados ao obsolescimento e ao esvaziamento do imóvel e de seu entorno.¹⁶

Diante das dificuldades evidenciadas nos casos apresentados, aponta-se o potencial da autogestão como alternativa para incluir casos fora dos padrões estabelecidos, como a reabilitação de edifícios. O Programa Minha Casa Minha Vida Entidades¹⁷ permite que famílias organizadas de forma associativa, por uma Entidade Organizadora habilitada, como cooperativas e associações, produzam suas unidades habitacionais, sendo uma alternativa para a realização de obras pelos próprios moradores de ocupações de edifícios. No Rio de Janeiro ganhou notoriedade o caso da Ocupação Manuel Congo, tendo em vista o êxito do processo de projeto participativo após longos anos de luta, o que gerou uma edificação com tipologias compatíveis aos moradores existentes (Rocha Silva, 2018; Andrade, 2012).

Defende-se a necessidade de uma mudança de visão da sociedade quanto à aceitação do uso e adaptações de edificações antigas. Infere-se que a visão arraigada de progresso a partir do novo que impera no país, resulta no descrédito de ações de reabilitação, dificultando o incremento de ações de recuperação da área central e a consolidação de uma cultura de reabilitação arquitetônica e urbanística (Sampaio, 2016). Assim, a área central, estigmatizada como decadente para o uso residencial,

16 Pode-se relativizar essa questão a partir da teoria de Munoz Viñas, que preconiza que a Restauração deve ser feita para os sujeitos que identificam valores no objeto, seus usuários atuais ou futuros e não para os próprios objetos, devendo-se, no entanto, ter cautela quanto ao limiar da descaracterização. Cf.: VIÑAS, 2011. VIÑAS, Salvador Muñoz. **Contemporary Theory of Conservation**. New York, Routledge, 2011.

17 O PMCMV encontrava-se em vigor no momento da redação do artigo, porém, foi anunciada a sua extinção pelo Governo Federal em 2020, e criação de um novo Programa. Ainda não há informações sobre a vigência da modalidade de autogestão por entidades.

acaba não atraindo novos investimentos em edificações multifamiliares, mesmo apresentando potencial como uso de habitação social. A subutilização do espaço, principalmente no período noturno, acaba influenciando a decadência e a violência urbana, levando a um efeito cumulativo de degradação e esvaziamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos dois programas analisados, percebe-se o potencial e o interesse da intervenção arquitetônica na área central do Rio de Janeiro em impulsionar sua reabilitação urbana. Entretanto, a partir dos casos discutidos verifica-se a complexidade para a implementação dos programas, não só por razões econômicas, mas sobretudo por entraves jurídicos e fundiários imbricados, que por vezes inviabilizam não só a posse, como também os financiamentos. Conforme levantado por Andrade (2012), no que tange aos projetos de readequação de edificações para habitação de interesse social, mais complexa que as questões projetuais, são as políticas e econômicas.

Também a modelagem de programas para o atendimento das realidades em sua diversidade é fundamental, pois como observado a partir da pesquisa sobre a demanda de moradia na área central (Silva *et al.*, 2003), há uma vocação para apartamentos de um dormitório, visto que seu público principal é composto por estudantes, jovens solteiros, casais sem filhos e idosos, no entanto, tal demanda não era atendida pelos programas de financiamento.

Keuchkarian (2019) sintetiza os problemas encontrados na concretização dos propósitos dos programas e seus projetos, como a distância entre a intenção e o gesto. Essa conjuntura de difícil operacionalidade dos planos e programas parece estar atrelada, sobretudo, à falta de vontade política e a uma visão estrita que não reconhece a reabilitação em áreas centrais como opção à construção em zonas periféricas. Embora a ideia de conservação integrada já fosse advogada desde meados da década de 1970, continua sendo difícil sua operacionalização, conforme argumentado em Sampaio (2016b). Espera-se que o reconhecimento da cultura como o quarto pilar da sustentabilidade, no âmbito da agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU¹⁸ enseje uma mudança de mentalidade em prol da priorização da reabilitação arquitetônica ao invés de novas construções em áreas de expansão da cidade, o que repercutirá na conciliação do desenvolvimento com preservação, do valor agregado

¹⁸ Cf.: metas 11.3 e 11.4 dos dezessete objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <http://www.un.org/sustainabledevelopment/cities/>. Acesso em: 12 dez 2015

do novo e antigo juntos.

Diante da recente conjuntura de drásticas intervenções urbanísticas na cidade, percebe-se que o paradigma da renovação urbana continua prevalecendo em termos de ações do mercado imobiliário e de política urbana. Preocupados com essa visão anacrônica, o presente trabalho vem reforçar a relevância de se investigar e difundir estudos sobre o potencial da reabilitação arquitetônica como estratégia sustentável para minimizar a subutilização e ociosidade dos imóveis nas áreas centrais, mitigar o déficit habitacional, e ainda reforçar a salvaguarda do patrimônio, abrindo caminho para alcançar a reabilitação urbana.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1988.

ANDRADE, Luciana. Tantos Tetos e tantos Sem-teto: relato analítico de uma experiência de readequação de edifícios públicos ocupados. *In*: BORDE, Andréa de L. P. (org.) **Vazios Urbanos: percursos contemporâneos**. Rio de Janeiro: RioBooks, 2012.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções Urbanas na Recuperação de Centros Históricos**. Brasília, DF: IPHAN/ Programa Monumenta, 2010.

BORDE, Andrea L. P.; SAMPAIO, Andrea da R. Políticas Urbanas e Patrimônio Cultural: paradoxos e diálogos na Área Urbana Central do Rio de Janeiro. *In*: MACHADO, Denise P; VAZ, Lilian F.; REZENDE, Vera F. (orgs.). **Centros urbanos: transformações e permanências**. Rio de Janeiro: Casa8 / PROURB, 2012. p. 91-113.

BRASIL. Ministério das Cidades. Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais. *In*: Planejamento territorial urbano e Política Fundiária. **Cadernos MCidades: programas urbanos**, Brasília, n. 3, 2005.

CARDOZO, Kleber Marinho. **Habitação popular e preservação do patrimônio na reabilitação do Centro do Rio de Janeiro: o caso do edifício na Rua Senador**

Pompeu, 34. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

FARIA, Maria Lúcia Borges de. **Preservação do patrimônio cultural urbano no “Porto Maravilha”, Rio de Janeiro: disputas e deslocamentos de sentido nas políticas, práticas e instrumentos**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016.

KEUCHKARIAN, Dulce Abigail. **A distância entre intenção e gesto: a reabilitação do Patrimônio cultural para habitação popular na área central do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019.

LIMA, Evelyn F. W. Corredor Cultural do Rio de Janeiro: uma visão teórica sobre as práticas da preservação do patrimônio cultural. **Revista Fórum Patrimônio**, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/view/62. Acesso em: 20 ago 2016.

MAGALHÃES, Roberto Anderson. **A requalificação do centro do Rio de Janeiro**

na década de 1990: a construção de um objetivo difuso. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas; Coordenadoria de Documentação e Informação Cultural; Gerência de Informação, 2008.

MONTEIRO, João Carlos C. A. Instrumentalização da Habitação em projetos de Revalorização Urbana: estudo de caso da área central do Rio de Janeiro. *In:* (org.). ENANPUR, 16., 2015. Belo Horizonte.

Anais eletrônicos... Disponível em: http://xvienanpur.com.br/anais/?wpfb_dl=532. Acesso em: 20 ago. 2016.

NASCIMENTO, Flavia B. Corredor Cultural do Rio de Janeiro: debates e combates pelo patrimônio cultural urbano nos anos 1970.

Patrimônio e Memória, v. 14, n. 2, pp 117-139, 2018. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/805/1031>.

Acesso em:

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES.

Os cortiços na área central do Rio de

Janeiro: invisibilidade, heterogeneidade e vulnerabilidade. [Rio de Janeiro]: s.n., 2019.

Relatório. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2019/07/Relat%C3%B3rio-final-Corti%C3%A7os--jul-2019.pdf>.

Acesso em:

OROZCO, Mariana D. Z. **Moradia na reabilitação das áreas centrais.** Rio de

Janeiro: Programa Novas Alternativas.

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

PORTAS, Nuno. **Do vazio ao cheio.**

Rio de Janeiro: PCRJ/ SMU, 2000.

(Caderno de Urbanismo n. 2).

RABHA, Nina Maria de C. Elias. **Centro do Rio. Perdas e ganhos na história carioca.**

Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGG. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

RIO DE JANEIRO (cidade). **Novas**

Alternativas: projetos e propostas habitacionais para o Rio de Janeiro. Rio de

Janeiro: Secretaria Municipal de Habitação – SMH, 2003.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria Estadual de Habitação. **Plano de Reabilitação e Ocupação dos Imóveis do Estado do Rio de Janeiro na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2011.

ROCHA SILVA, Henrique B. **Reabilitação da Área Central do Rio de Janeiro:** interfaces arquitetônicas e urbanísticas. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018.

SAMPAIO, Andréa da Rosa. Um olhar sobre a história do urbanismo da área central do Rio de Janeiro: entre a renovação e a conservação.

Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – AGCRJ, Rio de Janeiro, n. 10,

p. 193-212, 2016. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204432/4171907/>

[revista_agcrj_10.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204432/4171907/revista_agcrj_10.pdf). **Acesso em:**

SAMPAIO, Andrea da Rosa. Patrimônio cultural e Habitação social em questão:

reabilitação urbana em Bolonha, Porto e Rio

de Janeiro. *In:* (org.). CONGRESSO IBERO-

AMERICANO “PATRIMÓNIO, SUAS

MATÉRIAS E IMATÉRIAS” (PATRIMA). 2016.

Lisboa: LNEC, 2016. (Livro de Actas)

SANTOS, Carlos Nelson F. Preservar não

é tomar, renovar não é pôr tudo abaixo.

Revista Projeto, n. 86, p. 59-63, 1986.

SANTOS, M. C.; TENICELA, W. J. F.;

ALMEIDA, P. P. Interfaces entre ensino,

pesquisa e prática profissional: o caso do

plano de Reabilitação de Imóveis na Área

Central da Cidades do Rio de Janeiro. *In:*

(org.). ENCUESTRO DE LA RED ULACAV,

18., Santa Fé, . **Anais...** Santa Fé (Argentina):

s.n., 2012.

SEIXAS, Vanessa A. G. **O Antigo feito novo: reciclar para conservar o Patrimônio Arquitetônico Carioca.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

SILVA, Maria Laís P. da *et al.* **Relatório final da pesquisa sobre a demanda habitacional para o centro do Rio de Janeiro.** Niterói: EdUFF, 2003.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC and CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Culture: urban future.** Global Report on Culture for Sustainable Urban Development. Paris: UNESCO, 2016. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/culture-and-development/culture-for-sustainable-urban-development>.

PATRIMÔNIO CULTURAL NO CONTEXTO DO GRANDE PROJETO URBANO PORTO MARAVILHA NO RIO DE JANEIRO: DISCURSOS E PRÁTICAS

MARIA LÚCIA BORGES DE FARIA

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a preservação do patrimônio cultural urbano na cidade do Rio de Janeiro, tendo como objeto o recente projeto Porto Maravilha, realizado na região portuária (2009–2016). Para tal considera-se como viés de análise o uso habitacional, fator de conservação e vitalidade urbana, e adota-se como caminho metodológico a revisão e confrontação de intenções e desdobramentos efetivos em políticas, práticas e instrumentos propostos nas últimas décadas.

No âmbito da preparação dos jogos Olímpicos de 2016, na cidade do Rio de Janeiro, a prefeitura local coordenou um “grande projeto urbano” (GPU) de requalificação da região portuária que, a exemplo de outras cidades, como Barcelona, visava a dotar a região, tida como degradada, de infraestrutura urbana e paisagística capaz de valorizar sua imagem e atrair turismo e negócios para a cidade. Nomeado como Porto Maravilha, tal projeto baseava-se em modelos urbanísticos internacionais associados ao planejamento estratégico, conforme identificado por O. Arantes (2011) e ao empreendedorismo urbano, conceituado por Harvey (2005).

Esses projetos se utilizam do *citymarketing* e da promoção cultural na construção da imagem das cidades, operando a cultura “para consumo” e fazendo dessa sua âncora. Assim, a transformação das cidades e da vida urbana em mercadorias tem se tornado um fenômeno cada vez mais presente nas últimas décadas. (Arantes, 2011; Vainer, 2011; Sanchez, 2010; Vaz e Jacques, 2006; Vaz, 2004).

Tais práticas, que puderam ser observadas no projeto Porto Maravilha (Faria, 2016; Sánchez e Broudehoux, 2014; Carlos, 2010), vêm se forjando no Rio de Janeiro desde final do século XX. Sob influência das ideias de valorização da cidade tradicional que circulavam na Europa, consolidou-se a noção de patrimônio urbano e de viés preservacionista, que passou a ser incorporado ao planejamento urbano da cidade. Considerada obsoleta nas décadas precedentes, e por isso esvaziada de suas populações mais abastadas, trechos da área central passaram a ser delimitados

com vistas à recuperação de conjuntos arquitetônicos e à revitalização de atividades. Neste contexto, no qual também era falimentar o planejamento por zonas funcionais, passou-se a preconizar o repovoamento da área central, sendo recorrente o uso da expressão “retorno ao Centro” como síntese dessas ideias.

A partir dos anos 1990, experiências Catalãs introduziram de forma efetiva na cidade do Rio de Janeiro o planejamento estratégico (Lima Jr, 2010, p. 139-151), base das políticas, práticas e instrumentos que se sucederam, voltados principalmente à produção imagética do espaço urbano associada à promoção cultural. A guinada para o planejamento estratégico alcançou também as iniciativas de cunho preservacionista que se multiplicavam e que passaram a enfatizar a valorização da imagem urbana e a operar o patrimônio como ativo econômico. (FARIA, 2016, pp. 132-137)

Contudo, a cada gestão governamental, nas brechas das políticas dominantes, outras seguiam respondendo a demandas localizadas, com ações nem sempre alinhadas. Chega-se assim aos dias de hoje, com políticas de patrimônio, urbana e habitacional, que não conversam entre si. Por um lado, há uma proliferação de propostas, documentos e instrumentos que preconizam a produção de habitação de interesse social (HIS) na área central, o que muito contribuiria na preservação do patrimônio cultural urbano, enquanto por outro, assiste-se a partir de 2009 a práticas contrárias a tais propósitos, como o atendimento às demandas habitacionais dos mais pobres exclusivamente pela produção em larga escala de unidades habitacionais (UH) pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em bairros distantes, acarretando intensa migração das camadas populares para esses.

No plano teórico, entende-se que a conservação das edificações e a vitalidade urbana são fatores diretamente dependentes do uso residencial, além de serem os moradores aqueles que no cotidiano atribuem valor e sentidos ao patrimônio urbano que vivenciam.

A título de contextualização, inicia-se este trabalho explorando a noção de patrimônio cultural urbano, considerando sua origem e difusão em âmbito internacional, interface com o planejamento urbano, bem como sua influência na cidade do Rio de Janeiro.

Em seguida, no intuito de desvelar contradições entre discursos preservacionistas favoráveis a habitação na área central e práticas operadas, são revisados políticas e instrumentos, a partir das últimas décadas do século passado na cidade do Rio de Janeiro, reconhecendo ideias força imbricadas em sua concepção e ainda discursos e práticas relacionados.

Na seção seguinte estreita-se o foco no Projeto Porto Maravilha abordando suas políticas de patrimônio e habitação. Como cenário tem-se um GPU, cujo sucesso é associado à atração de público, investidores e atividades turísticas, além da esperada valorização imobiliária, e que se instala num território dotado de significativo patrimônio cultural. Busca-se, então, reconhecer o contexto sócio-político que ampara as relações do patrimônio com a população local, tecendo reflexão sobre a efetividade dos instrumentos utilizados para preservação do patrimônio urbano e produção de HIS.

Como resultado deseja-se trazer à luz que, apesar de décadas de discurso em favor da preservação do patrimônio urbano e da habitação nas áreas centrais, o grande projeto Porto Maravilha não contemplou políticas que efetivassem tais discursos, como as voltadas ao uso residencial, especialmente para os mais pobres, tendo privilegiados antigos imóveis a instalação de usos mais rentáveis.

1. PATRIMÔNIO CULTURAL URBANO: CONCEITOS E INTERVENÇÕES

Na segunda metade do século XX, o esgotamento dos ideais modernistas abriu espaço para o fortalecimento de correntes que se opunham aos processos de renovação urbana e que reconheciam nas estruturas urbanas tradicionais valores associados a sua história, morfologia, atividades, vínculos sociais e demais elementos que faziam desses espaços testemunhos civilizatórios com características a serem preservados. Em 1964 a Carta de Veneza inaugura uma nova leitura de patrimônio incorporando novos valores para além do histórico e artístico que até então referenciavam a classificação de monumentos.

A partir de então, sob influência da crescente conscientização quanto a questões ambientais e da revisão de premissas na antropologia em favor da diversidade de culturas, se afirmou a noção do patrimônio cultural urbano e com esse os debates acerca de sua conservação e preservação. (Castriota, 2009, p.83-86)

Neste sentido, ainda na década de 1970, formularam-se dois documentos referenciais: A Declaração de Amsterdã, resultado do Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, em 1975 (Cury, 2000, p. 199-216), que trouxe a noção da “Conservação Integrada” (CI) e as Recomendações para Salvaguarda de Conjuntos Históricos, elaboradas no âmbito da Conferência geral da UNESCO em Nairobi, em 1976 (Cury, 2000, p. 217-234) e que consolidou o reconhecimento desses como patrimônio cultural, servindo de referência teórica às iniciativas de sua proteção.

O primeiro documento (Amsterdã, 1975) teve por inspiração a emblemática experiência de reabilitação do patrimônio na cidade de Bolonha (Itália), sob governo socialista, na qual foram mantidas as populações tradicionais no centro histórico. Segundo o documento, a conservação do patrimônio deve constituir-se no “[...] objetivo maior do planejamento das áreas urbanas [...]” (Cury, 2000, p. 200), mas deve fazê-lo considerando as demandas da vida moderna. Diz ainda que nos processos de intervenção em centros históricos, sempre que possível deve manter-se sua população. (Cury, *op. cit.*, p. 214).

O segundo documento, (Nairobi, 1976) teve por objetivo fazer recomendações à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. De forma detalhada apresenta extensa lista de medidas a serem empreendidas, de diversas naturezas (jurídica, social, técnica, etc.), dentre as quais a regulamentação e controle de novas construções e sua inserção harmoniosa “[...] nas estruturas espaciais e na ambiência[...]” (Cury, *op. cit.*, p. 227). O documento recomenda ainda que a “proteção e restauração” dos conjuntos sejam “[...] acompanhadas de atividades de revitalização [...]”, sugerindo, inclusive, que “[...] uma política de revitalização cultural deveria converter os conjuntos históricos em polos de atividades culturais [...]” (Cury, *op. cit.*, p.228-229).

Aos documentos apresentados, seguiram-se outros, como: a Carta de Washington (1986) que remete a um contexto de cidades ameaçadas de “degradação, deterioração [...] sob efeito de um tipo de urbanização nascido na era industrial e que hoje atinge universalmente todas as sociedades” (Cury, *op. cit.*, p.281) e a Carta de Petrópolis (1987), que aprimora a noção de salvaguarda dos conjuntos históricos, com o mérito de adequá-la ao contexto brasileiro e enfatizar valores e sentidos do patrimônio inerentes à esfera social e política. Assim, sucessivamente, atualizados e complementados os documentos precursores se mantêm vivos, permanecendo como referência na proteção do patrimônio cultural urbano, não obstante sua aplicação.

O documento de Amsterdã defende a permanência dos grupos sociais, enquanto o de Nairobi recomenda os usos comerciais e culturais como meio para revitalização dos conjuntos históricos, o que veio a se configurar numa fórmula exaustivamente reproduzida, de intervenção em áreas históricas, cujos efeitos nem sempre foram favoráveis. Com diversas nomenclaturas — reabilitação, revitalização, regeneração, requalificação e outras assemelhadas — que têm em comum as condições pretéritas que supostamente estariam sendo restabelecidas (Vasconcellos; Mello, 2009), tais experiências, contudo, funcionaram como ativos financeiros no mercado imobiliário

e fomento às atividades turísticas, frequentemente distanciando-se dos ideais de preservação e conservação evocados nas cartas.

A reprodução das experiências internacionais no Brasil não tem sido diferente. Numa economia de base capitalista, progressivamente alinhada com uma agenda neoliberal, a Declaração de Amsterdã tem servido mais a formulações teóricas que práticas, pois as intervenções realizadas nas antigas estruturas promovem, em geral, valorização imobiliária e presença de novos usos e usuários. Assim, não havendo políticas voltadas a permanência dos mais pobres, se assiste ao seu deslocamento para bairros distantes.

2. POLÍTICAS E INSTRUMENTOS NA ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO (1980-2008)

Nesta seção apresentam-se iniciativas que contribuíram na construção e sustentação de um ideário voltado a preservação e revitalização dos antigos tecidos urbanos na área central da cidade, entre os anos de 1980 e 2008, destacando-se em cada um, de forma sintética, os discursos que possibilitaram sua criação e continuidade, bem como o alcance prático que se efetivou em cada caso.

Assim como em cidades na Europa o êxodo de populações abastadas levou a alterações no perfil econômico e populacional da área central do Rio de Janeiro. Apesar da intensa verticalização orientada pelo eixo da avenida Rio Branco, constituindo uma área concentradora de comércio, sedes de grandes empresas, serviços financeiros e outros com alto grau de especialização, então identificada como área central de negócios (ACN), a cidade chega ao final dos anos 1970 com significativas parcelas do seu território com edificações e traçados herdados do período imperial ou mesmo colonial.

Com sinais de obsolescência, seja em antigos comércios, seja nos núcleos habitacionais, essas áreas, periféricas à ACN, constituíam-se em generoso estoque de terras para renovações futuras. Contudo, mediando tal perspectiva, as ideias internacionais relacionadas à preservação de antigas estruturas urbanas começaram a tomar corpo na cidade do Rio de Janeiro, em normativas e outros instrumentos, impondo a convivência das antigas práticas com as então recentes iniciativas preservacionistas. Esses, porém, se por um lado contemplavam ideais preservacionistas, por outro, passaram a favorecer estratégias de economia urbana que se sustentavam evocando o “retorno ao centro”, e a retórica da reabilitação das áreas centrais, que passaram a ser vistas como “[...] locais de oportunidades para geração de atividades e receitas, assim como produção habitacional.” (Silva, 2006, p. 13).

A partir de experiências precursoras, diretrizes relacionadas à preservação do patrimônio passaram a ser consideradas no planejamento, vindo a constituir-se em instrumento de política urbana, sob a denominação de Área de Proteção do Patrimônio Cultural (APAC), no plano diretor municipal (Lei Complementar n.º 16/1992).

Visando a ancorar reflexões acerca das experiências que sustentaram discursos em favor da HIS e do patrimônio no GPU Porto Maravilha, segue breve revisão de políticas e instrumentos.

2.1 CORREDOR CULTURAL:¹ AMPLAMENTE DIFUNDIDO TORNOU-SE REFERÊNCIA PARA VÁRIAS CIDADES BRASILEIRAS

Ainda no final dos anos 1970, sob influência de experiências estrangeiras, o Corredor foi constituído na esfera estatal, com apoio de grupos sociais intelectualizados, e até hoje vigora. Delimitou extensa área vizinha à ACN, vindo a constituir-se numa barreira a sua expansão horizontal. Os benefícios fiscais que oferecia foram atrativos para significativa parcela dos comerciantes e em poucos anos vários imóveis mostravam-se recuperados, construindo um consenso favorável às políticas de reabilitação urbana. Contudo, pontos comerciais menos valorizados e imóveis de uso residencial, ainda hoje estão carentes de investimento.

Discurso: direcionava-se manutenção do comércio tradicional e ao estímulo de atividades culturais e turísticas. A habitação não era foco do projeto.

Prática: buscava meios de realizar o discurso – manter o comércio tradicional. Utilizava-se de legislação de incentivo fiscal, do apoio técnico e da argumentação junto aos comerciantes, evocando os possíveis ganhos a partir de investimento na recuperação dos imóveis. Numa segunda fase, serviu de mote às estratégias de valorização da imagem da cidade e a proliferação de equipamentos culturais como âncoras à revitalização urbana.

2.2 SAGAS:² MOBILIZAÇÃO SOCIAL ENFRENTOU A AMEAÇA DE RENOVAÇÃO DE BAIROS POPULARES E CRIOU ÁREA DE PROTEÇÃO

Diferentemente do Corredor, idealizado na administração municipal, o projeto SAGAS³ constituiu-se na esfera social. Sua origem remete à mobilização da população em defesa de suas moradias, seu cotidiano e modos de vida, em início dos anos 1980,

1 Decreto n.º 4141/1983; Lei n.º 506/1984 e Lei n.º 1139/1987.

2 Decreto n.º 5459/1985; Lei n.º 971/1987; Decreto n.º 7351/1988.

3 Acrônimo dos nomes dos bairros Saúde, Gamboa e Santo Cristo.

diante da ameaça contida num projeto de renovação urbana. As associações de moradores organizaram um movimento de resistência⁴ que contou com a adesão de universidades, órgãos de patrimônio, organizações profissionais, prefeitura e outros setores da sociedade (GT-SAGAS, 1984). Alcançaram seu intento de instituir a proteção dos bairros. Assim como no Corredor, o instrumento adotado foi de natureza normativa, baseado em critérios para intervenção nas edificações e na paisagem, usos desejáveis e demais regras que garantissem unidade aos conjuntos arquitetônicos e ambiências, igualmente inspirados nas Recomendações de Nairobi (1976).

Porém, essa região se distinguiu do Corredor pela forte presença de moradias populares remediadas, cujos moradores em grande parte dependiam da atividade portuária e outras associadas. Fatores socioeconômicos que nos anos seguintes afetaram essa região, como retração da atividade portuária, desemprego e rebaixamento dos níveis de renda, podem ser apontados como responsáveis por certa frustração nas expectativas de conservação do ambiente construído. Porém, também é possível evidenciar que dada às limitações do instrumento – de natureza regulatória, com incidência restrita na dimensão material do patrimônio urbano e cuja aplicação dependia da iniciativa privada, ou seja, dos moradores empobrecidos – sua aplicação deveria estar orquestrada com políticas sociais, o que não ocorreu. Os instrumentos de proteção então instituídos permanecem vigentes, porém, sua aplicação vem se submetendo a novas agendas, como será visto

Discurso: preservação do patrimônio cultural urbano, composto das edificações modestas que abrigavam moradias, usos cotidianos e práticas sociais, além dos bens de valor excepcional, tombados ou indicados para tombamento.⁵

Prática: ferramental essencialmente normativo e limitado à dimensão física do patrimônio. Por alguns anos funcionou um escritório técnico (TECSAGAS) para apoiar as ações locais, mas sucumbiu a limitações operacionais do órgão municipal de patrimônio. Nos anos que se seguiram à criação da área de proteção, com o impedimento de demolição indiscriminada de imóveis e restrições ao seu potencial construtivo, os imóveis deixaram de interessar ao mercado imobiliário. O quadro

4 Tem-se como marco referencial do movimento a 1.^a Quinzena de Debates sobre o Bairro da Saúde, promovida pela “[...] comunidade e suas associações de moradores [...]”, em agosto de 1983 (GT-SAGAS, 1984).

5 Nesse caso, quem dava voz ao discurso era o grupo de trabalho encarregado de elaborar proposta para preservação dos bairros portuários, composto por profissionais dos órgãos de patrimônio e segmentos sociais que legitimavam a aspiração dos moradores.

de desassistência à região se agravou e muitas famílias deixaram os bairros. Muitos imóveis passaram a ser ocupados por populações mais pobres sem recursos para sua manutenção, conservação ou restauração (Silva, 2015).

2.3 LEI MUNICIPAL DE 1994:⁶ RESTABELECEU O USO RESIDENCIAL NA ÁREA CENTRAL

Após quase vinte anos de proibição da construção de novas moradias na área central (desde 1976), apoiada no ideário do zoneamento funcional modernista então dominante, essa Lei que “estabelece medidas para a revitalização do Centro da Cidade e seu entorno” (ementa da Lei n.º 2.236/1994), restabeleceu a permissão do uso residencial nessa área.

Discurso: Reversão de uma situação considerada anômala, possibilitando o desejável incremento populacional na área central.

Prática: a vigência da Lei voltou a possibilitar a produção ou melhoria de UH no Centro, porém, na prática, realizaram-se apenas alguns empreendimentos pontuais, apesar do recorrente discurso alinhado com as ideias de “retorno ao centro”, vigentes desde então.

2.4 PROGRAMA NOVAS ALTERNATIVAS (PNA): CAMINHO PARA PRODUÇÃO HABITACIONAL NAS APACS DA ÁREA CENTRAL

Instituído na Secretaria Municipal de Habitação (SMH), em 1996, o programa “criado para oferecer novas oportunidades de moradia em área já dotada de infraestrutura e serviços” (Rio de Janeiro, 1999, p. 90), visava a utilização de imóveis vazios ou subutilizados na área central. Objetivou formulação e lançamento de propostas inovadoras no campo da produção habitacional, enfrentando as inúmeras dificuldades decorrentes do desafio de inserir novas unidades no tecido urbano existente (Rio de Janeiro, 2000). Comungava assim com objetivos da conservação do patrimônio urbano, ainda que conciliar produção de habitação e preservação do patrimônio nem sempre tenha sido fácil, conforme desabafou a ex-coordenadora do Programa Clarissa Moreira (2016), em entrevista à autora. O Programa manteve-se vigente até 2016⁷ e apesar da baixa produtividade em obras realizadas, tem extensa produção em levantamento de imóveis e em centenas de estudos de viabilidade.

6 Lei n.º 2.236, de 14 de outubro de 1994.

7 A estrutura administrativa da prefeitura atualmente não explicita a existência do Programa, fazendo crer que tenha sido extinto. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/documents/6650245/ecf28a24-e095-4e56-9a79-3f89e49126d9>. Acesso em: 25 mar. 2020.

Discurso: produção de habitação na área central com base nos estudos arquitetônicos e na aprendizagem adquirida no processo que realizava.

Prática: em sua fase mais produtiva, foram inúmeras as dificuldades a superar em cada empreendimento, de diversas naturezas (de projeto, fundiária, cartorial, jurídica e principalmente de financiamento junto a Caixa Econômica Federal). Avançou na superação de algumas e equacionou outras, contudo, os processos eram morosos e a produtividade resultou muito baixa. Houve perda de apoio político e administrativo nas gestões que seguiram a de criação do Programa.

2.5 MORRO DA CONCEIÇÃO (1998-2000): O PATRIMÔNIO CULTURAL CONTRIBUINDO ÀS ESTRATÉGIAS DE TURISMO E VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA

Em final da década de 1990, no âmbito do Programa de Recuperação Orientada (Pro-RIO) e de um convênio da Prefeitura do Rio de Janeiro com o Governo Frances, justificado na apreensão de metodologia para reabilitação e valorização do patrimônio urbano, paisagístico e arquitetônico (Sigaud; Pinho, 2000, p. 13), o Morro da Conceição foi escolhido para experiência piloto.

Foram feitos vários levantamentos, pesquisa socioeconômica e eventos com a comunidade local visando a orientar os moradores quanto às condições de habitabilidade, regularização urbanística e situação fundiária de suas residências. Porém, a ausência de avanços significativos nas regras de financiamento ou no equacionamento das questões fundiárias veio a revelar seu real interesse — o aproveitamento turístico e a adoção de novas configurações voltadas à valorização imobiliária.

Discurso: o projeto afirmava o respeito ao valor cultural — evidenciado pelos trabalhos técnicos — e a garantia de permanência das populações locais.

Prática: não contou com a proposição de modelos alternativos, adequados à realidade local que pudessem enfrentar as dificuldades identificadas no diagnóstico. O escritório técnico implantado no Morro apenas apoiou a fase de levantamento. Porém, a atribuição de potencial turístico ao local proporcionada pelo projeto, provocou uma convergência de olhares, despertando interesse não apenas para visita, mas para moradia e empreendimentos.

2.6 PORTO DO RIO: PLANO ESTRATÉGICO QUE JÁ DESENHAVA O PORTO MARAVILHA

Em 2001, dando continuidade ao planejamento estratégico na cidade iniciado nos anos 1990, foi apresentado o Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro, Porto do Rio, cuja elaboração que se estende até 2008,

foi incorporando diversas propostas apoiadas em experiências de outras metrópoles mundiais ocorridas nas décadas anteriores, tendo por base a compreensão da área como: “[...] espaço estratégico de desenvolvimento urbano” (Moreira, 2004, p. 105). Ressalva-se, porém quedentre iniciativas voltadas à atração de empreendimentos privados e de turismo, o plano propunha fomento ao crédito e apoio às atividades na escala local, além da criação de políticas de reaproveitamento de imóveis de valor histórico para habitação (Moreira, 2004, p. 105).

Discurso: renovação na área baixa da região, enquanto nos morros seria preservada a morfologia histórica.

Prática: O quadro de desgaste político do Prefeito, bem como ausência de investimentos da iniciativa privada prejudicou a execução do projeto que apenas construiu dois equipamentos: Cidade do Samba e Vila Olímpica da Gamboa, além de inaugurar um espaço cultural no galpão cinco do cais do porto. (Faria, 2016, p. 201-202).

As iniciativas selecionadas constituem-se não somente num conjunto de experiências pautadas por ideais de preservação do patrimônio urbano, mas evidenciam também a não unidade de pensamentos e propostas no seu interior. Por exemplo, num mesmo recorte temporal, o Corredor Cultural apostava na recuperação dos imóveis como fator de atração de atividades, enquanto na área do SAGAS os moradores brigavam pela manutenção de suas moradias e modos de vida, também usando como ferramenta a preservação do patrimônio. O conjunto de iniciativas expõe ainda as transformações do pensamento ao longo do tempo, como por exemplo, na década de 1980 o Corredor Cultural preconizava a animação cultural e o turismo como forma de alcançar vitalidade, já na década de 1990, o PNA focava na habitação em áreas centrais alinhando-se ao ideário que reconhece esse uso como fator de vitalidade urbana.

Além das iniciativas elencadas, outras voltadas à promoção de habitação na área central, se realizaram, como:

a) Projeto “Oportunidades Habitacionais (1993-1994), com vistas a levantar áreas passíveis de aproveitamento habitacional, tendo resultado na identificação de cento e vinte terrenos, ainda que apenas um tenha sido utilizado, resultando num empreendimento para milhares de famílias (Moreira, 2004, p. 100);

b) Programa Monumenta, operado pelo Ministério da Cultura e IPHAN,⁸ no Rio de Janeiro interveio na Praça Tiradentes em espaços públicos e a partir de 2003 passou a financiar a recuperação de imóveis privados (Diogo, 2009);

8 Instituto do Patrimônio Histórico e artístico Nacional.

c) Estudos do IPP⁹ que resultaram no Relatório “A retomada do Centro da cidade: macrofunção habitar o Centro” (Rio de Janeiro, 2003);

d) Iniciativa do Ministério das Cidades que considerando as intenções do plano Porto do Rio, incluiu a região portuária no Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais (Balbim; Rolnik, 2005, p. 24-35) propondo ações, com ênfase na questão habitacional, social e a recuperação do patrimônio a elas associadas.

O Ministério das Cidades considerava que caberia ao Estado se antecipar, resguardando terrenos para habitação de interesse social (HIS), antes de acirrarems-se as disputas pelos imóveis no mercado (Balbim; Rolnik, 2005, p. 18). A prefeitura rompeu os entendimentos com o ministério quando escolheu intervir na região portuária numa modelagem que contemplava parcerias público-privadas ao invés do consórcio público proposto pela União (Faria, 2016, p. 145-146), lançando as bases do GPU Porto Maravilha, que será tratada na seção que segue.

3. POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO E HABITAÇÃO NO PORTO MARAVILHA

Considerando-se a perspectiva da relevância do uso residencial como componente da diversidade e vitalidade urbana e tendo em vista a presença de populações residentes, bem como a tradição popular da região, esta seção analisa duas iniciativas vinculadas ao Projeto Porto Maravilha – Programa Novas Alternativas (PNA) e o Programa de Apoio Financeiro à Recuperação de Imóveis de Preservação (Pro-APAC), identificando-se escolhas e possíveis beneficiários das decisões de projeto e ações realizadas.

A região portuária compreende um conjunto de bairros dotados de excepcional conteúdo cultural, relacionado à formação da cidade e seu povo. Tendo participado de todos os ciclos econômicos do Brasil (cana de açúcar, mineração e café), em virtude de sua atividade portuária tornou-se um espaço miscigenado e culturalmente rico. Com forte presença dos negros escravos e posteriormente dos trabalhadores da indústria e do porto, conservou ao longo dos anos expressões e manifestações das diversas etnias africanas, bem como de imigrantes europeus. Esses traços, expressos na paisagem, no traçado das vias, nos conjuntos edificados, bem como nos seus vários territórios culturais, atribuem excepcional valor cultural à região (Guimarães, 2014; Motta, 2000; Arnaut, 1984), possibilitando ao projeto em tela potencializar os lucros de suas operações atribuindo usos rentáveis aos imóveis e ambientes de valor cultural.

9 Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Como antecedente na região ressalta-se a preservação alcançada com a criação do SAGAS (1985), mas também a estagnação econômica, o esvaziamento populacional e o empobrecimento que se seguiram e que fizeram dela alvo de especulação, não apenas de terras e de valores imobiliários, como das ideias de revitalização que passaram a alimentar esses processos. Tais ideias, constantemente motivadas por perspectivas de renovação, a despeito da extensa área legalmente protegida, decorreram em grande número de planos e projetos de iniciativa de diversos entes, como a Empresa de Portos do Brasil (Portobras) ou a Cia Docas, operadora do porto (Moreira, 2004, p. 97-98).

Também a prefeitura passou a elaborar projetos para a região e com isso a expor suas dicotomias. Enquanto a equipe da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio ambiente, na elaboração do Plano de Estruturação Urbana da Zona Portuária (PEU), em 1992, buscava orientar a renovação da área, mediante a identificação, preservação e reabilitação do patrimônio histórico, estimulando o uso habitacional (Moreira, 2004, p. 98) e com isso reconhecia o potencial cultural, social e econômico da região, a partir de 1993, pautados no planejamento estratégico que se impunha, os prefeitos passaram a apoiar projetos propulsores de vitalidade para o pier Mauá e para outros locais, como o projeto Cidade Oceânica do Rio de Janeiro – Centro Internacional da Água e do Mar (1994), o do Morro da Conceição (1998) e o Porto do Rio (2001-2008), antes mencionados. Constata-se, assim, que nessas iniciativas já estavam postas as sementes da modelagem financeira posteriormente adotada na viabilização do projeto Porto Maravilha.

De natureza estratégica, o GPU Porto Maravilha reproduz modelos internacionais que operam a produção do espaço como mercadoria, promovendo a valorização imobiliária e grande volume de obras nos processos de requalificação urbana. Neste contexto, cultura e patrimônio cultural são imbricados na transformação urbana, pois seu capital simbólico favorece a reprodução do capital financeiro. Dessa forma tais projetos adquirem um caráter urbano-cultural (Kara-Jose, 2007), construindo um consenso junto à sociedade acerca de suas qualidades e necessidade. (Arantes, 2011; Faria, 2016; Harvey, 2005; Sanchez, 2010; Vainer, 2011)

O Porto Maravilha foi instituído como uma Operação Urbana Consorciada (OUC), pela Lei Complementar (LC) 101/2009 e o Programa Novas Alternativas (PNA) foi apresentado como componente habitacional da Operação,¹⁰ suprimindo lacuna da LC,

10 Cf.: audiência Pública na Câmara de Vereadores em 11 de setembro de 2009. Apresentação de slides. Slide 32/57. Disponível em: http://www.camara.rj.gov.br/planodiretor/pd2009/porto2009/aud_public_porto_maravilha.pdf.

bastante vaga em relação à HIS. A incorporação do Programa ao grande projeto era bastante conveniente, pois além de agregar o capital simbólico de sua credibilidade, sua produção habitacional ocorreria na APAC SAGAS, sem comprometimento social das áreas planas dotadas de boa perspectiva de retorno financeiro.

Porém, a produção habitacional pelo PNA não se efetivou. As obras viárias desencadeadas na Operação modificaram traçados e eliminaram muitos imóveis. Outros tiveram sua destinação de uso alterada para atender novas necessidades do GPU, acarretando sensível redução no estoque potencial de imóveis para reabilitação e produção de novas unidades pelo PNA. Porém, mesmo para utilização dos que restaram, não houve alocação de recursos, apesar dos altos investimentos realizados no grande projeto. Como mencionado, de 2009 a 2016, os recursos para HIS destinaram-se exclusivamente à produção de novas unidades pelo PMCMV nas periferias distantes, sendo algumas dessas destinadas a famílias removidas da região portuária em razão das obras.

Em 2015, acenderam-se novas perspectivas para o PNA. Como condição para repasse de recursos ao Consórcio responsável pela OUC, o Ministério das Cidades exigiu a elaboração do Plano de Habitação de Interesse Social (PHIS) do Porto do Rio, logo providenciado. Nesse, cujas propostas não se efetivaram, a carência de HIS seria atendida com novas unidades a serem produzidas nos tecidos históricos da área central pelo PNA, tendo sido estabelecidas as metas de cinco mil UH em curto prazo e outras tantas a médio e longo prazo. Apesar das ousadas metas numa região sob forte especulação imobiliária e cujo valor do solo ascendia rapidamente, o plano não apresentou qualquer ferramenta para reserva de imóveis para tal finalidade. Decorreu que mesmo tendo sido consignada no plano, nenhuma produção ocorreu, evidenciando o não compromisso do empreendimento urbano com moradia para os mais pobres.

No âmbito cultural, além da inauguração de dois museus, promoção de eventos e outras atividades de animação e, bem como a restauração de imóveis exemplares, também contribuíram na visibilidade do grande projeto obras de requalificação urbana no Morro da Conceição e recuperação de imóveis pelo Programa Pro-APAC. Criado em 2012, sob a coordenação do IRPH,¹¹ em 2013 o Programa lançou dois editais para diversas APACs na área central, tendo contemplado o total de dezesseis imóveis. Para a região portuária o primeiro e único edital válido foi lançado em 2014, tendo contemplado oito imóveis.

11 Decreto municipal n.º 35.879, de 05 de julho de 2012.

Concebido como produto cultural, o programa destinou recursos, a fundo perdido, a serem investidos na sua conservação ou restauração de imóveis preservados ou tombados (artigo 10, Decreto n.º 35.879). Mediante critérios estabelecidos em edital público os imóveis eram selecionados e os recursos passados aos proprietários. Dentre outros critérios de menor pontuação, considerava-seo “impacto [...] sobre a “fruição pública do patrimônio cultural” (inciso II, artigo 11, Decreto n.º 35.879), bem como sua “contribuição pública [...] para a paisagem e ambiência cultural” (inciso III, artigo 11, Decreto n.º 35.879).

Em que pese a pouca objetividade desses critérios, para além deles, o usohabitacional figurava como o de mais elevada pontuação. Porém, a ausência de ferramentas que protegesse a manutenção desse uso ou que estimulasse proprietários de imóveis residenciais a aderir ao Programa, tornou essa prioridade inócua, ainda que útil à construção de imagem positiva para o GPU. Como resultado, os usos dos imóveis contemplados na região portuária atenderam ao turismo, como albergues e restaurantes e ao segmento da economia criativa, como estúdios de criação e espaços de exposição (Faria, 2016, pp. 284-286).

Ao contrario de promover a reabilitação de imóveis para fins de moradia popular, especialmente para aqueles já residentes, a formulação do programa, cujo formato se pautava pela lógica do livre mercado, tendia a apoiar aquele que pudesse oferecer contrapartida ao investimento público. Em seu formato apartado das estruturas sociais, econômicas, culturais e fundiárias da região, distanciou-se do princípio consagrado da presença do uso habitacional como fator de preservação do patrimônio urbano (Diogo, 2009, pp.22-23), como também não estabeleceu qualquer diálogo com o PNA.

O conjunto de características que “desenharam” o Pro-APAC denunciam seu alinhamento com os agentes do GPU Porto Maravilha, possibilitando a transformação dos tecidos históricos em distritos culturais e garantido, mesmo apesar do baixo desempenho, visibilidade na mídia, favorecendo o grande projeto. Seu não compromisso com a população local, modos de vida e atividades, distancia-o dos princípios da salvaguarda dos conjuntos históricos, que remete a valores para além da dimensão material e sua expressão estética.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, a partir das experiências estrangeiras baseadas nas Recomendações de Nairobi (1976), a salvaguarda de conjuntos históricos tornou-se uma febre também no Brasil. No Rio de Janeiro, áreas do projeto Corredor Cultural, até então ameaçadas de demolição, passaram a gozar dos efeitos da recuperação dos pequenos conjuntos

comerciais, atribuindo a esse um caráter pioneiro e desencadeando diversas iniciativas que ao longo das últimas décadas intervieram na paisagem da área central. Tais iniciativas, contudo não priorizaram o uso habitacional, seja fixando populações já residentes, em condições adequadas de moradia, seja repovoando essa área com camadas sociais menos favorecidas, dada a sua abundância de equipamentos e serviços ofertados.

Também iniciativas de requalificação do espaço urbano associadas à recuperação de edificações exemplares para fins culturais, a partir dos anos 1980 passaram a se replicar num centro visto como esvaziado, obsoleto, com sinais de degradação e abandono. A presença dos vários centros culturais, vistos como polos irradiadores de vitalidade por toda a área central, de fato, desde então, promove intensa atração de público, porém o intento de funcionarem como “polos irradiadores de vitalidade”, não ocorreu, constituindo-se até hoje em “ilhas de animação temporária” numa vizinhança escura e insegura.

Da breve revisão dos instrumentos municipais de intervenção, infere-se que o documento internacional de Nairobi (1976) foi incorporado apenas parcialmente, sendo contemplados aspectos relacionados à regulação urbanística e deixados de fora conteúdos referentes às dimensões econômica e social, inclusive medidas preventivas à especulação imobiliária.

Constata-se assim que agentes da “revitalização”, com uma visão reducionista da complexidade dos tecidos históricos, apostaram numa fórmula objetiva: restabelecer vitalidade comercial associada a usos culturais e animação. Lógica essa que elege algumas áreas, em detrimento de outras, conforme a perspectiva de retorno do investimento. Assim, conjuntos arquitetônicos sem interesse para essa dinâmica, comumente em precário estado de conservação e servindo de moradia aos mais pobres, sobrevivem na paisagem do Rio de Janeiro devido aos instrumentos de proteção ainda vigentes, como Corredor Cultural, SAGAS e outras APACs, constituindo-se, contudo, em enclaves sociais.

Apesar disso, no discurso, ao longo de várias décadas, gestores municipais preconizaram a relevância do uso habitacional no Centro. Enquanto isso, na prática, os baixos resultados do Programa Novas alternativas (PNA), apesar de suas proposições alinhadas ao contexto das áreas centrais, denunciavam o pouco interesse da gestão governamental nas suas ações. Num outro viés, ao longo desse mesmo período, com o discurso da revitalização do Centro foram sustentadas ações de fortalecimento imagético e fomento cultural.

Na compreensão desse processo, porém, vale lembrar o pensamento estratégico que aportou no Rio de Janeiro no início dos anos 1990 e a partir de então incorporou

iniciativas de requalificação urbana como estratégia política e econômica para projeção da cidade no cenário mundial. Em tais estratégias, a distinção entre cultura e patrimônio cultural se diluiu, diante do capital simbólico de ambos, passando a serem operados como viés de oportunidade de negócios, como se verificou no grande projeto Porto Maravilha.

Como visto, a finalidade declarada de recuperar o patrimônio edificado teve como instrumento o programa Pro-APAC que operou em sintonia com as aspirações de negócio dos proprietários de imóveis de valor cultural na APAC SAGAS, tendo sido instalados empreendimentos voltados a turismo, cultura e economia criativa. Porém, frustrando as expectativas dos agentes do GPU, o baixo quantitativo de imóveis reabilitados e suas localizações dispersas não possibilitaram os almejados efeitos sinérgicos de concentração de atividades, com reconfiguração dos ambientes, novos usos e usuários. Na perspectiva da preservação do patrimônio, contudo, o baixo desempenho do Programa pode ser favorável à construção de novas possibilidades de reabilitação que considerem vitalidade econômica associada à permanência da população, com seus modos de vida e valores ancorados nos ambientes urbanos que justificaram a criação da APAC SAGAS.

Por outro lado, o PNA, voltado à produção habitacional em tecidos históricos, se moldou no comprometimento com a salvaguarda do patrimônio cultural urbano e, apesar das poucas unidades produzidas, por suas práticas alcançou credibilidade nos meios profissionais, tendo sido incorporado ao grande projeto Porto Maravilha em dois momentos: na fase inicial (2009), quando da aprovação da OUC e no PHIS do Porto, em 2015, quando foi preciso apresentar em tempo recorde proposta habitacional.

Ambos os programas estudados, PNA e Pro-APAC, sustentaram discursos em favor da relevância da HIS na área central e do patrimônio cultural. A luz de seus baixos desempenhos, de forma preliminar, é possível supor alguns motivos. O Pro-APAC, alinhado aos interesses do grande projeto urbano (GPU), em busca de agilidade e resultados, parece ter cometido erros de concepção que o tornou insustentável, como a adoção do modelo de produto cultural para realização de obras e o apoio financeiro a fundo perdido.

O PNA, por outro lado, dada a complexidade do contexto em que atua, não tem como responder ao pragmatismo do mercado e da política, tendo sido apropriado no GPU em razão do capital simbólico de sua credibilidade. Assim, serviu para alimentar os discursos em favor da HIS nas áreas centrais, que como se pôde observar, jamais esteve efetivamente em pauta. Evidencia-se, assim o distanciamento entre discurso

e prática, bem como a utilização do Programa em favor dos agentes do GPU e de suas estratégias de *citymarketing* e promoção cultural.

Como perspectiva idealizada, considera-se que um projeto desenhado de forma mais ampla/democrática — com a participação dos atuais moradores e a intenção prioritária de sua permanência, com contribuições de segmentos sociais e profissionais comprometidos com a preservação dos valores e sentidos do patrimônio urbano da região portuária e o estímulo à produção de unidades de habitação social, resultaria num desenho cuja dimensão econômica seria meio para alcançar soluções socialmente adequadas e aderentes à complexidade do território, especialmente nas questões fundiárias e sociais. Tais soluções, distantes das práticas recorrentes e da conveniência da lógica do mercado, possivelmente exigiriam da esfera pública tolerar prazos não políticos e mobilizar recursos financeiros e regulatórios, por vezes contrariando interesses de grupos que historicamente vêm sendo contemplados nos processos de produção do espaço urbano nas cidades brasileiras.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Otilia. Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas. *In*: ____; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 11-74.
- ARNAUT, Jurema Kopke Eis. Morro da Conceição, Rio: uma proposta de preservação sem tombamento. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Fundação Nacional Pró-Memória, Rio de Janeiro, n. 19, p. 97-111, 1984.
- BALBIM, Renato; ROLNIK, Raquel (coords.). **Reabilitação de Centros Urbanos**. Brasília: Ministério das Cidades, 2005. Caderno 3.
- CARLOS, Cláudio Antonio Lima. Um olhar crítico sobre a zona portuária da cidade do Rio de Janeiro. **Revista Bitacora**, Bogotá, v. 17, n. 2, p. 24-53, jul-dez, 2010.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.
- DIOGO, Erica (org.). **Recuperação de imóveis privados em centros históricos**. Brasília, DF: IPHAN, Programa Monumenta, 2009.
- FARIA, Maria Lúcia Borges de. **Preservação do patrimônio cultural urbano no “Porto Maravilha”, Rio de Janeiro**: disputas e deslocamentos de sentido nas políticas, práticas e instrumentos. 2016. 418p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo — PPGAU, Universidade Federal Fluminense — UFF. Niterói, RJ, 2016.

GRUPO DE TRABALHO COMUNITÁRIO E INSTITUCIONAL (GT-SAGAS). **Projeto SAGAS**. Relatório, 1984.. (Cópia datilografada, disponível na Biblioteca IRPH).

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. **A utopia da pequena África**: projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na zonaportuária carioca. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

KARA-JOSE, Beatriz. **Políticas Culturais e negócios urbanos**: a instrumentalização da cultura na revalorização do centro de São Paulo (1975-2000). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

LIMA Jr, Pedro Novais. **Uma estratégia chamada planejamento estratégico**: deslocamentos espaciais e a atribuição de sentidos na terapia do planejamento urbano. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

MOREIRA, Clarissa da Costa. **A cidade contemporânea entre a tábula rasa e a preservação**: cenários para o porto do Rio de Janeiro. São Paulo: EdUNESP, 2004.

MOREIRA, Clarissa da Costa. **Clarissa da Costa Moreira**: depoimento. Entrevistadora: Maria Lúcia Borges de Faria. Entrevista concedida dia 27 de junho de 2016, na Escola de Arquitetura e Urbanismo/UFF. Rio de Janeiro, 2016.

MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. //: ARANTES, Antonio Augusto (org). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000, p. 256-287.

RIO DE JANEIRO (cidade). Secretaria Municipal de Habitação (SMH). **Novas Alternativas**: projetos e propostas habitacionais para o Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro, 2000.

RIO DE JANEIRO (cidade). Secretaria Municipal de Habitação (SMH). **Cidade Inteira**: a política habitacional da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999.

RIO DE JANEIRO (cidade). Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU). Instituto Pereira Passos (IPP). **A retomada do Centro da cidade**: macrofunção habitar o centro. Rio de Janeiro, 2003. Coleção Estudos Cariocas. v. 3. Relatório n.º 2003060. Disponível em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2347_A%20retomada%20do%20Centro%20da%20cidade%20-%20Macrofun%C3%A7%C3%A3o%20Habitar%20o%20Centro.pdf. Acesso em: 28 maio 2018.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó, SC: Argos, 2010.

SÁNCHEZ, Fernanda; BROUDEHOUX, Anne-Marie. Mega-events and urban regeneration in Rio de Janeiro: planning in a state of emergency. **International Journal of Urban Sustainable development**. v. 5, n. 2, p. 132-153, 24 out. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/19463138.2013.839450>. Acesso em: jun.2014.

SIGAUD, Márcia Frota; PINHO, Cláudia Maria Madureira de. **Morro da Conceição: da memória o futuro**. Rio de Janeiro: Sextante, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.

SILVA, Helena Menna Barreto. De volta a cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” do centro urbanos (Apresentação). *In*: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine *et al.* (coords.) **De volta à cidade:** dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” do centro urbanos. São Paulo: Annablume, 2006. p. 7-19.

SILVA, Luiz Eduardo Pinheiro da. **Luiz Eduardo Pinheiro da Silva:** depoimento. Entrevistadora: Maria Lúcia Borges de Faria. Entrevista concedida dia 10 de março 2015, na sede do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH). Rio de Janeiro, 2015.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. *In*: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2011 b, p. 75-104.

VASCONCELLOS, Lélia Mendes de; MELLO, Maria Cristina Fernandes de. Re: atrás de, depois de... *In*: VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. **Intervenções em Centros urbanos:** objetivos, estratégias e resultados. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2009, p. 53-65.

VAZ, Lilian Fessler. A “culturalização” do planejamento e da cidade: novos modelos? *In*: FERNANDES, Ana; JACQUES, Paola Berenstein (orgs.). **Cadernos PPG-AU/FAUFBA** – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Bahia. ano 2, número especial. Salvador: PPG-AU/FAUFBA, 2004, p. 31-42.

VAZ, Lilian Fessler; JACQUES, Paola B. Territórios culturais do Rio. *In*: JEUDY, Henri-Pierre; JACQUES, Paola Berenstein (org.). **Corpos e cenários urbanos:** Territórios urbanos e políticas culturais. Salvador: EdUFBA, 2006, p. 75-92.

MANIFESTAÇÕES SOCIAIS NA ÁREA CENTRAL CARIOCA: PATRIMÔNIO CULTURAL E APROPRIAÇÃO SIMBÓLICA DO ESPAÇO PÚBLICO

**DIEGO MARQUES DOS SANTOS RAMOS
ANDRÉA DA ROSA SAMPAIO**

INTRODUÇÃO

Os espaços públicos da área central da cidade do Rio de Janeiro são frequentemente palco de grandes manifestações políticas, sociais e culturais de diversas ordens, em diferentes contextos, e têm estado em evidência pelas crescentes interações cidadão/ espaço urbano, conforme cada vez mais recorrentemente observado nas mídias. Nos recentes atos políticos e artísticos pacíficos, realizados, sobretudo na Cinelândia,¹ observou-se a apropriação pela população carioca do espaço público urbano, como palco para expressão de ideais, bem como área de lazer e espaço aberto à sociedade. Tal fenômeno desencadeia novos olhares e trocas — tanto no mundo físico quanto no virtual — sobre seu espaço, agregando ainda mais valor simbólico à sua morfologia urbana, imbricada de historicidade e valor patrimonial.

A complexa relação entre as manifestações sociais e o patrimônio cultural da área central Carioca será discutida neste trabalho, buscando problematizar o caráter catalisador do patrimônio edificado para as manifestações sociais, como meio de ressignificação e propagação de seu caráter simbólico, discutindo o papel dialético das barreiras protetivas (grades, tapumes, cercas) dispostas em volta dos patrimônios edificados durante as grandes manifestações sociais. Se por um lado tais barreiras previnem possíveis depredações à edificação, por outro levanta-se a questão de que, ao escondê-la, na verdade se a pode estar esvaziando de significado como bem cultural, e, portanto, tornando-o mais suscetível à uma possível depredação. Não se pretende esgotar o tema, mas contribuir para o debate, questionando se proteger o patrimônio edificado de possíveis depredações é vedá-lo do contato direto com os manifestantes, ou, estreitar os laços entre os cidadãos e o bem a ser preservado, evidenciando seus valores e memórias.

¹ Manifestações em defesa da Cultura do Estado do Rio de Janeiro (2017) e referentes ao assassinato da vereadora Marielle Franco (2018/2019).

A reflexão sobre o papel do patrimônio cultural como elemento ativador ou estimulador dos movimentos sociais emerge a partir da observação das Marchas de Junho, de 2013 ou da “Revolta do Vinagre”, como ficou conhecido o conjunto de manifestações multitemáticas, principalmente de jovens, ocorridas naquele ano, em várias cidades brasileiras, desencadeadas pelo aumento de vinte centavos nas passagens de ônibus (G1, 2018). Com base em Ramos (2015), constata-se que determinadas edificações ou ambientes urbanos — praças e avenidas e ruas — tem poder simbólico impregnado, capaz de aglutinar grandes concentrações sociais ao longo do tempo, busca-se investigar as apropriações simbólicas nas manifestações sociais a partir do caso da dita Revolta do Vinagre ocorrida, no caso do Rio de Janeiro, na Avenida Rio Branco, em 2013.

Parte-se da premissa que esta vocação do espaço é reflexo do processo histórico de consolidação da área urbana central da cidade do Rio de Janeiro como centralidade (Sisson, 2008), desde a modernização da capital carioca no início do século XX até os dias atuais. A avenida Rio Branco figura, desde as reformas urbanísticas da capital carioca, como representação imagética do poder, sendo construída na Reforma de Pereira Passos (1903-1906) como símbolo de uma sociedade próspera e digna de investimentos estrangeiros, expondo-se como “Vitrine do progresso”, e assim, centro irradiador da capital e do país.

As manifestações sociais, abrigadas pelas formas urbanas patrimoniais e suas respectivas significações, estabelecem uma relação dialética entre o espaço e as políticas públicas. Desencadeia-se uma reação na sociedade, que conectada a este contexto, atribui valor a certas edificações como reconhecimento de símbolos de poder, que devem ser questionados ou afirmados. Nesse sentido, as manifestações sociais na área central do Rio de Janeiro podem ser discutidas a partir da compreensão das estruturas físicas e da história dos espaços que as abrigam e potencializam.

Merece destaque o enorme poder de difusão das mídias sociais em potencializar o número de participantes e a repercussão das manifestações, como verificado em 2013, inclusive por meio de mapas e relatos dos manifestantes em plataformas digitais e redes sociais. Esta reflexão terá como base empírica os relatos e mapas da plataforma digital #protestosbr (Gomes e Freitas, 2013), cuja finalidade foi construir mapas colaborativos durante os notórios protestos em 2013. A partir dessa fonte, será possível analisar fatores fundamentais nas discussões da memória urbana: os atores, as trocas, formas, processo e o tempo.

Problematizar e entender os impactos causados pelas grandes concentrações de massa, em áreas públicas, que rompem, ainda que de forma efêmera, a consonância

adquirida a longo dos tempos de vivências empíricas, entre população e ambiente construído, são fundamentais para compreender as formas de apreender, ocupar e permanecer da cidade, bem como valorizar seu patrimônio cultural.

1. A HISTORICIDADE, A IMAGEM E APROPRIAÇÃO SOCIAL: O PATRIMÔNIO CULTURAL

A atual área central Carioca corresponde ao núcleo urbano original até o século XIX, onde se concentra grande parte do patrimônio urbanístico da cidade do Rio de Janeiro. Essa área abriga marcos construídos referenciais da cidade do estado do Rio de Janeiro e do país, como reflexo da história político-administrativa de cerca de dois séculos como capital brasileira. O reconhecimento de alguns desses elementos como patrimônio cultural ocorreu em diferentes momentos, de acordo com noção de patrimônio então prevalente, conforme Sampaio (2016), gerando na população também diferentes interações de reconhecimento e negação destes marcos, percebidos como bens a serem conservados ou não para a sociedade contemporânea.

Através da análise conjunta do espaço e sociedade evidencia-se o caráter complementar de processo e forma, fundamental para a compreensão de uma série de revoltas sociais deflagradas ao longo do processo histórico da cidade do Rio de Janeiro. Pretende-se, desta maneira, entender como o espaço urbano é apropriado a partir de uma sociedade historicamente determinada, segundo relata Abreu (1987), e logo, “como os processos que têm lugar nas cidades determinam uma forma espacial. Por outro lado, implica também estudar a essência das formas, ou seja, a significação como patrimônio cultural a partir de seu papel desempenhado nos diversos momentos porque passa a sociedade no tempo.”

A morfologia e as tipologias urbanas determinam a necessidade de se dialogar com a Arquitetura outros campos de interesse na cidade – História, Geografia e Sociologia. Evidenciando a Arquitetura como elemento concreto constituído, e enquanto técnica construtiva, ao longo do tempo e do espaço, Rossi apresenta a cidade, como arte ou artefato a partir de um profundo conhecimento das relações dos homens e reconhecendo os históricos como meios de, através da Geografia e Sociologia, compreender o que efetivamente estrutura os fatores urbanos. Apresenta ainda a arquitetura “[...] como uma criação inseparável da vida civil e da sociedade em que se manifesta; ela é por natureza coletiva.” (Rossi, 1998). Daí a importância de compreender o conceito dos fatos urbanos, sendo os monumentos,

os elementos primários que podem evidenciar que as cidades se desenvolvem através de um núcleo agregador definido pela dinâmica urbana, que perdura e que se apresenta como marca determinante de um lugar.

Tal qual defendido por Rossa (2015), concebe-se o patrimônio como um passado ativo, uma herança do passado que requer gestão permanente. O patrimônio pode ser considerado, portanto, um dos ativos² da cidade contemporânea. Nesse sentido, defende-se a compreensão da cidade como bem cultural, nos moldes dos argumentos de Meneses (2006), que a concebe como um artefato socialmente apropriado em três dimensões, intimamente imbricadas, que atuam solidariamente: a dimensão do artefato, uma vez que a urbanização é um produto próprio da sociedade; a dimensão do campo de forças, em cujo espaço se desenvolvem tensões e conflitos na economia, na política, na vida social, nos processos culturais, etc. e, finalmente, a dimensão das significações, que dotam de sentido e inteligibilidade o espaço.

Como conceito mediador para a leitura das relações estabelecidas pelo patrimônio na cidade contemporânea, adota-se o patrimônio urbanístico. Concebido como um conceito-ação por Rossa (2015), o patrimônio urbanístico consiste no “sistema de relações formais estáveis sobre o qual a urbe se cria e se recria”, que instrumentaliza análises que fundem valor cultural e identidade com a contínua transformação da cidade, tendo como resultante a paisagem.³ Trata-se, portanto, de um bem histórico e identitário, que funde valores materiais e imateriais.

1.1 AVENIDA RIO BRANCO: DE VITRINE A PALCO DE MANIFESTAÇÕES DA SOCIEDADE

A história política do país está expressa na artéria central carioca não somente por sua forma/aparência, mas também através de sua significância desse patrimônio urbanístico junto à sociedade. Nesse sentido, seu caráter simbólico de vitrine do país consolidou-se na imponência de sua arquitetura, nos usos de suas edificações, propiciado pela extrema visibilidade inerente à centralidade, e sobretudo pela repercussão imediata na Imprensa, cujas sedes ali situavam-se. A cada evento ali realizado, ou a cada ciclo político do Rio de Janeiro, ainda capital federal, o percurso

2 A tradução do original em inglês “*asset*”, como ativo, ou bem, como no campo da economia, usada por Rojas (1999). O termo é usado no campo do patrimônio cultural, como bens culturais, ou *Cultural assets*.

3 Rossa (2015) defende a adoção do conceito patrimônio urbanístico, o considerando mais adequado aos processos de reabilitação urbana do que o conceito de patrimônio urbano, que denotaria a identificação de uma paisagem urbana antiga.

urbano da antiga Avenida Central, Praça Mauá, Cinelândia incrustava-se na memória social. Com a abertura da avenida Presidente Vargas, a Candelária e sua esplanada se abrem para a avenida Rio Branco, emprestando-a seus muitos significados sociais, religiosos e formais e reforçando ainda mais sua centralidade. (Ramos, 2015)

FIGURA 41: MANIFESTAÇÃO NA CINELÂNDIA EM 18 DE JUNHO DE 2013. O PROTESTO CONTRA GASTOS EXCESSIVOS COM A COPA DO MUNDO, AUMENTO NAS TARIFAS DE TRANSPORTE E POR MELHORIAS NA SAÚDE E EDUCAÇÃO.



FONTE: WIKICOMMONS, 2013. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://COMMONS.WIKIMEDIA.ORG/WIKI/FILE:ABR17062013TMZ0029.JPG](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:ABR17062013TMZ0029.JPG). ACESSO EM: 12/12/2017.

A avenida Rio Branco, na área central carioca, é parte de um imaginário da cidade do Rio de Janeiro (Borde, 1998). O local, ao longo de sua história, vivenciou uma teia de significados diversos que se constituíram em parte inalienável da identidade da cidade. Justificada a construção da avenida Rio Branco, em 1904, como eixo modernizador, nasce em moldes franceses por meio de concursos de fachada, mediados por altos investimentos de infraestrutura urbana e intensa mudança de comportamento social. Consolidando, na República Velha, o papel do Rio como o espaço do poder, a Fachada do país (Borde, 1998). Suas construções explicitam a evolução urbana do Rio de Janeiro, suas influências e alternativas tais como: as desapropriações; o capital privado investindo em vias públicas; a chegada do cinema e ativação da vida social

noturna; a influência norte-americana em padrões urbanos e de consumo; o capital bancário; as tensões urbanas ditatoriais; a busca pela liberdade de expressão; o centro empresarial, entre outros. A avenida modificou seus padrões construtivos e estéticos e suas vivências conforme a sociedade alterava suas expectativas e a própria sociedade adequou-se aos novos padrões da avenida.

Em Ramos (2015), busca-se alcançar uma melhor compreensão acerca do processo de consolidação morfológica da avenida Rio Branco, como uma centralidade do Rio de Janeiro, identificando o papel desempenhado pelas manifestações sociais na configuração do território da avenida e, em sentido retórico, perceber de que modo essa forma urbana influencia as ações da sociedade na espacialidade constituída pela própria avenida.

Não só manifestações políticas e festivas marcaram a área central carioca, sobretudo a avenida Rio Branco. Muitos foram os féretros⁴ que saíram da Assembleia, e da própria Cinelândia, em direção ao Cemitério São João Batista, como o do Presidente Luiz Carlos Prestes, em 1990, passando pela Avenida Central que, inclusive, teve seu nome alterado em homenagem póstuma, passando a chamar-se avenida Rio Branco, tal é seu poder simbólico impregnado. A escadaria da Assembleia, e de todo o “Pentágono das Artes”,⁵ tem um papel significativo nas manifestações, segundo padrões clássicos de arquitetura, confere monumentalidade e permite a visibilidade de diversos pontos da via. Além disso, a função óbvia de acesso é revisitada, e, neste evento, adquire a forma e função de palanque de exposição, colocando o sujeito em destaque na paisagem. Bem como vale a sua inversão, quando se utiliza as escadas como arquibancada para observação e controle. Mesmo fato que ocorreu com o Palácio Pedro Ernesto, com Edson Luís, em 1968, e Marielle Franco, em 2018. Este tipo de absorção de uso é comum e se torna versátil pelas diferentes formas de utilização ofertadas. Nos próprios blocos de carnaval, ou mesmo em manifestações políticas estes espaços são adaptados aos usos requeridos no momento.

Cabe explorar a escadaria, como típica dos padrões clássicos de arquitetura, confere ainda maior monumentalidade às edificações palacianas e permite a

4 Alguns dos mais significativos féretros ocorridos na avenida Rio Branco são: Barão de Rio Branco (1912); Rui Barbosa (1923); Edson Luís (1968) e Marielle Franco (2018)

5 Maranhão (2003) refere-se à área configurada pelo Supremo Tribunal Federal (1907), atual Centro Cultural da Justiça Federal, o Museu Nacional de Belas Artes (1908), o Teatro Municipal (1909), a Biblioteca Nacional (1910), a Câmara de Vereadores (1922). A reunião deste conjunto eclético, predominantemente neorrenascentista, de caráter institucional na Praça Floriano, reafirma o projeto de “civildade”, afrancesando o final do eixo da Avenida Central. (MARANHÃO, 2003).

visibilidade de diversos pontos da via para a edificação. Este tipo de absorção de uso é comum e se torna versátil à vida da cidade pelas diferentes formas de utilização ofertadas. Nos próprios blocos de carnaval, ou mesmo em manifestações políticas estes espaços são adaptados a usos requeridos no momento, havendo, no entanto, uma tendência de cercar as edificações patrimoniais com grades, tapumes, para evitar possíveis depredações, causando, também, por consequência, um afastamento e esvaziamento da relação edifício/usuário.

FIGURA 42: PROTESTO POLÍTICO NA PRAÇA FLORIANO PEIXOTO. MANIFESTANTES NA BIBLIOTECA NACIONAL. 29 DE SETEMBRO DE 2018.



FONTE: FOTO DE ANDREA SAMPAIO, 2018.

Esse eixo, a avenida Rio Branco, reúne edificações que ajudam a contar a história da cidade, e apresenta-se como importante palco das modificações da vida social urbana através da cultura, conforme defendido por Sisson (2008)⁶ sobre a Praça Floriano, ser o centro Republicano, importante marco de poder, agregando uma forte memória e

6 Sisson (2008) retrata o desenvolvimento de três “centros” dentro do próprio centro da cidade como fundamentais para evolução da região e a consolidação de seu perfil moderno. Cada um em seu tempo, a Praça XV de Novembro, o centro Colonial, o Campo de Santana, o centro Imperial e, no século XX, a Praça Floriano, também conhecida como Cinelândia.

identidade neste espaço de centralidade e em seu entorno. Deste modo, busca-se construir um diálogo no campo do urbanismo entre as ciências humanas e as questões de preservação do patrimônio aplicadas à cidade. Tal qual destaca Meneses (2006) que situa o habitante como o principal sujeito da cultura e defende a consideração dos aspectos culturais como dimensão do social — e não o inverso, aqui também se parte da premissa da indissociabilidade da estrutura física da social como componente do patrimônio cultural. É com esse olhar que se investiga o patrimônio urbanístico amalgamado em seu tecido social.

Nesse sentido, a partir de Ramos (2015), pode-se substantivar a Praça Floriano, ou Cinelândia,⁷ como é conhecida, como importante praça para a história da cidade e da formação da sociedade carioca como Ágora,⁸ à medida que denota o potencial de ser um espaço livre, público, democrático, por apropriação no caso da Cinelândia, e até o entorno da Candelária, onde é possível estabelecer debates e manifestar ideologias que influenciam nas decisões da cidade.

No entanto, a tendência de construção da Ágora Virtual, Azambuja (1997) debate questões relativas à democracia, principalmente, mas discorre sobre a tendência a transposição do espaço físico de debates, como caracterizamos aqui a avenida Rio Branco, para o meio cibernético, muito antes da conjuntura trazida pela pandemia,

“[...] A antiga praça pública está se transformando em praça virtual planetária. Toda a questão do ponto de vista político será como organizar os debates e as tomadas de decisões a partir destes meios técnicos cibernéticos [...]”
(Azambuja, 1997)

Este receio de transposição do espaço real para o virtual justificado por uma suposta passividade dos jovens, foi desmistificado pelas “Marchas de Junho”, quando a chamada geração “Rede Social” se articulou pela internet e transformou-se na própria mídia, noticiando em tempo real os acontecimentos e repercutindo a mobilização para ocupação das ruas. Neste contexto, destacamos a crescente criação de plataformas de mapeamento colaborativo, como a #protestosbr, que propicia a interatividade dos usuários com as manifestações sociais vigentes, reunindo relatos, sendo este importante recurso de análise de casos, a ser explorado em seguida. O

7 A denominação Cinelândia refere-se ao conjunto de edifícios com cinemas e salas de espetáculos no térreo, construídos na década de 1920, no projeto *Quarteirão Serrador*. Seu Conjunto Arquitetônico é tombado em nível Municipal (Lei n.º 1.467 de 1989).

8 Da tradução grega de “assembleia” e “lugar de reunião” e derivada de “reunir”, adquire o significado de reunião de qualquer natureza, sendo constantemente empregada por Homero como uma reunião geral de pessoas.

que vale ressaltar é que a ideia de que as fronteiras entre o meio “real” da cidade e a submersão no “virtual” configuraram uma barreira, neste momento, revista.

2. PERCEÇÕES NO ESPAÇO DURANTE AS MANIFESTAÇÕES SOCIAIS CARIOCAS DE 2013

As manifestações de junho e julho do ano de 2013, intitulada Revolta do Vinagre,⁹ eclodiram a partir do questionamento do aumento em vinte centavos das passagens de ônibus, foram aos poucos diversificando seus temas, à medida que a participação aumentava. A concomitância com os jogos da Copa das Confederações acirrou o combate às manifestações. As redes sociais apareceram como importante meio de comunicação para marcação dos pontos de encontro, horários e ditando tendências entre os atores, como as máscaras de personagens ficticiais utilizadas por muitos.¹⁰ Neste contexto é criada a plataforma digital intitulada Mapa Colaborativo #protestosBR,¹¹ com o intuito de oferecer mais segurança às pessoas no conjunto de protestos brasileiros.

As cartografias colaborativas são mapeamentos em rede que possibilitam a inclusão de informações geolocalizadas, de modo interativo, podendo incluir informações técnicas, históricas, culturais e críticas, mas também permitem que se reinterprete o território, com base em perspectivas sensíveis das comunidades interessadas ou durante os eventos. É possível através da plataforma, por aplicativo de celular ou por sítio virtual, em computadores, traçar os locais que os usuários se encontravam (mapeamento social ou redes geossociais), podendo marcar no mapa o local exato do evento ou relato, possibilitando interação instantânea. Considerado o curto período de tempo vigente, pode-se dizer que a plataforma teve boa adesão e gerou alguns mapas.

Os relatos na plataforma evidenciam, ainda, onde existe policiamento ostensivo ou pacífico e seu quantitativo, especificando ruas e avenidas fechadas por intervenção de manifestantes ou policiais, passando por relatos descritivos de conflitos, localizando possíveis atendimentos médicos, até áreas de abrigo aos manifestantes. Destacam também, a natureza dos confrontos, violência, se houve depredações e buscando interação efetiva para futuros protestos.

9 O conjunto de manifestações sociais multitemáticos ficou assim conhecido pelo excessivo uso de bombas de gás lacrimogênio pela polícia que visava conter os manifestantes, que por sua vez, fizeram uso de camisas, tecidos e lenços molhados com vinagre, o que reduzia o efeito dos gases.

10 Para aprofundar o contexto eo debate sobre as manifestações sociais de 2013, vide Maricato (2013).

11 Organizada por dois “avatars”, linguagem típica da internet, para representar pessoas virtuais, com nomes fictícios, Marco Gomez e Lucia Freitas. (Gomes e Freitas, 2013)

Usaremos como exemplos dois relatos específicos, o primeiro do dia 17 de junho, intitulado: “Rio”, mapeado no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, relata o poder de dispersão da polícia através do uso de bombas de gás lacrimogénio atiradas contra a população: “Começaram com o coquetel *molotov*, no Theatro Municipal. Os manifestantes saíram, só alguns ficaram! Tinha cem mil. Devem ter ficado uns duzentos.” Nesta ocasião, as edificações patrimoniais estavam cercadas por tapumes, que os manifestantes tentaram arrancar e pôr fogo, além de ter buscado transpor estas barreiras para se abrigarem nos edifícios. Como represália aos incêndios a equipamentos públicos e pichações na Assembleia Legislativa e barreiras por carros e bancos públicos, a polícia busca dissipar o movimento de forma violenta.

O segundo relato, intitulado: “Terror no Rio”, escrito por uma professora universitária, não identificada. Bastante detalhado, foi postado no dia posterior ao evento, 21 de junho de 2013:

[...] Começamos a ouvir MUITAS bombas vindas da prefeitura [...] e em quatro vezes a multidão começou a CORRER no sentido contrário da manifestação.

Como divulgado nas redes, as pessoas seguiram a ordem de sentar no chão como forma de conter qualquer ato violento contra os manifestantes. Sobre isso, quero dizer que a cena foi linda! Fantástica! De uma multidão desesperada, passamos a pessoas pacificamente sentadas nas vias [...] comecei a entrar em pânico. [...]

Passamos pelo Campo de Santana e vimos que os manifestantes deixavam ali seus cartazes. Cena linda também! As grades todas cheias de cartazes. [...] A polícia começou a tomar a rua. As pessoas se refugiaram nos bares, que começaram a fechar suas portas, [...] assim como os prédios públicos e bancos.

Pela internet [...] as notícias eram ainda piores. [...] Mas na TV... nada se dizia! [...] Não estávamos com máscaras, ou armados, nem mesmo protestando [...] Era um cenário de guerra. [...]

A plataforma apresentou 397 casos de interação total, englobando todas as categorias (abrigo, ajuda, manifestante, narrativa, polícia amigável, polícia hostil, violência de civis, *wi-fi* e tecnologias e outros), dos quais 22 relatos mapeados foram no Rio de Janeiro. E vale destacar que, ainda que os relatos mapeados não sejam relacionados ao patrimônio cultural, observa-se a atmosfera que estão inseridos e a conformação social com a qual se relaciona. Este envoltório conflituoso figura, assim, como uma constante ameaça, à medida que, 50% dos casos mapeados referem-se à região central, que concentra os bens culturais edificados e os outros espalhados pelo território. Cabe à esfera pública buscar meios de garantir a integridade de seus

monumentos e equipamentos, atacados e depredados, podendo-se questionar se a relação do vandalismo com o reconhecimento da imagem do poder e dos significados impregnados naquelas edificações ou elementos construídos. Assim, podemos atrelar a constante apropriação da área central pelas manifestações sociais, como elemento importante da memória urbana da região e, portanto, fator relevante na construção do conceito de identidade, tão importante para manutenção e preservação, ou não, de um bem cultural.

3. TAPUMES, GRADES E CERCAS: PROTEÇÃO E/OU ESVAZIAMENTO SIMBÓLICO?

A ocorrência de protestos e passeadas e eventos culturais de massa nos mesmos lugares, como a avenida Rio Branco, documentados historicamente,¹² corroboram sua importância para construir a significação do espaço. Observa-se que o reconhecimento de uma arquitetura como representação do poder e supremacia do Estado em relação à sociedade, pode desencadear depredações ao patrimônio como forma de confrontar o poder por ele exercido, como no caso das edificações institucionais como a Câmara de Vereadores, na Cinelândia, a Assembleia Legislativa (ALERJ), na rua da Assembleia, com avenida Primeiro de Março, por exemplo, ou mesmo religiosas, como a Candelária.

Historicamente, as depredações em edificações importantes, como o incêndio ao jornal A Noite,¹³ saqueado e depredado, além de pichações, quebras de esquadrias, grades e janelas e inúmeros saques, nas principais edificações patrimoniais chamam atenção para o conhecimento de seus poderes simbólicos. Recorrentemente, sobretudo após as marchas de 2013, os bancos, lojas e empresas térreas na área central carioca nos dias de atos de concentração de massas na avenida, para evitar perdas por conta da destruições, colocam cercas, tapume e grades em volta de suas edificações, vedando-as completamente do contato com os manifestantes e diminuindo seus prejuízos. Medidas essas, que rapidamente foram incorporadas pelo setor público, não apenas nas passeadas políticas, mas também nos eventos culturais, como carnaval.

12 A avenida abrigou a Sede da Liga Brasileira pelos Aliados durante o período de 1914 a 1918 (1.ª Grande Guerra); contra o nazifascismo durante a 2ª Grande Guerra; figurou na adesão à campanha “O petróleo é nosso”, em 1948; na adesão à campanha “Diretas Já”, em 1984; na idealização e lançamento do Movimento pela Ética na Política, em 1991, no apoio ao Impeachment do presidente Collor, em 1992, dentre outros eventos.

13 Novembro de 1930, em confronto na Praça Mauá.

FIGURA 43: BENS TOMBADOS CERCADOS NA RUA PRIMEIRO DE MARÇO, CENTRO DO RIO DE JANEIRO, CARNAVAL 2020.



FORNTE: FOTO DEDIEGO RAMOS, 2020.

Em relação ao patrimônio cultural, a ameaça da perda é um dos motivadores dos instrumentos de proteção ao patrimônio cultural, que são pautados, nos moldes definidos por Gonçalves (1996) como uma “retórica da perda”, por sua aplicação emergencial para impedir a destruição dos bens. Tal condição é intrínseca à gênese do campo disciplinar, que conforme argumento de Choay (2001), surge na contramão do urbanismo, no século XIX, então propulsor de reformas urbanas que arrasaram o tecido urbano histórico de Paris e Viena. Em meios aos atos revoltosos em Paris, em meio à Revolução Francesa, cidadãos depredaram os edifícios de grande significação e representação de poder aristocrático, provocando mobilização, no sentido de criar políticas capazes de proteger essas edificações de futuros atentados à sua integridade, nascendo, então, a noção de monumentos históricos a serem salvaguardados pelo Estado.

Podem ser identificados como patrimônio cultural, objetos arquitetônicos, expressões culturais como culinária, atividades festivas, artesanato e música. Esta definição se dá na medida em que é reconhecido por um grupo como algo que lhe é próprio, associado à sua história e, portanto, capaz de definir sua “identidade”,

além de legitimado pelo poder público, no caso, os órgãos de tutela do patrimônio cultural. Deste modo, defender, preservar e lutar pelo reconhecimento público desse patrimônio significa lutar pela própria existência e permanência social e cultural do grupo. Por outro lado, o seu não-reconhecimento pela sociedade implica esvaziamento de sua significação e, deste modo, condená-lo ao fim. Desta forma, o ato de vedar com tapumes, grades e cercas seria proteger ou esvaziar simbolicamente o Patrimônio edificado durante as manifestações sociais?

O patrimônio cultural é percebido pelas massas sociais como significação apenas por sua relação visual e composição formal com a cidade. Sendo pouco conhecida e propagada sua história e seus usos, fazendo com que não seja efetiva a sua valoração como elemento a ser conservado, ainda que reconhecida a sua significação como marco urbano.

Talvez, aí esteja o grande problema, se grande parcela da população que frequenta as manifestações sociais, não tem arraigada a consciência para preservação e se relaciona com o patrimônio cultural como componente da fruição visual na cidade, ou apenas como alvo dos protestos. Ao vedar este contato com a população, nestes eventos que os aproximariam do patrimônio, não o estaríamos esvaziando de significação e, portanto, condenando-o a perda de sua memória levando-o a depredação ou desaparecimento?

FIGURA 44: MANIFESTANTES EM FRENTE À ALERJ EM PROTESTO CONTRA CORTES DE RECURSOS. 08 DE NOVEMBRO DE 2016.



FONTE: WIKICOMMONS. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://COMMONS.WIKIMEDIA.ORG/WIKI/FILE:MANIFESTANTES-ALERJ-2016.JPG](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Manifestantes-ALERJ-2016.jpg). FOTO: TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL.

Considerando que grande parte das manifestações sociais cariocas ocorrem na avenida Rio Branco, Cinelândia, ou na Presidente Vargas, Candelária, ou na ALERJ, sendo essas regiões e seus entornos os espaços que concentram maior parte do

patrimônio cultural preservado, nos leva a crer que não apenas as funções exercidas por essas edificações, mas também a relação existente entre elas e o cotidiano da cidade, faz com que seus significados estejam impregnados na sociedade e sua conservação seja também uma questão da própria identidade da sociedade e portanto, da cidade.

A pluralidade de segmentos sociais que as redes sociais proporcionaram às Marchas de Junho de 2013, levou a uma infinidade de protestos contidos em um mesmo movimento, caracterizado exatamente pela diversidade de opiniões, desejos e exigências. O povo foi à rua, maciçamente os estudantes, para expressar-se, ou seja, materializar as suas insatisfações no ambiente da cidade.

Vale destacar a medida estabelecida pelas autoridades de cercar algumas edificações e mesmo proibir a aproximação dos manifestantes de bens patrimoniais públicos e, portanto, de relevância histórica. As depredações descaracterizaram e enfraqueceram os movimentos, levando a sua dissolução. Ônibus, carros e equipamentos urbanos, como lixeiras foram incendiadas, bancos, lojas e bancas de jornais foram quebrados, houve violentos confrontos e após alguns dias, o governo decidiu adiar o aumento da passagem de ônibus, entendendo que aquela concessão abriria trégua momentânea. O que importa, é que mais uma vez, a avenida repercutiu como palco de expressão popular, conforme percebido através de imagens de sua extensão tomada pelas multidões.

Os questionamentos explícitos nas diferentes manifestações sociais são decorrentes de um processo político de segmentação, exclusão e exploração social, onde a área central carioca, tendo sua avenida Rio Branco, construída como representação e imagem do poder, é palco de exposição destas lutas e foco de muitas depredações. A capital fluminense tem sua história marcada pela desigualdade, a qual é reforçada por políticas urbanas de favorecimento às classes mais abastadas ou aos espaços mais rentáveis. Os debates e reivindicações são antigos, mas a atual facilidade de comunicação amplia as possibilidades de articulação e conhecimento, trazendo com isso, um número cada vez maior de participantes para as manifestações.

A necessidade de melhoria de infraestrutura, as questões de saúde e educação, a exclusão espacial são os motivos pelos quais o povo tem se manifestado. A amplitude espacial, valorizada pela construção histórica do significado, hoje intrínseco, e a importância imagética da avenida no contexto nacional têm sido fundamentais para que esta se mantenha como palco das manifestações sociais cariocas.

Sendo assim, as muitas comemorações que marcaram a avenida — carnaval, aniversários do eixo, ou mesmo de paradas militares, fizeram com que, paulatinamente,

o espaço pensado para a elite fosse apropriado pelos populares. Chegamos aos dias de hoje com uma avenida Rio Branco democrática por meio da resistência do povo brasileiro em mostrar-se como parte fundamental da cultura de nosso país. O espaço urbano aqui estudado aparece como materialização da resistência social no ambiente com o qual se identifica (Ramos, 2015).

Os argumentos de Choay (2011), são pertinentes para melhor refletir sobre a questão. Em seu combate em prol do patrimônio, a autora defende três frentes de luta: a) educação e formação; b) utilização ética de nossas heranças edificadas; c) participação coletiva na produção de um patrimônio vivo. Essas frentes nos levam a questionar nossas posturas em relação ao nosso patrimônio, tendo em vista a ausência de efetiva formação e informação a respeito de sua relevância ou de políticas públicas que envolvam os cidadãos e os façam estreitar laços com o edifício como bem cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa breve reflexão, discutimos a historicidade da avenida Rio Branco exposta nas edificações da artéria central carioca, ou mesmo, na função, formalizando-a como centro catalizador das manifestações sociais mais diversas, até os dias atuais. Se no passado era ponto de encontro das elites, espaço das novidades culturais, as manchetes e notícias que dali saíam, chegavam e repercutiam os acontecimentos mundiais, hoje, as redes sociais e mapas colaborativos em tempo real multiplicam os manifestantes físicos ou virtuais, interagindo com o espaço.

A memória urbana evocada na sociedade pelos bens culturais patrimoniais é elemento fundamental para compreensão do porquê as manifestações sociais ocorrem nestes espaços. Ainda que, muitas vezes não haja clareza da historicidade da região, a morfologia atrelada à função, ou mesmo à facilidade de acesso, ao ponto de encontro reafirmam seu protagonismo na articulação do ato com os afeitos pretendidos. Ressaltar a visibilidade aos atos insurgentes como fundamental para escolha e realização no local, seja pela proximidade das sedes dos jornais que circulavam aquela notícia no dia seguinte, ou pela perspectiva e entorno que permitam a identificação da manifestação, ou ainda os transtornos causados que chamam atenção, ou mesmo a presença e alcance da internet para multiplicar os agentes, opiniões e o evento com suas causas pretendidas e efeitos alcançados.

Aí talvez esteja a importante contribuição dos mapas colaborativos virtuais: a documentação em tempo real das manifestações, as percepções relatadas, alcance das motivações do evento e das áreas ocupadas, reações públicas e privadas para

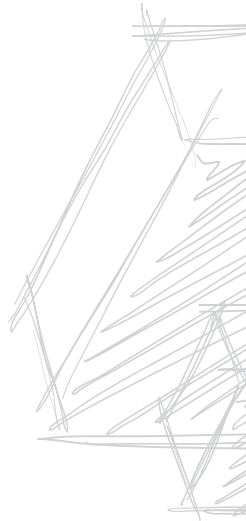
sua realização, contenção ou absorção. Pode-se, ainda, ressaltar sua importância que é justamente o fato de descentralizar a geração e o acesso as informações das manifestações, agregando valor enquanto relato individual. A plataforma #protestosbr demonstra que grande parte das manifestações de 2013 ocorreram na região central carioca e ainda que não cite em seus relatos diretamente o patrimônio cultural como a motivação da organização do movimento para que o mesmo ocorresse naquele local, observamos a atmosfera conflituosa relatada e as depredações direcionadas a estes equipamentos. Dado o risco, e a responsabilidade da esfera pública para preservação da integridade dos bens culturais edificados, pode-se problematiza-se, como medidas paliativas, cercar, gradear, ou pôr tapume às edificações e monumentos. Seria possível a conciliação da relação manifestante — patrimônio impregnado de significação do poder, muitas vezes, a ser confrontado? A resposta desta forma estaria em uma educação social patrimonial continuada e não simplesmente no cerceamento relacional proposto pelas barreiras protetivas.

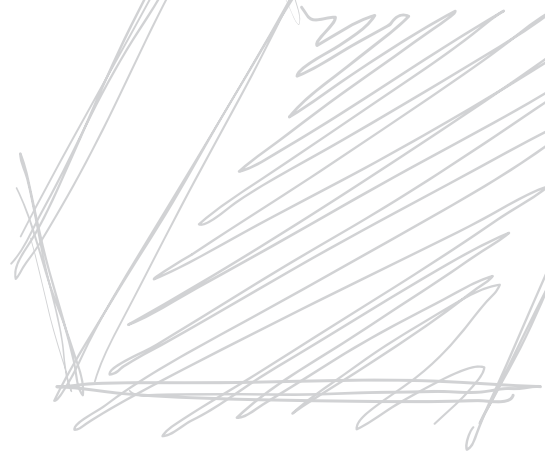
Portanto, pode-se afirmar que a formação histórica da área central carioca se dá através das políticas públicas, mas também pela apropriação social nas manifestações, ressaltando sua importância e evidenciando nacionalmente. O reconhecimento de seus significados culturais, reforçados pela presença de edificações patrimoniais símbolos do poder estimulam a ocupação dos mais variados segmentos. Reconhecer os significados e questionar a persistência no tempo faz parte do processo de afirmação de sua importância no tempo.

A heterogeneidade social nas manifestações da região, parece decorrer das metamorfoses urbanas, sociais, econômicas refletidas na cidade e exigidas à sociedade. Destaca-se assim, que os movimentos sociais, articulados por mapas colaborativos ou outrora em encontros nos bondes, têm similaridades, de causas e consequências não só pelos espaços em que ocorrem ou pela falta de aplicação prática de políticas públicas que busquem resolver, de fato, os temas que levam a protestos, mas sobretudo na forma de confrontar estes poderes, depredando, por vezes, os seus símbolos edificados. Pressupor o desconhecimento que no ataque ao bem edificado está justamente o reforço do poder que o sustenta, seria leviano, dado o debate. Porém, parece mais valer legitimar sua significação simbólica como bem cultural patrimonial ao intervir no mesmo, do que esquecê-lo, ignorá-lo e vê-lo ruir ou ser substituído sem qualquer troca com os agentes que poderiam reafirmá-lo. Há um custo maior do que o da depredação, que é o esquecimento, e há um valor maior do que sua manutenção, que é seu reconhecimento como elemento estruturador naquela sociedade.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução Urbana no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 1987.
- AZAMBUJA, Celso C. A Construção da Ágora Virtual. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul (RS), v. 6, p. 7-26, 1997. Disponível em: <http://www.caosmose.net/pierrelevy/agoravirtual.html>. Acesso em: 02 nov. 2018.
- BIAR, Marcelo (org). **E o povo reinventou as ruas**: olhares diversos sobre as manifestações de 2013. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.
- BORDE, Andréa de L.P. **E o vento não levou**: construindo o imaginário urbano carioca. Dissertação (Mestrado em Artes), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1998.
- CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. Baurú: UNESP, 2001.
- G1. Junho de 2013: as manifestações nas manchetes do G1. G1, 13 jun. 2018. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/junho-de-2013-as-manifestacoes-nas-manchetes-do-g1.ghtml>. Acesso em: jun. 2018.
- GOMES, Marcos; FREITAS, Lucia. **Protestosbr**: Mapa colaborativos. 2013. Disponível em: <http://protestosbr.marcogomes.com/main>. Acesso em: 30 set. 2018.
- GONÇALVES, José R. S. **A Retórica da Perda**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.
- MARICATO, Hermínia *et al.* **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.
- MARANHÃO, Ricardo. **Cinelândia – Retorno ao fascínio do passado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2003.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de A cidade como bem cultural – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. *In*: MORI, Victor Hugo *et al.* (Org.) **Patrimônio**: atualizando o debate. São Paulo: 9ª SR. IPHAN, 2006. pp. 33-76.
- RAMOS, Diego M.S. **O palco das manifestações sociais cariocas**: um estudo da espacialização urbana da Avenida Rio Branco. Rio de Janeiro: UFRJ / FAU, 2015.
- ROJAS, Eduardo. **Old Cities, New Assets**: preserving Latin American's urban heritage. Washington: Inter-American Development Bank, 1999.
- ROSSA, Walter. **Patrimônio urbanístico**: (re)fazer cidade parcela a parcela. *In*: ROSSA, W. Fomos Condenados à Cidade. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p. 97-131.
- ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- SAMPAIO, Andréa da R. Um olhar sobre a história do urbanismo da Área Central do Rio de Janeiro: entre a renovação e a conservação. **Revista AGCRJ**, Rio de Janeiro, n. 10, 2016, p. 193-212. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204432/4171907/revista_agcrj_10.pdf.
- SISSON, Rachel. **Espaço e Poder**: os três centros do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arco, 2008.





SOBRE OS ORGANIZADORES E AUTORES

ANDRÉA DA ROSA SAMPAIO

Arquiteta e Urbanista, com Mestrado em Urban Design (University of Nottingham) e Doutorado em Urbanismo (UFRJ). Pós-Doutorado no CES – Universidade de Coimbra. Professora Associada da EAU e PPGAU-UFF. Bolsista CNPq-PQ e FAPERJ – JCNE. Interesses de pesquisa: conservação do patrimônio cultural urbano, reabilitação urbana, história urbana.

CAMILA CARVALHO

Arquiteta e urbanista, com Mestrado em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ). Doutoranda do PPGAU-UFF, a partir de 2018, com bolsa CAPES. Interesses de pesquisa: desigualdade, segregação e políticas públicas nas cidades latino-americanas

VINICIUS M. NETTO

Arquiteto e Urbanista, com Mestrado em Planejamento Urbano e Regional (UFRS) e Doutorado em Advanced Architectural Studies (The Bartlett, University College London – UCL). Pós-Doutorados em Urban Informatics (NYU CUSP) e Desempenho Urbano (PNPD-CAPES). Professor Associado da EAU e PPGAU - UFF. Interesses de pesquisa: cidades como sistemas de informação, cooperação e segregação.

ANA CAROLINA MACHADO

Arquiteta e Urbanista. Interesses de pesquisa: planejamento urbano, dinâmicas de segregação sócio-espacial e práticas de resistências presentes na contradição campo – cidade.

ANA CAROLINA MENDONÇA OLIVEIRA

Turismóloga, com Mestrado em Arquitetura e Urbanismo no PPGAU-UFF. Doutoranda do PPGAU-UFF, a partir de 2018, com bolsa CAPES. Interesses de pesquisa: Patrimônio, Cotidiano, Turismo e Cartografia.

CARLA MARIA TEIXEIRA COELHO

Arquiteta e urbanista, com Mestrado em Arquitetura (UFRJ) e Doutorado em Arquitetura e Urbanismo (UFF). Interesses de pesquisa: Conservação preventiva e gestão de riscos para bens culturais.

CLAUDIA SOUZA DE MELLO

Arquiteta e urbanista, com Mestrado em Arquitetura e Urbanismo (UFF). Doutoranda do PPGAU-UFF, a partir de 2017. Interesses de pesquisa: Agricultura urbana, Hortas urbanas, Espaço urbano (Público-Comum-Coletivo) e Habitação Popular.

DANIEL MENDES MESQUITA DE SOUSA

Arquiteto e urbanista com Mestrado em Arquitetura e Urbanismo (UFF). Doutorando do PPGAU-UFF, a partir de 2018. Interesses de pesquisa: regularização fundiária, operações urbanas, participação popular, produção habitacional e habitação.

DIEGO MARQUES DOS SANTOS RAMOS

Arquiteto e Urbanista, com Mestrado em Urbanismo (UFRJ). Doutorando do PPGAU-UFF, a partir de 2017, com bolsa CAPES. Interesses de pesquisa: Manifestações sociais, Patrimônio Cultural e Urbanismo.

DULCE ABIGAIL KEUCHKARIAN

Arquiteta (FADU – Universidade de Buenos Aires), com Mestrado em Arquitetura e Urbanismo (UFF), com bolsa CAPES. Interesses de pesquisa: Patrimônio Cultural, Conservação, Habitação popular.

ELOISA CARVALHO DE ARAÚJO

Arquiteta e Urbanista, com Mestrado em Geografia (UFRJ) e Doutorado em Urbanismo (UFRJ). Pós-Doutorado no PROURB/UFRJ. Professora Associada da EAU e PPGAU-UFF. Interesses de pesquisa: o fenômeno da urbanização a partir de uma abordagem multi/transescalar e socioambiental.

FERNANDA PACHECO DIAS

Arquiteta e Urbanista, com Mestrado em Arquitetura e Urbanismo (UFF). Interesses de pesquisa: teoria e história da cidade, morfologia urbana, cartografia e expressão gráfica.

FERNANDA SÁNCHEZ

Arquiteta urbanista, com Mestrado em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ) e Doutorado em Geografia (USP). Professora Titular da EAU e PPGAU-UFF. Bolsista de produtividade do CNPq. Interesses de pesquisa e extensão: grandes projetos urbanos, operações urbanas e megaeventos, cidade e cultura, city marketing, disputas narrativas, conflitos urbanos e cartografia crítica

FRANCISCA ALEXANDRE

Arquiteta e Urbanista, com Mestrado em Arquitetura e Urbanismo (UFF), com bolsa CAPES. Interesses de pesquisa: relação da Cultura e Território.

GLAUCO BIENENSTEIN

Arquiteto e Urbanista, com Mestrado em Geografia (UFRJ) e Doutorado em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ). Pós-doutorado em Economia pela UNICAMP. Professor Titular do PPGAU-UFF. Interesses de pesquisa e extensão: grandes projetos urbanos, modelos emergentes de gestão e planejamento urbano.

GRASIELE MÁRCIA MAGRI GROSSI

Arquiteta e Urbanista, com Mestrado e Doutorado em Arquitetura e Urbanismo (UFF), com bolsa CAPES. Interesses de pesquisa: grandes projetos urbanos, modelos de planejamento urbano e de cidades, controle socioespacial, disputas narrativas e conflitos urbanos.

HENRIQUE BRUNNO ROCHA SILVA

Arquiteto e Urbanista, com Mestrado em Arquitetura e Urbanismo (UFF). Interesses de pesquisa: urbanismo, reabilitação urbana, reabilitação arquitetônica.

IVO MORAES

Arquiteto e Urbanista. Graduando em Design (Faculdade SENAC RJ). Interesses de pesquisa: habitação e urbanização de interesse social.

JEFFERSON TOMAZ DE ARAÚJO

Arquiteto e Urbanista, com Mestrado em Arquitetura e Urbanismo (UFF), com bolsa CAPES. Interesses de pesquisa: paisagem, espaços livres, projeto e planejamento paisagístico, desenho urbano e planejamento urbano e regional.

JOLNNYE R. ABRAHÃO

Bióloga, com Mestrado e Doutorado em Ciências Biológicas – Zoologia (UNESP). Atuação e interesses de pesquisa: planejamento e gestão de unidades de conservação da natureza, licenciamento ambiental e gestão costeira integrada, oceanografia biológica e ecologia marinha.

KARINA MARTINS DE SOUZA

Arquiteta e Urbanista, com Mestrado em Arquitetura e Urbanismo (UFF). Interesses de pesquisa: planejamento e projeto urbano, espaços residuais, urbanismo tático e espaços livres.

MARIA CLARA MOREIRA

Arquiteta e Urbanista. Mestranda em Urbanismo (UFRJ), desde 2020. Interesses de pesquisa: habitação, urbanização informal e direito à cidade.

MARIA DE LOURDES PINTO MACHADO COSTA

Arquiteta e Urbanista, com Mestrado em Analyse Régionale et Aménagement de L'espace (Université de Paris 1/IEDES) e Doutorado e Pós-doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela USP. Professora do PPGAU-UFF. Interesses de pesquisa: produção e gestão do espaço, gestão municipal, Municípios fluminenses,

MARIA FISZON

Arquiteta e Urbanista, com Mestrado em Arquitetura e Urbanismo (UFF). Doutoranda no PPGAU-UFF, a partir de 2020, com bolsa CAPES. Interesses de pesquisa: o mercado do solo urbano e o impacto da economia de plataforma nas dinâmicas de transformação urbana.

MARIA LAÍS PEREIRA DA SILVA

Socióloga, com Mestrado em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ) e Doutorado em Geografia (UFRJ). Professora Associada do PPGAU - UFF. Pesquisa habitação popular, políticas habitacionais, gestão urbana, favelas do Rio de Janeiro e políticas públicas e poder local.

MARIA LÚCIA BORGES DE FARIA

Arquiteta e Urbanista, com Mestrado em Arquitetura (UFRJ) e Doutorado em Arquitetura e Urbanismo (UFF). Interesse de pesquisa: Patrimônio cultural urbano.

MILENA SAMPAIO DA COSTA

Arquiteta e Urbanista, com Mestrado e Doutorado em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-UFF). Pós-doutoranda no PPGAU-UFF. Interesse de pesquisa: história, educação e ensino do urbanismo

NATÁLIA FERNANDES RIBEIRO

Arquiteta e Urbanista, com Mestrado em Arquitetura e Urbanismo (UFF), com bolsa CAPES. Interesse de pesquisa: infraestrutura verde, rios urbanos

POLIANA MONTEIRO

Arquiteta e Urbanista, com Mestrado em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ). Doutoranda no PPGAU-UFF, a partir de 2019, com bolsa CAPES. Interesse de pesquisa: direito à terra e à moradia, com movimentos sociais e sociedade civil organizada, com enfoque na perspectiva feminista decolonial.

PRISCILA SOARES DA SILVA

Arquiteta e Urbanista, com Mestrado em Arquitetura e Urbanismo (UFF). Doutoranda no PPGAU-UFF, a partir de 2017, com bolsa CAPES. Interesse de pesquisa: planejamento urbano, políticas públicas e poder local, políticas habitacionais e urbanização de favelas

REGINA BIENENSTEIN

Arquiteta e Urbanista, com Mestrado em Arquitetura pela Syracuse University e Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela USP. Professora Titular do PPGAU-UFF e coordenadora do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU-PROEX-UFF). Interesses de pesquisa e extensão: habitação de interesse social, assentamentos populares, regularização fundiária, participação popular e conflitos socioespaciais.

RICARDA LUCILIA DOMINGUES TAVARES

Arquiteta e Urbanista, com Mestrado em Geografia (UFF) e Doutorado em Arquitetura e Urbanismo (UFF). Professora Adjunta da EAU-UFF. Interesse de pesquisa: as dinâmicas de produção do espaço urbano.

SABRINA FERRETTI DO AMARAL

Arquiteta e Urbanista, com Mestrado e Doutorado em Arquitetura e Urbanismo (UFF). Interesse de pesquisa: cidades médias, centralidade, dispersão urbana, planejamento estratégico e cidades da Zona da Mata Mineira

SONIA L. PEIXOTO

Bióloga, com Mestrado em Ecologia Social (UFRJ). Doutoranda no PPGAU-UFF, a partir de 2017, com bolsa CAPES. Interesses de pesquisa e atuação: ecologia social, planejamento e gestão de unidades de conservação da natureza, em especial em áreas urbanas.

VITOR ROPPA

Arquiteto e Urbanista, com especialização em edifícios sustentáveis. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo (UFF), com bolsa CAPES. Interesse de pesquisa: megaeventos esportivos e planejamento urbano, city marketing e promoção imobiliária.

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, FIGURAS E QUADROS

TABELAS

TABELA 1: CAMPOS E EIXOS TEMÁTICOS. _____	21
TABELA 2: OS EVENTOS ENANPUR E ENANPARQ (2001-2016) CONSIDERADOS NO ESTUDO. _____	36
TABELA 3: RANKING DAS INSTITUIÇÕES NOS QUATRO VEÍCULOS EXAMINADOS. _____	40

GRÁFICOS

GRÁFICO 1: DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS NOS CAMPOS PARA OS QUATRO VEÍCULOS EXAMINADOS DESDE 1999. _____	37
GRÁFICO 2: DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS NOS CAMPOS NOS ENANPUR (2001-2015). _____	39
GRÁFICO 3: DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS POR INSTITUIÇÃO. _____	40
GRÁFICO 4: DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS POR REGIÃO. _____	42
GRÁFICO 5: PIB PER CAPITA POR MUNICÍPIO DO RECORTE ESPACIAL DA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE JUIZ DE FORA EM 2012, COM DESTAQUE PARA MATIAS BARBOSA. _____	108
GRÁFICO 6: PARTICIPAÇÃO NO PIB NO SETOR INDUSTRIAL EM 2012, POR MUNICÍPIO DO RECORTE ESPACIAL, COM DESTAQUE PARA GUARANI, PIAU E SANTOS DUMONT. _____	109
GRÁFICO 7: COMPOSIÇÃO HABITACIONAL POR COMPONENTES E REGIÕES GEOGRÁFICAS – BRASIL – 2010. _____	124
GRÁFICO 8: NÚMEROS DO DÉFICIT HABITACIONAL POR REGIÃO. _____	124
GRÁFICO 9: QUANTIDADE DE UNIDADES CONTRATADAS POR FAIXA DO PMCMV E POR REGIÃO. _____	129
GRÁFICO 10: CONTRATAÇÕES DO PMCMV POR FAIXA DE RENDA E POR CAPITAIS. _____	130
GRÁFICOS 11 E 12: QUANTIDADE DE UNIDADES CONTRATADAS POR FAIXA DO PMCMV (2009 E 2017). _____	131

FIGURAS

FIGURA 1: DECRETO-LEI N.º 125/1940, D.O.E.R.J., DE 04 DE AGOSTO DE 1940. _____	73
FIGURA 2: PLANTA GERAL DO PLANO DE REMODELAÇÃO, EXTENSÃO E EMBELEZAMENTO DA CIDADE DE CABO FRIO. _____	74
FIGURA 3: PROGRAMA DO CURSO DE URBANISMO DO IUUP, 1935. _____	76

FIGURA 4: PROGRAMA DA DISCIPLINA DE URBANISMO DO CURSO DE ARQUITETURA DA ENBA, 1935.	77
FIGURA 5: LOCALIZAÇÃO DO TERRENO.	82
FIGURA 6: PAA 10.354 DE 16/02/1984.	84
FIGURA 7: PAL 47855 DE 15/09/2011.	85
FIGURA 8: A MASSA EDIFICADA DE IPANEMA, NA ALTURA DA PRAÇA NOSSA SENHORA DA PAZ.	93
FIGURA 9: LOCALIZAÇÃO DE JUIZ DE FORA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, COM DESTAQUE PARA A SUA MICRORREGIÃO, DENTRO DA MESORREGIÃO DA ZONA DA MATA MINEIRA.	103
FIGURA 10: GRUPO DE MUNICÍPIOS DO RECORTE ESPACIAL.	106
FIGURA 11: GRUPO DE MUNICÍPIOS DO RECORTE ESPACIAL: DESTAQUE PARA MATIAS BARBOSA, SANTOS DUMONT, PIAU E TRÊS RIOS.	112
FIGURA 12: CARTOGRAMA QUE TERRITORIALIZA OS PROJETOS OLÍMPICOS, AS REMOÇÕES E OS EMPREENDIMENTOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.	149
FIGURA 13: CARTOGRAMA QUE LOCALIZA AS PRINCIPAIS RESISTÊNCIAS AO PROJETO OLÍMPICO NO RIO DE JANEIRO.	150
FIGURA 14: CARTOGRAMA QUE IDENTIFICA AS PRINCIPAIS EMPREITEIRAS RESPONSÁVEIS PELOS PROJETOS OLÍMPICOS.	151
FIGURA 15: CARTOGRAMA QUE IDENTIFICA A REAL FONTE DE RECURSOS DOS PROJETOS OLÍMPICOS QUE O PODER PÚBLICO AFIRMOU SEREM INVESTIMENTOS PRIVADOS.	152
FIGURA 16: LOCALIZAÇÃO DE RIO DAS PEDRAS.	165
FIGURA 17: OUC RIO DAS PEDRAS. NO CONTORNO A POLIGONAL DA OPERAÇÃO.	170
FIGURAS 18 E 19: EXEMPLOS DE RIO URBANO RENATURALIZADO E RESTAURADO: RIO ISAR E RIO CHEONGGYECHEON.	180
FIGURA 20: MAPA LOCALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO PIRAQUÊ-CABUÇU NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.	183
FIGURA 21: MAPA DA PESQUISA DE CAMPO.	186
FIGURA 22: GRÁFICOS DOS RESULTADOS.	189
FIGURA 23: GRÁFICOS DOS RESULTADOS.	190
FIGURA 24: ZONAS DE CONFLITO ENTRE A URBANIZAÇÃO DAS CIDADES E A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.	197
FIGURA 25: CIDADES E CONFLITOS COM A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.	198
FIGURA 26: SOBREPOSIÇÃO DE UCS MUNICIPAIS EM UM RECORTE DA ZONA SUL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.	203
FIGURA 27: HORTAS URBANAS NAS CIDADES DE AARHUS E VIBORG, DINAMARCA, 2019.	219
FIGURA 28: GRAVURA RUPESTRE, BEDOLINA, VAL CAMONICA, 10.000 A.C.	247
FIGURA 29: THE NAKED CITY. PARIS, GUY DEBORD, 1957.	253

FIGURA 30: ATLAS AMBULANTE DO ANTÔNIO, 2011.	255
FIGURA 31: PRAÇA CARLOS GIANELLI EM ALCÂNTARA, DÉCADA DE 1970.	263
FIGURA 32: SHOPPING PÁTIO ALCÂNTARA CONCLUÍDO EM 2013: OBSTRUÇÕES FÍSICAS E VISUAIS NA PAISAGEM.	265
FIGURA 33: FRAGMENTAÇÕES SIMBÓLICAS E ESPACIAIS DO SHOPPING PÁTIO ALCÂNTARA E SEU ENTORNO.	266
FIGURA 34: FEIRA DE ANTIGUIDADES SOB O ANTIGO ELEVADO DA PERIMETRAL, PRAÇA XV-RJ.	272
FIGURA 35: PEQUENA ÁFRICA, 2017.	306
FIGURA 36: ETAPAS DO PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS DE ACORDO COM A ISO31000.	319
FIGURA 37: VISTA AÉREA DO SÍTIO HISTÓRICO DE MANGUINHOS.	324
FIGURA 38: VAZIOS URBANOS EM ESTADO DE RUÍNAS NA ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO.	335
FIGURA 39: PLANTA DO CORTIÇO – ANTES E APÓS PROJETO DE REABILITAÇÃO.	342
FIGURA 40: PLANTA DO EDIFÍCIO – ANTES E APÓS O PROJETO DE REABILITAÇÃO.	346
FIGURA 41: MANIFESTAÇÃO NA CINELÂNDIA EM 18 DE JUNHO DE 2013. O PROTESTO CONTRA GASTOS EXCESSIVOS COM A COPA DO MUNDO, AUMENTO NAS TARIFAS DE TRANSPORTE E POR MELHORIAS NA SAÚDE E EDUCAÇÃO.	376
FIGURA 42: PROTESTO POLÍTICO NA PRAÇA FLORIANO PEIXOTO. MANIFESTANTES NA BIBLIOTECA NACIONAL. 29 DE SETEMBRO DE 2018.	378
FIGURA 43: BENS TOMBADOS CERCADOS NA RUA PRIMEIRO DE MARÇO, CENTRO DO RIO DE JANEIRO, CARNAVAL 2020.	383
FIGURA 44: MANIFESTANTES EM FRENTE À ALERJ EM PROTESTO CONTRA CORTES DE RECURSOS. 08 DE NOVEMBRO DE 2016.	384
 QUADROS	
QUADRO 1: DIAGNÓSTICO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO E HABITACIONAL DAS CAPITAIS EM 2009.	126
QUADRO 2: DÉFICIT HABITACIONAL NAS CAPITAIS.	131
QUADRO 3: ALGUMAS PRÁTICAS DE AGRICULTURA URBANA SELECIONADAS PARA A MOSTRA DA UN FOOD GARDENS-ONU.	214
QUADRO 4: QUADRO SÍNTESE DE POSSÍVEIS RISCOS PARA SÍTIOS HISTÓRICOS BRASILEIROS.	320
QUADRO 5: MATRIZ PARA IDENTIFICAÇÃO DOS ATRIBUTOS DO SÍTIO HISTÓRICO DE MANGUINHOS.	325
QUADRO 6: CRITÉRIOS DE ANÁLISE PARA DEFINIÇÃO DE NÍVEIS DE VALOR DOS ELEMENTOS DO SÍTIO.	327
QUADRO 7: MATRIZ DE ATRIBUTOS E ELEMENTOS DO SÍTIO HISTÓRICO DE MANGUINHOS RELACIONADOS AO VALOR PAISAGÍSTICO.	328
QUADRO 8: MATRIZ DE POSSIBILIDADE DE PERDA DE VALOR PARA O SÍTIO HISTÓRICO DE MANGUINHOS.	330